

3903

MARQUES GOMES



SUBSIDIOS

PARA

A HISTORIA DE AVEIRO

n.º 404

2.º exemplar

bibRIA



FUNDO
LOCAL



000404

AVEIRO

Typographia do "Campeão das Províncias"

1899

I

Duas palavras que pôdem servir de introdução.—Estuda-se o que era a actual freguezia da Vera-Cruz da cidade de Aveiro no seculo XV.—Cita-se Viterbo a proposito da ria.—Invoca-se o testemunho d'um engenheiro illustre.—Que local occuparia Talabriga?—Certidão de idade da ria.—Qual é mais velha, a cidade ou ella?—Sondagens.—Costa provavel do Oceano em epochas muito remotas.—Natureza dos terrenos que marginam a ria.—Alvitre sobre a formação do aggregado d'aguas que a constitue.—Prophecia que oxalá se não realise.—Villa Nova.—Aveiro pescadora e marinheira.—Escasce de documentos sobre este periodo da historia aveirense.—O archivo municipal.—Desleixo incuravel.—Secretarios da camara de Aveiro nos seculos XVIII e XIX.—As musas não são incompativeis com os papeis velhos.—Provas do que levo dito.—Offerecimento sincero.—Um archivo ignorado.—Como se inutilisam muitas vezes documentos importantes.—Um cartorio que arde e um cartorio que se salva.—Dois pintos ou uma cruz da Torre Espada.—Mais cartorios.—Exame que no de Arouca fez Herculano.—A proposito transcreve-se uma passagem pouco conhecida d'um escripto do mestre e um voto singular de José Estevão.—Difficuldade de fazer pesquisas nos archivos portuguezes.—Escasce de indices e inventarios impressos, d'estes archivos.—Bibliographia que se faz pela primeira vez.—Corporações benemeritas.

Collaborador effectivo ha bastantes annos já do jornal o «Campeão das Provincias», o mais antigo jornal d'Aveiro e o terceiro, pela idade, dos que actualmente se publicam no paiz, lembrei-me escrever uns folhetins em que fosse reunindo elementos dispersos da historia d'esta cidade a quem consagro amor de

filho extremoso. São esses folhetins o presente livro. Não é esta a primeira publicação em que procuro enfeixar as gloriosas tradições do meu torrão natal, e, espero em Deus que outras se lhe hão de seguir.

A historia d'Aveiro encerra em si paginas brilhantes, muitas das quaes estão por escrever ainda, por isso irei pouco a pouco carreando farramentas e materiaes com que n'um futuro mais ou menos proximo eu, ou outrem possa levar a effeito essa missão.

Nasci em Aveiro, e, em Aveiro nasceu meu pae o dr. Francisco Thomé Marques Gomes que por este seu berço nutria tambem uma affeição sem limites. Quando elle viu a luz, em 1799, já Aveiro, sua patria, contava quasi oito seculos de existencia, existencia miserrima e attribulada na infancia, mas desanuviada e feliz na adolescencia. Estes dias de felicidade, porém, já então haviam desaparecido ha muito; das glorias passadas pouco mais restava que a tradição, mas essa tradição que tão cara foi a meu pae assim como o é a mim não ha de esbater-se de todo nas brumas do passado, que vae fugindo, sem primeiro a deter por um pouco, para lhe avivar as tintas já semi- apagadas.

Não é meu proposito o esboçar aqui toda a historia do meu Aveiro, mas tão sómente folhear uma ou outra das suas paginas.

Iniciarei, por tanto, este meu modestissimo trabalho pela historia do local comprehendido na área da actual parochia da Vera-Cruz, dizendo o pou-

quissimo que pude colher do passado d'esta parte da cidade, aliás não ser menos importante d'ella hoje, não obstante ser a mais moderna.

Por meados do seculo XV o territorio que hoje forma aquella freguezia não passava de um pequeno agrupamento de casas, extra-muros de Aveiro. Raras eram estas, e apesar de poucas, estas mesmas eram construidas de *adobes de lama* e colmadas. *Villa Nova* se chamava, não só para assim se extremar da parte muralhada da villa como tambem por se dever considerar como sua filha. Os casaes da nascente povoação perderam-se durante annos por entre as cearas e vinhas que então vinham desde Sá até ás proximidades da ermida de S. Gonçalo coleando a quinta do Seixal e casas e quintaes do lado sul das ruas da Vera-Cruz, Palmeira e Salineiras. O largo do Cojo, hoje Praça da Princeza Amelia não existia, como não existia tambem a maior parte da rua de José Estevão; as dos Mercadores, Alfena, Fontes Pereira de Mello, Sol, Praça do Commercio, Rocío, Praça do Peixe e todo o espaço mais que hoje forma a parte baixa da freguezia, eram os estaleiros onde se construiam as náos, caravellas, barcas e mais navios destinados á pesca no Banco da Terra Nova e ás viagens de longo curso ou o ancoradouro dos pequenos bateis de barra dentro.

O resto eram tudo terrenos alagados. Parecerá isto estranho a muitos, pois não tem que pôr em duvida. De documentos coevos se deprehende claramente o que levo dito. Mas se ha quatro seculos uma parte importante de Aveiro era apenas uma vasta lagón, ha vinte ou vinte e cinco não só esta mas todo o resto

d'ella bem como os terrenos que lhe ficam em roda no peremitro d'algumas leguas era mar. Dil-o a historia e confirma-o a sciencia.

*

Viterbo no seu *Elucidario* baseando-se em um documento do antigo mosteiro de Grijó cuja origem se perde na noute dos tempos, escreve o seguinte que tem applicação no caso presente:

«No anno de 1148 Tructesindo Mendes doou a Grijó o que tinha em Brantões e em S. Felix: «*Subter illam Stratam Mouriscam, discurrente rivulo Cerzedo.*» Chamou-se *Estrada Mourisca*, porque os mouros a romperam, deixando, talvez já por invadiavel n'aquelle tempo, a *Estrada Romana*, ou *Via Militar*, que sahindo de Condeixa, a *velha*, atravessava o Mondego entre Pereira e Coimbra; e sem passar o Eminio ou rio Agueda, cortava o Vouga não longe de Talabriga (sobre cujas ruinas ou perto d'ellas, se levantou Aveiro) e d'aqui por entre Sancobriga e o mar se dirigia a *Cale*: assim se collige do Itenerario de Antonino e dos seus mais famosos commentadores. Então seria compendiosa, aprasivel, commoda, e da primeira necessidade para as grandes povoações, a que dava serventia: porém com o rodar dos annos a costa se entopia e alteou por causa das areias, e os rios estagnados não só esterilizaram os campos, mas tambem fecharam a passagem dos caminhos. D'aqui se fez indispensavel a presente *Estrada Mourisca*, que vae do Porto até Agueda, correndo por Oliveira d'Azemeis, Albergaria, Vouga, etc.»

*

Modernamente escrevendo sobre a barra e ria

de Aveiro, dizia o meu presado amigo e distinctissimo engenheiro o sr. A. F. d'Araujo e Silva, actualmente director das obras publicas do districto do Porto, com a auctoridade que todos lhe reconhecem :

«Não se sabe nem é possível conhecer-se hoje com exactidão a epoca em que a acção dos ventos e de outros agentes naturaes fizeram destacar do Oceano a formosa bacia hydrographica d'Aveiro.

A' falta de elementos historicos temos de socorrer-nos de elementos geologicos e hydrographices.

Não ha duvida de que durante a dominação dos Romanos na Lusitania havia na foz do Vouga uma cidade florescente com o nome de *Talabriga*.

Diversas teem sido as opiniões dos historiadores acerca da situação d'essa cidade mas infelizmente nada se pode colher de positivo sobre este ponto.

Querem uns que *Talabriga* assentasse no mesmo solo em que actualmente está a cidade d'Aveiro, outros pretendem dar-lhe a situação em Esgueira e alguns ainda vão descobrir-lhe o berço em Cacia.

Sem querermos dirimir esta pendencia não podemos deixar de dizer que nos inclinamos mais a esta ultima opinião.

Effectivamente antes da existencia da bacia hydrographica o Oceano devia ter banhado as encostas de Cacia onde hoje se encontram terrenos bastante elevados sobre o nivel do mar e de uma formação já remota constituindo n'aquella época um verdadeiro promontorio.

Sem duvida o Vouga teve por alli perto a sua foz com o Oceano.

N'estas circumstancias parece natural que as relações commerciaes, resultantes da nevegação pelo Vouga para diversos pontos, essencialmente para a antiga cidade romana que precedeu Agueda, tivessem dado origem á cidade de *Talabriga*.

Não se deve computar em menos de vinte e cinco seculos a formação da ria d'Aveiro. Se attentarmos á natureza do solo em que actualmente assenta a nova cidade e na sua posição relativa ao Oceano somos levados a concluir que a existencia de Aveiro é muito posterior á epoca da formação da bacia hydrographica.

Em Ovar ainda hoje se mantem a tradição de que o mar andou no Carregal, dous kilometros e meio aquem da linha actual de costa.

Diversos trabalhos de fundações na ria e algumas sondagens especiaes denunciaram profundidades importantes, hoje annulladas completamente com vasa ou lodo. Assim nas pontes do caminho de ferro em Estarreja, Cacia e Esgueira os tubos de fundação desceram a uma profundidade enorme.

Em Aveiro, no vale do Cojo, a sonda accusa uma altura de vasa de 18 metros. Quando se construiu a ponte de Vagos na estrada n.º 34 as sondagens accusaram igual altura.

Na ponte de Tareja em frente de Vagos encontrou-se uma camada de 15 metros de lodo.

Por occasião das obras da ponte na estrada n.º 34 encontrou-se em terreno consolidado e n'uma profundidade de 4 metros uma bilha romana que sem duvida cahiu d'algun navio.

Desde Ovar por Estarreja, Salreu, Canelas,

Fermellã, Angeja até ao Vouga na zona que deveria ter constituido a antiga costa do Oceano, o subsolo é formado de schistos lamellados ora claros ora escuros com apparencia de verdadeira ardósia.

N'esta extensão não ha vestigio de calcareo algum. Como curiosidade geologica apenas junto á encosta de Fermellã apparece um desenvolvido filão de um grês branco susceptivel de apparelho e aproveitavel para obras de cantaria.

Passado o Vouga e marchando para o sul apresentam-se os terrenos desde Cacia até á ponte de Esgueira constituídos de espessas camadas de quartz rolado e de *poudings* antigos.

De Esgueira para baixo apparecem já camadas de calcareo com muitos elementos organicos.

Citaremos como mais importantes, relativamente á espessura, dureza e elevação acima do nivel do mar, os bancos de calcareo dentro da propriedade do sr. visconde de Valdemouro, por detraz da capella de S. Roque já dentro d'Aveiro.

Nas encostas do valle do Cojo, essencialmente na propriedade onde reside o sr. Mendes Leite, apresenta-se um calcareo brando, cinzento, composto de differentes elementos organicos e inorganicos de uma formação mais recente.

Para o sul d'Aveiro notam-se ainda as camadas d'este calcareo podendo ser bem analysadas na trincheira da estrada n.º 34 antes da ponte de Vagos.

A ponte d'Ilhavo, na estrada para a Costa Nova, foi firmada sobre um estrado de calcareo proximamente horizontal.

Em muitas marinhas, principalmente nas que

ficam entre a ponte de S. Gonçalo e a capella de S. Roque, appareceram vestigios da mesma formação. Os muros do caes da praça do peixe e parte dos armazens do sr. Antonio Pereira Junior foram fundados sobre rocha calcarea da mesma natureza da de S. Roque.

As grandes profundidades de vasa junto ás encostas que orlam a ria, a maneira como se encontram interrompidas as camadas de calcareo e ainda a elevação dos bancos e sua alteração notavel, levam-nos á convicção de que o Oceano bateu por alli durante muitos seculos.

Sem duvida a acção dos ventos e das vagas, lançando do norte ao sul essa cordilheira de montes de arêa, separáram esta formosa bacia onde com tanta vantagem podem ser esperados productos dos tres reinos da natureza.

Manancial fecundo de muitos elementos alimenticios, industriaes e agricolas a ria d'Aveiro está fatalmente condemnada a desaparecer sob a accumulacão sedimentar dos detritos terrosos arrastados de muitas legoas pelos rios d'Ovar, Vallega, Fontella, Antuã, Canellas, Vouga, Bocco e muitos outros. (1)

*

Fazendo votos para que aquella prophecia se não realise deixo por um pouco a ria para me occupar d'outro assumpto.

Villa Nova ou o arrabalde, como tambem foi conhecida a parte da actual freguezia da Vera-Cruz, a principiar da rua hoje d'este nome para cima, era quasi que exclusivamente habitada por pescadores,

(1) *A Locomotiva* n.º 52 de 11 de setembro de 1883.

pilotos e marinheiros. E se digo que não eram estes exclusivamente os moradores do sitio é porque encontrei noticia de que em 1440 vivia na sua *casa da Granja* o tabellião Affonso Vicente. Passados bastantes annos o officio andava ainda na familia; tinha o um seu neto André Annes, morador como aquelle na mesma *casa da Granja*.

Mas nem por ser habitada quasi que só por marinheiros e pescadores se deve julgar que fosse de somenos importancia sua população. Nada d'isso.

*

Nos primeiros tempos da monarchia portugueza Aveiro foi uma terra de pescadores e marinheiros. Sentada, como está, disse eu algures, á beira do Oceano, o desejo de lhe devassar os ignotos segredos devia ser inherente aos seus sonhos de creança. E foi-o com effeito. A vocação maritima despertou mui cedo na alma dos seus habitantes, que corajosos e intrepidos se arremessaram ao seio das vagas com as suas redes e caracalas ainda mesmo antes dos fins do seculo XII. (1)

Da parte que tomaram os aveirenses nas nossas descobertas e conquistas d'alem-mar, bem como da importancia que alcançou aqui a pesca em tempos idos, direi no capitulo seguinte quando tractar da antiquissima ermida de Nossa Senhora d'Alegria, mas fique desde já assente que Aveiro se aristocratizou só muito tarde.

*

(1) *Exposição districtal de Aveiro em 1882—reliquias da arte nacional—photographias inalteraveis de E. Biel & C.^a—texto de Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos.*—Aveiro—«Gremio moderno»—MDCC., l. XXIII—pag.5.

E' sobretudo interessante a historia das pescarias, por tanto em caso nenhum a devia deixar esquecida ainda que para isso tenha de vencer não poucas difficuldades. A maior de todas é, a falta quasi absoluta de documentos originaes. Os archivos que ha em Aveiro, a este respeito são pobrissimos, o que não quer dizer que sejam ricos sob outro qualquer ponto de vista historico. O unico que me forneceu alguns esclarecimentos e estes na verdade preciosos foi o da antiga confraria de Nossa Senhora d'Alegria, hoje pertencente á junta de parochia da freguezia da Vera-Cruz. No da alfandega, bem como no da camara, onde é de presumir que existissem muitos e valiosos, nada encontrei.

A' falta de manuscriptos foi preciso recorrer ás obras impressas, que sobre o assumpto tambem não são em demasia. Além do *Ensaio sobre os descobrimentos e commercio dos portuguezes em as terras septentrionaes da America*, de Mendo Trigoso, e da *Memoria sobre a decadencia das pescarias em Portugal*, de C. B. de Lacerda Lobo, e d'*Os Cortes Reaes*, do sr. Ernesto do Canto, pouco mais ha que se possa consultar com segurança.

*

Disse que no archivo municipal nada encontrei sobre as navegações e pescarias dos aveirenses, e dizendo-o disse a verdade. E' mais que provavel que alli existissem documentos importantes a este respeito, mas se existiram desapareceram por completo. Inutilizou-os o tempo, ou antes a incuria e o completo abandono a que ha muito está condemnado o archivo, pois o mal não é d'hontem nem d'hoje.

Nos fins do seculo XVIII o dr. João Pedro Ri-

beiro, que o examinou, fez do seu estado então este relatório:

«O archivo da camara de Aveiro se conserva em um armario embebido em uma das paredes da casa da camara, que se acha externamente exposta a todas as injurias do tempo. Não se tendo aberto havia muitos annos, apenas pude advertir, que alli se conservavam alguns papeis e livros antigos cheios de mofo, e quasi perdidos; porque indo examinal-os, o mesmo vapor mefetico me atacou de forma, que me obrigou a desistir da empresa, reservando-o para occasião mais opportuna, e com as devidas cautellas.» (1)

E passado um seculo com relação á parte antiga do archivo municipal, isto do que já existia quando João Pedro Ribeiro o avistou, apenas ha a dizer que mudou de local e nada mais. Ao certo não se sabe o que contém, não existe inventario ou a mais simples indicação dos documentos que n'elle se guardam.

Cabe d'isto inteira responsabilidade aos secretarios do municipio que se tem succedido, no espaço de dois seculos talvez. Procurei saber o nome de todos elles, para que escrevendo-os aqui ficassem sujeitos a estigma publica, mas não o pude conseguir.

*

Na impossibilidade pois, de organizar uma lista tão completa como fosse possível dos secretarios da camara de Aveiro, indicarei os que exerceram este

(1) *Observações historicas e criticas para servirem de memorias ao systema da diplomata portugueza*, Lisboa, MDCC., XCVIII, parte I pag. 13.

cargo desde o meado do século XVIII até hoje 29 de janeiro de 1894. 1.º André Botelho d'Eça Telles, 1757 a junho de 1763; 2.º Bacharel Antonio Thomaz da Cruz Mendes, 11 de junho de 1763 a fevereiro de 1769; 3.º Antonio José das Neves, março de 1769 a janeiro de 1828; 4.º Francisco Antonio de Almeida, 31 de janeiro de 1828 a maio de 1834; 5.º Custodio de Pinho, de 12 de maio a 16 de setembro de 1834; 6.º Custodio Joaquim de Oliveira, de setembro de 1834 a 13 de junho de 1835; 7.º José Venancio da Silva Guimarães, 9 de junho de 1835 a 6 d'agosto de 1870; 8.º Paulino Apri-gio Pereira Mendes, de 8 d'agosto de 1870 a setembro de 1876; 9.º Francisco de Pinho Guedes Pinto, de 1 de julho de 1876 a dezembro de 1891; 10.º Firmino de Vilhena, 12 de maio de 1892 a...

De serviços prestados por estes funcionarios ao archivo municipal resta apenas noticia dos do secretario Antonio José das Neves, que no verso dos pergaminhos escreveu o summario do que cada um continha. Para isto porém submetten alguns d'elles a uma agoada de galha que os tornaou quasi ineligiveis.

Do actual secretario o meu amigo e collega Firmino de Vilhena ha bastante a esperar, pois á sua illustração reúne um espirito muito methodico de que é testemunho a organisação que ultimamente deu a uma parte do archivo.

Vê-se d'aqui, portanto, que as musas não são incompativeis com os papeis velhos, porque Firmino de Vilhena além de jornalista distincto, é tambem poeta. Dos seus versos, muitos dos quaes estão publicados em volume ou folhas periodicas, destarei as seguintes estrophes:

Ao desamparo

I

Quando a lancha partiu, a mãe tinha nos braços
o filho, o seu amor.

Começara a estender-se a treva nos espaços,
e no seu meigo olhar uma expressão de dôr.

II

Ficara-se a fitar o turbilhão das aguas
e o vendaval nascente;
como se aquelle mar coalhado já de maguas
lhe tivesse banhado a alma de repente.

III

A distancia sumira a lancha no oceano
entre as vagas e os cens.
... Só se avistava ao longe a flamula do panno,
como um triste signal de derradeiro adeus!

IV

Horas depois pairava a morte nos espaços,
e no fundo d'essa alma a viuvez e a dôr...
Só lhe restava agora o que tinha nos braços:
o filho, o seu amor!

*

Voltando a occupar-me do archivo municipal,
devo dizer que do que está feito ao que resta fazer ain-
da vae muito. Hade necessariamente haver alli filões

que é mister explorar. No meio d'aquella babel de papelada velha, em grande parte inutilisada pela acção do tempo e pouco cuidado dos homens, deve existir ignorado ainda, um ou outro documento importante, uma ou outra noticia interessante e valiosa para a nossa historia local. E' urgentissimo que de tudo se faça uma escolha cuidadosa e prudente, que se organise um indice methodico do que por lá houver e que em fim se traslade para um novo livro de registo, que viria a ser o n.º 4 visto existirem no archivo já tres sob esta denominação. tudo que parecesse não dever jazer por mais tempo no esquecimento, salvando-se assim da ruina certa e muito proxima a que estão condemnados, os livros das vereações e mais documentos existentes no archivo anteriores ao seculo XVIII.

Para que se realise este melhoramento, concorrerei com o pequeno cabedal dos meus conhecimentos e com a minha boa vontade trabalhando alli nas horas que me deixam livres as minhas occupações officiaes, se tanto fôr necessario.

*

Referi-me ao archivo da confraria de Nossa Senhora d'Alegria, e parece-me que fiz uma revelação, pois não me consta de que alli se tenha feito qualquer pesquisa sob o ponto de vista historico ou de qualquer pessoa que d'elle tenha dado noticia. E é para lamentar que assim succeda, pois ter-se hia evitado talvez o extravio de muitos documentos originaes que n'elle deviam existir, e que tinham immediata relação com a historia das nossas pescarias.

Felizmente de alguns d'elles existe uma copia authentica n'um chartulario antigo, impropriamente

denominado tombo, pois se na verdade se trasladaram n'elle escripturas e titulos de posse de differentes propriedades pertencentes á confraria tambem se lançaram alli muitos outros documentos de indole inteiramente diversa ainda que não menos valiosa. D'estes o mais antigo é uma escriptura, que passo a transcrever, pois d'ella se vê que os pescadores de Aveiro no meiado do seculo XV formavam ja uma corporação legalmente constituida :

Em Nome de Deos Amen. Saibão quantos este Instrumento virem como vinte e cinco dias do mez de Junho Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatro centos e quarenta e um annos em a Villa d'Aveiro, terra do Senhor Infante Dom Pedro, Regedor, no Enxido das Casas da Granja, que são em Villa nova da dita Villa, que são de mim Affonso Vicente, publico Tabellião pelo dito Senhor, em a dita Villa e seus termos, em minha presença e das testemunhas que ao diante são escriptas parecerão ahí Joane Annes Falconeto e Vicente Affonso moradores na dita Villa, Ayres e outros muitos Confrades da Confraria da Eremida de Santa Maria de Sáa, e disserão que era verdade, que ha muitos annos e tempos que os Pescadores moradores na dita Villa fizeram e ordenarão por serviço de Deos e da Virgem Santa Maria Confraria de Santa Maria de Sáa, a qual Confraria elles tiveram e mantiverão assim seus antecessores delles que presentes estavam, dandolhes do que gansavão e lho Deos dava e dá assim ao már como ao rio, certa couza que elles Confrades aliás certa couza que entre elles Confrades era ordenada e tem até ora, na qual Confraria ordenado que um Capellão cantou e canta desde então até ora todo o anno pela renda que lhe elles davão e dão, em cada um dia uma missa, e do mais que sobejava se fizeram e fazem outros bẽs a pobres a serviço de Deos e de Santa Maria, e que ora elles todos juntamente assim como estavam presentes depois que lhe filharão comto de sua Confraria e da Renda como então lhe filharão,

e depois de seus comtos santos mandarão chamar a mim sobredito Tabellião e prezente de mim disserão, que era verdade que a dita Confraria era muito desfallecida de suas rendas, que elles sohião d'al aliás sohião d'haver por serviço de Deos e da Virgem Maria, que não rendia ora tanto como sohia de render, nem tinhão, nem podião haver por onde pagar o Clerigo que canta a dita Confraria em cada um dia, e outras couzas que entre elles são ordenadas, assim d'Albergarias, como de outras esmollas que entre si fazem e dão e pagão da dita renda, e que vendo elles todos Confrades tudo esto e desfallecimento da dita renda pela qual não podião haver tanto per que pagassem o dito Capellão, e couzas sobreditas, que poreim elles todos assim juntamente como estavam Confrades da dita Confraria por Serviço de Deos e da Virgem Maria, e por acrescentamento da dita renda, e da dita Confraria ser mais perfeita, e por honra della e delles Confrades que não e outorgavão e ordenavão estas couzas, que se ao diante seguem—Primeiramente, que todos os Confrades que forem ao mar pescadar cada um sobre si, que dê á dita Confraria doze peixes aliás á dita Confraria de doze peixes um; e se forem ao Rio dois homêns ou tres ou quatro, ou mais, que dêem á dita Confraria meio quinhão do que Deos lhe der aliás do que lhe Deos der; e se estes Confrades andarem em Navios, paguem em cada um mez dés reis brancos cada mez ou seu direito valor, e outro sim se andarem estrangeiros pague cada um dés reis cada mez; e fizerão por Procurador por um anno ao dito Vicente Affonso, Arraes, e que logo no dito anno seguinte será Juiz; e outro sim ordenarão mais, que o que for Procurador da dita Confraria um anno, que logo no outro anno seguinte seja Juiz d'elles Confrades, e assim em cada um anno, e que Sentenças, que elle dito Juiz desse entre elles ou penas pozesse ou pezer que seja firme e valioza para sempre e se cumpra, e para elle se faça obra execução em quaesquer autos, que a elle pertence segundo se fizer e faz, por quaesquer Sentenças firmes e valiosas que possam ser, e são dadas por quaesquer Juizes que sejam e por logo fizeram para Juiz o dito Joane Annes Falconete;

que presente eso mesmo estava por este primeiro anno, e que suas Sentenças e penas que elle desse e pozesse fossem firmes estaveis pela guiza que dito é e declarado, e desuso os que de pos d'elles vierem e descendessem ao diante, que na dita Confraria queirão entrar, e os que ja em ella são postos por Confrades. — Ordenarão ainda mais, que se por ventura finir algum dos Confrades da vida deste mundo ou seja mulher ou filho ou filha ou servida, que haja de ser enterrado á segunda-feira, que nenhuma Barca da dita Villa se não parta della, nem a companhia della até ser enterrado o dito finado ou finada sob pena de pagar cada um um arrate de cêra. — Ordenarão mais, que se se fiarem pela Semana, e alguma Barca vier á Villa, que a dita Barca e Companhia della se não parta nem vá ao Rio, nem ao Mar, até ser enterrado, sob a dita pena. — Outro sim fizerão andadores, Antão Vasques Pardi-lhão, e Affonso de Vagos, que presentes estavam, que façã, saber aos Arraes quando alguns forem doentes, para Leixarem alguns para guardarem os doentes, e que os que não quizerem ficar por mandado do Arraes de cada uma Barca, que pague a dita pena. — Quando a contecer, que algum sahido seja feito por honra e prol e a crescentamento da dita Confraria e Confrades della, sejam teudos os Confrades todos de ir a elle; e os que não forem a elle, e for provado que é na Villa ou Logar, que pague a dita pena. — Ordenarão, que todos sejam em honra, e a crescentamento da dita Confraria como Verdadeiros Irmãos, e que nenhum não faça o contrario, e qualquer que o contrario fizer, pague a dita pena. — Se o Clerigo não for Regidente ao que lhe mandar o Juiz da dita Confraria, que o dito Clerigo pague a dita pena. As quaes couzas e cada uma dellas os ditos Confrades da dita Confraria, que ali presentes estava n outorgarão e prometerão de tudo ter e manter pela guiza que dito é declarado e desuso; e os Confrades que ali presentes estavam, e que esto todo fizerão e ordenarão e outorgarão e prometerão de tudo ter e manter aliás que são escriptos por minha mão em um Livro que tem Alvaro Gonçalves Capellão da dita Confraria, por que mandarão que assim fôsse feito, por quanto uns morrião,

outros nascião, e pela dita razão foi assim ordenado, que se fizesse assim o dito ról de fora d'este Instrumento, por que dizião, que assim seria melhor ordenado de se fazer; Em testemunho de tudo outorgarão os ditos Confrades por Serviço de Deos e da Virgem Maria ser feito assim este Instrumento, e dous, e os que lhe cumprissem, e forem mister, e o dito Joane Annes Falconete, Arraes e juiz da dita Confraria, e o dito Vicente Affonso, Arraes e Procurador della, assim o pedirão, e os ditos Confrades lhes outorgarão e mandarão dar, que foi este Instrumento feito e outorgado em a dita Villa d'Aveiro alias em a dita Villa, e no dito Logio da dita Granja dia mez e ora Sobredita; testemunhas, que pr ezentes estavam João d'Ovar marinheiro, e João Affonso d'alem Vouga, e João Lourenço Toca, e Affonso Annes, filho de Calnete, e João Rodrigues da Valha, pescadores moradores na dita Villa, e Confrades da dita Contraria, e outros; e eu Sobredito Tabellião, que a esto tudo presente fui, e este Instrumento para a dita Confraria e Confrades della escrevi, e aqui meu Signal fiz, que tal é.

*
Escusado é encarecer a importancia do documento que acabei de transcrever, pois ella é bem palpavel. E como este quantos outros se não tem perdido? Entregues á guarda da mesma corporação que hoje está de posse do templo da confraria de Nossa Senhora d'Alegria, a junta de parochia da Vera-Cruz, estavam tambem differentes livros manuscriptos com capas de pergaminho, pertencentes ás egrejas da Vera-Cruz e de Nossa Senhora d'Apresentação, entre os quaes ha dois assás curiosos, que são os chamados *Livros das visitas*, pois por elles se recompõe em grande parte a historia d'estes dous templos.

Ha poucos annos, quando se procedia a demolição da igreja da Vera-Cruz, foram todos estes livros encontrados n'um armario da sachristia que ficava

junto á capella-mór. O então presidente da junta de parochia, examinou-os minuciosamente segundo elle proprio me affirmou, e em resultado d'esse exame, escreveu na capa de cada um d'elles as palavras *não presta*, isto é, como não se referiam a qualquer direito ou propriedade da junta não prestavam e como taes os mandou lançar fóra. O acaso permitiu que eu chegasse no momento em que o sacristão da egreja ia dar execução á terrivel sentença. Informado rapidamente do triste fim dos pobres manuscriptos, pedi que m'os deixassem lêr primeiro, antes de os lançarem para o entulho. O meu pedido foi deferido com o generoso offerecimento de todos elles. Mas este caso não é novo. Attestam-n'o estas palavras de Herculano:—«Por quasi todos os archivos se encontram pergaminhos, nas costas dos quaes se escreveu a palavra fatal *inutil*. Inutil quer dizer que não serve a algum interesse material da corporação. Em regra, é no meio d'estas inutilidades que se vão achar os documentos historicos mais importantes.» (1)

Igual pena á que aquelles manuscriptos foram condemnados tem soffrido muitos outros por esse paiz fóra. O mesmo dr. João Pedro Ribeiro, que tão mau juizo fez do estado do nosso archivo municipal, escrevendo ao douto arcebispo D. fr. Manuel do Cenaculo, em data de 20 de novembro de 1797, começava assim a sua carta: «Como pertende ainda V. Ex.^a se ache nos cartorios de Braga essa preciosidade, depois da proscripção que praticou no principio d'este seculo o Conego Fabriqueiro Bento Maciel, vendendo a Li-

(1) *Opusculos*, tomo I.—Lisboa, 1873—pag. 243.

vreiros e Bate folhas todas os codices que encontrou de letra *rabuda*, como intelligíveis, e consta que eram Biblias, Missões, Breviarios, codices de Concilios e de Padres. No cartorio do Cabido do Porto existe o libello contra um cartorio por ter dado o mesmo fim a arrobas de Pergaminhos: outro da mesma Sé cortou os sellos todos para poder encadernar os mesmos Pergaminhos, e os juntou em uma gaveta. Outro cartorio do Cabido de Vizeu levou para casa todos os que achou que não serviam, por serem de letra *emperrada*, e fez d'elles Acto de Fé no seu quintal; de forma que as Doações de D. Fernando de Leão aquella Sé, e outros documentos coevós, e anteriores á nossa monarchia em vão se lá procuram.

Tudo isto factos do illuminado sec. 18 depois de se terem salvado de seculos barbaros e de carnagem. (1)

Infelizmente taes attentados não pararam com o seculo XVIII, já no actual e bem modernamente elles se tem repetido e com frequencia. N'um livro publicado ha poucos mezes e por muitos titulos notavel, affirma-se que a Figueira presenciou em fins do seculo XIX o estranho caso de ser vendido em almoeda, a troco de alguns tostões o velho archivo d'alfandega indo a maior parte dos manuscriptos parar ás mãos dos fogueteiros de Coimbra. (2)

Em Aveiro tem-se por vezes dado factos identicos. A maior parte do archivo da antiga camara de

(1) *Boletim de bibliographia portugueza*, sob a direcção do sr. Annibal Fernandes Thomaz, vol. 1, pag. 10.

(2) *Materiaes para a historia da Figueira nos seculos XVII e XVIII*, por o sr. Antonio dos Santos Rocha.—Figueira, 1893.—pag. 13.

Esgueira, foi vendido a pezo no mercado annual que alli se verificava em novembro, e que era conhecido pela feira de S. André; de fórma que os livros e mais papeis que pela extincção d'este concelho, vieram para o archivo da camara de Aveiro em 30 de janeiro de 1837, vão pouco mais além do ultimo quartel do seculo XVIII.

*

Pelas 3 horas da madrugada de 20 de julho de 1864 começou a sair muito fumo negro e espesso pelas janellas do segundo andar do paço episcopal, onde desde 1847 se achavam installadas as repartições do governo civil. As torres davam pouco depois signal de fogo e passada meia hora uma multidão enorme, composta de pessoas de todas as classes, corria a presenciar atterrorisada um espectáculo medonho. O fumo que a principio saía das janellas, era agora substituido por enormes linguas de fogo e o telhado começava a vomitar chammas envoltas n'uma nuvem densissima de pequenos fragmentos de papel, meios carbonisados, que o vento arrojava para uma distancia incrível. Era o archivo do governo civil diluindo-se em chammas, e conjunctamente com elle o cartorio da antiga provedoria. Este, principalmente era importantissimo; como se sabe, aos *provedores* cumpria fazer executar os testamentos, rever as contas das capellas, dos hospitaes, dos recebedores das sizas, dos municipios, etc. (1). por isso que diversidade de documentos alli não existiria.

(1) *Estudos de administração*, pelo sr. Joaquim Thomaz Lobo d'Avila (hoje conde de Valbom). Lisboa, 1874, pag, 26.

Isto junto á grande extensão da antiga comarca d'Esgueira, que depois veio a ser a de Aveiro, tornava este cartorio um dos mais importantes no seu genero, que existiam no paiz. O sr. Conselheiro José Ferreira da Canha e Sousa, que por largos annos aqui exerceu as funcções de secretario geral, que em outros districtos desempenhou eguaes, bem como as de governador civil, tem-me affirmado por varias vezes que em nenhum dos districtos em que esteve encontrára outro semelhante. Havia alli muitos documentos importantes que diziam respeito aos haveres de centenas de familias e corporações pias e de beneficencia, bem como muitos elementos de estudo sobre varios pontos de vista, tanto historicos como economicos. Tudo isto foi reduzido a cinzas em menos de duas horas.

No primeiro andar do edificio estava installada a repartição de fazenda do districto, bem como o seu respectivo archivo. N'este guardavam-se já os livros e mais papeis que haviam pertencido aos conventos do Carmo, S. Domingos e S. Bernardino, d'esta cidade; e aos de S. João Evangelista, da Feira, e de Cucujães (Oliveira d'Azemeis), os tombos das commendas de Rossas e outras, e os das Casas de Aveiro e da Feira. Tudo isto foi felizmente salvo.

Cabe essa gloria ao continuo da repartição de fazenda o sr. Manuel Nunes Morgado, que com grave risco de ser soterrado pelos tectos que desabavam, conseguiu tirar das estantes onde se guardava e lançar por uma janella para a rua dos Tavares toda essa papellada, onde havia e ha ainda muita cousa aproveitavel e que seria victima das chammass se não fosse

a sua dedicação. Este importantissimo serviço foi galardoado apenas com um simples officio do chefe da respectiva repartição, contendo meia duzia de palavras amaveis. Na occasião, alguém disse ao modesto funcionario que elle seria condecorado.

— Dêem-me dois *pintos* (960 réis) e fico satisfeito, respondeu elle.

Pois nem os dois pintos lhe deram, a condecoração essa veio é verdade, e por signal que foi a Cruz da Torre Espada, mas não para o continuo que havia arriscado a vida, mas sim para um official do exercito de appellido Silva, então encarregado da repartição de pesos e medidas, que sem esforço nem perigo algum ordenou um ou dois cortes n'uma parte do edificio que o fogo não havia attingido ainda. E' por este modo que quasi sempre em Portugal se premeiam os serviços relevantes.

Annos depois, o archivo da repartição de fazenda foi enriquecido com os cartorios dos extinctos conventos de Jesus, Carmelitas e Sá, d'esta cidade, e com o de mosteiro de S. Pedro e S. Paulo, d'Arouca. Este ultimo deu entrada alli em 4 de junho de 1892. Apesar de ser o ultimo é o mais valioso, não obstante muitos documentos d'elle já estarem ha muito no Archivo Nacional.

A proposito d'isto escreveu o meu amigo Pinho Leal no seu *Diccionario* — «O sr. Herculano foi por ordem do governo examinar o archivo do convento d'Arouca (parece-me que em 1860) para alli tirar esclarecimentos para a sua *Historia de Portugal*. Trouxe para Lisboa uma carga de papeis velhos, que escolhi-

dos por individuo tão competente, decerto haviam de ser importantissimos. Não foram ainda restituídos ao mosteiro, nem o devem ser; porque havendo alli actualmente (1873) só tres freiras, está aquillo acabar, e toda a papellada do convento será provavelmente espatifada. Ao menos os que estiverem em poder do sr. Herculano serão salvos do cataclismo inevitavel aos outros.» (1)

Não foram os estudos preliminares da sua *Historia de Portugal* que levaram Herculano a Arouca, nem tão pouco foi em 1860 que este alli esteve. O exame ao archivo fel-o nos dias 22 e 23 de julho de 1854, e rasão da escolha que no mesmo fez, foi o reunir materiaes para a publicação do *Portugaliae Monumenta Historica*, onde foram já publicados alguns dos documentos do mesmo archivo. O mais antigo que foi transcripto é de 883 e veem no vol. I, fasc. I—*Diplomata et chartae* a pag. 6 com esta epigraphie:

«Charta venditionis quorundam prohe flumen Paiva. Apographum saeculi XI, ut vidatur ex chartophylacio Monasterii Araucensis in Publicum Archivum delatum textum nobis suppeditavit.»

Esta publicação feita pela Academia real das sciencias era dirigida por Herculano, que julgando-se desconsiderado por o governo haver nomeado guarda-mór da Torre do Tombo o ex-secretario perpetuo d'aquella academia Costa Macedo, com quem se havia tornado incompativel, não só se demittiu d'aquella commissão academica e de vice-presidente d'esta corporação, mas até mesmo chegou a resignar o seu diploma de socio.

(1) *Portugal antigo e moderno*—tomo I, pag. 238 e s.

Foi na sessão da assembléa geral da academia, de 31 de março que, Herculano motivou e apresentou o seu pedido de demissão.

Na discussão que tal pedido motivou é digna de notar-se a opinião de José Estevão que se affastou da de todos os outros socios presentes. Disse o grande tribuno:

«Que havia de acompanhar a Academia em todas as suas resoluções de honra, reservando-se contudo a faculdade de fazer todas as observações que lhe parecessem justas. Que por espirito de camaradagem subscrovia a todas as resoluções da Academia, mas desejava que a questão do secretario perpetuo acabasse por uma vez; que a sua opinião como individuo era diametralmente opposta ás que vogavam na assemblea. Que o seu parecer era que o sr. vice presidente não se devia retirar da Academia; que a Academia não devia representar contra a nomeação do antigo secretario perpetuo para guarda mór da Torre do Tombo, ficando a todos os academicos, como cidadãos, o direito de protestar na imprensa contra o despacho do guarda mór.» (1)

Da carta que Herculano dirigiu em 30 d'abril d'aquelle anno á Academia sobre o mesmo assumpto passo a transcrever as seguintes linhas em que ha uma insinuação que é mister archivar:

«Se a razão nos assegura, que o ministro obrava mal deliberadamente, um facto significativo vem confirmar de mais directo modo a indução do raciocinio. Se lançardes os olhos para as columnas do *Diario do Governo*, onde se lêem a cada passo os diplomas de nomeação dos empregados ainda

(1) *Conta dirigida ao ministerio do reino pela segunda classe da Academia Real das sciencias sobre o estado dos trabalhos relativos á publicação dos monumentos historicos de Portugal e sobre a suspensão d'elles.*—Lisboa, 1856, pag. 3.

mais obscuros, não busqueis lá o do novo guarda-mór da Torre do Tombo, porque não o haveis de encontrar. Sabeis o que é este silencio? E' a voz da consciencia do ministro.

E depois não ouvistes segredar pelos cantos não sei que intervenções da corôa n'este deploravel negocio? A deslealdade e a inconstitucionalidade parece terem substituido a doutrina que faz responsaveis só os ministros. Acaso n'esta quadra que vamos atravessando, e que tantas vezes nos recorda as paginas mais tristes da historia do Baixo Imperio, deixou de acatar-se já, não direi a personificação de um supremo principio politico, impecavel e sancto, mas, ao menos, a innocencia e a probidade dos dezoito annos, (1) em que ainda todos cremos na justiça publica e na lealdade dos homens? Nem sequer uma fronte pura escapará ao lodo, que para nós espadana do charco das paixões politicas? A calumnia, murmurada em voz baixa, ha de negar-se a si propria. Bem o sei; porque sei que a certos individuos falta até o esforço das grandes covardias. Mas que me importa isso, se o murmuro da calumnia nem só por mim foi ouvido?»

*

Por se relacionar tambem com o objecto de que por incidente me occupei e mesmo por ser hoje quasi desconhecida transcrevo aqui a seguinte representação dirigida a el-rei para que fossem removidos os obstaculos que se oppunham aos trabalhos historicos de Herculano:

SENHOR!

Trazer com a historia á geração presente, e levar ás futuras, os homens e os successos desde o berço de uma nação, é um nobre feito para merecer muito da patria. Além do augmento que dá, e é grande, á somma da riqueza litteraria, põe de pe, e á vista de todos, atravez dos seculos, os erros e

(1) Herculano, referia-se ao reinante o sr. D. Pedro V que então contava 18 annos, e que parece que protegeu mais que devia o individuo, cuja nomeação para guarda-mór da Torre do Tombo tamanha celeuma levantou.

os acertos do passado, onde o presente e o futuro podem aprender muito.

Mas se aquelle empenho é sempre para grandes forças e trabalho, crescem as difficuldades n'esta nação onde, senão ha mingoa demasiada d'historiadores, ha com tudo sobejidão de fabulas emmaranhando as historias, assim que bem poucas, sem grande vergonha nossa, poderemos apresentar aos estranhos: fructos de bôa tenção mal avizada, senão de credulidade nimia.

Ainda bem que ahí se ergueu ha annos um homem arcando com a empreza. Foi Alexandre Herculano. Preparou cabedae para a obra com muitos annos d'aturado estudo, e pela parte que já vio a luz, VOSSA Magestade, competente apreciador, a avalia. Porém Alexandre Herculano teve motivos que o induziram a descontinuar, e este acontecimento, que importa uma grande perda nacional, não pode deixar de ser profundamente sentido por VOSSA Magestade.

E ainda que o paiz tenha por si contra a perseverança do erudito escriptor em seu proposito, o sabio que a sciencia põe a cima de vulgaridades, e a consciencia que elle tem do dever de a fazer fructificar a bem da humanidade;—com tudo os supplicantes:

P. a VOSSA Magestade que se digue providenciar de tal modo, que Alexandre Herculano continue a escriptura e publicação da Historia e Monumentos Historicos de Portugal.

E. R. M.

Aveiro 20 de junho de 1857.

Joaquim José Coelho de Sequeira, bacharel formado em canones pela universidade de Coimbra, e vigario geral do bispado de Aveiro—Eduardo de Serpa Pimentel, bacharel em direito, e socio do Instituto de Coimbra — Alberto Ferreira Pinto Basto—João Carlos do Amaral Osorio, par do reino—João Saraiva Pereira de Mello Brandão —Antonio de Sá Barreto d'Eça Figueira e Noronha — Francisco Joaquim de Almeida, major addido ao governo militar de Aveiro—Antonio

de Abranches Lobo de Figueiredo, bacharel em direito—Manuel José Marques da Silva Tavares, bacharel em direito—Luiz Candido Teixeira de Moura, bacharel em direito—José Estevam Coelho de Magalhães—José Ferreira da Cunha Junior—Sebastião de Sá Pinto Barreto d'Eça—Alfredo de Figueiredo Perry, bacharel em direito—Manuel José Barboza—Francisco José de Oliveira Queiroz, reitor do lyceu de Aveiro—José Joaquim da Silva S. Tiago, bacharel em direito—Bento de Magalhães, bacharel em direito—Antonio do Canto e Castro, tenente graduado do exercito—Germano Antonio Ernesto de Pinho, professor e secretario de lyceu de Aveiro—Joaquim Carlos da Silva Heitor, tenente graduado de caçadores n.º 2—Francisco Thomé Marques Gomes, bacharel em direito—Agostinho Fernandes Melicio, bacharel em direito—Joaquim Pereira Peixoto Sarmiento de Queiroz, mestre eschola da Sé do Porto — Manuel Rodrigues Branco Junior—Sebastião José Leal Pinto, tenente de infantaria n.º 2. —o vigario Manuel Rodrigues Tavares de Araújo Taborda, bacharel formado em direito canonico—José Pereira de Carvalho e Silva, bacharel em direito — José Chrispiniano da Fonseca e Brito, medico-cirurgião — Joaquim Thimotheo de Sousa da Silveira, bacharel em direito — Luiz Antonio da Fonseca e Silva—José Joaquim de Carvalho e Goes—Francisco Manuel Ceuceiro da Costa — Manuel Rodrigues Simões, bacharel em direito—Joaquim Pedro Dias Sant-Iago, bacharel em direito—Joaquim Pedro Alvares de Mello, bacharel em direito—Joaquim Corrêa da Rocha Martins, bacharel em direito—João de Miranda Ascenso, prior de Vagos—Cypriano dos Santos—José da Graça, bacharel em medicina—O padre Vicente Maria da Rocha—O padre João Mendes Esteves—Casimiro de Almeida Barreto, bacharel em direito — João da Costa Fonseca de Lemos Cardoso, bacharel em direito—Francisco Faustino Pereira da R. e Brito, estudante do 3.º anno juridico—José Ferreira Lucena—José Bernardo de Castro—Luiz Maria dos Santos, capitão de caçadores n.º 3—José Maria dos Santos Pacheco, medico-cirurgião — Jeronimo Fernandes da Silva—Agostinho J. D. Pinheiro e Silva—Jo-

sé Eduardo de Almeida Vilhena, socio honorario correspondente do instituto literario de Pernambuco—Manuel Firmino d'Almeida Maia, proprietario e redactor do *Campeão de Vouga*.

*

A não ser o archivo da Torre do Tombo e um ou outro da provincia, pode-se dizer que em Portugal a organização methodica dos archivos publicos está ainda por fazer e tarde ou nunca se fará. E se isto é já uma contrariedade enorme a vencer para quem deseja fazer alli investigações, maior é ainda a reclusão quasi absoluta em que a maioria d'elles se encontra e a que se junta muitas vezes á má vontade das pessoas que n'elles superintendem. Se o documento que se procura pôde produzir uma *certidão* ou uma *busca*, existe quasi sempre, se pelo contrario é apenas o fio d'uma investigação historica e que visa tão sómente ao interesse do publico em geral já ha muito que se não encontra, e que é mesmo provavel que a ter existido—haja desaparecido. E' esta quasi que sempre a resposta que recebem quando sem *papel sellado* todos esses obreiros que tem a *toleima* de querer recompor o passado a luz dos documentos que o mesmo nos legou, se aventuram a transpor os umbraes dos poirentos archivos.

E se nem sempre é aquella a razão porque se difficulta o exame de qualquer archivo ou documento, é então muitas vezes o receio de que taes pesquisas vissem tão sómente a interesses particulares; pois julga-se infelizmente ainda hoje entre nós, que não ha quem gaste tempo em decifrar pulvurentos e afumados documentos, a não ser por o desejo de tirar d'elles algum interesse material.

A mim por mais de uma vez me tem succedido isto, e se por um lado devo a registar offerecimentos e coadjuvações sinceras e prestadias, por outro tenho a ennumerar, senão recusas formaes pelo menos evasivas e delongas que mostram má vontade, para não dizer ignorancia, por tudo que representa um estudo consciencioso do passado. Louvores e censuras irão a seu tempo e em devido logar.

*

O facto que acabo de referir não se dava fatalmente, ou a dar-se revestir-se hia necessariamente de tamanha imprudencia que, raros archivistas ou depositarios de papeis de qualquer corporação, se aventurariam a negar a existencia dos documentos pedidos, logo que existisse um inventario ou indice dos que se achavam archivados sob a sua guarda. Mas para maior garantia dos que trabalham na seara ingrattissima lettras, era ainda mister que esses indices e inventarios fossem impressos e d'elles se fizesse larga tiragem. Pois a não succeder assim, a boa fé de muitos poderia ainda ser illudida com o fatal *não existe* a que ha pouco me referi. E querem um exemplo? Elle ahi vae. Do cartorio da mitra de Braga existe um inventario manuscripto que tem por titulo «*Mostrador geral do archivo da mitra bracaraense*», dirigido pelo desembargador provisor geral Ignacio José Peixoto—Anno de 1787.—Baseado n'elle pediu Camillo Castello Branco para esclarecimentos historicos, em 1863 ou 1864 copia de varios documentos respeitantes ao arcebispo D. fr. Bartholomeu dos Martyres e alli apontados como existentes no archivo, com designação até do n.º da gaveta e do masso onde se achavam, pois apesar de

tudo isto, «o archivista cheio de pia descripção respondeu que não existiam», assim o affirma o mestre. (1)

*

Alguns inventarios de archivos existem já impressos, mas estes, infelizmente são pouquissimos comparados com o grande numero d'aquelles. Muitos mesmo são rarissimos hoje, e difficilmente se encontram no mercado. Darei breve noticia dos que logrei conhecer, e com isto julgo prestar o bom serviço aos estudiosos e lançar as bases para uma bibliographia que, até hoje ainda ninguem fez ou pelo menos nunca se publicou. Principiarei pelos mais antigos e devidil-os-hei a todos pelas localidades em que existiram ou existem os archivos a que elles respeitam.

ALCOBAÇA.—*Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*, etc. Olyssipone ex-Typ. Regia 1775—Saíu anonymo mas suppõe-se ser seu auctor fr. Francisco de Sá. Criticando-o desfavoravelmente publicou, fr. Joaquim de Santo Agostinho França Galvão, uma «Memoria sobre os Codices manuscriptos do real mosteiro de Alcobaca» (2) o que deu logar a uma polemica litteraria assás interessante em que tomaram parte fr. Francisco Roballo, França Galvão e fr. Fortunato de S. Boaventura.

Os manuscriptos do celebre convento d'Alcobaca, que escaparam ao vandalismo de 1834, existem hoje no Archivo da Torre do Tombo, e na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(1) Bibliographia portugueza e estrangeira—1879—1.^o anno, n.^o 6, pag. 109.

(2) Memorias de litteratura da Academia Real das Sciencias de Lisboa—tomo V, pag. 293-352.

COIMBRA.—«Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no archivo da camara municipal de Coimbra—Primeira parte do Invententario do mesmo Archivo».—Coimbra 1863 fl.—Idem.—Fasciculo unico.—Segunda edição—Coimbra 1875 fl.—«Indices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da camara municipal de Coimbra.—Segunda parte do inventario do mesmo archivo.—Fasciculo primeiro».—Coimbra 1867.

Idem —Fasciculo II—Coimbra, 1869 fl.—Idem --Fasciculo III —Coimbra 1872.

A morte que roubou ás letras patrias, e especialmente aos estudos archeologicos, o distinctissimo e erudito organisador d'estes preciosos indices, o bacharel João Corrêa Ayres de Campos, obistou a que fosse levado afinal este notavel trabalho, não se realisando assim a projectada publicação na integra dos documentos mais notaveis do archivo municipal de Coimbra, que devia formar o 4.º e ultimo fasciculo da segunda parte.

Do valor d'este volume que não chegou a publicar-se dizem os seguintes periodos do meu prezadissimo amigo e mestre o sr. Joaquim Martins de Carvalho :

«O sr. Ayres de Campos além dos *Indices* tencionava publicar um volume, contendo, por extenso, numerosos e interessantissimos documentos, extrahidos do archivo municipal.

Grande numero de vezes se refere o sr. Ayres de Campos ao volume do *supplemento*, que se havia de publicar, depois dos *Indices*.

Tinha elle ha muito escripto as copias, em que havia tido um enorme trabalho; pois que só um habiliissimo paleographo, como elle, é que podia entender alguns dos originaes.

Entre esses documentos, que haviam d'entrar no volume do *supplemento*, eram dos mais curiosos, e que seriam de grande utilidade para a historia patria, aquelles que diziam respeito á parte importante que o senado da camara e povo de Coimbra haviam tomado nas pretensões de D. Antonio, prior do Crato, á corôa de Portugal.

Infelizmente o sr. Ayres de Campos, além de se achar cançado e falto de forças, por varias vezes nos disse que notava nas camaras municipaes, desde certo tempo, uma frieza a respeito da conclusão do seu trabalho, e como quem desejava evitar, por uma fórma indirecta, a despeza que faria o municipio com a impressão d'esse *supplemento*.

E assim, por esse espirito de mesquinhez, e pela ignorancia do valor d'aquella publicação, ahi ficaram o municipio de Coimbra e o paiz privados de uma publicação de valor enorme!

Lá se acham em casa do sr. Ayres de Campos, desconhecidas do publico, mettidas em pastas, onde por varias vezes as vimos, as copias d'esses preciosos documentos.

São cousas d'este paiz! (1).

«*Indice dos manuscriptos pertencentes á Bibliotheca da Universidade*». Publicado nos n.ºs 10, 12, 14, 16, 18, 20 e 21 do *Archivo bibliographico*.—Coimbra

(1) O *Conimbricense* n.º 4597 de 22 de setembro de 1891.

1877—Os manuscriptos catagolados vão até o n.º 393, mas como o jornal terminou com o n.º 21 ignoro se ficou completa a publicação do *Indice*.

«*Catalogo provisorio dos pergaminhos do cartorio da Universidade de Coimbra—1.ª parte*».—Coimbra 1880-8.º

Catalogo dos pergaminhos do cartorio da Universidade de Coimbra—Coimbra—1880-8 gr.

A differença entre as duas edições é apenas, aquella, ter sido feito a expensas do auctor, e esta, ás do Estado.

EVORA.—*Catalogo dos manuscriptos da bibliotheca publica eborense, coordenado pelo bibliothecario Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*—Tomo I—Lisboa 1850 fl.—(Comprehende as noticias dos codices e papeis relativos ás cousas da America, Africa e Asia). *Idem* coordenado com as descripções e notas do bibliothecario J. H. da Cunha Rivara e com outras proprias por Joaquim Antonio de Sousa Telles de Mattos.—Tomo II—Lisboa 1869.—(Comprehende a litteratura).—*Idem, idem*—Lisboa 1871.—(Comprehende a historia).

Além d'estes tres volumes chegaram a imprimir-se algumas folhas do 4.º e ultimo, sobreestando-se na impressão por ordem superior. A publicação era feita a expensas do Estado, mas como era de manifesta utilidade, foi suspensa, decerto em nome das economias.

Sobre outros manuscriptos existentes em Evora, especialmente no archivo municipal e no da Santa Casa da Misericordia, podem consultar-se com pro-

veito os fasciculos 12, 14 e 15 dos *Estudos eborenses*, do sr. Gabriel Pereira.

LISBOA.—*Indice geral dos documentos registados nos livros das chancellarias existentes no Real archivo da Torre do Tombo, mandada fazer pelas côrtes na lei do orçamento de 7 d'abril de 1838.*—Tomos I e II—Lisboa 1841.

A impressão do tomo II não vae além da pag. 48.

Indice geral dos documentos contidos no corpo chronologico existente no Real archivo da Torre do Tombo, mandado publicar pelas côrtes na lei do orçamento de 7 d'abril de 1838.—Tomos I e II—Lisboa 1845.

Suspendeu-se igualmente a impressão do tomo II a pag. 112.

O ultimo nome inscripto é o de João Fernandes, Quintador do Assucar da ilha da Madeira. Ignoro o motivo que determinou a suspensão *indefinida* da impressão d'estes utilissimos indices, bem como o da extrema raridade dos exemplares que se imprimiram. Alguem me communicou que, não ha muitos annos, existia um grande numero d'elles amontoados e quasi perdidos pela humidade n'uma das dependencias do archivo nacional! E assim corre tudo n'este malfadado paiz em que publicações d'esta indole, que fazem os creditos litterarios de qualquer nação, teem este fim. Se esta publicação se tivesse concluido, quanto trabalho teria evitado aos investigadores que se veem actualmente obrigados a gastar mezes e mezes na Torre do Tombo, para poderem encontrar os documentos de que necessitam!

« *Noticia dos manuscriptos da livreria da Excelentissima casa de S. Lourenço, coordenada e redigida por José Maria Antonio Nogueira* ».—Ajuda, 1871, 8.º.

Estes preciosos manuscriptos, em que se comprehendem 64 cartas de D. João de Castro, e muitos authographos do celebre bispo de Silves D. Jeronymo Osorio, do chronista João de Barros, do antiquario André de Rezende, e de outros notaveis personagens do sec. XVI foi comprada pelo Estado, em outubro de 1875, pela quantia de 3:600\$000 réis e existe hoje na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Inventario dos manuscriptos da collecção Pombalina.—Lisboa.

Notavel collecção comprada á casa dos Marquezes de Pombal pelo Estado. Está hoje na Bibliotheca Nacional.

PORTO.—*Catalogo da bibliotheca publica municipal. Indice preparatorio do catalogo dos manuscriptos, com repertorio alphabetico dos auctores e assumptos e principaes topicos n'elle contidos*.—1.º fasciculo—Mss. Membranaceos.—Porto, 1879, 8.º gr.

Idem.—2.º fasciculo—Mss. Charthaceos: 1.ª secção—Geographicos.—Porto, 1885, 8.º.

Idem.—3.º fasciculo—Mss. Nobiliarios.—Porto, 1888, 8.º.

Idem.—4.º fasciculo—Mss. historicos.—Partes 1.ª 2.ª e 3.ª—Porto, 1892-93, 8.º gr.

Idem.—5.º fasciculo—Mss. militares.—Porto, 1893, 8.º gr.

A camara municipal do Porto, a quem pertence a bibliotheca, de cujos catalogos dos mss. até hoje

impressos dou noticia, tem prestado e continua a prestar um grande serviço com a publicação dos referidos catalogos, e dá um frisante exemplo do modo como zela os estabelecimentos confiados á sua gerencia. Se ao menos este exemplo aproveitasse aos nossos dirigentes em relação aos archivos e bibliothecas a seu cargo...

FRANÇA.—*Noticia dos manuscriptos pertencentes ao direito publico externo diplomatico de Portugal, e á historia, e litteratura do mesmo paiz, que existem na bibliotheca R. de Paris, e outras, da mesma capital, e nos archivos de França, examinadas e colligidas pelo segundo Visconde de Santarem.*—Lisboa, 1827, 4.º.

INGLATERRA.—*Catalogo dos manuscriptos portuguezes existentes no Museu Britannico. Em que tambem se dá noticia dos manuscriptos estrangeiros relativos á historia civil, politica e litteraria de Portugal e seus dominios, e se transcrevem na integra alguns documentos importantes e curiosos, por Frederico Francisco de la Figanière.*—Lisboa, 1853, 8.º gr.

Succinta indicação de alguns manuscriptos importantes, respectivos ao Brazil e a Portugal, existentes no Museu Britannico em Londres, e não comprehendidos no catalogo.—Figantière, publicado em Lisboa em 1853; ou simples additamento ao dito catalogo. —Habana, 1863, 8.º.

A advertencia, datada de Quito, fevereiro de 1862, é assignada com as iniciaes F. A. V. (Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, e que falleceu ministro do Brazil em Vienna d'Austria).

Eis ahí a bibliographia dos archivos portuguezes. Fazendo-a julgo que prestei um serviço aos estudiosos, mas como se alguma gloria d'elle me poder advir não pertence só a mim, é dever meu declarar que, para a sua confecção me foi valiosissimo auxiliar o meu illustrado amigo Annibal Fernandes Thomaz, que possui na sua riquissima livraria todos os volumes que deixo mencionados.

D'esta livraria, incontestavelmente uma das primeiras do paiz, e em algumas raridades bibliographicas unica, hei-de-me occupar ainda por mais d'uma vez e occupando-me d'ella terei tambem occasião de fallar do seu feliz possuidor, que a uma illustração não vulgar reúne todos os predicados d'uma nobilissima alma; e então direi ainda dos seus trabalhos litterarios com a justiça e louvor de que se tornam dignos.

Se merece louvores a camara municipal de Coimbra, dando publicidade ao importantissimo trabalho de Ayres de Campos, sobre o seu archivo, mais merecem ainda a de Lisboa e Porto; aquella mandando publicar os *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, de que já saíram seis grossos volumes e está o *Corpus codicum latinorum et portugalsium eorum qui in archivo municipalali portugalensi asservantur antiquissimorum jussu curiae municipalis editum*—*Diplomata, chartae et inquisitiones*, de que já está publicado o primeiro volume.

II

Ainda Villa Nova—Onde ouviam missa os seus moradores—Estrumeiras nas ruas—Uma ermida antiquissima—Invoca-se o testemunho de fr. Agostinho de Santa Maria—Se este escriptor alguma vez disse a verdade foi agora—Juizo critico que do mesmo faz Innocencio—Descripção de Villa Nova, escripta no seculo XVII—Antiguidade da Confraria dos pescadores—Santa Maria de Sá—Quando começou aqui a importancia d'aquelles—Uma affirmativa de Teixeira de Vasconcellos que não é verdadeira—Um tratado celebre—Opinião já antiga do auctor—Apreciação que de um livro do mesmo faz Teixeira de Vasconcellos—Pescarias antigas—A descoberta da Terra Nova e os aveirenses—Como se faz uma lenda—Revindica-se para os aveirenses a prioridade da pesca do bacalhau—Documentos comprovativos—Prosperidade que d'aquella pesca advem a Aveiro e sobretudo a Villa Nova—Importancia que chegou a ter a irmandade de Santa Maria de Sá—Publicam-se pela primeira vez os seus estatutos—Desconhecimento por completo d'este compromisso maritimo—Esta irmandade é o orgão official dos pescadores e mareantes—O seu tombo é menacial riquissimo de documentos para a historia das pescarias—Reproduzem-se alguns dos documentos n'elle exarados—Denuncia-se a existencia d'um hospital exclusivamente destinado aos pescadores enfermos—Volta o auctor a fallar da capella de Nossa Senhora d'Alegria—Transformações porque tem passado o pequeno templo—Vestigios da primitiva fabrica—A proposito de alguns azulejos antigos que ainda alli ha, faz-se a historia de todos os outros existentes em Aveiro, e dá-se noticia dos que modernamente produz a fabrica da Fonte Nova—Alfaias valiosas—Restos de maior quantia—Decadencia progressiva—Um administrador zeloso—Como d'um trolha se faz um coronel—Um cruzeiro—Divisão administrativa *modelo*—Razão porque entre Aveiro e Esgueira havia uma parcella d'um concelho estranho—Necessidade da criação d'um museu ar-

cheologico—Relembra-se uma ideia do redactor da *Epoca* e uma opinião apresentada em tempo pelo auctor, sobre o assumpto.

Abri o capitulo precedente fallando de Villa Nova e como o fechei sem quasi esboçar o que foi o sitio em tempos muito remotos, continuarei agora a sua historia e a dos seus moradores, dizendo primeiro onde todo esse povo ia assistir aos officios divinos, facto á primeira vista de sómenos importancia, mas no fundo de grande alcance historico. Em meados do seculo XV não havia aqui egreja cu ermida em que se podesse celebrar missa; a nascente povoação não tinha ainda então templo seu, e apesar de ter fronteiras mas já muros a dentro, além da egrejade S. Miguel a dos frades dominicos que o infante D. Pedro, senhor da terra, acabava de fundar, a sua população preferia ir cumprir o preceito dominical, a um concelho estranho. Os pescadores e mareantes de Villa Nova iam ouvir missa a Santa Maria, logar de Sá, então e, ainda mesmo não ha sessenta annos, pertença do concelho d'Ilhavo. No inverno principalmente não era nada convidativo, segundo se depreheende d'um documento da epocha, o trajecto até lá. Os moradores de Sá costumavam deitar em frente de suas casas e «na metade da rua e caminho d'el-rei» os estrumes com que na primavera aduvavam as suas searas, dificultando assim enormemente o transito. Os de Villa Nova, como eram obrigados a passarem alli quando iam ouvir missa, e não o podessem fazer com os seus trajes domingueiros, requereram em 1442 uma vistoria ao local. Foi esta realisada pelo juiz do concelho d'Ilhavo Pedro Lourenço, acompanhado de Diogo Moreira, es-

crivão do regente (o infante D. Pedro), em 13 de março d'aquelle anno. Reconhecida a justiça dos requerentes, intimou aquella auctoridade a André Rodrigues, Pedro Annes e outros para que não lançassem mais estrume «na rua e caminho de el-rei», sob pena de pagarem *cinco reaes* para o concelho. (1)

Uma razão havia para os moradores de Villa Nova irem ouvir missa a Sá de preferencia ás duas egrejas da villa e qual ella era deprehende-se bem do que passo a expôr.

*

Quasi que no limite nascente, da freguezia da Vera-Cruz, sobre uma pequena elevação (2) e hoje meio escondida pelas edificações que se lhe tem levantado pelo lado da estrada que liga Aveiro com Esgueira, ergue-se modesta e como que envergonhada da sua muita idade uma pequena ermida, parochia, segundo parece no seculo XIII, mais tarde, do primeiro quartel do seculo XV até ao primeiro quartel do actual, séde d'uma confraria muito importante. O aspecto exterior não lhe denuncia os annos, assim como a ornamentação interna não mostra a abundancia de meios que outr'ora teve.

(1) Tombo da confraria de Nossa Senhora d'Alegria —fl. 89.

(2) «O sitio em que esta egreja da Senhora da Alegria foi fundada, é algum tanto levantado, e assim se veem os navios que passam á vista da costa, os quaes em reconhecimento dos favores, que recebem d'esta Senhora, a salvam, quando passam do Porto para Lisboa». — *Santuário mariano*, tomo IV pag. 422.

A historia d'esta ermida é a historia dos pescadores e marinheiros aveirenses n'um periodo de quasi cinco seculos. Fazendo-se aquella, está por sim dizer feita esta.

Procurando saber a origem da ermida recorri em primeiro logar a fr. Agostinho de Santa Maria que diz:

«E' esta casa da Senhora muito antiga, e muito celebre em toda aquella comarca da Esgueira. Os seus principios são muito antigos, e assim se não sabe dar razão da sua origem, nem se appareceu n'aquelle logar, nem a causa de se intitular com o titulo da Alegria, que é o mesmo que nossa Senhora dos Prazeres. Tambem é muito antiga a devoção, que lhe tem os moradores, assim de Aveiro, como de Esgueira, principalmente os pescadores, e marinheiros; porque a uns e a outros favorecia muito, a uns nos bons successos de suas pescarias, e a outros em os livrar de todos os perigos, o tempestades do mar. E pelos muitos favores, que os pescadores d'ella tinham recebido, se obrigaram religiosamente voluntarios, a ser seus perpetuos feudatarios, tributando-lhe o trabalho de suas pescarias; porque assim os de Aveiro, como os de Esgueira, lhe dão um quinhão de todo o peixe que pescam. O que é n'esta maneira. Dos ganhos que tiram, e repartem entre si, fazem para a Senhora uma quarta parte, e esta applicam para as obras, e despesas da casa da Senhora, assim da fabrica, como dos ornatos, e suas celebridades. Todos são seus Confrades, e estão unidos em uma Confraria muito grande.

Com estes subsidios tem ennobrecido muito aquella Santuario, e enriquecido com muitas rendas; porque tem marinhas de sal, terras de pão, e fóros em dinheiro. E os mesmos pescadores de uma, e outra Villa Confrades da Senhora, se ajudaram muito d'estas suas rendas, para alcançarem dos Reis antigos grandes privilegios, para que podessem vender o seu peixe na fórma, que quizessem, ou em cambadas, como costumam, enfiadas em um junco, sem os poderem obrigar, a

que o vendam n'outra fórma, fóra do seu privilegio, o que ainda hoje costumam, e observam inteiramente.» (1)

*

Tudo que ahí fica transcripto se comprova com documentos authenticos, de forma que o testemunho de fr. Agostinho de Santa Maria que o mais das vezes se não pode acceitar como auctoridade historica, deve-se agora citar como tal. A descripção que nos deixou da ermida de Nossa Senhora d'Alegria salva-o, pelo menos uma vez, d'este juizo aliás muito verdadeiro que, d'elle faz o douto bibliographo Innocencio Francisco da Silva:

«N'este vasto e copiosissimo repositorio (*Santuário mariano*) onde de mistura com a narrativa de lendas piedosas, e milagres verdadeiros ou apocryphos, se encontram variadas e exquasitas noticias historicas relativas a Portugal e a individuos e coisas portuguezas e mais ou menos aproveitaveis a todos os respeitos. Pena é que nem todos estejam no caso de passarem pela feira da critica escrupulosa, porque fr. Agostinho ou por nimia credulidade ou por demasiada boa fé, mostra-se facil em dar assento a testemunhos suspeitos, e a deixar-se guiar por auctores reconhecidamente mentirosos.» (2)

*

N'um escripto mais antigo, e que se julgou inédito até 1864, mas que o Padre Carvalho e Costa viu, pois d'elle fez largos extractos dando como seu o que na verdade não era, encontrei tambem esta referencia á capella de Nossa Senhora d'Alegria. E' esta:

«As aguas do Vouga augmentadas com as de alguns

(1) *Santuário mariano*—Lisboa, 1712.—Tomo IV pag. 422-423.

(2) *Archivo pittoresco*, tom. VIII pag. 324.

ribeiros, que cercam a villa de graciosa v erdura, cavaram em outro tempo na espaçosa planicie um não profundo, mas ameno valle, que se alarga entre quintas contra o oriente, e deixando espaços de terreno mais elevados dos quaes se fizeram ilhotes e salinas, conduziu a industria um canal, ou esteiro que sobe, e desce com o fluxo, e refluxo das marés, cortado com duas pontes, uma de boa fabrica, e guarnecido com dilatado cães que em tres pontes se termina. Na margem d'este esteiro de uma, e outra parte correm as casas de varios mercadores, na da Ribeira os naturaes; na do Alboy os inglezes, que lhe pozeram aquelle nome de Albyon sua terra natal que significa Inglaterra, ás quaes fazendo costas ontras ruas por todo aquelle sitio, enchem dois bairros bem povoados de mercadores, mercantes, pescadores e marnotos.

Para a parte boreal se vão ostendendo, e levantando as ruas até ao bairro chamado de Villa nova, por se unir com as quintas de alguns principaes da terra, e chega por grande distancia sem interrupção alguma á ermida de N. Senhora da Alegria, que supposto fica em Sá, dominio da illustre casa dos Almadás, conservam n'ella posse os moradores da villa, e camara visitando-a com festas, e procissões, e os pescadores servindo-a com privilegios, e administração. (1)

*

Não pude alcançar memoria escripta de quando se estabeleceu n'esta capella a irmandade dos pescadores e mareantes. Do documento que deixo transcripto no capitulo antecedente, vê-se que em 1441 já não era possivel fixar a epocha que isto tivera logar. N'um outro documento copiado tambem no tombo e que é um libello apresentado perante o conego e vigario geral do bispado de Coimbra, Vasco Pires, em 1500, se diz que «era verdade que poderia haver um, dez, vin-

(1) *Memoria sobre a villa de Aveiro pelo linçado Christovão de Pinho Queimado—1687—Campeão das Províncias, n.ºs 1207, 1208, 1209 e 1210 de fevereiro de 1864.*

te, trinta, quarenta, cincoenta, sessenta annos, e mais, tanto e tamanho tempo, que a memoria dos homens não é em contrario, e passaria de trezentos annos, pouco mais ou menos, que os devotos christãos pescadores moradores na dita Villa (Aveiro) e termo, e outros de fóra ahi estantes movidos do bom zelo e caridade por serviço de Nosso Senhor Deus, e em louvor e serviço de Nosso Senhor, e por salvação de suas almas ordenarão de seus proprios motus, e de sua livre vontade sem constrangimento de pessoa alguma fizeram e instituiram e ordenaram para sempre uma excellente e saudavel Confraria e notavel na dita egreja de Santa Maria de Saa.» (1)

Santa Maria de Sá se chamou por muitos annos a capella de Nossa Senhora da Alegria. Quando mudou de nome a ermida ignoro-o, mas parece-me que foi já no seculo XVIII. O primeiro porque foi conhecida esse, já o tinha no seculo XI, pois fr. Francisco Brandão, baseando-se no *Livro dos padroados* diz na sua *Monarchia Lusitana* (2) que os Sás tendo o padroado da egreja de Santa Maria de Sá, entre Aveiro e Esgueira, o deram a el-rei D. Diniz.

*

A instituição d'aquella confraria data sem duvida da epocha em que a industria da pesca principiou a adquirir aqui o grau de prosperidade que veio a ter no começo do seculo XVI.

Ainda que não restem hoje, pelos menos que eu saiba, documentos que atestem a importancia que

(1) Tombo citado fl. 60 v.

(2) Vol. V pag. 353,

a pesca attingia em Aveiro antes d'aquella epocha, não é demasiado problematico affirmar que ella já foi grande. A prosperidade que a mesma chegou no seculo XVI, os privilegios e regalias que usufruiram os pescadores e marinheiros aveirenses, junto ao grande numero de marinhas que aqui existia desde o começo da monarchia, e que no reinado de D. Affonso IV já se elevava a quinhentos e, portanto a enorme abundancia de sal, que devia necessariamente tornar muito importante uma industria em que é um dos seus grandes factores, attestam-o por uma maneira brilhante.

*

Ainda que quizesse escusar-me, a esboçar pelo menos, a historia das nossas pescarias na parte que respeita a Aveiro, não o podia nem devia fazer, visto que a ellas está intimamente ligada a d'aquella confraria e portanto tambem a da freguezia da Vera-Cruz por isso carrearé para aqui os materiaes que fôr encontrando a tal respeito.

O fallecido escriptor Teixeira de Vasconcellos, referindo-se n'uma sessão da camara dos deputados ás falsas arguições feitas a Portugal pelos viajantes inglezes Cameron e Young, exclamou:

«A amizade e trato da Inglaterra com Portugal data de tempos antigos; foram, se me não engana a memoria, os habitanes de Aveiro, que, no interesse da pesca, estabeleceram primeiramente relações com o monarcha inglez Eduardo III.» (1)

Teixeira de Vasconcellos, apesar de muito co-

(1) Diario da camara dos senhores deputados—sessão legislativa de 1877—pag. 308—sessão de 15 de fevereiro,

nhecedor das cousas portuguezas, cahiu n'um equivoco. O tratado não foi celebrado entre Eduardo III e os pescadores de Aveiro; para se conhecer o erro basta lêr o seu principio que é este:

«Seja a todos notorio, que as gentes, os mercadores, communidades (associações) das cidades maritimas de Lisboa e Porto, e outras do Reino e Senhorios do Rei de Portugal e do Algarve, enviaram Affonso Martins, chamado Alho, como seu mensageiro e procurador perante o excellent principe, Eduardo pela graça de Deus Rei de Inglaterra e de França, afim de se contractar e firmar um Tratado de amizade e alliança entre o dito Rei, seus vassallos e os povos, mercadores, maritimos, e communidades das ditas cidades maritimas de Portugal com todas em geral, e com cada uma d'ellas em particular para sempre, ou por um tempo determinado, em consequencia do que resolve e determina El-Rei que se estabeleça uma alliança firme e d'amizade, afim de entreter a melhor affeição entre o dito Rei de Inglaterra e a de seus vassallos, e os do sobredito povo e cidades maritimas de Portugal, para mutua vantagem e proveito de ambas as partes.» (1)

Pelo artigo VIII d'este tratado ficaram auctorisados os pescadores portuguezes a *ir pescar livremente* nos mares de Inglaterra e da Bretanha e nos outros logares que lhe parecessem opportunos. Esta particularidade, diz o visconde de Santarem, nos mostra os grandes progressos que os nossos maritimos tinham feito já na primeira metade do seculo XIV, pois ou-savam aventurar-se por uma parte a ir pelo alto mar

(1) *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo*, pelo visconde de Santarem—Pariz 1853 tomo XIV pag.43—O sr. José d'Arriaga—*A Inglaterra, Portugal e suas colonias*—Lisboa 1882 pag. 28.

explorar as Canarias n'este mesmo reinado, e pelo outro atravessar a tempestuosa *Mancha*. (1)

*

Mostrando que os pescadores aveirenses não negociaram aquelle tratado (20 de outubro de 1363) não quero dizer, que elles não estivessem comprehendidos n'elle, pois Aveiro era sem duvida já n'essa epocha povoação maritima de uma tal ou qual importancia, e o papel que os seus habitantes desempenharam depois nas pescarias feitas pelos portuguezes na America do Norte, é d'isso testemunho.

Tenho esta opinião já ha muito. No meu livro *Memorias de Aveiro* (2) escrevi:

«Já durante o reinado de D. Fernando I os pescadores portuguezes não só pescavam nas costas do nosso littoral, como tambem nas de Inglaterra e Bretanha; e isto em virtude d'um tratado de commercio que havia entre os habitantes de Lisboa e Porto, e Eduardo III.

E' muito provavel que os aveirenses tambem tomassem parte n'aquellas pescas, tal é a importancia que ao deante vem a ter na do Bacalhau.» (3)

Sem receio de que me accusem de immodesto, parece-me poder affirmar que foi a leitura d'estes periodos que levou Teixeira de Vasconcellos a dizer que os aveirenses tinham realisado um tratado com Eduardo III. O meu livro havia-se publicado um anno antes, e d'elle offereci um exemplar ao brilhante escriptor que m'o agradeceu escrevendo no *Jornal da Noite*, o seguinte:

(1) Obra citada, pag. XIV.

(2) Aveiro 1875.

(3) Pag. 35.

«Livros e impressos—*Memorias de Aveiro*, por Marques Gomes—Aveiro 1875.

E' obra de um mancebo de vinte annos este livro que elle offereceu a seu pae. A idade do auctor e a piedade filial dispõem favoravelmente o leitor. E depois o sr. Marques Gomes é de Aveiro, e descreve, e elogia e exalta a sua patria. Mais uma circumstancia extremamente sympathica.

O livro é historico, archeologico, descriptivo e muito noticioso. Causa admiração que tal obra fosse levada a cabo por um mancebo de vinte annos, e que em tão curta idade já o auctor tivesse lido os numerosos volumes a que se referem as cento e vinte e sete notas do fim.

O estylo é regular e corrente; em mais do que em uma pagina tem bellezas, e tambem se lhe pode notar em algumas a hesitação do escriptor, que pela primeira vez emprehende obra tão variada. As *Memorias de Aveiro* são estreia de bom agouro. O resto depende de estudo e perseverança.

Nós agradecemos-lhe muito o exemplar que nos destinou.»

Quem devia agradecer era eu e não elle, e assim o testemunhei então ao famoso athleta do jornalismo portuguez, que nunca cheguei a conhecer pessoalmente. Hoje que já lá vão dezoito annos e que elle, já não pode ouvir-me nem ler-me, pois ha quinze que dorme o eterno somno, apraz-me dizer-lhe mais uma vez ainda:—obrigado.

*

Reatando a narração, momentaneamente interrompida, vou transcrever um periodo que o dr. Constantino B. de Lacerda Lobo escreveu no capitulo XXXV da sua *Memoria sobre as pescarias em Portugal*, e que se relaciona com Aveiro, ainda que indirectamente:

«Continuou elle o adiantamento da nossa Pesca-

ria no Reinado do Senhor D. Affonso V., e floresceo tanto nas côstas da Provincia do Minho, e *Beira*, que o pescado, que crescia do consummo ordinario, parte d'elle era exportado dos portos de Villa de Conde e Vianna, em navios nossos para o levante, e parte comprada pelos estrangeiros, e por elles transportada por differentes paizes.» (1)

A referencia de Lacerda Lobo, á provincia da *Beira*, pode tomar-se como feita a Aveiro. N'esta provincia havia então só dois portos de mar, que eram o

(1) «Representarão os póvos de Vianna, Ponte de Lima, e Villa do Conde, que subsistindo elles principalmente da Pescaria, e sendo ella em tal quantidade, que a maior parte dos pescados se carregavão para levante, dos quaes El Rei recebia grande proveito nas cisas e decimas, e como os rios d'estes lugares eram pequenos, e n'elles não podiam navegar navios grandes como em outro tempo acontecia, começaram a fazer caravellas grandes para levarem os ditos pescados, tanto por demandarem pouca agua como para serem mais ligeiras, e escaparem aos Corsarios, e que na carregação são embargadas para levar pão, e couros a Ceuta, e que n'isto fazem os Officiaes de Justiça grande violencia havendo outros navios de carroto. El-Rei deferio, que não se fizesse violencia, e que não fossem tomadas as ditas caravellas. Côrtes de Lisboa no Reinado do Senhor D. Affonso V, no anno de 1456.

Requereram os moradores do Porto, que subsistindo elles das mercadorias vindas das provincias de Entre-Douro, e Minho, *Beira*, e Traz-os Montes, pediam, que as não podessem comprar os estrangeiros, á excepção de sal, vinho, pescado, panno de linho, e fiados. Consta isto das Cartas do Senhor Rei D. Affonso V, uma passada em Aveiro no dia 15 de janeiro de 1466 com resposta dos Capitulos especiaes da camara do Porto, outra de Privilegio passada n'esta cidade a 20 de janeiro do mesmo anno.»

de Aveiro e Foz de Buarcos. (1) Este ultimo, porém, pouca importancia tinha ainda.

Mas é mais que provavel, que já muitos annos antes da epocha acima indicada, a industria da pesca fosse largamente exercida pelos aveirenses. Do reinado de D. João I em diante, não ha duvida que o foi. O documento a que ha pouco me referi (2) demonstra-o exuberantemente

Mas ha mais do Tombo, (3) por vezes citado, consta que já D. Affonso IV concedera aos pescadores de Aveiro certos e determinados privilegios.

Entre os escriptores portuguezes o primeiro que iniciou a gloriosissima campanha de revender para Portugal a prioridade da descoberta da America foi Sebastião Francisco Mendo Trigosó, e á obra em que o fez; *Ensaio sobre os Descobrimentos e Commercio dos Portuguezes em as Terras Septentrionaes da America*, lido na sessão publica da Academia real das sciencias de Lisboa, no anno de 1813, pedirei os seguintes periodos que se relacionam com a historia dos pescadores aveirenses que estou esboçando :

«Aveiro, diz o referido academico, era n'este tempo, uma das povoações maritimas de Portugal, proporcionalmente mais rica em gente, commercio, e industria; senhora de uma barra magnifica pelo seu fundo, extensão, e segurança; e de muitas e grandes marinhãs; sahiam todos os annos do seu porto grande nu-

(1) *Materiaes para a historia da Figueira nos seculos XVII e XVIII*, por o sr. Antonio dos Santos Rocha—Figueira, 1893, pag. 21.

(2) Vid pag. 25 28.

(3) Fl. 2.

mero de embarcações, que proviam de sal as provincias da Beira, Minho e Traz os Montes, muitas das nossas Ilhas, e os portos de Galliza, deposito geral d'onde depois se exportava para outras partes. Além do sal, a agricultura de seus extensos campos, e a pescaria de seus mares faziam outros dois ramos importantes de uma industria, em que se empregavam os moradores de 2500 fogos, de que então se compunha a sua população. N'este estado florescente é que alli chegou a noticia dos descobrimentos dos Corterreaes; e logo alguns negociantes, tanto d'aquella Villa, como de Vianna, então igualmente opulenta e industriosa, determinaram aproveitar-se das circumstancias, que lhes abriam uma nova fonte de riquezas, e eram capazes de fazer subir o seu commercio a um ponto incalculavel. Este projecto foi concebido, e executado quasi ao mesmo tempo: para maior segurança d'elle, estes primeiros emprehendedores quizeram associar-se com alguns da Ilha Terceira, e assim combinados fizeram partir uma colonia para se estabelecer na *Terra nova*, (1) e isto com tanta brevidade,

(1) Depois de termos escripto esta Memoria, achamos casualmente em a Bibliotheca Lusitana um artigo, que muito comprova a época que seguimos a respeito do principio do commercio do bacalhau, e seu descobrimento. Diz pois o erudito abbade Barbosa, fallando de Francisco de Sousa, que oile compozera um *Tratado das Ilhas novas, e descobrimento d'ellas... e dos portuguezes que foram de Vianna, e das Ilhas dos Açores a povoar a Terra nova do Bacalhau, vai em setenta annos, do que succedeu o que ao diante se trata. Anno do Senhor 1570*, em fol. Em o tempo de Barbosa existia este manuseripto na Livraria da Casa de Abrantes, onde pereceu com todos os outros livros em o fatal incendio de 1755, deixando-nos assim privados do unico monumento historico em que se contavam circumstanciadamente aquelles acontecimentos. Provavelmente d'este artigo é que o moderno auctor da *Arte e Diccionario do Commercio e Economia Portuguesa* tirou parte das noticias que refere na palavra *Bacalhau* pag. 57: onde ellas vem extremamente confusas e alteradas.

que quando os Bretões, e Normandos alli chegaram em 1504, já acharam, segundo se colhe de Verazanni, (1) os portuguezes de posse de uma parte da Costa; o que os fez contentar com o reconhecimento da outra porção, tanto para o Norte como para o Sul da que os nossos já occupavam, e aonde faziam as suas pescarias.

Dentro de bem pouco tempo prosperou extraordinariamente este trafico, como era de esperar; em 14 de outubro de 1506, isto é seis annos depois do segundo descobrimento, mandou o Senhor Rei D. Manuel por um decreto datado de Leiria, a Diogo Brandão, que fizesse arrecadar pelos officiaes d'El rei o importante dizimo do pescado, que para alli se conduzia da *Terra nova*. (2)

Alguns dos nossos escriptores fallam (posto que de passagem) d'este commercio, que segundo parece, não se restringia só á Barra de Aveiro, entrando tambem n'elle alguns outros portos da provincia do Minho, e principalmente a Villa de Vianna: (3) ainda mesmo porém que não houvesse este

(1) João Verazzani, Florentino, tendo passado ao serviço de França, foi tambem reconhecer a *Terra nova*, pouco depois d'esta época; como se vê da relação da sua viagem, mandada de Dieppe aos 8 de julho de 1525 a Francisco I. Rei de França, a qual foi publicada em o III. Tom. da Collecção de Ramusio.

(2) Em uma Memoria sobre a pescaria das Baleas, que vem inserta em o segundo volume das Economicas da Academia, falla seu benemerito auctor, o sr. José Bonifacio de Andrada, nas Viagens de Cortereal, e conjectura judiciosamente, que desde aquelles tempos se introduziria entre nós a pescaria da *Terra nova*. O sr. Constantino Botelho de Lacerda mostrou isto convinentemente, produzindo por primeira vez o Extracto do citado Alvará. Vid. *Mem. Economic.* Tom. IV. pag. 338.

(3) «Terra (a de Vianna) cheia de gente rica e muito nobre, de grande trato e commercio por uma parte com as conquistas de Portugal, Ilhas, e terras novas do Brazil: por

concurso, era elle tal, sómente n'aquella primeira terra, que o auctor da *Corographia Portugueza*, sem especificar a epoca, diz que n'outro tempo sahiam de Aveiro sessenta Caravellas para esta pescaria. (1) Em 1550 affirma Antonio de Oliveira Freire, (2) que os moradores d'esta cidade empregavam mais de cento e cincoenta embarcações em o commercio, que então estava levado ao maior auge, principalmente o do bacalhau; o que tambem attesta Pimentel. (3) Em fim, no anno de 1598, segundo o testemunho de Forster, empregavam-se ainda cincoenta navios portuguezes na mesma pescaria.» (4)

*

Um seculo antes, o padre Antonio de Carvalho e Costa, escrevera:

«D'esta barra (Aveiro) que fica quasi tres leguas distante (1) da villa, sahiram em poderosas náos os moradores d'ella, e descobriram na Costa Septentrional de America a

«outra com França, e Flandres, Inglaterra, e Allemanha, «d'onde e para onde recebia de ordinario muitos generos de «mercadorias, e despedia outras: para os quaes tratos traziam «os moradores no mar grande numero de náos, e caravellas «com grossas despezas, a que respondiam iguaes retornos, e «proveitos, que tinham a Villa florentissima, e em estado de «uma nova Lisboa.» Fr. Luiz de Sousa *Vida de Fr. Barth. dos Martyres* Liv. 1. Cap. XXIV. pag. 41 v.

(1) *Corographia Portug.* Tom. II. pag. 117 e 118.

(2) *Descrição Corographica de Portugal* Edig. de 1739 pag. 55.

(3) Pimentel *Arte de Navegar* pag. 376. O mesmo auctor adverte que muitos dos nomes dos portos da Terra nova são portuguezes.

(4) *Forster's Voyages to Nord.* Tom II. Esta noticia de Forster's, de que se lembra o sr. José Bonifacio de Andrada, é fundada no testemunho ocular do capitão Barkust.—*Memorias de litteratura portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tom. VIII pag. 331 a 333.

península, que chamaram Terra Nova; onde faziam a pesca-
ria de bacalhaus, que largaram os inglezes ou por pouca cur-
biça, ou por muita vaidade.» (1)

Isto deu motivo a formar-se a lenda que che-
gou até nossos dias (2) de que os pescadores aveiren-
ses haviam sido os descobridores da Terra Nova.

Durante muito tempo pôz-se em duvida a pro-
pria descoberta d'aquella parte d'America pelos portu-
guezes, não obstante as provas que se podem aduzir a
favor do facto; hoje as duvidas que havia parece que,
desapparecem por completo com a ultima publicação
do sr. Ernesto do Canto intitulada—*Quem deu o nome
ao lavrador?*, onde o illustre açoriano e benemerito das
letras patrias demonstra documentalmente que uma
parte da Terra Nova foi descoberta por um terceirense,
João Fernandes Lavrador conjunctamente com um
seu patricio, Pedro de Barcellos.

Os aveirenses não foram os descobridores da
Terra Nova; elles foram sim os primeiros a pescarem
alli bacalhau, conjunctamente com outros pescado-
res de Vianna e Terceira, isto pelos annos de 1500
a 1501. (3)

*

Mendo Trigo (vide pag. 62) referindo-se a
um livro manuscripto de Francisco de Sousa intitula-

(1) *Corographia Portugueza*—tomo II Tratado III
cap. III.

(2) N'um opusculo publicado em 1852—*Lembrança
para o Itinerario de Suas Magestades*, e na pagina 28 lê-se:
«Aos moradores de Aveiro se deve o descobrimento da costa
septentrional da America da península chamada—Terra Nova.»

(3) O sr. Luciano Cordeiro—*De la découverte de l'A-
merique*—Lisbone, 1876, pag. 54.

do *Tratado das ilhas novas* diz que o mesmo se perdera n'um incendio em 1755. A *Memoria*, do distincto academico de que fizemos a transcripção constante da mesma pagina e da seguinte, foi publicada no tomo VIII das de litteratura da Academia Real das Sciencias de Lisboa. A esse tempo ainda se julgava com effeito perdido o livro em questão, hoje porém já se não pode dizer o mesmo. D'elle existiam mais do que uma copia. Só na Bibliotheca da Universidade appareceram duas. D'uma d'estas tirou-se outra que foi publicada com o mesmo titulo que já tinha e é o seguinte:

«Tratado das ilhas novas e descobrimento d'ellas e outras cousas, feito por Francisco de Sousa, Feitor d'El-Rei Nosso Senhor na capitania da cidade do Funchal da Ilha da Madeira e natural da dita Ilha. E assym sobre a gente de nação Portuguesa, que está em huma grande Ilha, que n'ella forão ter no tempo da perdição das Espanhas, que ha trezentos e tantos annos, em que reina va El-Rei Dom Rodrigo. Dos Portuguezes que forão de Vianna e das Ilhas dos Açores a povoar a Terra Nova do bacalhão, vay em sessenta annos, do que succedeo o que adiante se trata. Anno do Senhor de 1570. Ponta Delgada — S. Miguel. Açores, 1877. 8.º».

Esta publicação foi editada e prefaciada pelo erudito escriptor michaelense, o sr. dr. Ernesto do Canto. Tiraram-se 100 exemplares, distribuidos em dadivas. O n.º 92, com offerecimento authographo do illustrado editor, de que me servi, pertence ao meu presadissimo amigo e douto bibliographo o sr. Annibal Fernandes Thomaz.

Com relação á Terra Nova e á pesca do bacalhau, escreve o mesmo Francisco de Sousa :

«Haverá 45 annos ou 50 que de Vianna se ajuntaram certos homens fidalgos, e pela informação que tiveram da Terra Nova do bacalhau se determinaram a ir povoar alguma parte d'ella, como de facto foram em uma náó e uma caravella, e, por acharem a terra muito fria, d'onde iam determinados, correram para a costa de Leste Oeste até darem na de Nordeste Sudoeste, e ahi habitaram, e por se lhe perderem os navios não houve mais noticias d'elles, sómente por via de Biscainhos, que continuam na dita Costa lá, dão d'estes homens informação e dizem que lhe pedem digam cá a nós outros como estão ali, e que lhe levem sacerdotes, porque o gentio é domestico e a terra muito farta e boa, como mais largamente tenho as informações e é notorio aos homens que lá navegam.» (1)

Francisco de Sousa não se refere aos pescadores de Aveiro é verdade, mas esta omissão não quer dizer que, seja menos verdadeiro o facto d'elles terem ido com os de Vianna estabelecerem a pesca do bacalhau na Terra Nova. As relações commerciaes que em epochas passadas existiram entre Aveiro e Vianna, bem como as allianças de famílias das duas povoações maritimas que outr'ora existiram e de que ainda resta memoria, servem para o confirmar.

*

Com o estabelecimento da pesca do bacalhau, Aveiro tornou-se dentro em pouco uma terra verdadeiramente commercial. Prosperava de dia para dia; muitos estrangeiros, especialmente inglezes e hollandezes, vieram logo estabelecer-se aqui, fazendo cons-

(1) *Tratado etc.*—Ponta Delgada 1877, pag. 5.

truir vastos armazens para recolher o peixe depois de preparado. Tudo leva a crêr que os pescadores de Aveiro fizessem o que ainda hoje fazem os de algumas nações que vão á pesca do bacalhau, (1) isto é, não curavam o peixe nas praias visinhas ao lugar da pesca, mas sim conservavam-n'o a bordo e, vinham depois aqui cural-o e secal-o.

Ha annos, vi um documento qualquer no archivo municipal d'onde se deprehendia que em 1572, se *seccou e beneficiou* bacalhau em Aveiro.

Como com muita verdade disse Rebello da Silva, «de todas as industrias a mais prospera em Portugal desde o seculo XIII até os fins do XVI foi seguramente a das pescarias», por isso não é para estranhar que uma terra que tão largamente a exerceu, como foi Aveiro, attingisse rapidamente uma importancia commercial e maritima que assombra.

A' maneira que a pesca do bacalhau se foi desenvolvendo, assim, Aveiro foi crescendo em população e riqueza. Em 1560 contava 150 navios de pesca (2), e uma população não inferior a onze mil almas.

A prosperidade de Aveiro não foi momentanea como se affigura a muitos; manteve-se até principios do seculo XVII.

Ainda no reinado de D. Sebastião entre 1571-1578 sahiram pela nossa barra muitos navios para

(1) *Memoria sobre a pesca do bacalhau*, por Jacob Frederico Torlado Pereira d'Azambuja, citada por o sr. A. A. Baldaque da Silva, no seu livro *Estado actual das pescas em Portugal*—Lisboa, 1891, pag. 168-169.

(2) Freire—Descrip. Corogr. citado pelo sr. Luciano Cordeiro—Obra citada pag 55.

a pesca de bacalhau e não poucos, com gente e munições para as expedições de Africa. (1)

*

Do commercio aveirense propriamente dito em epochas remotas, direi adiante. Mas para attestar a

(1) «Quando el-rei partiu de Oeiras, que desamarrou e levou ancora, desamarraram com elle pouco menos de oitocentas vellas, com as vellas todas mettidas, que faziam uma vista formosissima; e quando chegar a Africa deve ir com mais de mil e quinhentas vellas, porque tem mandado que se ajuntem no Algarve as da cidade do Porto, de Vianna, de Aveiro, Villa do Conde, Buarcos, Setubal, em o qual estão esperando mais de duzentas vellas, e outras muitas que estão em Cezimbra, Sagres, Lagos, Tavila, e em todos os portos do Algarve, onde se havia de embarcar a gente do terço de Francisco Tavora.» — *Relação da jornada d'el-rei D. Sebastião, e do apparatus da armada, e gente que por seu mandado se fez para passar á Africa, no anno de 1578.* — Inedito, publicado no n.º 2 do *Bibliophilo* de maio de 1849, pag. 98.

Na lei de 3 de novembro de 1571 § 23 lê-se o seguinte :

«As naus que forem das villas de Aveiro e Vianna o de qualquer parte dos meus Reinos e Senhorios á pescaria do bacalhau, irão armadas e elegerão entre si ao tempo que se partirem Capitão mór, tudo conforme a este regimento. E apartando-se ha em alguns rios e baías para fazerem suas pescarias. Hei por bem que todas as que se acertarem juntas em lugar e baía possam partir elegendo entre si seu capitão-mór a que sigam e obedeçam com declaração que vindo uma noticia, que ha inimigos, e que devem com elles pelejar, ou tendo para isso recado do capitão-mór da frota, sejam obrigados a se juntar, e ajudar umas ás outras, e aplejarem todos juntos, e cumprirão ácerca d'isso o capitão mór de toda a frota ordenar e mandar.»

importancia da terra é mais que bastante. o incremento que tomou a sua população desde que, a industria da pesca se começou aqui a desenvolver extraordinariamente.

Para se avaliar bem do augmento da população aveirense no seculo XVI seria mister saber ao certo qual o numero dos seus habitantes em epochas anteriores. Não é facil, porém, averigual-o.

Em 1422 Aveiro era inferior em população a Coimbra, Santarem e Torres Vedras. (1)

Um documento muito importante para se calcular a população de algumas terras do paiz, é o arrolamento dos besteiros de conto feito em 1417, que vêm publicado no tomo I das *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias*, de Lisboa, (2) sob o titulo *«Resultado de uma resenha geral dos povos de Portugal feita em 1417, por commissão que el-rei D. João I deu a Vasco Fernandes de Tavora e a Armão Baurim para irem pelo reino ver, apurar e escolher os besteiros de conto.»*

Rebello da Silva, baseando-se em considerandos muito acceitaveis, diz que lhe não parece exagerada para menos, a base de 1 besteiro por 213 almas.

D'aquelle documento vê-se que o numero de besteiros arrolados em Aveiro era de 13, pode portanto computar-se a população d'ella em 1417, em 2769 habitantes.

(1). Rebello da Silva—*Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tom. IV, pag. 415.

(2) Pag. 123-131.—*Memoria sobre as causas da differente população de Portugal em diversos tempos da monarchia*: por José Joaquim Soares de Barros.

Do reinado de D. João III ha um curioso documento para se calcular a população do paiz, n'esta epocha que é a «*Resenha dos noventa logares que vem ás cortes e visinhos que tem: anno de 1535.*» (1) D'elle vê-se que Aveiro contava então 1460 fogos ou 7300 habitantes, calculando 5 moradores por fogo.

Este augmento progressivo da população continuou de forma que, não muitos annos depois, a unica parochia que Aveiro até ahí tivera teve de ser desdobrada em mais tres, pelo bispo de Coimbra D. João Soares, por provisão dada na sua quinta de S. Martinho aos dez dias do mez de julho de 1572 e feita por José Manso, seu capellão, na qual, diz o mesmo prelado :

«Visitando nós a paroquiall Igreja de Sam Miguell da villa d'aveiro achamos aver nella dois mill visinhos e mais de honze mill almas de cura, afora muita gente estrangeira que nella de continuo reside, e nam avendo nella mais desta soo Igreja paroquiall nam podiam em ella caber, nem serem sacramentados nem curados, nem ouvir missa aos domingos e dias santos. E para prover no caso como foor serviço de noso Senhor e bem das almas e todos fosem conhecidos, assi hos estrangeiros como os naturaes, nos parece necessario erigir, e criar de novo tres freguezias na dita villa, e repartir por cada huma quatro centos foguos pouque mais ou menos, porque ainda asi fiquão com amatriz oito centos, e em cada huma d'estas Igrejas instituir hum Capelão que hos curase e administrasse todos os ecclesiasticos sacramentos. E pela dita Igreja ser de ordem emestrado d'aviz e os redditos della obrigados a esta nova obriguacão, ho fizemos asi saber a el-Rei noso Senhor, como guovernador que hé e perpetuo administrador

(1) *Alguns documentos para servirem de provas á parte 1.^a das memorias para a historia e theoria das côrtes geraes que em Portugal se celebraram pelos tres estados do reino: pelo visconde Santarem—Lisboa 1828, pag. 103.*

da ditta ordem d'aviz. E pelas razoes que lhe alleguamos sua Alteza o ouve e há por bem, por huma sua especiall provisão, que para iso nos mandou, que se erijão e criem de novo as ditas tres freguezias pela quall de seu proprio e expresso consentimento e nosa authoridade hordinaria d'aguora para sempre creamos e de novo erijimos na dita villa tres freguezias a saber, huma na Igreja que hora é da Vera Cruz; e outra na do Espirito Santo, e outra na de Nosa Senhora das camdêas, as quaes desmembramos de todo da matríz»... etc.

Do que levo dito vê-se bem quanto Aveiro prosperou com a pesca do bacalhau, mas esta prosperidade que se estendeu a toda a villa, accentuou-se principalmente com relação á parte extra-muros d'ella, a Villa Nova. Os poucos casaes colmados que nos meados do seculo XV formavam este arrabalde, onde nem sequer havia uma egreja ou ermida onde os seus moradores podessem ouvir missa, foram substituidos um seculo mais tarde, por um bairro populoso e rico, de que dentro em pouco se formaram duas freguezias, a da Vera-Cruz e de Nossa Senhora das Camdêas ou da Apresentação. E a rasão d'isto era, o ser esta parte da villa aquella em que, de preferencia habitavam os pescadores e mareantes. As vinhas e searas que vinham de Sá até onde hoje se vê a pequena ermida de S. Gonçalo foram de sapparecendo para dar lugar a novas construcções que surgiam de anno para anno d'uma maneira verdadeiramente notavel. E, além do desenvolvimiento progressivo d'esta parte de Aveiro, ha a notar um certo cuidado que se observou com uma grande parte d'aquellas construcções. São d'isto testemunho a rua do Vento e, a do Norte, antigamente e, até ainda ha bem poucos annos de S. Bartholomeu. Tudo isto tem sua historia, mas fica para depois.

«A pescaria do bacalhau e todas aquellas que se faziam na nossa costa, diz Lacerda Lobo, occupavam e davam subsistencia a uma grande parte dos nossos portuguezes, augmentavam consideravelmente o nosso commercio e navegação, e foram a escola onde se formavam os mais habéis marinheiros, que então serviam nos nossos navios.» (1)

Seria curiosissima uma lista tão completa quanto fosse possível, dos marinheiros aveirenses, ou pelo menos dos arraes e pilotos nos seculos XV, XVI e XVII, d'esses lobos do mar em cujo seio muitos encontraram ignorada sepultura e que educados a maior parte na escola das pescarias, foram depois os heroes anonymos d'uma parte da nossa grande epopea maritima e colonial. De tantos nomes que deviam ser lembrados com orgulho, até hoje, quasi que só um se salvou da enorme voragem do esquecimento, foi o de João Affonso. D'este direi adiante quando me referir ao bairro que tem o seu nome e de que por assim dizer fui padrinho.

Decerto se perderam muitos outros mas é que, a historia tambem não os podia archivar a todos, tantos deviam ser. E quanto não vem a proposito o citar aqui estas phrases com que Guerra Junqueiro principiava ha dias um magistral artigo a proposito do projecto de monumento ao infante D. Henrique:

«As descobertas maritimas portuguezas não são obra meramente individual; são obra d'um povo, a obra collectiva d'uma raça. Destacam-se, figuras de

(1) *Memoria sobre as pescarias de Portugal*, já citada, cap. XII.

synthese, meia duzia de vultos immortaes. No entanto a epopeia tragica é feita dos ossos, da carne e do sangue d'uma nação inteira. Anonyma. Alguns a representam, mas infinitos a viveram.»

Dos esquecidos irei lembrando aqui e alli os nomes dos que for encontrando. Para já indicarei os que vem mencionados nos documentos da confraria de Santa Maria de Sá e são :

1440, Janne Annes Falconete, arraes; 1441, Vicente Affonso, idem; 1443, João Affonso, filho Affonso Annes Primor, idem; 1449, Diogo Affonso e Fernão Vaz, idem; 1510, Pedro Affonso, idem; 1522, Diogo Affonso, Affonso Pires, João Migueis e Pedro Affonso, idem; Braz Affonso e André Pires, pilotos; 1528, Miguel Ribeiro, mestre-piloto; Diniz Pires e Affonso Pires, pilotos; 1532, Fernão Annes e Pedro André, pilotos; Thomé André e Diogo Fernandes, mestres-pilotos; Pedro Affonso e João Fernandes, arraes; 1533, Jorge Annes Relão, Gonçalo Annes e Fernão Gonçalves, mestres-pilotos; 1538, João Esteves, arraes; 1544, Miguel Ribeiro, idem; André Fernandes e Gabriel Fernandes, idem; 1543, Thomé André, Pedro Alvares e João Gonçalves, pilotos; João Luiz e João Fernandes Cordeiro, arraes; 1552, João Migueis, mestre-piloto; João Preto, arraes, e André Pires, piloto; 1573, João Fernandes, idem; 1575, João Pires, arraes; André Gonçalves e Manuel Gil, pilotos; 1517, João Pires Preto, arraes; Miguel Pires e Antonio Jorge, pilotos.

A estes nomes e ao de João Affonso, pode talvez accrescentar-se o de Fernão de Oliveira, pelo que

se deduz d'esta interessante carta que há tempo me dirigiu um dos mais illustrados officiaes da marinha portugueza, poeta e dramaturgo distinctissimo, o sr. Henrique Lopes de Mendonça :

... *Marques Gomes.* «Da minha alta consideração...Sr.—
Permitta-me v. que, fiado no interesse e erudição de que dão prova os seus trabalhos sobre a cidade de Aveiro, eu me dirija a v. para me auxiliar n'umas investigações em que ando empenhado. Ficar-lhe hei devendo um grande obsequio, e confio que a sua terra natal tambem ganhará em gloria com o bom exito d'essas investigações.

O caso é o seguinte. Para acompanhar a publicação de um inedito do padre Fernão de Oliveira, insigne grammatico e nautico do seculo XVI, estou reunindo todos os documentos e notas biographicas que lhe dizem respeito. Ora, contra a opinião de Barbosa Machado, seguida por Innocencio, que o fazem natural do Pedrogam, o nosso auctor declara-se no seu processo inquisitorial natural de Aveiro, e baptisado na egreja do Couto do Mosteiro, Couto do bispado de Coimbra. Offerecem-se-me portanto serias duvidas sobre a filiação indicada pelo primeiro bibliographo, fundado, como já vi, na genealogia de Monterroyo. O nome do pae por estes indicado é Heitor de Oliveira, juiz dos orphãos em Pedrogam, e o da mãe Branca da Costa. No mesmo nobiliario de Monterroyo, assim como em outros, figura uma familia de Oliveiras de Aveiro, cujo tronco é um Pedro, chamado por outros Diogo de Oliveira. Este casou com Leonor Ribeiro, e teve um filho e duas filhas. O filho, Diogo de Oliveira, viveu em Aveiro, onde foi dos *Principaes* por sua nobreza e riqueza, casou com *D. Catharina Rangel*, filha de Miguel Pires Pericão, e de Isabel Migueis que parece da familia dos *Rangeis e Quadros*, e teve entre outros filhos um, Francisco de Oliveira Rangel Barreto, que casou por escriptura do 1.º de dezembro de 1828. Esta data colloca o avô em meados do seculo XVI, não podendo provavelmente attribuir-se-lhe senão parentesco collateral com o nosso padre, o qual nasceu em 1507.

Nos archivos de Aveiro haverá algum documento referente ao padre, ou a esta familia, do qual se possa inferir o parentesco do padre? Se v. tivesse a bondade e o vagar de fazer a tal respeito algumas pesquisas, ellas poderiam ser de uma grande utilidade para o meu trabalho, e interessariam muito essa cidade que pode orgulhar-se de mais uma illustração nada vulgar no numero dos seus filhos.

Rogo a v. desculpe a ousadia do meu pedido, e acredite na alta consideração com que me subscrevo

De v. etc.

Lisboa, 23—11—92.

Henrique Lopes de Mendonça.

A prosperidade de Aveiro denunciada já pelo incremento enorme que tomou Villa Nova, o primitivo e quasi que exclusivo bairro dos pescadores e mareantes, mais se evidenciou ainda com a importancia e respeitabilidade que attingiu a confraria dos mesmos pescadores e mareantes erecta na igreja de Santa Maria de Sá. Um dos factos mais característicos d'esta importancia é o documento que segue:

«Eu o Infante Dom Pedro, e Regedor com ajuda de Deus, deffensor, por meu senhor El-Rei, de seus Reinos etc. Faço saber a quantos este Alvará virem, que por mais honradamente se cantar o Officio Divino na igreja de Santa Maria de Sá, os Confrades della mandarão traser a ella uns orgãos, e prasme, que os Confrades da dita igreja, os tenham em uma casa bem guardados, e quando necessario fór d'elles tangerem ás festas assim as horas como á missa, que elles os levem á dita igreja, e depois que acabado fór o officio, os tornem á dita Casa. Epor este Alvará mando ao Priol e Clerigos da igreja, e a outros quaesquer, que este houver de vêr, que os Leixem assim ter os ditos Confrades, e não tenham de ver com elles, perque me praz de os elles terem, por depois não allegarem, que são dita igreja, e que elles o devem

ter em ella. Feito em a minha Villa de Tentugal, vinte e tres dias de Setembro. Fernão Rodrigues o fez, Anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatrocentos e quarenta e tres.
O Infante D. Pedro.

Além d'esta, muitas outras mercês obtiveram os confrades de Santa Maria de Sá dos reis portuguezes, mas muito propositadamente me referi a esta porque á circumstancia de privilegio allia a da curiosidade. Ignoro se havia qualquer differença entre o moderno orgão e os antigos *orgãos* a que se refere o alvará do infante D. Pedro e de que, Garcia de Rezende dizia na sua *Miscelanea* :

«Arriaga que tanger!
So cego que gram saber
nos *orgãos*! e o Vaena!
Badajoz! outros que penna
deixa agora descrener.»

Do infante D. Pedro não sei que fosse dado a musica, que era muito illustrado isso é sabido de todos. Mas de seu pae e irmão os reis D. João I e D. Duarte, bem como de seu sobrinho e tutelado el-rei D. Affonso V, sabe-se que tinham particular estimação pela musica. E este ultimo, consta até que tivera por mestre d'ella a Tristão da Silva, (1) portanto não será uma affirmacão vaga o dizer que foi muito agradavel ao martyr de Alfarozeira, que os pescadores da *sua villa* de Aveiro quizessem ter *orgãos* na egreja de Santa Maria de Sá, e que cuidadosamente os recatassem da *paixão* musical do priol e clerigos d'ella.

(1) *Os musicos portuguezes*, pelo sr. Joaquim de Vasconcellos—Porto 1870, vol. I, pag. 3.

Os *orgãos* estavam então ainda pouco generalizados em Portugal. Mesmo ainda muitos annos depois não encontrava facil collocação qualquer organista, tão raros elles eram. «Em 7 de junho de 1551 escrevia D. João III á camara de Lisboa, diz o sr. Sousa Viterbo, (1) pedindo lhe, a instancias de seu irmão, que readmittisse Diogo Aranda no cargo de organista da casa de Santo Antonio, levando em consideração o elle ha vinte annos servir como tal a dita casa e a deixar os *orgãos* de Santa Justa com o partido que tinha para acceitar aquelles.» (2)

Quando Philippe II veio a Portugal parece que se não deu por satisfeito com o organista da capella real e tanto que n'uma carta que dirigiu a suas filhas as infantas D. Isabel e D. Catharina, em data de 10 de julho de 1581 dizia-lhes:—«Y no sé si havreis savido que, por não aver aquí quien tañese bien los organos en la capilla, hise venir aquí a Cabeson.» (3)

Apesar do *orgão* ser considerado ha muito, como o mais apropriado instrumento de egreja, não deixou ao que parece de ter forte opposição a sua introdução nos templos, isto pelo que respeita a Portugal.

O doutor Martim de Azpicuelta Navarro, professor da Universidade de Coimbra no tempo de D. João III, affirma que o uso dos *orgãos* não é cousa tão es-

(1) *Artes e artistas em Portugal*—Lisboa 1892, pag. 201.

(2) «Freire d'Oliveira—Elementos para a historia do municipio de Lisboa. Tom. I, pag. 562.»

(3) M. Gachard—*Lettres de Philippe II a ses filles les infantas Isabelle et Catharine ecrites pendant son voyage en Portugal (1581-1583)*.—Pariz 1884, pag. 101-102.

colhida para o verdadeiro culto de Deus, como muitos imaginam. (1)

Ignoro se a introdução dos *orgãos* na capella de Santa Maria de Sá encontrou opposição; o que sei é que hoje não só não existem alli vestígios d'elles mas até não resta d'elles sequer outra memoria escripta a não ser o alvará do infante que transcrevi. Mas se do referido documento é já um testemunho da importancia que teve a irmandade dos pescadores, maior o é ainda o que segue:

Estatutos da confraria de Santa Maria de Sá.—
«Anno do Nascimento de Nosso Senhôr Jesus Christo de mil e quinhentos e setenta e sete annos, aos sete dias do mez de Julho do dito anno em o Hospital de Nossa Senhora de Sâa, que está em Villa nova d'esta Villa d'Aveiro, onde estava o Licenceado Miguel de França Moniz, Provedor dos Orphãos, com Alçada, por El-Rei Nosso Senhôr, nas comarcas da cidade de Coimbra e Esgueira, e bem assim Thomé André Migalhas, Juiz, e Miguel Pires, Escrivão, e João Pires, mordomo da Confraria de Nossa Senhora do Sâa; e muita parte dos Confrades da dita Confraria, por todos serem chamados por mandado delle Provedor, com os quaes, por na dita Confraria se não achar Regimento, nem Estatuto; e ser muito antiga e instituida, e ordenada por homêns Leigos e Mareantes, e Pescadôres, e povo de Villa nova, e sem n'isso intervir authoridade do ordinario; por entre os ditos Confrades haver algumas dúvidas sobre couzas tocantes á dita Confraria, e Regimento della; para conservação sua e serviço de Nossa Senhora, Ordenarão pela maneira seguinte:

Item, que nenhuma pessoa servisse de Juiz, mordomo' nem escrivão da Confraria, não sendo mareante ou pescadôr, ou que o houvesse sido.

Item, que nenhuma pessoa podesse servir os ditos offi-

(1) O sr. Sousa Viterbo—Obra citada, pag. 213.

cios, de Juiz, Escrivão, e mordomo, salvo havendo tres annos, pelo menos, que é Confrade, está assentado no Livro da Confraria de Nossa Senhora.

Item, que a Caixa da Confraria de Nossa Senhora, esteja sempre em Villa nova, que se entenda da ponte até á Igreja de São Paulo, por ser o limite onde vivem a maior parte dos Mareantes, e Pescadores, que instituirão a dita Confraria; da qual caixa haverá tres chaves, e terá cada official a sua.

Item, que se faça todos os annos Eleição dos Officiaes por dia de São Pedro e São Paulo, a qual Eleição se fará na casa do dito Hospital de Nossa Senhora, e em outra parte não, e se fará pela maneira seguinte.

Item, elegerão um mariante, e outro pescador dos mais antigos e honrados da dita Confraria, e um Escrivão para tomar os votos dos Officiaes, que hão de servir d'ahi em diante.

Item, a estes officiaes eleitos, os Officiaes Velhos darão o juramento dos Santos Evangelhos, que tomem as vozes bem e verdadeiramente, sem odio, afeição, nem má vontade, de que se fará assento; e os eleitos novos serão obrigados a dar juramento aos que vierem votar em officiaes, que votem em pessoas de boas consciencias, e que possam fazer o serviço da Senhora, e do Hospital; e assim que declarem se vêm subornados para votar em alguma pessoa; e sendo achado que alguma pessoa por si ou por outrem subornou para servir na dita Confraria naquella anno, posto que sábia com mais vozes, não poderá servir, e servirá aquelle, que depois dello sahir em vozes.

Item, que quando se fizer eleição, achando por informação que o Mordômo serve bem e como deve, e cumpre ao serviço da Senhora, então poderá ser reeleito pelo tempo d'outro anno, se assim parecer aos Confrades; e quanto aos mais officiaes, não poderão servir mais que um anno; e quando se achar fazerem-no, muito bem até dous, por que, o que se há respeito ao Mordômo é por ser officio de muito trabalho, e que se não pode bem a elle satisfazer se não por devoção.

Item, quando se houver de fazer nova eleição de Offi-

ciaes se informem os Confrades, e Eleitores, se os passados por sua culpa perdêrão algumas esmollas ou deixárão de cobrar, que pertencessem á Confraria, e que achando que nisso elles tiverão culpa, que alvidrem o que a dita Confraria nisso perdêo, e se fará execução nos Velhos Officiaes, e se carregará logo em receita sobre a nova.

Item, que per nenhum cazo o Juiz o Officiaes concen-tissem, que o Ordinario Ecclesiastico tomásse conta, nem entendêssô nas couzas d'esta Confraria, antes defendessem as Liberdades e privilegios della, e guardassem; e que fôsem á custa da dita Confraria todas as despezas, que se nisso fizessem.

Item, que se fizesse um Livro encadernado em taboas e no qual se escrevessem as propriedades e foros desta caza, e assim os mais privilegios e Sentenças dados em favor desta Confraria, os quaes se escreverão em Pública forma, para a todo o tempo se dar inteira fé e credito ás couzas d'elle, por mim Escrivão em maneira que fizesse fé.

E feitos os ditos Capitulos, todos juntamente disserão, que entendião serem necessarios para serviço de Deos, e quietação dos ditos Confrades; pelo que pedião a elle Provedor da parte d'El Rey nosso Senhor, que o confirmasse e julgasse por sua Sentença, e assignárão. Antonio Cabreira Escrivão da Provedoria o escrevi—França—André Diogo Henriques—Antonio Luiz—João Fernandes—Miguel Rodrigues—Sebastianus—Miguel Pires—Miguel Diz—João Jorge Rollão—Bertholomeu Diz—André Negrão—André Gonçalves—João Gonçalves—Manuel Gonçalves—Miguel da Costa—João André—Fernão d'Annes—Vasco Alvres—Antonio de Lemos—Manoel Fernandes—Antonio André Negrão—Manoel Diz—Jeronimo Diz—Antonio Fernandes—Pedro Diz—Manoel André—André Rodrigues—Salvador Lopes—Gongalo Fernandes—Pedro Henriques—Antonio Diz—Miguel Fernandes—Jorge Ribeiro.

Não é novo já, bem o sei, que em algumas terras do paiz os pescadores se constituiram em confrarias formando verdadeiras associações de soccorros

mutuos, isto n'uma epocha em que, os nossos economistas nem sequer ainda haviam pensado em tal, mas o que é novo, é o saber-se que em Aveiro tambem existiu uma d'estas instituições. Ninguem até hoje tinha feito esta descoberta quando, para a fazer bastava folhear o Tombo da confraria de Nossa Senhora d'Alegria, d'onde trasladamos o documento que se acaba de lér.

*

Um dos compromissos maritimos mais antigos que se conhecem é o de Peniche, feito em 31 de março de 1505, que foi accrescentado em 3 d'agosto de 1587 e depois confirmado por D. Philippe I de Portugal, e successivamente por el-rei D. João V, D. José e D. João (principe regente), (1)

Alli a corporação dos pescadores tinha por patrono a S. Pedro Gonçalves Tello.

Um outro *compromisso* notavel é o dos pescadores de Faro. Foi confirmado pela rainha D. Catharina em 6 de março de 1552 e não se irá muito longe da verdade se se affirmar que foi elle o que serviu de modelo ao dos pescadores de Aveiro, tanto se assemelham os dois.

No compromisso de Faro providencia-se sobre o modo de mandar alguma pessoa á côrte a bem da confraria e dos mareantes, a qual receberia a competente paga e que só poderia ser escusa mostrando tal e tão legitima razão porque com direito devesse ser escusa. (2)

(1) José Silvestre Ribeiro—*Resoluções do conselho de estado*: Tomo XIII, pag. 229.

(2) José Silvestre Ribeiro—*Obra citada*, 231.

No de Aveiro não existe disposição alguma a tal respeito, o que não quer dizer que a irmandade de Santa Maria de Sá tivesse em somenos conta os interesses dos seus confrades.

Segundo se vê de muitos dos documentos transcritos no seu tombo, era esta irmandade quem para todos os effeitos representava a classe dos pescadores e mareantes e advogava os seus interesses e regalias perante o rei e os tribunaes.

*

Sendo a confraria de Santa Maria de Sá por assim dizer a orgão das classes piscatoria e maritima de Aveiro, não é para estranhar que no seu archivo se guardassem, como com effeito se guardaram, todos os documentos que mais de perto lhes interessavam. Os documentos originaes, porém, desappareceram ha muito, mas d'elles felizmente existem copias authenticas no Tombo novo e velho da confraria. Aquelle foi feito em 1570 pelo licenciado Miguel da Fonseca Moniz, provedor dos residuos nas comareas de Coimbra e Esqueira, com o escrivão da provedoria Antonio Cabreira. O segundo é uma copia authentica d'este, tirado em 1672 com auctorisação regia, «visto estar o mesmo muito velho e trilhado, ser a letra d'elle muito antiga e a tinta ir perdendo a côr».

Do Tombo transcreverei alguns documentos mais, além dos dois que já deixo transcripto e para ahi remetto aos estudiosos que desejem conhecer a historia das nossas antigas pescarias :

«Decreto d'El-Rei para os pescadores e mareantes não serem obrigados a irem aos alardos.—Nós ElRey, Fazemos saber a vós Lopo Alvares, Ouvidor do Conde de Mira, que

os Mareantes e Pescadores da Villa d'Aveiro nos enviarão dizer que vós os Contrangeis, que parecem em o Alardo, o que, se assim é, havemos por muito malfeito, pelo qual vos mandamos, que d'aqui em diante os não constrangeis mais, nem mandeis constranger aos ditos allardos, por quanto disso os havemos por relevados o escuzados, sem embargo de qual quer nosso mandado ou Regimento em contrario. Feito em Almeirim a dés de Maio. Henrique Homem o fez, do mil e quinhentos e dés. E passará pela Chancellaria de Nossa Camara & Rey=sobscripção=Para o Ouvidor do Conde de Mira não constranger os Mareantes e Pescadores d'Aveiro ao Allardo.»—Tombo fl. 76 v.

«Confirmação dos privilegios dos pescadores por el-rei D. Affonso em o anno de 1449.—Dom Affonso por Graça de Deos, Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceita & A quantos esta Carta virem, fazemos saber, que nos Livros dos registos que andão em a nossa Chancellaria, é registada uma Carta, da qual o theôr tal é & Dom Affonso & A quantos esta Carta virem, fazemos saber, que nós querendo fazer graça e mercê aos Pescadores d'Aveiro, o lhe confirmamos todas as graças, e privilegios, e merces, e Liberdades, que lhe forão dadas, e outorgadas e confirmadas, que pelos Reis, que ante nos fôrão, e mandámos que lhe sejam guardadas, e uzem dellas como sempre uzarão até á morte do mais virtuôzo, e de grandes virtudes ElRey meu Senhor e Padre, cuja alma Deos haja. Em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa Carta d'ante a Cidade de Lisboa vinte dias do mez de Julho. El-Rey o mandou pelo Doutor Rui Gomes d'Alvarenga, e pelo Doutor Pero Lobato, seus Vassalos, e de seu desembargo, e petições Affonso Annes a fez Anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quatrocentos e quarenta e nove annos, da qual Carta Joane Annes, Juiz da Confraria de Nossa Senhora de Sâa, morador em a Villa d'Aveiro, nos pediu por mercê, que lhe mandasse-mos dar o treslado della em pública forma, por quanto a outra, que os ditos Pescadores houverão era perdida e se não podia achar; e visto por mim seu requerimento lhe

mandámos dar assim e pela guiza, que em os ditos Livros dos registos é contheudo, d'ante em a Cidade de Lisboa vinte e um dias do mez de Julho. ElRey o mandou pelo Doutor Ruy Gomes d'Alvarenga, seu Vassalo e do seu desembargo e petições. Vicente Chanceller do Gafon por Gomes Borges a fez Anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quatro centos e quarenta e nove.»—*Tombo fl. 86.*

«*Mais o privilegio dos pescadores por el-rei D. João III em 1545.*—Dom João por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves & aquem e d'alem mar em Africa Senhor de Guiné e da Conquista Navegação de Commercio de Ethiopia, Arabia Persia e da India & A quantos esta minha Carta vi-rem, faço saber que por parte dos pescadores da Villa d'Aveiro, me foi apresentada uma Carta d'ElRey meu Senhor e Padre, que Santa Gloria haja, de que o theor é seguinte=Dom Manoel por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista Navegação de Commercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India & A quantos esta nossa Carta vi-rem, fazemos saber, que querendo nós fazer graça e mercê aos Pescadores da Villa d'Aveiro, temos por bem e nos praz, que d'aqui em diante gouvão e hajão todas as Liberdades de que tem e de que gozavão os pescadores de quaes quer Logares de nossos Reinos, a que temos dado nossos privilegios; e porém mandamos ao nosso Corregedor em a Commarca da Estromadura, e Ouvidor, e Juizes da dita Villa, e a quaes quer outras nossas Justiças, e pessoas a que esta nossa Carta for mostrada e o conhecimento della pertencer, que hajão d'aqui em diante os ditos pescadores da dita Villa d'Aveiro e seu arrabalde por privilegiados, escuzados, e guardados, e lhe Leixem gouver de todos os privilegios Liberdades, e franquezas, que tem e de que gouvem e devem gouvir os pescadores dos Logares de nossos Reinos a que temos dado os ditos privilegios sem lhes porem a ello dúvida nem embargo algum. E por esta mandamos aos Juizes dos Logares, que tiverem os ditos privilegios, que lhes dêem o treslado dos ditos privilegios em pú-

blico para saber de que assim hão de gouvir, e lhe cumprão e guardem o fação muito inteiramente cumprir esta nossa Carta, assim e tão inteiramente como em ella é contheudo, porque assim é nossa mercê. Dada em a Villa de Santarem a vinte e cinco dias de Novembro. Gongalo Mendes a fiz Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e tres. Pedindome os ditos Pescadores da Villa d'Aveiro, que lhe Confirmasse a dita Carta, e antes dello nisso dar despacho mandei, que declarassem de que privilegios uzavão, para lhe serem declarados nesta Carta, e elles declararão, que uzavão dos privilegios dos Pescadores d'Azurara, termo do Porto, que estava ja por mim confirmado; e visto seu requerimento, e o assento do dito privilegio dos ditos Pescadores d'Azurara, que está lançado no Livro das confirmações, por mim confirmado, mandei que se declarasse aqui as couzas contheudas no dito privilegio dos ditos Pescadores d'Azurara, que são os seguintes, das quaes hei por bem que os Pescadores da dita Villa d'Aveiro gozem.—Item não serão obrigados a darem roupa para nenhuma pessoa, nem para nenhuma aposentadoria da dita Villa nem d'outra, nem lhe tomarão suas gallinhas, palhas, Louça, Gado, Alfaias de casa, nem nenhuma outra cousa do seu contra suas vontades, nem lhe serão tomadas suas Barcas, Caravellas, e Bateis, para nenhuma Serventia, nem cousa, salvo sendo para meu Serviço, e por meu especial mandado; nem lhes tomarão suas Bêstas de Séllos nem d'albarda, para nenhuma Serventia nem pessoa, e isto não sendo Bêstas com que ganhão dinheiro, por que estas taes lhe poderão ser tomadas; nem serão tutores, nem curadores de nenhuma pessoa, salvo sendo tutorias lidimas e dentro na dita Villa, notifico assim a todas e quaes quer Justiças, Officiaes, e pessoas a quem esta minha Carta for mostrada e o conhecimento pertencer, e lhes mando que assim cumprão e fação inteiramente cumprir e guardar como nella é contheudo, sob pena de quem o assim não cumprir pagar de pena dés mil reis, a metade para a minha Camara, e a outra para os Captivos; e os ditos Pescadores, da dita Villa d'Aveiro não uzarão d'outros privilegios algũ

salvo destes aqui declarados dos ditos Pescadores d'Azurara, de que disserão de que uzavão. Vicente Fernandes o fez em Evora aos vinte e seis dias do mez de Junho, Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e quarenta e cinco annos, e eu Damião Dias o fiz Escrever =ElRey=sobscripção=Confirmação deste privilegio aos Pescadores da Villa d'Aveiro, para gozarem dos privilegios dos Pescadores d'Azurara, que nesta Carta vão declarados. Eu Domingos Monteiro pagou trezentos e sessenta reis, a vinte oito dias de Setembro de mil e quinhentos e quarenta e cinco annos. Pero Gomes—e aos officiaes trezentos reis=Registada na Chancellaria=Registado na Camara da Villa d'Aveiro, por mim Escrivão por mandado do Juiz e Officiaes do presente anno, e o houverão por bom; hoje tres d'Abril de mil e quinhentos e quarenta e seis=João Coresma, Escrivão, que o escrevi=Coresma.»—Tombo fl. 86 v.

«Treslado d'um Instrumento do modo que os pescadores pagão os seus direitos a Francisco Tavares.

Saibão quantos este Instrumento de Certidão com o theor de ães autos, que ao diante fará menção virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e setenta e sete annos, aos desesete dias do mez d'Agosto do dito anno em a Villa d'Aveiro, e pozadas do Licenceado Miguel de França Moniz, Provedor das Commarcas de Coimbra e Esgueira, estando elle Provedor presente, por elle foi dado a mim Tabellião a Carta d'ElRey nosso Senhor e seus Desembargadores do Paço, dizendo, que a tresladasse, que a propria havia de tornar a dito Senhor, e que, por quanto, hoje era Sabbado, e dia, que os Pescadores todos vinhão para casa, o dia aparelhado para isso, que mandava, que Antonio Dias, porteiro, apregoasse publicamente pelos Logares públicos desta Villa, todos os Pescadores viessem logo da Camara, com pena de dous mil reis, para se fazer certa diligencia com elles á cerca do Dizimo e mordemado, que se paga a Francisco Tavares; e assignou elle Provedor, e eu Antonio Vaz Tabellião que o escrevi=E logo no dito

dia mez e anno a trás escripto, em a dita Villa d'Aveiro e praça della, e assim na rúa Direita, por Antonio Dias, porteiro, perante mim Tabellião foi publicamente deitado pregão, conforme ao mandado do Senhor Provedor, e assim deu fé, o dito porteiro, o apregoar por outras partes, e o assignou. Antonio Vaz, Tabellião, que o escrevi=Antonio Dias=E o treslado da Provisão, é o que ao diante vae, e eu Antonio Váz, Tabellião, que o escrevi.» (1)

«Provisão regia quanto ao modo porque os pescadores pagão os direitos do pescado.

Dom Sebastião por Graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa Senhor da Guiné; mando a vós Provedor da Commarca de Coimbra, que tanto que vos este for dado, vades á Villa d'Aveiro, e vos informeis se os Pescadores da dita Villa, no modo em que ora pagão o mordomado e Dizimo do pescado, que pertence a Francisco Tavares, fidalgo de minha Casa, recebem alguma avexação, ou pagão porisso mais do que são obrigados pelo foral da dita Villa, para o que os ouvireis Sobre isso, e sabeis d'elles se são contentes de pagar o dito mordomado e Dizimo de Francisco Tavares, na maneira em que ora pagão, ou se querem antes pagalo conforme ao foral, e segundo forma delle como se pagava antigamente. E a informação que achardes, e resposta dos Pescadores com vosso parecer me Escreveis por vossa Carta serrada e assellada, que será entregue a Duarte Diz de Menezes do meu Conselho, e meu Secretario, e Escrivão das Confirmações, para ser vista no despacho dellas, e se provêr á cerca da arrecadação dos ditos direitos, como for justiça. ElRey nosso Senhor o mandou pelos Doutores Paulo Affonso, e Pedro Barboza, ambos do seu Conselho, e seus Desembargadores do Paço. Simão Bortalho o fez em Lisboa a vinte e oito dias de Janeiro de mil e quinhentos e setenta e sete=Paulo Affonso=Pedro Barboza=a qual Provisão eu Antonio Vaz, Tabellião publico e judi-

(1) Tombo citado, pag. 83 v.

cial em esta Villa d'Aveiro, e seus termos, pelo Duque Marquez, nosso Senhor, tresladei e escrevi bem e fielmente da propria, e concertei com o Tabellião abaixo assignado em Aveiro aos desesete d'Agosto de mil e quinhentos e setenta e sete annos. e assignou de meu signal raro acostumado, e eu Antonio Vaz, Tabellião o escrevi—Antonio Vaz—Concertado por digo comigo Tabellião, Fernão André.»

«Alvará do Infante D. Pedro para que os pescadores não sirvão de besteiros de conto.»

Eu o Infante Dom Pedro, faço saber a vós Juizes e Vereadores e Procurador e homens bôns da minha Villa d'Aveiro, que a mim é dito, que quando se em esta Villa hão de apurar algũs homêns para serem Bésteiros de conto, que vós constrangeis algũs pescadores moradores em a dita Villa, para o haverem de ser, os quaes não vivem por outra cousa, somente pela dita pescaria, e continuadamente andão em ella; e por quanto elles pagãa a Dizima nova por o serviço, que são tendo fazer por seus corpos, e me parece, que com razão de tal encargo devem de ser escuzados. Eu vos mando, que d'aqui em diante os não constrangeis para o dito é, sem outro embargo, que a ello gonhaes. Feito em a dita Villa, vinte e dois d'Outubro. Estevão Pires o fez, anno do Senhor de mil e quatro centos e trinta e um annos; o qual Alvará assim mostrado e lido, e publicado ao dito Juiz como dito é, o dito Juiz disse, que se cumprisso e guardasse como em elle era contheudo; e o dito Estevão Martins pedio dello assim um Instrumento; testemunhas, que forão presentes Affonso Pires, procurador do numero, e João dos Santos, criado do Doutor Martim do Jem, e Joane Anes Pintado, pescador, e Aires Gonçalves da Roza, e outros; e eu João Calaço, publico Tabellião sobre dito, que o escrevi e a esto fui presente e este Instrumento escrevi, e aqui meu signal fiz, que tal é.» (1)

(1) Tombo citado, fl. 95.

«Treslado d'uma Provisão d'ElRey D. João o segundo como os Pescadores podem vender o peixe ás duzias.

Nós ElRey fazemos saber a vós Juizes, Officiaes, e homens bôns da nossa Villa d'Aveiro, que vimos uma sentença d'ElRey Dom João meu Bisavô, que Deos tem, que por parte dos Pescadores dessa Villa nos foi mostrada, ácerca da venda de seus pescados, e confirmada por ElRey meu Senhor e Padre, cuja alma Deos haja; a qual havemos por bem, que se cumpra e guarde como nella é contheudo, e que sem embargo da taixa que sobre os ditos pescados aos ditos Pescadores tem disposto, que elles o vendão e possão livremente vender a duzias, e Cambados, com grôssos, como se na dita Sentença conthem; porém mandamos ao Corregedor d'essa Commarca, e a vós ditos Officiaes, e a quaes quer outros que o conhecimento desto pertencer, e este nosso Alvará for mostrado, que assim o Cumpraes e guardeis, e façaes cumprir e guardar, por que assim é nossa mercê, sem outra duvida nem embargo algum, que a ello ponhaes. Feito na dita Villa d'Almeirim a vinte e quatro dias do mez d'Abril; João Dias o fez, de mil e quatrocentos e oitenta e oito—Rey—Subscrição—
Porque guardem a estes Pescadores d'Aveiro a Sentença, que tem d'ElRey Dom João, vosso Bisavô, sobre a venda de seus pescados.»

«Treslado d'uma Sentença, por que são escuzos os Mareantes, e Pescadores irem com os Prezos,

Saibão quantos esta Sentença tirada d'um processo vierem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e vinte e seis annos, aos vinte dias do mez de Janeiro do dito anno, na Villa d'Aveiro, perante João Martins Cavalleiro Juiz Ordinario na dita Villa, por parte dos Mareantes e Pescadores da dita Villa pareceu o Baharel Cosme Dias, e disse ao dito Juiz, que por seu mandado os Mareantes e Pescadores erão apenados e contrangidos, que elles hajão de ir a levar um prezo, que na dita Villa está para outro Concelho, e isto com graves penas e al

gũns d'elles erão postas, e que requeria a elle Juiz, que elle não constrangesse os Mareantes nem Pescadores da dita Villa, por quanto elles sem privilegio d'ElRey Nosso Senhor, em que os ha por escuzos e liberdados das taes Serventias, e outros semelhantes, apresentando-lha logo um Instrumento trespelado em pública forma, por authoridade de Justiça, que os ditos Mareantes o forão tirar á Villa de Vianna fòs de Lima do privilegio e Liberdade, que os Mareantes, e Pescadores de Vianna tem, o qual Instrumento entre outras couzas todas se conthem, que por ElRey Dom Manoel, Rey de Portugal e dos Algarves d'aquom e d'alem mar em Africa & A quanto^s esta nossa Carta virem. Fazemos saber, que querendo Nos fazer Graça e mercê aos Mareantes e Pescadores da Villa de Vianna de fòs de Lima, temos por bem, queremos e nos apráz, que d'aqui em diante elles sejam privilegiados, escuzados, e guardados, que não com prezos, nem com dinheiros, nem pouzem com elles em suas Casas de morada, nem lhes tomem sua roupa, nem outras Alfaias de suas Casas para nenhuma apozentadorias. E porém mandâmos aos Juizes da dita Villa, e a quaes quer outros nossos Corregedores Juizes e Justiças, Officiaes e pessoas a que esta nossa Carta for mostrada e o conhecimento della com direito pertencer por qual quer modo que seja, que hajão d'aqui em diante os ditos Mareantes e Pescadores por privilegiados, escuzados, e guardados de todas as sobreditas couzas &. Segundo isto e outras muitas couzas no dito Instrumento mais compridamente se conthem, e bem assim lhe apresentou um Alvará de Certidão pelos Deputados assignado, como por elle fazião certo terem o seu privilegio na Corte d'ElRey nosso Senhor, para lho haver de Confirmar, o qual o trespelado é o seguinte.—Sejão certos os que este virem, como é verdade, que os Pescadores d'Avoiro mandarão entregar a Damião Diz, Escrivão das Confirmações, uma Carta d'ElRey Dom Manoel, que a Santa Gloria haja, por que houve por bem, que os ditos pescadores gozassem e houvessem todas as honras e graças, mercês, e Liberdades, privilegios de que gozavão os pescadores de quaesquer Logares destes Reinos, que tenham privilegios &. Segundo se

no dito Conhecimento o Cortidão mais largamente conthem, requerendo ao dito Juiz, que por virtude do dito Instrumento e Certidão, que lhe apresentava, houvesse aos ditos Marcantes, e Pescadores por escuzos o Liberdados das taes Serventias, e lhes não quebrantasse seu privilegio, e não lho querendo guardar, de tudo pedião um Instrumento; e pelo dito Juiz foi mandado, que de tudo se fizesse auto, e como lhe fosse o Instrumento e Certidão dos Deputados, e elle veria tudo, e mandaria a que lhe parecesse Justiça, ao qual foi satisfeito, e por elle foi pronunciado o dezembargo seguinte= Visto o Alvará dos Deputados aqui troladado, mando, que se guarde o privilegio dos Requerentes, e todavia os Requerentes mandarão buscar seu privilegio para se saber especificadamente as graças nelle contheudas, a qual foi publicada no Paço do Concelhe da dita Villa, pelo dito Juiz em audiencia, que ello fazia aos vinte e dous dias do mez de Janeiro em pessoa d'algũs dos ditos Marcantes, e elles pedirão Sentença, e o Juiz lha mandou dar, mandando em ella, que se cumprisse em tudo como nella é contheudo, feita aos vinte e dous dias do mez de Janeiro do anno de mil e quinhentos e vinte e seis annos. João Pires, Tabellião público e judicial na dita Villa e termos, pelo Senhor mestre e Duque & nosso Senhor, que esta escrevi, e em ella meu público signal fiz que tal é.» (1)

*

Annexo á confraria de Santa Maria de Sá havia um hospital destinado aos seus confrades pobres. Tinha casa propria, com capella, cuja invocação era Nossa Senhora do Hospital. Estava situado na antiga rua de Villa Nova, hoje da Vera-Cruz e, occupava o local onde está presentemente a Confeitaria Gamellas e a casa do sr. conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa.

Parece que a sua fundação se deve a Fernão

(1) Tombo citado, pag. 77.

Veiga, pelo menos é o que se deprehende do seu testamento, feito no Porto em 13 de fevereiro de 1486 e em que se encontra esta disposição :

«Item, mando que as tres casas que temos em Villa Nova, de Aveiro, e que está ao longo do Hospital, *que demos* aos Pescadores da Confraria de Santa Maria de Saa, e outra que está defronte d'ella, e outra que foi de Salvador, e a marinha pequena que está no lemite de Aveiro tudo seja do dito Hospital pela alma de Aldonça Martins, que foi minha primeira mulher; e que o Capellão que disser a missa á segunda-feira, segundo se costuma dizer em São Miguel aos Pescadores que se ha sobre a cova onde jáz á porta principal de São Miguel, com agua benta, dizendo suas orações, que á defuncta pertencesse dizer; e se algum Confrade ou Mordomo da dita confraria, isto contradizer, que haja a maldição de Deus, e que a sua alma padeça por ello no Inferno com Berzebu, e candatão e abirão, por quanto a mim apraz, e a minha mulher Maria Alvares de serem dadas ao Hospital, pela alma da dita Aldonça Martins, e pelas nossas e das que somos obrigados.» (1)

Do hospital não encontrei noticia posterior a 1766, o que me leva a crêr que acabasse antes do fim do seculo XVIII. As ruínas da capella essas, ainda ha pouco mais de trinta annos, existiam de pé.

Parece que foi a falta de meios que matou o hospital, e este mesmo mal affectou enormemente a capella e a confraria. A decadencia sempre progressiva das nossas pescarias, a datar do primeiro quartel do seculo XVII em diante contribuiu immenso para isso.

*

D'aquella decadencia falla o dr. Constantino

(1) Tombo citado, fl. 11 v,

Botelho de Lacerda Lobo, que escreveu na sua *Memo-ria sobre as pescarias em Portugal*, que já por vezes aqui tenho citado :

«§. LIV. O estado, em que se observa a Pescaria na Provincia da Beira não he menos lastimoso, que aquelle, que tenho exposto da Provincia entre Douro e Minho. Conhece-se esta verdade comparando o estado actual da Pescaria da dita Provincia com aquelle, que houve antigamente.

§. LV. Em tempos antigos era tal o adiantamento, que a Pescaria tinha em Aveiro, que os pescadores d'esta Cidade não se contentavão com aquella, que fazião nos nossos mares; porém annualmente sahião da Barra d'Aveiro 60 Nãos á da Terra Nova; hoje em dia póde dizer-se que a Pescaria está quasi inteiramente aniquilada n'esta costa; porque no anno de 1790 somente se observavão dous barcos destinados á pesca, e duas companhas cada huma de oitenta pescadores, que costumão pescar na costa de S. Jacinto desde os fins de Junho até FEVEREIRO, e depois vão para o Têjo.

§. LVI. Na praia de S. Jacinto, e em quasi todos os mais lugares da costa da Provincia da Beira, não se observão outras redes senão (1) as chamadas Artes de pescar a Sardinha, com as quaes os pescadores não estendem as suas Pescarias mais do que a huma pequena distancia da costa, e somente em certos mezes do anno (2). Ainda mesmo tem diminuido o numero das sobreditas Artes, porque no anno de 1758 na costa de Buarcos estabelecerão-se sete, e no anno

(1) «Em toda a costa da Provincia da Beira, desde a Barra do Porto, até á da Figueira não se observão outras redes senão as chamadas Artes, á excepção de Buarcos, onde destas já não fazem uso; porém d'outros osapparelhos da pesca, que são (conforme chamão os pescadores) a Rasca, a Rede, a Mugiganga, o Espinhel, a Amenjoeira, e o Bizoiro.

(2) Em Ovar occupão-se na pesca oito, ou nove mezes no anno, Em Aveiro sete, em Mira, Quiaios, e Tócha, tres.

de 1794 somente existião duas, que não tinham uso por falta de pescadores (1).»

*

Com os elementos que ahi ficam já se pode reconstruir uma grande parte da historia dos pescadores e mareantes aveirenses, e bem assim a da sua confraria privativa, por tanto é mais que tempo de voltar a occupar-me da capella em que esta tinha a sua sede. Como disse, o aspecto exterior não lhe denuncia a idade; o seu frontespicio na verdade nada tem de notavel, é vulgarissimo. A forma do campanario, ha muito vasio de sino, não sendo moderna, tambem não é tão acentuadamente antiga que chame a attenção. Parece que houve alli alterações importantes, pelo menos junto á porta havia um grande alpendre sustentado por columnas de granito de que nem sequer restam vestigios. As hombreiras estriadas da porta principal denunciavam tambem a existencia d'uma frontaria, que decerto não é a actual. E se do exterior passarmos ao interior da capella, pouco mais encontraremos da primitiva fabrica.

E' incontestavel que houve alli reedificações successivas; quando ellas tiveram logar, porém, igno-

(1) Esta informação me foi dada em Buarcos no anno de 1794 por hum pescador de idade avançada, o qual tambem affirmou, que se lembrava virem os pescadores d'Aveiro pescar á costa da dita Villa com o Espinhel; porém, que havia mais de 40 annos, que não tinham voltado. Disse mais, que no anno de 1732 havião na referida costa sete grandes barcos, que hoje somente existião dous. Na Figueira havendo em outro tempo cinco lanchas da pesca, no anno de 1794 somente existião sete bateis, de que fazião uso quando pescavam o Congro á linha.»

ro-o. D'uma sentença da Casa da Supplicação, dada em 1570 a favor da confraria, vê-se que n'este anno Pedro Annes, João Rodrigues e André Gonçalves, officiaes da mesma, apresentaram um requerimento escripto, em que diziam que a ermida «fôra feita e ordenada por elles supplicantes e seus antecessores.» (1)

Ha annos, ha mesmo bastante annos já, pois o amor pelas velharias despertou-me cedo no espirito, passando um dia pela capella de Nossa Senhora da Alegria e vendo aberta a porta, facto que se não dava a não ser em certos dias festivos, entrei movido pela curiosidade de vêr o templo despido de damascos e ouopeis com que é costume então ornal-o. Era a primeira vez que via a capella assim, e por isso grande foi a minha surpresa quando logo em frente de mim vi erguer-se como envergouhado entre dois altares relativamente modernos, o arco cruzeiro com a sua forma ponte-aguda e seus capiteis de *brutescos*, isto é, um arco gothico que, era a melhor certidão de idade da capella que, se podia apresentar.

A existencia d'esta antigualha até então para mim desconhecida, induziu-me a mais algumas pesquisas que, deram em resultado o encontrar as paredes sobre que assentavam os altares lateraes revestidas de magnificos azulejos, que me pareceram e, não me illudi, muito semelhantes a uns que revestiam algumas das columnas da egreja da Sé Velha, de Coimbra. Eram differentes os padrões, e á collocação de todos elles não tinha presidido a mais leve sombra de bom gosto, tão baralhados e confundidos estavam.

(1) Tombo citado, pag. 13.

Sahi contente com a descoberta e, durante muito tempo não me lembrei mais da capella nem dos azulejos. Quando, porém, em 1882 por proposta minha o *Gremio Moderno* tractou de commemorar o centenario pombalino com uma exposição districtal de objectos de arte decorativa e productos das industrias actuaes do districto, lembrei-me organizar uma collecção dos azulejos antigos da capella de Nossa Senhora d'Alegria, o que levei a effeito, expondo n'um grande quadro um bom numero d'elles.

São todos em baixo relevo, de desenho geometrico e ornamentação vegetal, tendo uns tres e outros cinco côres. Aquellas são branco, azul e amarello, e estas branco, verde, castanho e laranja. Ha padrões formados por um só azulejo e outros por quatro.

Referindo-me a estes azulejos escrevi no chamado *Album da exposição*: (1)

«Na exposição havia apenas um pequeno quadro de azulejos, o que foi reproduzido na Phot. 54, mas n'elle se acham agrupados diferentes padrões (quatorze), qual d'elles mais bello, e quasi todos pertencentes ao seculo XVI (2). Era pouco pelo numero, mas não pelo valor, pois todos, sem excepção, se podiam apresentar como verdadeiros especimens dos azulejos fabricados em Portugal n'aquella epocha (3). Pertenciam á capella de Nossa Senhora da Alegria (Aveiro), antiga parochia de Santa Maria de Sá, cuja fundação remonta ao reinado d'el-rei D. Diniz.»

(1) *Exposição districtal de Aveiro em 1882—reliquias da arte nacional—phototypias inalteraveis de E. Biel & Comp.^a—texto de Marques Gomes e Joaquim de Vasconcellos.—Aveiro—Gremio moderno—MDCCCLXXXIII pag. 38.*

(2) «O ultimo da esquerda (linha superior) quadruplicado, é da segunda metade do seculo XV. (J. de V.)

(3) Aparecem na casa de Pilatos em Sevilla (Pala-

No livro d'onde acabo de fazer esta transcrição, além da noticia da cidade d'Aveiro, o que diz respeito ao mobiliario e á ceramica, foi escripto por mim e tanto que, o meu illustre collaborador discordando em alguns pontos das minhas opiniões e, desejando esclarecer outras, lhe addicionou algumas notas que firmou com as suas iniciaes para assim se accentuar que aquella parte do texto lhe não pertencia. Para que fique bem assente qual a parte do referido trabalho que pertence ao sr. Joaquim de Vasconcellos e aquella que escrevi, passo a transcrever o pequeno artigo com que o sr. Carlos Faria (hoje Barão de Cadoro) noticiou no seu jornal a *Locomotiva* (1) a publicação do livro:

Exposição Districtal de Aveiro em 1882—Reliquias da Arte Nacional

No dia 31 d'este mez sae á luz a publicação magnificente com aquelle titulo, sobre a Exposição que o *Gremio Moderno* abriu e fomentou em 1882 em homenagem ao Marquez de Pombal.

Essa publicação feita com o vagar que o esmero exige,

cio Ribera) quasi todos os padrões da Photot. Quem não conhecer aquella sumptuosa casa compare os padrões nas photographias de Laurent, que estiveram na Exposição da *Sociedade de instrucção no Porto*. A polychromia é a mesma.

A' primeira vista parece simples e natural concluir que houve importação. A questão está um pouco mais funda, na affinidade da civilização portugueza e hespanhola do seculo XV e XVI, na intimidade de todas as relações, e sobretudo na origem commum do ensino artistico industrial, influenciado pelas mesmas tradições e regulado pelos mesmos compendios (J. de V.)»

(1) N.º 45 de 25 d'agosto de 1883.

vae ser um apetecido primor d'Arte. Biel encarregou-se das photographias e por este lado está assegurada a perfeição. Joaquim de Vasconcellos e Marques Gomes dividiram entre si o trabalho do texto; este escreve-lhe a Introducção sobre Aveiro, e os capitulos sobre moveis, armas e bronzes, ceramica e vidros; aquelle occupou-se da ourivesaria, joalheria, tecidos e objectos de *toilette*. Dada a competencia especial d'estes eruditos escriptores não ha duvida de que a importancia do texto ha-de corresponder ao acabamento exacto dos phototypias.

Estas estão feitas, a impressão muito adiantada, de maneira que em poucos dias o publico saboreará uma obra deliciosa.

Carlos Faria.

Além dos azulejos a que me referi, ha alli ainda outros. As paredes da capella-mór são revestidas d'alto abaixo de romboides verdes e brancos, tendo d'onde em onde quadrados formados de quatro azulejos em baixo relevo, a cinco côres, de desenho geometrico e ornato vegetal. Seculo XVI.

Sobre a proveniencia dos primeiros, especialmente dos verdes tenho graves apprehensões de que, foram fabricados em Aveiro. A côr do esmalte e a propria qualidade do barro, vermelho vivo, é em tudo igual a alguns dos productos esmaltados das antigas olarias aveirenses.

Typos de azulejos anteriores ao seculo XVII além dos da capella da Senhora d'Alegria, não os ha nos restantes templos da cidade. Tudo que n'elles existe é relativamente mais moderno, mas ainda assim, Aveiro em questão de azulejos não é tão pobre como parece á primeira vista, pois possui bons exemplares ainda que, de epochas não muito differentes.

Poucos são os datados, é verdade, mas a quasi todos senão a todos, é facil marcar-lhe a idade, pois sabe-se quando se realisaram as obras de que fazem parte. No geral não vão além do seculo XVIII a não serem os d'aquella capella que deram motivo a esta digressão artistica, pois como disse, estes são muito mais antigos.

Na egreja de Jesus e capellas interiores do convento ha bons exemplares de azulejo, e o mesmo succede na antiga egreja dos dominicos hoje parochia de Nossa Senhora da Gloria. D'uns e d'outros porém, farei menção especial em outro logar d'este livro. (1)

Na egreja de S. João Evangelista (Carmelitas) as paredes até um terço da sua altura são forradas de azulejo liso, com ornatos, figuras e pequenos quadros de bom desenho e pintura azul sobre fundo branco. Não tem data nem assignatura. Por baixo d'um dos quadros, um monge no fundo d'uma gruta orando perante uma cruz tosca em cuja base se vê um craneo humano, lê-se esta inscripção: — « *Operemur bona d'vm tempus habemus* ». Nenhuma outra inscripção ou data se encontra em toda a egreja. Os quadros são orlados de largas fachas em estylo baroque, vendo-se ao centro o brazão carmelitano com a corôa real sobreposta. Como digo, nenhum d'estes azulejos é datado, mas além do estylo a denunciar-lhe a idade temos a data da construcção do templo, para mais a certificar. Este foi edificado em 1707.

O vestibulo da egreja, que é tambem o do

(1) Vide—D. Henriqueta dos Anjos Barbosa, ultima priora do Convento de Jesus e José Candido Gomes de Oliveira Vidal.

convento, é do mesmo modo azulejado. O estylo porém, ainda que bastante semelhante, é inferior áquelle no desenho. Formam grandes retabulos no genero rococo, tendo ao centro grandes alvarradas de flores. Sobre aquelles tem só a superioridade de serem datados—Anno—1737.

Na egreja e sachristia de Santo Antonio, que outr'ora pertenceu aos frades menores da provincia da Soledade, ha bons azulejos do mesmo genero dos de S. João Evangelista (Carmelitas). Em correção de desenho excedem-os até. Os da sachristia formam pequenos quadros, representando algumas das milagrosas passagens da vida do santo thaumaturgo de soffri-vel desenho, em molduras de estylo rococo. O tom azul claro, egual, d'estes azulejos distingue-os de todos os outros que ha presentemente em Aveiro, cujo tom é sempre mais escuro, um azul opaco, com muito menos transparencia. Não são datados. A sachristia destruida por um incendio foi mandada reconstruir luxuosamente, pelo bispo de Coimbra D. Antonio de Vasconcellos e Sousa em 1713, por isso é de presumir que o azulejo seja d'esta epocha. Na egreja, os mais notaveis azulejos são os que, revestem as paredes lateraes da capella mór até quasi a abobada. Formam dois grandes quadros, um fronteiro do outro. Cada um d'elles compõem-se d'um grande retabulo, estylo *baroque* ornado de pesadas grinaldas de flores, e phantasias decorativas. Ao centro de cada um d'elles ha uma passagem da vida de Santo Antonio. O do lado do evangelho representa o interior d'uma cella em que o santo recebe a visita inesperada do Menino Jesus. O que lhe fica fronteiro representa a conhecida passagem do sermão dos pei-

xes. Uma paizagem com um rio, tendo ao fundo uma ponte em que, se agrupam differentes aldeões. Do seio das aguas do rio que lhe corre em baixo surgem as cabeças de innumeros peixes que parecem ouvir a palavra do Santo que da margem lhes está pregando. Seguiu-se fielmente ao que parece a narração que, do facto faz Fr. Marcos de Lisboa e que, é esta: — «E um dia Santo Antonio, não querendo os herejes ouvir a palavra de Deus, cheio do espirito do Senhor, foi-se á fóz do rio, junto do mar e estando em uma riba junto do mar e do rio, começou a chamar os peixes da parte de Deus, que viessem ouvir a pregação dizendo: Vinde ouvir a palavra de Deus, peixes do mar e do rio, pois a não querem ouvir os homens herejes infieis.

E n'aquella hora se ajuntou tanta multidão de peixes grandes e pequenos ante Santo Antonio, quanto nunca em aquellas partes juntamente foi visto, e todos tinham as cabeças fóra d'agua.» (1) Não tem data ou inscripção estes azulejos por onde se venha no conhecimento quando foram fabricados, mas esta falta é remediada em parte pelo testemunho de Fr. Francisco de Santhiago que, escreve:

«A capella mór se fez de novo com varias esmolos desde 1732 até 1740, pouco mais ou menos, em que se fez a tribuna nova e se dourou, fizeram-se novas imagens por direcção do nosso engenhoso P. Fr. Cypriano da Barca, e se azulejou, sendo guardiães o P. Pregador fr. Antonio da Tolanta, o P. M. Fr. João de Moreira, bispo que depois foi de Cabo Verde e o P. Fr. Manuel da Idanha Rodrigão Confessor.» (2)

(1) *Chronica dos menores* tom. I pag. 49.

(2) *Chronica da santa provincia de Nossa Senhora da Soledade*.—Lisboa 1762—Tom. I pag. 644.

Na capella da Ordem Terceira de S. Francisco, ha tambem bons azulejos no genero dos que acabo de descrever. D'estes contava poder dar aqui curiosas noticias, pois consta-me que foram fabricados em Aveiro, para o que procedi já a algumas pesquisas no respectivo archivo. Nada encontrei ainda, mas nem por isso deixarei de continuar a trabalhar para fazer a sua historia, bem como a d'outros azulejos de que agora não trato. E já que me estou occupando de azulejos, direi que presentemente se fabricam em Aveiro azulejos capazes de rivalisar não só com o melhor que no genero se produz no paiz mas até com muito que, do estrangeiro importamos. Estes modernos azulejos que Portugal inteiro conhece já, são os da Fabrica da Fonte Nova, de que é proprietario o arrojado industrial e meu amigo o sr. Carlos da Silva Mello Guimarães. D'elles, bem como dos demais productos ceramicos d'esta fabrica, darei desenvolvida noticia n'um dos proximos capitulos.

Voltando a occupar-me da capella de Nossa Senhora d'Alegria, repetirei primeiro o que do interior d'ella disse Fr. Agostinho de Santa Maria e é, o seguinte:

«A Ermida he grande, & fermosa com hum alpendre, & seu coro para se cantarem as Missas; tem tres Capellas, a mayor, & duas collateraes, com retabolos dourados, & tudo com grandeza, & perfeição. A Imagem da Senhora parece de roca, porque he de vestidos, & tem ao Menino Deos em os braços, sua estatura são quatro palmos; mas porque os vestidos são compridos, que cobrem parte da peanha da Senhora, parece ainda mais comprida; está collocada no retabolo da Capella mòr. A sua festividade he em o dia da Assumpção em 15 de Agosto, & neste dia concorrem assim de

Aveyro, como de Esgueyra, quasi todos a servir, & a venerar aquella soberana Senhora, que he a Alegria do mundo todo, como a intitula S. Germano: *Gaudium cõmune mundi.*

Os altares lateraes a que se refere o chronista foram substituidos por outros que pertenceram á capella de S. João, nos fins de 1889 em que a junta de parochia da Vera-Cruz, por iniciativa do seu presidente e zelosissimo parcho da freguezia o sr. Manuel Ferreira Pinto de Sousa, mandou proceder ahi a importantes reparos. A substituição tornava-se ha muito indispensavel, tal era o estado de completa ruina em que se encontravam os referidos altares.

O pequeno templo encontra-se presentemente reparado e aceado, como não o esteve, mesmo quando usufruia bastantes rendas. Que estas eram avultadas vê-se bem do grande numero de propriedades que, se acham descriptas no seu Tombo, bem como dos paramentos e alfaias de valor que outr'ora possuia. N'um inventario feito em 1579 além d'outros, estão mencionados os seguintes :

«Item um saio de veludo carmezim, que a Senhora tem ás festas o qual tem renda de retróz amarello com vinte pontos de prata douradas.

Item uma vasquinha de damasco branco coartapisada d'arredor de veludo carmezim e pelo meio.

Item uma corôa de prata dourada que custou tres mil cento e dez réis.

Item outra corôa de Nossa Senhora que está fóra, a qual é de prata dourada, aliás tambem dourada, que deixou Pedro André, que veio do Perú, já defunto.

Item outra vasquinha de velludo carmezim com barras de velludo verde pisadas.

Item um frontal de damasco branco com seus sabastros, de boricadilho e sua franja de retróz amarello e fio de ouro.

Item outro frontal de velludo carmezim com cartapi-
sas de velludo preto, já usado que serve a coto.

Item uma cruz muito grande de prata dourada toda,
que tem peso vinte e oito marcos e meio, com seis campai-
nhas de prata tambem douradas, mettida em uma caixa de
pao forrada de ambas as partes de bocaxim.

Item um calix de prata grande que serve nas festas,
dourado e tem quatro campainhas de prata, tambem doura-
das, com sua patena da mesma maneira.» (1)

*

De tudo que ahi fica apontado nada mais resta
do que o calix e, se este mesmo ainda hoje existe deve-
se isso em grande parte a esforços meus. Vanglorio-
me d'isso. A existencia d'elle era quasi ignorada.
Quando em 1878 pelo Codigo Administrativo então
decretado os parochos deixaram de ser os presidentes
natos das juntas de parochia, o da Vera-Cruz fez
entrega do calix em questão, bem como d'outros obje-
ctos preciosos já fóra d'uso, á junta então eleita e em
cujo numero se contava quem escreve estas linhas.

O presidente da nova junta propôz então que
se vendesse o calix visto já estar em desuso, e que o
seu producto fosse applicado ás despezas da nova
egreja parochial que se ia edificar. Protestei logo con-
tra tal resolução que ficou assim adiada.

Fiz photographar immediatamente o calix e
encetei uma campanha de propaganda contra a ven-
da d'elle que, deu em resultado não se fallar mais
em tal.

Tres annos depois, em 1881, promovendo o
Centro artistico portuense uma exposição bazar de bel-
las artes no Palacio de Crystal pediu o concurso do

(1) Tombo citado, fl. 6 e seguin tes.

Gremio moderno, associação que n'este mesmo anno se havia fundado em Aveiro. O *Gremio moderno* enviou para a exposição uma collecção de photographias representando monumentos e objectos d'arte aqui existentes, acompanhada d'uma pequena memoria de que fui auctor. N'uma d'aquellas photographias foi reproduzido o calix com a seguinte epigraphe: — «*Calix de prata dourada, da capella da Senhora da Alegria em Aveiro (seculo XV).*» (1)

N'este mesmo anno vindo a Aveiro o meu fallecido amigo dr. Augusto Filippe Simões colligir objectos para a Exposição d'arte ornamental que se ia realizar em Lisboa, indiquei-lhe logo o calix, que elle muito apreciou. Enviado para Lisboa foi exposto na sala M umas das tres do palacio da exposição em que, se reuniu a grande collecção de obras de ourivesaria, e, aquella em que especialmente se agruparam os exemplares da idade média e do seculo XVI. (2)

Tinha alli o n.º 75 e esta epigraphe: — *Calix de prata dourada ornado de ramos e folhagens. Altura 0^m,24. Pendem da copa quatro tintinabulos. A patena tem a cruz da Ordem de Christo. Seculo XVI. Egreja da Vera-Cruz.—Aveiro.* (3)

(1) *Catalogo da primeira exposição bazar de bellas artes promovida pelo Centro artistico portunense no Palacio de Crystal do Porto 1881.*—Porto 1881, pag. 28.

(2) *A exposição retrospectiva de arte ornamental portugueza e hespanhola em Lisboa etc.*, por A. Filippe Simões. —Lisboa 1882, pag. 63.

(3) *Catalogo illustrado da exposição retrospectiva de arte ornamental portugueza e hespanhola celebrada em Lisboa em 1882—Texto*—Lisboa 1882, pag. 9.

No catalogo vem designado, como disse, o calix como pertencendo ao seculo XVI, porém o dr. A. Filippe Simões em outro logar (1) é de opinião diversa isto é, classifica-o como na verdade o deve ser, escrevendo:

«Os calices, que attribuirei com mais certeza ao seculo XV, vem a ser os da academia de bellas artes de Lisboa (47) da Vera-Cruz, de Aveiro (75) e da mitra patriarchal (93).
.....

O calix da Vera Cruz, de Aveiro (75), approxima-se já dos exemplares do seculo XVI nos ornatos de applicação na copa e do relevo da base; mas o nó volumoso, faceado, e os losangos que o adornam são caracteristicos do seculo XV. E' tambem de caracter anterior ao seculo XVI o engradado do bordo ou friso da base e o plano liso, que tem a roda.» (2)

Decerto era da mesma epocha do calix a cruz procissional a que, se refere a nota do inventario que acima menciono. Com relação a ella encontrei transcripto a fl. 71 do *Tombo*, este documento:

«Doutor Pedro Lopes Villarinho Provedor e Contador dos Residuos com Alçada por El-Rei Nosso Senhor em esta Comarca de Coimbra etc. Mando ao Juiz e Mordomos da Confraria de Nossa Senhora de Saã d'apar da villa d'Aveiro que não consintaes que a cruz d'essa Confraria se entregue, nem dê em nenhum tempo para procissão alguma da Villa d'Aveiro, nem d'outra nenhuma parte, e isto com pena de dez cruzados para as obras da dita confraria; somente ás procissoes que elles tem por costume por suas devoções somente; e por este mando ao Escrivão da Confraria que vol o publique, e da notificação me enviareis certidão nas costas deste. Camprio assim: feito em Coimbra sob meu signal e Sello da

(1) *A exposição retrospectiva etc.*, pag. 73.

(2) *Obra citada*, pag. 73.

Provedoria, aos dezoito dias do mez de Novembro. Pedro Cabreira o fez, de mil e quinhentos e cincoenta e cinco annos— Petrus.—»

*

Como disse já a confraria de Santa Maria de Sá, principiou a decahir quando as nossas pescarias deixaram de ter a importancia que attingiram no seculo XVI, esta decadencia augmentou depois á maneira que na freguezia se foram edificando outras capellas tambem servidas por pescadores e mareantes como foram as de S. Pedro Telmo (hoje S. João), S. Roque, S. Gonçalo, Senhora d'Arcias, (na praia de S. Jacintho), e Senhora das Barrocas. Já em meados d'este seculo não tinha ella confrades que a administrassem. A ultima eleição de juiz, escrivão e thesoureiro que se fez em conformidade com os seus estatutos teve lugar em 1816. De 1820 em diante os seus haveres eram administrados por um thesoureiro nomeado pela auctoridade. O ultimo foi o sr. Luiz Joaquim Maria que, ainda vive. Em 11 de fevereiro de 1855 representou a junta de parochia da freguezia da Vera-Cruz para que se julgasse extincta a confraria, pois não tinha confrades, nem estatutos devidamente approvados.

Em vista d'esta representação, o governador civil Anthero Albano da Silveira Pinto, por seu alvará de 9 de março de 1853, declarou extincta a confraria e encorporou os seus haveres nos da mesma junta de parochia.

*

Entre os thesoureiros da confraria nomeados pela auctoridade houve alguns *zelosissimos*, e ain-

da hoje é lembrada como *modelo* a administração de Luiz Maria dos Santos.

Este thesoureiro, segundo é publico, não contente como fazer da sua casa arrecadação *permanente* de muitas das alfaías da confraria, passou a transferir egualmente para alli as columnas e telha do alpendre que fez demolir e tudo o mais que, foi susceptivel de transporte. E' para lamentar que, este facto se dêsse com um homem que de condição humilde que era, unicamente pelo seu esforço e valentia, chegou a occupar uma posição elevada, e isto quando já era official do exercito.

Luiz Maria dos Santos era simples trolha e quasi que, analphabeto quando em maio de 1828 se levantou em Aveiro o grito de liberdade contra o governo de D. Miguel; alistou-se como voluntario n'um batalhão que então aqui se organisou. Do que se seguiu depois dil-o a seguinte biographia que ha annos encontrei n'um folhetim do *Jornal do Commercio* sob o titulo de *Obituário militar*, de 16 de março de 1878:

«Coronel reformado—Luiz Maria dos Santos.

Falleceu em 13 de fevereiro de 1878.

Era condecorado com a medalha das campanhas da liberdade, algarismo 7.

Sendo natural de Aveiro e filho de Manuel dos Santos, teve praça no batalhão de voluntarios de Aveiro, organizado em 1826, com o qual fez a campanha de 1828, emigrando n'esse anno pela Galliza para Inglaterra, alistando-se em 5 de outubro no regimento de voluntarios da rainha, como cabo, passando para a ilha Terceira em 1829, tomando parte na defeza da mesma ilha, e assistindo á acção da Villa da Praia.

Com o posto de 2.º sargento, a que foi promovido em 3 de julho de 1832, desembarcou a 8 nas praias do Mindello, fazendo desde então a campanha com o dito regimento até ao fim da lucta.

Assistiu á defeza das linhas do Porto, estando por dois mezes destacado na Serra do Pilar, á acção de Pernes, e á batalha d'Asseiceira; sendo promovido a alferes para o mesmo regimento em 4 de janeiro de 1834.

Estando a servir de instructor da guarda nacional de Aveiro desde junho de 1835, foi nomeado em 30 de setembro escrivão do juizo de direito da comarca de Agueda, de que fez desistencia em 25 de outubro; e passando em julho de 1836 para instructor da guarda nacional de Ilhavo, foi exonerado d'esta commissão em 14 de maio de 1837.

Por applicação de lei de 9 de novembro de 1840, foi collocado na 3.ª secção do exercito, sendo considerado alferes de primeira linha de 4 de janeiro de 1834, e tenente de 5 de setembro de 1837, em 28 de julho de 1842; e em 24 de março de 1843 foi collocado no regimento de infantaria n.º 9, regressando á 3.ª secção sem vencimento, por o requerer em 8 de novembro do mesmo anno.

En 18 de junho de 1846 foi encarregado do commando de um deposito de praças avulsas que então se estabeleceu em Coimbra; em 10 de agosto seguinte collocado no batalhão de caçadores n.º 7; e em 31, nomeado ajudante do batalhão da guarda nacional de Ilhavo.

Serviu a junta do Porto, e na acção de Val de Passos, era major do batalhão de Vista Alegre.

Amnistiado depois da convenção de Gramido, em 1847, foi collocado na 3.^a secção do exercito.

Estando em disponibilidade pela organização de 20 de dezembro de 1849, foi graduado no posto de capitão por decreto de 5 de julho de 1851, com antiguidade de 29 de abril; sendo collocado no regimento de infantaria n.º 14 em 24 de novembro de 1856, do qual passou ao batalhão de caçadores n.º 9 em 27 de janeiro de 1857.

N'este anno exerceu por alguns mezes o cargo de caserneiro dos quartéis de Aveiro, commissão que já havia desempenhado em 1850 estando em disponibilidade.

Promovido a capitão effectivo para o batalhão de caçadores n.º 3, em 19 de maio de 1857, regressou a caçadores n.º 9 em 20 de janeiro de 1858, do qual passou a infantaria n.º 5 em 14 de abril de 1861.

Por decreto de 2 de fevereiro de 1864 foi promovido a major, e em seguida reformado, sendo-lhe qualificada a reforma no posto de coronel em 22 d'agosto do mesmo anno, por indemnisação de preterição.

*

Junto da capella, e na extremidade do largo que lhe fica fronteiro ergue-se um cruzeiro de abobadada de alvenaria, revestido exteriormente de azulejos, entre os quaes ha alguns de meio relevo a cinco côres (seculo XVI) a que, servem de apoio quatro columnas de granito. Debaixo está uma cruz de pedra com a imagem de vulto de Christo crucificado. Na base da cruz ha uma inscripção semi-apagada d'onde se vê que esta obra, data de 1556.

*

A capella de Nossa Senhora d'Alegria bem como o logar de Sá até 1835, fazia parte do concelho d'Ilhavo que, fica a sete kilometros ao sul e sem nenhuma relação de continuidade. Aquelle logar ficava assim, encravado entre os concelhos de Aveiro e Esgueira. O absurdo d'esta divisão concelhia tinha, porém, uma explicação quanto á epocha em que se realisou—reinado de D. Diniz, como vou dizer.

Este rei tinha decerto bem patente a lucta havienda entre seu pae el-rei D. Affonso III e o bispo do Porto, lucta em que este ficou vencido não pela força das armas, mas sim pela astucia do monarcha.

D. Affonso III querendo esbolhar o bispo dos direitos senhoriaes da cidade, não fez approximar as suas tropas dos muros d'ella. Attrahiu concedendo privilegios e franquias para a margem opposta do rio um certo numero de familias, d'onde depressa resurgiu uma instituição social—um concelho—Gaya. Estabelecido o novo concelho depressa se estabeleceram alli alfandegas onde o rei ordenou que se fizessem as cargas e descargas de todos os navios que aportassem á foz do Douro. Os direitos da alfandega até então eram da mitra, por aquella estar situada em territorio comprehendido na doação que em 18 de abril de 1120 D. Thereza fez ao bispo D. Hugo. Assim ficou bem depressa abatido o orgulho episcopal, pois estavam cerceados grandemente os seus interesses.

D. Diniz seguindo as pizadas de seu pae creou um grande numero de concelhos para assim melhor se oppôr ás prepotencias dos grandes. Um dos concelhos creados por elle foi o d'Ilhavo a quem estando em Coimbra deu total a 13 de outubro de 1296. Perto

do novo concelho havia já então dois, Aveiro e Esgueira, que não eram da corôa. Aquelle pertencia aos mosteiros de Cellas e Tarouca, e este ao de Lervão. Entre elles, porém, havia uma freguezia, um pequeno burgo, que não sendo da corôa, tambem não era de nenhum dos dois. Esta freguezia era a de Santa Maria de Sá, cujos donatarios eram os Sás. Facil foi ao monarcha obter o padroado d'ella de que lhe, fez doação Paio Rodrigues de Sá.

Senhor de Sá, D. Diniz encorporou-o no seu concelho d'Ilhavo, a fim de se prevenir contra qualquer eventualidade futura, pois Esgueira que já havia sido pomo de discordia no reinado de seu avô el-rei D. Affonso II, podia agora voltar a sel-o se a deixasse ligada a uma villa, que em vez de ser sua, pertencia a um convento da mesma ordem do que era seu donatario.

No foral que D. Manuel deu a Ilhavo em 15 de março de 1514 vem tambem incluído o lugar de Sá, pois lê-se alli:

«E Em saa anexo a Ilhao na jurdiçã ha huñ casal o meo e medosse de todo pãa a quinto E vinho e linho oitavo E de foros e eiradegna de trigo doze alqueires e de milho seis e huñ fragao e meo do meo. E paguam todollos moradores de saa afora estes deste casal e meo cada huñ per sy toda pessôa que se caza e foguo seis Rs. per sam Johãa assy di. glejas como doutros quasqre chamase este direito augua de mayo.» (1)

*

(1) E em Sá, annexo a Ilhavo na jurisdicção ha um casal e meio, e mede se de todo pão a quinto, o vinho e linho oitavo; e de foros e eiradegna do trigo doze alqueires, e de milho seis e frango, e meio do meio. E pagão todos os moradores de Sá, afóra estes d'este casal e meio, cada um por si

O facto que se deu com o calix da capella de Nossa Senhora d'Alegria, tem-se repetido infelizmente por varias vezes em Aveiro.

Bastantes objectos d'arte tem sido alienados pelas respectivas corporações e, quasi que sempre por metade ou ainda menos do seu valor. No decurso d'esta obra terei occasião de me referir a alguns d'esses objectos, que a existirem hoje se poderia formar com elles um bom museu se se lhe additasse o que ainda ahi resta e que não é tão pouco como parece á primeira vista.

E não é só ás juntas de parochia que se tem de attribuir faltas d'esta natureza, pois os proprios municipios as tem commettido. Já depois da nossa exposição districtal foi vendido por ordem da camara de Aveiro, a peso, para fundir, um magnifico padrão de pesos em bronze. D'estes pesos, o maior que servia de caixa, encerrando todos os outros, era um objecto muito apreciavel. A tampa tinha argola quadrilobada, cujos eixos giravam em duas espheras armilares; e o corpo do vaso tinha na face externa em bons caracteres, esta legenda:—*O muyto alto e eicellentissimo rey D. Emanuel o primeiro de Portugal me mandou fazer. Anno do nascimento de N. S. J. C. 1499.*

O meio unico de evitar estes crimes de lesa arte e de lesa patriotismo seria a criação aqui d'um museu archeologico. A ideia já não é nova. No seu jornal *A Epoca*, (n.º 20, de 17 de junho de 1886), escrevia o meu amigo e collega Mello Freitas:

toda a pessoa que casa e fogo seis reaes pelo São João, assim d'Igreja como d'outros quaesquer, e chama-se este direito—agua de mayo.

«O meu particular amigo Joaquim de Vasconcellos, illustrado professor do lyceu do Porto, e notavel por tantos trabalhos de rudes investigações historicas, aconselhou um dia ao signatario d'estas linhas e ao redactor do *Campeão das Provincias*, Marques Gomes, que tractassemos de organizar um museu onde recolhessemos todas as poucas reliquias archeologicas, que fossemos colhendo n'este concelho e nos limitrophes. Com alguma iniciativa e coragem era de aproveitar-se o conselho. Troços de columnas, restos de olaria aveirense, productos industriaes diversos, armas, bordados e farrapos nativos, tudo isso são elementos que servem de base ao estudo, e que dão muitas vezes começo a largas instituições prosperas.

Este appello não se dirige ás auctoridades locaes, endereça-se á flôr da mocidade.

Só ella tem brio e energia para arcar com os sorrisos desdenhosos dos velhos inuteis.

Joaquim de Vasconcellos designou como local excellente para o musen projectado a capella da Senhora da Alegria. A paisagem não peccaria pela concessão.

Como em resposta a isto escrevi dias depois (em 23 de junho de 1886), no *Campeão das Provincias*:

«Applaudindo a lembrança do nosso illustrado collega, devemos declarar que, temos pensado por diversas vezes na maneira porque ella ha de ser posta em pratica, e parece que não estamos longe de a encontrar.

Tem difficuldades e grandes a creação d'um museu archeologico em Aveiro, e a maior de todas é a indifferença publica por assumptos d'esta ordem; mas contra esta indifferença é que se deve levantar o nosso patriotismo e a nossa boa vontade. Indifferentes e muitos teve-os a ideia da exposição districtal de Aveiro em 1882, e apesar d'isso, e apesar da opposição scistematica de alguém ella realisou se com o brilhantismo que nos dá honra e como em poucas ou nenhuma capitães de districto se terá feito igual. Faltam-nos é

verdade já alguns dos que, nos auxiliaram n'essa cruzada, mas restam ainda outros que decerto nos acompanham com o mesmo entusiasmo e é de presumir que, também venham novos elementos em auxilio da realisação da ideia que estamos advogando, e para que pedimos o valiosissimo concurso da imprensa local.

Antes de expormos o nosso plano sobre a creação do museu, permitta-nos o nosso illustrado collega Mello Freitas e bem assim o sr. Joaquim de Vasconcellos que, discordemos da escolha da Capella da Senhora da Alegria para esse fim. Esta capella é na verdade um dos poucos monumentos que existem em Aveiro, mas é um monumento historico e não um monumento d'arte. A sua historia liga-se ao passado maritimo de Aveiro, a um passado cheio de aventuras hoje quasi obliterado, mas que muito concorreu tambem para as glorias que Portugal ceifou no vasto dominio dos mares. Era alli que, continuadores da obra dos Cortes Reaes, na Terra Nova, os pescadores e marinheiros aveirenses, tinham a sua agremiação religiosa e social; porém a arte não tem lá guarida, apenas alguns azulejos, e esses poucos, do seculo XV e XVI e o arco ogival, são as unicas antigualhas que a capella possui.

As condições do templo para museu são pessimas, pois além de demandar obras immediatas e muito dispendiosas, é humido e falta de luz. Além d'isso isolado como está corriam grave risco de serem roubados os objectos que alli se guardassem, e entre esses objectos havia necessariamente de haver alguns de valor, pois o museu que se deve criar em Aveiro não deve ser apenas um museu archeologico onde se agrupem algumas antigualhas, como inscripções, lapides, socos de columnas, misulas, tumulos, braços d'armas, azulejos e outros exemplares de antiga ceramica; deve ser a reunião de tudo isto, e tambem a exposição permanente de todos os objectos preciosos e artisticos que existam na cidade pertencentes a corporações e a irmandades, ou ainda mesmo a particulares que, a titulo de emprestimo para alli os queiram ceder.

Um museu n'estas condições não póde nem deve ser estabelecido na antiga capella da Senhora da Alegria, salvo se

quizerem dividil o em duas secções distinctas, porque n'este caso poderia ficar aqui a parte archeologica propriamente dita e, as collecções artisticas passarem para logar mais adequado e seguro. Mas ainda mesmo que se aproveitasse este alvitre, a nossa opinião, porém, não era pela escolha d'esta capella, antes opinavamos pela do Senhor das Barrocas, que lhe fica proxima.»

Para a capella que ha annos indigitava para museu archeologico, conduzirei agora o leitor amigo e, creia que não ha-de dar por mal empregado o seu tempo .A caminho, pois.

III

Capella do Senhor das Barrocas—Origens poeticas do templo—Unica noticia escripta que resta da sua fundação—Antiguidade do local—*Cabeção das sizas*—A' sombra d'elle fazem-se estradas e pontes e edificam-se templos e mosteiros—Descreve-se a traça do templo—Portico que não tem rival—Pinturas notaveis—Obra de talha—Mobiliario religioso—Panorama deslumbrante—Ex-votos—A Misericordia e a capella do Senhor das Barrocas—Tentativas frustradas—Provedor que pode mais que o bispo—Ruina precoce—Prelado benemerito—Romagens e esmollas—Nunca lembrou o dia d'ámanhã—Mais ruinas—Estado actual—Velhas lapides servindo de lavadouros—Louvor merecido.

A pequena distancia da capella de Nossa Senhora d'Alegria e quasi que a par da estrada que liga Aveiro com Esgueira encontra-se a do Senhor das Barrocas, uma das construcções mais graciosas e elegantes que, Aveiro possue. Na opinião de entendidos assemelha-se immenso aos celebrados baptisterios italianos, principalmente aos de Pisa e Florença. No paiz só conheço parecida com ella a egreja do Senhor Jesus da Pedra, de Obidos.

A tradição tem agrupado em torno do formoso templo uma infinidade de lendas, como succede sempre com todos os monumentos cuja origem é pouco sabida. Uma d'estas lendas reproduziu-a em verso o sr. dr. Augusto C. da Silva Mattos, por esta fórma :

«Para mim não peço nada:
Esmola peço para meu senhor,
Que é meu pae e pae d'amor,
E sempre bom camarada:
Sua palavra sagrada
E' meu bem e meu sustento;
Conversa á noite comigo,
Ao pé de si dá-me abrigo
Contra a chuva e contra o vento.

O meu senhor não tem cama,
Que estão velhas as palhinhas,
Que me deram as visinhas
N'um dia da outra semana.
Dae-me esmola, que me chama
Meu senhor para seu lado.
Ha um mez que elle não janta
E eu, com penuria tanta,
Ando muito amargurado.

Ha dias vejo o tão triste,
Que mal me dá um sorriso;
O gozo do paraizo
Parece nos não assiste !
Ha muito que elle presiste
Em não cortar o cabello:
Encontro-o ás vezes em pranto;
E, então, contristo-me tanto,
Que morro de pena ao vel-o.

Quando sahi disse: «amigo
«Vae-me buscar o meu pão,

«Almas pias te darão
 «Com que repartas comigo:
 «Eu cá fico, e vou contigo,
 «Que te guia o meu amor.»
 Obedeço á voz sagrada,
 Para mim não peço nada,
 Esmola peço para meu senhor.»

*

D'Aveiro nas cercanias
 Bem conhecido ermitão
 Apparecia alguns dias
 Encostado ao seu bordão;
 E a qualquer por quem passava
 Aquellas fallas fallava,
 Com bem pouca alteração.

Na sempre branca sacola,
 Que das costas lhe pendia
 Intacta guardava a esmola,
 Que a piedade lhe offerecia:
 E, chegando a certo ponto,
 Retirava-se de prompto,
 Nem mais um ceitil pedia.

Para a aldeia e p'r'a cidade
 Era louco o ermitão,
 E todos por caridade
 Ouviam sua oração;
 Mas nunca ninguem queria
 Prestar fé ao que lhe ouvia,
 Nem sequer mesmo attenção.

—Dae lá esmola ao doidinho,
 Que pede p'r'o seu senhor,
 Que alli o nosso visinho
 Deu-lhe de Deus o favor.
 Pegue lá, perdõe: é pouco...—

Respondia então o louco
«Deus a tudo dá valor.»

*

Pedi assim o louco muitos annos:
Lembrou-se um dia alguém de o espreitar
E viu que se escondia n'um silvado
Onde era mui difficil penetrar.

Corriam grossas aguas lá por dentro,
Que haviam escavado a terra bruta:
O tonto alli se esconde, e quem o segue
Lá marcha cauteloso, espreita, escuta.

—Senhor meu, santas tardes,—diz o louco,
Responde estranha voz—Bem vindo amigo—
—Senhor sede contente, o mar é manso,
Não deve andar por lá ninguém em p'rigo—

Prodigio novo espanta o curioso,
Que vae a nova dar cheio de susto.
O clero, a fidalguia, e todo o povo
Ouvem, duvidam, crêem por fim a custo.

Prelados dos conventos, o senado
E todo o povo em pia procissão
Caminham do seu guia precedidos
A gruta visitar do ermitão.

Restava outro prodigio: lá no fundo
Das sombras fulgurava clara luz:
No centro d'essa aureola resplendente,
Pendia um Santo Christo d'uma cruz.

O louco penteava-lhe o cabello:
Fallava a santa imagem brandamente.
Milagre! diz o clero ajoelhando,
Milagre! diz em terra a demais gente.

*

Que bello cortejo, tão grande e luzido!
 Quem é que merece uma tal distincção?
 Debaixo do pallio de festa vestido.
 O bispo caminha, e em roda o cabido
 Deante os conventos com seu guardião.

Atraz muito povo se apinha e repete
 Os hymnos sagrados que os padres entoam,
 De prata nas cruzes a luz se reflecte
 De inumeros brandões entre os quaes se intromette
 O fumo do incenso, em mil nuvens que voam.

Atraz vae um pobre fazendo estes prantos:
 —Senhor, que me foges, Senhor onde vás?
 Ai luz de meus olhos, d'esta alma os encantos,
 Faltei te aos preceitos tão justos, tão santos,
 E deixas-me irado sem vida e sem paz?—

—Quem hade, oh! Senhor, exorar-te algum dia
 Se os mares quizerem tragar os baixeis?
 Se os nautas se virem na extrema agonia
 Luctando co'a morte? Eu d'antes pedia
 E Vós amainaveis horrendos parceis. —

Senhor, se me deixas, não deixes os tristes,
 Luctando co'as ondas, co'a morte a lutar!
 Se á voz do teu servo, Senhor, tu resistes,
 Ao menos te rogo p'ra ti só conquistes
 Os pobres que gemem perdidos no mar.

*

O pobre que assim chorava
 Era o tontinho ermitão;
 Que o seu Senhor lhe levavam
 Para Aveiro em procissão,

A nova d'este prodigio
 Montes e valles correu.
 Vem ver todos o Senhor
 Que por milagre appar'ceu.

Devotos de muitas terras
Começam a concorrer
Mil valiosas off'rendas
Vindo humildes off'recer.

Esmerou se depois a arte
Em elegancia o lavor
Para fazer casa idonea
Das Barrocas ao Senhor.

Cresceram em roda casas
De pousada p'ra romeiros;
Mas o tempo deixou d'ellas
Só esb'roados pardeiros.

Arrefeceu a piedade,
Romeiros poucos lá vão,
Mas a capella que existe
Mostra a antiga devoção. (1)

A origem e historia da capella descreve-a assim o pro-
notario apostolico e notario do tribunal do santo officio José
Antonio da Silva Pereira:

«Lembrança que pode servir algum dia

No caminho, que vae d'esta villa de Aveiro para a
villa de Esgueira, estavam uns silvados em barrocas, ou bre-
jos, lugar deserto e tão carregado e medonho, que quando al-
guem queria passar, se era de noite, ou de madrugada, es-
tava cada um esperando companhia; e no cimo da tal silveira
uma cruz de pedra com uma imagem de Christo crucificado,
que mal se apparecia, e já coberto de musgo verde, de tempo
em tal despreso, que quem por alli passava nem lhe tirava o
chapéu, por ser aquelle lugar montoso; e mal se descobria
entre aquelles silvados a mesma cruz: o que suposto.—

Succedeu em trese do mez de setembro do anno de 1721,
estando Custodio Fernandes, morador na rua do Bento fre-

(1) *Districto de Aveiro*, n.º 88, de 6 de maio de 1862.

guezia da Vera-Cruz d'esta villa, homem casado, muito mal e ungido, o foi visitar uma mulher sua visinha, vendo-o em tanto perigo lhe advertio se apegasse com muita fé com um Senhor, que estava nas Barrocas do caminho de Figueira porque a ella lhe tinha valido em uma grande afflicção; pelo que aquelle pobre enfermo estando para beber um caldo de galinha lhe fez sua oração, e lhe prometteu uma vela de cera, que pezasse seis vintens, com seu laço de fita encarnada. Bebendo o caldo de galinha ficou privado de todos os sentidos, e como morto, sem accordo algum, e assim ficou por oito dias; no fim dos quaes accordou como de um somno, perfeitamente bom, e sem molestia alguma; affirmando que n'aquelle meio tempo fôra levado aquellas Barrocas, e estivera no meio d'aquellas silveiras fazendo sua deprecação áquella bemdita imagem; que fôra servido ouvil-o, e livral-o d'aquelle mortal perigo; e d'aquí por diante foi continuando a fé de mais catholicos que nos seus achaques, e trabalhos experimentavam o favor divino: e sendo visitado por mais romeiros da villa, e fôra se lhe fez uma capellinha de madeira, em que se recolhiam os milagres; que vindo a crescer se depositaram em outra casa d'um devoto no logar de Sá; e como as esmolas foram crescendo em tal grandeza se lhe mandon fazer um magnifico templo Salomanico, em que hoje se venera por todo este reino; d'onde serão muito poucas as pessoas, que o não tenham visitado: e para esta grande egreja foi trasladado em procissão solemne, com triduo de festas a que assistiu o M. R. conego Manuel Moreira Rebello com os poderes do ill.^{mo} sr. bispo de Angola D. Luiz Simões Brandão que então era governador d'esta bispado de Coimbra, por recommendação da magestade el-rei D. João V, e esta trasladação foi feita em dezeseis de novembro de mil e sete centos e trinta e dois annes. »

Da fundação do templo não resta, pelo menos que eu saiba, outra noticia escripta a não ser a que acabo de transcrever.

A designação de *Barrocas* dada ao local em que foi edificada a capella, é ja bastante antiga, segundo

se vê do documento n.º 46 do Livro 1.º dos prazos do convento de Jesus; d'elle consta que, o mosteiro de Lervão era senhor donatario da corôa na villa de Esgueira e seu termo, aonde cobrava fóros, racções, laudemios, portagem e todos os direitos dominicaes; que no anno de 1503 os moradores de Esgueira fizeram contracto com este mosteiro pagar-lhe de todas as novidades produzidas no aro da villa a racção de nove um, menos o linho que tem outra partilha; que este contracto foi confirmado por El-Rei D. Manuel em 1510 e depois incorporado tambem por elle no foral que deu á dita villa em 1515; que muitas terras, porém, situadas dentro d'este aro, não pagavam tal racção, como eram todas as que eram foreiras ao vinculo de Fernando Antonio Balacó, muitos prazos de que eram senhórios directos os frades de Salzedas e os frades de Grijó, outro prazo chamado dos Ferrazes, alguns quintaes de casas de Esgueira, e tambem um chão de terra lavradia sito nas *Barrocas*, indo de Aveiro para Esgueira, que era foreiro ao convento de Jesus.

*

E' tão antiga como a monarchia, ou mais ainda a contribuição da ciza, a qual recabía na transmissão da propriedade immobiliaria e da movel. Sobre o assumpto que é importante e assás curioso, diz um escriptor competentissimo n'esta ordem de estudos: (1)

«Era capitulo obrigado de todas as côrtes o queixume dos povos contra a siza, talvez mais ainda contra os exactores d'ella.

Os multiplicados abusos dos officiaes de el-rei levaram muitos povos a solicitar o *encabeçamento* das sizas, obrigando-

(1) O sr. Miguel Bulhões.

se a dar ao thesouro real a somma que ellas produziam, comtanto que os livrassem dos vexames da auctoridade e das injustiças que se commettiam.

Essas solicitações apresentaram-se com maior força nas côrtes de Torres Novas, no anno de 1525. Deferiu-as D. João III em 2 de janeiro de 1527, mandando que o licenciado *Christovão Esteves*, do seu desembargo, concertasse com os povos das cidades e villas que o pretendessem, deixar-lhes a sua renda das sizas, e receber lhes a renda que, em cada um anno, por ellas haviam de dar a elle, rei, e a seus successores para o todo sempre.

O tal contrato não provou bem. Nas côrtes de 1535, em Evora, foi supplicado o mesmo D. João III, que houvesse por bem mandar tomar as sizas na fôrma antiga, porque a experiencia provára que as oppressões e os damnos do novo systema de contrato excediam o que os povos aturavam pelo systema antigo.

O rei, que, em 1527, deferira as supplicas dos povos, *por foral de lhes fazer mercê*, onze annos depois, em 1538, *parecendo-lhes bem as razões* allegadas nas côrtes de 1535, revogou os contratos até alli feitos, e mandou arrecadar as sizas á moda antiga. (1)

Esta medida, porém, nem sempre teve applicação. Em muitos concelhos os encabeçamentos continuaram e, com proveito para os povos.

Aveiro é um d'estes exemplos. Aqui com os sobejos das cisas, fez-se a chamada estrada da Arada, as pontes do Côjo e da Praça e auxiliou-se poderosamente além d'outras edificações as do conservatorio de S. Bernardino, da egreja da Misericordia e da capella do Senhor das Barrocas. Tirada a quantia arbitrada para o Estado, o que sobrava, era então dividido em duas partes, uma d'ellas pertencia do mes-

(1) *A divida publica em Portugal*, pag. 40.

mo modo ao Estado e a outra era applicada a melhoramentos locais, mas isto só depois de obtida licença regia. Anteriormente a 1685 o encabeçamento das cisas em Aveiro estava computado em 3:312\$122 réis, sendo n'este anno reduzido a 2:167\$068 réis (1) em resultado de deterioração da barra.

*

Apesar da construcção do templo ter sido cus-eada em grande parte com as esmolos dos fieis, **tem** por isso deixou de ser delineada e executada com muita grandeza. O estylo architetonico adoptado, foi o que então estava mais em voga, e de que, Mafra é o melhor modelo. Não se pode dizer bello, mas ha-de confessar-se que é regular, nobre e magestoso, ainda que um tanto severo.

O templo que tem a fórma octógonal, com uma grande janella em cada uma das oito faces, é muito elegante e solidamente construido. Dezeséis pilastras de pedras esquadriadas, perfeitamente symetricas, unidas duas a duas, vão do solo até o entabolamento de granito sobre que, corre uma platibanda de quasi um metro de altura, d'onde se erguem a espaços elegantes pyramides ou agulhas rematadas por espheras e um singelo campanario coroado por uma cruz, ha muito vasio de sino.

A fachada principal do templo que está voltada para o occidente e deita para um adro pouco espaçoso em parte ladrilhado de cantaria, e fechado pela frente por um muro de suporte, ao meio do qual se ergue uma grande cruz de granito e em cujas extremidades ha duas enormes alvarradas tambem de granito.

(1) *Jornal de Coimbra* —Coimbra 1812 vol. II pag. 23.

O que faz destacar sobremaneira aquella parte do edificio é o magestoso portal ou portico que lhe dá acesso. Parece mesmo que o architecto empenhando toda a sua arte para o fazer sobresahir, descurou o resto da fachada que, é totalmente despida de ornatos. E' formado de quatro columnas jonicas a que servem de corôa dois grandes anjos sentados, de boa escultura, exhibindo um, o sudario de Christo e, outro a tunica, que diz Mello Freitas, com inteira verdade, na sua prosa sempre scintillante «que o musgo caprichosamente bordou de velludo verde». (1)

No friso ha uma lamina de bronze em fórma de fita, com esta inscripção:—«Domus mea domus orationis vocabitur pulsate et operietur vobis.» (2)

Pelo lado inferior do arco junto á porta ha uns meios florões e outros ornatos, estylo renascença, d'uma execução primorosa. No genero é o melhor que existe em Aveiro, e isto junto á elegancia de todo o portico em fim, fazem com que este não tenha aqui rival.

«No coroaamento do portico, entre dois anjinhos, escreve Mello Freitas, que baloçam uma grinalda de flores, levanta-se uma cruz de que só se vê a haste, e a peanha é formada de tres dados, cujas marcas metallicas os garotos da minha terra dizem que são pintos encrustados.» (3)

(1) *Revista Illustrada*, 3.º anno, pag. 164—«*A capella do Senhor das Barrocas em Aveiro*».

Para confecção d'este artigo aproveitou-se Mello Freitas, em parte, dos apontamentos que publiquei no n.º 2:925 do *Campeão das Provincias*, de 2 de setembro de 1880.

(2) A minha casa é a casa da oração; batei e ella abrir-se-vos ha.

(3) *Revista Illustrada*, 3.º anno, pag. 164.

Tanto aquelles dois anjos como a maioria dos restantes ornatos do portico são de calcareo de Ançã, tão facil de lavar como de se deixar gastar pelo embate das tempestades, por isso uns e outros estão mais ou menos gastados; os primeiros têm até as feições e formas quasi totalmente desfeitas.

Em tempos que já lá vão e, que decerto não voltam mais, teria sido facil á administração do templo, que chegou a dispôr de avultados rendimentos, proceder á restauração do portico, mas para isso era necessario ter amôr á arte, e ella se tinha amôr a alguma cousa era ao dinheiro, para o empregar em uso proprio.

*

O interior do templo não desdiz do exterior, todo elle respira grandeza, e, as dez janellas em que estão rasgadas as paredes enchendo-o de luz, dão-lhe um aspecto alegre e loução. Tem a mesma fórma octogonal, abrindo-se nas paredes seis arcos revestidos de cantaria. Em dois d'estes, os que ficam parallelos ao cruzeiro, estão mettidos dois bons altares de talha com seus retabulos. Nos que immediatamente se lhe seguem, como estivessem devolutos encheu-os outr'ora a piedade dos romeiros de ex-votos, especialmente vellas e modelos de navios, e, quadros representando outros quasi que, a sossobrarem trágados pelas vagas, pois era grande a fé que os mareantes das nossas costas tinham no Senhor das Barrocas.

Ainda não ha muitos annos que rara era a semana, principalmente nos mezes invernosos, em que se não via atravessar as ruas da cidade a tripulação de algum navio, descoberta, e com os pés nús, em direcção áquella capella levando enrolada e coberta de flores a

vella que o temporal despedaçára, e que crente e reconhecida lhe ia offertar por lhe haver salvo as vidas.

Entre os altares e o cruzeiro ficam os pulpitos, que são devéras singulares. Levantam-se sobre misulas de pedra lavrada, estylo renascença, muito elegantes, e corôam-nos duas cupulas elegantissimas em que meia duzia de rechonchudos cherubins tecem grinaldas de flores—decerto para offertar ao prégador.

Em volta de todo o templo, e logo por baixo das janellas que o inundam de luz ha uma galeria formada pela cornija do entablamento, cuja parte inferior é ornatada com triglyphos. D'aqui a rematarem no fecho da abobada, d'onde resalta um enorme florão de madeira em fórma de pinha, saem oito fachas de pedra esquadriada.

Os dois altares lateraes, esses não são coevos da edificação do templo. Foram mandados fazer já no seculo actual, como terei ainda occasião de dizer. Em parte quiz se imitar o portico, só com a differença, d'aqui, as columnas em vez de serem jonicas como as d'aquelle são salomonicas, mas como ellas são também corôadas por entablamentos interrompidos sobre que, se assentam igualmente dois anjos.

O retabulo do altar da direita representa a *Anunciação* e, o da esquerda o *Nascimento de Christo*. São ambos pintados a tempera e, ambos devidos ao pincel de Pedro Alexandrino. O primeiro parece copia d'um outro mesmo auctor que, existe na egreja da Magdalena, em Lisboa.

Em tempo adornavam as paredes lateraes da capella-mór quatro grandes paineis a oleo representando

os evangelistas, S. Marcos, S. Matheus, S. João e S. Lucas, ricamente emoldurados. As pinturas porém, desapareceram ha uns sessenta e tantos annos, vendose agora coberto a papel pintado o espaço que occupavam. Qual o destino que tiveram bem como o pincel que as traçou, ignoro-o.

As molduras, como obra de talha, são o melhor que existe na capella.

Em Aveiro ha bastante obra de talha, pois rara é a igreja onde não existe pelo menos, um altar ornamentado por esta fórma.

Os estylos porém variam, mas como a maior parte d'ella pertence ao seculo XVIII, o mais predominante é o rococo. Na igreja e convento de Jesus, por exemplo, ha obras de talha de muita variedade. Exemplares do seculo XVI, estylo renascença, em Aveiro, só alli se encontram. Ha boa talha nas igrejas de S. João Evangelista (Carmelitas), Apresentação, Carmo e Santo Antonio, mas comtudo nenhuma vae além do seculo XVIII, ou quando muito ao ultimo quartel do seculo XVII. A da capella do Senhor das Barrocas, com excepção da dos altares lateraes é d'aquelle seculo. O seu estylo é o rococo maximo.

Na capella-mór e a meio da tribuna ha uma maquina tambem de talha em que, está collocada a imagem do Senhor. Sobre uma cruz de pedra, muito tosca, pintada de negro, está a imagem do Christo que, esculptura não lhe é superior. Na base da cruz lê-se a data de 1707.

Aos lados do altar mór ha duas portas de páu Brazil almofadadas, com pregaria e ferragem amarella que, dão ingresso para a sacristia. Esta, é espaçosa e

condiz com a grandeza do templo. Ha alli embutidos nas paredes quatro grandes armarios de castanho, dois d'elles são em fórma de contadores e, os restantes tem as portas exteriormente axarcadas.

Ha tambem alli um grande arcaz de pau santo com ferragem de bronze. No seu genero, é o melhor que temos na cidade. E' um bom exemplar do mobiliario religioso do seculo XVIII que, já vae rareando.

*

Feita a capella organisou-se logo uma irmandade que se disvelou no culto do novo templo, adquirindo para isso custosos ornamentos, e mandando construir o chafariz que, ainda hoje se vê na frente do templo, e que foi restaurado em 1868, e diferentes casas nas immediações d'ella que, serviam de pousada aos romeiros de longe. Porém, estabelecida a concorrência dos fies, e portanto segura uma receita avultada, os parochos de Santo André de Esgueira, na área de cuja freguezia a capella estava, curaram de reivindicar a posse d'ella tentando pleito judicial contra a Irmandade do Senhor das Barrocas. Foi longa e disputada a questão, mas afinal venceu o vigário d'aquella freguezia José Pereira Homem, commissario do santo officio de Coimbra, ficando d'ahi em diante os parochos de Esgueira sendo os administradores natos do templo, o que muito concorreu para o seu empobrecimento e ruina, como logo direi.

*

Junto á platibanda exterior do templo corre um varandim a que dá accesso uma escada de caracol e, d'onde se gosa um panorama soberbo.

Lá em baixo a grande bacia d'agua salgada que

forma a ria de Aveiro, povoada de centenas de marinhãs e cortada por milhares de pequenos canaes; os vastos campos que n'uma placie sem fim rodeiam a cidade; as dunas do oceano, a barra e o novo pharol; depois, ao norte as populosissimas freguezias da Murteza, Pardilhó e Veiros, do concelho de Estarreja; ao sul o concelho de Mira, e em dias desnuviados, até o proprio cabo Mondego e, ao nascente emfim a perderem-se n'um largo horisonte, as montanhas do Bussaco e Caramullo e as serras de Cambra e Arouca, se avistam d'alli como se tudo estivesse bem proximo, quando é certo que entre a capella e, a maior parte d'isto se mettem de premeio não poucos kilometros.

*

Quando se erigiu o bispado de Aveiro em 1775, foi escolhida para cathedral da nova diocese a egreja da Misericordia, que continuou tambem a ser a séde da piedosissima instituição de que tomou o nome. Passados porém poucos annos estabeleceu-se a discordia entre os administradores d'esta e os bispos, o que deu em resultado ter o governo de entrevir por mais d'uma vez para os apasignar e, nem sempre com resultado. Em 1802 o bispo D. Antonio José Cordeiro, representou a D. João VI, então ainda principe regente, para que a irmandade da Misericordia fosse transferida para a capella do Senhor das Barrocas, em cuja casa de romagem podia estabelecer o seu hospital. Ouvida a Meza da Misericordia, oppôz-se esta terminantemente áquella trasferencia e, na representação que a tal respeito dirigiu ao monarcha, em 9 de janeiro de 1803, dizia:

«Que o magnifico edificio da egreja da Misericordia é

um dos respeitaveis monumentos que patenteiam a posteridade, a religião, a piedade e a grandeza de nossos Reis Augustos Progenitores de V. A., pois foi este sumptuosissimo edificio levantado com os dinheiros que nos felizes dias de Aveiro, subejaram do cabeção das eisas, e que é real este edificio até pela sua fundação; acha-se collocado bem no meio da cidade como convém pelo seu destino, e compõem-se do sumptuoso templo, que tem servido sufficientemente de Cathedral á vinte e oito annos, da sua magnifica sala do despacho, de uma boa enfermaria além d'outra que no projecto do Exm.^o Bispo se pretende destruir; de secretaria, celleiros e mais officinas e cemiterio, além de um amplo terreno em que n'aquelles felizes dias se principiára um mais espaçoso hospital.

Em troca d'este grandioso edificio propõe o Exm.^o Bispo a Capella do Senhor das Barrocas e as casas a ella pertencentes que sendo no seu genero construidas tambem com magnificencia em outro tempo com votos dos fieis, comtudo não passa de uma capella, sem aptidão para os destinos da egreja da Misericordia e para a decente collocação das sagradas imagens, pertencentes a confraternidade, e acha-se actualmente tão despojada que sem mui consideravel despeza, não poderia servir ao culto, pois não tem vidraças nas frestas, tem os altares e pulpitos sem alinhio e quebrados, não conserva insignias, ornamento nem genero algum de ornato. As casas porém chamadas da romagem nada mais é de que um alpendre comprido, ainda que feito em outro tempo com alguma commodidade para pousada dos romeiros, hoje porém consideravelmente arruinado e absolutamente incapaz de recolher enfermos, por ser nma obra sem reparos, tosca, sem capacidade para collocar com limpeza as camas, doentes, cosinha e mais officinas, e sobretudo sem comodo para o altar, em que se diz a missa e se administram os Sacramentos aos enfermos. Não ha tambem n'aquella capella aposento para a guarda das insignias e r.oveis da Santa Caza; não é logar onde se possam estabelecer os celleiros dos seus fructos, não ha terreno em que se sepultem os mortos, nem a Santa Caza tem meios para os construir, porque o seu modico rendimento todo se

gasta nas obras de misericórdia do nosso instituto, e tanto mais se gastaria se houvesse muito mais, em beneficio da immensa pobreza d'esta cidade.

Sendo gravissimos os impedimentos que resultam d'estas faltas e privações, com tudo a mais consideravel e invencivel difficuldade do projecto do Exm.^o Bispo consiste na distancia em que se acha collocada aquella capella, longe da cidade em bom quarto de legua, e o que mais é estar fóra do termo da mesma cidade, pois está situada no territorio da villa de Esgueira e muito mais perto da dita villa do que da cidade, no meio de um ermo onde não ha um só visinho por grande distancia em redondo.»

No animo do governo callaram as razões apresentadas pela meza da Misericórdia; a pertensão do bispo não teve por isso seguimento. Era então provedor da Misericórdia Francisco Luiz Gomes Mascarenhas que, advogou com convicção e interesse a defeza da irmandade a ponto de ir pessoalmente a Lisboa defender os seus direitos. Bispo de Aveiro era n'essa epocha o antigo lente de canones na Universidade e deão da Sé de Lamego D. Antonio José Cordeiro, que apesar de todo o seu valimento não conseguiu levar de vencida aquella irmandade.

Como se vê d'aquella informação, já por este tempo, a capella, não obstante não contar ainda de existencia tres quartos de seculo, estava já em estado de avançada ruina.

A ideia de transferir para alli a Misericórdia, apesar de se não chegar a realisar, foi um beneficio para a capella do Senhor das Barrocas, como vou dizer.

O bispo não conseguindo aquella transferencia desistiu das obras que tencionava fazer na egreja da Misericórdia, que, eram além de outras, o

acrescentar a capella-mór, e empreheendeu a restauração da capella, principiando por ordenar que ella deixasse de ser administrada pelos parochos d'Esgueira e, passasse a fazer parte da freguezia da Vera-Cruz, que então apenas chegava ao pateo do convento de Nossa Senhora da Madre de Deus (Sá).

D. Antonio José Cordeiro mandou reparar as janellas e portas do templo, então tudo despedaçado e, além d'outras obras ainda, fazer os dois altares lateraes. O zimbório ou telhado, notavel tambem pela sua solidez, é egualmente obra sua. Para occorrer em parte a estas despesas fez o prelado venda dos riquissimos paramentos da capella, que haviam escapado á zelosa administração dos vigarios d'Esgueira.

*

Durante muitos annos foi enorme a concorrência dos fieis que, de bem longe e muitas vezes, acudiam em chusma e, em diferentes dias do anno a visitar a capella do Senhor das Barrocas. Da visita dos romeiros ficava sempre perduravel lembrança no avultado numero de esmolas que offertavam á imagem e com que, se podia ter constituido um largo patrimonio á capella, mas infelizmente nada d'isto se fez. Com o andar dos annos a devoção esfriou, e o numero de esmolas diminuiu consideravelmente, o que foi devido em grande parte ao desleixo em que os parochos de Esgueira conservavam o templo, pois só curavam dos proventos d'elle e nada mais.

A falta de recursos e, o abandono a que depois da morte do bispo Cordeiro continuou entregue a capella, fez com a acção destruidora do tempo alli continuasse a fazer-se sentir enormemente, sem receio de

ser detida. Em 1857 n'um folhetim publicado no *Campeão do Vouga*, sob o titulo de *Chronica*, e firmado pelo pseudonymo Stephens, lêem-se estas linhas a proposito d'aquella ruina:

«Os muros erguidos pela devoção d'almas piedosas vão-se alli esboroando a sabor do tempo. A chuva entra sem obstaculo pelos vidros partidos, e vae enegrecer a pedra dos lavores interiores, e manchar o reboco das paredes. O zimbório que é uma das construeções em que melhor tenho visto alliadas a solidez e a elegancia, principia tambem a sentir os effeitos do abandono. Se não fosse a compustura mandada espontaneamente fazer nos telhados d'esta parte do edificio por alguns visitantes, a quem este estado de ruina revoltou, a chuva filtrando-se por entre as telhas desunidas e quebradas, teria já arruinado a abobada. No exterior, o abandono é ainda mais patente. Todos os lavores e ornatos da pedra estão mutilados, partidos, escalavrados. Umas figuras emblematicas, que havia por cima da porta principal, são hoje uma mole indicifrável, carecida pelo tempo.

Houve epocha em que annualmente se fazia alli uma grande romaria no dia 25 de julho. Os romeiros traziam pin-gues esmollas, e era grande, n'esse dia, o rendimento da capella. Havia então muitos thesoureiros para administrar os fundos da fabrica, que não se descuidavam de os repartir entre elles, o culto, e os reparos do templo. Acabou a romaria com o tempo. Cessou tambem a affluencia dos devotos administradores. Os que se seguiram, entenderam que eram pequenos os rendimentos que restavam para elles ruminarem piedosamente, e não curaram mais da egreja nem do seu culto.» (1)

Poucos mezes antes escrevia no mesmo jornal um distincto filho de Aveiro e não menos distincto clinico, Santos Pacheco:

«O Senhor das Barrocas, como os reis do mundo, -foi

(1) *Campeão do Vouga*, n.º 549 de 30 de agosto.

grande com o amor dos pequenos, e tornou-se pequeno com o incenso dos grandes. Agora, que importa que caia a igreja? E' um livro de pedra que, rasgando-se, ninguém soletra. Enganaes-vos: cada um pedaço de pedra, como um ecco repetido, cantará, para vergonha nossa, a sua historia aos christãos vindouros.» (1)

Não foram felizmente vozes no ermo aquellas, pois a junta de parochia da freguezia da Vera-Cruz, a cujo cargo estava então, como ainda hoje está, a guarda e administração da capella procurou tanto quanto lhe foi possível atalhar á sua progressiva ruina mandando proceder a reparos no telhado e vidraças. Evitou-se assim que as aguas das chuvas entrassem alli como em campo aberto e que as cornijas e morcegos alli tivessem perenne habitação, como até então succedia.

*

Um dos monumentos mais valiosos de Aveiro, tanto pela sua antiguidade como pelas recordações e memorias do passado que encerrava era a igreja de S. Miguel, mandada demolir em 1835, por o seu nome recordar o do principe que em Portugal symbolizou o absolutismo monarchico. Demolisse-se muito embora o templo já que as paixões exarcebadas dos batalhadores da liberdade assim o exigiam, mas respeitassem se ao menos as reliquias historicas que continha, pois bellezas artisticas nunca as teve. Causa nenhuma d'isto se fez, tudo foi victima do furor vandallico dos vencedores do absolutismo, nada se salvou. Era grande o numero de lapides commemorativas e sepulchraes que alli havia, pois tudo foi despedaçado;

(1) *Campeão do Vouga*, de 19 de janeiro de 1856.

todos estes monumentos epigraphicos foram dispersos, alguns d'elles foram acabar junto da capella do Senhor das Barrocas, aproveitados pela camara municipal para um lavadouro publico que, alli fez construir. Sobre uma lapide em caracteres gothicos, muito mutilada já, vi eu ainda não ha muitos annos e bastantes vezes estar-se a lavar roupa. As outras já tinha as inscripções inteiramente apagadas pelo attricto da agua e do sabão.

*

Ultimamente, em 1891, a junta de parochia da Vera-Cruz, por iniciativa do seu digno presidente, o illustrado parcho o sr. Manuel Ferreira Pinto de Sousa, mandou caiar internamente todo o templo, e pintar os altares lateraes. Louvores e muitos merece quem assim não descure da conservação e acieio dos edificios religiosos que sendo um padrão de piedade dos nossos avós são ao mesmo tempo testemunho vivo da nossa grandeza passada.

IV

Conduz-se o leitor á Estação do caminho de ferro—Antes de se fallar da linha ferrea e do edificio offerece se-lhe um trecho de Alberto Pimentel—Bilhete de visita que a este incansavel obreiro da litteratura patria deixa o auctor—Projectos de caminho de ferro entre Lisboa e Porto—Traçados de Aveiro e de Fermentellos—Qual devia ser o preferido—Influencia de José Estevão posta a preço—Mais um triumpho do grande tribuno—Porque morreu tão pobre—Iniciação dos trabalhos da linha—Engenheiros que os executaram—Freguezias do concelho de Aveiro que o caminho de ferro atravessa—Difficuldades da construcção—Viaducto de Esgueira—Noticia curiosa sobre o local do mesmo—Ex-

periencia official—Chegada ao concelho d'Aveiro da primeira locomotiva—Noticia de quando esta atravessou pela primeira vez o viaducto de Esgueira seguindo até á ponte do Panno—Representantes da imprensa n'este acto—O Aterro das Agradas—Procedimento cavalheiresco de Mendes Leite—Em que local foi edificada a Estação—Obras que nunca se fizeram—Inauguração da via ferrea—Communicações com a cidade—Projectos de ramaes até á ria—Tentativas frustadas—Estatisticas curiosas—Chegada á Estação do cadaver de José Estevão—Manifestação funebre sem igual—Incendio na Estação—Chefes que tem tido desde a sua inauguração até hoje—Visita a Aveiro dos chefes do partido regenerador Fontes e Casal Ribeiro e, do historico Duque de Loulé—Comprimentos á familia real nas diferentes vezes que tem passado em Aveiro—Manifestação politica realisada n'uma d'estas occasiões—Entrada em Aveiro do Bispo de Coimbra—Manifestação de sympathia aos exploradores portuguezes Capello e Ivens—Pasta original—Chegada do regimento de cavallaria n.º 10—Visita de Nuncio Vanutelli—O infante D. Augusto em Aveiro—Vinda aqui da familia real portugueza—Contraternidade escolar—Um ministro da Marinha e um das Obras Publicas em Aveiro—Projectos d'um caminho de ferro americano—Caminho de ferro do Valle do Vouga—Seu entroncamento em Aveiro—Proposta a tal respeito do deputado Barbosa de Magalhães—Gazometro.

Seguindo a estrada de Esgueira e apenas a uns cento e tantos metros da capella do Senhor das Barrocas, depara-se com a via ferrea. Convido o leitor a seguir commigo pela estrada que corre ao longo d'ella em direcção sul e, a chegarmos á Estação do Caminho de Ferro do Norte, que da cidade tomou o nome. Não é o meu fim mostrar-lhe o edificio que de notavel nada tem, mas sim o dizer-lhe o pouco que pude colher com relação á construcção da linha na parte que res-

peita ao concelho de Aveiro e bem assim de diversos factos que cumpre lembrar e que, mais ou menos se prendem com elle.

*

Referindo-se á Estação de Aveiro, que é a trigressima da linha do Norte, dizia ha annos o brilhante escriptor, sr. Alberto Pimentel:

«Leitor amigo, vamos entrar n'uma cidade, que tem o pittoresco das aguas e das salinas, o encanto das lezírias povoadas de lagosinhos, onde se presentem as tempestades e as calmarias do oceano, que, sem se vêr, se adivinha, pois que os barcos e os navios, subindo um braço canalizado da ria, veem descarregar no meio da cidade, sobre o seu bello caos de cantaria. E', em verdade, uma cidadesinha veneziana, cheia de agua, de barcos, de pescadores; ha o que quer que seja de miniatura dos canaes do Lido, mas, devo dizer-t'o tambem, ha o que quer que seja da melancolica monotonia, de que se queixam muitos dos viajantes, que se demoram longo tempo em Veneza.

A estação do caminho de ferro, que tu vês já perto de nós, representa a influencia de José Estevão, o gigante da moderna eloquencia parlamentar, que, estendendo o braço herculeo, arrastou para junto da sua terra natal a grande massa fumegante da primeira locomotiva portugueza. Elle queria que esse grande vehiculo de civilisação e vitalidade sacudisse sobre Aveiro, com o seu pennacho de fumo, os germens da prosperidade que as vias ferreas costumam derramar nas povoações de que se avisinham. Todavia a estação fica a alguma distancia da cidade, e não ha por ora carreiras regulares de vehiculos entre a estação e Aveiro, o que é muitas vezes causa de aborrecimento e incommodo, sobre tudo quando a gente tiver por companheiras senhoras e creanças. Agora não nos deu Deus essa felicidade e essa impertinencia: portanto mala na mão, e a pé, para a cidade, amigo.

.....
Da parte historica de Aveiro escuso-me a fallar-te, por-

que, em tu sentindo disposição e paciencia para a archeologia chorographica, lê no teu gabinete, sentado na tua cadeira de braços, as *Memorias de Aveiro*, do sr. Marques Gomes, um rapaz que se afoita a escrever velharias, trabalhador digno de respeito, e que promette vir a emendar com o estudo e a perseverança algumas incorrecções que apparecem nos seus escriptos.

Tomando das *Memorias* o que te póde interessar, e reduzindo-o a dimensões homœopathicas,—mesmo porque a homœopathia é a unica medicina possivel para todos os casos de viagem—vou metter Aveiro dentro d'um kaleidoscopio, e mostrar-te a nossa pequena Veneza do norte.» (1)

*

Quando o sr. Alberto Pimentel escreveu isto havia mezes que, eu tinha publicado o livro a que s. ex.^a se refere e que, foi o primeiro dos dez ou doze que tenho arremessado para a publicidade. As suas palavras foram para mim um poderoso incentivo, e acceitando o conselho procurei tanto quanto tenho podido realisar a sua profecia. Se o consegui ou não o leitor que, o julgue e, com elle o meu illustre collega a quem testemunho aqui o meu reconhecimento por ter julgado dignos do seu livro alguns dos materiaes que, reuni nas *Memorias de Aveiro*.

*

Desde que o ministro das obras publicas Carlos Bento da Silva, apresentou ao parlamento, em 14 de abril de 1857, um projecto de lei para approvação d'um contracto com sir *Morton Petto* (2) para a cons-

(1) *Guia do viajante nos caminhos de ferro do norte em Portugal*.—Porto 1876, pag. 143.

(2) «*Roteiro do viajante no continente e nos caminhos de ferro de Portugal em 1865*» por João Antonio Peres Abreu —Coimbra 1865, pag. 232.

tracção de um caminho de ferro de Lisboa ao Porto, Aveiro acalentou a esperança de poder utilizar-se d'esse importantissimo melhoramento. Aquella esperança, porém, esteve por mais d'uma vez em risco de perder-se totalmente, porque alguns dos traçados estudados affastavam-se muito da cidade.

Pelo que havia estudado o engenheiro Watier em 1856, o caminho de ferro do norte atravessando o Mondego, proximo de Coimbra, deixava as aguas d'este rio na Pampilhosa para seguir o Certeman, atravessando o Vouga, perto d'Angeja, approximando-se d'Estarreja e Ovar para em seguida se dirigir á margem esquerda do Douro. (1)

Tendo o engenheiro Morton Petto feito um contracto com o governo em 1857 para a construcção da linha do norte mandou proceder a novos estudos e segundo estes, Aveiro era o ponto obrigado da mesma linha, devendo ficar a estação no largo do Rocio. Este contracto, porém, foi rescendido em junho de 1859, e tendo-se realisado em setembro d'esse anno um outro com D. José Salamãca, ficou assente que, a directriz do caminho de ferro do norte seria a escolhida pelo engenheiro Watier, isto é, aquella que arremessava a linha ferrea para longe de Aveiro.

Por este contracto não ficava esta cidade sendo ponto forçado da passagem da linha, por isso aquelle empreiteiro escolheu o traçado mais curto e menos dispendioso, que era o adoptado por Watier. A linha seguiria atravez da pateira de Fermentellos, onde os aterros teriam necessariamente de ser grandes é

(1) *Apontamentos para a historia dos caminhos de ferro portuguezes*: por Frederico Pimentel—Lisboa 1892 pag. 45.

verdade, mas evitava-se o grande aterro das Agras (Aveiro), a ponte do Panno e o viaducto de Esgueira, e o preço das expropriações, aqui, quatro ou cinco vezes mais caras. Por isto facil é de vêr que o empreiteiro tendo livre a escolha do traçado, nunca adoptaria o de Aveiro. A tudo isto vieram ainda depois juntar-se as influencias locais, das terras que a linha teria de atravessar e que, tendo por seu lado os interesses da companhia constructora, muito difficultaram as justas pretensões dos aveirenses.

Em auxilio d'estes, porém, veio logo José Estevão, a maior gloria parlamentar de Portugal, o filho querido de Aveiro, que *exigiu* do governo e da empresa constructora do caminho de ferro que o traçado de Watier na parte que, diz respeito ao mesmo seguir por Fermentellos, fosse abandonado, e que se estudasse immediatamente outro de que resultasse Aveiro ser servido por elle. Foi porfiada a lucta, mas afinal a victoria coube ao tribuno.

Referindo-me ao facto escrevi em outro logar:

«Se não fosse José Estevão o caminho de ferro nunca tocaria em Aveiro. D. José Salamanca chegou a mandar offerecer cem contos de réis para elle desistir da sua pretensão, mas o tribuno fez-lhe saber que não trocava pelo valor de todos os caminhos de ferro do mundo o amor que consagrava á sua terra e o desejo que tinha dos seus patricios terem lá tambem o caminho de ferro. A insistencia de Salamanca em não querer acceder á vontade de José Estevão provinha do enorme accrescimo de despesas que a nova directriz trazia, não só pelo valor elevadissimo das expropriações como tambem pelo custo de tres grandes obras d'arte,—as pontes do Panno, Esgueira e o Aterro do Côjo, que lhe custaram muitos

centos de contos e que se evitavam se a linha fosse mais pelo interior do districto.» (1)

Foram estes e outros actos semelhantes de patriótica e desinteressada abnegação, que fizeram com que José Estevão morresse pobre, e tão pobre que até a sua espada gloriosa foi vendida em leilão, conjuntamente com as proprias camizas, a requerimento de credores. Triste e ao mesmo tempo nobilissimo.

Adoptado o traçado de Aveiro, isto é, o de Morton Peto, com algumas alterações, foram encetados os trabalhos de construcção em agosto de 1861 sob a direcção do engenheiro francez Valentim de Mazade. Os estudos do novo traçado, que foram realizados pelo engenheiro belga Mr. Lurenier, estavam concluidos em junho d'aquelle anno.

A empresa constructora dividiu os trabalhos em cinco grandes secções; os que diziam respeito ao concelho de Aveiro ficaram comprehendidos na *Quarta* que ia de Coimbra até margem esquerda do Vouga, na extensão de sessenta e tres kilometros.

O caminho de ferro atravessa no concelho de Aveiro uma parte das freguezias de Requeixo, Oliveirinha, Aradas, Gloria, Vera-Cruz, Esgueira e Cacia e isto n'uma extensão de 19^m,580.

A sua construcção foi aqui bastante demorada e dispendiosissima, em resultado do valor dos terrenos que foi mister expropriar e das duas grandes obras d'arte que se tiveram de fazer, o viaducto de Esgueira e o aterro das Agradas.

O viaducto de Esgueira construido sobre a di-

(1) *José Estevão, apontamentos para a sua biographia.*
—Porto 1889, pag. 144.

recção do engenheiro inglez Wilson é formado por seis vigas metalicas de 30 metros cada uma assentes sobre duas ordens de pilares tubulares, que foi necessario cravar até á profundidade de 25 e mesmo 27 metros para chegar a terreno solido, e dois estribos de cantaria. N'aquella profundidade appareceram fragmentos de madeira, o que veio confirmar a tradição constante que, no local, em epochas mesmo não muito remotas, se haviam fabricado navios de grande lote. Junto ao mesmo local onde se ergue o viaducto existiu, segundo parece, a alfandega da villa de Esgueira, havendo tambem alli proximo uma propriedade conhecida pela *Cova do bacalhau* que, segundo a tradição tambem, tira o nome do facto de aqui haver naufragado um navio com aquella carga. Os tubos foram depois reforçados com uma muralha de *beton* e pedra de 5 metros de altura.

A obra do viaducto de Esgueira foi durante a sua construeção muito discutida, pondo-se em duvida a sua segurança. Eram infundados, porém, estes receios. A experiencia official do viaducto fez-se nos dias 24 e 25 de janeiro de 1864 por uma commissão composta dos engenheiros Aguiar, Margiochi, Conceiro, Sousa Brandão e Peres. As experiencias fizeram-se com um comboyo composto de duas machinas, um *fourgon*, uma carruagem de primeira classe e de nove carros carregados de carvão de pedra. O viaducto resistiu a todas as experiencias que consistiram na prova estatistica, ou no peso de 40 toneladas em cada tramo por espaço de 45 minutos; passou-se depois á segunda prova, de pequena velocidade, a que oppôz a mesma resistencia; a terceira e ultima prova foi a dy-

namica, em que trabalharam as duas machinas reunidas, e com toda a força, calculando-se andar o comboio 70 kilometros por hora, resistindo a tudo com o mesmo vigor.

Havia já muitos mezes, porém, que pelo viaducto passavam comboyos. A primeira locomotiva que veio de Estarreja até á avenida norte do mesmo, sendo portanto a primeira que entrou no concelho de Aveiro, chegou alli ás 3 e meia horas da tarde de 23 de março de 1863.

O viaducto esse foi atravessado pela primeira vez em 18 de julho d'esse anno. *O Campeão das Provincias* noticiou então assim o facto:

«No sabbado pelas 10 horas da manhã Aveiro estava quasi despovoado. Immensa concorrencia de pessoas de todas as classes sociaes estanciava nas eminencias adjacentes á ribeira d'Esgueira, aquem e alem da ponte do caminho de ferro, porque devia o comboio percorrel-a, desvanecendo assim os engenheiros da empresa as apprehensões publicas com as provas exhibidas á face de todos.

Já tinham dado 11 horas quando se avistou a locomotiva que magestosamente caminhava do norte, parando na avenida da ponte. A anciedade publica cresceu, com quanto se soubesse que a ponte havia sido experimentada, carregando-a na vespera com 235 toneladas, isto é 8 vezes mais que o pezo do trem ordinario, sem que desse de si, o que denotava a solidez da sua construcção.

Quando o comboio entrou na ponte d'Esgueira muitas centenas de foguetes estouraram nos ares. A multidão tornou-se mais compacta, por que todos queriam presenciar a experiencia, que se antolhava medonha, e por tanto sublime de horror. A locomotiva entrou a ponte com inteiro desassombro dos que iam dentro dos carros, tocou a avenida do sul, e a multidão respirou, vendo inteiramente dissipados os seus receios, e realisadas as suas esperanças.»

Em seguida o mesmo comboyo seguiu em carreira experimental até á ponte do Panno, atravessando sem incidente o aterro das Agras, de cuja estabilidade muito se receava tambem. N'esta festa foi a imprensa assim representada: Ramalho Ortigão, pelo *Jornal do Porto*; A. Luciano, pelo *Diario Mercantil*; Guerra Leal, pelo *Commercio do Porto*; Ferreira da Silva, pelo *Nacional*; Manuel Gonçalves de Figueiredo, pelo *Districto de Aveiro*, e Almeida Vilhena, pelo *Campeão das Provincias*.

O aterro das Agras que tem a extensão approximada de 200 metros e altura de 11, sorven um volume de terras de quasi 80:000 metros cubicos. Trabalharam alli diariamente durante um anno e tanto, mais de 2:000 pessoas. Por muitas vezes a terra que, hoje era lançada n'um ponto apparecia no dia seguinte ao lado, de fôrma que, em vez de um, pareciam tres os aterros que se estavam fazendo. Isto era resultado do solo ser roto e inconsistente. No lado sul construia-se um viaducto que devia pôr em communição as propriedades que ficavam d'um e outro lado da linha e que pertenciam ao sr. Mendes Leite, isto em virtude de condição imposta por este cavalheiro quando se fez a expropriação. Esta obra quando quasi concluida e depois de se terem dispendido n'ella mais de dez contos de réis, tantas vezes se desmornou, que teve de ser abandonada e, em seguida demolida por se reconhecer não poder suster o peso das terras, por falta de base. O engenheiro, em chefe da companhia constructora, Eusebio Page, propôz então ao sr. Mendes Leite o desistir da passagem pelo viaducto a troco d'uma indemnisação pecuniaria que este fixa-

ria. Para isto mandou Page uma letra em branco, mas já acceite, ao sr. Mendes Leite para a preencher como quizesse, o que este fez tornando-se credor da companhia por um conto de réis apenas. Esta preferia dar o dobro do que já havia gasto a ter de reconstruir o viaducto.

*

Logo depois de iniciados os trabalhos de construcção da linha, assentou-se que a estação d'Aveiro ficasse na quinta do sr. João José dos Santos Machado, junto á estrada que vae para a Presa. Por muitas razões acertada era a escolha do local, pois seria facil pôr a ria em immediata communicação com ella, sem largo dispendio. Em 25 de outubro de 1861, dizia *O Districto de Aveiro*:

«O nosso caes não pode deixar de projectar-se até o local da estação. A obra está meia feita; as condições do terreno facilitam o seu complemento. Uma estrada marginal para o serviço de pé, o carros, e o caes para o serviço do barcos, communicarão a cidade com a estação tão commoda e facilmente que talvez se não edifique outra estação com taes condições em toda a linha. Pode dizer-se que as mercadorias se descarregam dos wagons para os barcos, que os levam ao centro da povoação.»

Por motivos que ignoro, foi depois escolhido novo local para a Estação. Em fins de 1862, principiava a construcção do edificio no sitio chamado Valle de Curvo, trezentos ou quatrocentos metros ao norte do local primitivamente designado. Expropriaram-se logo duas grandes fachas de terreno além do preciso para o edificio da Estação propriamente dito, com o fim de n'ellas se edificarem outros edificios destinados

a cocheira de locomotivas, officinas de reparação, etc. Nada d'isto, porém, se chegou a principiar. Os edificios projectados fizeram-se mais tarde junto á Estação de Ovar, segundo parece por influencias locais d'alli, assim o exigirem. Não tem outra explicação o contrasenso de collocar aquelles estabelecimentos a uma hora apenas de distancia do Porto.

*

A grande aspiração dos aveirenses de poderem utilisar-se da via ferrea ficou satisfeita em 10 de abril de 1864 com a inauguração d'esta.

De como ella se realisou dil-o o *Campeão das Provincias* :

Foi dia de festa para Aveiro o da inauguração do caminho de ferro do Porto a Taveiro. Logo ás 8 horas da manhã o povo não só da cidade mas tambem das aldeas visinhas affluia á estação de Vallo de Curvo, que se achava toda embandeirada, fluctuando na janella do centro o pavilhão da municipalidade. As duas philarmonicas da cidade estavam no caes da estação. A estrada provisoria aberta em dois dias e meio a expensas da camara municipal, deu commoda passagem, e achava-se litteralmente coberta de transeuntes.

Pouco depois das nove horas chegou o comboio de Coimbra: tocaram as musicas, estouraram nos ares milhares de foguetes. O enthusiasmo communicou-se rapidamente a todos os espectadores, que victoriarão o maravilhoso invento, ante o qual cessam as distancias, promovendo e alimentando as relações dos povos. Poucos segundos depois appareceu o comboio do Porto succedendo as mesmas demonstrações de publico regosijo. Não havia festim official, mas houve demonstrações do mais subido quilate, porque eram expontaneas e sinceras, como tudo quanto sae do povo. Em ambos os comboios havia bastante animação, porque vinham n'elles, no do sul

principalmente muitos mancebos, que adoram a civilisação, e a reverenceiam n'estas provas da sua quasi infalibilidade.» (1)

*

Para o local em que foi edificada a Estação havia antes, apenas um caminho vicinal. Quando se inaugurou a linha, a camara municipal fez construir em poucos dias uma estrada provisoria, ligando a saída do edificio com a estrada da Presa. Mezes depois baixava ordem do Ministerio das Obras Publicas para que se estudasse uma estrada que ligasse a Estação com a cidade. Era então titular d'aquella pasta o sr. João Chrysostomo de Abreu e Sousa, e em 6 de julho de 1864 principiavam os trabalhos da estrada, que é a actual rua da Estação, na extensão de 870^m,5, concluindo-se em 24 de outubro do mesmo anno. O custo da obra incluindo as expropriações foi de réis 4:152\$900.

Além d'estas ha mais duas estradas ligando a cidade com a Estação, e são o ramal da estrada real n.º 41 do Passo do Nivel de Esgueira até alli, na extensão de 359^m,48 e o chamado *Caminho americano* que vem até o Côjo. Aquella foi feita a expensas do Estado e esta da Camara Municipal.

*

José Estevão a quem unica e exclusivamente se deve o importantissimo melhoramento do caminho de ferro passar em Aveiro não chegou a vir aqui n'elle. A morte victimou-o primeiro.

Quiz o Destino que se não utilisasse d'elle em vida, para vir, como inaugural-o, já cadaver, e digo como inaugural-o, pois quando a trasladação d'este se

(1) N.º 1:226 de 15 d'abril de 1864.

realizou, ainda aquelle não estava aberto á circulação entre Lisboa e Aveiro. Esse facto deu-se só mezes depois. Esperou se, porém, que a linha estivesse concluída para se fazer a trasladação.

Sobre o modo como se transportou de Lisboa para aqui tão precioso thesouro é bello o final d'este periodo do discurso do sr. José Bandeira Coelho de Mello, proferido no cemiterio perante elle :

«José Estevão e Aveiro são duas ideias inseparaveis. E' preciso que o sejam sempre. Para isso falta ainda alguma cousa. José Estevão deu tudo que podia dar. Aveiro ainda não. José Estevão deu a sua intelligencia, a sua actividade, a sua fortuna, a sua vida, e por ultimo os seus ossos... porque lhe levava Deus a alma, e lhe ficara com o coração a esposa! Eil-os ahi estão, que vieram para a mansão da morte pelo caminho da vida.» (1)

O enterro de José Estevão em Aveiro realizou-se no dia 16 de maio de 1864 e foi o acto funebre mais imponente que esta cidade tem presenciado. O cadaver foi transportado de Lisboa n'um comboyo especial que, tendo sahido da estação de Santa Apollonia pelas 7 horas da manhã d'aquelle dia, chegou á de Aveiro das quatro horas para as cinco da tarde do mesmo.

De como na Estação se organisou o prestito funebre dizem-no os seguintes periodos que vou pedir aos dois jornaes que então aqui se publicavam :

«Aveiro recebeu no domingo os restos mortaes do sr. José Estevão Coelho de Magalhães. Mais de duas mil pessoas

(1) *Campeão das Províncias*, n.º 1:236 de 18 de maio de 1864.

se achavam reunidas na *gare* de Valle de Curvo para prestarem as derradeiras honras funebres ao denodado atheleta da tribuna, cuja eloquencia forma uma das paginas mais brillantes de nossos fastos parlamentares.

Tinha chegado na vespera uma commissão nomeada pela academia para acompanhar o cadaver do grande orador até á sua ultima morada. A mocidade esperançosa e entusiasta quiz ter um lugar no funebre cortejo, escolhendo para a representar os filhos d'este districto, que conhecedores dos serviços a elle prestados pelo finado, melhor poderiam commemorar-os.

Duas commissões deputadas por esta cidade foram a Coimbra receber o athaude. Em uma achava se representada a classe artistica; em outra a propriedade, o commercio e as letras.

O comboio aproximou-se do caes, e o carro que conduzia o cadaver, desatrellado d'aquelle, rodou depois movido a braços, até á passagem do nivel da estrada d'Esgueira. Ahi o sr. José Martins Raposo, amigo provado do extinto, e que n'esta cerimonia representava a ex.^{ma} sr.^a D. Rita de Miranda de Magalhães, subiu ao carro, e balbuciando algumas palavras entrecortadas pelas lagrimas, ajoelhou ante o féretro, collocando lhe em cima uma corôa de perpetuas entretecida pela ex.^{ma} sr.^a D. Maria Dorothea, irmã carinhosa, que em provas de affecto fora mais que irmã, porque fôra mãe para quem os sacrificios eram doces por mais agros que fossem os espinhos. Das mãos do sr. Raposo passou o caixão para as da commissão dos artistas, que por escripto, como no final d'esta descripção se verá, havia sollicitado este posto de honra no sahimento. Os filhos do trabalho tinham o seu legado n'aquella herança da morte. A mão honrada do operario suspendia o athaude em que dormia o somno eterno o seu distincto concidadão, e o conduzia á sua ultima estancia.

As classes confundiam-se no cortejo, ninguém escolhia lugares, nem disputava preferencia. Todos eram christãos e compartilhavam o sentimento da saudade, por verem tantos talentos e tanta esperanza aniquilados na quadra mais vigorosa.

sa da vida. Formando alas ao longo da estrada, e trajando rigoroso dó, mostravam todos pelo recolhimento que as cinzas de José Estevão eram recebidas por quem sabia honrar a sua memoria.» (1)

«No comboyo da manhã, alguns dos mais fieis e dedicados amigos de José Estevão tinham ido a Coimbra, para acompanharem o cadaver, fazendo parte da commissão alguns artistas.

A' chegada do comboyo que conduzia o cadaver, uma commoção electrica se apossou de toda aquella multidão. As portas da estação estavam abertas e o caes apinhado de gente.

O carro que conduzia o cadaver foi depois levado á mão até á passagem do nivel da estrada de Esigueira, onde o cadaver foi desembarcado.

Apenas as portas do carro funebre se descerraram, o sr. José Martins Raposo, encarregado da trasladação pela ex.^{ma} viuva, e um dos mais dedicados e fieis amigos do finado, abraçou-se com o feretro, e, com mais lagrimas que palavras, depositou sobre elle uma corôa de perpetuas, que a irmã de José Estevão por suas mãos enterlaçara.

O sr. Raposo, rodeado de alguns amigos, entregou então o feretro a uma commissão de artistas que lhe haviam pedido a honra de conduzirem, nos seus braços, o eminente orador á sua derradeira morada. Esta commissão compunha-se dos srs. Francisco da Luz e Costa, Jeronymo Pereira Campos, José Maria de Carvalho Branco, Antonio Marques de Almeida, Adão de Sousa Moreira e Manuel da Rocha.

Foi difficilimo organizar o prestito. Uma multidão compacta estava alli agglomerada, e só a muito custo foi formado alas pela estrada. Já ia a grande distancia o principio do prestito, e ainda o cadaver estava pousado sobre os descancos, esperando que o povo dêsse logar a que proseguisse.

Não se pôde saber de quantas pessoas se compunha o prestito. Muitas iam sem tochas, por não chegarem as que

(1) *O Campêo das Provincias*, n.º 1:236 de 18 de maio de 1864.

estavam prevenidas, apesar de se haverem reunido todas que havia na cidade, inclusive as pertencentes a irmandades e confrarias, e terem vindo cerca de quatrocentas de Coimbra.

Aos dois lados do feretro ia a commissão dos academicos que de Coimbra veio expressamente para assistir a este acto.

Atraz iam aquellas que com José Estevão mais intimamente conviveram durante a vida.

Seguia-se a phylarmonica da Vista Alegre e o administrador d'este importante estabelecimento fabril, o sr. Alberto Ferreira Pinto Basto, e todos os seus operarios.

Ia logo apóz uma outra phylarmonica, a *Amizade*, acompanhando-a o destacamento em grande uniforme e com as armas em funeral.

Mais adiante, defronte do convento de Sá, ainda uma outra phylarmonica, a *Aveirense*, tomou logar no prestito, que seguia rua abaixo no meio d'uma multidão immensa. (1)

*

Desde que se principiou a construir o caminho de ferro até hoje, jámais se deixou de pensar na conveniencia de ligar a estação com a ria por meio d'um ramal ou caes, havendo mesmo varias tentativas para se levar a effeito essa obra que, a fazer-se seria immensamente vantajosa para a cidade sem ser prejudicial para a empresa.

Em 16 de dezembro de 1861 realisou-se uma numerosa reunião na sala das sessões da camara municipal a convite da mesma e por iniciativa de Bento de Magalhães, para se assentar na forma mais facil e pratica de se realisar a construcção d'um canal que pozesse em communicação directa o caminho de ferro com a ria. Sobre a utilidade e multiplicadas vantagens que da obra podiam advir a Aveiro foi

(1) *O Districto de Aveiro*, n.º 279 de 17 de maio de 1864.

unânime a opinião de todos os presentes. Quanto, porém, aos meios de a levar a effeito é que houve divergencia e d'essa divergencia proveio em grande parte o serem nulos os resultados da reunião.

Alguem lembrou que para compensar a despeza com a abertura do canal, se devia contar com a percentagem que se poderia cobrar no mesmo sobre os materiaes que a empresa constructora do caminho de ferro tivesse de conduzir por elle.

Esta ideia foi logo impugnada por José Estevão, que segundo vejo de um jornal da epocha, *O Districto de Aveiro*, disse o seguinte :

«O sr. José Estevão oppoz-se a que se contasse nos rendimentos provaveis d'esta obra com a receita proveniente d'aquella origem, fundando se em rasões derivadas da economia da viação publica, e em considerações de delicadeza pelo sr. Salamanca.

A cidade sabe que deve á espontanea proposição d'este cavalheiro o traçado por Aveiro, e que este traçado é muito mais custoso do que qualquer dos outros, que o governo talvez preferirá approvar por terem sido indicados e estudados por engenheiros seus.

A idêa de uma barreira no canal por menor que fosse a percentagem, além de topar com todas as idêas geralmente recebidas em materia de communicacões, era no seu espirito contraria ás concessões garantidas no contracto á empresa Salamanca, e á legislação promulgada para favorecer a construcção das linhas ferreas hespanholas sem prolongação das quaes as nossas ficariam privadas do seu alcance e vantagens.

Quando a empresa Salamanca pode introduzir livre de direitos todos os objectos necessarios para a construcção do caminho de ferro; quando elle pode trazer ás nossas alfandegas, e transportar pelas nossas estradas, pagando um modico direito de transito, todos os mais que precisar para as linhas

hespanholas, que entroneam com as nossas, não havia uma camara municipal pôr embargo n'esta livre passagem, e metter nos seus cotres um imposto lançado sobre a civilisação do paiz!»

A opinião de José Estevão era que o canal fosse feito a expensas da camara e pela applicação a elle da contribuição de trabalho.

A ideia então já predominante é que este canal fosse a continuação do chamado caes do Côjo e de accordo com ella a companhia constructora do caminho de ferro mandou depois, em 1864, fazer os necessarios estudos para construir um ramal que pozesse a Estação em communicação com elle. A ideia não vingou, ainda assim um anno depois a mesma companhia sem abandonar de todo o projecto do ramal, mandou proceder a novos estudos tendentes a construí-lo não em direcção ao Côjo mas sim á Ribeira de Esgueira.

Esta variante levantou logo séria opposição, pois o esteiro de Esgueira, por onde as mercadorias podiam ter accesso da ria para a linha ferrea, além de ter de extensão mais de 3 kilometros, é estreito e quasi sempre obstruido com areia e terras, apenas dá navegação nas occasiões de praia-mar. Nada d'isto se dava se o ramal viesse ao Côjo, pois além, de até aqui já haver o caes, dava-se o facto do mesmo ramal finalizar dentro da cidade e, não a grande distancia d'ella como succedia acolá, pois ficava a 10 kilometros pouco mais ou menos; isto é 7 kilometros até o Esteiro de Bulhões, onde começa o chamado esteiro de Esgueira e os 3 kilometros que, como disse, o mesmo mede.

Esta opposição aliás justificada, desagradou so-

bremaneira á companhia, que vendo-se assim contrariada, desistiu da obra. Passaram-se annos e ninguem mais pensou no ramal do caminho de ferro, esta é que, é a verdade. Ha, porém, pouco mais ou menos, tres annos que, um moço cheio de talento e boa vontade, um aveirense que, pelos melhoramentos e progressos da sua terra professa a mais desinteressada e entusiastica dedicação reviveu aquella ideia, propondo-se a tornal-a realidade.

Refiro-me ao meu velho e illustrado amigo Edmundo de Magalhães Machado que, tendo estudado profundamente o assumpto, chegou á conclusão de que a obra era realisavel não só nas melhores condições economicas, pois a receita proveniente do ramal cobriria n'um praso relativamente curto todas as despesas a fazer, como tambem que com ella se abria uma nova phase de prosperidade para Aveiro. Aggregando a si os srs. dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo e Elias Fernandes Pereira, promoven uma reunião n'uma das salas do Lyceu para tractar do assumpto, que se realisou na noite do dia 9 de fevereiro de 1893. Não houve convites especiaes para ella, o que não obstou a que a concorrência fosse muito grande, vendo-se alli largamente representados não só o commercio, a propriedade, a imprensa, a industria e o functionalismo, mas tambem as classes trabalhadoras, pois todos comprehenderam, felizmente, a grande utilidade do melhoramento que se projecta realisar.

Como representante do *Campeão das Provincias*, assisti á reunião, e tomei alli as notas que passo a transcrever e que na occasião publiquei no mesmo jornal :

«Constituiu-se a assembleia ás 7 horas, sendo eleitos por aclamação:—Presidente, o sr. Manuel Gonçalves de Figueiredo, e secretario, o sr. José Maria de Mello e Mattos.

O sr. presidente disse que o objecto da reunião era resolver sobre o meio mais pratico de levar a effeito o projecto do estabelecimento do ramal do caminho de ferro entre a estação actual e o caes do Cojo, tomando para base o movimento actual da mesma estação. Que sobre este movimento se tinha feito o calculo do que poderia render o ramal uma vez posto á exploração. Parecendo aos iniciadores d'aquella reunião que o rendimento do ramal calculado pelo minimo era mais que sufficiente para fazer face ás despesas d'exploração e amortisar o capital dispendido com as obras n'um periodo de tempo relativamente curto, tinham resolvido convocar aquella reunião para dar ao publico conhecimento d'estes esclarecimentos numericos e convidal-o, caso entendesse que o melhoramento era vantajoso para a cidade, a nomear uma commissão que ficasse incumbida de passar em revista os referidos calculos e sobre elles elaborar um projecto de contracto que se apresentaria ao governo para ser proposto á Companhia Real dos Caminhos de Ferro.

Em seguida deu a palavra ao sr. Edmundo Machado afim d'elle expôr a parte respeitante aos alludidos dados estatísticos.

O sr. Edmundo Machado usando da palavra principiou por dizer que a ideia de se construir um ramal do caminho de ferro que viesse da estação até á margem da ria receber no centro da cidade e no local do Côjo, o sal, o peixe e outros productos trazidos pela via fluvial, nada tinha de novo para ninguem. Alguns individuos animados de boa vontade tinham lançado esta ideia ha proximaemente dois annos e não só a cidade acompanhou este pensamento com enthusiasmo, assignando largamente a representação que n'esse sentido fôra dirigida á Camara Municipal, mas esta corporação pela sua parte tinha desde então trabalhado quanto possivel para lhe dar realisação. Como porém nas suas attribuições não estava fazer estradas para linhas ferreas tivera de cingir-se aos

tramites da lei, e n'essa conformidade pediu e obteve do governo auctorisação para fazer uma estrada municipal, no proposito de, com a annuencia do governo, tratar mais tarde com a Companhia dos Caminhos de Ferro. Carecendo-se porém de mais terreno do que o da estrada para o fim de poder estabelecer-se uma estação de mercadorias com os seus respectivos caes e linhas de desvio, ligou este projecto com um outro que representa tambem para a cidade um melhoramento de subido alcance; isto é, o estabelecimento d'uma feira mensal destinada a todos os generos agricolas, mas principalmente a gados e a cereaes. Por esta razão pediu a camara ao governo para ser auctorisada a expropriar tambem os terrenos contiguos á estrada projectada e que vão desde a casa dos moinhos até á estrada que da Fonte-Nova conduz á estação de Sá. E com effeito parecia-lhe que o estabelecimento d'esta feira seria de resultados consideraveis. Em primeiro lugar fazia-se desaparecer um pantano de que não pode resultar vantagem á salubridade. Havendo por estes sitios numerosas feiras pequenas, conseguia-se com commodidade para todos substituil-as, em parte pelo menos, por um mercado com proporções para vir a ser consideravel: por estar mais central, por ficar á beira da ria e d'uma estação de caminho de ferro, e sobre tudo por ser na séde do districto. D'este ultimo facto resultava o poder prestar-se com o referido mercado um grande serviço á nossa agricultura que se encontra infelizmente n'um deploravel estado d'atrazo. Esse serviço consistia no estabelecimento dos concursos agricolas, e na possibilidade de, a proposito d'elles, serem feitas pelo agronomo e veterinario do districto, em determinados dias de mercado, conferencias aos lavradores, aos quaes se poderiam fornecer n'essa occasião, boas sementes, adubos, elucidações sobre as melhores raças de gado, etc., etc. Demais, os terrenos do pantano alludido, tendo um valor bastante diminuto, a despeza importante era a da terraplenagem, e esta pretendia a camara que fosse feita com as lamas da ria cuja dragagem é uma necessidade que não pode preterir-se por mais tempo. D'essa maneira as duas vantagens eram obtidas com um dispendio unico.

Sabia por ter assistido na vespera á sessão camarária que a vereação actual está sobre estes assumptos nas mesmas intencções em que estava a vereação cessante, pois resolvera principiar desde já a fazer expropriações destinadas á estrada.

Os factos que tinha a expor n'aquella reunião eram pois destinados a servir de base a um projecto com intuitos absolutamente eguaes aos da camara. A cidade reclama um melhoramento que considera de grande alcance para o futuro: é preciso que todos collaborem n'elle, auxiliando se mutuamente e aplanando de parte a parte as difficuldades.

Expoz em seguida, em face da planta dos terrenos, que o proprio governo se tinha pronunciado já a respeito do assumpto, mandando fazer e approvando, para ser executado pela repartição hydraulica, um projecto de variante ao canal actual, de forma a dar-lhe as condições da direcção e largura necessarias para o movimento futuro como canal de serviço da projectada estação de mercadorias.

Com referencia aos dados estatísticos que ia apresentar disse que obtivera em tempo do director geral da Companhia Real, sr. Espregueira, auctorisação para estudar pela escripturação da Companhia o movimento da estação d'Aveiro, auctorisação pela qual fizera recentemente a estatística do anno de 1892.

Que, pelo que toca á exportação, esta estatística só se referiu aos artigos que mais podem aproveitar com o serviço do ramal, e com relação a esses verificou os numeros seguintes:

Sal.....	1.110	wagons
Pescado.....	2.667:710	kilos
Taras vazias.....	225:558	»
Ovos.....	179:119	»
Louça.....	302:073	»
Cereaes.....	1.440:470	»

Todos os demais artigos da exportação foram propositalmente excluidos n'este estudo em que só se teve em vista estabelecer uma base previa para trabalho ulterior mais completo.

Semelhantermente com respeito á importação não entrou no calculo senão o movimento de pequena velocidade cuja importancia foi no anno em questão de 6.587:668 kilos.

Com este movimento, e tendo em consideração a respeito de cada genero de mercadoria, por um lado o pezo medio dos carretos effectuado em carro de bois, e pelo outro o preço dos carretos, verifica-se que no anno referido se dispendeu em carretos quantia superior a 6:370\$000 réis.

Ora parecia-lhe que, se a Companhia Real concordasse em fazer o ramal, tomando ao mesmo tempo a seu cargo as terraplenagens do campo da feira que a Camara projecta, valia a pena aos habitantes d'Aveiro dispendere durante algum tempo a referida quantia de 6.370\$000 réis a beneficio da Companhia, isto é, durante o tempo necessario para ella se indemnizar (capital e juro) do que tivesse consumido com as obras. Far-se-ia isso por meio d'uma tarifa de favor que para cada mercadoria poderia attingir, mas não exceder, o que actualmente se dispende com a carretagem em carros de bois. Decorrido este periodo que não pode ser superior a 15 ou 20 annos pelo que se vê do rendimento actual e sem mesmo entrar em linha de conta com o augmento do trafego que aco. de necessariamente desde que o trahbordo seja directo entre os barcos e os wagons, a referida tarifa deveria baixar consideravelmente e segundo condições que mais ou menos podem ficar estabelecidas no contracto que agora venha a fazer-se.

Por esta maneira, o commercio e a industria da ria e das vinte e tantas povoações que a marginam achar-se-ia (certamente n'um periodo mais curto do que se pensa) no gozo quasi gratuito d'um beneficio, para obter o qual não carece dispendere coisa alguma alem do que já dispende presentemente, e do que continuará a dispendere se a obra se não fizer.

Por esta razão propunha que, se a assembleia não tinha objecções graves a oppôr ao que acabava de expender, se nomeasse uma commissão que, depois de ter verificado a exactidão dos calculos em que elle baseara as suas conclusões, elaborasse um projecto de contracto a apresentar ao governo para ser por este effectuallo com a Companhia Real dos

Caminhos de Ferro com respeito ao estabelecimento e exploração do ramal entre o caes do Côjo e a estação de Sá.

A exposição do sr. Edmundo Machado impressionou muito favoravelmente toda assembleia, que viu assim que não será difficil tornar-se em realidade o importantissimo melhoramento do ramal do Côjo.

Seguidamente usaram da palavra o sr. Mello Mattos, que esboçou com muita proficiencia a quanto deviam montar as despezas do ramal e as enormes vantagens que d'elle podiam advir ao commercio e industria d'Aveiro; o sr. Francisco Manuel Couceiro explicando que a camara transacta pensara em auxiliar o empreendimento do melhoramento que alli se discutia; o sr. dr. Jayme de Magalhães Lima declarando que a camara actual prestaria toda a coadjuvação compativel com os seus recursos, para que o mesmo se levasse a effeito; o sr. dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo para que se nomeasse uma commissão de tres membros para verificar os dados estatisticos apresentados pelo sr. Edmundo Machado e formulasse o projecto a apresentar ao governo e á Companhia do Caminho de Ferro; o sr. Duarte Ferreira Pinto Basto para que d'esta commissão fizessem parte os presidentes da actual e da antecedente vereação; o sr. Antonio de Lemos Junior para que á mesma commissão fossem agregados representantes dos jornaes da localidade; o sr. Francisco Regalla sustentando estas mesmas ideias, pois que julgava indispensavel a cooperação da imprensa; e o sr. Gustavo Ferreira Pinto Basto para que se elegesse uma grande commissão composta de representantes de todas as classes — commissão que devia escolher depois entre si os individuos que deviam formular as bases do projecto.

Depois de varios incidentes em que tomaram parte diferentes cavalheiros, assentou-se na nomeação d'esta grande commissão, que foi eleita por acclamação, ficando portanto ao encargo d'ella todos os trabalhos, dissolvendo-se em seguida a assembleia.

Depois d'isto perguntará o leitor curioso. O que se tem feito mais? Cousa nenhuma, é a resposta.

Muito antes de se realizar esta reunião, já o sr. Edmundo de Magalhães Machado havia elaborado uma representação dirigida á camara municipal e que foi assignada por um crescido numero de habitantes da cidade, pedindo áquella que, adquirisse os terrenos que formavam o Ilhote do Cojo. N'este documento que, tem a data de 29 de maio de 1891, ha estes periodos que se relacionam tambem com a historia do ramal e, que, por isso mesmo não devem ficar esquecidos:

«No sentido da viação accelerada deu Aveiro um passo importante, conseguindo em 1861, graças aos esforços de José Estevam Coelho de Magalhães, que aqui se fizesse uma estação de caminho de ferro.

Foi um grande progresso. Mas não é tudo.

Pela distancia a que a estação se encontra da ria, a permuta de mercadorias entre a via ferrea e a via fluvial tem estado e continua a estar na dependencia de dois trasbordos.

E no entanto a ligação directa d'estes dois meios de transporte não é problema de realisação difficil. Na humilde opinião dos signatarios poderia conseguir-se da maneira seguinte.

Das agulhas do sul da estação do caminho de ferro e do lado poente da linha partiria um ramal que, vindo cruzar á azinhaga do Senhor dos Afflictos, descendo pela extrema do predio ou predios que ficam ao sul d'esta, e obliquando em direcção á entrada do valle que divide a cidade, desceria suavemente até ao nivel da margem norte do canal que em grande parte já alli existe feito, e que tem principio na rua da Fabrica. Ao canal dar-se-ia uma largura de 13 a 15 metros e prolongar-se-lia até ás proximidades do aterro: o ramal desceria com a largura necessaria para uma via unica: alargar-se-ia mais na parte horisontal, de forma a permittir de futuro o assentamento de 3 vias, pelo menos, e respectivos desvios e acompanharia o canal até ao seu começo.

Deve dizer-se em abono da verdade que um projecto,

tendente ao mesmo fim, foi já oficialmente elaborado e aprovado. Succedeu porém que nos seus estudos o distincto engenheiro incumbido d'este trabalho, tendo de cingir-se a condições limitadas pelo contracto da Companhia Real, não pôde resolver alli o problema d'uma maneira completa; pois effectivamente, para que na pratica se colha d'esta obra toda a vantagem que d'ella se pretende, é indispensavel que não só se faça directamente o trasbordo de generos de wagons para barcos e reciprocamente, mas que os wagons possam subir até á estação em rampa suave, tirados sem esforço por uma locomotiva ordinaria. Por outro lado é de todo o ponto util que a parte acostavel do ramal se não limite a uma curta extensão, mas que se prolongue até ao centro da cidade».

A fim de estudar aquelle documento nomeou a camara uma grande commissão em 11 de junho que, reunindo-se em 19, nomeou uma sub-commissão para dar parecer sobre elle. D'este parecer, elaborado pelo distinctissimo engenheiro o sr. José Maria de Mello de Mattos, com a competência e illustração que costumam revestir todos os seus trabalhos, transcreverei a parte que diz respeito ao ramal e que, é esta :

«Posto isto o importante melhoramento que esta cidade deveu ao grande tribuno e insigne patriota José Estevam Coelho de Magalhães, de por ella fazer passar a via ferrea do norte, precisa de ser completado, por isso que, conforme diz a representação, «foi um grande progresso mas não é tudo» e a isto acrescentamos que, se a morte não arrebatou tão cedo ao paiz aquelle eminente vulto do constitucionalismo portuguez, decerto que já de ha muito que a ria teria uma ligação com a estação do caminho de ferro. Completar este pensamento que certamente germinava ha muito n'aquelle poderoso cerebro votado ao engrandecimento do nosso paiz e principalmente da terra que lhe foi berço é o que se propõe a representação que agora se examina.

Com effeito a representação tem em vista indicar que uma estrada partindo em declive suave do lado do sul do caes coberto da estação pela encosta norte do valle do Côjo até conseguir, n'um largo percurso, prolongar-se com o esteiro da Fonte Nova, não é um problema de costa acima, como de facto não é; e, se a vossa sub-commissão não resolve o assumpto desde já, é mais por elle ser uma questão exclusivamente technica para que se necessitariam unicamente trabalhos de engenharia, que de resto não são difficeis de executar. Para a vossa sub-commissão é conseguintemente ponto assente que semelhante trabalho não tem difficuldades technicas e por isso passa a examinar as vantagens que traria a esta cidade semelhante obra.

A estrada que se construisse, entregue á Companhia Real dos Caminhos de Ferro, para que ali assentasse um ramal de via ferrea, edificando no sitio do Ilhote uma estação central, teria por effeito immediato evitar duas baldeações que agora soffrem inutilmente os productos da ria. Com effeito o peixe, por exemplo, no caso mais favoravel é removido uma primeira vez dos barcos para carros que se encontram na praça da pescaria: e d'ahi é transportado para o caminho de ferro, onde soffre nova baldeação, para o caes da estação. Demais a distancia a que se acha a via ferrea e a necessidade de ter que encontrar carga completa para que mereça a pena o transporte em carros, atravez da cidade, inibem os pescadores de serem tambem os exportadores dos productos que colhem na ria, de maneira que têm que vender os fructos do seu trabalho aos mercanteis e a outros intermediarios cujo trabalho encarece o preço do producto em detrimento do consumidor e sem utilidade para aquelle que poderemos chamar o productor.

Ora o que se diz para o pescador, applica-se a todos os demais exploradores da ria que, se podessem vir junto do caminho de ferro com os seus barcos carregados, dispensariam grande numero de intermediarios, que mais proficua-mente applicariam a sua actividade e capitais a outros ramos de commercio e de industria, cuja materia prima lhes forne-

ceria ainda a ria d'Aveiro e nos quaes encontrariam amplamente remuneração condigna do seu dinheiro e do seu trabalho. Em apoio d'esta opinião deve ter-se em vista o calculo que a representação faz com o transporte do sal e que a esta sub-commissão parece um pouco modesto, pois que, além do sal exportado pela via ferrea por Aveiro, muito ha que escolhe este caminho, utilizando-se da estação de Estarreja e algum até segue por Ovar, apesar dos quatro kilometros de estrada ordinaria que tem que percorrer. Se porém se realizasse o intento dos signatarios da representação de fazer descer um ramal da via ferrea até ao nivel dos terrenos do Ilhote, claro é que as facilidades de carga e descarga offerecidas por esta cidade, e que nem Ovar nem Estarreja poderiam disputar-lhe a primeira pela grande distancia e desnivel desde o caes da Ribeira até á estação e a segunda pelas difficuldades que offerece á navegação o seu esteiro, que vae terminar junto á linha do caminho de ferro, claro é, repetimos, que o trafego de exportação de sal augmentaria consideravelmente evidenciando a prudencia do calculo inserto na representação. (1)

*

Voltando ainda ao assumpto do ramal da Estação ao Côjo, direi que pelas 10 horas da manhã do dia 22 de novembro de 1865 se manifestou um violento incendio n'aquelle edificio, que se o não reduziu inteiramente a cinzas é porque a dedicação do nosso bom povo a isso obstou, combatendo-o com arrojo que, lhe é inato. Esta dedicação do povo de Aveiro agradeceu-a o engenheiro da empresa Le Crenier na seguinte carta que no dia seguinte ao do sinistro, dirigiu á redacção do *Campeão das Províncias*:

Sr. redactor.—Digno-se dar lugar á presente carta nas

(1) *Documentos relativos ao estabelecimento d'uma estação central de caminho de ferro e mercado municipal em Aveiro.*—Aveiro 1891, pag. 33-36.

columnas do seu estimavel jornal, a fim de agradecer a todas as pessoas d'Aveiro que prestaram o seu valioso concurso para extinguir o incendio que se declarou no dia 19 do corrente em o edificio da estação d'esta cidade; sendo ao zelo e dedicação empregados por ellas que a companhia deve não ter maiores perdas a lamentar.

Ouso esperar, que o procedimento que tiveram os habitantes d'Aveiro n'esta conjunctura será tomado por a companhia, que tinha já em projecto facilitar o desenvolvimento dos interesses d'este municipio, ao que estou certo que ella dará execução.

Receba, sr. redactor, a expressão dos meus sentimentos, etc.

Aveiro, 20 de novembro de 1865.

O engenheiro em chefe da via,

L. Crenier.

A redacção do jornal precedeu aquelle documento com estas considerações :

«O sr. Le Crenier, diz nos que o comportamento do povo da cidade fará com que a companhia realise o projecto que já tinha, de promover o desenvolvimento dos interesses d'este municipio. Ao acto expontaneo de uma população quasi inteira, que correu pressurosa a salvar das chammas um edificio e varios objectos dos empregados que alli residiam, responde aquelle cavalheiro, assegurando as boas disposições da companhia para favorecer esta localidade, dando-nos a certeza de que dentro de pouco se realizará uma obra, que alliará a ria d'Aveiro com o caminho de ferro, o que será de incalculavel vantagem para o commercio de sal, principalmente na estação invernosa, quando o mar grosso fecha a barra do nosso porto á navegação.

Não foi com a mira n'esse melhoramento que os avei-
renses se distinguiram na manhã do dia 19, porque os seus esforços foram expontaneos, e fizeram á companhia o que fariam ao mais obscuro contrerraneo. A dedicação é uma das

feições características d'este povo brioso, que sabe ser forte porque tem a consciencia das suas acções. Mas se o melhoramento lembrado não pode ser tomado como recompensa, expressará todavia a gratidão da empresa, que pretende dar um publico testemunho de quanto está penhorada do comportamento que houve com ella. E' para louvar a idéa, e em nome d'Aveiro agradecemos-l-a com inteira cordealidade.»

*

A Estação de Aveiro, desde a inauguração do caminho de ferro até hoje, tem tido por chefes os srs.: —1.º José Telles Caldeira Castello Branco; 2.º José Luiz Ferreira Vidal; 3.º Barahona; 4.º Antonio Pereira Campeão; 5.º José Ferráz Leirião; 6.º Francisco Chamusco; 7.º Dias da Costa; 8.º Francisco de Mello e Brito; 9.º Diogo Maria Serrão.

*

Em outubro de 1864 estando no poder um ministerio historico presidido pelo duque de Loulé, verificou-se uma eleição geral de deputados. Pelo circulo 144 (Lisboa) propôz-se Fontes Pereira de Mello, e em opposição apresentou-se pelo mesmo circulo Silverio Henriques Bessa, a quem o governo patrocina abertamente. Por parte dos governamentais praticaram-se as maiores violencias, mas apesar d'isso Fontes sahiu eleito por uma maioria enorme. Para esta victoria concorreu immenso o actual conde de sr. Casal Ribeiro. O caso produziu sensação no paiz, e aproveitando-se d'isso e para á sombra da victoria retemperar as forças do seu partido, fizeram Fontes e Casal Ribeiro uma viagem ás provincias do norte que foi um verdadeiro triumpho, tal foi a recepção que tiveram nas terras mais importantes do paiz. A Aveiro chegaram ss. ex.^{as} no dia 17 de dezembro de manhã, do seu re-

gresso do Porto, sendo esperados na estação pelo sr. Manuel Firmino d'Almeida Maia, acompanhado por muitos dos seus amigos politicos, que fizeram aos dois illustres estadistas uma brilhante recepção. De como esta se realisou diz o *Campeão das Provincias* no artigo que segue:

«Aveiro acaba de patentear de um modo inequivoco o seu profundo respeito e a sua viva sympathia aos dois eminentes estadistas, que por algumas horas estiveram entre nós. Não houve ainda manifestação mais expontanea e significativa, nem que mais pudesse lisongear dois homens que ha muitos annos não são poder, e que sómente ás suas individualidades e principalmente aos principios que ellas representam devem as expressões de homenagem, que lhes foram endereçadas pela população d'esta terra sempre dedicada e reconhecida.

Só no dia 16 ás 3 horas da tarde se soube aqui com certeza a visita dos srs. Fontes Pereira de Mello e Cazal Ribeiro, que s. s. ex.^{as} tencionavam vir no comboio da manhã do dia 17, com o fim de se demorarem algumas horas e seguirem depois para a Vist'Alegre. Na manhã de sabbado muitos cavalleiros sabedores da resolução dos dois chefes da opposição liberal e um grande concurso de povo esperavam na estação os illustres personagens, que tão inesperadamente vinham a Aveiro, surpresa agradável para todos, o que prova a importancia d'esta terra, e que não foi esquecida pelos homens que lhe insuflaram vida por meio de melhoramentos que se empregaram e realisaram durante a sua administração.

Foi por tanto merecido o acolhimento benevolo, que tiveram em Aveiro os srs. Fontes e Cazal Ribeiro, já por s. s. ex.^{as} seguirem os principios liberaes, que teem a tolerancia por condicção essencial, e a civilisação mcral e material como obrigatoria, já porque os illustres ex-ministros foram sempre indulgentes com esta parte do paiz, dispensando-lhe innumeros beneficios.

Ha quem julgue o povo ingrato e esquecido. E' injustissima a apreciação. A prova do contrario deu-a elle nos dias

17 e 18, solemnizando a presença em Aveiro de dois distintos homens d'estado, e fazendo-lhes ver até onde chega o seu reconhecimento e o seu amor. Todavia cumpre observar, que se os dois nobres ex-ministros não se tivessem tornado notáveis na defeza dos principios liberaes, se tivessem atraído a sua missão constitucional, deportando para Angola sem sentença, fazendo ob sub repticias como as d'Arouca, protegendo o contrabando como em Mertola, fazendo raptos como os do Ortigão, ou embrulhando as contas como na questão Youle; esses homens podiam vir ás provincias, podiam percorrer as seguidos de numeroso cortejo de affeigoados, mas não encontrariam no seu caminho o povo espontaneamente a felicitá-los, seriam correspondidos pelos cúmplices das suas torpezas, mas ver-se-iam desamparados das grandes massas da opinião que nos estados que se regem pelo systema representativo, elevam ou abatem os homens, os ministros e as situações. Não ha melhoramento por mais grandioso que seja que possa abafar a consciencia publica, e que obste a que ella exprima o seu desagrado. Senão é ainda perfeita a nossa educação constitucional, esta enunciação revela, que o povo sabe elevar-se á altura dos seus direitos e não pactua com os homens que chegaram a alcançar a triste celebridade do escandalo.

Mais de quatrocentas pessoas se achavam no sabbado na estação d'esta cidade. Não obstante não ser dia sanctificado lá vimos muitos artistas, muitos operarios laboriosos, que abandonaram por algum tempo os instrumentos do trabalho para cumprimentarem duas illustrações do nosso paiz; quizeram ter um lugar no cortejo e tiveram-o, porque no testemunho que Aveiro deu dos seus affectos, as classes laboriosas cooperaram efficazmente para tão solemne manifestação.

Uma das phylarmonicas da cidade achava-se postada no caes, e apenas se avistou o comboio que vinha do norte, subiram aos ares muitas girandolas de foguetes. Apenas os srs. Fontes e Casal desembarcaram foram recebidos pelos srs. Casimiro Barreto Ferraz Sacchetti, digno par do reino; João de Moura Coutinho d'Eça, Augusto Ferreira Pinto Basto, dr. José Dias Ferreira, antigo deputado; Manuel Firmino d'Al-

meida Maia, deputado da nação; Bazilio Matheus de Lima, Serafim Antonio de Castro, conego José Joaquim de Carvalho e Goes, dr. Calisto, João Maria Regalla, Luiz A. da Fonseca Regalla, Elias Fernandes Pereira, José Antunes d'Azevedo, João Henriques da Maia, dr. Luiz dos Santos Regalla, dr. Antonio Thomaz de Mendonça, Manuel Thomaz de Mendonça, João Ribeiro da Rosa Magalhães, José Ribeiro de Sousa de Figueiredo, reverendo José de Mello Pinto Leitão, reverendo João Breda, José Antonio Pereira da Cruz, Francisco Emilio da Luz e Costa, João da Costa Azevedo, Abreu, Ventura da Silva, Mostardinha, J. A. de Moraes, Rosa, F. A. de Rezende Junior, Gabriel Lopes de Moraes Mariz Balacó, Rufino Cezar de Sousa Monteiro, reverendo Onofre Ferreira dos Santos, Joaquim de Carvalho Saldanha, reverendo Silva Coelho, reverendo Antonio da Silva, Antonio Tavares de Almeida, J. dos Santos Neves, Souza Maia, Gonçalves Netto, Luiz de Mello Pinto Leitão, Araujo Soares, e outros muitos cujos nomes não podemos reter na memoria.

Ss. ex.^{as} seguiram logo para a Vera-Cruz hospedando-se em casa do sr. Manuel Firmino, onde foram cumprimentados por muitos cavalheiros, e por uma deputação d'artistas e outra dos estudantes do seminario, bem como por uma commissão da classe agricola, dignamente representada por honrados lavradores d'este concelho e do de Ilhavo. Foram ss. ex.^{as} egualmente oumpriimentados por muitos funcionarios publicos. Serviu-se depois o almoço para que foram convidados os srs. Casimiro Barreto Ferraz, digno par do reino; Augusto Ferreira Pinto, José Dias Ferreira, antigo deputado; João de Moura Coutinho d'Eça, Gabriel Lopes de Moraes Balacó, Rufino Cezar de Sousa Monteiro, conego Carvalho e Goes, dr. Tavares de Pinho, João Ribeiro da Rosa Magalhães, dr. Antonio Maria Themudo, antigo deputado da nação, dr. João Carlos d'Assiz Pereira de Mello, deputado eleito por Estarreja; Silva Valente, dr. Janciro, dr. Calisto, Manuel Firmino e Vilhena.

O sr. conego Carvalho e Goes foi o primeiro a brindar os srs. Fontes e Casal, commemorando a tolerancia politica

das administrações de que ss. ex.^{as} tinham feito parte, bem como enumerando os melhorameptos realizados em Aveiro durante o mesmo periodo. O sr. Fontes Pereira de Mello agradecendo as phrazes cortezes que lhe tinham sido dirigidas e aos seus amigos politicos, felicitou-se por haver contribuido quanto em suas forças cabia para o bem estar d'esta terra. precisou bem os seus principios de governo, que no regimen liberal a tolerancia politica era dever para todas as situações, que tinha a consciencia de haver trabalhado para o bem do paiz, e que protestava continuar, fosse qual fosse a posição em que se achasse. Ao sr. Fontes seguiu-se o sr. Casal, que não foi menos eloquente, nem menos persuasivo. S. ex.^a expoz que, inteiramente identificado com os principios do partido liberal, faria quanto em si coubesse para desempenhar se dos deveres que a patria e o seu partido lhe impunham. Depois levantou-se o sr. dr. José Dias Ferreira que em breves e expressivas palavras compendiou os serviços prestados ao paiz pelas administrações de que tinham feito parte aquelles dois notaveis estadistas. Responderam-lhe estes significando ao moço cathedratico o alto apreço que faziam do seu merecimento, e explicando alguns actos da sua administração, que tendo sido combatidos pelos seus adversarios politicos, foram depois aproveitados quando estes subiram ao poder. Esta remomeração de factos impressionou todos os que os ouviram, abrindo a historia contemporanea, que as paixões partidarias não podem alterar ou substituir.

O sr. Casal Ribeiro, brindou a imprensa independente do paiz representada alli no sr. Vilhena, mostrando assim que não se esqueceu de que foi jornalista, e que tem em grande conta os escriptores que apenas seguem os impulsos da propria consciencia. Respondeu-lhe o sr. Vilhena agradecendo-lhe a cordealidade do cumprimento.

Acabado o almoço regressaram todos á sala, onde os srs. Fontes e Casal fallaram lhanamente com todas as pessoas que lhes tinham sido ou foram ainda apresentadas. Quando o sr. João Ribeiro da Rosa Magalhães cumprimentou a s. ex.^a dizendo-lhe o seu nome, o sr. Fontes estendeu-lhe a mão, e

saudou-o, chamando-lhe—seu velho granadeiro. Finalmente a casa do sr. Manuel Firmino estava constantemente cheia de pessoas, que se renovavam á proporção que haviam feito os seus cumprimentos aos dois illustres chefes da opposição liberal.

Durante o almoço tocou no largo a phylarmonica do sr. Pinheiro Nobre, estourando constantemente nos ares muitas girandolas de foguetes.

Eram 2 1/2 da tarde quando ss. ex.^{as} e todos os cavalheiros presentes se dirigiram ao caes, onde se achavam preparados dois barcos, a fim de os transportarem á Vist'Alegre, onde eram esperados pelo sr. Domingos Ferreira Pinto Basto e por sua ex.^{ma} familia. A musica estava no caes da praça do Commercio, tocando até que o barco singrou no esteiro de Ilhavo. Na Vist'Alegre tiveram os distinctos personagens recepção condigna; ss. ex.^{as} visitaram a fabrica de porcelana, admiraram muitos dos seus productos, e retiraram-se satisfeitos do adiantamento que tem attingido entre nós a industria ceramica.

No seu regresso no domingo de manhã, Aveiro apresentava um quadro surprehendente, desde a ponte da Dobra-doura até á praça do Commercio. Desde o campo dos Santos Martyres e Rocío até á ponte dos Arcos, era prodigioso o concurso de povo. O dia que raiara formosissimo, conservava-se sereno; pelas 8 horas não soprava a mais ligeira viração. Nas duas cortinas do caes estavam postadas muitas dezenas de girandolas, que deviam estourar apenas o barco saísse do esteiro de Ilhavo. A musica dos artistas da Vist'Alegre que vinha em outro barco, desembarcou no caes dos Santos Martyres, e rompeu logo com o hymno d'el-rei: respondeu-lhe a phylarmonica do sr. Nobre, collocada junto da capellinha de S. João, seguindo ambas pelas duas margens, em quanto o barco em que vinham ss. ex.^{as} se approximava do caes. A multidão agrupou-se e quasi era impossivel o desembarque. Os srs. Fontes e Cazal seguiram de novo para a Vera-Cruz, acompanhados dos cavalheiros que na vespera os tinham ido esperar á estação, e de muito povo, sendo-lhes alli servido um almoço, a que assistiram os srs. Augusto Ferreira Pinto Bas-

to, Domingos Ferreira Pinto Basto, José Dias Ferreira, Antonio Barreto Ferraz Sacchetti, João Maria Regalla, Mariz Balacó, Souza Monteiro, Rezende Junior, José Antunes de Azevedo, Luiz Regalla, Elias Pereira, Garcia, José Maria Carvalho Branco, Manuel Firmino e Vilhena.

O sr. Manuel Firmino propoz um brinde aos eleitores dos circulos 114, Idanha e Carrazeda, por onde foram eleitos os srs. Fontes e Casal Ribeiro; os quaes se haviam portado dignamente elegendo para es representar em côrtes homens sinceramente devotados á causa publica. Agradeceram aquelles cavalheiros, concluindo por brindarem todos os eleitores independentes, que souberam comprehender os seus deveres constitucionaes, exercendo o direito do suffragio com plenissima liberdade.

O sr. Vilhena como representante da imprensa periodica levantou um brinde aos srs. Fontes e Casal, fazendo ressoar a voz da imprensa independente ao pagar o devido tributo aos homens que foram tolerantes com todas as opiniões politicas, e se tornaram notaveis nos fastos do parlamento e da administração.

O sr. R. Junior brindou egualmente os illustres estadistas, louvando o que tinham feito como ministros em beneficio publico. O sr. M. Firmino fez um brinde ao sr. José Dias, saudando-o como um dos moços mais esperançosos da geração nova.

O sr. M. Firmino propoz ainda um brinde aos illustres progressistas os srs. Aguiar e Sampaio.

Como a partida estava imprerogavelmente determinada e fossem horas de chegar o comboyo, ss. ex.^{as}, os seus amigos reunidos em casa do sr. Manuel Firmino e o muito povo que estacionava no largo, dirigiram-se para a estação, em numero superior a quatrocentas pessoas. Ahi se despediram os srs. Fontes e Casal sendo acompanhados até Coimbra por uma numerosa deputação d'esta cidade.

Eis em singellas palavras o que se passou em Aveiro nos dias 17 e 18, podendo dizer-se affoutamente, que a visita dos dois illustres chefes da opposição liberal foi para esta

terra um verdadeiro acontecimento. Todas as classes assim o consideraram, e concorreram com a sua presença a tornar mais significativa e brilhante a demonstração que ali houve. O commercio, a industria, a sciencia e as artes tiveram representantes seus e dos mais idoneos e estimados na recepção de tão illustres hospedes. O clero, a nobreza e o povo confundiam-se e associavam-se para imprimir character n'esta manifestação em prol de cavalheiros tão distinctos como sympathicos.

Se Aveiro não teve para apresentar o luxo de apparatusas equipagens e o fulgor das riquezas que tornam deslumbrantes os salões da aristocracia portuense, offereceu no meio da sua mediania obolo sincero, que estamos certos não ha de ser menos estimado que as festas esplendidas com que foram recebidos no invicto baluarte na liberdade os distinctos personagens que estiveram ha pouco entre nós. Aveiro, que primou sempre pela sua dedicação e patriotismo, não podia permanecer silencioso n'esta conjunctura em que a sua mudez podia significar indolencia ou esmorecimento. Foi até onde peude, e agora como sempre correspondeu ao que d'elle havia a esperar.» (1)

Parece-me que foi esta a unica vez que Fontes veio a Aveiro; o que é certo é que, a lembrança d'esta visita jámais se apagou no seu grande coração e, que o nome do seu illustre hospedeiro nunca deixou de ser contado no numero dos seus amigos não obstante depois terem seguido trilhos varios.

Na madrugada de 7 de setembro de 1868, passaram na estação do caminho de ferro em direcção a Ovar, para d'alli seguirem para a praia da Torreira em digressão de recreio, os srs. duque de Loulé, José da Costa Sousa Pinto Basto, conde de Val dos Reis,

(1) N.º 1:298 de 21 de dezembro de 1864.

Mathias de Carvalho, D. Luiz da Cunha, Figueira Freire e Francisco Ribeiro da Cunha.

A' chegada do comboio em que vinham, foram lançadas algumas girandolas de foguetes e, a phylarmonica *Aveirense* postada na *gare* tocou o hymno nacional. Um crescido numero de cavalheiros, tendo á sua frente os srs. Augusto Corrêa Godinho, secretario geral do governo civil, servindo de governador civil do districto; José Ferreira da Cunha e Sousa, governador civil de Vizeu; Manuel Firmino d'Almeida Maia, presidente da camara municipal de Aveiro, e Almeida Vilhena, redactor principal do *Campeão das Provincias*, receberam-nos com repetidos vivas. Estes ultimos seguiram depois no mesmo comboio.

De como se realisou esta digressão, ainda hoje lembrada com saudade em Aveiro, por esta forma o *Campeão das Provincias* disse-o:

«Em Estarreja achavam-se os srs. Thomados, Callisto e outros cavalheiros da localidade, cujos nomes nos não lembram. Ahi estouraram alguns foguetes durante a demora do comboio.

Quando o comboio chegou a Ovar, a estação estava repleta de cavalheiros não só do concelho, como do da Feira e Oliveira d'Azemeis. As girandolas estrondeavam nos ares, em quanto a musica da villa tocava os hymnos nacionaes. Seguiu depois o prestito para a povoação, engrossado pelo povo que não tivera lugar na plata-fôrma.

O sr. duque e os seus amigos foram hospedar-se em casa do sr. Francisco Ferreira da Silva Fragateiro, que se esmerou na recepção, que foi como era de esperar de tão bisarro cavalheiro. Como fosse tambem esperado o sr. José Ribeiro da Cunha, e sua ex.^{ma} familia, que vinham de Lessa da Palmeira onde estão a banhos, ss. ex.^{as} voltaram á estação a fim de acompanharem depois aquelle cavalheiro, sua es-

posa e filhos, que desembarcaram do comboio das 8 horas, vindo com elles o sr. Torres e Almeida. Seguiram depois todos para a villa, sempre rodeado por muitas das pessoas mais notaveis do concelho e das circumscripções limitrophes.

A's dez horas foi servido em casa do sr. Fragateiro um almoço opiparo, findo o qual tomaram todos o caminho da Ribeira, sendo demorado o trajecto, não só pela distancia, mas tambem porque era immensa a concorrencia. Desde a villa até ao embarcadouro estourou grande quantidade de foguetes, tocando sempre a phylarmonica na frente do prestito.

No caes havia uma gondola tendo por docel a bandeira portugueza. Entraram n'elle o sr. duque e os seus amigos, bem como os convidados do sr. Fragateiro, e como não tivessem todos lugar alli, embarcaram em outros barcos, que egualmente se achavam preparados e com destino á praia da Torreira.

Passava das 12 horas quando todos os transportes largaram da Ribeira. Dois barcos rebocavam o em que ia o sr. duque de Loulé e os seus amigos. Ao lado ia outro barco com a phylarmonica d'Ovar, que tocou constantemente varias peças de muzica. Todas as embarcações estavam embandeiradas. Era de um bello effeito a singratura d'aquella esquadilha ao som da muzica e ao estourar dos foguetes. E se grande foi o numero dos que seguiram para a Torreira, compacta multidão ficou em terra, sentindo não poder tambem acompanhar os illustres romeiros por cujo motivo alli se achava reunida.

Via-se a ria sulcada de barcos. O sol reflectia-se nas suas aguas, as brisas sussurravam timidas, como que entoando um hymno d'alegria, e os horisontes desanuviados prometiam uma viagem auspiciosa entre as dunas e as margens de verdura comprehendidas entre Ovar e o Bunheiro.

Nos limites do concelho de Estarreja aguardavam as auctoridades a chegada dos illustres hospedes. Pairava ali uma esquadilha compos'a de nove barcos, indo n'um a camara municipal e administrador do concelho em companhia de muitos cavalheiros d'aquella importante circumscripção.

administrativa. Esperavam tambem ahi, mas em differente transporte a camara municipal e cavalheiros d'Albergaria, e muitos cavalheiros de Sever do Vouga, a cuja frente se viam o administrador do concelho e o sub-delegado do julgados Achavam-se ali postadas em frente uma da outra, as phylarmonicas d'Albergaria e Estarreja, que romperam tocando os hymnos nacionaes apenas se approximou a esquadilha que saira d'Ovar, subindo aos ares grossas girandolas de foguetes. Todas as embarcações se achavam embandeiradas em arco.

O acertado das manobras dos barcos que rebocavam a gondola fez com que esta navegasse sempre comboiada pelos d'Ovar, Estarreja, Albergaria, e Sever do Vouga. Primeiro todos os transportes embandeirados passaram em continencia ao lado da gondola, e depois seguiram para o sul, rodeando sempre aquella, o que se tornava vistoso pelo variegado das côres das bandeiras que fluctuavam de todas as direcções. Os arraes dos barcos de pesca da Torreira quizeram acompanhar a camara municipal nas suas demonstrações de sympathia e jubilo, e em pequenos barcos tambem embandeirados, entoavam vivas ao sr. duque de Loulé e ao sr. José da Costa, queimando foguetes, e atreando os ares com as suas aclamações unisonas. Era digna de ver-se a alegria que respiravam aquelles rostos crestados pelo sol de agosto, aquellas expansões de enthusiasmo de almas singelas, que exprimem em palavras os seus intimos affectos, ignorantes e despidas de tudo quanto no mundo se chama conveniencia, para deixarem falar só o coração.

A flotilha convertera se em grossa esquadra. Mais de quarenta barcos seguiam a mesma esteira. O vento refrescou, e o termo da viagem approximava-se. Divisava-se já a praia, as casinhas de madeira, o agitar-se da multidão, que caminhava pela areia, desde o desembarcadouro até á capellinha de S. Paio, edificada no meio das dunas, e que os festeiros tinham preparado, porque no dia seguinte devia verificar se a festa do orago, o milagroso santo, que dá sãde aos achacados que bebem o vinho em que o mergulham, com grande gaudio dos emordomos, que attribuem certas virtudes thera-

peuticas ao liquido rôxo em que foi banhado muito contra sua vontade o patusco Pelagio, que Roma canonisou, sem todavia prever que na Torreira o cobririam de vinho, que os devotos beberiam soffregos para se verem livres das maleitas! E o caso é, quo o santinho de pedra tomou banho em tres pipas do liquido apeteccido, tal foi a quantidade em que o immergiram, o que o tornou da côr do sarro das mesmas pipas, excluindo nós da pia comparação o que tiver cheiro de heresia.

O desembarque foi magestoso. O povo que se achava na costa affluu todo á ria. Era uma mole immensa, que remoinhava na praia, produzindo optimo effeito as côres variadas do vestuario.

A ponte que communica as dumas com as aguas da ria achava-se vistosamente embandeirada, sendo os postes ligados entre si por bambolins e festões de buxo e alecrim. Os postes e os bambolins seguiam até aos palheiros que o sr. Fragateiro mandara arranjar para os seus hospedes. Ficam estes á beira d'agua, muito bem situados, e com as necessarias commodidades. Nada alli faltava. A providencia d'aquelle cavalheiro havia abastecido de tudo aquellas casas de madeira, e não podendo elle acompanhar os seus amigos até á Torreira, porque os seus negocios reclamavam a sua presença no Douro, onde é abastado proprietario, encarregou a recepção e o acompanhamento a seu filho, digno juiz de direito de Baião, e a seu sobrinho, digno administrador do concelho d'Ovar, esmerando-se ambos no tratamento, porque á delicadeza do porte corresponde em ambos a elevação de sentimentos.

Os illustres romeiros desembarcaram no meio das ovações da multidão. Os hymnos das tres phylarmonicas e o estrondear dos foguetes quasi não deixavam ouvir as acclamações do povo. Custava a caminhar n'aquelle curto trajecto. Todos se apertavam para verem bem os personagens que tinham lugar distincto nos fastos da historia constitucional do nosso paiz. Todos queriam ver o venerando duque de Loulé, antigo chefe do partido historico, e o primeiro entre os liberaes sinceros d'esta terra; o sr. José da Costa, cidadão benemerito, bemfeitor desvelado de todos os que se soccorrem

ao seu valimento; o sr. Mathias de Carvalho, ministro de um mez, mas que foi o primeiro que declarou no parlamento, que o orçamento do estado era uma mentira, por que não expressava a verdade dos factos; finalmente todos os amigos particulares e politicos alli reunidos e confundidos nos mesmos affectos e aspirações.

Eram cinco horas da tarde quando foi servido um abundante jantar de trinta e quatro talheres. Viam-se alli além dos amigos que acompanharam o sr. duque de Lisboa e Aveiro, os srs. deputados João Carlos d'Assis e Gomes Brandão, o sr. Bernardo da Costa e sua ex.^{ma} familia, o digno juiz de direito de Mangualde, o revd.^{mo} vigario geral d'esta diocese, o sr. Teixeira de Pinho, o sr. Kopke de Carvalho e sua ex.^{ma} esposa, A. L. Sousa e o sr. Ernesto Pinto Basto. Durante o jantar tocaram alternadamente em frente da casa as phylarmonicas d'Ovar, Estarreja e Albergaria.

Ao toast o sr. duque de Loulé brindou o presidente do municipio d'Estarreja como representante dos povos d'aquella circumscripção administrativa, promettendo o seu apoio sempre que elle fosse necessario ao bem estar dos seus municipes. O sr. vigario geral fez um brinde ao sr. duque de Loulé, fazendo sentir que a protecção de s. ex.^a se tornaria extensiva a todo o districto, onde o nome de s. ex.^a fôra sempre respeitado. Levantou-se depois o sr. Mathias de Carvalho para brindar o sr. duque de Loulé e os habitantes do districto, a quem significou o seu reconhecimento pelas brilhantes manifestações com que elle e os seus amigos tinham sido recebidos. Respondeu-lhe o sr. Vilhena, agradecendo ao sr. duque as suas promessas, bem como ao sr. Mathias de Carvalho, a quem brindou por ter sido o primeiro ministro que fallou verdade ao paiz nas questões de orçamento, o que, se lhe trouxe os iras de um certo grupo, lhe acariavam tambem as sympathias dos homens de bem de todos os partidos.

Eram nove horas da noite quando terminou o jantar. As musicas continuavam a tocar no largo, tendo sido illuminado o mastro grande que ficava em frente dos palheiros, o que dava luz a toda a povoação. Depois todos se dirigiram ao

arraial, afim de gosarem da amenidade da noite, e verem o fogo preso e a illuminação. Findo o divertimento os srs. duque de Loulé, conde de Val de Reis, Mathias de Carvalho e Figueira Freire dirigiram-se para os palheiros do mar, aonde lhes tinham sido preparados os aposentos, afim de repousarem inteiramente livres do estrondo dos descantes e danças dos romeiros joviaes, que todos os annos costumam concorrer á festa do S. Paio.

Foi esplendida a alvorada do dia seguinte. O céu estava limpido, as aguas da ria nem sequer se agitavam no seu leito d'arcias. Ouvia-se só o cachão da onda popular, que em folias tinha passado a noite, e que via nascer o sol ao som da classica guitarra e das vozes já esfalfadas e roucas das mais patuscas cantadeiras das redondezas. Aqui e alli magotes de romeiros cantando e dançando. Além, ao longo da praia, filas dobradas de barcos com toldes vomitando de seus flancos nuvens espessas de romeiros que alli haviam passado a noite fóra do bulicio do arraial. Sobre a esquerda os palheiros do rio com elevados mastareos içados de bandeiras de côres variegadas. E a correr com elles as phylarmonicas tocando sem cessar, como se tivessem duplo folego.

Às dez horas regressou do mar o sr. duque e os seus companheiros e foi servido o almoço, que em nada desdizia do jantar da vespera. Depois, em quanto as musicas tocavam, e como fazia calor, esperaram todos nas varandas, que se communicavam, que passasse a procissão, que ia concorrida não só de irmãos como de andores. Ai! que apparotosos que iam os andores! Todos elles iam floridos como um palmito. Em nenhum o armador prescindia dos enormes penachos que fizeram as delicias dos antigos milicianes, e dos balões de vidro, que faziam lembrar uma loja de quinquilherias armada no meio do areal ardente. Iam nos andores entre outras imagens, duas de S. Sebastião, com a differença porém de que uma tinha setas e outra só os signaes de que o santo havia soffrido aquelle supplicio. E vistosamente enfeitado ia o santo padroeiro, de chapéu á banda e gibão vermelho. Quanto á região capillar, ia mesmo um primor.

Depois da procissão ter passado, desejou o sr. duque de Loulé passear no rio, a bordo da gondola que o tinha conduzido d'Ovar. Todos os seus amigos o quizeram acompanhar, bem como as famílias dos srs. José da Costa e José Ribeiro da Cunha. O barco foi de novo rebocado, e apoz a singratura de uma hora, regressaram todos á praia satisfeitos de terem visto o desfilar da numerosa esquadra de barcos e bateiras, que se achavam alli ancoradas. A ria estava coalhada de embarcações. Mal se podia navegar. Foi necessaria toda a pericia do sr. Souza para evitar os abalroamentos, porque a multidão que concorrera ao arraial quizerá largar quasi ao mesmo tempo do ancoradouro, o que só a muito custo conseguiu.

Terminada a digressão na ria, seguiu-se um passeio ao mar e depois o jantar, que foi egualmente abundante e variado. Alem dos convidados da vespera, tomaram n'elle parte os administradores dos concelhos de Aveiro e Estarreja. No fim propoz o sr. Carvalho e Goes um brinde ao parlamento e á imprensa, ao legislador e á opinião, a estes dois poderes do estado no systema representativo. Pela parte do parlamento respondeu o sr. Mathias de Carvalho. S. ex.^a fez sentir a necessidade de se dizer ao povo, que eram indispensaveis novos sacrificios, porque a administração sem recursos não correspondia ás necessidades publicas, nem podia satisfazer os encargos mais essenciaes da civilisação. Referiu se aos excessos da imprensa e do parlamento, lamentando que ainda se dessem n'um paiz de costumes suaves como o nosso. Condemnou as dictaduras, auctorisando-se s. ex.^a com as opiniões do sr. duque de Loulé, não as admittindo mesmo como excepção. Por parte da imprensa periodica respondeu o sr. Vilhena, que disse que lamentava egualmente as demasias de linguagem, mas que preferia a licença á repressão. E com referencia aos novos sacrificios do povo, declarou que era indispensavel recorrer ao imposto, mas que preferiu o imposto do consumo, por ser o mais facil de satisfazer, attendendo aos defeitos das matrizes prediaes. Fallou tambem sobre a reforma administrativa, achando melhor a lei de administração civil que o código. C. sr. José da Costa, brindou o sr. duque de Loulé, ao

que todos corresponderam, acabando o jantar ás 10 horas da noite, e tocando durante elle a phylarmonica d'Ovar.

O dia seguinte era o destinado para a partida. O dia amanhecera sombrio, soprava branda viração, mas respirava-se livremente. A camara municipal e a phylarmonica d'Albergaria dirigiram-se logo de manhã ao palheiros do mar, a fim de cumprimentarem o sr. duque de Loulé, e seguirem depois com elle até ao embarque. Eram 9 horas quando se ouviram os primeiros foguetes e bem assim o hymno constitucional. Depois appareceu numeroso concurso de povo, e no meio d'elle os carros que conduziam a s. ex.^a e aos seus amigos, a camara e a musica d'Albergaria. Seguiu-se o almoço, e terminado elle todos embarcaram.

O sr. duque, as senhoras, e todos os que couberam, tomaram logar a bordo da gondola, que tinha chegado d'Aveiro n'essa madrugada. Era toda tapetada, tendo aos lados cortinados de lã adamascada. No toldo, do lado da prôa, viau-se as armas da cidade, e á ré fluctuava uma bandeira com as armas portuguezas. No cimo do toldo estavam hasteadas as bandeiras de Portugal e Italia. Dava reboque á gondola uma enviada embandeirada em arco e tripulada por quatorze remeiros que vestiam o uniforme do mar, ceroula branca até ao joelho, facha e barretes escarlates. E dava reboque á enviada o barco da barra, com o pavilhão nacional arvorado naré.

Em volta da gondola alinhou-se immediatamente a esquadilha que na ante vespera tinha seguido até á Torreira. Eram treze barcos, todos embandeirados em arco, indo em um a camara municipal d'Estarreja, em outro a d'Albergaria e em outros as philarmonicas d'Albergaria, Estarreja e Ovar. Nos demais iam os arraes das companhas da Torreira, que davam vivas e queimavam foguetes, e isto sem interrupção.

A população da costa estava toda apinhada á beira da ria. Eram talvez quatro mil pessoas. Quando a gondola deu a volta e tornou a passar em frente da praia, a multidão irrompeu em acclamações, agitando no ar os barretes e os lenços. De bordo foram correspondidas estas demonstrações, e de terra redobram os vivas, apparecendo muitas senhoras

nas janellas dos palheiros e agitando de lá os seus lenços como adeus saudoso de despedida.

A esquadriha navegou em direcção á barra. A viragem refrescou, e em pouco mais de uma hora, tinha aquella vencido o espaço que separa a Torreira da Costa de S. Jacintho. Em frente da capella d'este santo achavam-se muitos pescadores das companhas d'Aveiro com foguetes e duas colobrinhas com que deram fogo quando a flotilha passava. Embarcaram depois nos barcos que estavam na praia e seguiram atraz para o forte.

Aqui esperava os illustres visitantes o sr. secretario geral servindo de governador civil, que d'Ovar tinha regressado a Aveiro no dia 7 e o sr. engenheiro Rezende Junior e mais alguns cavalheiros d'esta cidade. Os srs. duque de Loulé, José da Costa, Mathias de Carvalho, Figueira Freire, conde de Valle de Reis quizeram ver o paredão e seguiram até ao extremo onde continuam os trabalhos. Ss. ex.^{as} admiraram o magnifico panorama que se desfruta d'aquelle ponto e do alto da torre dos signaes, visitaram a capella, e andaram no comboio que serve para o transporte dos materiaes entre o forte e o paredão e de que o vento é a força motora. Em menos tempo não era possivel fazer mais, e como o *lunch* estivesse pronto, subiram ao terrasso, onde tinha sido armado um barracão com vistas para o mar, e onde todos entraram a fim de fazerem honra ao *lunch* que o sr. Manuel Firmino mandara preparar para offerecer aos illustres visitantes. A meza tinha sessenta talheres, não podendo ainda assim ter logar toda a comitiva, por isso que não havia espaço para mais. Assistiram a esta opipera refeição além dos cavalheiros que temos nomeado, os srs. deputado Rocha, juiz de direito Castro Mattoso, vereadores da camara d'Estarreja e Albergaria, Manuel Coentro, J. Antunes, Rosa Magalhães, Camara Motta, dr. Mello, Ribeiros Pintos, Breda, Abreu Freire e outros, que não mencionamos por mero esquecimento.

Fizeram-se varios brindes, sendo o primeiro o do sr. Godinho ao sr. duque de Loulé, mencionando os serviços prestados por s. ex.^a ao paiz e á liberdade. O sr. vigario geral

brindou também ao sr. duque em nome d'Aveiro e do districto. O sr. duque agradeceu, protestando a sua gratidão pelas atenções de que havia sido alvo desde a sua chegada a esta circumscripção administrativa. O sr. Mathias de Carvalho brindou também ao districto e aos seus habitantes. O sr. Godinho propoz também um brinde ao sr. Manuel Firmino por ser um cidadão devotado sempre ao serviço da sua terra e do seu paiz. O sr. Rozende Junior brindou o sr. duque de Loulé em nome d'Aveiro, por isso que Aveiro, povoação liberal entre as mais liberaes da monarchia, tinha comprado com o seu sangue generoso os seus foros politicos morrendo muitos dos seus filhos no exilio, nas presigangas, nos campos de batalha e no cadafalso. Por ultimo orgueu-se e sr. Villhena afim de propor um brinde ás senhoras que haviam tomado parte n'aquella digressão, e que alli se achavam presentes. Durante o *lunch* tocaram alternadamente as phylarmonicas que vinham na flotilha.

O forte e todas as embarcações surtas no porto achavam-se embandeiradas.

Como o sr. duque e os seus amigos que de Lisboa o haviam acompanhado desejassem retirar-se, afim de partirem no comboyo das 6 horas e poderem prenoutar na Mealhada, dirigiram-se todos ao caes, embarcando pela mesma ordem. Aqui engrossou a comitiva com os cavalheiros d'Ageda e Aveiro que estavam na barra.

A singratura da barra até á cidade foi magestosa. As evoluções dos barcos embandeirados, as musicas soltando os seus alegres hymnos, o estourar dos foguetes, a ria com os seus encantos, as marinhas com os seus alvos productos em que o sol se reflectia já desassombrado, assimilhando um acampamento guarnecido por soldados invisiveis, todo este quadro encantava a vista e os ouvidos, enlevando e arrebatando os espiritos. Tudo isto via-se, ouvia se, gosava se, mas não se descreve, porque a penna é froixa para traduzir tantas impressões.

Quando a flotilha se approximava das pyramides, e já no meio da estrada marginal da Gafanha, se divisava o povo

que da cidade havia affluido e que alli estava desde as 2 horas da tarde. Do caes partiram alguns barcos cheios de povo e tambem embandeirados, d'onde subiam ao ar muitos foguetes. A' entrada do caes achavam-se em dois barcos, cada um do seu lado, as phylarmonicas *Aveirense* e *Nova Eminium*, que tocaram os hymnos da nação apenas se approximou a gondola. De um e outro lado do canal, ao longo da cortina havia bandeiras de todas as côres, içadas no topo dos postes. As girandolas estouravam com estrepito, abafando o som das cinco musicas. O povo continuava a correr pressuroso, a fim de saudar os hospedes illustres, a quem Aveiro prestou um testemunho de respeito e consideração.

A multidão desdobrava-se pelas duas margens. Era uma facha larga de cabeças, que se agitavam, eram milhares de rostos que se sorriam de alegria, saudando na sua passagem os inclitos varões que pela primeira vez ali se viam reunidos e consubstanciados pelo mesmo sentimento, a admiração por um povo que sabe ser imponente em suas manifestações.

Que deslumbrante effeito o da singratura da esquadrilha, toda embandeirada em arco, pelo canal acima até á praça, ao som das musicas, ao estourar dos foguetes, quando a multidão se apertava e premia para avistar os distinctos personagens que a cidade recebia bizarramente! Não se via alli o cortejo official, que precede a espera dos reis. Era um acto espontaneo, uma demonstração inequivoca, um testemunho sem igual prestado por uma povoação liberal a cidadãos que pelejaram sempre em defesa da causa publica, da liberdade e da autonomia nacional. Não eram os cumprimentos dos aulicos, nem as manifestações frias da etiqueta palaciana, mas o fervor do povo a traduzir as suas aspirações, o entusiasmo das massas a significar os seus affectos, sem lisonjas nem preconceitos, despidas das formulas vãs da pragmatica, ingenuas como um voto intimo dos que não aprendem a politica nos registros da diplomacia.

N'um paiz laborioso, como o nosso, que se importa mais do trabalho productivo do que da marcha dos partidos, estas expansões teem maior significação, que nas nações avesadas a

ver discutir no forum os negocios da republica e a vida dos homens a quem estão confiados os seus destinos. Podemos dizer com affouteza, que em Aveiro não ha memoria do que ahi se fez no dia 9 do corrente ao sr. duque de Loulé, ao sr. José da Costa e aos seus amigos.

O desembarque effectuou-se na praça do Commercio. Já se achavam ahi postadas as phylarmonicas *Aveirense* e *Nova Eminium* vestidas com os seus fardamentos de gala, e bem assim as d'Albergaria, Estarreja e Ovar. O espaço era pequeno para conter tamanha concorrência, e por isso a multidão espalhava-se pelo Rocio, sobre a ponte e pelo Alboi. O prestito seguiu para a Vera-Cruz, sempre acompanhado pelas musicas e pelo povo, entrando ss. ex.^{as} em casa do sr. Manuel Firmino onde foi servido café e licores. Tanto no topo da rua Larga como no largo da Vera-Cruz, haviam arcos ornamentados com festões de buxo, e bem assim postes vestidos de verdura e presos por bambolins tambem de verdura e flores.

Os illustres visitantes, manifestaram o seu vivo pesar por não passarem a noite em Aveiro, e approximando-se a hora da chegada do comboyo, tomaram o caminho da estação, soguindo na frente o sr. duque de Loulé, que tinha á direita o sr. vigario geral e á esquerda o sr. Manuel Firmino.

Nem todos os que acompanhavam tão numeroso prestito poderam entrar na gare. Uma das phylarmonicas teve tambem de ficar no largo exterior. A plata forma estava toda tomada. As musicas podiam apenas e ás vezes a custo servir-se dos instrumentos porque a multidão era cada vez mais compacta.

Soou a hora da despedida. O comboyo largou da gare, ficando em Aveiro viva saudade, porque a visita que memoramos, e cujas peripecias ligeiramente esboçámos, deixou em todas profunda impressão.

São sempre proveitosas para o paiz estas digressões, que habilitam os homens mais grados dos partidos a conhecer e a avaliar as suas forças productivas, e as aspirações da sua população. E estamos em que a vinda a Aveiro do sr. duque de

Loulé e dos seus amigos, ha de influir beneficamento no futuro d'esta terra.» (1)

*

Depois das manifestações de sympathia aos chefes dos partidos regenerador e historico, é mister mencionar uma outra que não foi menos imponente e até talvez muito mais sympathica.

Em 1885 vieram ao Porto os dois illustres exploradores portugezes Capello e Ivens, acompanhados pelo ministro da marinha d'então o sr. Pinheiro Chagas, a mais brilhante individualidade litteraria do nosso tempo. Passaram na estação com destino áquella cidade em 10 de outubro.

Todo o edificio estava vistosamente enganallado, vendo-se na *gare*, além da charanga de cavallaria 10 e a phylarmonica *Amizade*, tudo que em Aveiro ha de mais distincto, governador civil, presidente da camara, commandante e officiaes do regimento de cavallaria n.º 10, muitas senhoras, etc. A' chegada do comboyo especial que conduzia os arrojados exploradores, houve entusiasticos vivas, e n'elle seguiram para o Porto, acompanhando-os, os srs. Manuel Firmino d'Almeida Maia, presidente da camara; dr. Barbosa de Magalhães, Firmino de Vilhena, Mello Freitas, Francisco de Magalhães, e quem escreve estas linhas, como representantes da imprensa.

Aos dois exploradores foi offerecida pelo sr. dr. Mello Freitas, como recordação da sua passagem em Aveiro, uma pasta tendo em caracteres impressos a oiro, d'um lado:—*A Capello e Ivens, homenagem promovida por Mello Freitas, redactor d'A Epocha*; e do

(1) N.º 1:685 de 12 de setembro de 1868.

lado opposto:—*Aveiro*, 10—10—85. Dentro da pasta havia trinta paginas de cartão impressas, contendo estas saudações:

PRO PATRIA !

A Epoca, misero semanario, que se publica á beira-mar, e que vegeta com difficuldade entre o jornalismo do paiz, qual planta rasteira no meio d'uma floresta impregnada de olores, ridetissima de canticos, trespassada de reflexos e maravilhas, *A Epoca*, como se admirasse estupefacta o rasto fulgurante d'um meteoro saúda d'este modo a passagem de V. Ex.^{aa} em Aveiro e applaude com vivo enthusiasmo e sympathy os dois impavidos exploradores, que, guiados no sertão pela claridade e influxo do «amôr da patria» arrostarão as tribulações d'uma ousada travessia de costa em costa só para engrandecerem o nome d'este Portugal, que as nações europeias teimavam em querer apagar do mappa da Africa.

Os bons corações portuguezes, despertados em violenta commoção, applaudem-vos com toda a energia d'alma, quando a FAMA e a GLORIA coroa o heroismo de vossas façanhas.

*

Saúdo com profundo respeito e admiração os arrojados Capello e Ivens—

Manuel José Mendes Leite.

Governador Civil d'Aveiro.

*

Abraçando cordeal e affectuosamente em meu nome e em nome de tantos, que represento, os heroes que são hoje e que serão sempre a admiração da Europa e a honra do paiz eu cumpro um gratissimo dever de voutade e de patriotismo.

Manuel Firmino d'Almeida Maia.

Presidente da Camara, antigo deputado da Nação e Cavalleiro da Legião d'Honra.

*

Felicitó dois portuguezes illustres por um feito brilhante de patriotismo e de fecundas consequencias para a sua patria.

Visconde de Valdemouro.

Vivam os illustres exploradores Capello e Ivens, a quem a patria deve os mais assignalados serviços.

Francisco de Castro Mattoso Corte Real.

Deputado por Aveiro.

*

Aos benemeritos, arroçados, e illustres portuguezes Capello e Ivens felicita

Luiz Augusto da Fonseca Regalla.

Delegado de Saude d'este Districto.

*

Aos dois fulgurantes astros d'Africa e Portugal no ultimo quartel do seculo XIX==Capello e Ivens==rende sincera homenagem

José Tavares d'Almeida Lebre.

Bacharel formado em direito.

*

Em Capello e Ivens eu saúdo as gloriosas tradições de Portugal, o patriotismo, a coragem, e o mais ardente amor da sciencia e do progresso.

Jayme de Magalhães Lima.

Bacharel formado em direito e Jornalista.

*

Felicito do intimo d'alma os inimitaveis e benemeritos exploradores Roberto Ivens e Brito Capello pelos serviços prestados ao paiz e pelo regresso á patria.

Joaquim José dos Prazeres.

Director dos Correios e telegraphos do districto d'Aveiro.

*

Relembrando com justificado orgulho os nomes dos meus benemeritos compatriotas João Affonso, que na Africa descobriu Benim, e José Estevão Coelho de Magalhães, que no parlamento desaggravou Portugal d'uma grande vergonha praticada pela França n'esta mesma Africa, associo aos seus nomes de Brito Capello e Roberto Ivens.

Marques Gomes.

Da Academia Real das Sciencias e do Instituto de Coimbra.

*

A vós heroes benemeritos, que a patria glorifica em

perenne saudação, também vos sauda o mais humilde dos vossos admiradores

João da Silva Mello Guimarães.

Vice-Consul de Hespanha e proprietario da «Epoca».

*

Aos intrepidos exploradores Capello e Ivens felicita e abraça o mais obscuro cidadão portuguez

José Maria Pereira do Couto Brandão.

2.º official do Governo Civil.

*

«Porque de feitos taes por mais que diga
«Mais me hade ficar ainda por dizer.»

Camões,=Canto 3.º—Est. 5.

Manuel Tavares d'Almeida Maia.

Engenheiro Civil.

*

Aos arrojadores exploradores Capello e Ivens um aperto de mão como portuguez que considera a importante travessia na Africa, praticada por estes dois benemeritos, como um alento para a nossa patria e como um foco de luz para a nossa civilisação.

Antonio Ferreira d'Araujo e Silva.

Engenheiro Civil.

*

10—10—85

Aos dois heroes um apertado abraço, se me permittem essa honra.

Carlos da Silva Mello Guimarães.

Negociante e proprietario da «Epoca».

*

A Capello e Ivens em commemoração da sua veneração, respeito, e gratidão como portuguez.

Sebastião de Carvalho e Lima.

Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral, proprietario e capitalista.

*

Scudo os arrojados exploradores Capello e Ivens pelo

seu regresso á Patria e congratulo-me pelos relevantes serviços que da sua travessia advem á nação portugueza.

João Honorato da Fonseca Regalla.

Engenheiro Civil.

*

Prestando homenagem aos feitos revelantes dos esforços athletas da civilisação, saúdo e felicito os dois illustres exploradores da região africana por seu grandioso empreendimento e faço votos sinceros porque fructeie a crusada com que honraram Portugal perante a Europa e o Mundo.

José Eduardo d'Almeida Vilhena.

Redactor principal do «Campeão das Provincias», socio correspondente do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro e socio correspondente da Associação dos Architectos civis de Lisboa.

*

Até que afinal se desmentiu uma vez o dictado «ninguem é profeta na sua terra.»

David da Silva Mello Guimarães.

Negociante.

*

Pela empreza projectada
Felizmente terminada
Por estranhos iujejada
E não longe disputada.
A Capello e Ivens
Rem mercedos parabens.

João José Pereira de Sousa e Sá.

Bacharel formado em Direito e professor do Lyceu.

*

Presta a sua humilde homenagem de preito e admiração aos illustres exploradores Capello e Ivens o signatario

Ruy Couceiro da Costa.

Bacharel formado em direito.

*

Orgulho-me de ser portuguez desde que me lembro dos gloriosos nomes do Infante D. Henrique, Vasco da Gama,

Capello e Ivens e d'outros tantos heroes, a quem Portugal tanto deve.

Augusto Julio Bandeira Neiva.

1.º Engenheiro districtal.

*

A fama dos feitos extraordinarios dos «Dois Heroes» vibrou electricamente em todos os corações portuguezes, abençoando os e saudando-os entusiasticamente no seu regresso á Patria.

Eu não podia deixar de receber o choque, e por isso aqui muito humildemente inscrevo o meu nome associando-me ás alegrias e felicitações com que o paiz tem recebido os dois illustres e prestantissimos compatriotas.

Luiz de Mello Guimarães.

Industrial e proprietario da «Epoca».

*

Aos insignes precursores do futuro *Imperio Luso* em Africa, aos arrojados e sabios officiaes da marinha portugueza, Capello e Ivens, sauda o seu compatriota

Joaquim Simões Franco.

Secretario da Comissão Executiva da Junta Geral.

*

Só não confiará na eternidade da nacionalidade portugueza quem não acreditar, como eu acredito que tão grandes esforços hão de ser a norma de procedimento de futuros heroes.

E' impossivel que tão intenso fôco de actividade se não irradie pelo futuro além.

Elias Fernandes Pereira.

Professor do Lyceu Nacional de Aveiro.

*

Não sei qual dos dois serviços a patria vos deva agradecer mais, se as vossas conquistas para o commercio e para a sciencia, se a vibração produzida por vossos feitos nas cordas do sentimento nacional.

José Maria Barbosa de Magalhães.

Advogado e jornalista.

Felicitos os dois benemeritos exploradores pelos relexan-
tes serviços prestados á geographia.

José Ferreira Corrêa de Sousa.

Official da repartição de fazenda.

*

Hurrah a Capello e Ivens!

Saudo estes dois valentes exploradores pela sua bri-
lhante travessia do continente negro, com o enthusiasmo fe-
bril de patriotas portuguezes.

Honra e gloria a esses heroes da moderna historia que
illuminados pelo pharol do amor da patria conquistaram para
nós novo florão de progresso.

Portanto.

Hurrah a Capello e Ivens.

Francisco Victorino Barbosa de Magalhães.

Empregado publico.

*

Do fundo da minha obscuridade admiro-vos e agradeço-
vos do intimo d'alma o bem que fizestes á minha patria.

Francisco Augusto da Pação.

Empregado publico.

*

Orgulho-me de ser compatriota dos dois illustres explo-
radores Capello e Ivens.

Alipio Anthero de Carvalho.

Empregado publico.

*

Aos heroes exploradores, Capello e Ivens, que com sua
abnegação e patriotismo, em serviço do seu paiz, atravez do
continente africano, teem sabido reivindicar de immerecidas
injustiças estranhas o nome portuguez, exaltando o ao apogeo
da gloria, qual outr'ora fizeram os heroes do velho e glorioso
Portugal,—sauda-os o mais humilde e obscuro admirador,
cheio de enthusiasmo agradecido

Miguel Augusto da Silva Carmo.

Empregado publico.

*

São dois heroes. Não tingiram porém as suas espadas

no sangue dos seus semelhantes; hastearam a bandeira portugueza em terras de Africa não trilhadas por outros pioneiros da civilisação.

Manuel Fernandes Thomaz.

Chefe da delegação da alfandega do Porto em Aveiro.

*

Sauda os arrojados exploradores e admira a sua abnegação e patriotismo, na epoca que vae correndo,

João Mendes Corrêa da Rocha.

Advogado.

*

Sauda os illustres portuguezes, tão distinctos pelo seu arrojo e affecto á patria

Joaquim Pedro Corrêa da Rocha.

Bacharel formado em Direito e administrador d'este concelho.

*

CONFISSÃO D'UM INVEJOSO

Como Themistocles a quem os louros de Milciades roubavam o somno, rôo me d'inveja com as proezas de Capello e Ivens, sentindo profundamente não ser eu antes o auctor d'ellas.

Mello Freitas.

1.º official do governo civil e redactor litterario da «Epoca».

Da recepção feita aqui aos illustres africanistas escrevi eu então no *Campeão das Provincias* o seguinte:

CAPELLO E IVENS

Aveiro, que se orgulha de haver sido patria d'um dos primeiros exploradores dos sertões africanos, João Affonso, fez tambem no sabbado uma calorosa ovação a Capello e Ivens, distinctos e illustrados continuadores da grande obra, iniciada por aquelle seu illustre filho. Esta ovação foi uma das mais entusiasticas entre as muitas que os dois benemeritos exploradores receberam na sua viagem triumphal de Lisboa ao Porto. Se a iniciativa da festa partiu dos srs. governador civil e presidente da camara secundados pela imprensa local, o

povo muito e muito concorreu para o seu brilhantismo, tal foi o enthusiasmo com que se associou a ella.

A estação do caminho de ferro estava toda de festa, bandeiras, flores, escudos com as armas da cidade e do paiz, e as iniciaes dos illustres exploradores, ornamentando toda a extensão da *gare*, cujo aspecto, conforme diz um collega nosso da capital, era deveras magestoso. Mais de mil pessoas estacionavam alli, e bem assim a charanga de cavallaria 10 e a phylarmonica *Amizade*. Quando o comboyo especial que conduziu os exploradores entrou nas agulhas, uma girandola enorme de foguetes estrondeou no ar, emquanto que, mais alem os sinos dos Paços do Concelho repicavam festivamente. Logo que o comboyo parou, os vivas resoaram de todos os lados, pois o enthusiasmo era geral e expontaneo. A camara municipal com a bandeira da cidade desfraldada, governador civil, Mendes Leite; Daniel Barros, capitão de fragata, servindo de capitão do porto; tenente-coronel de cavallaria 10, Vasconcellos e Sá, e toda a officialidade do mesmo regimento; primeiro tenente da armada, Manuel Luiz Mendes Leite; commissão da imprensa, composta de Almeida Vilhena, dr. Barbosa de Magalhães, Firmino de Vilhena, Marques Gomes e Francisco de Magalhães, do *Campeão das Províncias*; Ponce Leão Barbosa, do *Povo de Aveiro*; Mello Freitas, da *Epoca*, e engenheiro Ferreira Araujo, correspondente do *Commercio do Porto*; o *Districto de Aveiro* não se fez representar por estar ausente o seu proprietario e redactor; além d'aquelles cavalheiros, muitas outras pessoas subiram á carruagem em que vinham os exploradores a comprimental-os, bem como ao sr. ministro da marinha, Pinheiro Chagas. Por esta occasião deram-se muitos e entusiasticos vivas á Sociedade de Geographia, á imprensa de Lisboa, ao futuro das colonias, aos srs. Capello e Ivens, ao sr. ministro da marinha, etc., aos quaes o sr. Ivens correspondeu, levantando vivas á camara e á cidade d'Aveiro, e alguns collegas nossos de Lisboa, á imprensa d'esta cidade. O nosso illustrado e talentoso collega da *Epoca*, Mello Freitas, offereceu aos illustres exploradores um album em que differentes cavalheiros d'esta cidade lhes con-

sagraram algumas linhas, sendo a primeira pagina firmada pelo nome respeitabilissimo de Mendes Leite, o bravo academico das guerras da liberdade, o revolucionario audaz da campanha anti-cabralina e o antigo redactor e fundador do hoje, mais antigo jornal do paiz—a *Revolução de Setembro*.

No comboyo vinham além dos exploradores os srs. conselheiro Pinheiro Chagas, seu filho Mario, e o sr. Rangel de Lima, fazendo as vezes do secretario particular; sr. Rosa Araujo, presidente da camara municipal de Lisboa; engenheiros Souza Brandão e Nery Delgado, dr. Fernando Pedroso, Ferreira d'Almeida, dr. Leonardo Torres, Francisco dos Santos, Neves Ferreira, Antonio Ferreira Ribeiro, redactor das *Colônias Portuguezas*, Palermo de Faria, redactor do *Commercio de Portugal*, Zeferino Brandão, Affonso Vargas, redactor da *Imprensa*, Guilherme Capello, governador do novo districto do Congo e irmão do explorador, Manuel Caetano de Lima—representantes da Sociedade de Geographia de Lisboa, Christovão Ayres, redactor do *Jornal do Commercio* e representante da Commissão da imprensa, Albino Pimentel, redactor do *Diario de Noticias*; Salles, redactor do *Economista*; Tamagnini Barbosa, redactor das *Novidades*; Moura Cabral e Castro Seabra, redactores do *Correio da Manhã*; Ernesto Loureiro, redactor do *Seculo*; Victor Ribeiro, redactor da *Era Nova*; Sillia, redactor da *Gazeta Commercial*; Christino, collaborador artistico do *Occidente*; Henrique Zeferino d'Albuquerque, redactor do *Paiz*, José de Alpoim, redactor do *Correio Portuguez*; Mendonça e Costa, redactor da *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, e muitos outros cujos nomes não nos occorrem.

Acompanharam d'aqui os exploradores até ao Porto, seguindo no mesmo salão em que iam, os srs. presidente da camara, Manuel Firmino d'Almeida Maia; dr. Barbosa de Magalhães, dr. Mello Freitas, Marques Gomes, Firmino de Vilhena e Francisco de Magalhães.

Os jornaes da capital que enviaram representantes ao Porto foram unanimes em exaltar a recepção que em Aveiro se fez a Capello e Ivens. Eis as suas proprias palavras:

«Em Aveiro muita gente; na estação houve uma das melhores recepções.» (*Jornal do Commercio*).

«Em Aveiro, manifestação imponente.» (*Correio da Manhã*).

«AVEIRO.—Passaram os exploradores. O entusiasmo tocou o delirio. A ovação foi verdadeiramente imponente.» (*Commercio de Portugal*).

«AVEIRO.—Muitos vivas correspondidos com delirio. O aspecto da gare era magestoso.» (*Diario de Noticias*).

«Em Aveiro recepção brilhantissima. Muita concorrência na estação e indescriptivel enthusiasmo.» (*Gazeta Commercial*).

«AVEIRO.—Estação ornada de flores e corôas de loiro, galhardetes e bandeiras—grande concurso de povo e verdadeiro enthusiasmo.» (*Seculo*).

«Em Aveiro foi a festa verdadeiramente espontanea e popular.» (*As Institueções*).

*

A primeira vez que a familia real portugueza, passou em Aveiro em caminho de ferro, foi em 15 de setembro de 1866, quando se dirigiu ao Porto, a fim de inaugurar a exposição internacional. O facto vem assim narrado no *Campeão das Provincias*:

«*Digressão real*.—Eram 3 e meia horas da tarde quando hontem chegou á gare d'esta cidade o trem especial, em que vinham SS. MM. el-rei, a rainha, o rei D. Fernando, e S. A. o herdeiro presumptivo D. Carlos, e o sr. infante D. Augusto. No prestito figuravam os srs. conde de Castro, ministro das obras publicas, general Passos, Folque, visconde da Lançada, conde de Campanhã, D. Manuel da Camara, o Magalhães Coutinho. Vinham tambem as sr.^{as} duqueza da Terceira e condessa de Villa Real.

Na estação achava-se um numeroso concurso de povo; Aveiro havia-se despovoado. Estavam alli postadas as seguintes auctoridades:—Os srs. governador civil com os empregados da secretaria, o administrador do concelho com os seus

empregados, o director d'alfandega e seus empregados, a camara municipal, o delegado do thesouro e seus empregados, o delegado de saude, o inspector de pezos e medidas, o capitão do porto, o juiz de direito, o revd.^o vigario geral, e o governador militar com a força do seu commando em grande uniforme, e as duas phylarmonicas d'esta cidade.

Mal se avistou o comboyo real subiram ao ar immensas girandolas de foguetes.

El-rei, o sr. infante D. Augusto, e S. M. o sr. D. Fernando, desembarcaram, e demoraram-se alli alguns minutos. A S. M. foram entregues pelos respectivos chefes as felicitações da camara, governo civil e repartição de fazenda. Todos os funcionarios publicos e mais pessoas que alli se achavam, beijaram a mão a el-rei.

Seguiram no comboyo real até ás Devezas os srs. governador civil, delegado do thesouro, presidente da camara, capitão do porto, director d'alfandega, e inspector de pezos e medidas.

Em todas as suas visitas ao Porto e provincias do norte, a familia real tem sido sempre cumprimentada e immensamente victoriada na estação d'Aveiro.

Quando em 31 de janeiro de 1866 el-rei D. Luiz possou para o Porto, onde foi encerrar a exposição internacional, havia tres dias que tinha chegado a esta cidade a officialidade do regimento de Almanza que em Hespanha tomára parte na revolta de Prim contra o governo da rainha Izabel. Sabendo da passagem d'el-rei, dirigiu-se toda, devidamente uniformizada, á estação, subindo no trem real a cumprimentar sua magestade, o coronel D. Eulogio Gonzalez Iscar. A proposito d'isto disse então o *Campeão das Provincias*:

«O commandante do batalhão d'Almanza foi em seu

nome e no de seus camaradas felicitar el-rei. Notavel coincidência. Um mez antes quando S. M. passou em Avila foi aquelle batalhão fazer-lhe a continencia. Agora a officialidade sauda no exilio o rei liberal, cuja unica escolta é formada pelas sympathias do povo portuguez.» (1)

*

Por ocasião da passagem para o Porto de El-Rei D. Luiz, a Rainha D. Maria Pia e seus augustos filhos, acompanhados pelo presidente do conselho Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, na tarde de 22 de maio de 1875 na estação d'esta cidade, um grupo bastante numeroso, depois de victoriar a familia real, levantou calorosos vivas ao partido historico e ao duque de Loulé. Esta demonstração de hostilidade ao ministerio, pois outra cousa não foram aquelles ultimos vivas, produziu sensação no Porto, onde então o partido regenerador tinha grandes sympathias. Pensou-se logo em uma contra-manifestação, que se realisou por ocasião do regresso da familia real, em 22 do mesmo mez. N'um comboio extraordinario e algumas horas antes de partir o comboio real, sahiu d'alli para esta cidade uma commissão de duzentos e tantos individuos, na sua maior parte negociantes e capitalistas, presidida pelo dr. Custodio José Vieira. Na estação d'Aveiro aguardaram a chegada de Suas Magestades e Altezas, a quem levantaram repetidos vivas, bem como a Fontes e ao ministerio regenerador, dirigindo depois a El-Rei uma calorosa saudação em nome dos portuenses o sr. Eduardo Costa.

Notavel coincidência; os vivas erguidos na estação d'Aveiro ao duque de Loulé, foram como o canto do seu funeral, pois no mesmo dia e poucas

(1) N.º 1:411 de 31 de janeiro de 1866.

horas depois que aqui se victoriou Fontes, procurando assim desfazer-se a impressão que aquelles haviam produzido, fallecia repentinamente em Lisboa o chefe do partido historico. (1)

Das demonstrações de sympathia, prestadas na estação de Aveiro á familia real, é muito para lembrar a que se fez a Sua Magestade a Rainha D. Maria Pia e sua Alteza o infante D. Affonso no seu regresso a Lisboa, quando vieram ao Porto minorar as desgraças resultantes do incendio do theatro Baquet. O facto deu-se em 27 de março de 1888.

Só na vespera á noite se recebeu noticia da hora da passagem de Sua Magestade e Alteza; por isso não havendo tempo para se fazerem as respectivas communicações officiaes, o sr. governador civil fez distribuir profusamente na cidade o seguinte:

CONVITE

Sua Magestade a Rainha e Sua Alteza Real o sr. Infante D. Affonso, passam hoje, ás 11 horas da manhã, na estação do caminho de ferro d'esta cidade, de regresso da sua piedosa peregrinação á cidade do Porto, onde foram estender o manto sublime de misericordia sobre as victimas desvalidas da horriavel catastrophe do theatro Baquet.

Convido todos os habitantes da cidade de Aveiro a irem

(1) No *Diccionario Popular* (vol. 7, pag. 280) diz-se que o duque de Loulé falleceu em abril de 1875. Isto não é verdade. Aquelle titular falleceu em 22 de maio ás 8 horas da noite. Vide—*Memorias historico genealogicas dos duques portuguezes*, por João Carlos Feo e Visconde de Sanchés de Baêna.—Lisboa 1883, pag. 759.

prestar aos augustos viajantes as homenagens devidas aos nobilissimos sentimentos que ditaram esta viagem de caridade.

Aveiro, 27 de março de 1888.

O Governador Civil,
Manuel Firmino d'Almeida Maia.

Bastou isto para que a *gare* da estação se enchesse completamente. Concorreu alli o que a cidade tem de mais distincto, vendo-se á frente de grandissimo numero de cidadãos de todas as classes, que alli foram prestar as suas homenagens a Sua Magestade e Alteza, muitas senhoras da primeira sociedade aveirense.

A' chegada do comboio real foram levantados entusiasticos vivas a Sua Magestade, que appareceu logo no varandim da carruagem acompanhada de seu augusto filho. Sua Magestade vestia de luto pesado, não trazendo uma só joia, a não ser o seu eterno sorriso de bondade infinda.

Todas as senhoras presentes e bem assim muitos cavalheiros foram apresentar os seus respeitos a Sua Magestade.

A' partida do comboio foram levantados novos vivas, e todos se descobriram reverentes perante a imagem da caridade.

*

Extincto o bispado de Aveiro por decreto de 10 de setembro de 1882, passou esta cidade a fazer parte do bispado de Coimbra, ficando assim sob a jurisdição episcopal do illustre entre os mais illustres prelados portuguezes, o ex.^{mo} sr. Bispo Conde, D. Manuel Corrêa de Bastos Pina. Um anno depois realisou s. ex.^a revd.^{ma} a sua entrada solemne n'esta cidade, onde che-

gou no dia 28 d'agosto de 1883. Da recepção que aqui teve, dizem os seguintes periodos que vou transcrever do *Campeão das Provincias* e do *Districto d'Aveiro*:

«No sabbado chegou a esta cidade o sr. Bispo Conde Esperavam-no na gare as auctoridades administrativas e judicial, camara municipal, director das obras publicas, capitão do porto, corpo docente do seminario, conego arcipreste, a clerezia do arciprestado, muitos funcionarios e um numeroso concurso de povo. Formava ao lado a força do destacamento com uma das philarmonicas.

Ao apeiar s. ex.^a da carruagem subiram ao ar algumas girandolas de foguetes, e a musica tocou o hymno real. Trocaram-se os cumprimentos do estylo, e todos quantos alli estavam e ainda as pessoas que se achavam no largo da estação seguiram o rev.^m Prelado até ao hospicio de Sá, cuja frente e avenidas se achavam embandeiradas, tendo a rua dois renques de postes cobertos de verdura e encimados de galhardetes. A musica tocava em frente da casa, e do largo do mosteiro, que fica ao poente, estrondearam novas girandolas. Esta recepção cordealissima, que teve o novo Pastor, mostrou-lhe as sympathias de que gosa n'esta cidade que ainda sente as amarguras resultantes da suppressão do antigo bispado. Ninguém deixa de lastimar aquella medida governativa, mas não se tratava de manifestar o desgosto que d'ahi resultava e que não se apagará facilmente. O que se teve em vista era patentear a subida consideração que todos tinham pelas eminentes qualidades de s. ex.^a e levar o pelo reconhecimento, se é que de tal incentivo carecia o seu coração, a favorecer esta cidade nos seus legitimos interesses, dispensando-lhe sempre e em tudo a sua valiosa protecção.

Além d'isto honrando com os seus testemunhos de verdadeira sympathia o sr. Bispo Conde, o povo d'Aveiro prestava homenagem ao seu chefe espiritual, considerando-o como successor dos apostolos e acatando n'elle a auctoridade da igreja. São sempre consoladores estes testemunhos de respeito n'uma epoca de indifferença como a nossa. E se fazem a

apologia de quem os presta, tambem exprimem que o que os recebe é digno d'elles.» (1)

«A recepção feita em Aveiro ao sr. D. Manuel Corrêa de Bastos Pina, illustre Bispo d'esta diocese, não podia ser mais brilhante. Aqui encontrou s. ex.^a o acolhimento devido ao seu nobre e distincto character, e á sua elevada jerarchia. E já que a iniquidade dos governos d'este paiz tão profundamente nos feriu, sacrificando aos seus caprichos uma terra de tão honrosas tradições, com a extincção d'esta antiga diocese—quo o sr. Bispo Conde, como filho d'este districto, e como seu digno chefe espiritual, ampare nos seus infortunios, e a auxilie nas suas desditas. Se este povo brioso, mas respeitador—que tem paginas gloriosas nas conquistas da liberdade d'este paiz—não sabe faltar aos seus deveres, acatando resignado os mandatos, por vezes vexatorios, d'aquelles que nos governam, e prestando sincera e franca homenagem aos homens nobres e dignos—que o benemerito Bispo Conde o reconheça e lhe dispense a estima e consideração que elle merece.

São estes os nossos desejos, fazendo ardentes votos para que Deus conceda ao nosso novo e distincto Prelado dilatados annos, a par das obras proficuas e uteis que ha esperar da sua sã illustração, reconhecido bom senso, e elevados sentimentos.» (2)

*

Em agosto de 1884 veio passar alguns dias em Aveiro, sendo hospede do sr. Bispo Conde, o nuncio apostolico em Lisboa, Monsenhor Vannutelli. Foi brilhantissima a recepção que aqui teve, como se vê dos periodos que seguem e que pertencem ao *Campeão das Provincias* e a *Actualidade*, do Porto:

«A ordem do dia no domingo (14) foi a visita de Monseñor Vannutelli, Nuncio Apostolico de Sua Santidade. Aveiro

(1) *O Campeão das Provincias*—1 de setembro de 1883.

(2) *O Districto de Aveiro*—30 d'agosto de 1883.

agitava-se, e depois das cinco horas da tarde rodemoinhava por essas ruas; população da cidade e das cercanias dirigia-se para a estação do caminho de ferro, já em trem, já a pé. A philarmonica d'Ilhavo fazia-se ouvir alegremente, e o jardim publico, a despeito da festa em beneficio dos bombeiros voluntarios, achava-se deserto.

O sr. Bispo Conde tinha feito numerosos convites, não só para a recepção d'aquelle illustre personagem da Egreja Catholica que vinha ser seu hospede, mas tambem para tornar mais apparatoso o *Te Deum* que devia cantar-se na egreja de Sá, logo em seguida á chegada de Monsenhor Vannuelli. E com as sympathias que goza em Aveiro o bondoso Prelado diocesano, é claro que só não compareceria em taes solemnidades quem absolutamente não podesse concorrer a ellas. E assim foi, pois que no caes da estação se agglomerava enorme concurso de cavalheiros, apinhando-se a multidão no argo e exterior, e na rua que vai para Sá até ao pateo do convento, onde a concurrencia era extraordinaria. Além d'isto d'um e outro lado, nos terrenos que ficam a cavalleiro, nos muros dos quintaes, nas casas, por toda a parte havia gente. Póde calcular-se em mais de mil pessoas o numero das que se dirigiram áquella parte da cidade, a fim de assistirem á festa que em honra do Nuncio Apostolico lhe tinha preparado o nobre Prelado diocesano.

O sr. Bispo Conde em seguida ao *Te Deum* recebeu no seu hospicio todos os seus convidados, obsequiando-os com a lhaneza e affabilidade peculiares ao seu character. E para que nada faltasse á festa, para que o estourar dos foguetes e os hymnos alegres espalhados nos ares não echoassem tristemente no coração dos que soffriam, entregou aos reverendos parochos da cidade um obolo avultado para ser distribuido pelos necessitados das suas respectivas circumscripções. Os mesmos sentimentos de caridade o levaram a fazer egual distribuição pelas creancinhas que se acham no Asylo José Estevão, pelos enfermos do hospital da Misericordia e pelos individuos que na cadeia publica expiam as suas culpas. O acto, que estanca as lagrimas da miseria, vale mais que as pompas e gran-

dezas do mundo, e accentua a verdadeira nobreza d'alma, que se engrandece com estas demonstrações, a que no seculo se chama philantropia.

No pateo de Sá as senhoras do *hyg-life* aveirense aguardavam os srs. Nuncio e Bispo Conde, que foram recebidos á porta da igreja debaixo do pallio pelos professores do Seminario revestidos de capa de asperges.

A rua da estação estava orlada de mastros onde fluctuavam bandeiras multicores. Junto do hospicio erguia-se um pavilhão chinês, guarnecido de balões venezianos, e de magnifico effeito. Parte do edificio do convento achava-se illuminada com lanternas de differentes côres. Ao lado havia um coreto, onde a philharmonica d'Ilhavo tocou correctamente algumas peças do seu variado repertorio. A concorrência do publico áquelle ponto da cidade prolongou-se até quasi á meia noute.

Na estação de Mogofores esperava o Nuncio de Sua Santidade o reverendo prior d'Arcos, o sr. João Baptista de Figueiredo Breda, com grande numero de seus parochianos. Alli foi s. ex.^a cumprimentado, bem como na estação d'Oliveira do Bairro, onde se achava tambem o reverendo parcho, o sr. dr. Ferreira Lopes, e muito povo. No comboio expresso tinha ido parte do corpo docente do Seminario aveirense, a fim de cumprimentar s. ex. na estação de Mogofores, acompanhado-o depois até Aveiro.

A força militar aqui destacada formava na estação do caminho de ferro, onde a musica tocou o hymno constitucio-nal. Quando o comboio parou, subiram ao ar innumeradas girandolas.

Monsenhor Vannutelli é alto e magro, de phisionomia sympathica e intelligente. E' ainda novo. Na sua carreira publica tem sabido conciliar os preceitos da igreja infallivel com as necessidades da civilização, e a sua diplomacia tem conseguido tornar mais respeitaveis o character e as franquias do Vaticano do que as austeridades intransigentes, que de certo não podem ser agradaveis a Deus e que desagradam aos homens.

Quando Roma deliberou pôr termo ao conflicto que na Allemanha armou os catholicos contra os actos repressivos e violentos do poder civil, foi Monsenhor Vannutelli o escolhido pela Curia para trazer as cousas a bom caminho. O negociador do imperio foi o principe de Bismark, que goza reputação europeia, que excede a de Talleyrand, Metternich, Palmerston, Cavour e Nesselrod. E por tal modo se houve n'esta missão o arcebispo de Sardia, que a Allemanha se pacificou, cessando as luctas de religião que alli traziam sobresaltado o espirito publico.

Da Europa central partiu Monsenhor de Vannutelli para assistir, como delegado da Santa Sé, á coroação do Czar de todas as Russias. Terminada a negociação espinhosa com um estado protestante, dirigiu-se pois s. ex.^a a Moscow para, na qualidade de embaixador do Papa, tomar parte nas festas que se faziam para sagrar o pontifice do rito greco-sysmatico. Roma deposita plena confiança n'este distincto homem da egreja, que soube corresponder sempre ao conceito que da sua capacidade formava a Curia, e que depois veio para Portugal, que é um dos paizes mais considerados pelo Vaticano.

Eis o homem que Aveiro teve a honra de receber no domingo, e a cujo merecimento todos prestam a homenagem devida aos que se elevam por meio do talento e do trabalho util.

«Aveiro, que em tempo algum havia recebido a visita d'um Nuncio, festejou a chegada do Monsenhor Vannutelli d'uma maneira verdadeiramente entusiastica. A cidade despovoou-se completamente depois das seis horas da tarde; percorrendo se qualquer rua, ainda mesmo aquellas que costumam ser mais concorridas, não se encontraria pinguem, pois tudo tinha ido para a estação do caminho de ferro. A multidão era compacta; mais de seis mil pessoas agglomeravam-se nas avenidas. Nas ruas da estação e na rua de Sá era inteiramente impossivel a passagem. Ninguem quiz deixar de prestar a homenagem dos seus respeitos ao Representante de Leão XIII e mostrar ao virtuoso Prelado d'esta diocese, o ex.^{mo} sr.

Bispo Conde, a subida conta em que todos têm as suas preclaras virtudes e provar que Aveiro não esquece os benefícios que constantemente lhe liberalisa.

Aveiro não guarda a memoria de recepção tão entusiastica, a não ser a que se fez a Sua Magestade a Senhora D. Maria II na sua visita a esta cidade em 1853.

As ruas da Estação e de Sá, e bem assim o terreiro do convento da Madre de Deus, estavam vistosamente adornadas de postes, plinths, vasos com flôres, festões de murta e bandeiras, vendo se em todas as janellas magnificos cobertores de setim e damasco. Na frontaria do convento, da parte que olha para a estação, destacava-se uma enorme estrellá, em que se lia o versiculo: *Benedictus qui venit in nomine Domine*—Bemdicto o que vem em nome do Senhor.

O effeito geral da ornamentação das ruas era esplendido. A egreja de Sá tambem estava luxuosamente engalanada, sendo por isso muito para louvar o zelo da virtuosa abbadessa e mais religiosas.

A's seis horas da tarde sahio do hospicio de Sá para a estação o ex.^{mo} sr. Bispo Conde. Acompanhavam no todos os Parochos do arciprestado, grande numero de ecclesiasticos e de cavalheiros d'esta cidade.

Alli aguardavam s. ex.^a o sr. Governador Civil do districto e demais auctoridades administrativas, judiciaes, e militares, representantes da imprensa e grande numero de convidados.

Fazia a guarda de honra o destacamento de infantaria n.^o 12, aqui estacionado, tendo á frente as philarmonicas *Aveirense, Amizade e Ilhavense*.

Eram sete horas e dez minutos, quando chegou á estação o comboio que conduzia Monsenhor Vannutelli.

As musicas tocaram o hymno de El-Rei D. Luiz e a tropa fez a continencia da ordenança.

Uma enormissima quantidade de foguetes subiu por esta occasião aos ares, annunciando-se assim á cidade inteira a chegada do seu hospede illustre.

Monsenhor Vannutelli veio de Lisboa acompanhado po-

lo secretario da Nunciatura, Monsenhor Guidi e por um gentil homem de sua casa.

Em Coimbra foi s. ex.^a cumprimentado pelo Reverendo Cabido, Provisor do Bispado, Vice-Reitor e corpo docente do Seminario da mesma cidade, que o acompanharam até Aveiro.

Os professores do Seminario d'esta cidade foram ao encontro de s. ex.^a á estação de Mogofores. N'esta estação, e bem assim na de Oliveira do Bairro, achavam-se os Parochos e demais ecclesiasticos das freguezias visinhas, acompanhados de muito povo, que á passagem do comboio soltou entusiasmicos vivas ao Papa, a El-Rei D. Luiz e a Monsenhor Vannutelli. Nas respectivas *gares* tocavam as philarmonicas o hymno real.

Pouco depois da chegada á estação d'esta cidade, Monsenhor Vannutelli, acompanhado pelo seu illustre hospedeiro e por todas as pessoas que o tinham ido esperar, seguiu para a igreja de Sá por entre alas compactas de povo, que á sua passagem o saudava respeitosa e alegremente.

No terreiro do convento formavam alas um grande numero de damas d'esta cidade, vendo-se á sua frente a virtuosissima sr.^a viscondessa de Santo Antonio, que, apesar da sua avançada idade e padecimentos, não quiz deixar de prestar o seu concurso a esta delicada quão respeitosa demonstração.

Por entre as damas algumas creancinhas elegantemente vestidas espargiam flôres sobre os dois virtuosos Prelados.

Da porta do templo até á capella-mór foram ss. ex.^{as} conduzidos debaixo de pallio, a cujas varas pegaram ecclesiasticos revestidos de capas de asperges.

Feitas as primeiras orações, levantou o ex.^{mo} Bispo Conde o *Te Deum*, que foi cantado pelas religiosas.

Terminado o acto religioso, Monsenhor Vannutelli lançou a bênção apostolica.

Concluidas as cerimoniaes, retiraram-se os dois Prelados para o hospicio de Sá.

O sr. Bispo Conde deu n'esta noite uma reunião, para a qual fez numerosos convites. Todos corresponderam á amabilidade do virtuoso Prelado.

O serviço foi profuso e delicado, havendo chá, neve e ceia volante.

Tanto s. ex.^a como o seu ex.^{mo} hospede foram de uma amabilidade extrema para com todos os convidados, que se retiraram satisfeitiísimos.

No largo fronteiro á residencia Episcopal houve vistosa illuminação á venesiana, e tocou durante algumas horas a philharmonica *Ilhavense*, que agradou geralmente pelo bom desempenho de todas as peças.

Na festa, grande a todos os respeito, quiz, o ex.^{mo} Bispo Conde que os in^oelizes tivessem tambem não poquena parte, fazendo distribuir avultadas esmolos pelos pobres das duas freguezias, hospital da Misericordia, Asylo de José Estevão e presos da cadeia.

Foi, pois, grandioso o remate da festa, e porisso Deus abençoará o auctor d'ella.»

*

Depois de me ter referido á recepção que aqui tiveram, o sr. Bispo Conde D. Manuel Corrêa de Bastos Pina, quando veio fazer a sua entrada solemne, e Monsenhor Vannutelli, quando pela primeira vez visitou esta cidade, cumpre-me dizer da grande solemnidade religiosa, a Romaria do Rosario de Coimbra a Aveiro que aqui se realisou em 28 de outubro de 1883 e, cuja procissão se organisou na Estação. Para que a narração seja mais fiel transcreverei a noticia que d'ella publicaram differentes jornaes tanto de Aveiro como do Porto e Coimbra, mas tão sómente na parte que diz respeito á parte externa da festa. No que se passou na egreja da Gloria direi em outro lugar. (1)

«A's 9 1/2 horas da manhã começaram a affluir á gare de Aveiro os parochos d'aquella cidade e das freguezias limi-

(1) Vide—*Conego José Candido Gomes d'Oliveira Vidal*.

trophes, innumerables clérigos, auctoridades civis, camara municipal, um piquete de infantaria 14 com o respectivo commandante e officiaes, tres phylarmonicas e immenso povo. O pateo da *gare*, no cumprimento aproximado de 20 metros, achava-se completamente occupado e difficilmente se podia transitar; e tóra da estação, apinhadas n'um vasto largo, achavam-se seguramente mil pessoas.

A's 10 horas e um quarto o sibilo da locomotiva annunciou a chegada de parte dos romeiros, e uma girandola de foguetes estrondeou no espaço, annunciando á cidade de Aveiro a entrada dos peregrinos. As tres musicas, a um tempo, tocaram um mimoso hymno dedicado á Virgem do Rosario, e os peregrinos, ao aprear-se, levantaram entusiasticos vivas. Este primeiro comboyo trouxe 20 carruagens, completamente peçadas, vindo alguns peregrinos de pé por não terem logares. A lotação de cada carruagem é de 60 pessoas.

A's 11 horas e dez minutos o sibilar da locomotiva annunciou a chegada de outro comboyo. Nova girandola de foguetes se fez ouvir e as musicas romperam com o hymno da Virgem do Rosario. N'este chegou o nobre Antistite Conimbricense, acompanhado de seu illustre irmão o ex.^{ma} e rev.^{ma} sr. D. Prior de Cedofeita, do ex.^{ma} Cabido, parochos e clérigos, dos Seminaristas, d'algumas irmandades, etc.

Apenas parou o comboyo, que era composto de 22 carruagens, romperam estrepitosamente os vivas ao illustre prelado de Coimbra e á cidade de Aveiro, vivas espontaneos, vindos do amago d'alma, que bem mostravam a sincera amizade e respeito que aquelle povo devota ao seu nobre prelado.

S. ex.^a rev.^{ma} apeiou-se do carro-salão, em que vinha, e foi cumprimentar a camara e as auctoridades, agradecendo-lhes a sua presença alli e pedindo-lhes desculpa do incommodo que lhes havia dado.

O povo tentou abrir alas para deixar passar o illustre Antistite, mas não o conseguiu porque os mais arrebatados lançaram-se em tropel aos pés do seu Pastor, embargando-lhe a passagem, afim de receber a sua benção e beijar-lhe o sagrado anel.

Era uma confusão enorme! Todos corriam, pressurosos, a prestar tributo de respeito e consideração ao popular Prelado, e almejavam a honra de receber a sua benção.

O bondoso Antistite nem um só momento mostrou signaes de enfado. O sorriso candido, que lhe é peculiar, transparecia lhe ininterruptamente nos labios e para todos tinha palavras affaveis, repassadas de bondade.

Houve um momento em que só se divisava a figura austera, imponente, magestática do nobre Prelado, que sobresahia da massa compacta rojada a seus pés para lhe oscular o anel. O dilirio attingiu o seu zenith!

A's 11 horas e 45 minutos chegou o terceiro e ultimo comboyo, composto de 20 carruagens. Os romeiros apeiaram-se levantando vivas, e em seguida s. ex.^a rev.^{ma}, já devidamente paramentado e mitrado, mandou organizar a procissão pelos mestres de cerimonias, deputados para esse fim, e poz-se tudo em marcha para a egreja de Nossa Senhora do Rosario, percorrendo o itinerario traçado previamente.

Abriam o prestito quatro soldados de cavallaria. Seguia-se o pendão da Senhora do Rosario, atraz do qual iam os meninos orphãos da Santa Casa da Misericordia de Coimbra, irmandades de santos e santas das cidades de Aveiro e Coimbra e das freguezias ruraes, irmandade da Rainha Santa Izabel de Coimbra e da Princeza Santa Joanna de Aveiro, irmandades e confrarias de Nossa Senhora, de Aveiro, Coimbra e das freguezias ruraes, irmandades e confrarias do Senhor das duas cidades e das freguezias ruraes, Ordens Terceiras de Coimbra e Aveiro, andor de Nossa Senhora do Rosario, parochos e clerigos das duas cidades e das freguezias ruraes, professores de sciencias ecclesiasticas de Aveiro, e o ex.^{mo} Cabido de Coimbra, 14 anjinhos com emblemas e disticos allegoricos, e, em seguida, o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. Bispo Conde conduzindo o Santo Lenho debaixo do palio, devidamente acolytado e revestido de capa de asperges e mitra. Após o palio iam a camara municipal e as differentes auctoridades, duas musicas, a força militar com os respectivos commandante e officiaes e grande numero de fieis.

Intermeiando a procissão iam tres phylarmonicas.

Seis mestres de cerimonia dirigiam a procissão: um, desde o pendão da frente até ao fim da irmandade de Santa Joanna; outro, todas confrarias e irmandades de Nossa Senhora; outro, todas as irmandades e confrarias do Senhor; outro, as Ordens Terceiras de Coimbra e Aveiro; outros os ordinandos das duas cidades; outro, finalmente, o rev.^{ma} Cabido e clero das cidades de Aveiro e Coimbra e das freguezias ruraes.»

.....
.....
«A's 5 horas e um quarto chegou o nobre Antistite á estação do caminho de ferro de Aveiro, onde foi aclamado com enthusiasmo pelos peregrinos, que já lá se achavam.

Aguardavam-no na estação um piquete de infantaria 14, tres musicas, grande numero de ecclesiasticos, etc.

A's 6 horas da tarde partiu o primeiro comboyo para Coimbra, reinando sempre grande enthusiasmo; e ás 6 e 40 minutos partiu o segundo e ultimo, que conduziu s. ex.^a rev.^{ma} e o seu sequito, bem como o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Prior de Cedofeita, que acompanhou seu illustre irmão á sua diocese.

Por occasião da partida foram levantados vivas pelos peregrinos ao sr. Bispo Conde e ás cidades de Coimbra e Aveiro.

A romaria correu sempre na melhor ordem, não havendo a lamentar a mais leve occorrença desagradavel.

Só o espirito catholico, que presidiu sempre a tão impenente festa, é que poderia deter as quinze mil pessoas que se acotovellavam pelas ruas, tal é a cifra dos romeiros que, segundo os nossos calculos, que julgamos seguros, se achavam no domingo dentro dos muros de Aveiro.»

(Da Palavra).

—
«Como annunciámos, realisou se, no domingo n'esta cidade a grande e imponentissima romaria do Rosario, que veio de Coimbra aqui, organizada e presidida pelo illustrado e ex.^{mo} sr. Bispo Conde, a qual excedeu muito e muito toda a expectativa.

As ruas da cidade, desde o largo de S. Domingos, rua de Jesus, rua Direira, Praça de José Estevão, Praça da fructa, debaixo dos arcos, rua dos Mercadores, travessa e rua de José Estevão, rua da Vera Cruz e largo, rua do Gravito, de Sá e da estação, bem como a gare, estavam decoradas com profusão de variegadas bandeiras, escudetes, e estandar-tes, produzindo bello effeito. As janellas tinham tambem bandeiras e ricas colchas de damasco. Os barcos surtos na ria estavam lindamente embandeirados.

A parochial egreja de Nossa Senhora da Gloria, onde se verificou a solemnidade, achava-se lindamente decorada com damasco e profusamente adornada com flôres naturaes. Todos os altares, mas principalmente o da Virgem do Rosario, tornavam-se notaveis pela profusão e belleza das flôres artificiaes, que continham.

Vamos agora tentar fazer a descripção da grande festividade religiosa, talvez a primeira que se tem feito em Aveiro. Desde as 10 horas e meia da manhã até ás 11 e meia chegaram aqui tres enormes comboio extraordinarios, conduzindo mais de cinco mil pessoas. O primeiro comboyo veio directamente de Coimbra, cheio de romeiros. O segundo trouxe muitos individuos, irmandades, confrarias, meninos orfãos, estudantes, seminaristas, o cabido e s. ex.^a o sr. Bispo Conde. O terceiro comboyo trouxe tambem muita gente de Coimbra e estações intermedias.

As confrarias e irmandades ruraes e da cidade estavam já a este tempo postadas na espaçosa rua da estação, esperando o prestito para se encorporarem n'elle.

Na plata-forma estavam 4 bandas de musica, tocando tres juntas o hymno expressamente composto pelo nosso estimavel amigo, o sr. padre Manuel Ferreira; a força do destacamento, para fazer a guarda d'honra, a camara municipal, o sr. governador civil e outros cavalheiros.

Começou, pois, a organisar-se a procissão, que foi pela ordem do programma. Abria por dois soldados de cavallaria, indo logo o pendão da Senhora do Rosario, e formando alas os meninos orfãos da Santa Casa da Misericordia de Coim-

bra; as irmandades de santos e santas das freguezias ruraes, da cidade de Coimbra e Aveiro, com suas cruces; as reaes irmandades de Santa Izabel e Santa Joanna, com suas bandeiras; irmandades e confrarias de Nossa Senhora das freguezias ruraes, e das duas cidades, onde ia tambem o rico andar da imagem da Virgem do Rosario, que sahiu do convento de Sá; irmandades e confrarias do Senhor das freguezias ruraes e de Coimbra e Aveiro; ordens terceiras de Coimbra, Aveiro e Ilhavo; seminaristas e ordinandos de Coimbra, e Aveiro; clérigos e parochos ruraes e das duas cidades; professores dos dois seminarios, o rev.^{mo} cabido de Coimbra. Sob o pallio, que era levado por 8 irmãos, sendo 4 da irmandade da rainha Santa Izabel, e 4 da de Santa Joanna, ia o ex.^{mo} Bispo Conde devidamente acolythado e revestido de rica capa d'asperges e mitra, com o Santo Lenho. Atraz ia a camara com o seu bello estandarte, as auctoridades, e muitos cavalheiros, as phylarmonicas *Conimbricense e Amizade*, a forga do destacamento e cavallaria, e um enorme concurso de fiéis de ambos os sexos.

Entre todas as irmandades de Coimbra, distinguio-se a do Santissimo Sacramento de Santa Cruz, não só por ser a mais numerosa, pois vieram 120 irmãos pouco mais ou menos, mas tambem pelo aceio de todos, e pelas boas opas que traziam, o que foi principalmente devido aos esforços da Mesa, de que é dignissimo juiz o nosso velho amigo e correspondente, o sr. Augusto José Gonçalves Fino, e do dignissimo prior da freguezia.

Pela descripção se vê o enorme prestito que era, levando trinta e cinco cruces, algumas de prata e de bello gosto, 15 anjinhos lindamente vestidos, e significando os mysterios do Rosario; e cinco musicas, formando um todo superior a mil e quinhentas pessoas. Ainda o pallio estava em Sá, e já a procissão dava entrada no templo de S. Domingos! Ia na melhor ordem, e o povo portou-se com todo o respeito, não havendo o mais pequeno incidente desagradavel.

Debaixo dos arcos e defronte no estabelecimento do nosso estimado amigo, o sr. Francisco Elias Gamellas, esta-

vam dois formosos anjos lançando flôres, assim como de muitas janellas foram atiradas tambem sobre o andor e pallio, manifestando-se em todos os rostos a alegria por uma solemnidade tão tocante e esplendida.

A concorrência de povo nas ruas era extraordinaria, estando apinhado em todo o transito, desde a estação até S. Domingos, e nos pontos principaes era grande o concurso de gente. Durante o trajecto queimaram se muitas girandolas de foguetes, e os sinos de todas as egrejas e capellas e dos paços do concelho repicavam festivamente. Ao passo que a procissão ia chegando ao templo de S. Domingos, as confrarias iam depondo as insignias, e sahindo para darem lugar aos que vinham chogando, sendo mais d'uma hora da tarde, quando alli entrou o sr. Bispo Conde.»

.....

.....

«Depois das 4 horas da tarde os romeiros começaram a seguir para a estação, e a phylarmonica *Conimbricense*, acompanhada do seu *Borda d'Agua*, atravessou as ruas da cidade tocando até á porta do paço episcopal, onde se postou. Ahi houveram muitos vivas ao sr. Bispo Conde. Tambem ahi tocou a phylarmonica *Amizade*. Depois seguiu tudo para a estação, onde se foram organisando e saindo successivamente os comboys cheios, havendo á partida do comboyo muitos vivas e grande enthusiasmo, e correndo sempre tudo na melhor ordem e socego.

Em Aveiro ninguem se recorda de ter visto tanta gente de fóra, calculando-se em dez mil pessoas, que imprimiram grande vida, commerciendo-se immenso, pelo que se calcula ter deixado aqui muito dinheiro. A satisfação, pois, do povo aveirense é manifesta por esta eloquente e pratica demonstração do sr. Bispo Conde para com esta terra bem digna de protecção. S.ex.^a é do facto um prelado digno a todos os respeito dos seus diocesanos, não só pela sua muita illustração, como pela maneira cuidadosa como exerce a administração na sua diocese e trata de todos os interesses das povoações sujeitas á sua jurisdicção ecclesiastica, do que já nos tem dado sobejas

provas. Sabemos que s. ex.^a rev.^{ma} ia satisfeitissimo do modo como Aveiro soube corresponder á sua prestante iniciativa e louvavel piedade.

Cabe aqui dizer, que muito e muito se deve tambem, para o maior realce e luzimento d'esta importante romaria, que ficará indelevel na memoria de todos, á commissão organizada para isso n'esta cidade, de que foram incansaveis e prestadios membros os dignissimos e reverendissimos parochos das duas freguezias da cidade, que não pouparam esforços, fadigas e tudo, para o bom exito d'esta festa, pelo que lhes dirigimos os nossos sinceros emboras.

Terminamos, fazendo votos, para que uma romaria tão auspiciosamente iniciada continue para maior brilho da religião, e mais vida d'esta cidade, a despeito do riso alvar dos inuteis philosophos de trapeira!

(Do Campeão das Provincias).

Realison-se, com a completa execução do programma e muito além da expectativa, a solemnidade religiosa promovida e organizada por iniciativa do ex.^{mo} Prelado d'esta diocese, em homenagem de respeito e veneração á Virgem do Rosário.

Deram vulto e realce a esta piedosa romaria o enormissimo concurso de pessoas de todas as classes, e a ordem inalteravel que em tudo foi mantida e observada, sem que fosse necessario recorrer a meios policiaes preventivos ou repressivos.

Reuniram-se na cidade de Aveiro, cujas ruas ostentavam ornamentações brilhantes e apparatusas, para cima de vinte mil pessoas.

Partiu de Coimbra o primeiro comboyo ás 8 e meia horas da manhã, transportando d'esta cidade grande numero de fieis. O segundo largou da estação meia hora depois conduzindo as irmandades, o clero, o cabido e Prelado, e ainda grande quantidade de povo, e como das estações intermedias uma enorme multidão solicitasse lugar, foi mister montar terceiro comboyo.

Calcula-se que os tres comboyos levaram quatro mil pessoas. Em quasi todas as estações estavam musicas que saudavam os romeiros na sua passagem.

Logo que os comboyos chegaram á estação d'aquella cidade foi o Prelado recebido na *gare* pelo governador civil, camara municipal, clero e mais auctoridades e corporações civis e religiosas e a força militar, que prestou as honras do estylo.

Deu se ali começo á organização do prestito processional, no qual tomaram os respectivos logares os meninos orphãos da Santa Casa da Misericordia de Coimbra, vinte oito irrmandades, em cujas alas se alinhavam ao todo dois mil e tantos irmãos, duzentos e oito clerigos de sobrepelliz, vinte cinco com murça e doze revestidos com capas de asperges; seguia-se o pallio, debaixo do qual ia o sr. Bispo Conde de mitra e capa magna, acolythado pelos srs. Monsenhor Menezes, lente de prima da faculdade de Theologia e conego José Ferreira Fresco.

Atraz do pallio iam os srs. Bispo de Beja, D. Prior de Cedofeita, governador civil, camara municipal e outros muitos funcçionarios publicos, tres philarmonicas e a força militar alli destacada.

O andor com a imagem da Virgem, que se incorporou na procissão proxima a Sá, era conduzido por clerigos e ladoado pela respectiva irmandade e um pequeno grupo de anjos elegantemente vestidos.

Eram seis as philarmonicas, convenientemente distribuidas, que abrilhantavam o numeroso prestito.

Esta enormissima procissão caminhou em direcção ao templo de S. Domingos ou egreja de N. Senhora da Gloria entre duas alas compactas de povo, que assistia no maior silencio e piedoso recolhimento áquelle magestoso e respeitavel acto religioso; tão magestoso e respeitavel como nunca o presencéamos em nossa vida.

O que mais nos admirou e surprehendeu foi a ordem, a regularidade, compostura e aceio de todos os que tomaram

parte n'esta grandiosa solemnidade e tão expontanea foi a ordem e a disciplina que fazia inveja ao mais disciplinado exercito; não era o automatismo da força e do comando militar; era a vehemencia do sentimento religioso, o respeito e a sympathia que todos sem distincção de classe ou côr politica prestam e dedicam ao venerando Prelado, promotor d'aquella significativa solemnidade.

Deve exultar de satisfação e contentamento a consciencia do illustre Prelado, que soube prender em um laço fraternal, e reunir no mesmo pensamento e no mesmo fervor religioso o povo das dioceses de Coimbra e Aveiro, collocadas hoje debaixo da sua esclarecida direcção espiritual e paternal sollicitude.

(Da Correspondencia de Coimbra.)

Pertencem a um officio que o sr. Bispo Conde dirigiu em 30 de outubro de 1883 ao sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça estes periodos que são o mais eloquente testemunho da grandiosidade da romaria do Rosario:

«Mas esperava-nos em Aveiro um espectáculo mais surprehendente e edificante.

Eram milhares e milhares de fieis que esperavam os romeiros com as auctoridades civis e politicas, com a Ill.^{ma} Camara Municipal e seu pendão, e a força militar; era o desfilar por entre todos e com muita ordem e muito respeito uma das procissões talvez maiores que se tenham feito, porque apozar da estação do caminho de ferro distar mais de dois kilometros do egreja, já ella estaria a entrar n'esta, quando eu sahia da estação debaixo do palio, atraz do qual iam o rev.^{mo} Bispo de Beja, auctoridades, Camara Municipal, professores de theologia da Univercidade, philarmonicas, força militar, grandes massas de povo cheio de edificante recolhimento.

E em verdade, a regularidade, devoção e respeito que se observava n'esta procissão, formada de perto de mil Irmãos e centenares de clerigos e ordinandos, a alegria e senti-

mento religioso com que os fieis a reverenciavam e acatavam nas ruas e nas janellas, e as brilhantes ornamentações que por toda a parte se viam em umas e outras subjugavam os espiritos e os corações. Nem uma palavra, nem um gesto, nem o mais leve signal de desapprovação ou de falta de respeito.»

Sobre o exito da mesma festividade dirigiu o mesmo venerando prelado á camara de Aveiro o officio que segue e com elle fecho a descripção da festa:

«*Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.*—Voltando da grande romaria do Rosario á cidade de Aveiro, tão penhorado e reconhecido para com todos os habitantes d'essa cidade, nós sentimos não poder significar os nossos louvores o agradecimentos a cada um d'elles individualmente. A expontaneidade com que milhares de fieis d'esta cidade e de tantas freguezias ruraes acompanharam o seu Prelado n'esta romaria, só por saberem que elle a fazia, e sem convite nem pedido da sua parte, e o empenho que poz a cidade de Aveiro em os receber, como recebeu, em tornar tão lusidas, pomposas e brilhantes as festas do Santo Rosario, ao passo que attestam por modo tão eloquente a fé e os sentimentos religiosos de todos, enternecem e captivam tambem o nosso coração, por fórma que jámis esqueceremos esta grande consolação do nosso ministerio. Para tudo porém concorreu muito v. ex.^a e a *Ill.^{ma} Camara Municipal*, a que tão dignamente preside, com a sua auctoridade e com o seu exemplo. E se muito deviamos já ao illustre senado de Aveiro pelas suas muitas attensões e cortezias para connosco, mais lhe ficamos devendo agora pelo muito que n'esta romaria honrou a Religião e o seu Pastor, ainda que indigno. Pedimos a v. ex.^a e aos seus collegas que se dignem de acceitar os nossos louvores e agradecimentos, e fazemos incessantes votos a Deus e á Senhora do Rosario para que abençoe essa parte tão querida do nosso Bispado, e para que nos ajude a corresponder ao muito que devemos ao nosso rebanho.

Deus Guarde a v. ex.^a — Coimbra, 29 de outubro de

1883.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Presidente da Camara Municipal de Aveiro.—*Manuel, Bispo Conde.*»

*

No dia 18 de janeiro de 1885 pelas 8 e meia horas da manhã chegou á estação do caminho de ferro d'esta cidade um comboyo especial transportando o Regimento de cavallaria 10. Era esperado pela Camara Municipal, auctoridades, muitos convidados, a companhia dos bombeiros voluntarios, as phylarmônicas *Aveirense*, *Amizade*, *Ilhavense* e da Pallaça, e immenso povo, que encheu litteralmente a *gare* e avenida da Estação. Alguns centenaes de foguetes, que então subiram ao ar, o repique dos sinos da torre dos paços do concelho, annunciaram á cidade a chegada do regimento.

Passava das 9 horas e meia quando principiou o desembarque dos cavallos, e foi elle dirigido com tal presteza e cuidado, que ás 11 estava o regimento a cavallo e formado. Por esta occasião a Camara Municipal, com o seu estandarte arvorado, dirigiu-se ao commandante do regimento, o sr. coronel José Virgolino, a apresentar-lhe os respeitos da cidade, que se preparava para os receber não como hospedes mas como irmãos. Feita pelo regimento a continencia á bandeira, o sr. presidente da camara levantou vivas a el-rei, ao sr. coronel e ao regimento de cavallaria n.º 10, que foram calorosamente correspondidos pela enorme multidão que se agglomerava em todas as ruas e campos circumvisinhos. O sr. coronel José Virgolino, agradecendo os cumprimentos que a elle e ao regimento do seu commando acabavam de ser dirigidos, levantou vivas á camara, á cidade e ao povo de

Aveiro, que foram correspondidos com egual enthusiasmo, e o mesmo succedeu aos que levantaram diferentes cavalheiros a el-rei, ao regimento de cavallaria n.º 10, ao presidente do conselho de ministros e ao exercito portuguez.

Logo em seguida organisou-se um magnifico cortejo, precedido de dois batedores. Após o estandarte municipal iam o presidente e demais vereadores com as insignias do seu cargo, a auctoridade civil e militar, a briosa companhia dos bombeiros voluntarios, a commissão central dos festejos, todos os redactores do *Campeão das Provincias* e representantes do *Commercio do Porto*, *Actualidade* e *Diario de Noticias*, e muitos outros cavalheiros da cidade e de fóra, as phylarmonicas *Amizade* e *Ilhavense* e em seguida o regimento commandado pelo seu bravo coronel, que levava á direita o sr. tenente coronel Manuel Antonio d'Araujo Veiga, chefe dos transportes do ministerio da guerra, e á esquerda o sr. capitão de estado maior Taveira, sub-chefe da 4.ª divisão militar.

O trajecto fez-se pela ruas da Estação, Sá, Carmo, Gravito, Vera-Cruz, José Estevão, ponte da praça do Commercio, rua Direita, rua Nova, avenida Araujo e Silva, e largo do quartel de Santo Antonio. Todas estavam vistosamente ornadas com mastros, festões de murta e bandeiras, pendendo de grande numero de janellas, onde se viam muitas senhoras, magnificos cobertores de damasco. Na passagem do cortejo foram lançados muitos centenaes de foguetes nos largos da Vera-Cruz e Municipal, e bem assim em frente do quartel. Na fachada principal dos paços do concelho estava arvorada a bandeira da cidade. Por toda

a parte era enorme a multidão que respeitosa-mente abria alas para dar passagem ao cortejo, saudando com enthusiasmo os recémchegados.

Chegado que foi o cortejo á entrada da avenida Araujo e Silva, o sr. presidente da camara convidou os sr. coronel de engenheiros Silverio Augusto Pereira da Silva, director das obras publicas do districto e João Augusto Marques Gomes, a descerrarem a placa em que se via gravado o nome da nova avenida, e que estava velada por duas bandeiras. Por esta occasião foram levantados entusiasticos vivas ao distinctissimo engenheiro o sr. Antonio Ferreira d'Araujo e Silva.

Formado o regimento em frente do quartel o sr. presidente da camara offereceu ao seu commandante as chaves do mesmo quartel que a expensas da cidade de Aveiro acabava de ser restaurado e grandemente ampliado.

Pelo sr. presidente da camara foram levantados por essa occasião novos vivas a el-rei, ao regimento de cavallaria n.º 10, aos srs. ministro da guerra, general da divisão, coronel José Virgolino, tenente coronel Araujo Veiga e officialidade do regimento de cavallaria. Os srs. coronel José Virgolino e tenente coronel Araujo Veiga levantaram tambem vivas á familia real, á camara e ao seu benemerito presidente, á cidade e povo de Aveiro. Em seguida o regimento entrou no quartel.

A's duas horas da tarde foi distribuido um abundante jantar aos presos da cadeia a expensas do sr. presidente da camara, Manuel Firmino d'Almeida Maia, que por este acto de caridade quiz commemo-

rar a entrada do regimento de cavallaria n.º 10, e bem assim lhes foram fornecidas pela camara municipal, 12 mantas e 12 enxergas.

A' mesma hora, e sob a influencia do mesmo principio de soccorrer os que necessitam, foram distribuidas aos pobres da cidade, n'uma sala do Lyceu, vistosamente ornada com plantas e flôres, 250 rações, numero egual aos das praças de pret que contava o regimento, cuja vinda por esta fórma se desejava commemorar. Cada ração constava de 500 grammas de carne de vacca, 250 d'arroz e 500 de pão, n'um bom prato de faiança. Eram duas horas quando principiou a distribuição, que foi feita por algumas gentís das mas aveirenses. No atrio e durante o bodo tocou a philarmonica da real fabrica de porcelanas da Vist'Alegre. Ao regimento de cavallaria n.º 10 e destacamento de infantaria 14 aqui estacionado, foi distribuido um bom rancho em nome da cidade, para o que a commissão que promoveu o bodo aos pobres, offertou a quantia de 51:000 réis.

*

No dia 8 de fevereiro de 1886, chegou a esta cidade S. A. o sr. infante. D. Augusto.

Na estação, cuja *gare* se achava illuminada, aguardavam a chegada de S. A. o ex.^{mo} e revd.^{mo} sr. Bispo Conde, camara municipal, com a bandeira da cidade arvorada e todas as demais auctoridades ecclesiasticas, judiciais, administrativas e maritimas, director das obras publicas, coronel de cavallaria 10 e muitos outros officiaes, engenheiros, empregados publicos, muitos particulares e uma multidão enorme de povo

que enchia completamente todas as dependencias do edificio e avenidas.

A chegada do comboio foi annunciada por grandes girandolas de foguetes e a phylarmonica Aveirense tocou o hymno real. A' carruagem-salão em que vinha S. A. subiram a cumprimental-o os srs. Bispo Conde, secretario geral, em nome do sr. governador civil que por doente não pôde comparecer, e presidente da camara. Quando S. A. desceu foram levantados entusiasticos vivas, a Sua Magestade el-rei, ao sr. Infante D. Augusto, a familia real e ao exercito portuguez, que foram calorosamente correspondidos e repetidos por muitas vezes. Fóra da estação estava formado o regimento de cavallaria 10 que se apresentou em grande força e inexcédível accio. S. A. montou logo a cavallo e acompanhado pelo seu estado maior e regimento de cavallaria seguiu para a residencia episcopal de Sá, por entre alas compactas de povo, que respeitosa e extensos renques d'archotes formando-se assim uma grande *mar-che aux flambeaux*.

A' chegada ao paço, novas girandolas de foguetes subiram ao ar e repetiram-se os vivas a S. A. que era esperado á porta pelo seu respeitabilissimo hospedeiro o ex.^{mo} sr. Bispo Conde, retirando em seguida para o respectivo quartel o regimento de cavallaria 10. Momentos depois S. A. recebia as felicitações do sr. presidente da camara e de diversos funcionarios e as dos redactores do *Campeão das Provincias*. Ao sr. presidente da camara, disse S. A. por essa occasião que estava muito grato á cidade de Aveiro e muito especialmente á sua camara municipal pelo muito que

tem trabalhado para o bem estar do regimento de cavallaria 10 e que jámais esqueceria os serviços por ella prestados.

A's 8 e meia horas serviu-se o jantar, para que foram convidados o ex.^{mo} e rev.^m sr. Bispo Conde, e além do estado maior de S. A., os srs. governador civil, presidente da camara, secretario geral, director das obras publicas, juiz de direito, capitão do porto, delegado do thesouro, presidente da commissão executiva da Junta Geral, commandante do regimento de cavallaria 10 e official da guarda. Durante o jantar tocou em frente do paço a charanga do regimento.

*

Em 28 de outubro de 1887 Sua Magestade El Rei D. Luiz, acompanhado da rainha D. Maria Pia e dos príncipe D. Carlos e infante D. Affonso, visitaram Aveiro. E', portanto, dever meu o dizer como foram recebidos, e que passo a fazer.

Eram 10 horas da manhã quando se ouviu o silvo da locomotiva que trazia a esta cidade a familia real portugueza, e então um fremito geral de alegria se apossou da enorme multidão que a aguardava. As avenidas da linha ferrea n'uma grande extensão estavam ladeadas de povo.

O comboio real apenas entrou nas agulhas foi saudado com girandolas de dezenas de duzias de foguetes, e saudações enthusiasticas soltaram-se de milhares de labios; ao longe, na cidade, repicavam festivamente os sinos de todas as torres, e a alegria de que o povo se mostrava possuido era sem limites, unica. Parecia que Aveiro se havia fundido n'um pensamento só, o saudar a Familia Real Portugueza, que

vinha honrar com a sua visita este segundo berço da liberdade, que tanto a ama. Na *gáve* estava tudo que em Aveiro e no districto ha de mais distincto. Entre muitas outras pessoas aguardavam SS. MM. e AA., os srs.: Arcebispo d'Evora; Bispo Conde; dr. Basbosa de Magalhães, deputado por Ovar e actualmente exercendo as funcções de governador civil do districto; camara municipal de Aveiro com o seu estandarte, presidida pelo sr. conselheiro Manuel Firminio d'Almeida Maia; camaras municipaes de Estarreja, Agueda, Ovar, Castelo de Paiva, Ilhavo, Vagos, Albergaria, Anadia, Arouca, Feira, Oliveira de Azemeis e Oliveira do Bairro; condes de Castelo de Paiva, da Borralha e de Beirós; deputados dr. Castro Matoso, dr. Simões dos Reis, conselheiro Albano de Mello, conselheiro Correia Leal, Francisco José Machado e Almeida e Brito; dr. Celestino Emidio, presidente do Tribunal de Commercio do Porto; conego José Candido Gomes d'Oliveira Vidal, reitor do lyceu; Eduardo Caldeira Cid (Borralha); Ferreira d'Araujo, director das obras publicas; Joaquim José dos Prazeres, director telegrapho-postal; dr. Gonçalves Malaquias, 2.º official do ministerio do reino; dr. Alvaro de Moura, João Romão, dr. José Soares, dr. Alexandre José da Fonseca, Ladeira e Castro, Elias Eernandes Pereira, e Padre Francisco Costa, professores do lyceu; dr. Eugenio da Costa e Almeida, juiz de direito da comarca; dr. Souza Leitão, delegado do procurador régio; commendador Marques Tavares, conservador da comarca; João Carlos Machado, engenheiro da camara municipal do Porto; Antonio Augusto Duarte e Silva, escrivão; dr. João Rocha, advogado; Fernando No-

gueira, escrivão; Arnaldo Augusto Alvares Fortuna, escrivão; Luiz Regala, delegado de saude; Antonio Augusto de Moraes e Silva, aspirante da repartição de fazenda; Joaquim Simões Franco, chefe da repartição da Junta Geral; Miguel do Carmo, aspirante da repartição de fazenda; padre Manuel Ferreira Pinto de Souza, prior da Vera Cruz; padre Antonio Joaquim da Silva; padre Daniel Tavares Nogueira; Cortez Machado, contador da comarca; padre Vidal, sub inspector de instrução primaria; dr. Augusto de Castro, procurador regio junto á relação do Porto; vice-reitor do seminario de Coimbra; padre Negraes, prior d'Eirol; José Ferreira Lucena; David da Silva Mello Guimarães; João Maria Garcia; Almeida Vilhena, presidente do Gremio Aveirense, jornalista, representando a Sociedade de Geographia; Antonio Correia de Abren; Mello Borges, escrivão de fazenda do concelho; dr. Egidio, professor do seminario de Coimbra; Alberto de Souza, escrivão de fazenda; dr. Antonio José Rodrigues Soares, director do Colegio Aveirense; dr. Columbano de Castro Portugal, procurador á junta geral do districto do Porto; dr. Baptista da Cunha, antigo vigario geral da extinta diocese de Aveiro e professor do seminario de Coimbra; Duarte Ferreira Pinto Basto, administrador da fabrica da Vista-Alegre; José Maria Pereira do Couto Brandão e dr. Manuel Maria da Rocha Madail, chefes de repartição do governo civil; Amadeu Faria de Magalhães; dr. Azeiteiro, advogado; commendador Sá Couto, procurador á junta geral; dr. João Maria da Rocha Calisto, juiz de direito da comarca de Penacova; dr. Bento Guimarães, conservador da comarca de Oliveira d'Azemeis;

pintor Souza Pinto; Manuel Pereira da Cruz, procurador á junta geral e membro da commissão executiva; major Diogo Sampaio, representante da direcção da 2.^a circumscripção hydraulica; José Luiz Ferreira, escrivão de fazenda do concelho de Bragança; dr. Francisco da Graça Matoso, delegado do procurador régio n'uma das varas de Lisboa; Visconde de Valdemouro, representando a Junta Geral; Francisco de Magalhães, director do serviço das matrizes; Firmino de Vilhena, jornalista; Visconde de Valdoeiro; Abbade de Esmoriz; Simões Raposo, inspector de instrucção primaria; Antonio Maria dos Santos Freire, professor de ensino complementar; Marques Villar; commendador Rodrigues da Silva, reitor de Sôza; dr. Nicolau de Souza Lobo, presidente da camara de Castello de Paiva; dr. Rezende e Brito, presidente do Tribunal Administrativo; direcção da Real Irmandade de Santa Joanna Princeza; commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia; direcção da Associação Aveirense de soccorros mutuos das classes laboriosas; major Galhardo, commandante do corpo da reserva; Accacio Conceiro, chefe da guarda fiscal; Figueiredo e Silva, chefe de secção da 2.^a circumscripção hydraulica; commendador Manuel Pinto d'Almeida; dr. José Xavier Cerveira de Souza, vice-presidente da camara municipal de Anadia; Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto-maior, antigo deputado e presidente da camara municipal de Estarreja; dr. Francisco Augusto Lobo Castello Branco, juiz do Tribunal Administrativo; dr. Marques Perdigão, juiz do Tribunal Administrativo; dr. Pereira Amorim, agente do ministerio publico junto do Tribunal Administrativo; Seve-

riano Juvenal Ferreira, escrivão de direito; José Ferreira Correia de Souza, official servindo de inspector de fazenda do districto; administradores dos concelhos de Aveiro, dr. Oliveira Sobreiro; de Ovar, dr. Christovão Coelho; de Albergaria, Almeida Miranda; de Estarreja, dr. Dionisio de Moura; de Agueda, dr. Abilio Pereira Pinto; de Ilhavo, Pedro Calisto; de Vagos, Santos Victor; Manuel Fernandes Thomaz, chefe da delegação da alfandega; capitão do porto, Daniel Baptista de Barros; Antonio Luiz de Souza, piloto-mór; conselheiro José Ferreira da Cunha; Manuel José Brandão, procurador á Junta Geral; dr. Francisco Xavier de Sá Noronha e Moura, procurador á Junta Geral; Augusto Cesar d'Almeida, procurador á Junta Geral; Silverio de Magalhães, escrivão de direito; Caetano de Mello, presidente da camara municipal de Villa Nova de Gaia; dr. Nunes da Silva, delegado do procurador regio em Ovar; dr. Pizarro, procurador á Junta Geral; Bernardino Maximo d'Aranjo e Albuquerque, presidente da camara municipal de Albergaria; João da Silva Mello Guimarães, vice-consul hespanhol; Basilio Matheus de Lima Junior, escrivão de fazenda; generaes commandantes da 2.^a e 3.^a divisão militares; engenheiro Mattos, chefe de secção de esta 2.^a circumscripção hydraulica; dr. Antonio Pereira da Cunha e Castro, presidente da camara municipal de Ovar; dr. José Maria d'Albuquerque Tavares Lobo, representando a camara municipal de Sever do Vouga; Leonel Tavares, presidente da camara municipal de Oliveira do Bairro; dr. João de Oliveira Baptista e Marques Gomes.

Além d'outras damas, estavam as ex.^{mas} sr.^{as} D.

Maria de Arrabida de Vilhena d'Almeida Maia, D. Maria José de Vilhena e Magalhães, D. Amparo de Vilhena, D. Anna Menezes e Castro, D. Isabel de Castro, D. Luiza da Rocha Calisto, D. Rosa Regala, D. Chrisanta Regala, D. Luiza Ernestina Regala, D. Prazeres Regala.

A guarda de honra era feita por uma força do regimento de infantaria 23, com a respectiva banda.

Na gare estava tambem a briosa companhia dos bombeiros voluntarios, commandada pelo 2.º patrão o sr. José Maria de Carvalho Branco, e precedida pela phylarmonica *Aveirense*. Estes denodados protectores da humanidade tomaram depois parte no cortejo tanto á ida como á volta para a estação.

Poucos minutos depois de haver parado o comboio, SS. MM. e AA. tendo-se despedido da sr.^a duquesa de Bragança, que acompanhando seu augusto filho o principe da Beira, seguiu logo para Lisboa, por o seu melindroso estado de saude não lhe permitir o alongar mais a viagem, desceram do trem real. O sr. governador civil, por intermedio do sr. presidente do conselho, e em nome da cidade, solicitou ainda de sua Alteza Real a princeza D. Amelia e de seu augusto filho a honra da sua demora em Aveiro, mas sua alteza sentiu não poder acceder, prometendo sua Alteza o principe D. Carlos voltar em outra occasião a Aveiro com sua augusta esposa e filho o principe da Beira.

Ao som do hyno nacional e de um estalejar medonho de foguetes, entre vivas e aclamações delirantes, por entre alas de damas e de academicos que, arrastados pelo seu entusiasmo juvenil, alcatifaram

com as capas a distancia que mediava entre o trem real e a sala de recepção, deram entrada alli SS. MM. e AA. Novos vivas resoaram na sala, que estava luxuosamente ornamentada, tendo as paredes forradas de damasco carmezim com listões amarelllos. Os reposteiros eram de estofos egual, vendo se pelas paredes elegantes trofeus com os escudos de Portugal e Italia.

Sob um largo estrado alcatifado havia cinco cadeiras de pau santo com estofos de veludo. Ladeando-o, e sobre pedestaes, quatro gentilissimas creanças vestidas de branco, quatro pequeninos cherubins alados, espargiam flôres sobre os regios excursionistas. Logo á entrada da porta da sala, aguardando el-rei, estava o venerando arcebispo de Evora, esse santo velhinho, verdadeiro pastor evangelico, digno imitador de D. fr. Bartholomeu dos Martires e de D. fr. Caetano Brandão, perante quem todos se curvavam e que todos reverenciavam, taes e tantas eram as suas virtudes.

El Rei mostrou-se visivelmente satisfeito com este feliz encontro, fallando muito amavelmente com o respeitabilissimo prelado que carregado de annos e de achaques deixou a sua casa de Ilhavo, aquella guarida santa onde corriam diariamente dezenas de infelizes em busca de pão, para o vir felicitar e felicitar-se, pois s. ex.^a revd.^{ma} apesar de presar muito o seu berço, tambem não tinha em menos conta Aveiro, onde passou uma grande parte da sua longa vida, já estudando e ensinando, já exercendo as altas funções de governador do bispado, praticando enfim sempre o bem.

Havendo a familia real tomado logar sobre o estrado onde se conservou de pé, o sr. conselheiro Manuel Firmino d'Almeida Maia na qualidade de presidente da camara d'esta cidade dirigiu a el-rei a seguinte allocução:

«*Senhor!*—A camara municipal do concelho de Aveiro agradece a Vossa Magestade a honra da sua visita a esta terra. Se Vossa Magestade não póde encontrar aqui nem as aparatosas ostentações de jubilo, nem as magnificencias de hospitalidade opulenta das florescentes cidades do norte do reino, que percorreu, terá para os seus olhos de artista as belezas naturaes do paiz, e para os seus ouvidos de monarcha tão calorosas e expontaneas ovações, tão sinceras e merecidas bençãos, que hão de orgulhar o seu augusto espirito, e commover o seu magnanimo coração.

Aclamamos na pessoa de Vossa Magestade o supremo chefe do estado, —o modelo dos reis constitucionaes, o continuador benemerito das gloriosas tradições da sua dinastia, o solícito protetor das artes, e das industrias nacionaes, o exímio cultor das letras patrias, e o seguro penhor das liberdades publicas e das garantias individuaes.

Abençoâmos na augusta esposa de Vossa Magestade o exemplo unico das rainhas e mães, que fez da corôa um aureola, e do throno um altar, e que ao desdobrar o manto da realesa para acolher os desvalidos, deixa cahir todas as perôlas da opulencia transformadas em flôres da caridade.

Saudâ nos nos Serenissimos principes os auspiciosos herdeiros dos altos meritos e das egregias virtudes de seus maiores, certos de que hão de acrescentar em brilho e gloria o já tão brilhante e glorioso throno portuguez.

E sobre o doirado berço em que balouça o gentilissimo principe da Beira, desfolhânos todas as rosas da esperanza e todos os lirios de amor.

Serão estas, Real Senhor, as nossas festas, que outras não póde dar a modestia, nem outras sabe dar a simpathia.»

El-Rei respondeu agradecendo as felicitações que lhe eram dirigidas, bem como a sua augusta família e fazendo votos pela prosperidade de Aveiro que disse ser agora a segunda vez que em sua vida visitava, e que fazia esta visita com immenso jubilo, porque Aveiro era uma das terras de Portugal a quem a actual dinastia e a liberdade mais deviam.

Recebidos os cumprimentos de todas as pessoas presentes a família real e comitiva subiu para as carruagens que a esperavam.

Fóra, a multidão que se aglomerava, não só no largo da Estação como avenidas da rua do mesmo nome era enorme, esmagadora, e só com muito custo se pôde abrir caminho para dar passagem aos trens da casa real, não obstante chegarem muito antes.

No largo fronteiro á Estação estava postada uma força de cavallaria n.º 10 com a respectiva charranga e bandeira, sob o commando do sr. capitão Valdez. Todo o largo bem como todas as ruas por onde tinha de passar o cortejo estavam vistosamente engalanadas de mastros com bandeiras, trofeus e galhardetes, isto n'uma distancia de quasi dois kilometros; de todas as janellas pendiam colchas de damasco e seda, tendo muitas igualmente bandeiras.

Algumas casas particulares tinham ornamentações especiaes, como eram as dos srs. Francisco Manuel Couceiro da Costa, morgado de Vilarinho, um dos poucos representantes da antiga nobreza aveirense, e conselheiro Manuel Firmino d'Almeida Maia, governador civil do distrito. Tambem estavam muito bem ornados os edificios do Lyceu, Estação Telegra-

pho-postal, Real Convento de Jesus e casa do commissariado de policia.

Eram perto de onze horas quando o prestito se poz a caminho.

Na frente iam os batedores, e logo em seguida um magnifico *landau* conduzindo SS. MM. e AA. A' estribeira ia o general Carvalho, commandante da 2.^a divisão militar, com o seu estado maior, officialidade de cavallaria n.º 10 e a força do mesmo regimento que na Estação fazia a guarda d'honra.

Depois seguia-se um outro *landau* da casa real tambem a duas parellhas conduzindo o sr. presidente de conselho, condes de Bretiandos, conselheiro Nazareth, coronel D. Francisco d'Almeida e mais pessoas que compunham a comitiva real. Após estes iam perto de cem carruagens com a camara municipal, governador civil, auctoridades e demais pessoas que tinham ido esperar SS. MM. e AA.

Todo o trajecto foi uma verdadeira marcha triumphal. O carro em que ia a familia real foi sempre sob uma enorme chuva de flôres, e no meio das mais entusiasticas saudações. Todas as cabeças se descobriram, e muitos populares ajoelhavam á passagem de SS. MM.

Ao passar o cortejo real pelas casas dos srs. presidente da camara e governador civil, a ovação foi delirante.

De todas as janellas cahiu profusa sobre a familia real uma chuva de petalas e flôres, e um gentil grupo de creanças soltou lindas pombas brancas com laços de fita de setim azul e branco, onde se liam as seguintes quadras:

A S. M. A RAINHA

«Sêde bem vinda, Senhora!
 á nossa terra feliz,
 que, entre jubilos e galas
 o vosso nome bem-diz».

A S. A. A DUQUEZA DE BRAGANÇA

«A pomba, que vôa agora
 carinhosa ao colo teu,
 leva-te as benções do Céu
 envoltas na luz d'aurora».

Do que se passou mais quanto a esta sempre memoravel visita, direi em outros capitulos d'este livro; mas com relação á chegada de Suas Magestades e Altezas, julgo não dever omitir o que a tal respeito disseram alguns dos jornaes que por essa occasião aqui mandaram representantes, transcrevendo os telegrammas que sobre esta parte da visita aos mesmos estes lhes transmittiram:

Ao «PRIMEIRO DE JANEIRO» — PORTO

«Aveiro, 28, ás 11 h. da m.

A familia real acaba de chegar a Aveiro. A *gare*, toda embandeirada e afestoadá; as immedições e a estrada que conduz á cidade estão apinhadas de povo. Bandas de musica executam os hymnos reaes, a foguetaria estrondeia formidavelmente. Sob a *marquise* da estação, onde una multidão enorme se acotovella, rumorejante.»

Ao «ECONOMISTA» — LISBOA

«Aveiro, 28, ás 11 h. e 36 m. da manhã.

A sahida do Porto foi ás 9 h. e 10 m. depois de rece-

bidos os cumprimentos. Grande numero de operarios e de mulheres do povo, ao longo da linha levantaram vivas á familia real. A chegada a Aveiro foi ás 10 h. e 28 m., onde havia muito povo, a camara municipal e as auctoridades. De Coimbra vieram para aqui cêrca de 400 estudantes aguardando a familia real na estação e promovendo em seguida uma manifestação sympathica a Suas Magestades, formando alas ao longo da rua que conduz á estação, dando vivas e roda de palmas aos illustres viajantes. O caminho está embandeirado com postes e tropheus. A princeza e o principe da Beira e os condes de Seisal seguem para Lisboa. Na estação creanças vestidos de anjo atiravam flores á rainha. Houve a devida saudeção da camara, do Bispo Conde e do arcebispo de Evora.»

A' «PROVINCIA» — PORTO

«Chegamos a Aveiro ás 10 horas e 30 minutos.

A familia real era aqui esperada pelas camaras e auctoridades de todo o districto; pelo general commandante da segunda divisão com o seu estado maior, pelo coronel e officiaes de cavallaria 10; pelo conde da Borralha e muitas outras pessoas gradadas, notando-se tambem muitas senhoras.

SS. MM. e A.A. receberam os cumprimentos na sala da estação, que estava adornada com luxo e elegancia.

Na estação tocavam differentes phylarmonicas.

A's 10 horas e 55 minutos sahiu a familia real da estação, tomando logar n'um coche a cuja estribeira ia o general Carvalho, seguido pelo coronel, officiaes e dois pelotões de cavallaria 10. Ao todo 40 cavallos. Dirigiram-se para a egreja de Jesus assistindo a um solemne *Te-Deum*, celebrado pelo Bispo Conde.»

A' «ACTUALIDADE» — PORTO

«Aveiro, ás 10 e meia da m.

A' chegada do comboio foguetes estalaram. Estação profusamente embandeirada. Duas bandas na *gare*: a de infantaria 23 e a *Aveirense*. No largo da estação: a charanga

de cavallaria 10, as phylarmonicas de Albergaria, S. João da Madeira e *Amizade*.

A guarda de honra é feita por infantaria 23. No largo da estação o regimento de cavallaria 10.

A estação apinhadissima do povo, auctoridades, camaras de todos os concelhos do districto e bem assim as auctoridades principaes do mesmo.

A sala de recepção forrada, em pregas, a damasco vermelho e amarello. Escudos e feixes de bandeiras. O docel da damasco escarlate franjado a ouro. Quatro anjos, graciosamente vestidos, azas pequeninas, de passaritos implumes, espargiam flores á entrada na sala, e, durante os cumprimentos postam-se sobre pedestaes. Lindo.

O presidente da camara, o conselheiro Manuel Firmino d'Almeida Maia, lê uma allocução congratulatoria.

E' immensa a gente que felicita a familia real e ainda muito mais a que se acotovellava na *gare*. Nas immediações o povo em barda. Toda a gente do concelho de Aveiro e muita do districto.

Enquanto eram apresentados os cumprimentos aos reynos visitantes, na *gare*, no entanto, muita gente saudava a princeza e principe da Beira, que seguiram para Lisboa no mesmo expresso, acompanhados pelos srs. condes de Seisal.

Cahiú aqui pôde dizer-se a academia de Coimbra em peso. Formava ella uma fila na *gare* e na rua da Estação estavam tambem os estudantes em fila.

E' impossivel dar lhes uma lista completa dos cavalheiros, funcionarios e auctoridades que aguardavam a familia real. Já acima dissemos, em globo, que estava tudo o que conta o districto em camaras e auctoridades administrativas e bem assim em cavalheiros graduados.

O cortejo rompia por uma carruagem com alguns membros da camara municipal, em seguida á qual os batedores e um piquete de cavallaria 10, que precediam a carruagem real. Atraz a força de cavallaria 10.

Os estudantes de Coimbra, com os seus trajos escolares, saudam a familia real. Pelas ruas do percurso para o templo

do Jesus, onde se verifica o *Te-Deum*, e que são Estação, Sá, Gravito, Vera-Cruz, José Estevão, largo Municipal, Direita e Jesus, multidão enorme de povo saudava a família real. As janellas e sacadas ornadas de colgaduras, algumas d'ellas ricas, galhardetes pendendo de pequenos mastareus. Nas ruas mastros com bandeiras e escudos. Musicas em varios pontos, todas ellas soprando o hymno real á passagem dos illustres visitantes.

Além das phylarmonicas de que acima lhes fallei, vi mais as de: Albergaria, Grijó, Palhaça, Oyã, Pardilhó, Agueda, Oliveira do Bairro, Vagos, Ilhavo, etc. Parece que cada camara veio acompanhada da sua phylarmonica. E não tenho razão quando lhes digo que as festas de Aveiro se pertencem em muito a Aveiro, pertencem tambem em alguma coisa ao districto?

O quartel de cavallaria 10 embandeirado.

Das casas que melhor decoração apresentaram era o palacete do sr. Manuel Firmino: colchas ricas, feixes de bandeiras e corôas de flores nos intervallos das janellas. N'esta casa e na do sr. Sebastião de Carvalho e Lima creanças, netas dos proprietarios, lançavam flores sobre a carruagem real. Em muitas outras casas senhoras espargiam tambem flores e lenços brancos davam as boas vindas á família de Bragança.

Foi por entre massas compactas que explosiam de quando em quando em vivas freneticos que os regios visitantes chegaram á egreja de Jesus.»

*

Se me foi grato relembrar a visita que a Aveiro fez a família real portugueza, tambem me não é menos o poder archivar aqui a noticia de duas visitas mais, que são as dos srs. Mendes Leal e Bernardino Machado—aquelle quando ministro da marinha e este das obras publicas.

A do primeiro realisou-se a 5 de dezembro de 1863 e a do segundo em 30 d'agosto de 1893.

O sr. conselheiro Bernardino Machado chegou á estação d'esta cidade pelas 3 horas da tarde d'este dia, vindo da Figueira até aqui n'um comboio especial.

A gare estava vistosamente engalanada com tropheus e bandeiras, vendo-se d'onde a onde pedestaes sustentando grandes vasos de flores. Além da guarda de honra, formada por uma força de esquadrão do regimento de cavallaria n.º 10, commandada pelo sr. capitão Campos, estavam a philarmonica *Amizade* e a fanfarra do Azylo Escola e muito povo. Aguardavam a chegada do illustre ministro, além da camara municipal; com a sua respectiva bandeira, os srs. visconde de Balsemão, governador civil do districto; dr. Massa, secretario geral do governo civil; dr. Costa e Almeida, juiz de direito da comarca; coronel Miranda Gordillo, commandante de cavallaria n.º 10; tenente coronel Sá Quintino; Francisco da Silva Ribeiro, director das obras publicas; engenheiro Pedro Folque; dr. Mello Freitas; José Moria de Mello Mattos, chefe de secção da 2.ª circumscripção hydraulica; dr. Francisco Salles de Mesquita Carvalho, delegado do procurador regio da comarca; padre Manuel Ferreira Pinto de Sousa, prior da Vera-Cruz e arcepreste; Vasconcellos Dias, alferes da administração militar; padre Cardote, capellão de cavallaria n.º 10; commissario de policia; Miguel d'Araujo, delegado do thesouro; conselheiro Ferreira da Cunha; dr. Elias Fernandes Pereira, professor do lyceu; dr. Antonio Emilio d'Almeida Azevedo, deputado pela Feira; major Carlos du Bucage, deputado pelo circulo plurinominal d'Aveiro; Ferreira Felix, negociante; dr. Antonio Carlos Mello Guimarães, conservador da comarca; dr. Manuel Gon-

çalves de Figueiredo, reitor do lyceu; dr. Sanches da Gama, administrador do concelho d'Aveiro; dr. Joaquim Mannel Ruella, contador da comarca; commendador Marques Tavares; Silverio de Magalhães; Manuel Maria Amador; dr. Edmundo de Magalhães Machado; capitão Arnaut Peres; dr. Malva, cirurgião-mór do exercito; capitão Carvalho; Carlos de Faria; Ernesto Maria Levy; José Maria d'Oliveira Vinagre, negociante; João Augusto Castello Branco; José Maria Pereira do Couto Brandão; alferes Moreira; Luiz Couceiro da Costa; Francisco d'Assis Marques Gomes; Antonio José de Sá, engenheiro; dr. Joaquim Urbano da Costa Ribeiro; Manuel Anthero Baptista Machado; commandante dos Bombeiros Voluntarios; dr. José Tavares d'Almeida Lebre; dr. Manuel Maria da Rocha Madail; Amadeu Faria de Magalhães; David da Silva Mello Guimarães; Carlos de Oliveira Carvalho, regente da secção florestal d'Aveiro; Almeida, agronomo; Firmino de Vilhena, secretario da camara; major de cavallaria n.º 10; Manuel Fernandes Thomaz, e Marques Gomes.

Eram pouco mais de tres horas quando o comboio especial que conduzia o illustre ministro entrou nas agulhas, o que foi annunciado por uma enorme girandola de foguetes e pela philarmonica *Amizade* e fanfarra do Azylo Escola, que tocaram o hymno real.

S. ex.ª era acompanhado pelos srs. general Silverio Augusto Pereira da Silva, Severiano Monteiro, lente do Instituto Industrial de Lisboa; conselheiro Antonio Arroio, engenheiro Thomaz Costa, Frazão, director das obras publicas de Coimbra; Silva Bastos,

engenheiro Castro Freire e Cerveira Serra, administrador do concelho da Mealhada.

Logo que s. ex.^a desceu da carruagem foi cumprimentado pelo sr. governador civil, camara municipal e muitas outras das pessoas presentes. Pouco depois seguiu a pé para casa do sr. presidente da camara, onde se hospedou. Na frente ia o vereador sr. Francisco Elias dos Santos Gamellas com a bandeira da cidade, seguindo-se-lho logo o illustre ministro, governador civil, camara municipal, etc. Durante o trajecto foram lançados ao ar muitos foguetes e o sr. presidente da camara levantou vivas a el-rei, á familia real e ao sr. ministro das obras publicas, que foram entusiasticamente correspondidos.

Pouco depois das 9 horas da noite um numerosissimo grupo de cavalheiros de todas as parcialidades politicas acompanhados de muito povo dirigiram-se em *marcha aux flambeaux* a casa do sr. presidente da camara e ali fizeram uma imponente manifestação de sympathia ao illustre ministro, que agradeceu, levantando um viva á cidade de Aveiro. Fallaram os srs. Francisco Couceiro, Mello Freitas e João Guimarães, que dando as boas vindas a s. ex.^a lhe lembraram a inadiavel necessidade de se acudir de prompto aos males que assoberbam a nossa terra em resultado das pessimas condições da barra e da ria. S. ex.^a respondeu agradecendo as manifestações de sympathia que acabava de receber e disse que envidaria os maiores esforços e toda a sua força de vontade para satisfazer tanto quanto ser possa ás justificadas reclamações dos aveirenses.

No dia seguinte 31 d'agosto, foi destinado pelo

sr. conselheiro Bernardino Machado para visitar a ria e a barra, por isso logo de manhã o caes offerecia um aspecto festivo e muitissimo animado. Um grande numero de barcos embandeirados em arco esperavam a hora da partida, enquanto que muitos outros cheios de gente singravam caes fóra, em direcção á barra. A partida do caes teve logar cerca do meio dia.

O barco destinado ao illustre ministro assemelhava-se a uma das faladas gondolas da formosa rainha do Adriatico, de quem Aveiro se ufana de se julgar rival. Interiormente era forrado de damasco carmezim, e cobria-o um enorme toldo forrado com a bandeira nacional. Em volta pequenos escudos com os monogramas do ministro, engenheiro Silverio, camara municipal e com algumas datas de importantes factos hydraulicos referentes a Aveiro como eram: —novembro de 1778, (1.^a planta da ria); 2 de outubro de 1801, (ordem para proceder aos estudos dos melhoramentos dos rios Vouga, Agueda e Certema); 8 de novembro de 1802. (ordem para effectuar as plantações das dunas); 3 de abril de 1808, (abertura da Barra nova); 17 de agosto de 1813, (ordem para melhorar a navegação dos rios Vouga, Agueda e Certema); 18 de maio de 1818, (plantação das dunas, projecto); 26 de outubro de 1813, (começo das obras do rio Vouga); 22 de dezembro de 1815, (abertura do rio novo do Pincipe); 16 de abril de 1854, (draga de Aveiro), 26 de abril de 1858, (reconstrucção do caes de Aveiro); 31 de dezembro de 1858, (1.^o projecto das obras da Barra elaborado pelo engenheiro Silverio).

No barco tomaram logar, além do illustre ministro, os srs. general Silverio Augusto Pereira da

Silva, dr. Jayme de Magalhães Lima, visconde de Balsemão, dr. Costa e Almeida, juiz de direito da comarca, engenheiros Mattos, Folque e Thomaz Costa; Carlos du Bocage e Antonio Emilio de Almeida Azevedo, deputados; Mello Freitas, commissario de policia, dr. Edmundo de Magalhães Machado, dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo, coronel Miranda Gordilho, visconde da Silva Mello, Antonio Arroyo, Severiano Monteiro, dr. Elias Fernandes Pereira, Silva Ribeiro, director das obras publicas do districto; Carvalho, silvicultor; Silva Bastos e o auctor d'este livro.

Logo, seguiam-se os barcos que compunham a flotilha, todos embandeirados, a regorgitarem de gente e levando uma phylarmonica, a *Aveirense*. D'um outro lançavam-se de quando em quando grandes girandolas de foguetes.

Muitos carros com senhoras e cavalheiros acompanhavam pela estrada marginal o esplendido cortejo cujo effeito, visto de terra, era verdadeiramente deslumbrante. Da ria o effeito não era menor, senão superior.

Na Gafanha aguardavam o ministro a camara municipal de Ilhavo, auctoridades civis, dr. Manuel Branco, illustrado prior d'aquella importantissima parochia, e as pessoas mais gradas da localidade, muito povo e uma phylarmonica. O sr. conselheiro Bernardino Machado foi dentro do barco, onde vinha a camara, cumprimental a. N'essa occasião foi s ex.^a muito victoriado, tocando as phylarmonicas o hymno real.

O rebocador *Liberal*, offerecido generosamente pelo sr. Manuel Maria Amador, rebocou a flotilha até

Cova da Lama, onde se estão fazendo com o melhor exito ensaios, de plantação das dunas sob a intelligente direcção do illustrado silvicultor, meu amigo e conterraneo, sr. Egberto de Magalhães Mesquita.

O sr. conselheiro Bernardino Machado desembarcou e percorreu uma parte d'aquelle immenso areal, já hoje coberto de vegetação, tecendo encomios aos directores dos trabalhos. Examinou as plantas dos terrenos semeados e bem assim um pé de trigo alli semeado e em que contou 37 espigas. Referindo-se á plantação disse que era necessario continuar.

Reembarcando, deu-se ordem para voltar em direcção á Barra. Agora a gondola foi rebocada pela pequena lancha a vapor *Foz do Vouga* e os demais barcos pelo *Liberal*.

Eram 2 e meia horas da tarde. Novas girando-las de foguetes annunciaram a partida, sendo de todos os barcos levantados novos vivas ao sr. conselheiro Bernardino Machado. Pela ria, pescando passavam milhares de bateiras, d'onde os pescadores, se erguiam agitando os barretes.

Era d'um effeito soberbo a linha geral da costa. As duas phylarmonicas tocavam o hymno nacional. A' aproximação da barra, vêm ao encontro da flotilha differentes barcos tripulados por senhoras e rapazes a banhos n'esta praia, e repetidos vivas ouviram-se de todos os lados a el-rei e ao ministro das obras publicas.

Meia hora depois effectuava-se o desembarque na Barra junto do grande molhe do sul. Centenares de pessoas aguardavam a chegada da flotilha. Ao desembarque, o illustre ministro foi cumprimentado pe-

lo sr. capitão tenente Mendes Leite, exercendo as funções de capitão do porto.

O sr. conselheiro Bernardino Machado seguiu para o pharol, em cuja na plata-forma estava a fanfarra do Asylo-Escola, que tocou o hymno nacional. Subindo até á lanterna ahi se lavrou o auto de inauguração, accendendo-se n'essa occasião pela primeira vez o mesmo pharol.

O illustre ministro com o fim de observar de perto os antigos areaes da Gafanha, hoje convertidos em productivos campos, seguiu em carro para Aveiro. S. ex.^a ficou deveras surprehendido com a fertilidade d'aquelles terrenos arenosos, em que ainda ha menos d'um esculo não havia sombra de cultura ou vegetação sequer.

Pelas 9 horas da manhã de outro dia, 1 de setembro visitou s. ex.^o o collegio de Santa Joanna. A' entrada do sumptuoso edificio, aguardavam já o sr. conselheiro Bernardino Machado, os srs. governador civil, prior da Vera-Cruz, alguns cavalheiros, e bem assim a virtuosissima superiora d'aquelle estabelecimento de educação e algumas religiosas. S. ex.^a visitou todas as dependencias do collegio, e antigo convento, examinando com maximo interesse todas as aulas e dormitorios, e elogiando a boa ordem e acieio de tudo.

Sahindo do convento de Jesus, onde se acha estabelecido o collegio, dirigiu-se á fabrica da Fonte Nova, propriedade do arrojado industrial e meu velho amigo sr. Carlos de Mello. O sr. conselheiro Bernardino Machado foi recebido com vivas que lhe ergue-

ram todos os operarios, tocando por essa occasião o hymno nacional uma phylarmonica da cidade.

O edificio estava embandeirado e engalanado a capricho, queimando-se muitas duzias de foguetes durante a permanencia alli do illustre estadista. S. ex.^a viu tudo o que alli ha realmente digno de vêr-se e admirar-se, que captiva, que prende, não só pela perfeição, pelo finissimo gosto artistico com que se revelam todos os magnificos productos do estabelecimento, mas ainda pela novidade, pela gentileza, por todo aquelle admiravel conjunto de tons e de côres em que os primeiros objectos de ornamentação se distinguem de tudo o melhor que lá fóra se fabrica. O sr. ministro das obras publicas elogiou altamente todos os trabalhos, os operarios, e sobretudo o proprietario d'aquelle magnifico estabelecimento industrial, que tanto honra a nossa terra, e escreveu no album de visitantes: «Vê-se bem aqui de quanto é capaz a nossa gente.— Bernardino Machado.» Assignaram tambem os srs. visconde de Balsemão, engenheiro Silverio A. Pereira da Silva, Carlos Bocage, dr. Jayme Lima, engenheiro Costa, Antonio Arroyo, engenheiro Monteiro, Silva Bastos, commendador Abel da Silva Ribeiro, Carlos Faria, engenheiro Mattos, prior da Vera-Cruz, dr. Correia Rocha, professor do lyceu Romão, e muitos outros. Tanto captivaram ao nobre ministro os bellos trabalhos da Fonte Nova, que sua ex.^a declarou que ia propor a sua magestade el-rei uma condecoração para o mestre da fabrica, o sr. Joaquim Correia da Costa, o que fez poucos dias depois agraciando este honrado artista com o habito da Ordem de merito agricola e industrial.

O sr. Carlos Mello lembrou por esta occasião ao sr. conselheiro Bernardino Machado a necessidade da creação d'uma escola industrial em Aveiro, o que s. ex.^a concordou ser de absoluta necessidade, prometten-
do creal-a immediatamente, promessa que cumpriu.

Terminada a visita da fabrica, dirigiu-se a comitativa para a estação telegrafo-postal, lyceu nacional, bem como o governo civil, repartição de fazenda, etc. No livro de visitantes do lyceu escreveu s. ex.^a: «Cumprimento affectuosamente os meus collegas do magisterio. —Dr. Bernardino Machado.»

S. ex.^a foi tambem á casa da camara, seguindo d'ahi para o quartel de cavallaria 10, cuja edificação elogion, bem como a ordem e o aceio em que a digna officialidade o tem.

A' 3 da tarde partiu o illustre ministro, acompanhado por uma longa fila de trens, para S. Thiago, onde o sr. dr. Edmundo Machado possui uma piscina modelo, que o ministro quiz ver e que elogiou muito. A's 3 e meia partiu para a Vist'Alegre. Á entrada do concelho d'Ilhavo, esperava-o a camara municipal e as diversas auctoridades locais.

A's 8 da noite effectuou-se o regresso.

Pelas 8 horas e meia da manhã do dia 2 de setembro, partiu o nobre ministro para o Porto.

A' gare foram despedir-se de s. ex.^a o sr. presidente da camara, auctoridades militares, civis e ecclesiasticas, imprensa e muitos outros cavalheiros. Uma phylarmonica tocava alli, queimando-se por essa occasião muitos foguezes e dando-se muitos vivas ao illustre estadista.

Em fins de 1873 o distinctissimo engenheiro, hoje general e então director das Obras Publicas d'este districto, o sr. Silverio Augusto Pereira da Silva, pediu á camara municipal a concessão para estabelecer um caminho de ferro americano entre a Estação e o caes da ria. Em 10 d'abril de 1874 fez a camara a concessão, que o concessionario transferiu para uma companhia organizada no Porto por Agostinho Francisco Velho, por escriptura lavrada n'aquella cidade em 25 do mesmo mez e anno.

Uma das condições da concessão era de que a linha seria assente n'uma nova rua que a camara ia abrir e para a qual o concessionario concorreria, pagando o preço da expropriação d'uma casa que era necessario demolir junto ao caes que, fica entre as pontes do Cojo e da Praça. A rua fez-se com effeito e apesar do seu nome official ser *Avenida Bento de Moura*, é conhecida hoje pelo *Caminho americano*. A casa tambem se expropriou, a linha porém é que nunca se chegou a assentar, ficando assim Aveiro privado d'este importante melhoramento.

*

Um outro melhoramento ainda mais importante está tambem ha muito esperado, que é o ser Aveiro a estação terminus do projectado caminho de ferro do Valle do Vonga. Em junho de 1889 as commissões reunidas de fazenda e obras publicas da camara dos srs. deputados, dando parecer sobre a proposta de lei para conclusão da rede complementar dos caminhos de ferro ao norte do Mondego, deliberaram, de accordo com o governo, introduzir tambem n'esse projecto de lei a authorisação para construir, por empreitadas geraes, e

no praso maximo de seis annos, uma linha ferrea que, partindo de S. Pedro do Sul, entroncando com a de Mangualde a Recarei, siga pelo Valle do Vouga, a entroncar na linha do norte, e dizem no respectivo relatorio que esta nova linha «é destinada a servir toda a bacia do Vouga, cheia de população e abundante de productos agricolas, pondo-a em rapida communição com o Porto, centro principal do commercio do norte do paiz».

Este passo largo na realisação d'este notavel melhoramento, de incontestavel importancia, deve-se principalmente aos desinteressados e benemeritos esforços dos illustres deputados Luiz, José Bandeira Coelho e dr. Barbosa de Magalhães, que assim concorreram tão brillantemente para a prosperidade da região do Valle do Vouga. Ligam-se n'este ponto inteiramente os interesses dos dois districtos de Vizen e de Aveiro. A linha do Valle do Vouga, partindo de S. Pedro do Sul e vindo entroncar com a linha do norte na estação de Aveiro, com um ramal de Pecegueiro ou Vouzella para a Estação de Ovar ou Esmoriz, satisfaz completamente todas as necessidades e concilia todos os interesses de viação d'este districto, porque por um dos ramos se encurta a ligação da Beira Alta com o Porto, servindo os concelhos de Cambra, Oliveira de Azemeis, Feira, Estarreja e Ovar, e pelo outro liga directamente as duas capitães dos districtos de Aveiro e Vizen, e a barra e ria de Aveiro com toda a provincia da Beira Alta, servindo os concelhos de Vouzella, Sever do Vouga, Albergaria a Velha, Agueda e Aveiro.

*

Em março de 1888 pôz a camara municipal

D'este concelho a concurso a illuminação a gaz da cidade. A iniciativa d'este notavel melhoramento partiu como a de tantos outros, de que Aveiro se ufana, do então presidente do municipio o sr. conselheiro Manuel Firmino d'Almeida Maia. Houve um unico concorrente, o sr. Diogo Souto, com quem a camara realisou o contracto para illuminação da cidade por escriptura de 5 d'agosto de 1889, approvado depois por Lei de 19 d'agosto de 1890.

Em 1889 foi construido o respectivo gazometro na Rua da Estação e na noite de 6 de outubro de 1890 foram pela primeira vez illuminada a gaz esta mesma rua e o Largo Municipal.

V

Revista retrospectiva sobre Aveiro militar—Tradieções guerreiras—Apesar de nascida e acalentada entre o estridor dos combates é mais marieira que soldado—O infante D. Pedro cinge-a com um cinto de muralhas—Descrevem-se estes muros e apontam-se alguns factos que lhe dizem respeito—Resuscita o auctor a sua primeira producção litteraria por se ligar com a historia d'elles—Pede-se o auxilio de um conterraneo illustre—Collaboração alheia que vale bem mais que a propria—Retoma o auctor a historia das muralhas—Assedio que lhes põem o Prior do Crato—Apontamentos curiosos para a historia da epocha—Vingança do rei nacional e favores do rei estrangeiro—Documento inedito—Fortalezas maritimas—Noticia interessante sobre a antiga guarnição militar de Aveiro—Ordenanças e milicias—Factos e memorias que lhes andam ligados—Faz-se menção dos corpos de linha que em diversas epochas tiveram quartel permanente em Aveiro—Revolução de 1820—Parte importante que na de 1828 tomou caçadores n.º 10—Voluntarios realistas—Aveirenses que em epochas remotas se il-

lustraram pelas armas—Uma heroína—Generaes de que Aveiro se ufana de haver sido berço—Soldados da liberdade—Companhia de Veteranos—Guarda nacional—Batalhões nacionaes—Quarteis do Carmo, S. Domingos e Santo Antonio—E' oriado o regimento de cavallaria n.º 10 e designa-se Aveiro para seu quartel—Onde e como se organizou—A sua vinda para Aveiro—Lista dos officiaes que então tinha—Noticia dos seus commandantes desde a sua organização até hoje—Bandeira offerecida pelas damas avei-
renses—Benção solemne da mesma—Installação do regimento de cavallaria n.º 10 no novo Quartel do Principe D. Carlos—Descreve-se o edificio e faz-se a historia da sua edificação.

Já era tempo de deixarmos á Estação do Caminho de Ferro, ou para melhor os factos que mais ou menos lhe andam ligados e de que me fiz chronista. Seguindo portanto rua da Estação em fóra deparamos em frente com o Quartel do Principe D. Carlos, o melhor e mais vasto edificio de Aveiro. O systema que adoptei ao escrever as primeiras paginas d'este livro obrigam-me a fazer a sua historia; e a muita estima e consideração que a briosa officialidade do regimento de cavallaria n.º 10 me tem dispensado, impõe-me o dever de esboçar egualmente a do regimento. Como introdução, porém, a ambas direi o pouco que pude colher dos feitos militares dos avei-
renses, das suas fortificações, e dos filhos seus que mais se illustraram pelas armas, finalmente dos corpos e quarteis que aqui houve ou aqui tiveram praça. De tudo isto pouco mais poderei offerecer ao leitor que ligeiros apontamentos; são materiaes que se armazenam, para mais tarde se erguer edificio de maior vulto.

Ainda que Aveiro nada tenha com a antiga

Talabriga, pois não obstante aquella cidade estar situada proximo da fóz do Vouga não se pode dizer que seja sua successora, pois surgiu das cinzas da antiga *Aviarium* e, não das ruínas d'ella, é de presumir que as tradições guerreiras d'aquella se perpetuassem na memoria dos seus primeiros habitantes, innoculando-lhe n'alma o amor pelos combates e o desejo da gloria. E estas tradições eram nobilissimas; a resistencia heroica que os habitantes de Talabriga oppozeram no anno 137 antes de Christo ás legiões victoriosas do pro-consul romano Decio Junio Bruto que, chegou até nós como sendo um notavel feito d'armas, devia sem duvida ser vasto estimulo aos primeiros aveirenses para as empresas guerreiras.

Não se pode fixar com exactidão a epocha em que nasceu Aveiro; é certo, porém, que já existia na segunda metade do seculo X. Misserima e attribulada foi, sem duvida, a sua infancia, pois teve de ser muitas vezes testemunha, e algumas, victima até, de luctas incessantes, travadas entre christãos e mouros. No começo do seculo XI o territorio que lhe corria em roda, formava, por assim dizer, a extrema fronteira da Galiza. Os sarracenos, senhores de Coimbra, deviam talar muitas vezes os seus campos, incendiar e destruir os seus casaes, e obrigar os seus habitantes a procurar asylo nos castellos visinhos, em que a cruz já havia substituido o crescente.

Alongadas as fronteiras do imperio leonez para além do Mondego, e mudado, portanto, o theatro da guerra para local mais distante, Aveiro começou a crescer em importancia e população. Aquella provinha-lhe das boas condições do seu porto, esta das

continuadas emigrações miseráveis. Constituída a monarchia portugueza, Aveiro foi prosperando de sorte que dentro em poucos annos de aldeia ou villa, que era, tornou-se em villa e concelho.

Longe, porém, agora das fronteiras que, mais e mais se foram alongando, assente n'uma vasta planície junto ao mar, e portanto sem defeza natural; completamente desprovida de muros que a defendessem pelo lado de terra e, sem torres que impedissem qualquer aggressão que pela sua barra tentassem fazer-lhe os seus inimigos, Aveiro nunca teve aspirações guerreiras, o seu ideal foi o mar, sempre o mar.

Conquistada Ceuta, novo e dilatado campo se abriu ás aspirações commerciaes e guerreiras dos portuguezes e portanto ás dos aveirenses tambem. As pescarias eram então, como foram sempre, magnificas escolas de marinheiros; era dos centros piscatorios que sahiam as guaruições dos navios que se destinavam á conquista da Costa d'Africa.

Quando se tratou de ir tomar aquella praça, alguns navios, sahidos da barra d'Aveiro, se encorporaram na frota que o infante D. Henrique equipou no Porto com destino a esta conquista.

D. João I, no seu regresso d'Africa, aportou a Tavira, no Algarve, onde exonerou com muitos agradecimentos e largas recompensas os que voluntariamente lhe haviam prestado auxilio. No numero dos recompensados entraram sem duvida, bastantes aveirenses, pois fôra tambem grande o numero dos que o acompanharam, recebendo estes ainda, além das recompensas de que nos fallam os chronistas, outra muito maior, que foi D. João I dar n'essa occasião o

senhorio d'Aveiro conjuntamente com o de Montemor-o-Velho e o titulo de duque de Coimbra a seu filho, D. Pedro. Mezes depois da morte de D. João I um violentissimo incendio destruiu quasi que completamente a villa de Aveiro, de que o infante se ufanava de ser senhor. A reedificação, porém, não se fez esperar, pois, passado pouco tempo, o braço herculeo de D. Pedro arrancava-a das ruinas para a fazer resurgir mais bella do que fôra, estreitada agora por um formoso cinto de muralhas, defeza que até ahí nunca tivera.

A descripção d'estes muros fal-a assim o beneficiado Christovão de Pinho Queimado na sua *Memo-ria sobre a villa d'Aveiro*, escripta em 1687:

«Da ponte para a parte austral se continua com pequena subida o quarto bairro, que é o melhor, e o mais antigo da Villa em que reside quasi toda a nobreza d'ella; e este sómente é cingido de altos muros, obra então magnifica dos infante D. Pedro filho do sr. rei D. João o primeiro, e os melhores, que se conservam desde aquelle tempo. Tem estes, como os de Jerusalem, nove diversas entradas (bem que n'elles se encontrem doze portas), e é a primeira a que chamam a da Villa, da qual são para o caminho real uma larga rua, que dividindo-se com a egreja do Espirito Santo em outras duas, já cercadas de frescas hortas, e lavranças, acompanha para o nascente as fabricas dos oleiros com que compõem o quinto bairro.

As outras oito portas contando as pelo circoito são a do Sol—a do Campo—a do Côjo—a da Ribeira—a do Alboy—a de Rabães—a de Vagos—entre a qual, e a de Santo Antonio se acha a frondosa e ordenada alameda, que os estrangeiros celebram e admiram, pois na vista da ria, e amenidade do Campo, se lhe não dá semelhante em todo o reino.»

Em meados do seculo passado, já a maior parte das muralhas estava em completa ruina, e no começo do actual foram mandadas demolir segundo se vê da seguinte

PROVISÃO

Dom João por Graça de Deus Principe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem Mar em Africa e do Guiné: Faço saber a vos superintendente das Obras da Barra da cidade d'Aveiro que sendo Me presente a vossa carta de vinte e seis de Março proximo passado dirigida ao Meu Ministro e secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a respeito da demolição dos Muros que circulaõ a parte antiga dessa cidade para se evitar a ruina que estão amiasando e poder servir a pedra d'elles para as Obras da dita Barra e mandando a remeter a Junta dos Tres Estados por Aviso do mesmo Ministro para ser ali presente a se expedirem as convenientes ordens sou servido ordenarvos procedais a demolição dos ditos muros e appliqueis a pedra delles á mencionada Obra visto acharem-se no Estado de ruina que representais e Esta minha Real Determinação mando por Provisões da data desta participar ao Governador das Armazas dessa Provincia e ao Tesoureiro Geral das Tropas para que vos não opor, digo, vos não embaracem a sua execução. Assim o tereis entendido e cumprireis e desta se tome rasão na secretaria. O Principe Nosso Senhor mandou pelos Ministros abaixo asinados do seu Concelho e Deputados da Junta dos Tres Estados Francisco de Asis Costa a fez em Lisboa oito de Abril de mil oito centos e dous Izidoro José Botelho Moniz da Silva no impedimento do secretario a fez escrever. Marquez de Penalva, Marquez de Lavradio. (1)

Das muralhas ficou apenas subsistindo a chama-

(1) Fielmente copiada do livro 1.º do Registo para a superintendencia da Barra a fl. 106 v.

da porta da Ribeira, que só muito mais tarde foi demolida. O ultimo acto solemne que esta presenceou, foi a entrega das chaves da cidade quando S. M. a Rainha a Senhora D. Maria II visitou Aveiro no dia 23 de maio de 1852. O então presidente da camara municipal dr. Bento de Magalhães leu alli esta allocução :

«Estas pedras, Senhora, que a mão pezada dos seculos já denegriu e carcomeu, são quasi tudo o que resta de nossos antigos muros.

Guardamol-os com disvello, porque vão levando ás gerações a memoria gloriosa do homem grande, que as ergueu ahi!

Foi um nosso bemfeitor, um regente de Portugal de muito saber e virtude. Principe, foi um duque do nome de V. A. R. . . foi o sr. Infante D. Pedro, duque de Coimbra, que tendo voltado das suas viagens, mandou fazer estes muros com nove portas, como na Palestina, soubo que Jerusalem tivera.

As chaves d'esta, e da cidade vou offerece-las a Vossa Magestade, e com ellas em nome de nós todos a mais sincera, mais profunda, mais respeitosa homenagem.»

Não conheci já as muralhas nem mesmo a porta da Ribeira, mas nem por isso deixo de ter por ellas a maior das venerações. Foram ellas que deram causa ao primeiro artigo que arremessei aos ventos da publicidade, e hoje que já lá vão vinte annos que o publiquei, e como foi elle o inicio dos meus estudos historico-archeologicos, e, escripto sob as vistas de meu fallecido pae, cuja biographia está dando logar a estas digressões sobre o passado da minha terra, reproduzo-o aqui do jornal *O Districto d'Aveiro*, onde foi publicado, como recordação saudosa e querida:

AS MURALHAS D'AVEIRO

Por villa d'Aveiro em fóra
 Aonde vae o infante agora
 Com toda a gente melhor?
 Tão galhardo e feiticeiro
 Não viu a villa d'Aveiro
 Nem infante, nem senhor!
 A porta do Sol passára...
 Mas eil-o que logo pára
 E pára tudo ao redor.

—Lenda de Nossa Senhora do Pranto,
 do sr. J. de Lemos—

Ha mais de 40 annos que o espirito da destruição assentou seus arraiaes n'este canto do Occidente a que chamamos Portugal, cujo solo estava coberto de recordações do passado, que a mão niveladora do progresso tem ido fazendo desaparecer graças á picareta reformadora, que incessantemente trabalha por derrubar essas reliquias sagradas, esses monumentos da historia e da arte.

A ferocidade do vandalismo não pertence só á geração d'hoje, ella é de todos os tempos, e de todos os partidos; mas só ha bem pouco tempo é que a picareta e o alvião se podem proclamar triumphantes.

Ha quasi seculo e meio que entre nós perdomina a vertiginosa ideia da destruição. Se antigamente se roçavam os primores do cinzel e caíavam-se as lapides, agora derrubam-se os corucheus, esses vestigios que ainda nos attestam o que foi a architectura na idade media, despedaçam-se as columnas, abatem-se as muralhas, e as lousas que serviam de deposito a tantas cinzas venerandas, são quebradas.

Emquanto que nos paizes estrangeiros se trabalha com afieco para conservar intactas as reliquias do passado e reparal-as dos estragos que n'ellas tenha feito a mão pezada do tempo,—em Portugal deixam-se desmoronar, e, no sitio onde se levantava um templo, um castello ou um mosteiro que tenha relação com a historia, vê-se hoje um montão de ruinas.

Em outras épocas poucas eram as terras que não possuíam um monumento, hoje succede o contrario.

Aveiro ainda possui um, que são os restos dos seus antigos muros, e possui-o com ufania porque elle lhe recorda as epochas do seu antigo esplendor e gloria; mas esses restos não são mais do que ruinas,—mas ruinas venerandas porque attestam a dedicação que um principe magnanimo legou á terra que lhe era feudo, e que engrandeceu a ponto, de seus habitantes lhe darem o nome de Reedificador.

Apezar das muralhas d'Aveiro não andarem ligadas á historia patria pela mesma razão que anda o castello da Feira, essa velha fortaleza, que foi um baluarte inexpugnável contra o poder do sarraceno que em vão tentava avassalar a nossa monarchia nascente, não deixam comtudo de ser memoráveis n'ella, porque além de terem sido edificadas por ordem do filho immortal de D. João I, o infante D. Pedro, esse vulto estupendo de desinteresse e de patriotismo, que uma realza stulta sacrificou nos plainos de Alfarrobeira, serviram de refugio a D. Antonio, prior do Crato, que depois que a bandeira das quinas foi mergulhada em ondas de sangue portuguez na ponte d'Alcantara no dia 23 d'agosto de 1580, se recolheu a esta antiga e nobre terra, onde o povo o acclamou rei.

Em 1759 ainda as muralhas d'Aveiro se conservavam em optimo estado de conservação, segundo o affirmar um escriptor d'essa epocha, e subsistiram, mais ou menos arruinadas até 1808, em que foram demolidas na sua maxima parte, sendo os seus materiaes empregados na construcção do dique que n'essa epocha se principiou a construir na nossa barra debaixo do plano do distincto engenheiro Luiz Gomes de Carvalho.

Segundo se diz, as muralhas d'Aveiro eram uma obra magnifica, attendendo á epocha da sua construcção. Foram mandadas reparar em 1500 pelo venturoso rei D. Manuel, que enviou para esse fim a quantia de 10:000 reis debaixo de segura guarda.

O recintheo muralhado era assás pequeno, porque abrangia simplesmente um dos 4 bairros em que a villa estava dividida; mas apezar d'isso continha 7 portas, que eram a da Villa, do Sol, do Campo, do Cojo, do Alboi, de Rabaes e a da Ribeira.

De tudo isto pouco ou nada existe hoje, porque a incoherencia e o menosprezo com que em Portugal, se tratam as recordações do passado, fizeram com que os muros d'Aveiro com as suas torres e barbacans cahissem uns por terra e outros fossem demolidos pela picareta destruidora.

Em 1852, no local onde presentemente está a Praça da Fructa, ainda se erguia impavida a porta da Villa, mas hoje, em vez d'esse monumento venerando, erguem se as rumas de couves e alfaces.

Das muralhas d'Aveiro ainda se encontram alguns vestigios em diversas ruas da cidade, mas os que se tornam mais salientes, são os restos da porta do

Sol, junto da egreja de S. Domingos e mui proximo do antigo bairro dos *Oleiros*. Algumas pedras desmornadas, denegridas pelo tempo e cobertas de hervas parasitas, é o que nos resta dos nossos antigos muros.

A porta do Sol anda ligada á antiga lenda de Nossa Senhora do Pranto. Foi em agosto de 1422 segundo diz a tradição, que Nossa Senhora appareceu sobre aquelle bastião da muralha ao velho Affonso Domingues, que ha annos jazia no leito da dôr, ordenando-lhe que de seu mando fosse dizer ao duque de Coimbra (o infante D. Pedro) que n'aquelle local lhe edificasse um mosteiro debaixo da sua invocação. E foi em virtude d'esta appareição que o duque de Coimbra edificou o convento de S. Domingos, lançando lhe a primeira pedra a 20 de setembro de 1443.

Esta lenda, que a aparada penna de Fr. Luiz de Sousa narra com a elegancia que lhe é peculiar, foi reproduzida em melodiosas strophes pelo immortal cantor da *Lua de Londres*.

Julho de 1873.

MARQUES GOMES.

*

Como o meu fim ao apontar um ou outro facto da historia de Aveiro, é reunir tudo que lhe diga respeito, e como soubesse ha muito que, o meu illustrado patricio o sr. Rangel de Quadros, possuia preciosos apontamentos com relação a ella, já collegidos por s. ex.^a, já herdados de seus avós, cuja folha de serviços a esta cidade é honrosissima, pedi-lhe para me honrar com a sua distincta collaboração.

Ao meu convite accedeu gentilissimamente o sr. Rangel de Quadros, escrevendo logo a curiosissi-

ma noticia que segue e que espero seja a iniciação de muitas outras que sem duvida formarão a parte mais interessante d'este meu trabalho e pelo que lhe cabem os maiores agradecimentos da parte dos aveirenses para quem a historia da sua patria não é uma futilidade. Pela parte que me toca, agradeço-lhe muito, muito.

MURALHAS D'AVEIRO

Ao senhor

MARQUES GOMES

«Os nossos antigos escriptores fallaram das muralhas de Aveiro com muita deficiencia. E quem hoje quizer tratar de tal assumpto, terá de ver-se muito embaraçado, porque lhe faltam elementos.

Tendo o sr. Marques Gomes consultado a minha humilde opinião a tal respeito, resolvei-me a emprender este pequeno trabalho, todo cheio de defeitos, dos quaes peço mil desculpas.

E para base, de tudo o que passo a escrever, tenho apenas o pouquissimo que sei de memoria; o que ouvi a pessoas antigas; o que pude colher em alguns livros, e os apontamentos que tirei de um manuscripto que julgo ter pertencido a um individuo da minha familia e que do seu contexto se deprehendia, que fôra feito em 1784.

*

Essas muralhas foram mandadas construir por o Infante D. Pedro, filho de El-Rei D. João I. Circundavam a parte principal d'Aveiro, a qual era então ao Sul do Esteiro, que hoje atravessa esta povoação. A parte, que hoje está ao Norte d'esse Esteiro ou não existia ou era tão insignificante, que não merecia a attenção de D. Pedro, Duque de Coimbra.

O Padre Antonio Carvalho da Costa, na sua *Chorographia Portugueza*, falla de Aveiro muito encomiasticamente.

Hyperbolicamente elogia esta (então) Villa, mas dos seus antigos muros faz descripção muito succinta.

O mesmo fazem todos os escriptores, que, tratando da chorographia d'este Reino, recorrem á obra do Padre Carvalho, quando se referem a Aveiro. E tanto este, como todos os outros, commettem o erro de deixarem de mencionar uma das *portas* das muralhas, posto que o numero d'ellas não falem á exactidão.

*

Nenhum escriptor nos diz, se, antes do Infante D. Pedro, era Aveiro cingida de alguns muros ou tinha alguma fortaleza, a não ser a que existia no local onde está o *forte da barra*. Esta nada tinha com Aveiro, que é bem distante, e attribue-se a D. Affonso III, talvez para evitar as sortidas, que os mouros, ainda então, faziam nas nossas costas.

Quando o Infante D. Pedro veio habitar esta povoação, onde, ao que parece, residiu por muito tempo, estava Aveiro muito despovoada e quasi em ruínas. Muitas causas tinham concorrido para isso, taes como as guerras, em que os Aveirenses tinham tomado parte; alguns incendios e muito principalmente as pestes, que constantemente assolavam o Reino e muito mais certas povoações, onde a falta de recursos e a pouca hygiene concorriam para aggravar os contagios.

*

O Infante D. Pedro, de quem vulgarmente se diz, que *correrá as Sete partidas do mundo*, havendo recebido o senhorio de Aveiro, lisongeado com tal dadiva ou sympathisando com este local, tratou de melhorar as condições d'esta povoação e aqui fez bastantes melhoramentos e obras, em conformidade com o gosto e com as ideias da epocha.

Tratou de cingir, a sua *Villa de Aveiro*, com grossas muralhas de que ainda restam vestigios.

Foram começadas em 1418 e concluidas quatro annos depois, como se vê da *Geographia moderna* de Jesé Antonio da Silva Rego, publicada em 1780, e como se via de alguns leitreiros, que nas muralhas existiam.

Estas tinham, á maneira das de Jerusalem, nove portas,

para entradas, (posto que em todo o circuito se contassem doze portas), quatro postigos e grande numero de torreões, de um dos quaes terei de fazer menção especial.

Todas essas portas e postigos eram em forma de arco ogival. E como essas muralhas foram construidas á imitação das de Jerusalem, d'ahi veio o chamar-se Aveiro: *a Jerusalem lusitana*.

*

As muralhas d'Aveiro eram bastante grossas e muito largas, especialmente junto das *portas*. A pedra para a sua construcção foi tirada dos arredores d'Aveiro. Ainda existe pedra d'essa qualidade e d'ella se tem tirado para obras, tanto nos alicerces das muralhas, como n'outros pontos. E, perto do Rocio de S. João, ainda em 1857 se tirou bastante e foi applicada na construcção do Lyceu. Parece branda, mas torna-se muito dura depois de posta em obra.

Pedra d'essa qualidade ainda hoje se vê nos muros da propriedade, que fôra cerca do convento de Nossa Senhora do Carmo.

I

Tratando de descrever as muralhas de Aveiro, irei apontando cada uma das suas portas. Começarei, pois, pela *Porta da Villa*, a que depois de 1759 se começou a chamar *Porta da cidade*, porque desde então teve Aveiro esta categoria.

Em seguida á entrada d'esta porta havia um espaço não muito largo, e apenas tão comprido, quanto de largo alli tinham as muralhas. Era do comprimento da distancia, que va da esquina norte da rua do Rato á esquina sul da rua de Jezus.

No fim d'esse espaço, havia outra porta, formando assim as duas portas uma só entrada para a povoação, e ficando entre ellas uma especie d'atrio rectangular. Tinha assentos de pedra e era este o ponto de reunião de muitos individuos de fóra d'Aveiro, ou que alli descansavam, ou que por combinação alli se juntavam antes de entrarem na cidade, ou quando d'aqui sahiam.

Tambem alguns moradores de Aveiro alli se reuniam para esperarem os das povoações proximas, com quem tinham de tractar negocios.

*

A porta da cidade ficava voltada para a rua do Espirito Santo. Na parte exterior e perto de um dos cunhaes da mesma porta havia o seguinte letreiro, mandado alli collocar por El-Rei D. João IV:

AETERNIT. SACR. IMMACULATISSMÆ CONCE-
PTIONI MARÆ, JOAN. IV. PORTUGALL. REX,
UNA CUM GENERAL. COMITHS SE, ET REGNA
SUA SUB ANNUO CENSU TRIBUTARIA PUBLICE
VOVIT. ATQUE DEIPARAM IN IMPERII TUTE-
LAREM ELECTAM A LABE ORIGINALI PRÆ-
SERVATAM PERPETUO DEFENSURUM JURA-
MENTO FIRMAVIT. VIVERET UT PIETAS
LUSITAN. HOC VIVO LAPIDE MEMORI-
ALE PERENNE EXARARI JUSSIT ANN.
CHRISTI. M. DC. XL. VI.
IMPERII SUI VI.

Letreiros identicos havia equelle Monarcha mandado collocar em todas as cidades e nas maiores villas do Reino, tanto junto da porta principal das muralhas, como em algumas fontes. Tambem mandou collocar outros letreiros, como o que estava nas portas da Ribeira e do qual fallarei no logar competente.

*

A porta da cidade era a principal, tanto pela sua largura, como por que era esta entrada ponto forgado para toda a gente, que vinha das povoações, que ficam ao sul d'Aveiro.

Como disse, ficava lhe em frente a Rua do Espirito Santo, e de d'ella sahia para o caminho real uma larga rua, que, dividindo se com a Igreja d'aquella invocação, em outras, duas já calçadas, com frescas hortas e lavranças acompanhava para o Nascente a fabrica dos Oleiros, os quaes compunham o quinto bairro d'Aveiro.»

Estas ruas ainda existem e com pequenas modificações.
Sobre a porta da cidade estava o braço d'armas do
Infante D. Pedro com a era de:

MCDXVIII

anno em que se principiou a obra.

Sobre o arco da Porta, que ficava fronteira e de que
já fiz menção, havia um nicho voltado para o atrio e com
uma imagem de Santo Antonio, sob a qual se lia:

SANCTE ANTONI
ORA PRO NOBIS

A imagem era de madeira. E' de crêr que fosse alli
collocada muito depois da construcção das muralhas. Quando
estas foram demolidas, foi essa imagem entregue a uma fa-
milia, de quem descende por linha collateral o sr. Manuel
Marques d'Almeida, honrado artista d'esta cidade.

Não sei, onde hoje existe.

Junto a uma casa, que faz frente para a Rua de Jezus,
quasi á esquina de um pequeno largo, havia um curto es-
paço sem casas nem muros, deixando totalmente a desco-
berto alguns vestigios da muralha, tanto os que estavam
na parede da mesma casa, como os da parede da casa conti-
gua, as quaes faziam assim quasi um angulo recto e deixavam
a publico um espaço quasi quadrado. Este ultimo predio tem
a frente principal para o largo, de que falloi e fica defronte
da Rua Nova, (*vulgo* Rua do Lameiras). Tem a outra face
para a Rua do Rato.

Esses vestigios de muralha já não pôdem ver-se da rua,
porque a proprietaria da primeira d'aquellas casas incorporou
no seu predio esse espaço, formando alli um quintal, vedado
por um muro. Isto foi em 1872.

*

E' de crêr, que, quando se edificaram as muralhas e

primitivamente, não existissem casas do lado sul da Rua de Jezus. Foram, decerto, feitas muito depois e encostadas ao lanço das muralhas, que seguia pela Rua do Rato, ao Norte e cujos restos existem ainda nas trazeiras d'algumas casas. Facilmente podem alguns ser vistos por quem venha do lado do antigo bairro das Olarias.

N'esse lanço das muralhas tem sido arrancada muita pedra, isto mesmo em tempos modernos, com o fim de alargar os predios ou arranjar-lhes espaços para despejos e pátcos.

II

No fim da Rua do Rato, ao Nascente, estava a denominada *Porta do Sol*, de que tanto falla a tradição ou lenda da fundação do extincto mosteiro de S. Domingos, e acerca da qual o famoso poeta João de Lemos escreveu es mimossos versos, intitulados—*Nossa Senhora do Pranto*.

Talvez em memoria d'essa lenda, estava sobre a porta e do lado interior um nicho ou oratorio, com uma imagem da Virgem, tendo por baixo:

AVE GRATIA PLENA

Rente ao muro e tambem da parte interior havia uma escada estreita, onde, segundo a mesma lenda, se assentára a Virgem, quando, fallando ao velho Affonso Domingues, lhe mandou signalar com uma enchada o espaço, em que devia ser edificado o dito mosteiro.»

Por esse motivo se chamava áquelle imagem—*A Senhora da Escadinha*.

*

No dia 15 de agosto, costumava improvisar-se alli uma especie de capella em honra da mesma Senhora e esta ora festejada com muita alegria, não faltando repuchos, jardins e outros ornatos exteriores.

Ha quem julgue que tal imagem é a mesma que hoje está na parede da casa do sr. João Rodrigues Coelho.

Junto a esta casa, ainda existe um resto, já denegrido,

da parede, que formava o arco da *Porta do Sol*. E' de crêr que lhe fosse dado este nome por ficar ao Nascente e como por muito tempo não haviam casas proximas da parte exterior, talvez alli fossem em certos dias *tomar o sol* muitos individuos desfavorecidos da fortuna. Era o seu ponto de reunião o campo, que ficava proximo.

*

Defronte da casa, de que fallei, existe uma em que morou o sr. Prior José Candido Gomes d'Oliveira Vidal, fallecido em 1892.

Pertencêra a meu avô paterno, Antonio Rangel de Quadros Cabral Moura e Horta, ultimo *correio mór* d'esta cidade.

Desde que a possuiu e já antes d'isso, reuniam-se ali algumas das principaes familias d'Aveiro, n'aquelle dia, para das janellas gosarem da festa, a que me referi.

E posto que esta fosse a expensas de algumas pessoas da vizinhança, era promovida pelos frades de S. Domingos. Sempre se fez até á extincção das ordens religiosas, ainda mesmo depois de serem demolidas as muralhas.

Essa casa foi reconstruida em 1876 e até então ainda se viam restos de muralha na parede principal, que fica voltada para o poente. Isto faz ver que as muralhas continuavam por alli e iam depois por detraz da Igreja e mosteiro de S. Domingos. E da lenda, de que fallei, e da Historia de S. Domingos por Frei Luiz de Souza, tambem se collige o mesmo.

O Padre Carvalho da Costa, fallando dos conventos d'Aveiro, diz: «Defronte do Convento dos Religiosos de S. Domingos, fica o Real Mosteiro de Jezus, de Religiosas da mesma Ordem.»

O mesmo dizem o Padre Luiz Cardoso e outros escriptores. Portanto, os dois conventos estavam dentro do recinto das muralhas.

III

Seguindo as ondulações do terreno e a pequena elevação (um quasi outeiro), que fica por detraz da igreja e (hoje

extincto) mosteiro de S. Domingos, continuavam as muralhas, abraçando aquelles edificios e algum terreno da respectiva cerca, em parte do qual se acha hoje o cemiterio (!).

Perto do antigo *campanario* da egreja de S. Domingos, era a *Porta do Campo* e tinha este nome, porque d'alli se avistava uma grande porção de terreno, ao Norte do Esteiro ou braço da Ria, terreno, que, por muito tempo, fôra lavradio, com vinhas e pomares. Além d'isso, *Campo* tambem era todo o terreno, que ficava proximo e que mais tarde os frades dominicanos encorporaram na cerca do convento. E foi este Campo o que principalmente deu o nome á Porta.

Junto a uma esquina do *arco* e no exterior da parede, via-se este letreiro:

A. D. MCDXVIII.
HÆC. MCENIA.
INFANS D. PETRVS.
FILIVS. INCLITI.
REGIS. D. IOANIS. I.
CONSTRVERE. IVSSIT.

Este letreiro e o *campo*, aproveitavel para os materiaes da obra, levam-me a crêr, que ella aqui tivesse tido o seu principio. Já não existem vestigios da *Porta do Campo*.

Entre o *campanario* e esta porta, isto é quasi por detraz do primitivo mosteiro, havia um torreão, que foi demolido até certa altura, quando o edificio foi ampliado, isto é nos fins do seculo XVII.

Tambem, ha muito, não existem vestigios d'esse torreão.

*

Fazendo uma grande curva, iam as muralhas até á esquina do muro da cerca do mosteiro de Jezus, ao fim da Travessa das Laranjeiras e quasi no meio do primeiro lanço da antiga Rua de S. Domingos.

Era aqui o *Postigo do Campo*, a que tambem se dava o nome de *Postigo do Norte*, pois alli a muralha tinha um

pequeno angulo, o que fazia, que o *postigo* ficasse um pouco voltado para esse ponto cardinal.

*

Sobre o arco do *postigo* e na parte interior havia um letreiro, que tinha no centro uma custodia em alto relevo. O letreiro era o seguinte:

LOVVA
DO SEIA
OS ANT
ISS IMO
SA CRA
MENTO

A pedra, que contém este letreiro, está actualmente na parede da casa da=Quinta da Forca=pertencente ao sr. Marques Gomes.

IV

Seguiam as muralhas por detraz da *Rua Direita* (hoje Rua de Anselmo Braancamp), tendo logo, na descida que ha ao principio da Corredoura, uma notavel curva, com a conveniencia para a mesma rua. Ainda ha pouco, ao norte do quintal da casa, que hoje pertence aos herdeiros dos srs. Viscondes de Santo Antonio, se via um terreno abandonado, que bem indicava a falta d'essa parte das muralhas.

*

Alguns dos quintaes, o pedaços de muitos outros, das casas da mesma rua, são em terrenos, que outr'ora foram occupados por o largo das muralhas, que ia desde a esquina Norte da *Travessa das Laranjeiras* ao *Postigo da Corredoura*. Uma facha do terreno, ao Norte dos mesmos quintaes, fôra occupada por parte da grossura das muralhas. Fêcou a descoberto e hoje está occupada quasi toda por novos quintaes e por algumas casas, o que tem concorrido para estreitar o caminho e formár uma rua, onde outr'ora era um largo, ou antes um campo, ainda que irregular.

*

O *Postigo da Corredoura* ficava ao Nascente da *Travessa* d'este nome tambem chamado hoje *Travessa do Hospital*, e entre a esquina do Quintal da casa da viuva e filhas do sr. dr. José Joaquim da Silva Santhiago e a do Quintal do estabelecimento, que deu o nome á mesma Travessa.

Na esquina d'este Quintal ainda restam vestigios das muralhas e o cunhal da parede é o resto do *Postigo da Corredoura*, assim chamado por ficar junto ao terreno d'este nome. E como ficava um pouco voltado para o Norte e para o largo do *Côjo*, tambem se lhe chamava=*Postigo do Nascente e Postigo do Côjo*.

Sobre o arco d'este Postigo, havia na parte anterior, um alto relevo, figurando um calix com uma hostia dentro e sob elle este letreiro:

NÕ NOBIS DÑE.

NÕ NOBIS

SED NOMNITVO

DA GLORIÃ

*

Continuavam as muralhas por detraz do Quintal do Hospital novo e em frente do Hospital velho. Um pouco adiante tinham uma pequena curva reentrante, seguindo-se-lhe uma curva muito saliente até ao fim da Rua da Corredoura. Depois de uma pequena recta, chegavam ao sitio, onde depois foi a *Praça da Fructa* e hoje se chama=*Largo de Luiz Cypriano*,=formando ali um perfeito angulo recto reentrante, tendo uma das faces voltada para o Norte e outra para o Nascente. N'esta havia um arco abatido sobre o qual assentava uma grande varanda, que fazia parte da casa, que fôra propriedade dos sogros de Antonio Martins Raposo, empregado na Alfandega. Esta casa passou a ser de José Martins Raposo, irmão d'aquelle empregado. Ultimamente foi comprada por o sr. José Pereira Junior, que totalmente a reconstruiu em 1892.

*

Encostado a esse arco e com a face para o exterior

das muralhas, havia um arco ogival, que era o da *Porta do Côjo*, porque ficava perto do terreno, que ainda hoje assim se chama e que já assim era chamado em 1500. Na parede do lado exterior, junto a esta Porta, estava este letreiro:

AN. DOMN MCDXXII.
O INFANTE D. P.º FILHO.
D. D. IOAM. I. MANDOV.
FAZER. ESTES MVROS
COMO OS DA CIDADE D.
IERVZALEM.

*

Pela *Porta do Côjo* se sahía quasi immediatamente para o local d'este nome, depois de se atravessar a ponte, tambem assim chamada e que fica ao nascente do *Cães*. A *Ponte do Côjo* parece ser muito mais moderna, que a ponte que lhe fica parallela, e a qual se chamava da *Ribeira* e hoje se chama da *Praça*.

Esta ponte, pela sua construcção e pela qualidade da pedra, é possível que tivesse sido edificada, quando o foram as muralhas.

O local e aquella inscripção dão bem a entender, que alli seria o remate da obra.

A *Porta do Côjo* foi demolida com a maior parte das muralhas, mas d'ella ficaram salientes vestigios em quasi todo o arco, de que fallei.

Esse arco assentava, ao sul, na parede da casa, de que fazia parte; ao norte assentava n'um dos lados de um grande morro, que ficava já perto da *Ponte do Côjo* e que era continuação das muralhas. Sobre este morro havia um terraço com jardim, ornado de *grutas*, presepios e repuchos. Era limitado par um parapeito com arrendados de pedra e rematado com grandes vasos tambem de pedra com *piteiras*. N'este terraço havia uma grande estatua (de pedra), a que se chamava o *Menino do Jardim*. Está actualmente no Quintal da casa, que fôra palacio dos Marquezes de Arronches.

V

O *morro*, sobre que se via aquelle terraço, era uma grossa parede de um lanço das muralhas. A face, do lado oriental, era como um prolongamento do muro da *Porta do Côjo*. E bem perto da Ponte d'este nome ella ficava. Havia uma estreita viella entre esse prolongamento e a casa chamada hoje das *Alminhas*, pertencente ao ex.^{mo} sr. Visconde da Silva Mello, onde actualmente—1894—está a repartição das Obras Publicas. Essa viella dava ingresso para o *arco da porta do Côjo* e passagem para a Corredoura. A' entrada d'esta rua havia um arco, mandado fazer em 1780, pelo primeiro Bispo de Aveiro. Ia formar, com os lados d'aquelle *ângulo recentrante*, um triangulo isosceles e tinha por fim dar passagem immediata, do *terraço* para a explanada das muralhas, sem offender a propriedade particular, em que já então n'aquelles sitios ellas se achavam encorporadas.

D'esta maneira o Bispo sahia do Paço e, pelo terraço e pelo *arco*, facilmente podia ir para a Misericordia (então Sé), entrando por uma porta do edificio annexo, a qual ficava muito proxima á mesma explanada das muralhas.

*

Continuo a fallar do *morro*, sobre que estava o terraço. A face voltada para o Norte, era parallella ao lanço da cortina do cães, que existe entre as duas pontes e em que, até ha pouco, assentavam as barracas da fructa. Entre as duas parallellas havia uma estreita rua. Sob esse terraço e com porta para o Norte, via se um armazem ou loja abobadada e de muito solida construcção. Era alli o chamado *açougue do Bispo*.

Era tudo isso outro lanço das muralhas e tinha o comprimento do mesmo lanço da cortina do cães. Fazia parte do Paço episcopal e com elle communicava por cima do arco, que formava a porta da Ribeira, que depois se chamava: O *arco do Bispo*.

A Porta da Ribeira era perfeitamente fronteira á

Ponte da Praça. Na face, voltada para alli e rente ao canal, do lado do Poente, estava este letreiro:

LOVVADO. SEIA. O. SANCT-
ISSIMO. SACRAMENTO. E. A.
VIRGEM NOSSA. SENHORA.
QVE. FOI. CONCEBIDA. SEM
PECCADO. ORIGINAL.

Identicos letreiros se viam em alguns marcos e em muitas fontes.

*

Entrando-se pelo *Arco do Bispo*, antiga *Porta da Ribeira*, via-se um espaço, á maneira do que havia nas *Portas da Cidade*, e terminado tambem por outra porta, parallella á primeira.

Sobre o arco d'essa segunda porta estava uma janella voltada para o interior d'esse espaço e toda gradeada salientemente. Por cima d'esta janella havia um nicho com a imagem da Virgem, venerada com a invocação de Nossa Senhora de Lamas.

Quasi todas as noites se accendia defronte d'esta imagem uma lampada, que pendia de uma corda, para a abaixar, quando fosse mister.

Sob esse nicho lia-se:

SANCTA MARIA
ORA PRO NOBIS

Segundo ouvi dizer, a origem da invocação d'aquella imagem, foi a seguinte:

Nos primeiros tempos da nossa Monarchia, tinham os habitantes d'Aveiro muita devoção com Santa Maria, (Nossa Senhora da Assumpção), orago da freguezia de Lamas do Vouga, e por isso vulgarmente intitulada: *Senhora de Lamas*.

E eram taes as tendencias do povo d'Aveiro para ir frequentemente a Lamas, pagar suas promessas e fazer ora-

ções á Virgem, que muitas vezes deixava de aqui ouvir missa em dias de obrigação, para ir ouvir a áquella freguezia.

Um membro da familia Tavares, de quem era a casa que depois foi Paço episcopal, lembrou-se de alli collocar uma imagem da invocação de Nossa Senhora de Lamas, imagem que estivera por muito tempo n'um dos altares da egreja d'aquella freguezia. Queria assim evitar os frequentes inconvenientes dos devotos, que, para cumprirem uma pequena promessa, tinham de ir a mais de tres leguas de distancia.

*

A' janella, que indiquei, correspondia symmetricamente outra, aberta na parede do lado do sul, e, portanto, voltada para a *Costeira*.

Entre as paredes, em que estavam estas janellas, havia um passadiço ou corredor, completamente abrigado, que dava ingresso do terraço, de que fallei, para a parte sul do Paço episcopal e tambem para outro terraço, egualmente assente nas muralhas, e que ficava ao poente das Portas da Ribeira.

Ficavam, pois, as *Portas da Ribeira* entre dois lanços das muralhas, cada um com o seu terraço. O ultimo de que fallei era menor e de ornatos mais simples. As guardas d'esso terraço eram apenas formadas de umas simples columnas, como as que estão no parapeito do côro da egreja da Misericordia.

Entre os dois terraços, e sobre a Porta da Ribeira, que ficava voltada para a Praça, estava uma sala magnifica, com janellas para todos os quatro pontos cardeaes, ornadas de desenhos e de vidros de côres. Era ahi a livraria do Bispo. A' mão direita de quem olhava para a Praça, ficava a capella, onde os Bispos ouviam missa e onde algumas vezes deram ordens.

*

Na face exterior da parede da Porta da Ribeira e sobre o arco d'esta havia um brazão de armas da familia do appellido—Esteves.

Foram passadas a Henrique Esteves no anno de 1509.

Em 1738 ainda alli existiam essas armas e na casa, que foy Paço episcopal. Alli viveu D. Thereza Gomes Barreto, filha de Ayres Gomes de Quadros de Brites Gil Barreto. Foi casada com Vasco Henriques Esteves da Veiga e de Philippa Nunes Cardoso.

Não pude saber, que brazão de armas fosse, porque, segundo Antonio de Vitas Boas S. Paio, no seu livro=*Nobiliarchia Portuguesa*,—edição de 1728, os individuos do appellido *Esteves*, teem dois differentes brazões. «Os que procedem de Lourenço Esteves do tempo de El-Rei D. Pedro (o primeiro) tem por armas em campo de prata nove flores de liz vermelhas: timbre uma flor de liz.—Os que vem de Lopo Esteves de Olivença, Cavalleiro de El-Rei D. Affonso V teem em campo vermelho Aguia de prata, armada de negro: timbre a Aguia.

E' possivel, que os Esteves, que moraram n'aquelle edificio, tivessem usado das armas dos=Tavares=, pois ao que parece, já d'ha muito, as familias d'esses appellidos estavam enlaçadas.

A familia Esteves tambem o estava com a dos Barretos, pois em 1540 foi passado um brazão d'armas a Manuel Henriques Barreto, filho de D. Thereza Gomes Barreto, com appellidos=Esteves Barreto=.

*

A familia dos Tavares, Senhores de Mira e d'outras terras, descendia de D. Pedro Viegas de Tavares, senhor da Guarda no tempo de D. Sancho I. Tem por armas: «Em campo de ouro cinco estrellas vermelhas todas de seis pontas e em aspa. Timbre meio cavallo (cellado) de côr sanguinea e com freio de ouro.»

Estas armas (sem timbre) estavam na varanda do lado oriental d'aquelle edificio.

Foram alli collocadas em 1640 e serviam de meredianna. Esta com as armas respectivas, foi collocada na Praça do Commercio, á esquina da casa em que estava encostada a fonte. Tem por cima aquella data e por baixo:

M.
DE
1860

Armas identicas estão entre duas portas na capella-mór da egreja de Jezus, do lado do Evangelho.

*

As que estavam sobre a Porta da Ribeira foram mandadas *picar* no tempo do Marquez de Pombal.

Vivia então alli D. Joanna de Tavora, que teve de andar homisiada até á morte de D. José, isto só por o facto de pertencer á familia do seu appellido, pois não teve a minima culpa nos attentados contra aquelle monarcha e attribuidos aos Duques d'Aveiro, aos Marquezes de Tavora, aos Condes da Athouguia e a outros individuos.

Era casada com meu bisavô Antonio Rangel de Quadros Cabral Moura e Horta, a quem, por causa do appellido da esposa, foi tirado o emprego de Juiz de Fôra de Alemquer.

— Peço desculpa de tão longa e enfadonha transcripção, mas fui levado a isto quasi instinctivamente pelas ideias associadas—.

*

Entrando-se no espaço, de que fallei, e que ficava entre as duas Portas, viam-se d'um e d'outro lado umas acanhadissimas casas, onde habitavam algumas familias, e onde havia umas pequenas lojas de commercio e depositos de sal, cal, madeiras e outros objectos. A madeira, que estava no deposito do lado occidental, era tirada e mettida por uma janella e com o auxilio de uma escada de mão (!).

No lado oriental d'este espaço viveu muitos annos o pae do sr. Manuel Ventura da Silva, que por muitas vezes tem sido vereador n'este concelho.

Depois alli viveu, até a demolição d'aquella parte das muralhas, Manuel Simões Amaro (vulgo Manuel Cacáu). Alli lhe nasceram alguns filhos, entre elles, em 1854, uma filha chamada Paula. D'esta familia ainda hoje existe numerosa descendencia.

Já muito antes de ser demolida esta parte, ou antes este resto de muralhas, a Porta da Ribeira não se fechava. Estava o vão sempre aberto e as *portas*, que eram de grossa madeira, ainda se conservavam, mas sempre encostadas ás paredes lateraes interiores e seguras com uns travessões de ferro.

*

Quando em 23 de Maio de 1852, a sr.^a D. Maria da Gloria (D. Maria II) visitou esta cidade, era presidente da Camara o sr. dr. Bento de Magalhães. Este quiz, que fosse feita a cerimonia da *entrega das chaves* das portas da cidade áquella Senhora.

Mas então as unicas portas aproveitaveis para tal cerimonia, eram as da Ribeira. Improvisaram-se umas *portas* de lona, pintadas a proposito, porque as de madeira não eram de facil manejo.

Encostada á parede exterior e do lado oriental, havia uma especie de credencia, sobre que estavam as *chaves*, que eram de madeira e que haviam sido douradas pelo sr. Pedro Antonio Marques (vulgo Pedro Serrano), habil artista d'esta cidade, e pae do meu estimavel amigo o sr. José Antonio Marques.

O Presidente da Camara havia redigido e decorado um bem redigido discurso, adquado á solemnidade da tal entrega.

A Senhora D. Maria da Gloria não quiz, dispensou se de tal cerimonia e de ouvir tal discurso, assim como se dispensou de ouvir o que o Presidente começou a dirigir-lhe quando ella desembarcára na lingueta da Praça do Commercio.

VI

Passando-se o espaço, que ficava entre as duas *Portas*, seguia-se um outro, sob uma abobada ogival, ladeado de grossas paredes. O da esquerda fazia parte do morro, em que assentava o terraço da parte oriental; o da direita fazia parte do outro morro, em que assentava um outro terraço. Sobre a abobada ogival, de que fallei, era o corredor, a que tam-

bem já me referi e que communicava com a parte principal do mesmo Paço.

Transpondo esta ultima Porta (a que ficava ao sul) entrava-se n'um pequeno largo irregular. Voltando as costas para a Rua, a que ainda hoje se chama—Costeira—, viam-se na frente os dois lanços de muralha, sobre que assentavam os terraços. Encostada ao que ficaria á esquerda do observador, e, por uma larga escadaria de trinta e seis degraus de pedra, um ao norte, dava ingresso para o salão de entrada do Paço episcopal. Este salão ficava ao poente e pelo sul communicava com um largo corredor (quasi outro salão), que ia por cima de um arco e que se prolongava até ao antigo Adro de S. Miguel, hoje Praça Municipal, ou Largo de José Estevam. Esse arco ficava á entrada da Rua dos Tavares.

Eis aqui a razão porque Christovam de Pinho Queimado, diz, fallando d'este edificio, outr'ora casa dos Tavares:

«Mas ainda melhores casas pelo sitio sobre a porta da Ribeira são as dos nobres Tavares, senhores da Villa de Mira e nesta moradores, pois egualando com abobadas, muros e ladeiras, sobre a rua á qual deram o seu appellido de Tavares, se entra em coche até á primeira salla...»

O Padre Antonio Carvalho da Costa, descrevendo Aveiro na sua Chorographia, tambem diz o mesmo.

*

Defronte do arco, que ficava á entrada da Rua dos Tavares (hoje Rua Detraz da Alfandega), estava o de que fallei e que pertencia á casa de José Martins Raposo. A esse arco chamavam os rapazes—O arco dos Leões—, porque, haviam alli dois grandes leões de pedra, voltados para este (então) pequeno largo.

Esses leões serviam de esgoto ás aguas das chuvas, que cahiam na varanda. Tinham algum merecimento artistico e muito pela antiguidade. Para esta varanda, tambem dava communicação exteriormente uma estreita escada, que, encostada ao lanço das muralhas do lado oriental, fazia symetria com a larga escadaria, de que já fiz menção.

Em 1855 era esta a parte maior das muralhas, que res-

tava intacta e que poderia ainda arrostar por uma longa serie de annos a furia dos tempos.

Em 26 de março do mesmo anno começou a demolição de tudo isso, desde a parte do nascente até á parte mais alta do Paço episcopal. Foi, pois, incluído na demolição o seguinte: O arco dos Leões e a parte que lhe restava das *Portas do Côjo*; o lanço das muralhas, que lhe ficava proximo e sobre o qual estava o jardim principal, onde estava a estatua do menino do Jardim; a Porta da Ribeira e que lhe ficava parallella, a livraria e capella do Paço, os corredores de communicação; as casas e lojas, que ficavam entre as *Portas*, o outro lanço de muralhas, que ficava ao poente e em que havia o pequeno terraço já descripto; as escadarias, e ainda algumas pequenas dependencias do edificio, que fôra a antiga habitação dos senhores de Mira.

Em 12 de maio já alli não havia mais, que um montão de materiaes. Estes, como todos os outros, do edificio demolido, foram levados para o Largo da Cadeia (Praça Municipal) e depois empregados na construcção do Lyceu.

Os *leões* desapareceram, bem como muitos dos objectos, do terraço da parte oriental e umas grandes *talhas*, que estavam sob umas abobadas, em que assentava parte do mesmo terraço.

O Menino do Jardim foi para o quintal da casa, em que habitava (e ainda habita) o sr. Manuel Ferreira Corrêa de Souza, Escrivão de Fazenda (actualmente aposentado) e pae do sr. Padre Manuel Ferreira Pinto de Souza, digno parrocho da freguezia da Vera Cruz e meu dedicado amigo desde a infancia.

Essa estatua ainda alli se conserva. E' extremamente corpulenta. Tem uma corôa de louros na cabeça e da cinta até aos joelhos é coberto de uma especie de tanga. O resto do corpo é completamente nú. Com a mão esquerda parece querer esmagar a cabeça de uma serpente, que se lhe enrosca nas pernas. A mão direita está erguida até quasi á altura da cabeça.

O mesmo Christovam de Pinho, referindo-se a essa es-

tátua, diz: que no jardim da casa dos Tavares «está também uma grandiosa estatua de pedra de figura humana, com uma serpente enroscada em uma das pernas a qual é antiquissima. » ha quem diga, que é do tempo dos Romanos, mas isto é tradição, que me parece sem fundamento.»

*

Sendo eu ainda muito creança, ouvi contar, esta lenda: Um antigo senhor da mesma casa tivera um creado ou escravo preto, que muito estimava. O *Côjo* (será corrupção de *Fôjo*?) era então um lugar pantanoso, um verdadeiro charco. Aparecera ali uma enorme serpente, que trazia atterrados os moradores de Aveiro e especialmente os que ficavam mais proximos d'aquelle local. Ninguém se atrevia a atacar animal tão formidavel. Uma bella manhã sahiu o fidalgo a passeio para aquelles lados, acompanhado do seu escravo, que era um valente, agigantado. A serpente apparece de subito e vae atacar o fidalgo. O seu dedicado servical tratou logo de prostrar o animal, que se lhe enroscou nas pernas. Trava-se lucta. O preto não desanimou e podendo conseguir apertar com uma das mãos o reptil, de modo que este não podesse respirar, assim acaba com elle. No entanto, o preto soffrera muito com o enroscamento da serpente e ficou tão ferido, que dentro de poucos dias perdeu a vida.

O fidalgo, para perpetuar a memoria do feito e por gratidão áquelle verdadeiro amigo, que assim por elle se sacrificára, mandou erigir essa estatua, figurando o seu servo em lucta com a serpente e mandou collocar a mesma estatua no terraço e de modo que por muita gente podesse ser visto.

O povo, querendo chamar, á estatua, Menino do Jardim, chamava lhe por abreviatura=*Menino Jardim*=e servia-se d'esta expressão, quando queria dar uma resposta pouco delicada a qualquer dito inconveniente ou a qualquer proposta pouco acceptavel.

*

Uma outra versão ácerca do Menino do Jardim, affirmava, que o preto não morrera na lucta, mas d'esta saíra incolume.

E, talvez com esse fundamento, em março de 1852, dirigia alguém uma carta em verso ao *Campeão do Vouga*, figurando, que essa carta era escripta pelo *Menino Jardim*, e dizia:

Eu, estatua collossal,
Menino Jardim chamado,
 Na varanda collocado
 D'este *Paço episcopal*,

Ao ver-vos surgir assim,
 Do que fui, óra não sou,
 negra *serpe* me deixou
 e já sou *senhor de mim*.

Esta carta tinha por fim o fazer uma critica ou antes uma censura geral aos costumes d'esta terra e especialmente ao comportamento de alguns estudantes desatinados. Por isso a respeito d'elles dizia:

Pois é muito para ver,
 Quem não tem leira nem beira,
 De comprida cabelleira
 As esquinas a varrer...

Embrulhado na quinzena
 Na capa ou no albornoz,
 Andar sempre aos catrapoz
 Atraz de qualquer pequena.

Diversas pessoas tem feito indagações ácerca d'esta estatua. Creio, porém, que nada tem conseguido e nada mais puderam saber, além do que ahi fica exposto.

*

Na Porta, parallella á da Ribeira, na face que ficava voltada para o sul, havia uma inscripção, de que não me consta, que houvesse cópia e de que fallei n'um folhetim do

Campeão das Províncias, em 1879. Esse letreiro também desapareceu.

*

A ideia, de demolir aquelle quasi resto de muralhas e ainda aquella parte do Paço episcopal, não foi mal acolhida.

Aquelle local era medonho, immundo e até perigoso. Infelizmente, porém, ninguém antes d'isso tratou de tomar nota ou fazer uns apontamentos descriptivos do que havia de ser demolido. E também o governo não indemnizou a mitra pelos prejuizos, causados com a perda de uma parte importante do Paço episcopal, assim como não indemnizou os donos do *Arco dos leões* nem os proprietarios das casas contiguas. Estas soffreram muito, porque as abobadas e as porções de muralhas só poderam ser demolidas a broca e fogo.

Em 1856 ainda, dos alicerces das muralhas das Portas da Ribeira e edificios annexos, se tirou muita pedra, que foi applicada á obra do Lyceu, que então se estava construindo.

*

O arco da Rua dos Tavares conservou-se até ao anno de 1864, em que houve o incendio no Paço episcopal. O corredor sobre o arco da Rua dos Tavares recebia a luz por quatro janellas rasgadas, voltadas para o pequeno largo já descripto, a que correspondiam outras do lado da mesma Rua. Eram janellas altas e elegantes, separadas por grossas columnas de pedra.

Em principios de outubro de 1858 foram apeadas aquellas janellas e d'ambos os lados substituidas por paredes ordinarias. Em cada uma ficou uma janella de feitio ordinario e ultra-desengraçado. Essas janellas, nem ao menos ficaram symmetricamente collocadas!

Quando houve aquelle incendio, foi mister cortar o arco, para se evitar, que o fogo se communicasse ás casas do sul d'esta Rua.

*

Em 1867 foram demolidas as paredes e tudo o que restava do Paço episcopal, ao nascente da Alfandega. Ainda alli havia paredes interiores, que eram restos do lanço das mura-

lhas o ainda foi preciso empregar broca e fogo, para se realizar, em alguns sitios, o trabalho da demolição.

*
* *

Parece-me, que o leitor está enfadado de o fazer permanecer por tanto tempo ao pé das *Portas da Ribeira*.

E' preciso continuar o passeio em volta das muralhas. Até aqui tenho-o acompanhado pelo exterior d'ellas. Agora convem, que eu o acompanhe pelo interior, até chegar á *Porta do Alboy*.

E, se me dá licença, figure, que vae agora de braço dado comigo e que passa sob o *Arco da Rua dos Tavares*. Entremos, pois, na Rua d'este nome, hoje chrimada (sem vantagem alguma) em *Rua de Traz da Alfandega*.

A' direita continuava um lance de muralhas, que se prolongava até ao fim da Rua, onde esta faz um angulo recto, de modo, que, á primeira vista parece, que alli não ha saída.

A sexta porta ficava quasi ao meio d'esse lance, e, portanto, quasi defronte de uma estreita viella, a que se dá hoje o nome de *Viella do Correio*. D'este lado, o arco da *Porta* era ogival. Entrando-se por elle, atravessava-se um espaço sob toda a largura do Paço episcopal e que, do lado do Caes, terminava em arco abatido. O cunhal d'este arco ficava, ao poente, quasi encostado ao cunhal da Alfandega.

Este arco deixou de ser ogival, quando D. Antonio José Cordeiro, segundo Bispo d'esta diocese, transformou, quasi completamente, a parte principal da antiga casa dos Tavares, adaptando-a para residencia dos prelados e para Seminario com internato. Essas obras foram concluidas em 1808.

Esta sexta *Porta* das muralhas não tinha nome official e, talvez por isso, não falla d'ella o Licenciado Christovam Queimado, nem o Padre Antonio Carvalho. Vulgarmente chamava-se-lhe=*Porta do Caes*=porque ficava perto do que limita a Ria d'esse lado. Tambem se lhe chamava=*Porta do Norte*=não só por que ficava perfeitamente voltada para este

ponto cardeal, mas tambem por que alli o vento norte embocava ás vezes com tanta violencia, que tornava quasi impossivel a passagem da Rua dos Tavares para a da Alfandega. Não tinha letreiro.

VII

Ao norte da Rua dos Tavares continuava, pois, o lanço das muralhas e parte d'este ficava nas paredes interiores do Paço, mas com muito menor grossura do que primitivamente, depois das obras, a que me referi.

Ao poente e sul do Paço, entre um pequeno espaço rectangular, havia até 1889 um pequeno quarteirão de casas baixas, feitas em terreno, tirado á grossura das muralhas. Encostavam á casa, que fôra do dr. Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães, e que havia pertencido ao dr. José da Silva Mello Soares de Freitas. Esta casa foi depois o *Hotel do Vouga* (de Fernando Christo), e destruida por um incendio em 1887.

Nas trazeiras d'esse edificio, foi arrancada muita pedra em 1854 e 1855, o que concorreu para a sua ampliação.

Antigamente a Rua dos Tavares ia desembocar quasi directamente no Largo de S. Braz.

A casa chamada do dr. Leão (pae do Barão de Almo-falla) concorreu para obstruir o local. Tinha na parede voltada para o sul a data de 1790 e não sei, se foi construida então. Pelo menos, n'esse anno, ou em anno proximo áquella data foi reconstruida e alterada quasi totalmente.

As muralhas seguiam, pois, em linha recta pelo norte da Rua dos Tavares até á primeira travessa, que dá passagem do Largo de S. Braz para o Largo da Fonte da Racha actualmente = *Largo do Magalhães* =.

Ao Nascente d'esta Travessa havia um torreão, com suas ameias, e tendo uma das paredes voltada para o Caes e outra para a mesma Travessa e cada uma d'ellas com sua porta ogival. As outras paredes faziam parte dos dois edificios, a que estava annexo o torreão e que eram a casa do

dr. Bento de Magalhães e a do pae do Barão de Almofaila, vulgarmente conhecida por=Casa do Leão=.

*

Esta casa foi comprada por o mesmo dr. Bento de Magalhães a um descendente do seu antigo possuidor, em setembro de 1858 e ficaram então os dois predios formando um só. Já d'ha muito aquelle torreão estava encorporado na casa, vendida n'aquella data, mas cousevando até então a feição primitiva.

A casa pertence actualmente ao meu estimavel amigo, Amadeu Faria de Magalhães, filho do dr. Bento de Magalhães. O torreão já não existe ha muito e desde 1864 estava completamente transformado n'uma simples varanda

*

D'este torreão seguia, obliquamente, um lanço de muralhas, que ficava ao nascente do Largo de S. Braz e que ia terminar n'outro lanço pequeno, que limitava ao Norte o quintal dos Marquezes de Arronches.

Perto do angulo formado por estes dois lanços, estava a Porta do Alboy, voltada para o Poente e quasi defronte de uma estreitissima e curta viella, que do mesmo Largo dá passagem para a Rua das Barcas.

Na parte anterior e sobre o arco da porta, lia-se:

A. D. MD. VI.
EL-REI. D. MANVEL
NOSO. SENHOR. MAN-
DOV. RESTAVRAR
ESTES MVROS.

*

Alboy é corrupção de Albion (Inglaterra), porque este Bairro era outr'ora habitado por inglezes, que, nos aureos tempos das nossas glorias maritimas, aqui se estabeleceram e se dedicaram ao commercio.

A Rua, que hoje se chama—*das Barcas*—era denominado—*Rua dos Inglezes*—e tinha este nome ainda nos fins do seculo passado.

*

O segundo pequeno lanço de muralhas, a que já me referi e que ficava ao sul do Largo de S. Braz, ia formar um angulo saliente á esquina da Rua de Santo Antonio, á mão esquerda de quem, vindo d'aquelle largo, entra na mesma rua.

Demolidas as muralhas, foi substituido por um muro, encimado de adobos e que é prolongamento d'outro, que principia á esquina da antiga casa dos Marquezes de Arronches e que tambem foi feito em substituição do encontro, ou *morro*, que d'aquelle lado tinha a Porta do Alboý.

VIII

Do lado oriental d'esta Rua, a que tambem se chama —Rua das Arribas—seguia um comprido lanço de muralhas. Este era egual ao de todo o comprimento da rua, desde a esquina proxima ao largo de S. Braz até ao alto, que deu o nome vulgar á mesma rua e onde uma travessa dá passagem para a actual Rua da Sé. Essa travessa tem, apenas, uma comprimento pouco maior, que a largura, que alli tinham as muralhas.

Ainda existem restos d'esse lanço de muralhas nas trazeiras das casas, que a ellas se encostavam e cuja construcção foi muito posterior. Nas mesmas trazeiras d'algumas casas ha janellas e varandas de páu. Ahi facilmente se podem ver esses restos, quasi ininterrompidos. E melhor os poderá ver, quem, estando no Quintal da antiga casa dos Marquezes da Arronches, virar a face ao poente.

*

No fim, pois, d'esse lanço e no local d'aquella travessa, existia uma entrada, que julgo ser a *Porta de Rabaens*. Ficava voltada para o poente. No interior das muralhas e perto do cunhal d'esta porta ficava um torreão, que, talvez, por ser o principal, não tinha especial designação. Depois que foram demolidas as muralhas, ficou um largo no local, que elle occupára e a que se chamava o largo do *Torreão*.

Esse largo era rectangular e foi por muitos annos logradouro commum.

*

Em 1878 começaram-se a fazer alli predios e actualmente (1894) acha-se todo occupado com edificações novas.

Parece-me, que foi isto um erro. A rua alli não é muito larga e como vae fazer angulo recto com a antiga Rua de Santa Catharina, fôra melhor, que houvesse uma expropriação; ou para prolongar esta até ficar perpendicular á Rua de Santo Antonio, ou para ao menos formar alli um largo ajardinado, com um muro de suporte e um modesto gradeamento ao poente e ao sul.

Mas estas digressões não veem muito para o caso, nem já remedeiam o mal.

*

O torreão, fôra, talvez, alli erguido, por aquelle ponto ficar mais elevado e d'alli facilmente poder avistar-se a Ria e muitos territorios longinquos. Segundo ouvi dizer a pessoas de idade avançada, o Torreão era quasi um pequeno castello.

A porta de *Rabaens* não tinha inscripção alguma e não era mais notavel que as outras. Ainda restam vestigios d'esta *Porta*. Passarei, pois, adeante.

*

— Mas, alto lá, me bradará o leitor! Não escapes *pela tangente*. Porque se chamava—de *Rabaens*—a essa *Porta*?

— Amigo leitor, sentemos-nos, tomemos follego e vamos a conversar, já que me fazeis essa pergunta.

Fallo-vos com franqueza. Este nome *Rabaens* tem-me feito dar tratos á imaginação.

— Haveria em tempo alli alguma povoação ou local d'esse nome?

— Não consta.

— Então d'onde veio o nome?

— E' bem sabido, que, em quasi todas as terras murallhadas, os nomes das portas, saidas, (assim como os dos postigos e torreões), provem-lhes de povoações proximas ou d'aquellas, para que estão voltadas; de algum heroe; de la-

guma circumstancia historica; de algum templo, ou de algum oratorio proximo ou ahi existente; emfim, de qualquer circumstancia natural, accidental, ou de habitos locais.

Para tal nome, não me será facil fazer descoberta, que satisfaça.

Apresento algumas conjecturas, mas nenhuma, por certo, poderá satisfazer. Tudo possibilidades.

*

O local, para onde estava virada a Porta de Rabães (ou Rabaens), é chamado vulgarmente=*As Arribas*=o Rua das Arribas tambem se costuma chamar á parte da Rua de Santo Antonio, que vae da Travessa da Sé até o fim da Rua para o Sul: isto é, até defronte do Jardim de Santo Antonio.

(Tambem, ainda ha pouco, se chamava áquelle laço da rua=*Rua do Ravara*=, porque morava alli o sr. Antonio Germano de Pinho Ravara, fallecido em 1876, e pae do sr. Arthur Ravara, nosso saudoso amigo, fallecido em dezembro de 1893.)

Ora, como a *Porta* ficava voltada para aquelle lado, é possivel, que tivesse o nome de *Rabaens*, corrupção de *Arribas*, ou corrupção de *Ribães*, ou de *Ripães*, termo derivado de *Riba*, ou de *Ribada* (do latim *Ripa*): sitio alcantilado, margem de rio, ribanceira, outeirinho; ou de *Ribança*, margem de Rio, a pique.

Effectivamente a Ria não fica longe. O sitio é alcantilado (posto que levemente) e do sul a norte corre um pequeno Ribeiro, que dá o nome a uma propriedade particular e que, desagua n'um esteiro da mesma Ria.

Esse Ribeiro, é um pouco mais largo junto á capella dos Santos Martyres, no sitio, em que costumam estar algumas mulheres lavando roupa.

Ha ahi uma *pontinha*. E por isso antigamente se chamava *Quinta da Pontinha* á Quinta dos Santos Martyres.

Perto da capella d'esta invocação ha um atrio um pouco elevado e do qual, olhando-se para os lados das *Arribas* e sitios proximos, facilmente se vê, que esse local é um tanto alcantilado, com grande differença de nivel, quasi uma ri-

banceira. Por isso, é possível, que a natureza do terreno, tendo dado o nome ao sitio, tambem o dêsse á porta.

Quasi todos os escriptores, que tem fallado de Aveiro, tem-se soccorrido do que escrevera o Licenciado Christovam de Pinho Queimado e por isso dão, como elle, o nome de Rabães, a esta porta. Era possível, que elle tivesse escripto=Ribança ou Ribanças=e que por causa de má caligraphia, pelo má estado do manuscripto ou por precipitação do Copista,este escrevesse=Rabaens=em logar de qualquer d'aquellas duas palavras.

*

Dentro do territorio cercado de muralhas, não havia fonte publica. Tambem não me consta, que houvessem poços publicos nem cisternas. E' possível, que alguns dos habitantes d'Aveiro se servissem das aguas do tal Ribeiro para differentes usos domesticos e que sahisses por aquella porta, quando tivessem de ir ao mesmo Ribeiro.

Em latim *Rivales* são os que participam da agua do mesmo Rio. Será Rabaens corrupção de *Rivales*, por sahirem por aquella porta as pessoas, que iam buscar agua áquelle ribeiro?

Rivales tambem é nome dado aos que habitam as margens do mesmo Rio. E' possível, que fosse dado tal nome aos individuos, que perto do mesmo ribeiro começassem a formar habitações ou a cultivar as terras marginaes. E' verdade, que então não se fallava habitualmente o latim. Mas podia haver junto ao arco da porta alguma inscripção latina, com referencia a quaesquer d'aquelles individuos e depois ficar a palavra corrompida, ou por pouco iutelligivel, ou por estar já gasta, ou por a ignorancia do povo ou dos leitores.

*

Talvez por aquella *Porta*, se sahisse para os campos e povoações proximas, e tudo isso eram os arrabaldes da (então) Villa de Aveiro.

Os terrenos, que ficam ao poente, posto que já agricultados, tinham poucas habitações. Eram tambem uns *arrabaldes*. Dariam estes o nome á *Porta*?

E' possível até, que nem houvessem por alli habitações, mas, apenas, umas simples *arribanas*, (como ainda ha algumas actualmente), que são choupanas, casas colmadas, côrtes; isto é: construcções, proprias para se abrigarem ou recolherem gados. Será *Rabaens* corrupção de *Arribanas*?

*

No concelho de Leiria ha uma freguezia chamada *Arabal*. Este nome deriva-se da palavra arabe—*arrabab*—, d'onde *corrupto vocabulo*, se derivou *arrabil*, *rebeca*.

Era possível, que, em certos dias, alli perto, houvessem descantes e danças, acompanhadas de *arrabis* ou *arrabães*, e que por isso se chamasse áquelle sitio—de *arrabães*—d'onde, por corrupção ou por abreviatura, viesse a palavra—*Rabães*—, e depois *Rabães*, ou *Rabaens*.

*

Aveiro tambem tinha a uma *Judiaria*, posto que não muito populosa. Occupava o largo, a que se chama o *Terreiro* e as suas circumvisinhas e especialmente a Rua, chamada hoje—das *Carmelitas*—.

E' bem sabido, que aos Judeus se dava e ainda hoje dá vulgarmente o nome de *Rabbins*. E' possível, que, por esta porta estar muito proxima á *Judiaria*, se lhe dêsse o nome de *Rabães*, corrupção de *Porta de Rabbins*. Talvez até a estes não fosse permittido o servirem-se d'outra porta, quando tivessem de ir fóra da povoação, pois a historia diz-nos, que os Judeus, entre nós, ainda que protegidos pelo governo, eram sujeitos a certas restricções, e não gosavam de plena liberdade.

*

Ao nome de *Rabaens* ainda se poderiam assignalar outras origens, mas nem eu tenho facilidade de descobri-las, nem decerto o leitor estará obrigado a soffrer, por mais tempo, uma tão longa impertinencia.

Já será de mais e, portanto, peço desculpa e passarei a fallar do resto das muralhas e da ultima das suas nove Portas.

IX

Continuavam as muralhas desde a *Porta de Rabaens* até defronte do antigo Campo de Santo Antonio. E, como este lanço ficava ao Nascente da Rua, aqui chamada vulgarmente—*Rua das Arribas*—era como um prolongamento do lanço anterior, interrompido, apenas, pelo vão da Porta já descripta.

Havia, porém, uma differença muito notavel.

Ao nascente, toda a Rua era limitada por muralhas; mas, da *Porta* para o Norte, havia casas encostadas ao exterior, e para o sul dava-se inteiramente o contrario.

Depois da demolição das muralhas, o espaço, que ellas haviam occupado, começou a ser aproveitado para pequenas e muito desengraçadas construcções e para quintaes.

A rua alli é muito mais larga, o que é devido a não terem existido n'aquelle sitio predios urbanos, emquanto se conservaram as muralhas.

*

Por detraz do predio, que fôra palacio da sr.^a Baroneza de Almeida, conservou-se sempre um pedaço da muralha em quasi toda a sua primitiva grossura e de todo o comprimento do predio.

Em cada um dos extremos d'este e do lado da mesma Rua, havia um Torreão. Ambos foram convertidos em terraços e incorporados no predio.

Eram perfeitamente quadrados e não tinham muito mais que dez metros por lado.

D'alli gosava-se uma agradável vista de terra e da Ria e em certos dias avistava-se o Oceano.

Nos fins do seculo passado foi construido este predio, concedendo o governo a faculdade de ser feito encostado ás muralhas, em remuneração dos serviços prestados pelo como juiz da Alfandega de Aveiro.

A frente principal era elegante e voltada para o largo do Terreiro. No seu local haviam outr'ora umas pequenas construcções, que eram dependencias do Palacio dos Du-

ques d'Aveiro, convertido em convento de Carmelitas descalças em 1658.

*

Demolidas as muralhas, foram os torreões encorporados no edificio. Este fôra de um dos antepassados do sr. Visconde de Almeida, filho da Baroneza do mesmo titulo, senhora respeitavel, virtuosa e que a seus brios, bem justificados, de antiga fidalguia, sabia juntar uma lhaneza e trato familiar para todas as classes da sociedade.

Oxalá, que a sua alma goze da presença do Senhor e que ella de lá acceite um tributo da minha sincera saudade e da mais intima gratidão pelos muitos obsequios, de que lhe fui devedor e de que nunca me hei-de esquecer.

N'aquella casa nasceram seus netos, de quem fui amigo, como irmão. Tambem alli nascera e d'alli voára á manção dos justos, sua primeira neta, D. Maria Ignez. Tinha, apenas, vinte annos, quando falleceu em maio de 1860.

Quando a Senhora D. Maria da Gloria (D. Maria II) visitou esta cidade, foi hospedada n'esta casa e alli se lhe prestaram todas as honras, sem que faltassem as commodidades e etiquetas, devidas e indispensaveis á que fôra Princesa do Grão Pará e que então occupava o throno portuguez.

Na mesma casa davam se luzidos saráus, especialmente nas noites de 13 e 20 de março, annos do sr. João Carlos do Amaral Osorio e Souza, (Visconde de Almeida em 1866) e de sua sympathica filha a sr.^a D. Maria Ignez.

*

Esta casa foi destruida por um incendio em 24 de junho de 1871.

Em 1888 começou a ser demolida, para no seu local se construir um edificio para as repartições publicas.

Ainda lá se encontrou uma grande parte das paredes das muralhas, especialmente onde foram os torreões. A pedra foi applicada n'aquelle edificio, que no seu genero, deveria ser um dos primeiros do paiz, mas que infelizmente nunca passou de menos de meias paredes!

*

Ao sul do segundo d'estes torréões e junto a este ficava um postigo, a que se dava o nome de *Postigo do mar* ou do *poente*, por ficar voltado para o ponto, onde aparentemente o sol mergulha no Oceano.

Sobre o respectivo arco e na parte anterior da parede estava uma cruz com este leitreiro:

†

FVGITE. PARTES CONTRARIÆ
VICIT CRVX DOMINI

Depois que as muralhas foram demolidas, o espaço que occupava este postigo, ficou convertido n'um pequeno pateo para despejos, e encorporado no predio, a que me tenho referido.

*

Ao fim da *Rua das Arribas*, terminava este lanço de muralhas fazendo um angulo recto com a parte ou morro, que reforçava o arco da *Porta de Vagos*.

Esta ficava ao sul, da *rua do Jardim*, a qual já se chamou Rua do Campo de Santo Antonio.

Havia anteriormente uma porta paralella, como na da Ribeira e na da Villa, e tambem com um intervallo rectangular do comprimento da grossura das muralhas.

Tinha assentos de pedra encostados aos lados interiores e era o ponto de reunião de algumas familias distinctas, para conversarem.

Da parte exterior tambem havia uns bancos de pedra, de que se serviam para o mesmo fim.

A Porta do Vagos era como o *terminus*, a tapagem, da rua d'aquelle lado.

Ficava voltada para o *Campo*, a que depois se deu o nome—de Santo Antonio—por alli ter sido edificada, em 1524, a egreja d'esta invocação.

Na face exterior da parede e sobre o arco lia-se:

O MAGNANIMO REI
D. IOÃO. V. MANDOV
REPARAR ESTA PORTA
E ESTES MVROS.

*

Quando as tropas de D. Antonio, Prior do Crato e pretendente á corôa de Portugal, atacaram a Villa de Aveiro, entravam pelas Portas de Vagos, mas depois de renhido e violentissimo combate.

Muitos dos Aveirenses, entre os quaes figuravam algum da nobreza e os vereadores do Senado, estavam já pelo partido de D. Filippe de Castella.

O pretendente não foi aqui recebido sem grande opposição. Quando entrou, foram taes os estragos, que n'aquella porta soffreram as muralhas, que, quando foram demolidas, ainda se conheciam os signaes dos concertos e emendas, que mais tarde foi mister fazer-lhes, por causa d'isso.

Fernão Gabriel da Veiga, que era então vereador e seguia o partido de D. Filippe, foi perseguido, preso e cheio de feridas. Poude fugir, mas foram-lhe confiscados todos os bens.

Os outros vereadores tambem foram presos e, não tendo podido fugir, toram mortos.

Fernão Gabriel da Veiga foi pae de D. Maria Gabriella da Veiga e de Francisco Gabriel da Veiga.

Em 1608, Francisco Gabriel da Veiga fez uma justificação da sua nobreza perante Agostinho Cardoso, Provedor da Comarca de Esgueira.

Estes dois irmãos e seus descendentes entrelaçaram-se com muitas das principaes familias de Aveiro.

*

Quem quizer ter alguns esclarecimentos da historia da entrada de D. Antonio em Aveiro, leia o Romance—O Senhor do Paço de Ninães, por Camillo Castello Branco—e os artigos de polemica, entre este escriptor e o sr. Marques Gomes, ácerca do mesmo assumpto.

*

Da Porta de Vagos não resta hoje mais, que a lembrança. O lugar, que occupava, ficou, quasi todo, logradouro publico.

O sitio, do morro, a que se encostava o cunhal da Porta, ao poente, foi, em parte occupado por uma casa terrea, tão mal construida, que já está quasi em ruinas e que tem frente para a Rua das Arribas, para o Jardim e para a Rua d'este nome. A outra face d'este predio deita para um pequeno quintal, onde ha uma figueira bastante frondosa. O predio pertence actualmente ao sr. dr. Manuel José Marques da Silva Tavares, antigo administrador d'este concelho e que, ha poucos annos, era conservador na Comarca d'Aveiro.

A *Porta de Vagos* era assim chamada, porque tinha a frente para a Villa d'aquelle nome e porque o povo da mesma Villa tinha por costume entrar por alli, quando vinha a Aveiro. Era tambem aquella porta o seu ponto de rennião, como a da Villa o era para os habitantes d'outras povoações do sul.

O que é muito para notar é que se dêsse tal nome a esta porta, havendo outras muitas povoações entre Aveiro e Vagos, e havendo especialmente a Villa de Ilhavo, que, d'ha muitos annos, é muito mais populosa. Além d'isto, muita gente de Vagos tinha (e ainda hoje tem) o costume de vir a Aveiro pela Ria.

Aquella denominação dá a entender, que a Villa de Vagos é mais antiga do que a de Ilhavo e do que outras povoações intermedias, ou tivera em tempo mais importancia do que qualquer d'ellas.

A denominação d'aquella porta já, em 1867, serviu de argumento a João Ferreira da Cruz (vulgo João de Vagos) para provar, que Vagos era mais antiga do que Ilhavo e que, tendo de ser extincto um dos dois concelhos, o de Vagos tinha mais direito a subsistir.

Afinal, ficariam ambos extinctos, se a revolução de 1 de janeiro do anno seguinte não tivesse concorrido para a sua restauração e para a d'outres e bem assim para a conservação d'este e d'outros districtos administrativos.

D. Antonio, Prior do Crato, mandou matar alguns dos que se haviam opposto á sua entrada em Aveiro. N'esse numero entrou Fernando André Rangel Rolão, filho de Miguel Fernandes Rangel e neto paterno de Filippe Rolão e Leonor Annes Rangel.

Este Filippe Rolão deu o nome á viella, que vae do Côjo para a Rua de Villa Nova (actualmente Rua da Vera Cruz). Morou nas casas, que são hoje de Jorge Faria de Mello.

D. Filippe concedeu, em 1597, uma tença de 30\$000 réis a Joanna do Rego, viuva de Fernando André, em paga dos serviços, que este havia prestado ao mesmo Rei.

*

Em 1574 baptizou-se Diogo André Rangel Migalhas, irmão de Fernando André Rolão e neto de Filippe Rolão. Já se vê, que este vivêra n'aquellas casas muito antes d'aquella data e que a Viella do Rolão tem este nome, ha muito mais de tres seculos.

Filippe Rolão teve outro filho chamado Matheus Fernandes Rangel, casado com Antonia Dias. Estes conjuges tiveram, além d'outros filhos, D. Frei Miguel Rangel, dominicano e septimo Bispo de Cochim. Este illustre prelado morreu com opinião de santo.

*

Deixando, porém, estas digressões, para que me levam tão instinctivamente as ideias associadas, e em que sou tão prolixo, continuarei fallando das muralhas, tarefa, a que em breve terci de dar conclusão.

Defronte da Porta de Vagos ficava a muito fallada alameda, ou campo arborizado, a que se chamava=Alameda de Santo Antonio ou Campo de Santo Antonio=, convertida desde 1862, em jardim do mesmo nome e por iniciativa da camara municipal d'este concelho.

Entre a *Porta de Vagos* e a da *Villa* era o ultimo lanço das muralhas, todo em perfeita linha recta e, apenas, com a interrupção do *Postigo do Sol*. Este lanço ficava em todo o comprimento entre a Rua Nova (vulgo Rua do Lamei-

ras) e a chamada hoje Travessa do Passeio e antigamente Rua do Caneiro.

(Tem o nome de Travessa, posto que seja tão comprida como a Rua Nova, que totalmente lhe fica paralella).

Demolidas as muralhas, o terreno, occupado até então por este lanço, foi aproveitado para alguns predios urbanos e quasi totalmente para quintaes, pelo que, facil será ainda hoje verificar, qual fôra a largura do mesmo lanço, visto que antes nunca tivera predios encostados, como haviam tido os d'outras ruas.

*

O *Postigo do Sol* ficava justamente, onde hoje ha uma curta viella, (ao fim da Rua do Loureiro), dando ingresso da Travessa do Passeio para a Rua Nova e, d'ambos os lados, limitada por uns rusticos muros de quintaos. O comprimento de cada um d'esses muros é exactamente igual á largura da muralha em todo o lanço.

Sobre o arco e na face anterior do Postigo, havia um emblema religioso, tendo por baixo:

IEZVS. MARIA. IOZEPH.

E' de crêr, que alguns d'esses emblemas e letreiros, fossem collocados muito depois da construcção das muralhas.

O *Postigo do Sol*, tinha este nome, porque, na verdade, n'aquelle sitio, entesta muito o sol na estação do inverno. Alli, na parte externa da muralha, muita gente ia tomar o sol. Esse costume ainda hoje subsiste.

*

Quando, no inverno, ha dias de sol, vêem-se muito perto do local, onde fôra o Postigo d'este nome, algumas mulheres trabalhando e aquecendo-se aos raios d'aquelle astro bem-fasejo. Essas mulheres são quasi sempre desfavorecidas da fortuna. Algumas o são da sorte; mulheres, a quem a sociedade trata com desprezo, sendo ás vezes bem indulgente para quem ainda é mais culpado!

Tambem alli se veem algumas creanças andrajosas, sem familia e sem protecção.

Quando em dias frigidissimos, as tenho visto ao sol, aproveitando-se dos beneficos raios, lembro-me d'aquella quadra de Thomaz Ribeiro, no *D. Jayme*:

«Bem hajas, ó luz do sol,
dos orphãos gazalho e manto,
immenso eterno pharol
d'este mar largo de pranto!»

Mas parece-me, que o leitor, que me acompanha de braço dado, pela Rua Nova, outr'ora no exterior das muralhas, já me está censurando por tantas digressões.

— Mas que quer o amabilissimo leitor? As taes ideias associadas...

— Deixa as, por agora,—me dirá—e continua a descripção.

*

Continuavam, pois, as muralhas até o sitio onde a Rua Direita acaba e começa a do Espirito Santo, formando uma especie de *Cruz dos Quatro Caminhos*, com a Rua Nova e a do Rato. A muralha fazia então ali uma pequena curva saliente e era um pouco mais grossa. Assim era mister, não só para que depois seguisse pelo Norte da Rua do Rato, mas tambem para dar melhor encosto á porta da Villa, de que já se fallou no principio d'esta descripção.

A Rua Nova é n'este ponto um pouco mais larga, e entre esta Rua e a Travessa do Passeio, ha tanta largura, que dá logar a duas casas, ambas com a frente principal para a Rua Direita, e cada uma com face para as respectivas ruas, entre as quaes estão edificadas. Entre estes predios ainda ha uns pequenos vestigios de muralha, que não podem ver-se de fóra, o que dá bem a conhecer, que o predio da esquina sul foi construido muito depois da demolição dos muros, que circundavam o bairro do Infante D. Pedro.

*

Ainda não ha muitos annos, quem vinha da Rua Nova, e olhava para o predio, de que já fallei, e que fica á esquina Norte da Rua do Rato, via, que toda a frontaria principal,

(voltada para a Rua Direita) era formada em restos de muralha, que até certa largura, ao Nascente, serviam de encosto á Porta da Villa.

Outros restos formam a parede do mesmo predio, do lado do Norte. Ficam dentro do quintal, de que já fallei. Da rua pouco podem ser vistos, mas podem ser vistos muito facilmente das janellas da casa fronteira, casa, que pertence ao meu honradissimo amigo David da Silva Mello Guimarães, e que tem uma frente para a Rua de Jesus e outra para a Rua Direita.



O Licenciado Christovam de Pinho Queimado, descrevendo Aveiro, em 1687, referindo-se ao quarte bairro d'esta (então) Villa, dizia, «que este era o bairro principal, habitado pela nobreza e este sómente era cingido de altos muros, e que estes, como os de Jerusalem tinham nove diversas entradas, bom que n'ellas se contassem doze portas.» E assim era. Havia nove entradas, a que se chamavam *portas*, e como a da Villa, a de Vagos e a da Ribeira tinham outras paralellas, prefaziam exactamente o numero de doze.

O mesmo auctor, fazendo a ennumeração das nove entradas ou *portas*, depois de fallar da porta da Villa, diz, que as outras oito pelo circuito são a do Sol, a do Campo, a do Côjo, a da Ribeira, a do Alboy, a de Rabões, a de Vagos—entre a qual e a de Santo Antonio se acha a frondosa e ordenada alameda, que os estrangeiros celebram e admiram.»

Ou houve engano do auctor, ou redacção pouco clara, ou engano do copista.

A porta de Santo Antonio era a mesma porta de Vagos e deu-se-lhe aquelle nome, depois que foi edificada a egreja e convento da mesma invoacção, isto é, depois de 1524.

*

Quem passar por o local, de que se tracta, logo verá, que não podia haver outra porta, de modo que entre as duas ficasse tal alameda.

Era mister, que os muros formassem alli um quasi circulo. E se alguém imaginasse, que havia outra *porta* no fim da Rua das Carmelitas, onde hoje ha nna casa, que tem um frontespicio para a Rua Nova e outro para a rua parallela, ainda assim tal alameda não ficava entre as duas portas nem mesmo defronte de todo o espaço de muro comprehendido entre ellas.

E quer o *muro* se prolongasse para o sul, quer para o poente, nunca a alameda podia ficar, onde o auctor indica.

Decerto, este quereria dizer: «entre a qual (a porta de Vagos) e a do convento de Santo Antonio, se acha a frondosa alameda....»

E como não mencionou a *do Cdes*, muitos individuos nomeiam a porta de Santo Antonio, como fazendo parte das muralhas d'Aveiro, ou por que desconhecem o local ou por que naturalmente não querem fugir á conta das nove entradas.

*

Na *Corographia* do Padre Carvalho e no *Diccionario Geographico* do Padre Luiz Cardoso, ha tola a exactidão n'esta parte, pois fallando elles da *Porta de Vagos*, dizem: «entre a qual e o convento de Santo Antonio se acha a frondosa e bem ordenada alameda....»

E esta era a verdade, como facilmente ainda hoje se pode reconhecer.

*

Parece me muito a proposito o dizer algumas noticias ácerca do territorio, fechado pelas muralhas.

Como já disse, era elle a parte mais nobre da povoação, a primitiva, a principal e, decerto, a unica existente, quando aqui esteve o Infante D. Pedro e tratou de cingir de muros a sua *Villa de Aveiro*.

Os templos, os mosteiros quasi todos, as principaes casas, foram de construcção posterior.

Não se demorou muito a construcção de taes edificios. A *Villa* teve logo tendencias para crescer e o povo achou, que era acanhado recinto o que as muralhas cingiam.

Em menos de um seculo depois da existencia d'ellas:

já haviam muitas casas ao sul da Porta da Villa e especialmente ao nascente do Esteiro, que actualmente divide a povoação.

Isto prova-se por as datas de alguns templos e de outros edificios, por documentos antigos, por diversos factos historicos o pelos nomes de alguns sitios.

E n'este ponto ainda tocarei, se me fôr permittido o alongar estes apontamentos.

*

As ruas principaes, que ficavam intramuros, do sul a Norte e começando pelo nascente, eram: A Rua Direita, a do Loureiro e a do Campo. E seriam rigorosamente paralellas, se todas fossem tam perfeitamente rectas, como quasi o é esta ultima.

*

A *Rua Direita* já tinha este nome em 1506, como consta de uma escriptura de doação, de 11 de abril do mesmo anno, feita por Henrique Esteves, escudeiro de El-Rei e casado com Filippa Nunes.

Maria Dias Cardoso de Carvalho, filha de Gaspar Dias Cardoso de Carvalho e de Leonor Annes Gaga, filha de João Esteves Cerveira, e de sua primeira mulher Aldonsa (ou Al-lonsa) Affonso, senhora da Capella de S. Vicente, na Egreja de S. Miguel, antiga matriz d'Aveiro, morava na Rua Direita em 1532.

Maria Dias Cardoso de Carvalho tinha uma irmã chamada Antonia. D'ella terei de fallar adeante.

A Rua Direita foi por muito tempo conhecida vulgarmente pelo nome de *Rua dos Rangel's*, porque moravam alli diversas familias d'este appellido, todas mais ou menos apparentadas. Ainda ha pouco alli viviam (e ainda hoje vivem) descendentes d'essas familias e ainda alguns predios lhes são foreiros.

*

A Rua do Campo de Santo Antonio, ainda que interrompida pelo largo do Terreiro, prolongava-se desde a Porta de Vagos, (defronte do actual Jardim publico), até ao ponto,

em que faz angulo recto com a antiga Rua de Santa Catharina (vulgo Rua do Açougue) e desde 1870 Rua da Cadeia (!)

*

Antes de passar além, permitta-se-me dizer, que acho um grande erro o mudar os nomes ás ruas. Isto traz complicações no futuro e dá ás vezes origem a questões, a demandas, a duvidas e a muitos embarços, mesmo para quem quer escrever a historia de uma localidade.

Se alguma camara pretende commemorar um nome notavel, ou uma data, ou um feito heroico, tem outros meios muito mais faceis e quasi sem dispendio. Colloque nas salas dos Paços do concelho medalhões ou quadros com emblemas, datas ou nomes do que deseja recordar; ou dê essas designações a Ruas, Praças, ou largos, que, até então, ou não houvessem existido, ou nunca tivessem tido nomes ou tivessem nomes pouco decentes.

*

Além d'isso em muitas localidades tem sido postos, a diversas ruas, nomes de individuos, que nenhuns beneficios tem feito, nem ao paiz nem a essas localidades, ou que até tenham concorrido para a sua ruina.

Em Aveiro, ha poucos annos a esta parte, tem-se construido tres Bairros completamente novos. Tem cada um d'elles umas poucas de ruas, algumas das quaes não tem nomes. Ahi, sim. Ahi pode o municipio mostrar a sua dedicacão á memoria de homens illustres e illustrados.

Mas sejam preferidos os nomes dos nossos conterraneos e dos individuos, que tenham feito serviços a esta terra.

Tambem para esse fim poderia haver um local reservado, um *Campo elysio commemorativo* (permitta-se-me esta expressão) *arruado*, e com esses nomes. Por que no fim de contas, desenganai-vos, os nomes antigos das ruas sempre hão-de prevalecer por muito tempo. E, depois que esquecem, começam as duvidas e as origens das questões judiciais.

*

Ainda não ha muitos annos esteve para se originar uma demanda, a respeito de um foro de uma casa, sita na Rua

dos *Sombreiraes*, porque já não se sabia, onde esta fôra! Por acaso, descobriu-se um apontamento ácerca da morte repentina de certo fidalgo, succedida n'uma botica. E por outros apontamentos, relativos á mesma rua, veio a descobrir-se, que o facto se déra na actual Rua dos Mercadores, que tambem já foi chrismada em=Rua Serpa Pinto=.

*

Trago isto a proposito das mudanças de nomes que tem tido esta rua. Do Terreiro para o Norte já se chamou=Rua das Beatas=e depois Rua da Sé. Do Terreiro para o sul já tem sido: Rua do Campo, em tempos muito antigos; Rua do Campo de Santo Antonio, depois de 1524; Rua Nova de Santo Antonio, desde 1856; Rua do Jardim de Santo Antonio, depois de 1870, e não sei, se tem tido mais designações, nem mesmo qual é com todo o rigor o nome exacto, official, d'esta rua!

Pois toda esta rua se denominava outr'ora=Rua do Campo=. Na parte, que hoje se chama Rua da Sé, morou Antonia Dias Cardoso de Carvalho, irmã de Maria Dias Cardoso de Carvalho, a quem já me referi, quando fallei da Rua Direita.

Foi casada com Fernão Gabriel da Veiga, fidalgo da casa do Duque d'Aveiro, D. Jorge, que morreu, em 1578, na batalha de Alcar-Kibir.

*

Quando fallei da *Porta de Vagos*, apontei o facto, do que succedera áquelle fidalgo, na entrada de D. Antonio, Prior do Crato, em Aveiro.

Fernão Gabriel da Veiga, reeebeu, do Rei Filippe (I de Portugal) um premio pecuniario pelos serviços, que então lhe prestára e como indemnisação do muito que soffrera.

Em 1588 foi na *Invencivel Armada* á Inglaterra. Foi dos poucos, que escaparam. Morreu na Bisciaia.

A casa, em que na mesma rua viveram aquelles conjuges e seus descendentes, era a que depois foi recolhimento de S. Bernardino, cuja egreja serviu de Sé.

*

Entre a Rua Direita e a do Campo ficava a *Rua do Loureiro*. Sempre foi tortuosa. Deu-lhe o nome um loureiro muito frondoso, que hovvera á esquina de um quintal e que, ainda não ha muitos annos, fôra mandado cortar.

Esta rua (a não ser na entrada, ao norte) não tem predios urbanos, mas unicamente quintaes.

Communica com o *Terreiro* por uma Travessa, onde, apenas, ha uma casa; e com a Rua Direita, por outra, a que foi dado o nome de Rua da Cruz.

A Rua do Loureiro teve, em tempos antigos, bastantes predios, ainda que terreos, especialmente do lado oriental, do primeiro lanço, isto é: até á travessa do Terreiro.

D'ahi e até o fim da rua para o sul, havia predios de ambos os lados. Hoje tudo isso está convertido em quintaes.

N'esta parte da rua, está a cerca do convento de S. João Evangelista (Carmelitas descalças), á mão direita de quem vem do lado do Norte.

Os muros d'esta cerca não existiam primitivamente o para esta rua deitava uma das frentes do palacio dos Duques d'Aveiro, palacio, que, como já disse, foi convertido em convento.

*

Por aquelle motivo, chama-se a esta Rua=do Duque=. E, apesar dos predios não serem de grandes dimensões, foi esta uma das principaes ruas d'Aveiro!

Ainda hoje se conhecem nos muros de alguns quintaes, os vestigios de edificações urbanas. E no muro da cerca do mesmo convento, ainda se conhecem as portas e janellas, tapadas depois da nova applicação do edificio ou, talvez, ainda antes.

*

O *Terreiro* fica ao poente d'esta rua. Para elle deita parte do convento e ainda algumas dependencias d'este.

Os duques d'Aveiro não costumavam habitar na terra do seu titulo. Quasi sempre habitavam em Azeitão. Quando, raramente visitavam Aveiro, installavam se n'aquelle predio, mas creio, que nem sempre.

E como o predio fôra do ducado, chamava-se ao Terreiro=Rocio do Duque=, depois Rocio das Carmelitas e ultimamente Terreiro. D'este largo para o sul, corre uma pequena rua, entre a do Loureiro e a do Campo de Santo Antonio.

Era a antiga *Rua da Judiaria*, hoje Rua das Carmelitas, porque n'ella, á mão esquerda, está situado quasi todo o convento d'esta denominação.

*

Perpendiculares a estas quatro ruas, ficavam as seguintes ruas e travessas, começando da lado do sul:

A Rua do Jesus, a do Caneiro, a da Cruz; a Travessa do Terreiro, a da Rua Direita, a das Laranjeiras, a do Loureiro, a do Roxo; a Rua de Santa Catharina e a Rua dos Tavares.

A *Rua de Jesus* communica a Rua Direita com o largo de S. Domingos, perto do qual estava a *Porta do Sol*, cujos restos ainda hoje são bem visiveis. Foi outr'ora Rua de Nossa Senhora ou de Santa Maria—o ainda tinha este nome no tempo de D. João V, como se pode ver, no archivo da Camara, d'este concelho, em que se descrevem as festas, que em Aveiro se fizeram nos dias 31 de agosto e 1 e 2 de setembro, de 1715, para celebrar as pazes entre o nosso monarcha e El Rei D. Philippe V de Castella.

Por essa descripção se vê, que já então a Rua de Santa Catharina tinha o nome vulgar de Rua do Açogue.

A *Rua do Caneiro* é hoje denominada Travessa do Jardim, e com ella communicam todas as quatro mencionadas ruas. Tem poucas casas. Quasi só tem quintaes e o largo, comprehendido entre a Rua do Loureiro e a Rua das Carmelitas, é occupado por o muro da cerca do convento, que vae formar angulos rectos ás esquinas das mesmas ruas.

A *Rua da Cruz*, a *Travessa do Terreiro*, das quaes já fallei.

A *Travessa da Rua Direita* communica a rua d'este nome com a do Loureiro. Um seleiro, natural de Penafiel, e

que ali morou muitos annos e ali morreu, deu o nome vulgar de Viella do Seleiro a esta Travessa.

*

A *Travessa das Laranjeiras*, de que já fallei, e que terminava no *Postigo do Campo*, ainda hoje tem o mesmo nome. Proveio-lhe de grande quantidade de laranjeiras, que havia nos quintaes visinhos, e que eram tão frondosas, que facilmente podiam ser vistas pelos transeuntes.

Esta travessa communicava, como actualmente, com a Rua de Jesus, pela *Viella da Nóra*, viella estreitissima, tortuosa, e ultra-immundissima (!).

Bem fôra, quo tal passagem se tapasse em ambas as extremidades, o que seria util para a limpeza, para a hygiene e até para a moralidade.

E para evitar o transtorno, que isso poderia causar aos proprietarios de casas com quintaes, que para alli tenham sahida, haveria um facil meio, que até podia ter alguma vantagem economica.

Cada uma das tapagens teria uma porta, que poderia ser de madeira e ambas com fechadura equal. Cada proprietario ou cada inquilino teria uma chave, de que se poderia servir e ficava ainda com a vantagem de, pelos muros do quintal, a sua propriedade ou habitação, não poder ser invadida ou assaltada pela gatunagem.

*

A *Travessa do Loureiro*, communica a rua d'este nome com a antiga Rua do Campo, no lanço, a que hoje se chama Rua da Sé.

A *Travessa d'este nome* é quasi frente da do Loureiro e dá ingresso para a Rua das Arribas, ou de Santo Antonio.

Antigamente chamava-se-lhe Travessa ou Viella do Roxo, porque um individuo d'este appellido lhe déra o nome.

Antes da demolição das muralhas, esta travessa quasi não existia. Era, apenas, o vão da *Porta de Rabaens*, da qual tão prolixamente já fallei.

*

Fazendo angulo recto com a antiga Rua do Campo,

existia, ao Norte, a Rua de *Santa Catharina*, de que tambem já fiz menção.

Este nome proveio-lhe de quasi todas as casas d'esta rua serem foreiras á capella de Santa Catharina, fundada junto á egreja de S. Miguel.

Nas casas da viuva de Luiz Antonio da Fonseca e Silve, natural do Porto, e escrivão da camara ecclesiastica da (extincta de facto) diocese d'Aveiro, existem ainda hoje uns emblemas d'aquella santa, indicando, que a propriedade era foreira ao morgado, administrador da mesma capella.

Esse emblema é uma roda de navalhas e uma espada. Identicos emblemas havia n'outras casas da mesma rua, assim como em casas d'outras e até em casas de quintas.

Do lado do norte, havia um armazem, que hoje está convertido em pequenos predios.

Pertencera a Antonio José Lopes e era foreiro ao administrador da capella, o ultimo dos quaes, fallecido em 1869, era Gabriel Lopes de Moraes e Mariz Picado Leão de Figueiredo Balacó.

Esse armazem tinha sebre uma das portas:

FA.^a D. C.^a D. S.^a C.^a

Isto é—Fabrica da capella de Santa Catharina—.

Na mesma casa, sobre outra porta:

Rua de
Santa C.^a

E sobre outra porta:

Da Capella

Tambem alli haviam os emblemas do martyrio da Santa.

Já se vê, que este predio havia sido pertença da capella e havia toda a razão para conservar o nome antigo áquella rua.

N'esta rua existe um predio de boa apparencia e de que é proprietario o meu amigo Francisco Augusto da Fonseca Regalla, official de marinha em disponibilidade temporaria.

Fôra de seu pae, o sr. João Maria Regalla, facultativo da antiga eschola do Porto e natural d'esta cidade.

Pertencera até 1857 a Francisco de Pinho Ravara, ultimo escrivão da Provedoria e avô paterno de Arthur Ravara, a quem n'estes apontamentos já me referi.

Alugado pelo governo, serviu este predio para Lyceu Nacional, desde a instituição d'este até áquelle mesmo anno de 1857.

Alli fiz exame de instrucção primaria e comecei a frequentar as aulas de Grammatica portugueza e latina.

Esta rua tem communicação com o Largo, a que ainda hoje se chama vulgarmente *Largo da cadeia*.

*

Este largo é o remate, ao norte das Ruas do Loureiro e Rua Direita.

Tem tido diversos nomes.

Antigamente era chamado—Adro de S. Miguel—por que alli existia a egreja d'esta invocação, fundada pelo mesmo infante, que mandára fazer as muralhas.

No mesmo largo existia o Hospital, ou albergaria de S. Braz, (onde é hoje o Lyceu), a Egreja da Mizericordia, antiga casa da Camara e a capella de Santo Antonio, dos presos.

Demolida a egreja de S. Miguel, em 1835, passou este largo a ter a denominação vulgar de Largo da Cadeia.

Em 1852, pouco mais ou menos, foi-lhe posto officialmente o nome de—Praça Municipal—.

A Rua Direita prolonga-se, ao nascente d'este largo e depois, continuando um pouco e em declive, fórma ainda uma pequena rua, a que se dá o nome de Costeira, (por ser um tanto inclinada) e que termina na Praça da Fructa, onde outr'ora esteve a *Porta da Ribeira*.

Como já disse, tem este largo communicação com a an-

tiga Rua dos Tavares, que fica ao Norte do antigo Adro de S. Miguel.

Este e a mesma Rua tambem se communicam pela entrada para o Largo de S. Braz, onde a rua termina, e pela estreitissima e immunda viella do correio.

A Rua dos Tavares era assim chamada, porque para ella deitava uma das frentes do palacete dos Tavares, senhores de Mira, o ao qual já me tenho referido muitas vezes, n'estes desalinhados e mal redigidos apontamentos.

Esta rua tem hoje o nome de—Rua de Traz da Alfandega—. No fim d'ella ha um angulo recto, e depois de se percorrer toda a rua, vê-se parte do antigo palacio dos Marquezes de Arronches, que ainda melhor se vê no angulo, que fica ao Noroeste da actual Praça Municipal.

Esse edificio, depois que deixou de ser a habitação dos seus antigos donos, teve diversas applicações.

No tempo do Marquez de Pombal, esteve ahi estabelecida uma fabrica de tecidos e estamparia, de que fôra director tecnico um italiano, ou individuo de origem italiana, de appellido Lucatel, meu bisavô materno.

Depois serviu de aquartelamento militar e, pelo sitio, chamava-se-lhe *Quarteis de S. Miguel*.

*

Em Aveiro sempre houve mais ou menos força militar. As muralhas, segundo creio, nunca serviram de aquartelamento, a não ser para pequenos troços de tropas, nos baixos dos *torreões*, a que o vulgo chamava=*Castellos*=.

Nem mesmo o paiol lhe ficava proximo. Era no Rocio de S. João.

Em 1628 rebentou o paiol, causando algumas mortes. D'esse desastre foi victima D. Maria Pinheiro, filha d'outra e de Bento Gonçalves, por alcunha=o viannez=. Maria Pinheiro era descendente de Catharina Pinhelro, que, em 1472, veio para Aveiro com a Princeza Santa Joanna.

Não sei, onde depois foi o deposito da polvora. Nos principios d'este seculo era na capella de S. Sebastião, perto

da Fonte dos Amores, no sitio, que ainda hoje tem o nome do orago da capella, á sahida de Aveiro para o sul.

A capella já estava profanada desde os fins do seculo passado. O sino está hoje na torre do edificio municipal.

*

Em Aveiro houve a tropa de ginetes, de couraceiros e de infantes no tempo de D. João III. Quasi todos aquelles militares morreram na infeliz batalha de Alcacer Kibir.

Depois d'este desastre faziam a guarnição das terras as tropas de ordenanças, creadas no tempo de D. Sebastião. Usavam de armas brancas e de tiro. Em Aveiro havia um regimento de ordenanças. O capitão-mór, o sargento-mór e os capitães das companhias eram tirados da primeira nobreza, e sob proposta dos nobres, dos vereadores e do provedor da Comarca.

A outra officialidade não era sempre escolhida da primeira nobreza, mas os respectivos cargos eram dados a proprietarios e a pessoas de certa posição social, e que por isso tinham geral consideração, e aos quaes se chamavam—homens bons—.

*

D. João IV creou em 1641 as tropas auxiliares permanentes e reorganizou as ordenanças.

Foi Aveiro uma das primeiras terras, que teve tropa auxiliar, em forma de regimento, com mestre de campo, sargentos-móres de batalha, capitães, outros gráus inferiores, com fardamentos mui vistosos e peitos d'ago.

Não sei, qual o numero ou nome ou designação especial, que então era dada á tropa, ou forças militares estacionadas em Aveiro, mas sabe-se, que na guerra, chamada da acclamação, essas forças se portaram com toda a bravura e praticaram actos dignos de elogios. Foram louvados pelo governo e esses louvores ficaram registrados nos livros da Comarca de Esgueira.

Tambem aqui havia uma companhia dos fachos, com o fim de evitar os naufragios, dar signaes de rebate e soccorrer os naufragos.

O Licenceado Christovam de Pinho, cujas indicações vou seguindo n'esta parte, dizia que: «toda a tropa d'Aveiro e sua comarca, (dos auxiliares e ordenança armada) excedia a 3:500 homens dos mais valentes e exforçados.»

*

Segundo a *Chorographia* do Padre Carvalho, impressa em 1708, tinha Aveiro n'esse anno, «no militar o governador da Comarca, que junctamente era o capitão mór da Villa; sargento mór, que residin n'ella, o quatro companhias de ordenanças da Villa e seis no Termo.»

E o mesmo dizia o Padre Luiz Cardoso no primeiro tomo do seu *Diccionario Geographico*, impresso em 1747.

Cada companhia pertencia ou fazia o serviço em cada uma das quatro parochias, em que então se achava dividida a Villa d'Aveiro.

*

— Em 1759 existia aqui uma força militar, que tinha o nome de=Dragões de Aveiro=.

No *Perfil do Marquez de Pombal*, por Camillo Castello Branco, obra impressa em 1882, ha um facto, que bem confirma esta asserção.

Diz o auctor, que o Marquez de Pombal, havendo conseguido atterrar o Monarcha, mostrando-lhe perigos e traições em tudo e em todos, começou tambem a receiar, que alguém o maltratasse. Taes eram os abusos, por elle commettidos.

Por isso, «elle pela sua parte, desde 1759, inculcava tambem grande pavor. Escoltava-se de um esquadrão de *dragões de Aveiro* com as espadas nuas e nunca se apeava da sege sem se amparar no hombro do capitão da guarda, que tinha o seu quartel em casa convesinha á do ministro (!). Não obstante, no dia 6 de setembro de 1771, o Marquez de Pombal, quando sahia da côrte, ladeado *de cavallaria* e em frente da guarda do Paço, que lhe fazia a continencia, foi apedrejado por um homem andrajoso, que lhe rasgou a cortina da portinhola com a primeira pedrada e antes de ser preso ainda lhe arremegou segunda. Este homem deixou-se amarrar com

a mais fleumatica impassibilidade, e mostrava-se glorioso da façanha, quando o conduziram ao forte da Junqueira.»

Mr. de Montigny, encarregado dos negocios da França, dizia em 10 d'aquelle mez ao seu governo, «que parecia extraordinario, que um homem quasi nú atirasse sobre o primeiro ministro entre duas guardas—a do palacio, que lhe fazia continencia militar e a *sua propria* guarda, que o acompanhava sempre com as espadas desembainhadas.»

Porque seria, que o Marquez de Pombal tinha uma tão grande confiança nos dragões d'Aveiro?

Ignacio Xavier Raposo foi «administrador das munições de bocca do Regimento de Dragões, da Villa de Aveiro.» Foi casado com D. Felicia Josepha Bernarda de Magalhães, neta de Antonio Gonçalves da Canara Carneiro, capitão de cavallos, cavalleiro de habito. A este cavalleiro foi passado um braço de armas, para si e seus descendentes.

Ignacio Xavier foi pae da sr.^a D. Maria Clementina Xavier de Magalhães, de quem ha em Aveiro numerosa descendencia.

*

O marido da mesma senhora — Luiz Rodrigues de Mello — foi cirurgião-mór do regimento de milicias d'Aveiro.

Esta cidade sempre teve um regimento da segunda linha, (milicias), desde que taes corpos foram creados até serem extinctos. O regimento de milicias de Aveiro tambem se tornou notavel nas nossas luctas contra a invasão franceza e na Batalha do Bussaco foi um dos que mais se distinguiram, apesar de ser composto de individuos, ainda inexperientes o menos dados ao exercicio da guerra, do que aos trabalhos agricolas.

Na bandeira d'este regimento havia esta legenda, tirada dos Luziadas:

E julgareis, qual é mais excellente,
se ser do mundo Rei se do tal gente.

*

Acabou a guerra peninsular com a batalha de Toulouse, ganha pelos portuguezes em 12 de abril de 1814.

Os corpos do nosso exercito foram distribuidos por diversas localidades. Para Aveiro foi mandado—o batalhão de caçadores n.º 10—.

Este corpo aqui entrou na tarde de 12 de agosto de 1814. Foi esperado pelo regimento de milicias d'Aveiro, pelos Veteranos, por a Camara Municipal e por todo o povo da cidade, que, em grande enthusiasmo, recebeu os bravos militares, que chegavam victoriosos das campanhas contra os francezes.

Não faltaram musicas, repiques de sinos, foguetes e outras demonstrações do regosijo.

Parte do regimento alojou-se no convento de S. Domingos e o resto no edificio, a que se chamou—Quarteis de S. Miguel. Os veteranos estavam no convento do Carmo.

*

Em 1816 houve uma reforma no exercito, pela qual ficava em Aveiro o 10 de caçadores e o 3 de cavallaria, o 6 de infantaria em Oliveira de Azemeis e o 11 de caçadores na Feira.

Aquelle regimento de cavallaria creio, que nunca chegou a vir para Aveiro, pelo menos na sua totalidade.

No entanto, depois da guerra peninsular e até á queda do antigo regimen, sempre em Aveiro se conservou uma força de cavallaria.

Os cavallos alojavam-se nos baixos da casa, que fôra da sr.^a Baroneza de Almeida. Os militares residiam no mesmo edificio, tanto no andar terreo, como em parte do primeiro andar.

O segundo andar era occupado por as repartições do contracto do tabaco, das quaes era chefe José Antonio Damasio, pae de José Victorino Damasio, engenheiro bem conhecido.

*

Depois de estabelecido o actual regimen, tambem houve

aqui um corpo da Guarda Nacional, creado e dissolvido, quando o foram os das outras localidades.

O unico official (segundo julgo), que resta d'esse regimento, é o sr. Manuel Antonio Loureiro de Mesquita. Foi capitão.

O regimento tinha sua bandeira, que foi benzida com toda a solemnidade.

*

Tambem aqui esteve estacionado o regimento de infantaria 28, depois, por uma nova organisação do exercito, substituido por caçadores 7, batalhão, formado todo de recrutas, tirados do districto d'Aveiro.

Este batalhão entrou na guerra da revolução da *Pato-leia*. Depois de terminada esta incoherente lucta, regressou a Aveiro, sendo esperado com grande regosijo. Todos os habitantes d'Aveiro deitaram colchas ás janellas, á passagem do regimento, desde Sá até ao extincto convento de S. Domingos, onde era o Quartel.

E de quartel logo este edificio começou a servir totalmente, desde a extincção das ordens religiosas.

Um horrivel incendio em 1843, destruiu uma grande parte d'aquelle edificio. Apesar d'isso, alli se accomodou o batalhão de caçadores 7 até á sua saída em 1849 ou 1850.

Durante a sua permanencia, dava destacamentos para Coimbra e para a Figueira, e algumas vezes para Anadia e Oliveira de Azemeis.

O estado doentio da localidade foi o principal pretexto para a saída do Batalhão, para Guimarães. Houve, porém, quem affirmasse, que o commandante promovera tal saída, porque lhe convinha ir para Guimarães, por ser a sua terra.

O batalhão de caçadores 7 tem actualmente a sua praça em Valença

*

A guarnição de Aveiro ficou reduzida a um destacamento, que vinha de um dos corpos, estacionados no Porto. Depois, essa força militar era fornecida do regimento, estacionado em Ponafiel, e ultimamente de infantaria 14, de Vizeu.

Tambem algumas vezes estiveram aqui destacamentos do 10 de infantaria, estacionado em Lamego.

*

A reforma do exercito, de 30 de outubro de 1884, augmentou o numero de corpos das differentes armas, sendo então creado o regimento de cavallaria n.º 10.

Em 31 de dezembro foi a Lisboa uma commissão, com o fim de pedir ao governo a graça de Aveiro ser doptado com um regimento. Essa commissão era composta dos seguintes individuos: Rufino Cezar de Souza Monteiro, Vice-Presidente da Camara Municipal; João da Silva Mello Guimarães, (hoje Visconde da Silva Mello) negociante; Norberto Ferreira Vidal, negociante, (fallecido em março de 1886), e outros.

A 18 de janeiro de 1885 entrou em Aveiro o regimento de cavallaria 10, pelas 10 horas da manhã. Foi esperado com musica, pela camara municipal, por as auctoridades e por muito povo. Houve grandes demonstrações de regosijo.

O regimento vinha das Vendas Novas (Alentejo), onde foi organizado e, em Aveiro, recolheu-se no extinto convento de Santo Antonio, accommodado para Quartel provisório e tendo já servido de Quartel para veteranos desde 1855 e de quartel para os destacamentos, desde 1864, porque n'este anno foi julgado incapaz de servir o Quartel de S. Domingos, apesar das muitas despezas, que alli fizeram a Camara e as principaes familias d'Aveiro, para evitarem os incommodos dos aboletamentos, quando os destacamentos eram rendidos. Em 1856 o convento do Carmo passou a ser propriedade particular

Quando cavallaria 10 entrou em Aveiro, compunha-se de: 23 officiaes, 14 sargentos, 236 soldados e 180 cavallos.

Por lembrança aqui deixo os nomes dos officiaes, que então pertenciam a este corpo:

Coronel

José Vergolino de Brito.

Major

Antonio Francisco d'Aguiar.

Capitães:

José Pinheiro Mascarenhas Valdez.
 José Celestino da Silva.
 Ayres Pinheiro Mascarenhas Valdez.
 Joaquim Dias Frazão.
 João da Alegria Ricardo.

Picador de 1.^a classe

Joaquim Pedro Salgado.

Cirurgião-mór

Eugenio Coelho de Campos d'Azevedo Menezes.

Tenentes:

José Augusto Arnaut Peres.
 Julio Augusto Ferreira.
 Fernando Augusto da Cunha e Silva.
 Augusto Guerra Lobo de Carvalho.
 Alfredo Arthur de Oliveira.
 Fernando José Teixeira Faro.

Cirurgião-ajudante

Alexandre Cerveira de Lemos.

Capellão

Manuel Joaquim Barbosa.

Alferes:

Francisco das Dores Moreira Lança.
 Francisco Nunes da Silva.
 Ernesto Carlos Salgueiro.
 José do Carmo Castello.
 José Julio Pessoa.
 Fortunato Antonio Mendes d'Almeida.

No mesmo anno de 1885 foi extinto o convento da Madre de Deus, que pelo sitio se chamava de Sá e, demolido o edificio, começou alli a construcção do actual Quartel para cavallaria 10 e ao qual se deu o titulo de—Quartel do Infante D. Augusto—e para elle se transferiu definitivamente o mesmo regimento na manhã de 8 de setembro de 1888.

Deu o risco para o novo Quartel, o sr. Antonio Ferreira de Araujo e Silva, actualmente director das obras publicas

do districto do Porto e então director das obras publicas do districto de Aveiro.

*

Na epocha das luctas entre os partidarios de D. Miguel e os de D. Pedro, tambem em Aveiro se organisou um regimento de Voluntarios realistas, que era dos mais numerosos e dos mais dedicados á causa, que defendia.

Na occasião da revolução, a que se deu o nome de—Maria da Fonte ou da *Patuleia*—organizou-se n'esta cidade um corpo militar de voluntarios por cada um dos partidos beligerantes.

O quartel do batalhão dos partidarios do governo era no extincto convento de S. Domingos.

O extincto convento de Santo Antonio serviu algumas vezes de hospital militar.

*

No antigo regimen conservou-se sempre em Aveiro o fóro das *Infanções*, como nas cidades de Lisboa, Coimbra, Porto e Braga, e como na Villa da Feira, onde tiveram origem.

*

Quando em 1715 se fizeram as festas, de que já fallei, foram collocados, de noite, fachos sobre as muralhas, pinhas accesas nos intervallos das ameias, e grandes fogueiras nos *torreões*, que não ficavam proximos a casas.

E posto que já carecessem de alguns reparos parciaes, ainda na sua totalidade se conservavam de pé todas as muralhas.

*

Diz-se, que estas tinham como as de Jerusalem *nove diversas entradas*.

Segundo o *Itenerario da Terra Sancta*, de Frei Pantaleão d'Aveiro, obra impressa em 1593, em Jerusalem havia mais de *nove portas* ou entradas. No entanto, como algumas eram de menor importancia, outras estavam tapadas e quatro mettidas entre casas, aquelle nosso conterraneo faz mais especial menção das seguintes:

A porta da Cidade, a de Damasco, a do Gado (tambem chamada de Santo Estevam, porque o martyrio d'este santo foi junto d'ella), a porta especiosa, a do pescado ou de Bethlem, a de Sião, a esterquilina, a judiciaria ou judicial, e a porta aurea.

*

As muralhas de Aveiro nunca serviram de defeza contra qualquer invasão de tropas, a não ser na occasião da entrada do Prior do Crato.

Aveiro nunca foi considerada ponto estrategico para defenza, nem foi considerada como ponto, a que fosse mister dar ataque.

*

Desde o meado do seculo passado, começaram as muralhas a deteriorar-se. Em alguns pontos e especialmente perto dos *postigos* estavam quasi abertas.

A conservação de taes muros era de nenhuma utilidade. E no principio d'este seculo, os seus reparos seriam dispendiosissimos e sem vantagem.

Essas fortificações tambem concorriam, para que a cidade fosse tristonha e pouco sábia.

Em 1806 e 1807 foram demolidas as muralhas de Aveiro e a sua pedra applicada nas obras da barra. Assim o auctorisára o governo por uma provisão de 8 de abril de 1802, dirigida ao brigadeiro Reynaldo Oudinot, engenheiro das mesmas obras o avô de quem escreve estas mal redigidas linhas.

Depois d'aquella epocha, foram, pouco a pouco, desaparecendo alguns restos de muralhas, que ficaram junto dos predios, o que eram indispensaveis para a sua segurança ou que, por estarem entre elles, era impossivel demolir.

Os poucos, que ainda existem, desaparecerão de todo antes de pouco tempo, porque Aveiro vae, de anno para anno, tendo sensiveis alterações.

No entanto sempre a historia ha-de fallar do Infante D. Pedro, a quem Aveiro deveu assignalados favores, em conformidade com as ideias da epocha da sua existencia.

A'cerca das datas da vida d'este filho do immortal D. João I, não são concordes os differentes escriptores, especialmente, quando se referem ás suas viagens. Por isso não será facil organizar com todo o rigor chronologico a historia das muralhas de Aveiro e de todos os edificios, que esta cidade deve á munificencia do mesmo Infante. Attendendo, porém, á historia da fundação do convento de S. Domingos, creio não ter havido muita inexactidão nas datas, que apontei.

E, se a houve, é desculpavel, porque, para o que deixo escripto, não tinha grandes elementos, a que recorrer e os manuscritos, de que tirei apontamentos, talvez não fossem feitos com os escrúpulos rigorosos, com que hoje se escreve a historia. Além d'isso, os apontamentos, que tirei, foram por méra curiosidade e sem a minima tenção de, por elles, fazer obra, digna de se dar á estampa.

*

Ha quem julgue, que o Infante D. Pedro mandou edificar as muralhas no principio da sua regencia, na menoridade do D. Affonso V.

E' possivel, que durante essa epocha algumas obras importantes aqui se fizessem, mas não a obra na sua totalidade. Assim me pareça, tanto pelas razões, que já apresentei, como porque durante aquella regencia o paiz estava mais ou menos agitado, pois havia partidarios da mesma regencia e havia os da regencia da Rainha D. Leonor, viuva de D. Duarte.

D. Pedro teve por longo tempo a sua residencia na cidade de Coimbra.

Em 1420, achando se em Aveiro, foi atacado de uma grave doença. Como era muito devoto de S. Miguel, recorreu á intercessão d'este santo, para obter a desejada saude e prometteu, mandar edificar uma egreja d'aquella invocação em Aveiro e outra em Penella, villa, de que era donatario.

O mesmo Infante tambem mandou construir o convento de Nossa Senhora em Tentugal e o de S. Domingos em Aveiro. Este foi edificado em 1423. O facto, a que se refere a lenda, foi em 5 de agosto do anno antecedente e a mesma lenda já falla na *Porta do Sol*. Portanto, já as muralhas exis-

tiam e é de crêr, que o Infante estivesse em Aveiro, n'aquelle anno de 1420, a assistir á construcção d'ellas e aqui se demonstrasse, (ainda que não constantemente), como bem se deprehende da historia da fundação do mesmo convento de S. Domingos.

*

Não será facil averiguar, quem tivesse sido o architecto ou o mestre das muralhas d'Aveiro.

E' possivel, que fosse Lourenço Eannes de Moraes, visto ter sido, em Aveiro, o mestre de Obras do Infante D. Pedro. Dirigiu a obra da egreja de S. Miguel e n'ella fez a capella de Santa Catharina, que em 1785 era possuida por D. Maria de Moraes.

Lourenço Eannes de Moraes foi pae de Thereza Annes, que casou com André Gil Barreto, vedor das obras do Reino e fidalgo da casa do Infante D. Pedro, quando Regente na menoridade de seu sobrinho El-Rei D. Affonso V. Este fidalgo morreu heroicamento na batalha da Alfarrobeira, ao lado de seu amo!

D'elle e d'aquelle mestre de obras da casa do Infante D. Pedro, descendem muitas das familias principaes, d'Aveiro.

*

Ahi fica tudo o que pude colligir ácerca das muralhas de Aveiro e dos factos e objectos, que á sua existencia e á sua historia mais ou menos possam referir-se.

E, como é escripto por mim, isso lhe basta, para não ter merito, pois de todos os individuos, que pudessem tratar da materia, eu sou o menos competente.

Sirva, porém, isso de incentivo, para que alguém se occupe do assumpto e assim emende os meus erros e preencha as faltas n'aquillo, a que seja mister dar mais desenvolvimento.

Além dos motivos, já apontados, uma coisa concorreu muito para a imperfeição da obra. Foi a precipitação, com que foi escripta, tendo ás vezes de satisfazer ás justas exigencias dos senhores typographos, a quem eu queria poupar incômodos e evitar-lhes o estarem, na officina, mais tempo, do que lhes conviesse.

Escrevia, pois, immediatamente para o prélo e não para reunir e coordenar, fazendo-lhe as necessarias emendas.

Estas e outras razões, que escusado será expôr, dão-me o direito a esperar a indulgencia dos leitores e com especialidade ao escriptor, a quem é offerecido tão desprimoroso trabalho. Este poderia ser menos defeituoso, se eu d'elle me encarregasse com mais antecipação e se os meus trabalhos domesticos e os meus incommodos de saude não me obrigassem a ser ora excessivamente vagaroso, ora extremamente precipitado.

Antes de concluir, cumpre-me agradecer ao ex.^{mo} sr. Marques Gomes os elogios, que n'esta obra me dispensa e aos meus antepassados, o que tudo é devido mais á sua delicadeza do que aos merecimentos dos elogiados. E tambem me cumpre pedir-lhe desculpa d'este engano, pois desejando s. ex.^a enriquecer o seu livro com materia de interesse, teve, apenas, o desgosto de ver um grande numero de paginas occupado ou antes perdido, com uma collaboração importuna sem merito e pouco aproveitavel.

Aveiro, 15 de Junho de 1894.

RANGEL DE QUADROS.

ADVERTENCIA

Além de muitos erros, que podem notar se n'estes apontamentos, e que a benevolencia dos leitores desculpará, é indispensavel emendar alguns e pela forma seguinte:

Na pagina 269, onde se lê:

MCLXVIII

deve lêr-se:

MCDXVIII

Na pagina 272, onde se lê:

MCLXXII

deve lêr-se:

MCDXXII

Na pagina 276, as cinco primeiras linhas devem ser substituidas pelo seguinte:

Em 1738 ainda existiam essas armas, na casa, que depois foi Paço episcopal. Alli viveu D. Thereza Gomes Barreto, filha de Ayres Gomes de Quadros e de Brites Gil Barreto. Foi casada com Vasco Henriques Esteves da Veiga, filha de Henrique Esteves da Veiga e de Filippa Nunes Cardoso.



Do curiosissimo artigo com que me honrou o sr. Rangel de Quadros, tirei proveitosa lição sobre muitos factos e cousas d'Aveiro; depois do que s. ex.^a escreveu, quasi que é impossivel dizer mais alguma coisa sobre as antigas muralhas d'Aveiro, a não querer repetir o que ahi fica, por isso limitar-me-hei agora apenas a aclarar um outro ponto e a fazer aqui e alli uns ligeirissimos additamentos.

Ao meu illustrado patricio, agradecendo reconhecidissimo a sua collaboração, peço mais uma vez que illustre estas paginas de quando em quando, com os sazonados fructos da sua illustração.

*

A pedra empregada na construcção das muralhas era um calcareo brando acinsentado. Foi extrahido de certo nas encostas do Valle do Cojo, S. Roque, S. Thiago, onde ainda hoje se encontram largos filões d'elle e vestigios de exploração em epochas remotas.

A camara em sessão de 17 de junho de 1771 concedeu licença ao bacharel Manuel da Fonseca Tavares para abrir uma pedreira n'uma sua propriedade junto ao Carril do Forno (Valle do Cojo).

*

Não se póde contestar que a parte da cidade que hoje compõe a freguezia da Vera-Cruz, não existia já, ao menos em embrião, quando o infante D. Pedro mandou construir as muralhas d'Aveiro. (1)

*

O simulacro de fortaleza que hoje existe na Barra d'Aveiro, não pode ter a antiguidade que o meu illustrado collaborador lhe attribue. A construcção do chamado *forte da barra* não vae além do seculo XVIII, como em occasião opportuna mostrarei.

*

E' assás curiosa a descripção que o sr. Rangel de Quadros faz das muralhas e muito especialmente das portas que n'ellas existiam. São concordes os escriptores que em tempos antigos se occuparam d'Aveiro, e muito especialmente o beneficiado Christovão de Pinho Queimado e o padre Carvalho e Costa em que, as muralhas d'Aveiro tinham nove diversas entradas, pois tantas eram as de Jerusalem, que o infante n'esta parte aqui quiz imitar. O sr. Rangel de Quadros, esse, ainda vae mais além; quer tambem que as muralhas fossem construidas á imagem e semelhança das da cidade santa por excellencia, e que d'aqui viesse o chamar-se á Aveiro a *Jerusalem lusitana*.

Desconheço por completo qualquer documento que ponha em evidencia o facto; a titulo de curiosidade, porém, reproduzirei o que vi escripto sobre as portas das muralhas de Jerusalem, n'um livro moderno, que é sem duvida uma das descripções mais completas que d'ella existem:

(1) Vide pag. 13.

«As portas de Jerusalem merecem especial menção, escreve Monsenhor Pinto de Campos, menos ainda pela magestade da sua construção e pelos successos que varias d'ellas rememoram, do que por terem sido as queridas do Senhor, como o Psalmista nos recorda nas palavras:—«O Senhor ama as portas de Jerusalem mais que todos os tabernaculos de Jacob.»

Esdras falla de doze, a saber: a porta dos Peixes, a do Rebanho, a Vilha, a do Valle, a Estercoraria, a da Fonte, a do Grão-Sacerdote, a das Aguas, a dos Cavallos, a Judiciaria, a do Ephraim e a do Angulo.

N'estas construcções, porém, houve grande variedade em numero e nomes, pois nos tempos antigos Jeremias ainda nos dá noticia de outras portas; nos de Jesus Christo, Flavio José aponta mais tres; e ha pelo menos seis cujos nomes differem dos anteriormente citados. Estas portas foram-se progressivamente restringindo, porque formando a cidade nova (Elia Capitolina) um só corpo com a cidade velha, umas, como a Judicial, ficaram no ambito da povoação; outras, pelo andar dos tempos foram suprimidas; hoje só existem para o ingresso quatro, abertas aos quatro ventos.» (1)

A proposito do atrio rectangular, que o sr. Rangel de Quadros menciona ter existido nas muralhas junto ás portas da Villa e da Ribeira, e que é tradição egualmente haver existido junto da de Vagos, occorre-me transcrever aqui o que Herculano diz d'uma das portas da antiga Lisboa e que pode ter applicação áquellas:

«O vão da Porta de Ferro, diz elle, constituia uma especie de quadra, rota de dois lados, posto que não em toda a largura, por duas portadas ogivaes, menos esguias e elegantes que as introduzidas pouco havia (2) pelos architectos ingle-

(1) *Jerusalem*—Lisboa, 1874, pag. 292-293.

(2) Reinado de D. João I.

zes mostrando bem por isso serem contemporaneas da muralha, isto é, do ultimo quartel do seculo XIII. Assim, o vão do arco offerecia quatro angulos reentrantes assás escuros, apesar de um dia esplendido, porque os grossos portões chapeados de ferro, abrinde sobre elles, obstavam ainda mais aos raios d'essa luz, que as duas portadas opprimidas entre os cobelhos e visinhas de altas casarias, deixavam penetrar a custo n'aquella especie de quadra.» (1)

*

A lapide que existia junto a Porta da Villa foi mandada collocar em 1654 por el-rei D. João IV que por carta de 30 de junho d'esse anno enviou copia d'ella á camara.

*

A *Porta do Sol* tirava o seu nome de ficar voltada ao Nascente. Em quasi todas as terras muralhadas havia uma porta conhecida por este nome.

Em Lisboa, a Porta do Sol ficava contigua á igreja de S. Braz da Ordem de Malta, vulgarmente chamada Santa Luzia. (2)

Em Coimbra a Porta do Sol que remontava ao seculo XI obliterou-se de tal forma que se não sabe ao certo qual o local em que se levantava. «Era provavelmente, escreve o sr. Sousa Viterbo, a porta do castello, que ficava situada ao oriente. Em 1087 (janeiro da era de 1125) o prior da Sé de Coimbra, Martim Simão, doou ou antes aforou por oito annos a Arias Todareiz uma herdade fóra dos muros de Coimbra, á porta do sol, *ad partam solis*. . . » (3)

*

(1) *Monge de Cistir*, cap. XIX.

(2) *Panorama* 1.^a serie, vol. 2.^o pag. 333.

(3) *Artes e artistas em Portugal*—Lisboa 1892, pag.

Diz o sr. Rangel de Quadros, e julgo que com todo o fundamento, que sobre a Porta da Villa estava obração d'armas do Infante D. Pedro. Este brazão devia ser este: As quinas reaes sobre a cruz d'Aviz, com a orla dos castellos, tendo cortados os superiores com o banco de pinchar, distinctivo dos infantes: por cima o braço d'uma balança cujos pratos pendem de um ou outro lado do escudo e uma fita com a palavra *desir* que, era a divisa do infante.

*

Pinho Queimado e o Padre Carvalho fallam da *Porta do Cojo* que o sr. Rangel de Quadros diz ficar junto da ponte d'este nome. Quanto a mim esta porta era apenas um postigo, isto é, uma entrada para peões. Dava-lhe accesso uma escadaria de pedra pelo lado de fóra do muro, a que correspondia outra pelo lado interior.

Junto d'este postigo estive durante annos, uma das portas da Ribeira, que arrancada para alli ficou esquecida até que, a camara em sessão de 20 de julho de 1774 resolveu vendel-a em hasta publica. Foi arrematada por 1\$200 réis!!

A conjunctura que faz o sr. Rangel de Quadros, de que a ponte do Cojo é mais moderna do que a da Praça, é verdadeira. Aquella só foi construida em 1780.

*

O sr. Rangel de Quadros, referindo-se a um brazão que havia junto da porta da Ribeira, brazão que diz ser da familia Esteves, accrescenta que não pode descrevel-o porque Villas Boas na sua *Nobliarchia* traz d'esta familia dois brazões differentes, e que

é possível mesmo que fosse o dos Tavares, pois com estes estavam ligados os Esteves.

Não é hoje possível averiguar ao certo qual fosse o braço, pois a pedra que o continha já ha muito que desapareceu, mas não creio que fosse mandado picar pelo marquez de Pombal, como depois direi. Não conheço o braço passado a Henrique Esteves em 1509, mas sei que a seu filho Henrique da Veiga, fidalgo da casa real, natural de Besteiros, D. João III lhe concedeu o seguinte braço de seus antecessores por carta dada em Lisboa a 31 d'agosto de 1542: «Escudo de campo de prata com uma flôr de liz vermelha com dois florões, e por differença uma merleta preta; elmo de prata aberto gnarnecido de oiro, paquife de prata e vermelho, e por timbre a mesma flôr de liz com os florões; com as honras e privilegios de fidalgo por descender da geração dos Esteves.»

Nos differentes genealogistas que consultei, e não foram elles poucos, não encontrei noticia de allianças de familia entre Tavares e Esteves e ainda muito menos que estes usassem do braço d'aquelles, o que nem mesmo é isso crível attenta a illustre prosapia d'uns e d'outros.

A alliança da familia Esteves e Barretos proveio do casamento de Vasco Henriques Esteves com Thereza Gomes Barreto, neta de André Gil Barreto, veador-mór das obras e monteiro-mór do infante D. Pedro, que foi o verdadeiro tronco da geração dos Barretos.

Aveiro é uma das poucas terras de Portugal, cuja historia se liga de perto com a do desditoso príncipe mas verdadeiro portuguez que, não sendo desprovido de valor nem de virtudes tambem, foi no ultimo quartel do seculo XVI a encarnação viva da patria moribunda. Para que os seus muros mostrassem ao menos uma vez que, não eram apenas um simples adorno, uma decoração militar e nada mais, foi mister que D. Antonio, Prior do Crato, não se amoldando ás exigencias de Castella se fizesse acclamar rei de Portugal.

A Villa de Aveiro nos primeiros tempos, partidaria de D. Antonio, pronunciou-se depois abertamente por Castella; para o fazer, porém, não esperou como tantas outras que a victoria corôasse primeiro as armas do rei estrangeiro, sirva ao menos isso de leuitivo á sua deslealdade, que infelizmente então tantos exemplos teve.

Não era caso de somenos importancia o partido que na questão que se degladiava entre D. Antonio e, D. Filippe tomasse Aveiro. A sua importancia commercial e maritima junta á qualidade d'uma grande parte dos seus moradores cujo nascimento illustre e allianças de familia apparentava com a primeira nobreza de Portugal, davam-lhe um certo pezo tornando a requestada das duas parcialidades. Aveiro

era então uma das villas mais populosas e importantes de Portugal; contava onze mil habitantes e duzentos navios proprios.

Era grande o numero de negociantes e mercadores estrangeiros que na villa residiam e não inferior o de fidalgos e pessoas poderosas que aqui tinham casa e haveres.

Não é facil fixar a epocha em que Aveiro se estabeleceram as primeiras casas estrangeiras e que chegaram a formar um dos cinco bairros em que, a villa se dividia. Quasi que desde o começo da monarchia, a industria do sal foi aqui exercida em larga escala. No reinado de Affonso III havia em Aveiro mais de quinhentas marinhas, cujo sal era exportado não só para o reino mas até mesmo para França, Inglaterra e Flandres. N'esta immensa exportação não se empregavam decerto só navios nacionaes, os estrangeiros deviam necessariamente vir aqui tambem e d'esta forma facil seria o estabelecimento de succursaes das casas estrangeiras com quem os aveirenses commerciavam. A' industria do sal juntou-se depois outra muito mais importante ainda e que muito devia concorrer para chamar á Aveiro negociantes estrangeiros — foi a da pesca que mais ou menos largamente exercida pelos aveirenses desde o começo do seculo XIV attingiu immensa prosperidade, quando descoberta a Terra Nova, se iniciou alli a pesca do bacalhau.

Foram, sem duvida, estas as causas que motivaram a vinda para Aveiro e o seu estabelecimento da «muita gente estrangeira que n'ella de continuo reside», como disse o bispo de Coimbra D. João Soares, na sua Provisão de 10 de julho de 1572, pela

qual dividiu a antiga parochia de S. Miguel em mais tres que foram as da Vera-Cruz, Senhora d'Apresentação e Espirito Santo.

Se eram muitos os negociantes naturaes e estrangeiros que havia em Aveiro, tambem não eram menos as familias nobres que n'ella residiam, e tantas eram ellas que se chegou a dizer se que foi esse o motivo que levou a Camara a pedir e obter do infante D. Pedro um privilegio, para que nenhum fidalgo, grande, ou pessoa poderosa podesse estar mais de quatro dias na villa sem o beneplacito dos seus moradores. D'este privilegio aproveitou-se a cama a para não dar posse da alcaidaria-mór da villa a Alvaro de Sousa, pagem da lança de el rei D. Manuel.

Foi fundado n'um privilegio identico que, os portuenses em junho de 1474 fizeram sahir para fóra da sua cidade Ruy Pereira, senhor da Terra de Santa Maria (Feira) e annos antes o haviam já feito o mesmo ao avô João Alvares Pereira.

O orgulhoso fidalgo, porque o era como poucos, cedeu á imposição do povo do Porto, mas só depois de profiada luta, que se deu em 1 d'aquelle mez e anno, e que elle sustentou com de stemido valor, batendo se á frente dos seus homens d'armas contra a cidade revolucionada. O combate que é um dos factos mais curiosos da historia do Porto no seculo XV teve logar na Rua Nova, em frente da casa de Leonor Vaz, collaça de Ruy Pereira, onde elle então se achava, e que foi levada de assalto pelo povo, e logo queirada. Este facto deu logar a Ruy Pereira mandar edificar o castello da Feira que, muitos tem attribuido a mouros e romanos, mas que na verdade não vae além dos

meados do século XV, para assim se precaver de qualquer ataque dos seus vizinhos portugueses.

Em Aveiro as cousas correram muito mais pacificamente. O rei D. João III interveio e afinal tudo se compoz em boa paz, desistindo Alvaro de Sousa da alcaidaria e a camara do seu privilegio. De tudo se passou Carta em Thomar a 22 de setembro de 1522. Alvaro de Sousa veio então residir, como simples particular em Aveiro mas o privilegio, abolido para elle parece que o não foi para todos os outros nobres, como depois direi.

Um escriptor estrangeiro, que com bastante proficiencia se occupou das cousas de Portugal, D. Juan Alvarez de Colmenar, referindo-se a Aveiro, afirma que os habitantes d'ella alcançaram do rei D. Affonso III, em 1265 um privilegio especial, pelo qual não era permittido a nenhum estrangeiro, o ficar aqui de noite, sem previa licença dos magistrados, ainda mesmo que fosse pessoa de sangue real. (1)

Um antigo chronista (2) dos fastos aveirenses diz que além da nobreza propriamente originaria, haviam aqui outras familias importantes que por diversas causas tinham vindo estabelecer residencia em Aveiro.

Que as amiudadas visitas que fazia á villa o Infante D. Pedro e os importantes melhoramentos com que dotou a villa attrahiram já muitos fidalgos, depois a vinda da princeza D. Joanna para o convento

(1) *Les delices de L'Espagne et du Portugal*. Leide de MDCCXV. Tomo IV pag. 724.

(2) O licenciado Christovão de Pinho Queimado. Escreveu em 1687 uma *Memoria sobre a villa de Aveiro* que se conservou inedita até 1864 e que hoje é rarissima.

de Jesus e de seu sobrinho D. Jorge de Lencastre mais trouxeram ainda, de fôrma que estes chamaram outros, e, dentro em pouco Aveiro ficou sendo uma pequena côrte

O padre Carvalho e Costa, referindo-se ao mesmo assumpto escreve: «e pelos annos de 1550 consta dos livros da camara d'esta villa (Aveiro) que moravam n'ella muitos fidalgos de titulo. Mais houve ainda no tempo de Castella até depois da feliz acclamação e era n'elles usual proverbio, que se não soubesse em Lisboa o que Aveiro era, para que os grandes, que n'aquella côrte ficavam, a não trocassem por habitação tão jucunda.» (1)

O mesmo Queimado, de que o padre Carvalho vae no encalço, descreve assim as familias nobres de Aveiro:

«Dos nobres que n'esta Villa a espaços residem tem em primeiro lugar os mui nobres fidalgos Souzas Menezes, capitães-môres d'esta Villa, e governadores da comarca de Esgueira; e tambem os Sás—Pereiras Coutinhos—que descendem dos Roscimos (?) As mais familias de nobreza conhecida, e legitima, nomeando-as com ordem de precedencia são as seguintes:

Albuquerque—Britos—unidos com Pachecos Varellas; Rangeis—Quadros—com Oliveiras Perestrellos; Rebellos—Pinhos—com Silveiras; Campos—Vieiras—Guedes—com Figueiredos Villalôbos; Pimentéis—Coelhos—com Athaydes; Ribeiros—Picados—com Barretos—Ferrazes; Mascarenhas—d'Eças—com Azevedos—Madureiras; Ribeiros—Silveiras—com Nogueiras; Leitões—Alfenas—com Ribeiros—Silveiras; Corrêas—Azevedos—com Pintos—Rezendes; Botelhos—d'Eças—com

(1) *Corographia Portugueza*, tomo II tratado III cap. III.

Terrões—Castello Brancos; Souzas Pachecos—com Oliveiras Barretos; Soares—Magalhães—com Couceiros—Costas; Rangeis—Quadros—com Viegas—Cardozos; Falcões—Figueiredos—Pachecos—Noronhas—com Pereiras—Romanos; Pereiras—Silvas—Leitões—com Pachecos—Ramalhos, e com Magalhães—Castello Brancos; Pachecos—Henriques—Cervães—Cabraes—com Mottas—Tabordas; Sepães—Silvas—Varellas—Henriques—Ribeiros Callados—com Ribeiros Leitões; Pinhos—Queimados—com Carvalhos Simões; Pereiras—d'Egas—Silveiras—Souzas—Ribeiros—com Oliveiras; Brandões—Azevedos—Marizes—com Corrêas—Coutinhos; Leitões—Costas—Vieiras—Pinheiros—com Avellares—Fonsecas; Rodrigues—Noronhas—Marizes—Limas—com Costas—Abreus; Santiagos—Mattozos—Annes—Marreiras—com Pachecos—Souzas; Pinhos—Fonsecas—Amaraes—com Sampaio—Souzas; Gomes—Arraes—Abreus—com Ribeiros—Calados; Faxas—Vizes—Marques—Romanos—com Saraivas—Ferrazes; Novaes—Viegas—com Pinhos—Tavares—Amaraes; Pinhos—Sampaio—com Pinas—Ferreiras—Machados; Pereiras—Mellos—Magalhães—Mexias—com Costas—Leitões; Marizes—Castros Rangeis—Quadros—com Pachecos Varellas; Silvas—Mendes—Ribeiros—Maia—com Rangeis—Quadros; Lopes Coelho—Freires—Silvas—com Telles—Silveiras; Magalhães—Barros—com Gomes—Silvas.

Eram estas as familias mais nobres, e antigas d'esta Villa desde a sua origem conhecida, e cujas descendencias se tem espalhado não só em toda a comarca como tambem pela provincia da Beira, e mais terras do reino onde faziam vantajosos estabelecimentos, e nobres casamentos em casas distinctas, onde conservam os mesmos appellidos, e por cujos nobiliarios todos, ou pela maior parte procuram aqui a sua originaria descendencia como a mais pura, e illustrada.»

Do que ali deixo transcripto vê se bem que não havia falta de fidalgos em Aveiro, o que é o mesmo que dizer que, em 1580 o partido de Castella devia contar n'ella numerosos adherentes.

Outros ha, porém, que aquelle não menciona e, que apesar de aqui não residirem habitualmente, usufruíam avultadas rendas de propriedades sitas em Aveiro e seu termo, e portanto deviam exercer grande influencia tanto no povo como nos homens da governança.

Vejamos primeiro quem era o donatario e quaes as relações officiaes e particulares em que estava para com os aveirenses.

D. João II quando ainda principe enamorou se d'uma dama da—excellente senhora,—uma filha de Nuno Furtado de Mendonça e de D. Leonor da Silva. D. Anna de Mendonça era aquella dama e d'estes amores nasceu em Abrantes a 12 d'agosto de 1481 D. Jorge, futuro mestre de S. Thiago d'Aviz, duque de Coimbra e progenitor da casa de Aveiro. O senhoria d'esta cidade, então villa, houve-o D. Jorge só depois da morte de seu pae; foi D. Manuel que d'elle lhe fez mercê. Mas em Aveiro, no convento de Jesus, junto de sua thia a infanta D. Joanna (Princeza Santa Joanna) foi criado D. Jorge desde a idade de tres mezes até a de 9 annos, em que a morte d'aquella o obrigou a deixar a terra que passados quarenta annos devia ser escolhida, talvez por indicação d'elle proprio, para cabeça do ducado em que devia continuar-se o lustre do seu nome. O duque de Coimbra devia ter presente muitas vezes a terra onde passara os seus primeiros annos, mas é bem verdade, que, apesar da recommendação que poucos dias antes de fallecer lhe fez sua thia, que chamando-o para junto de si o abraçou, dizendo-lhe: «filho, peço-vos muito que vos lembreis sempre que vieste para esta casa de tres mezes,

e n'ella vos criei, chorando e cantando, vestida de burel; tende sempre d'ella lembrança porque ella é a minha alma e tambem o são estas madres, que vos ajudaram a eriar, como se cada uma fosse vossa mãe», pouec, muito pouco, beneficiou o convento de Jesus.

De beneficios prestados a Aveiro por elle apenas tenho conhecimento d'um, que é o ter concorrido com oito mil réis para o alargamento d'uma rua. Attesta-o a seguinte carta que se guarda no archivo municipal:

Juizes e officiaes da nossa villa d'aveiro eu o mestre e duque & vos envyamos muito saudar. Vimos a carta que vos por o portador enviastes, e quanto aos oito mil rs. daqui... a esa vila fazemos merce para se alargar a Rua..... Ha tendes noso desembarquo nos falamos agora qua com dioguo amriquez nos.^o almox.^o desa villa para que fale com dioguo diaz que dr.^o ha daver ovonvosquo como se esta obra logo se posa fazer alli... irá... e falara o que lhe disemos... e com ese olvyarão Ha isto como seja... que pois temos feita a mercê desejuaremos... que a obra se faça o mais cedo... que poder. Da nosa vila de mo'te mor a XXôug.^o de fevr.^o a fez de 1516. (1).

A D. Jorge succeden seu filho D. João de Lencastre 1.^o duque de Aveiro por mercê de D. João III. D'elle existem no archivo municipal varias cartas das quaes transcreverei algumas que me parecem offerecer mais interesse.

(1) A maioria dos documentos antigos do archivo municipal estão de tal fórma deteriorados pela humidade e pelo abandono a que sempre estiveram votados, que é impossivel copial-os fielmente, suprirei assim por este signal... as palavras que já se não leem.

Juiz e officiaes da minha villa da uey.^{ra} o duque & Vos emuyo muyt^o sandar. gil coelho foy prouydo por tres años Pera seruyr dalcayde nessa villa e depois por eu sér Imfermado que elle seruira bem ho dito carguo como pertencya a seruiço del rey meu Snr. e meu Roguey por hũa minha carta aos officiaes que em tão orão que o aceitasem por outros tres años. E elles o fizerão por me seruyr. Agnora me veo dizer que faltandolhe seto meses pera acabar o tempo de que estaua prouido lhe tirareis a vara sê elle fazer cousa por quê merecese e que não querieis que seruisse. De que me muyt^o espantey em ho asi fazerdes. Mādouos que lha torneis a dar e lhe deiseis seruyr ate se acabar o tempo de sua prouisão porque compre a sy a meu seruiço. Geronimo Ortiz a fez em Lisboa aos iX de Julho de 1551 (?).

Ho duque Pa os Juizes e officiaes da sua villa da v.^{ra} deixarê acabar de seruyr a gil coelho o tempo dos tres annos de que estaua prouido na dita villa Pera servir dalcáide.

Como prova de energia e de inteireza justiça é notavel a carta que acaba de lér-se.

A que segue diz respeito, segundo parece, a serviços d'hygiene publica, facto para lembrar; pois cousas eram estas, com que então governos e governados pouco ou nada se importavam; providencias sanitarias quasi que não existiam (1). Os aveirenses, pede a verdade que se diga, não eram os que mais discoravam este ramo de administração publica. Num livro das vereações da camara d'Aveiro, referente a 1580, ha duas ou tres sessões unicamente consagradas á hygiene da villa.

Juiz e vereadores da minha villa daveiro o duque & vos emuió muito sandar. Vi a carta que me escreuestes sobre

(1) *Memoria sobre a população e agricultura de Portugal*, por Rebello da Silva.—Lisboa 1868, pag. 40.

esse mau aquaescimento de que me muito pesa elRey meu snr. mãda o Ld.^o fr.^o feliciano seu fisico desta cousa a prouer nisso não tenho que uos dizer homde elle vai e per mãdado de sua A senão que lhe obedecaes em tudo o que tocar ao neguocio e saude desa terra tam Inteiramete como farieis a mi e façaes tudo o que uos elle diser. E quanto as p.^{as} que auião de hir comiguo não uenhão saluo se o Ld.^o vos diser que podem uir emtão virão. Vi.^o Lainez a fez em Lix.^a a XXj doutubro de 1552. E porque elle leua poderes de sua A. mt.^o larguos sobre isto nõ diguo eu nesta mais senão que tudo o que elle mamdar se faça e as penas que puser se dem a execução conforme as prouisões de sua A.

Estas outras que seguem mostram o bom coração do duque, que segundo affirmam alguns dos seus coevos o tinha a valer:

V.^{res} e pd.^{or} da minha villa daveiro o duque ect vos emuiio muito saudar. Derãouo hũa carta vossa em que me pedis que queira perdoar a fr.^o de couros por que esta doente alem de arrependido do que fez, elle he degradado dessa villa em quanto for merce de sua A. de manr.^a que alem do meu perdão lhe ho necesario o de sua A. e quem vier por o perdão venha a my e darlheey huã Regra minha que lhe perdoopormo vos outros requererdes. Antonio Velloso a fez em Lx.^a a X. de janr.^o 1568.

Juiz e v.^{res} o pd.^{or} do concelho da minha Villa d'Av.^o o duque dom Jorge Marq.^{es} de torres nouas ect Vos emuiio muito saudar. Vi a carta que me escreuestes e por certo que me fas lastima ver vosas necesidades das sisas não sei como já lá não he o Ld.^o que qua mandastes, que o despacho que elle leuou parece que em parte remedeaua a opressão das sisas. quanto ao que me dizeis dos nauios que ora nouamente se tomarão eu falarei logo nisso a el rey meu s.^r e asi lhe falarei no negoceo da nao de Nicolao luis o asi no da imposição, mas porque todas estas cousas requerê algum vagar quis fazer esta porque saibaes que me he dada uosa carta e que traba-

tharei por fazer o que me pedis, e asi no da pose (?) farei o que poder. Antonio Veloso a fez em Lx.^a a 17. de Junho. 1572. Ho duque.

Juiz e V.^{res} da minha villa daveiro O duque ect uos emuiio muito sandar. p^o glz uereador desa uilla me deu uosa carta e me uisitou da uosa parte, Agardecouos muito uosa uisitação e tudo o que em uosa carta me dizeis e os officios que mādastes fazer pla alma da duquesa que ds tom. (1) Eu creio soes taes que sempre cumprireis cõ a obrigação de bons uasallos no que se offerecer E que uos pesaria muito de meu trabalho E no que uos de my cumprir simtireis uos a cõta em que uos tenho. Vt.^o Lainez a fez em Lix.^a a bij do setembro de 1570. Ho duque.

Disse que D. Jorge de Lencastre havia concorrido com um subsidio para a abertura d'uma rua; de seu filho primogenito, o duque D. João de Lencastre, ha tambem a indicar um melhoramento local, que foi a construcção d'uma fonte, que ainda hoje existe, mas com differente nome. Esta fonte, que é uma das poucas curiosidades que nos restam do seculo XVI, fica junto da estrada que ligando Aveiro com as visinhas povoações de Arada e Verdemilho, a ligam do mesmo modo com os concelhos de Cantanhede e Mira, do districto de Coimbra. Foi seu nome primeiro Benespera, que depois trocou no de S. Sebastião, por não distar muito d'uma antiga ermidã d'esta invocação, demolida ha annos, e hoje pelo de Amores, que fôra um dos que primeiro tivera, mas cuja ori-

(1) D. João de Lencastre não tendo podido tornar valido o seu casamento com D. Guiomar Coutinho, filha e herdeira do conde de Marialva, desposou em 1 de fevereiro de 1547 D. Juliana de Lara, filha do 3.^o marquez de Villa Real, D. Pedro de Menezes.

gem se obliterou ha muito. Agora está muros a dentro, ergue-se alli um dos novos bairros da cidade o de— Ayres Barbosa, mas não ha ainda muitos annos que era já um arrabalde. A ella refere-se o principe Lichnowsky quando escreveu:

«Passadas algumas horas pozemo nos de novo a caminho, e chegámos perto do anoitecer á Palhaça em um terreno mais agradável e muito mais bem cultivado. Um resto de antigas estradas calçadas, que o marquez de Pombal mandou fazer á custa de grande despeza, conduziu nos, ao clarão da lua, por entre duas fileiras de grandes arvores até á cidade de Aveiro. Junto a uma antiga fonte, que se encontra no caminho, estavam algumas mulheres, enchendo agua; traziam á cabeça grandes cantaros á semelhança do amphoras, e offereciam do beber a um grupo de arrieiros e cavalleiros. Algumas d'entre ellas traziam chapéus d'homem de grandes abas erguidas, e longos capotes, em que sabiam embuçar-se de um modo muito pittoresco.» (1)

A carta do duque D. João de Lencastre que diz respeito á fonte de Benespera é esta:

Vereadores da minha villa daueiro eu o duque et vos êvio minhas êcomendas, vosa carta vy e quâto ao que me escreveis sobre alluº Sanhudo, muito vos agradeço vosa tenção eu a creio bem e creyo que ê tudo tereis votade de me servir—elle leva suas provisões e na... para servir mais três anos... ei por bê que elle sirua § quâto ha ffonte de benespera tâ bê vos agradeço muito a vôtade que mostrais panyso me servirdes eu tenho encareguado dis o a g^{ar}... elle me servira nisto por aguora, eu lhe mando qua provisão minha (?) pã que lhe deis todo bõ avia mt.º para que a dita obra va por diãte, êcomendouos que asy o ffareis e ê tudo o

(1) *Portugal recordações de 1842.* — Lisboa 1845, pag. 153.

ajudeis no que for necesario por que leuarei nisso muito gosto... a fez em lx.^a a XX ij de... 1559 Ho duque.

O auxilio prestado pelo duque para a construcção da fonte Benespera (hoje, dos Amores), lembrou-o a camara d'então mandando collocar alli o seu brazão. Coincidencia notavel: em Aveiro rara era a rua onde ainda ha bem pouco tempo se não encontrava o brazão d'armas dos seus duques, na sua forma mais simples. Um escudo ora rectangular ora oval com as armas do reino, algumas vezes com a quebra de bastardia e outras sem ella. Com a corôa ducal apenas conheço os que estão na frontaria do convento de S. João Evangelista (Carmelitas) e fecho do arco cruzeiro da egreja do mesmo convento, o do tumulo do duque D. Raymundo de Lencastre na capella de Santo Agostinho, da egreja de Jezus, e o da fonte dos Amores. Este ultimo, porém, difere de todos os outros, é o unico que sobre a corôa ducal tem o timbre dos Lencastres, um pelicano com as azas abertas picando no peito.

D. João de Lencastre falleceu em 22 d'agosto de 1571 e na casa e titulo succedeu seu filho D. Jorge de Lencastre, que havendo desposado D. Magdalena Giron, da casa de Orenha (Hespanha), irmã do duque de Ossuna, acompanhou D. Sebastião á jornada d'Africa. Tere alli o commando da ala esquerda do exercito real, e foi quem na manhã de 2 d'agosto com 300 cavallos saiu a reconhecer as forças inimigas que se aproximavam. Chamado a conselho (1), foi de voto

(1) Rebello da Silva—*Historia de Portugal*—nos seculos XVII e XVIII, tom. I, pag. 194.

que se esperasse o inimigo nas posições vantajosas que o exercito portuguez occupava. As suas palavras, infelizmente, não foram escutadas.

Na batalha do dia 4 commandava o duque a cavallaria da ala direita, que devia cobrir a recta-guarda dos tudescos e dos aventureiros, mas bem depressa esqueceu, como o proprio rei, o officio de capitão, para só obedecer aos instinctos de cavalleiro.

Na segunda investida, em que obrou proezas admiradas por quantos o seguiam, o duque de Aveiro caiu traspassado no meio dos meuros, vendendo caro o sangue derramado.

Por unico successor deixou o duque uma filha, D. Juliana de Lencastre, que então apenas contava nove annos.

A administração da casa coube á duquesa D. Magdalena. Ha d'esta senhora no archivo municipal bastantes cartas; na sua mór parte dizem respeito á nomeação de vereadores como esta.

A Duquesa Dona Madalena Marq.^{sa} de torres nouas & como governadora e administradora que sou do estado do duque meu sñr faço saber a vos Juiz vereadores e p.dor do conselho da minha villa daveiro fidalgos canaleiros e Homês bons e pouo da dita villa que eu tirey da eleição que em ella mandey fazer pelo Regimento das fauas pera seruirem de vereadores o anno que vem de milo quinhentos oitenta e dous A Simão Sirueira Antonio Roiz e Andre Fernandez e pera seruir de procurador do conselho a Antonio do Sousa Aos quaes officiaes mando que seia dado juramento dos Santos Evangelhos per uos na camara da dita villa que bem e uerdadeiramente siruão os ditos officios em quanto o dito anno durar gardando todo o que cumpre o seruiço de Ds e de sua Magestade e meu e ao bem e proueito comũ e

do juramento se fara asento nas costas desta carta pello escriuão da Camara da dita Villa asinado plos sobreditos. Encommendouos e mandouos que em quanto o dito anno durar lhes obedeçaes e cumpraes seus mandados en todo o que tocar a seus officios e boa governança da dita Villa. E esta passara por minha chancelaria. Dada em Lx.^a A bij de dezembro. p.^o... ferr.^a a fez de M. D Lxxxj (1581) § Ha duqsa imarqsa.

Na administração da casa de Aveiro foi a duqueza auxiliada por seu thio-cunhado, D. Luiz de Lencastre, commendador-mór de Aviz, que depois veio a ser até o unico governador e administrador. D'elle encontrei no archivo municipal esta carta:

Mt.^o Honrrados Juiz V.^{os}. E procurador da notauel villa daveiro Este Home me deu vossa carta. E tudo o que nella me dizeis vos aguardego muyto E bem creio de uos que sempre trabalhareis por fazer o serviço dos SS.^{as} (senhores) desta casa com muyta inteireza como bons e leaes Vassalos. Plazera a noso sör que muyto cedo venha a ella sor (senhor?) que vos aguardega vossas boas vontades. E por minha parte trabalharey sempre por fazer o que vos de my cumprir. E nosso Sör vossas muyto Honradas pessoas guarde como dosegão. P' Míz Fer.^a a fez em Lx.^a a 28 d'outubro... 85 (1).

Donatario de Aveiro era, portanto, em 1580, uma creança de onze annos, tendo por tutora sua mãe, uma hespanhola pelo nascimento e pelo coração. Que poderia esperar d'ambas D. Antonio? Mas não antecipe-mos os acontecimentos. Além do donatario quem, entre a nobreza da terra poderia aqui exercer verdadeira e incontestada influencia?

(1) Está muito arruinado com a humidade e não se pode lêr a assignatura, mas n'uma cota lançada no documento por letra mais moderna se diz que é de D. Luiz de Lencastre.

Então, entre as famílias mais illustres de Portugal, uma das setenta e quatro que se gloriavam de ter o seu braço na sala dos paços de Cintra, era a dos Sousas, poucos annos depois condes de Miranda e mais tarde marquezes de Arronches e duques de Lafões. Esta familia tinha casa em Aveiro, onde residia um de seus membros.

A causa principal do seu estabelecimento aqui foi o ter o duque de Coimbra D. Jorge de Lencastre, feito mercê da alcaidaria de Aveiro a Alvaro de Sousa, mercê de que elle se não pôde aproveitar, visto a opposição da camara da villa como já disse.

Este Alvaro de Sousa, além d'outros titulos e dignidades que usufruiu, foi fidalgo da casa dos reis D. Manuel e D. João III, mas por ser demasiadamente gr-lante com as damas, foi aposentado antes do tempo (1).

Seria este o motivo que levou os aveirenses a usarem do seu antigo privilegio?

Alvaro de Sousa edificou logo casa em Aveiro, e apesar de muito modificada depois, é ainda hoje um bom edificio, e para o tempo seria um dos melhores de Aveiro. Actualmente pertence ao sr. Manuel Ferreira Corrêa de Sousa. Passava junto d'ella a antiga muralha, o que motivou o primeiro duque de Aveiro D. João de Lencastre a fazer-lhe a concessão que consta d'esta carta:

Juiz Vr.^{as} e p dor da minha villa daveiro o duque & uos emuo muito saudar. Alu.^o de sousa me pede que lhe de

(1) *Memorias historico-genealogicas dos duques portugueses*, por Carlos Feo e Sanches de Baêna.—Lisboa 1883, pag. 187.

Lçª p.ª fazer hua parede no muro que estaa junto das suas casas p.ª atalhar a servintia delle asi como a tem fre.º tauares e belchior de souza e outros, a que foi dada a dita Lçª cõ comdição que des impidissent a dita sirvintia cada uez que fosse necesario a uilla, se temdes nisto algum inconveniente escreueimo e se o não temdes parece a my que lhe deuo dar esta Lçª Vtº Lainez a fez em lix.ª a XXbij de julho de 1560 § Ho duque.

Parece que a desistencia feita pela camara do seu privilegio com relação a nenhum nobre poder residir n'ella, se limitou a Alvaro de Sousa, pois no archivo municipal encontrei a carta que segue e que o prova bem:

Señores.

As Rezõis que me afeiçõao e jnelinam a desejar de Residir nessa muy notauel villa daueiro cada hũ de V.V. M.M. as deuo ter tam presentes que por yssso me parece escusado particularizalas aqy. Basta que desses muros para dentro me eriey alguã parte de minha mocidade, quando o conde meu Avoo habitaua nessa terra plo (pelo) que com rezão a posso ter, e tenho por patria e natureza por tanto peço a V.V. M.M. ajam por bem hir eu aguora a morar nella que medyante a conuersação de muytos amigos e p.ªs (parentes) que ahy tenho spero Recuperar gram parte da. saude que me falta de dous annos a esta parte. E tendoa eu sera p.ª com ella servir a V.V. M.M. cujas Ill.ªs p.ªs D.º guoardo e lhes dee os bẽs que pode' (poder) de ouar aos 29 de setembro de 1586. Beijo as mãos A V.V. M.M. § D.º diº p.ª de menezes (D. Diogo Pereira de Menezes). Sobrescripto: Aos Ill.ªs Senhores Juizes, E Vreadores da notauel E muy nobre vila de Aueyro.

A familia dos Sousas, na sua maioria, seguiu o partido de Castella, e decerto muito concorreu para isto ser um dos cinco governadores do Reino por morte do cardeal rei, Diogo Lopes de Sousa, a quem desde o começo D. Christovão de Moura inculcava para

Madrid como um dos mais seguros e constantes no proposito de promoverem a união das duas corôas. (1)

Diogo Lopes de Sousa não possuía bens em Aveiro, mas tinha o senhorio da vizinha villa de Oliveira do Bairro, uma das da comarca de Esgueira.

Na casa que aqui edificára Alvaro de Sousa, vivia então seu filho e herdeiro Vicente de Sousa, que «nas alterações do reino, diz o auctor da *Historia Genealogica*, teve cartas de Castella com promessas que rejeitou, porque foi fidalgo cortezão, isempto e de grande brio». Este Vicente de Sousa era primo do governador do reino; mas um sobrinho do mesmo, Bernardim de Sousa, que lhe devia a concessão da commenda de Soure na ordem de Christo, não se limitou como este a ficar neutral, seguiu o partido do Prior do Crato e com elle passou a França. Já o mesmo não succedem com um outro sobrinho, Henrique de Sousa (1.º conde de Miranda do Corvo por carta de 21 de março de 1611), pois foi declarado partidario de Castella. «Na occasião em que o Prior do Crato invadiu este reino, auxiliado pela armada ingleza de Drake, e que fundeou á Boavista, tendo desembarcado em Peniche doze mil homens, commandados por Norris, elle se offereceu ao Cardeal Alberto, Archiduque de Austria e Governador de Portugal, para tomar á sua conta o cuidado e ronda da porta d'Alcantara, o que fez com um grande sequito de parentes, amigos e apaniguados.» (2)

(1) Rebello da Silva—Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII tomo II pag. 10.

(2) *Memorias historico genealogicas dos duques portuguezes*, por João Carlos Feo e Sanches de Baena.—Lisboa 1883, pag. 195-196.

Com os Sousas estavam ligadas duas famílias, cuja preponderancia devia ser grande em Aveiro, pois tinham aqui largos interesses e bens. D. Catharina d'Athayde, setima filha de Alvaro de Sousa, a gentil Nathercia do nosso grande epico desposou Ruy Borges de Miranda, senhor de Carvalhaes, Ilhavo e Verdemilho. Este Ruy Borges foi sujeito abastado e parente muito proximo dos Sás, de Coimbra, partidarios de Castella. Já que accidentalmente me refiro a elle aproveito a occasião para rectificar um erro em que caiu Camillo Castello Branco.

Escreveu o mestre: «Antonia de Barredo casára com um viuvo rico e velho, Antonio Borges de Miranda, senhor ds Carvalhaes, Ilhavo e Verdemilho, que de sua primeira mulher, tivera dois filhos, a quem competia a successão dos vinculos. D. Antonia concebeu do marido, e deu á luz um menino que se chamou Ruy Borges Pereira de Miranda. O marido falleceu. Os filhos do primeiro matrimonio, Simão Borges e Gonçalo Borges foram esbulhados da successão dos vinculos---um estrondoso escandalo em que influio o arbitrio despotico do rei a favor do filho da sua amante. Apossado iniquamente dos senhorios de Carvalhaes, Ilhavo e Verdemilho, Ruy Borges...» (1)

O pretendido escandalo que Camillo quiz vêr praticado por D. João III não existiu. O mestre foi illudido na sua boa fé de historiador pelo genealogico Manuel de Sousa e Silva. Os gabos que d'elle faz D. Antonio Caetano de Sousa cáem perante a verdade que ressalta dos documentos que seguem.

(1) *Bohemia do Espirito*.—Porto 1886, pag. 173.

O senhorio d'Ilhavo pertencia já a Antonio Borges, segundo se depreheende d'esta parte do foral da-
do áquella villa por el-rei D. Manuel, em 8 de março
de 1514:

«E A portagem era antigumêto dos ditos concelhos
dylheuo villa de milho e alqueidam aquall leixará e derã ao
Senhorio dos outros direitos A comdiçã e compêsaçã que pollo
gentar que lhe eram obriguados e sam de pagar em cada
huñ anno de pã cevada carnes e & lhe paguassem somêto por
cada pessoa quallquer, que tuesse casa e foguo trinta Rs por
Añno da qual comuêça e composiçã os sobreditos sam cõtem-
tes E assy aproune a antonyo borges, que ora tem de nos di-
tos direitos Reaes.» (1)

Assim como o dominio de Ilhavo era pertença
de Antonio Borges, já anteriormente ao foral, do
mesmo modo o senhorio do dito concelho pertencen a
Ruy Pereira em virtude de concessões anteriores ao
seu nascimento e não devidas a um favor regio em
prejuizo de terceiro.

Este documento tira todas as duvidas:

A Antonio Borges, mercê de Carvalhaes e Ilhavo etc.
= Dom João etc. A quantos esta minha carta virom faço sa-
ber que Antonio Borges fidalgo de minha casa tem em sua

(1) E a portagem era antigamente dos ditos concelhos
d'Ilhavo, Verdemilho e Alqueidão, a qual deixarão e derão
ao senhorio dos outros direitos (sem) a condição e compensa-
ção que pelo jantar, que lhe erão obrigados e são de pagar
em cada um anno de pão cevada, carnes e & lhe pagassem
somente por cada pessoa qualquer, que tivesse casa e fogo
trinta reaes por anno, da qual convenção e composição os so-
breditos são contentes, e assim aproune a Antonio Borges que
ora tem de nos os ditos direitos reaes.

vida as terras de Carvalhaes e Ilhavo com sua jurdição, rendas, direitos, fóros e pertenças como he conteúdo e declarado em sua Doação e por seu falecimento fiquem vagas para o mestre de San Tiago e davis etc. Meu muito amado e prezado tio primo e pera seus herdeiros e decedentes segundo forma de sua Doação, e ora o dito mestre por me servir lho prova que eu podesse fazer Doação e mercê ao dito Antonio Borges que por seu falecimento ficassem as ditas terras com todas suas rendas, direitos, fóros e pertenças e com sua justição como elle tudo tem por sua Doação ao filho mayor barão que ao tempo de seu falecimento ficar e que nacer dantre elle e Dona Antonia Pereira com que elle está concertado de casar e pera que já som jurados e esperão por dispensação do sancto Padre pera inteiro effeito do dito casamento e pera hum seu neto e bisneto barões que decenderem do dito seu filho segundo he conteúdo em hum seu assinado de quo o teor he o que se seguo. = O Mestre o Duque etc. me praz por servir el-Rey meu senhor de dar meu consentimento para que sua Alteza faça mercê a Antonio Borges das terras que elle tem sua vida que per minha Doação me aviso de vir per seu falecimento de juro e herdade segundo forma de minhas Doações e lhas possa dar pera hum filho barão que nacer dantre elle e Dona Antonia Pereira com que está concertado de casar e pera hum neto e bisneto barões que descenderem do dito seu filho o qual consentimento assi dou por satisfação e mercê que por isso me faz e me obriga de dar quaesquer consentimentos que pera isto mais forem necessarios, e por certeza do todo dey este per mim assinado, feito em Evora a seis dias de fevereiro, o Leconceado Francisco Barradas o fez de mil e quinhentos e vinte e cinco. E esto por outra satisfação que eu por ello lhe fiz e ora asgardando eu aos muitos serviços que o dito Antonio Borges fez a el-Rei meu senhor e padre que sancta gloria haja e assi a mim e por outros respeitoes que me movem e por folgar de nisto lhe fazer mercê e esperar que sempre me sirva a mercê que nisso lhe faça por esta presente carta me praz lhe fazer e de feito faça pura e irrevogavel Doação antre vivos valedoura por seu falecimen-

to pera o seu filho mayor barão que ao tempo do seu falecimento ficar o que nacer dantre elle e a dita Dona Antonia Pereira avendo effeito o casamento dantre ambos e pera hum seu neto e bisnetos barões que decenderem do dito seu filho das terras de Carvalhaes e Ilhavo com todas suas rendas, direitos, fóros e pertenças e com sua jurisdicção civil e crime, mero e misto imperio resalvando pera mim a correicção e alçada todo assi e por a maneira que elle agora tudo tem e possui e dello usa e melhor se elles o milhor poderem com direito ter, aver e possuir e dello usar e com todos seus padroados de igrejas das ditas terras assi como ategora o dito Antonio Borges dello usou e esta em posse e melhor se com direito melhor dos ditos padroados e cada um delles poder usar e além de todo o que dito he por quanto o dito Antonio Borges me disse que no uso da dita jurdição lhe era posto empedimento por meus corregedores e justicas em conhecer dos agravos e confirmação dos juizes por bem da ordenação nova posto que da confirmação dos juizes tivesse sentença, a mim praz por folgar de lhe fazer mais mercê que elle dito Antonio Borges e o dito seu filho barão que ao tempo de seu falecimento ficar nacido dantre elle e a dita Dona Antonia e hum seu neto e bisneto barões que decenderem do dito seu filho possão conhecer dos agravos que sairem dñte a juiz e ouvidor das ditas terras e que ordenadamente avião de ir ao meu corregedor da comarca assi e per a maneira que o dito corregedor o avia de fazer e assi mesmo possão confirmar os juizes das ditas terras que sairem per enleigom feita, segundo forma de minga ordenaçom e dambas estas couzas quero que usem assi e tão inteiramente como o devem fazer e fazem por minhas ordenações aquelles a que esta mercê tenho feito e esto sem embargo da ordenação nova e de qualquer outra cousa que hi haja em contrario e que a esta mercê possão prejudicar porque quero e me praz que não haja nelle nem no dito seu filho e neto e bisneto barões lugar nem se entenda e a hey por revogada e de nenhum effeito quanto a elles nesta parte e hey aquy por expressas e declaradas todas e quaesquer clausulas que de feito e de direito se requirão

pera esta mercê ser valiosa de inteiro effeito posto que sejam taes de que per direits se deva fazer expressa menção porque assi como se aqui fossem postas de verbo a verbo quero que haja effeito esta mercê, porém maudo a todos meus correge-dores, desembargadores, contadores, Almoyarifes, recebedores, juizes, justicas, officiaes e pessoas a que esta minha carta fôr mostrada e o conhecimento della pertencer que o deixem usar ao dito Antonio Borges em sua vida da mercê que por esta lhe faço de novo e ao dito seu filho mayor barão lidimo que ao tempo de seu falecimento ficar nacido dentro elle e a dita Dona Antonia e ao neto e bisneto, barões que decenderem do dito seu filho dem a posse das ditas terras, rendas, direitos, jurdição, padroados de igrejas e de todo o que aqui he conteúdo quando a cada hum delles vier a successão e os deixem de todo usar assi e tão inteiramente como por esta carta lhe outorgo e disso lhe faço Doação e mercê sem duvida nem embargo algum que a ello lhe seja posto porque assi he minha mercê. Dada em a minha cidade de Evora a treze dias de Abril, Bertolomeu Fernandez a fez, Anno de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e vinte e cinco annos. E assi mesmo me praz fazer mercê ao dito Antonio Borges e ao dito seu filho, neto e bisneto, dapresentaçom dos tabaliões das ditas suas terras quando vagarem em qualquer maneira em que vaguẽm, porque me disse que sempre seus antecessores e elle estiverão em posse de os appresentar posto que em suas Doações não fosse declarado e por suas appresentações se farão as Portas áquelles que elles appresentarem segundo que em minha Chancellaria se costuma fazer.

(Chancellaria de D. João 3.º Liv. 30 fl. 195.)

Este documento foi posteriormente confirmado por estas *cartas de confirmação*:

«Pedindo-me o dito Ray Borges Pereira por mercê, que por quanto elle era o filho mais velho que por fallecimento do dito Antonio Borges, seu pae, ficára, a que as ditas terras, rendas e direitos d'ellas, com todo o contheúdo na dita

carta, segundo a fôrma d'ella, vinhão por successão, houvesse por bem lha confirmar, e visto por my seu dizer querendo-lhe fazer graça e mercê, e esguardando os serviços do dito seu pae, e os que espero, que o dito Ruy Borges me faça, tenho por bem e lhe confirmo a dita carta assi por successão e mando aos meus corregedores, ouvidores, juizes e justças, que a cumprão e guardem e fação mui inteiramente ao dito Ruy Borges todo o contheúdo na dita carta, assy, e da maneira que se n'ella contem, porque assy é minha mercê, e por a certidão de todo lhe mandei dar esta carta por mim assignada e sellada com o meu sello de chumbo Gomes Paes a fez em Lisboa a 16 dias de Novembro de 1529.»

«Pedindo-me o dito Ruy Pereira de Miranda por mercê, que lhe confirmasse esta carta, e visto seu requerimento querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e lh'a confirmo, e hei por confirmada com declaração, que não porá porteiro para arrecadação d'aves, como até aqui pôz, e não bastando o que ora ha o pedirá a camara, e quanto ao meirinho, que punha tambem o não porá d'aqui em diante, visto a forma da ordenação, e pretendendo porque por via poder o pôr, poderá requerer sua justiça onde pertencer segundo forma da ordenação, e com estas declarações mando, que esta carta se cumpra e guardo inteiramente, e assy e da maneira, que se nella contem. Antonio Carvalho a fez em Lisboa a 16 dias do mez de dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1574. E eu Darte Dias a fiz eserever. E o ouvidor, que tiver Ruy Pereira n'estas terras sendo letrado será examinado primeiro que sirva, peles meus desembargadores do Paço, e não o sendo o examinará o corregedor da comarca, e sem tal exame não poderá servir.»

Restabelecida a verdade historica, direi agora que Ruy Borges era parente muito proximo de Ambrozio de Sá, conego em Coimbra, e de Pantaleão de Sá, alcaide-mór do Porto, e ambos devotados partidarios de Castella, portanto tudo leva a crêr que elle

seguisse o mesmo caminho, se o seguiu ou não, porém, é de que não tenho noticia.

Alliados com os Sousas estavam-n'o do mesmo modo, por estreitos laços de familia, os Tavares, que tinham estabelecido residencia em Aveiro pelos annos de 1500, e isto em virtude de terem alcançado de el-rei D. João II as dizimas novas do pescado de Aveiro e Esgueira e a renda do mordomado de Coimbra. Até ali viviam em Portalegre, cuja alcaidaria-mór tinham.

Aqui edificaram logo casas que ficaram sendo as primeiras da villa. O beneficiado Christovão de Pina Queimado, escrevendo sobre Aveiro em 1687, e, depois de fallar dos diversos conventos e egrejas que n'elle havia, diz:

«Correspondem a estes edificios com que a villa se enobrece as casas sumptuosas dos particulares, quasi todas, dizem os antigos, feitas de pedra que lhes veio por mar, pois não se acham pedreiras tão perto pela terra: as dos vulgares por branqueadas e vistosas, as dos nobres com frontespicios de sacadas, e nos bairros dentro dos muros, e villa nova apenas se achará algum sem jardim com agua: por esta causa, e pela largueza de todas as ruas, e claros das praças, e gelozias de diversas côres, é a villa por toda a parte desabafada e alegre.

Avantajam-se as casas do marquez de Arronches, de que é hoje senhor o muito illustre sr. Henrique de Souza Tavares, primeiro marquez de Arronches e 3.^o conde de Miranda por mercê de el-rei nosso senhor D. Pedro II do nome, e é do seu conselho de estado, governador do Porto, e embaixador de Hollanda, de Castella e de Inglaterra...

Mas ainda melhores casas pelo sitio sobre a porta da Ribeira são as dos nobres Tavares, senhores da Villa de Mira, e n'esta moradores, pois egualando com abobadas, muros, e ladeiras sobre a rua, á qual deram o seu appellido de Tava-

res, se entra em côche até á primeira sala: sobre outra abobada junto da porta da Ribeira, e por cima d'esta a olhar para o esteiro, e praça tem um jardim com flores, e plantas, onde está também uma grandiosa estatua de pedra de figura humana com uma serpente enroscada em uma das pernas, a qual é antiquissima e ha quem diga que é do tempo dos romanos, mas isto é tradição que me parece sem fundamento.»

Foi esta casa que D. Antonio, Prior do Crato, escolheu para paço, durante o tempo que se demorou em Aveiro, isto depois de haver estado primeiro tres dias no convento de S. Domingos. (1)

D. Catharina de Sousa, filha de Diogo Lopes de Sousa, mordomo-mór de el-rei D. Affonso V, casou com Gonçalo Tavares, de quem teve a Simão de Sousa Tavares, terceiro senhor de Mira.

A Simão de Sousa Tavares, succedeu seu filho Francisco de Tavares, que casou em primeiras nupcias com D. Joanna da Silva, filha de Francisco de Sá e Menezes, Vedor da Fazenda do Porto e senhor d'Aguiar. Vivendo, desposou D. Joanna de Tavora, filha de Bernardino de Tavora, reposteiro mór, de quem teve Pedro Tavares, e Antonio Tavares Tavora, conego de Mafra na Sé de Lisboa. Este Antonio Tavares seguiu o partido de D. Antonio, pelo que teve de fugir para o estrangeiro, onde foi perseguido. Mandado prender em Roma por ordem do Papa foi por este mandado entregar aos hespanhoes, que o tiveram preso em S. Lucar de Barrameda até 1613. N'este

(1) *Justification de serenissime Don Antonio roi de Portugal premier de ce nom, etc.* A Leyde m. d. lxxvii, pag. 53.

anno foi solto e declarado innocente por um breve do Papa. (1)

Os Tavares deviam exercer grande influencia em Aveiro, pois além de ricos eram senhores da renda do pescado, de que não abusavam como tantos outros, antes pelo contrario favoreciam os pescadores.

A 17 d'agosto de 1577 veio a Aveiro o licenciado Miguel de França Moniz, provedor das comarcas de Coimbra e Esgueira, em virtude de Provisão de el-rei D. Sebastião de 20 de janeiro d'esse anno, inquirir sobre o modo que os pescadores pagavam os seus direitos a Francisco Tavares. Mandava a Provisão que elle provedor se informasse se os pescadores no modo que pagavam o mordomado a Francisco Tavares, recebiam algum vexame ou pagavam mais do que eram obrigados pelo foral. Do inquerito testemunhal a que se procedeu, provou-se que os pescadores preferiam continuar a pagar como pagavam do que conforme o foral, visto o mesmo Francisco Tavares usar para com elles de muitas liberdades e franquias.

Na epocha, cujos acontecimentos estou narrando, era chefe d'esta familia aquelle Francisco Tavares, que tendo-se inclinado a principio para o Prior do Crato, bem depressa seguiu o partido de Castella, indo implorar de Filippe II o perdão por haver recolhido em sua casa o rei portuguez. (2)

O perdão não se fez esperar e Francisco Tavares recebeu bem depressa o premio da sua deslealdade, segundo se vê do seguinte documento que se guarda no archivo municipal:

(1) Dic. Pop. voc *Tavora*.

(2) *Justification* citada pag. 53.

Juiz Vereadores e Procurador da villa d'Aveiro Em
 ElRey vos êuio muito saudar. Eu encarrego por ora fre.º de
 tauares do meu cons.º de capitão mor da gente dessa villa e
 seu termo, como mais particularmente se contem na patente
 que lhe mandei passar. Encomendouos que em tudo o que to-
 car ao dito cargo o ajudeis e lhe acudaes como he razão fa-
 zendolhe as lembranças que se vos offerecerê por meu servi-
 ço como de vos confio. Eserita em Lisboa a XXV. de Outu-
 bro de M. D. lxxxv. § O Cardeal (Alberto, archiduque
 d'Austria, governador de Portugal).

Camillo Castello Branco é de opinião que em
 Aveiro foram valioso auxiliar do prior do Crato os
 Alpoins. Talvez o fossem, mas d'isso não logrei al-
 cançar provas. Não eram os Alpoins originarios d'aqui,
 nem mesmo houve noticia que na villa tivessem resi-
 dencia, o que não obsta a que não tivessem em Aveiro
 propriedades, porque as tiveram. Do seu valor e im-
 portancia é que nada pude colher.

Em setembro de 1881, apreciando uma passa-
 gem d'um livro do mestre, escrevi:

«Os Alpoins, esses podiam ter bastante influen-
 cia em Aveiro, onde é mais que provavel que tives-
 sem parentes proximos, não obstante o padre Carva-
 lho e Costa não fazer a minima referencia á familia
 d'este appellido quando tracta da nobreza de Aveiro,
 nem se encontrarem hoje aqui vestigios d'ella, como
 epitaphios tumulares ou brazões d'armas. No entanto
 Pedro d'Alpoim, um dos mais dedicados partidarios
 de D. Antonio, em prol de cuja causa perdeu a vida,
 era segundo neto de Affonso Domingues d'Aveiro, e

administrador da capella de Santo Ildefonso, na egreja de S. Thiago de Coimbra, que o mesmo instituira.» (1)

A isto respondeu o mestre:

«O padre Carvalho da Costa não encontrou em Aveiro a familia Alpoim; podia já não existir ahi descendencia no seculo XVIII, nem tão pouco o sr. Marques Gomes achou epitaphios ou brazões dos Alpoins. A razão é obvia. Os Alpoins, conhecidos desde o seculo XIII, nunca tiveram casa em Aveiro, mas sim meia legua distante, em Esgueira, cujos senhores foram. Tiveram o seu jazigo na capella-mór do mosteiro de S. Jorge, perto de Coimbra. O primeiro da familia sepultado alli foi Diniz d'Alpoim, senhor das terras de Esgueira, embaixador de Aragão. (2)

Tambem tiveram jazigo na capella de Santo Ildefonso em S. Thiago de Coimbra, mandado construir pelo avô de Pedro d'Alpoim, que morreu degolado por ordem de Filippe II de Castella. Em tempo d'el-rei D. Diniz tinha sido assassinado em Coimbra um valente cavalleiro d'esta familia, Manfredo de Alpoim, que alguns genealogicos dizem ser neto de Martim de Freitas.

«Os Alpoins de Esgueira ligaram-se a familias de Aveiro pelo casamento do jurisconsulto Pedro de Alpoim com a filha de Affonso Domingues, de Aveiro,

(1) *O Districto de Aveiro*, n.º 784 de 15 de setembro de 1881.

(2) D. Nicolau de Santa Maria—*Chronica dos conegos regrantes*, tom. II pag. 156—*Os estrangeiros no Lima*, tom. II pag. 211.

que vivem na primeira metade do seculo XV. Este Affonso Domingues tem uma historia lendaria que prende com o convento de S. Domingos, fundado pelo infante D. Pedro, filho de D. João I, em 1423 e concluido em 1464. A lenda que está recheada de milagres lê-se no *Agiologio Lusitano*, por Jorge Cardoso, tom, I, pag. 199, e no *Santuário Marianno*, tom. 4, pag. 383 e seg.

Affonso Domingues passou ao jazigo dos Alpoins em S. Thiago de Coimbra, se é que não acompanhou a filha quando a casou com o celebrado doutor e cavalleiro de quem o auctor da *Malaca conquistada* cantou epicamente:

Alpoim, que nas margens do Mondego,
Desde a primeira idade ás letras dado
Tambem nos artes fez illustre emprego
Já de illustres avós valor herdado,
Segue Albuquerque pelo falso pego
Ora jurisconsulto, ora soldado,
Que das armas prudente se adornava,
Como das justas leis forte se armava.

Cant. I, est. CI.

O padre Carvalho e frei Agostinho de Santa Maria para ungirem a lenda com o maravilhoso bem tirado pela fieira, dizem que Affonso Domingues era um *pobre entrevado* a quem a Princeza dos Anjos fez embaixador ao filho de D. João I para a fundação do mosteiro. Jorge Cordeiro, mais fiel á tradicção, dá-o como doente de paralyisia, mas não o empobrece. As genealogias que eu consultei consideram-o abastado, muito bom christão, e casado fidalgamente com uma dama de appellido *Caldeira*.

O seu bisneto Pedro d'Alpoim, que floresceu em letras e funestas exagerações d'amor patrio por 1580, devia ser o administrador dos haveres de seus avoengos em Esgueira e Aveiro, assim como o era dos vinculos e capellarias dos Alpoins em Coimbra.» (1)

Podiam os Alpoins ter propriedades em Esgueira, pois foi grande o numero de casas nobres que em tempos passados alli floresceram, o que é certo porém é que elles não foram senhores d'aquella povoação, como affirma o mestre. Os menos sabedores da nossa historia não ignoram as desintelligencias havidas entre D. Affonso II e suas irmãs D. Thereza e D. Sancha, por causa das disposições testamentarias de seu pae, e bem assim que uma das terras sobre que versou a questão foi Esgueira. D. Sancho I, em seu testamento, legou hereditariamente a sua filha D. Thereza, a divorciada rainha do Leão, o senhorio do castello de Montemór-o-Velho e a villa d'Esgueira. (2)

Por a concordata feita por D. Sancho II em 23 de junho de 1223 com a rainha D. Thereza, assentou-se que Montemór e Esgueira lhe pertenceriam exclusivamente, e depois d'ella a sua irmã D. Branca, por cuja morte tornaria á corôa Montemór, e Esgueira ficaria ao mosteiro de Lorvão perpetuamente, *pro hereditate*. (3)

Parece que D. Branca nunca chegou a estar de posse de Esgueira porque no mesmo anno de 1223

(1) *Narcoticos*, tom. II, pag. 265 268.

(2) A. Herculano,—*Historia de Portugal*, tom. 2, pag. 144; fr. Antonio Brandão Mon. Lusit., P. 4.

(3) A. Hercul.—*Hist. de Port.*, tom. II, pag. 266.—*Mon. Lust. P. 4. App. escript.* 17.

cedeu d'aquelle senhorio ás religiosas de Lorvão a troco de trezentos maravedis que, ellas se obrigaram a dar-lhe annualmente. (1)

O mosteiro de Lorvão foi senhor donatario da villa d'Esgueira desde o reinado de D. Sancho II até 1832 e, nunca ninguem lhe disputou esta posse. Do livro das correições ao concelho d'Esgueira, hoje existente no archivo da camara d'esta cidade, vê-se que os vereadores e povo da mesma villa respondiam sempre aos capitulos que lhe eram apresentados pelos corregedores da comarca de Coimbra e depois pelos da de Aveiro, que o donatario da villa era a abbadesa e mais religiosas do mosteiro de Lorvão, a quem pertencia a jurisdição civil do concelho. Em virtude d'uma sentença e accordão da Relação do Porto de 1 de junho de 1720, o mosteiro de Lorvão foi reconhecido não só como donatario da villa, mas até de todo o concelho. Impugnando a camara este senhorio em 1824, foi julgado por sentença de 26 de maio de 1825, pelo desembargador do Paço. José de Vasconcellos Teixeira Lebre, corregedor da comarca d'Aveiro, que, o mesmo com effeito lhe pertencia, como se demonstrava por o accordão citado. (2)

Camillo Castello Branco basea-se apenas no testemunho de D. Nicolau de Santa Maria, (3) para affirmar que os Alpoins foram senhores d'Esgueira, pois o outro auctor citado por s. ex.^a, Manuel Gomes de

(1) Mon. Lust. P. 4. Liv. 14 cap. 3.

(2) Livros findos da camara d'Esgueira—1768 e 1832 —no archivo municipal d'Aveiro.

(3) *Chronica dos conegos regrantes*, tom. II. pag, 561.

Lima Bezerra (1) não faz mais n'esta parte do que repetir o que diz o primeiro, como o mesmo o confessa. O testemunho de D. Nicolau de Santa Maria, porém, ainda mesmo que não existisse a certeza de que Esgueira havia pertencido sempre ao mosteiro de Lorvão, não podia tomar-se como base segura para se afirmar que os Alpoins haviam sido os seus donatarios, pois os seus creditos de historiador estão immensamente prejudicados com as inexactidões de que está recheada a sua obra. (2)

Mas no meio de tudo isto, fr. Nicolau de Santa Maria, ainda se salva, pois não commetten o erro que Lima Bezerra e Camillo Castello Branco commetteram, pois estes não se limitaram a repetir o que elle escreveu, porque se o fizessem, a sua affirmativa não teria ido tão longe. O que aquelle escreveu foi isto:

«Tambem na mesma capella-mór (da egreja de S. Jorge) da parte da epistola estava outra sepultura, mui bem lavrada mettida na parede em um arco, que tinha cinco flores de liz e era dos Alpoins e foi o primeiro que n'ella se enterrou Diniz de Alpoim, *senhor das terras de Esgueira* e embaixador de Aragão.» (3)

Pode e deve deprehender-se pois do que acabo de transcrever, que os possuiam tinham propriedades em Esgueira. Em Aveiro tinham-nas com certeza. (4)

(1) *Os estrangeiros no Lima*, tom. II, pag. 211:

(2) João Pedro Ribeiro—*Observ. Dipl. e Dissert. chrol.*
Diego Kopke—*Apont. archiol.*

(3) *Chronica dos conegos regrantes*, tom. II, pag. 156.

(4) Em fevereiro de 1617 D. Beatriz de Lara comprou vinte quatro casas e dois pequenos quintaes na rua do

O Affonso Domingues, com cuja filha casou Pero d'Alpoim, não é o velho paralytico a que se refere a lenda. Nenhum dos escriptores que narra o facto da milagrosa appareição da Virgem sobre o bastião da muralha a Affonso Domingues, diz que elle fosse abastado, antes pelo contrario são concordes, na sua mór parte, que elle vivia pobremente. Nem só o padre Carvalho e fr. Agostinho de Santa Maria, affirmam que elle era pobre. O padre Luiz Cardoso (1) diz o mesmo, e fr. Luiz de Sousa (2) dá-o a entender tambem dizendo que, elle «vira arder a *pobre casa* em resplendores muito avantajados.» A tradição oral está tambem de accordo com isto mesmo.

O sogro de Pero d'Alpoim foi homem de grandes haveres e o instituidor d'um vinculo com capella na egreja de S. Thiago em Coimbra, por testamento feito na era de 1455 que corresponde ao anno do Nascimento de Christo de 1417, vinculo que constava de bens sitos na cidade de Coimbra, seu termo e visinhanças, na de Aveiro e seu termo, e nas villas e termo

Campo, na villa de Aveiro (comarca de Esgueira) que eram oreiras á capella e morgado dos Alpoims, instituida por Affonso Domingues de Aveiro na egreja de S. Thiago de Coimbra. Para a compra deu consentimento o administrador do mesmo vinculo que, era então Lopo Cabral da Silveira, fidalgo da casa real.

Archivo do extincto convento de S. João Evngelista de Aveiro, hoje na repartição de fazenda districtal da mesma cidade.

(1) *Diccionario geographico*, tom. I. voc. *Aveiro*.

(2) *Historia de S. Domingos*, part. III. cap. III.

e visinhanças de Penella, Montemór, Eiras e Pereira. (1)

Affonso Domingues assistiu como procurador nas côrtes celebradas na egreja de S. Francisco de Coimbra, em abril de 1385, em que foi aclamado rei de Portugal o Mestre d'Aviz.

Era um dos procuradores mais qualificados dos que se acharam n'aquellas côrtes.

Acabada a questão dynastica, os diversos concelhos representados por seus procuradores apresentaram ao rei diversos capitulos com os pedidos e representações do costume. Um dos capitulos apresentados pelos de Lisboa era para que, compozesse o seu concelho de um cidadão natural de Lisboa e escolhido por esta cidade; e os do Porto, Coimbra e Evora lhe apresentaram lista triplice de candidatos d'onde elle para o mesmo fim escolhesse um para cada uma d'aquellas cidades. (2) A lista dos cidadãos propostos por a cidade de Coimbra compunha-se de Gonçalo Esteves, Alvaro Fernandes e Affonso Domingues, de Aveiro.

Na capella de Santo Ildefonso, da referida egreja de S. Thiago, do lado direito, está mettida na parede sobre uma pequena abobada forrada de azulejos do seculo XV, uma pequena urna de calcareo de Ançã graciosamente ornatada com arabescos e folhas de carvalho com esta inscripção:

(1) *Indices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do archivo da camara municipal de Coimbra—segunda parte do inventario do mesmo archivo. Fasciculo III. Coimbra 1872, pag. 386.*

(2) Oliveira Marreca—*Panorama* 3 vol. da 2.^a serie. Schaeffer—*Historia de Portugal*—tr. fr., tom. I, pag. 366.

ÊN HESTA SEPOLTURA JAZEM OS HOSOS DAFFONS
O DOMIGEZ DAVEJRO PRIMEIRO JMSTITUJDOR
DESTA CAPELLA OS QUAAES FORAM AQUJ P
OSTOS PER PERO DALLPOI SEU TRESNETO
QUE ORA HE ADMJNISTRADOR DA DITA CAPEL
LA NO ANO DO NACIMETO DE NOSSO SENÕR
JHU XPO DE MJLL E QUJNHENTOS E QUATORZE ANOS. (1)

Por cima do arco da mesma capella está o braço do appellido de Alpoim, composto de cinco flores de liz e tendo por timbre um braço armado, cuja mão sustenta um rotulo com esta legenda: NOTRA DAME DE PVV.

Affonso Domingues não passou, portanto, ao jazigo que os Alpoins tinham na igreja de Santhiago, estes é que houveram d'elle a capella que lhe serve de jazigo.

Pedro d'Alpoim, seu neto e administrador da mesma capella, mandou construir, é verdade, o tumulo onde jaz Affonso Domingues, mas isso não prova que os Alpoins alli tivessem jazigo, nem antes nem depois, e parece mesmo que nenhum d'elles alli se

(1) Esta inscripção foi publicada pela primeira vez em fevereiro de 1860 no n.º 8 da *Litteratura Illustrada*, de Coimbra, sob a epigraphe *Apointamentos historicos de Coimbra—A capella de Santo Ildefonso*.

O artigo que é firmado por A. de C. (Ayres de Campos?) termina assim:

«Se a ossada do piedoso Affonso Domingos fôr algum dia convertida, como é provavel, em rua ou aqueducto d'algunha excellencia, viva ao menos o seu nome por largos annos nas columnas d'esta *Litteratura*, que é o mais que lhe podemos desejar.»

sepultou. O seu jazigo era na egreja de S. Jorge, aros da mesma cidade de Coimbra.

Este Pedro d'Alpoim, é que é o celebrado doutor e cavalleiro que cantou Francisco de Sá e Menezes na sua *Malaca conquistada*, e, não o Pero d'Alpoim, casado com a filha de Affonso Domingues, como affirma Camillo Castello Branco. Acompanhando Affonso de Albuquerque á India, Pedro d'Alpoim exerceu alli o logar de ouvidor, no exercicio de cujas funcções desempenhou as mais altas missões de confiança. Bateu-se valorosamente em varios recontros, tornando-se notavel pela sua bravura no ultimo ataque a Ormuz e no cerco de Malaca. Amigo e companheiro inseparavel do grande cabo de guerra, salvou-o da morte quando no regresso de Malaca naufragou a nau *Flôr do mar*. (1)

Ignoramos a data do regresso d'Alpoim ao reino, mas é provavel que já estivesse em Portugal quando em 1514 mandou recolher as cinzas do avô, pois na lista dos fidalgos da casa d'el-rei D. Manuel, em 1515, já ahi apparece. (2)

Se dos Alpoins não logrei alcançar noticia segura de que em Aveiro favoreceram a causa de D. Antonio, o mesmo já não posso dizer dos Lemos, que como aquelles aqui possuiram bens e, juntaram a esta circumstancia o viverem na mesma comarca de Esgueira.

Na Trofa tiveram os Lemos o seu solar. Orinn-dos da Galiza passaram a Portugal em 1350 na pes-

(1) *Commentarios do Grande Affonso d'Albuquerque, capitão geral que foi das Indias orientaes etc.*, cap. 42.

(2) *Hist. Genl. da Casa Real*, tom. II das provas, pag. 360.

soa de Lopo Lopes de Lemos, que veio perpetuar aqui o nome illustre que já lá tinham.

A um seu descendente, Gomes Martins de Lemos, o Moço, fez D. Affonso V mercê da terra da Trofa por carta passada em Evora a 13 de novembro de 1449. A esta doação seguiram-se outras mais ou menos importantes, que conjunctamente com as alianças de familia, contrahidas pelos senhores da Trofa com outras casas não menos illustres de Portugal, fizeram com que os Lemos fossem em meados do seculo XVI uma das familias mais nobres e abastadas da provincia da Beira.

Quem ha quinze annos ainda, fosse á Trofa, encontrava junto á actual egreja parochial um enorme montão de ruinas, restos do antigo solar dos seus donatarios. Hoje tudo desapareceu; a não ser a capella-mór da egreja, quasi que nem uma unica pedra attesta alli a existencia do palacio dos Lemos, pois era segundo parece um verdadeiro palacio a habitação d'esta familia.

Alguns homens já velhos da freguezia, informaram-me que, o edificio tinha vastos salões, quasi todos forrados até meias paredes de bellos azulejos. D'elles ainda pude obter alguns que conservo como reliquias venerandas.

D'estes azulejos, alguns pertencem ao seculo XV. como o mostra a laçaria geometrica, imitando mosaico, o estrelado e as rosetas, e bem assim as côres tradicionais, verde, castanho claro, côr de vinho e os fundos brancos. Outros são já do seculo XVI, pela sua superficie lisa, sendo o desenho arabescos e folhas; as côres são azul, amarello e branco.

A capella-mór da egreja da Trofa é apenas o que existe hoje do solar dos Lemos.

A antiga egreja da freguezia era em Covellas, na margem do Vouga, mas arruinando-se, os povos resolveram não a reedificar e construir uma nova em Cristovães, aproveitando-se da capella particular dos fidalgos (é assim que ainda hoje alli são conhecidos os Lemos), que elles generosamente lhes offereceram, bem como o terreno preciso para o resto da edificação do templo.

O tecto da capella-mór é formado por artezões ou ribetes, tendo nas molduras interseccionaes escudos com as armas dos Lemos—em campo vermelho cinco quadernas de crescentes de ouro em santor; o timbre que é uma aguia vermelha armada de ouro com uma quaderna dos crescentes no peito, e assentada sobre um ninho de silvas de prata, não se vê alli.

Aos lados da capella-mór estão quatro tumulos, mettidos no vão de outros quatro arcos, em que jazem Duarte de Lemos e sua mulher, e D. Joanna de Mello, sua avô, e Gomes Martins de Lemos, da parte da epistola, e João Gomes de Lemos, e D. Violante de Sequeira, mulher d'este, da parte do evangelho.

Sobre o tumulo de Duarte de Lemos, está em tamanho natural a estatua d'um guerreiro, vestindo pesada armadura, de joelhos e com mãos postas deante d'um geneflexorio, tendo ao lado um elmo.

No tamulo propriamente dito, sobre que assenta a estatua e sob o brazão dos Lemos está gravada esta inscripção:

AQVI IAZ DVARTE DE LEMOS FILHO QVE FOI
 DE IOAM GOMEZ DE LEMOS E NETO DE GOMES
 MIZ O QVAL POR SERVIÇO DE DS E POR ONRA
 DE SVA LINHAGEM MÃDOV FAZER ESTA CAPELA
 PERA SEV PAI E AVOOS PERA SI E PERA
 SVA MOLHER E FOI FEITA ESTA CAPELLA NA ERA
 DE MIL SS4 ANOS O QVAL FALECEV AOS VINTE
 E SETE DIAS DE JVNHO ANO DE IS88 (1588.)

Não tenho noticia de emprego ou titulo com que D. Antonio premiasse os valiosissimos serviços do senhor de Trofa, mas sei que quando a sorte das armas se lhe declarou adversa, poudo contar ainda com o auxilio do seu braço. Abandonando o Porto, e acossado por Sancho de Avila, ainda encontrou no Minho, como derradeiro apoio, as forças reunidas por Duarte de Lemos (1), o que lhe fez dizer depois no seu testamento que elle fôra um dos que sempre o acompanharam em Portugal.

Perdida a causa de D. Antonio, Duarte de Lemos, não podendo seguil-o para o exilio, foi arremessado ao fundo d'um carcere por ordem de D. Philippe III, não lhe valendo, segundo parece, o indulto geral concedido por este, em 17 de abril de 1581, aos que haviam seguido o partido d'aquelle principe. (2)

Em uma carta que o prior do Crato escreveu ao papa Gregorio XIII, datada de Rueil em 1583, em que falla das pessoas mortas ou perseguidas por D. Philippe, refere-se a Duarte de Lemos estar ainda preso.

(1) Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, tom. 2.º, pag. 369.

(2) Camillo Castello Branco, *D. Luiz de Portugal*, pag. 126.

D. Filippe, em 10 de setembro de 1582, prestes a voltar á Hespanha, concedeu uma amnistia, comprehendendo muitos nomes que havia excluido da primeira que tinha dado, exceptuando apenas agora nove d'elles, e que foram além de D. Antonio, prior do Crato, D. João, bispo da Guarda, D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, Manuel da Silva, D. Antonio de Menezes, Diogo Botelho, filho de Pero Botelho, João Rodrigues de Sousa, Antonio de Brito Pimentel e Duarte de Castro. (1)

Parece que Duarte de Lemos foi mais tarde preso e condemnado á morte; mas o que motivou isto não foi propriamente o ter tomado armas contra Castella, como logo direi.

Vivendo tambem na comarca de Esgueira, mas muito mais proximo de Aveiro do que os Lemos com quem mais tarde se aparentaram, estavam os Couceiros da Costa. E' o seu solar no lugar de Villarinho, da freguezia de Cacia, poucos kilometros distante d'esta cidade. O primeiro solar dos Couceiros em Portugal foi o paço do Couceiro, no julgado da villa de Regalados, que com o tempo se corrompeu em Couceiro.

Diogo Vaz Couceiro, foi o primeiro que teve o titulo de morgado de Villarinho, e o padroado da egreja de S. Julião de Cacia, por mercê de el-rei D. Affonso V, de 19 d'agosto de 1445.

No primeiro quartel do seculo XVII, uma senhora d'esta familia, D. Leonor da Costa, casou com

(1) *Archivo Nacional da Torre do Tombo*, livro das leis de 1576 a 1612.

Lourenço de Carvalho e Lemos, da casa da Trofa, e em 9 de julho de 1655, já viuva, instituiu um vínculo cujas propriedades estão situadas parte em Villarinho e parte em Tentugal e Aveiro.

Na epocha que vou historiando, eram já os Concelheiros muito considerados em Aveiro, sendo por vezes eleitos vereadores da camara d'ella.

O documento que passo a transcrever e que se guarda no archivo municipal é a prova do que levei dito:

Dom Luiz de Lencastro governador e administrador do estado do duque Marqs de torres novas meu primo pelas provisões de Sua Magestade que para yssso tenho etc. faço saber ao Juiz Vereadores e procurador fidalgos cavaleiros Homens bons e povo da notavel Villa daveyro que antre os mais officiaes que mandey na carta de confirmação pã servir nesta dita Villa este anno presente de oytenta e oytto foy a Anrique esteves da Veigua pã vereador. E por me ora escreuerdes por vossa carta que elle não Resedia nessa Villa antes andava nesta certo em seus negocoos pela qual Rasão não servia o cargo, e q. por quanto era necessario servisse o dito cargo: me pedieis pusesse doutro em seu luguar pelo que tirey da eleyção que nessa Villa fez o ouvidor pelo Regimento das fauas; pã servir de vereador em leguar do dito Anrique esteves da Veigua a Mateus couceyro, ao qual mando que em camara seja dado juramento dos Santos Evangelhos pã que bem e verdadeiramente sirva o dito cargo em quanto durar o impedimento do dito Anrique esteves guardando em tudo o que cumpre o bem da justiça e o serviço de sua Magestade e do Duque e o bem comũ. E do dito juramento se fará auto nas costas desta carta feito pelo escriuão da Camara da dita Viila asinado pelo sobredito. E encomendovos e mandamos que em quanto assy servir o dito cargo lhe obedeçaes em tudo o que a elle tocar pã bom governo e Regimento da terra. Dada em Lx.^a a XI de Março P.^o miz fer.^a

a fez anno nascimento de nosso sñr Ihũ xp.º de M. D. LXXX liij (1588).

Dom Luiz.

A familia Esteves, a que pertencia Henrique Esteves da Veiga, a que se refere a carta acima, tambem era então já muito considerada em Aveiro e havia sido nobilitada por D. Manuel, que em 1509 mandou passar carta de brazão a Henrique Esteves, avô do referido Henrique Esteves da Veiga. Ao pae d'este, a Henrique da Veiga, concedeu D. João III por carta de 31 d'agosto de 1542 o brazão de seus passados os —Esteves—com todas as honras e privilegios de fidalgo.

Alguns membros da familia Esteves tomaram parte nos acontecimentos que me propuz historiar. Seguiram o partido de Castella, mas o mesmo já não fizeram os seus parentes muito proximos—os Barretos—que foram pelo Prior do Crato.

Da illustre ascendencia d'esta familia e alliança com aquella, é testemunho o que escreveu o sr. Visconde de Sanches Baena no seu *Archivo Heraldico-genealogico* (1) e que é o seguinte:

Manoel Henriques Barreto, fidalgo, natural de Aveiro, filho de Vasco Henriques Esteves, neto de Henrique Esteves, bisneto de João Esteves, que foi fidalgo muito honrado, e o verdadeiro tronco da geração dos Esteves; bem assim era filho de Thereza Gomes Barreto, neto de Beatriz Gomes Barreto, bisneto de Andre Gil Barreto, veador-mór das obras e monteiro-mór do infante D. Pedro, e foi o verdadeiro tronco da geração dos Barretos.

Carta pela qual el rei D. João III lhe concede o seguinte brazão de seus antecessores:

(1) Pag. 482.

— Escudo de campo esquartelado: o primeiro de prata com uma flôr de liz de vermelho com duas flores de liz saindo d'ella para cima, o segundo de campo arminhado, e por differença uma estrella de azul: elmo de prata aberto guarnecido de oiro, paquife de prata, vermelho e arminhado, e por timbre a mesma flôr de liz, com todas as honras e privilegios de fidalgo por descender da geração e linhagem dos Esteves e Barretos. Dada em Lisboa a 13 de fevereiro de 1540. Reg. na Chanc. de D. João III liv. L, fl. 22 v.

Tendo indicado as familias nobres que em Aveiro podiam influenciar para que a villa seguisse o partido de Castella ou o de D. Antonio resta-me dizer para que, lado se inclinou cada uma d'ellas e, por quem hoje as mesmas estão representadas.

A duqueza de Aveiro, D. Magdalena, foi contraria ao Prior do Crato patrocinando abertamente a causa de D. Filippe que, depois lhe não regateou honras e mercês. Sobre o assumpto escrevia ha mezes um investigador consciencioso e illustrado: (1)

«O curto reinado de D. Henrique, pode bem comparar-se ás vespervas das modernas eleições em que se debatem as conveniencias pessoaes, o facciosismo politico, sem que entre por nenhuma parte o bem publico. A semelhança augmenta com os conventiculos por toda a parte, por toda a parte a *gálopinagem*, palavra ainda não inventada, como tambem ainda o não era o *iberismo*. Mas já todos se entendiam.

Em Azeitão quantos conciliabulos e conferen-

(1) O sr. J. Rasteiro—*Azeitão—Paço dos Aveiros em suas relações com a historia.* No *Jornal do Commercio e Campeão das Províncias*, de setembro e outubro de 1893.

cias? Os Aveiros, muito hespanholizados pelas allianças, de modo nenhum podiam vêr a exaltação da casa de Bragança, inimiga e rival. A duqueza D. Magdalena, irmã do Ossuna, agente de Filippe II em Portugal, alternava a residencia no paço de Setubal e de Azeitão, e aqui veio seu irmão conferenciar com ella repetidas vezes. O sequito e parentella dos Lencastres era numeroso e de valia — Affonso de Albuquerque, filho, que se ia vêr com Christovam de Moura, disfarçado *com barbas postizas*, aqui estava na sua quinta — os Sousas, de Alenba, cujo chefe era casado com uma irmã de Moura, eram ligados aos Tavoras, que offereciam entregar as suas fortalezas, e um de seus filhos era o bispo de Elvas, decidido partidario dos Filippes, tinham casa em Azeitão e por aqui estavam — os Silvas, condes de Portalegre e ainda outros.

Sendo os pretendores tres, todos os *politicos* achavam bandeira a que acolher se; a mais de um aconteceu tomar duas ou variar.

Por morte de D. Jorge de Lencastre, filho do commendador-mór de Sant'Iago, succedeu-lhe D. Alvaro, 2.º genito, que se destinava á vida ecclesiastica, e, por que seu primo Jorge tambem era morto, pretendeu succeder-lhe no ducado de Aveiro. D. Alvaro, por odio de raças, não podia seguir a parcialidade brigantina, que na verdade, não era a mais recommendada; recuzou o filho da infanta D. Isabel, por estrangeiro e deu-se á causa do prior do Crato, com quem se achou no combate de Alcantara.

Não eram de primeira valia os direitos de Filippe II á successão do cardeal-rei; mas tinha a apoial-os um exercito de 25:000 austriacos e italianos aguer-

ridos nas campanhas contra a França e na Flandres, uma esquadra de 75 galés de combate, os talentos militares do duque d'Alva e do marquez de Santa Cruz e o laxidão dos portuguezes.

D. Alvaro reconheceu a tempo para os seus interesses a inferioridade de D. Antonio; abandonou a sua causa, deixou-se prender em Setubal, fez confissão das culpas e achou meio de rehabilitar-se com o hespanhol D. Philippe, viu conveniencia na adhesão e acceitou-a. Não seria sincera a conversão de D. Alvaro de Lencastre; mas foi de vez.»

Da duqueza D. Magdalena, partidaria de Castella em 1580, ou para melhor dos duques de Aveiro, não resta hoje senão a memoria de que existiram. A sua raça, ou antes a sua varonia extinguiu-se com a morte do marquez de Gouvêa, D. Martinho de Mascarenhas, em 1805. Muitos annos antes, porém, já Aveiro deixara de ter donatario. A sentença de 12 de janeiro de 1759 que levou ao cadafalso pelo crime de regicidio o 8.º duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, libertou-a d'aquelle senhorio dando-lhe em troca honras e proeminencias que até então nunca tivera. Para isto concorreu immenso o seguinte facto.

Preso o duque de Aveiro e havida a quasi certeza de que elle seria condemnado e morto como author do attentado contra o rei D. José, na noite de 3 de setembro de 1758, reuniu-se na egreja matriz de S. Miguel (6 de janeiro de 1759) a camara, clero, nobreza e povo de Aveiro afim de darem um testemunho publico da sua indignação por tão grande attentado como aquelle fôra e, para isto fizeram perante o prior

da mesma egreja, fr. Paulo Ferreira Granado, um solemne protesto para não terem mais por donatario aquelle que havia tentado contra a vida do seu rei e senhor.

Parece que isto lisongeou sobremaneira o Marquez de Pombal e tanto que mezes depois a villa de Aveiro era elevada á cathegoria de cidade por Alvará de 11 d'abril e Carta de Lei de 25 de julho de 1759. O primeiro d'estes documentos principia assim:

«Eu El-Rei: Faço saber ao que este Meu Alvará virem, que considerando Eu a situação natural, Povoação e circumstancias, que concorrem na Villa de Aveiro, e nos seus Habitantes; e folgando pelos ditos respeitos, e por outros que inclinaram a Minha Real Benignidade, de lhes fazer honra, e mercê, Hei por bem e Me apraz que a dita Villa de Aveiro do dia da publicação d'este em diante fique erecta em Cidade, e como tal seja denominada, e haja todos os privilegios, e liberdades de que devem gosar, e gosão as outras Cidades d'este reino.»

Como se vê a villa de Aveiro ficou sendo cidade de Aveiro, mas passados annos alguém phantasiou que a villa d'Aveiro passara a ser a *cidade Nova Bragança* e, o que é certo é, que muitos acreditaram na mudança do nome e como tal corre em obras impressas. Tem-se dito que o nome de Aveiro foi mudado para o de Nova Bragança, por os aveirenses assim o requererem e para se fazer esquecer o título do duque de Aveiro, e que a nova denominação subsistira até á morte de D. José, sendo-lhe então restituído o antigo nome pela rainha D. Maria I. Nada d'isto, porém,

é verdade. Aveiro nunca foi Nova Bragança. Não existe documento algum que o atteste.

Perpetuando a memoria dos duques de Aveiro, como donatarios d'esta cidade, existe ainda em differentes locaes d'ella, o seu brazão.

Os Sousas, esses, estão hoje representados pelo sr. D. Caetano Segismundo de Bragança, a quem pertencem os titulos, de conde de Miranda do Corvo, marquez de Arronches e duque de Lafões. Em Aveiro não possuem hoje propriedades algumas, e do palacio que aqui tiveram e que hoje pertence ao sr. Manuel Ferreira Corrêa de Sousa, foi ha muito apeado o seu brazão. Mas o mesmo existe, porém, no fecho do arco cruzeiro da egreja de S. Domingos e na capella-mór da mesma egreja sobre o tumulo de D. Catharina d'Athayde.

Representantes da familia de Ruy Pereira de Miranda, senhor d'Ilhavo, são hoje os filhos do 1.º conde de Carvalhaes, D. José Maria d'Almada Castro Noronho da Silveira Lobo, que foi o 13.º e ultimo senhor d'aquella villa.

A geração dos Alpoins, essa, é ha muito extinta; o morgado instituido por Affonso Domingues, de Aveiro, de que elles foram administradores, pertence hoje todo ou em parte á sr.ª Condessa de Camarido, que o hoave por herança de seu tio e marido Bernardino Freire de Andrade. Em Aveiro, não se encontra hoje em parte nenhuma o seu brazão nem mesmo resta noticia de que, em tempo algum aqui existisse.

Dos Tavares é representança o sr. D. Duarte Manuel de Noronha (Atalaia), pelo seu casamento com a ex.^{ma} sr.ª D. Maria Bernardina de Mendença

Côrte-Real de Sousa Tavares, neta e unica representante de Diogo de Mendonça Côrte Real e de sua mulher D. Maria Bernardina de Sousa Tavares, senhora de Mira.

Do magnifico palacio que em Aveiro tiveram os Tavares, nada hoje resta. Convertido em paço episcopal, uma parte foi inteiramente reconstruida no principio d'este seculo, pelo segundo bispo d'esta hoje extincta diocese D. Antonio José Cordeiro, e a restante que, eram os jardins que se levantavam sobre a antiga Porta da Ribeira foi demolida em 1855.

Tem se dito que na parte do palacio, reformada pelo bispo, existia um brazão, e, que este fôra picado em 1759 em virtude da sentença que condemnou os implicados no crime de regicidio contra D. José I, por ser o dos Tavoras. Isto não tem razão de ser. No palacio dos Tavares a existirem algumas armas eram as suas, isto é,—em campo de oiro cinco estrellas de vermelho de seis pontas, em santor; timbre um cavallo nascente de vermelho, sellado com peitoral, cascadeis e freio de ciro.

Os Tavares estavam, é verdade, alliados. além d'outras familias illustres, com os Tavoras, porém nunca usaram das armas d'esta familia que são como é bem sabido—em campo de oiro cinco fexas de azul ondadas de agua; timbre um delphim de sua côr sobre uma panella de ramos vermelhos, floridos de lizes de oiro.

As armas dos Tavares, existem hoje apenas em Aveiro, no mausoleu que os mesmos tem na capella-mór da egreja de Jesus e n'uma meridiana que outr'ora

pertenceu ao jardim do seu palacio e está presente-mente junto á fonte da Praça do Commercio.

Dos Lemos, além de Duarte de Lemos, que foi um dos mais denodados e leaes partidarios do prior do Crato, são para lembrar como adeptos da mesma causa seus irmãos Manuel de Lemos e Antonio de Lemos. Aquelle nomeado por D. Antonio juiz de fóra de Coimbra em 26 de julho de 1580 (1) e este, pelo mesmo principe escolhido para capitão general da mesma cidade, comarca, e villa de Aveiro. (2)

Com relação a Duarte de Lemos encontrei o seguinte n'uma curiosissima memoria genealogica da familia Lemos, que me offereceu o sr. D. Ruy Lopes de Sousa Alvim e Lemos de Carvalho Vasconcellos e Menezes, actual representante, por varonia, d'esta familia por tantos titulos illustre:

«Honrado e verdadeiro portuguez, seguiu com a mais viva dedicação o partido de D. Antonio, prior do Crato, com sacrificio da sua fortuna e desprezo da propria vida. A' frente dos seus creados, escudeiros e vassallos e secundado por seus irmãos, que lhe imitaram o exemplo, combateu denodadamente pelos direitos d'aquelle infeliz Principe, de cuja causa foi um dos mais celebres caudilhos, e como tal, incansavel na lucta e fiel na adversidade, jámais curvou a cerviz ao ominoso jugo castelhano.

Foi em 1582 que sahindo de Coimbra e che-

(1) Indices e summaries dos livros e documentos da camara de Coimbra etc., fasciculo I, pag. 5.

(2) Documento do archivo municipal de Aveiro publicado adiante.

gando ao meio da ponte, viu entrar por ella, do lado do sul, a Philippe II de Hespanha e I de Portugal. Preferindo a morte a tirar o chapéu ao usurpador, se atirou a cavallo da ponte abaixo, com grande pasmo e admiração do rei e seus cortezãos. Deteve-se o cortejo, e perguntando aquelle aos que o rodeavam quem era o temerario cavalleiro, informado por elles, proferiu estas palavras: «E' a raiva de Goes! (1)

De tudo isto lhe resultou uma activa perseguição, chegando a ser condemnado á morte, cuja pena lhe perdoou o cardeal Alberto pelos expontaneos regos de Maria da Visitação, freira da Annunciada.

Duarte de Demos reunia á sua coragem e decisão uma extraordinaria força.

Conta-se que de uma das vezes que foram tropas em sua perseguição, andava elle, disfarçado em lavrador, abrindo regos n'um campo; interpellado ácerca do caminho mais curto para o palácio dos senhores da Trofa, com uma das mãos levantou o arado, servindo se d'elle desembaraçadamente para lhes indicar a direcção, de que aliás se desviaram com grande surpresa e medo.

Duarte de Lemos casou com D. Maria de Tavora, filha de Jorge Garcia Maldonado e de D. Isabel de Tavora. D'este casamento houveram filhos em que se continuou a varonia de Lemos até Bernardo Manuel de Carvalho e Lemos Vasconcellos e Almeida. 10.º senhor da villa da Trofa por confirmação d'el-rei D.

(1) Duarte de Lemos era neto dos senhores de Goes, inimigos declarados de Castella.

José I, 2 de novembro de 1757. Por morte d'este 3.º neto de Duarte de Lemos, passou a varonia dos senhores da Trofa, por não haver deixado successão, para os Bardonhos da casa de Santar, em virtude do casamento de Xavier Francisco de Sousa Menezes, segundo filho de Bernardo Carvalho e Lemos, 8.º senhor da Trofa e de sua mulher, com D. Francisca Margarida de Sousa, filha unica e herdeira de Diogo Lopes de Sousa Alvim, fidalgo cavalleiro e, 18.º sr. da casa e terras de Bordonhos, de que hoje é representante por varonia o sr. D. Ruy Lopes de Sousa d'Alvim e Lemos de Carvalho e Vasconcellos, Commendador da Ordem do Santo Sepulchro, 22.º senhor da casa de Bordonhos, 14.º e ultimo administrador do morgado do Pinheiro e 9.º do de Santar.

Não obstante a varonia dos Lemos passar aos Bardonhos no senhorio da Trofa veio a succeder D. Joanna de Roxas e Lemos, irmã de Bernardo Manuel de Carvalho e Lemos Vasconcellos e Almeida, que casou com Francisco Luiz Pequeno Teixeira Bahia, senhor dos morgados de Bustello e Adães.

D'esta familia extingue-se a successão na actual sr.ª marquezia de Rio Maior, D. Maria Izabel de Lemos Roxas Carvalho e Menezes, dama de honor de Sua Magestade a rainha D. Maria Pia, filha unica e herdeira dos 2.ºs marquezes de Bemposta e 2.ª neta de D. Joanna de Roxas e Lemos.

Os bens patrimoniaes da casa da Trofa esses tiveram destino diverso. Em virtude de disposição testamentaria de Bernardo Manuel de Carvalho e Lemos Vasconcellos e Almeida, foram divididos em tres partes, pertencendo uma á casa do Covo, outra á de

Santar e a terceira ao prior da Trofa, Antonio de Naples Lemos Menezes.

Este, que era sobrinho do testador legou por sua morte tudo que havia herdado da casa dos Lemos, e de que uma parte era o palacio e quinta annexa, a seus criados. Esta disposição foi contestada por Rodrigo de Sousa Tudella de Castilho e sua esposa (da Casa do Atalho—Agueda) que allegaram não estar o mesmo em pleno uso das suas faculdades, devendo por isso succederem na herança seus filhos como herdeiros de sua mãe, sobrinha do referido prior. Correu o pleito que não chegou a ser julgado, por haver antes uma composição de que resultou ficarem os criados do prior com as ruínas do palacio e quinta, e os Tudellas com as outras propriedades. Rodrigo de Sousa Tudella de Castilho reivindicou ainda para si os direitos de jazigo que os antepassados de sua esposa tinham na igreja da Trofa, e quiz alli ser sepultado, como o foi com effeito em 1849 em que falleceu. Talvez fosse por sympathia, inspirada pelo nobre proceder de Duarte de Lemos, que Rodrigo Tudella, como elle cortezão do exilio, se fez sepultar sob as mesmas abobadas. A meio da capella-mór, uma grande lapide sem brazão ou epiaphio algum, cobre as cinzas do valente paladino (1) do ultimo rei absoluto de Portugal.

(1) Rodrigo de Sousa Tudella do Castilho tendo sentado praça como cadete foi promovido a alferes em 28 de março de 1820. Em 1828 seguiu o partido de D. Miguel e quando em 1832 desembarcou no Mindello o exercito liberal tinha o posto de tenente coronel de infantaria e commandava o regimento de milicias de Tondella. Em 8 de setembro d'este anno fazia parte com o seu regimento da 2.^a divisão do exer-

A capella-mór da egreja da Trofa, é já de per si um monumento muito apreciavel; toda de calcareo d'Ançã é em estylo renascença, sendo a execução de todos os ornatos primorosa.

Dos Alpoins quem mais se salientou nos acontecimentos de 1580, seguindo o partido de D. Antonio, foi Pedro de Alpoem. D'elle escreveu Camillo Castello Branco:

cito de D. Miguel, então commandada pelo brigadeiro Nicolau de Abreu, e com elle tomou parte na acção d'este dia, em que, como diz um escriptor miguolista (Francisco Antonio da Cunha de Pina Manique—*Portugal desde 1828 a 1834*, pag. 213) «obriram se nos dois campos milagros de gentileza». Uma bala esmigalha o braço direito do bravo Bernardo de Sá Nogueira e tres deixam como morto o valente Rodrigo de Sousa Tudella de Castilho. D'elle escreveu Soriano na sua *Historia do cerco do Porto*: «Os muros da cerca (do convento da Serra do Pilar) foram arrombados em tres partes, e o logar da Eira bravamente accommettido pelo coronel de milicias de Tondella, Rodrigo de Sousa Tudella, que avançando afoito á queima roupa, cahiu atravessado por tres balas de fuzil, cuja quéda, espalhando grande terror entre os seus, os levou a desistir da empreza, indo elle expirar a Grijó dentro de tres dias». — (Edição de Lisboa—1849.—vol. II, pag. 25). Rodrigo Tudella não morreu dos ferimentos; o proprio Soriano o affirmou depois (*Historia da guerra civil—3.ª epocha—tomo IV*, pag. 49). Em 6 d'agosto de 1833 foi promovido a coronel e nomeado commandante do regimento de infantaria n.º 13. Em maio do anno seguinte commandando a 3.ª brigada do exercito de operações no Alentejo, sendo cercado em Castello de Vide pelas tropas hespanholas do commando do general Rodil foi obrigado a depôr as armas. A capitulação que é assás honrosa para os vencidos foi assignada em Portalegre a 24 de maio. (Vide *O Portugal velho* n.º 584 de 15 de maio de 1843).

«Acclamou o em Santarem; fêl-o bemquisto da mocidade academica do Coimbra, seguiu-o na fuga, depois da derrota de Alcantara, até Vianna do Minho; e d'ahi, como o infante se agasalhasse em seguro abrigo, voltou a Lisboa a negociar-lhe a emigração em navio estrangeiro. Colhido de sobresalto n'esta deligencia, foi posto a tormento. Confessou que viera a Lisboa afim de arranjar a passagem do principe: não lhe arrancaram, porém, as torturas o segredo do esconderijo de D. Antonio. Ameaçaram-n'o com a decapitação. Pedro de Alpoem sob-poz o pescoço ao cutello do verdugo e pereceu com o segredo do asylo do seu rei. Estremada probidade, que só por si nobilita o nome portuguez, aviltado pelo maximo da fidalguia bandeada com o usurpador!

Entristecia-me a mingoada noticia que os historiadores nos transmittiram de tão memoravel sujeito. E esse pouco foi dadaiva de Herrera (*Cinco libros de la historia de Portugal*, liv. III) de Faria e Souza (*Europa portugueza*, tom. III, part. I, cap. IV), e do opusculo francez intitulado *Briefve et sommaire description de la vie et mort de D. Antoine, premier du nom et dix-huitième roy de Portugal*, impressa em Pariz, no anno de 1629.

Uma vez folheando a *Bibliotheca lusitana* vi o nome e appellido do leal amigo de D. Antonio.

Senti uma d'essas raras alegrias que só entendem os que andam a joeirar o lixo dos seculos por vêr se acham um certo diamante que a maior parte da gente não trocaria por missangas. A noticia que Barbosa Machado me deu, resava assim: *Pedro de Alpoem Contador, natural de Coimbra, doutor em direito cesareo, collegial do collegio de S. Pedro aonde foi admittido no 1.º de janeiro de 1578. Na universidade patria regentou a cadeira de Instituta, que levou por opposição a 18 de outubro de 1572, d'onde passou á doCodigo em 2 de janeiro de 1579. Foi um dos celebres defensores da successão da corôa portugueza a favor da senhora D. Catharina, como tambem do direito que tinha á mesma corôa o sr. D. Antonio, prior do Crato, por cuja causa morreu degolado.* (1)

(1) *Noites de insomnia*, n.º 3, pag. 93 95.

Vê-se d'aqui que Camillo Castello Branco não conheceu uma outra noticia que corre impressa respeitante a Pedro d'Alpoem, publicada anteriormente áquella, e que é a seguinte:

«Pedro d'Alpoem Contador, natural de Coimbra, filho do Antonio d'Alpoem, collegial legista eleito em 1 de janeiro de 1578. Morreu degolado por seguir as partes do sr. D. Antonio.» (1)

Camillo Castello Branco escreveu mais:

«Persisti, assim mesmo, na indagação da linhagem de Pedro d'Alpoem, esperando em descobrir miudezas que realçassem as feições principaes, já de si bastante proeminentes a caracterisai-o. Pouco mais esquadrinhei, senão que foi filho de Antonio de Alpoem e neto de Pedro de Alpoem, e de uma senhora de appellido Caldeira, filha de Affonso Domingos de Aveiro, instituidor da capella de Santo Ildefonso, na egreja de S. Thiago em Coimbra, da qual o justicado amigo de D. Antonio era administrador; e como não deixasse descendencia, o morgadio passou a seus parentes, filhos de Izabel Caldeira, irmã de seu avô, casada com Estevão Barradas.» (2)

Tenho a fazer mais uma rectificação ao mestre, e ao mesmo tempo a mim, e, fazendo-a relembro-me com saudade o agradecimento do que elle escreveu a proposito d'um assumpto identico. O caso foi o seguinte.

(1) *Collecção de documentos e memorias d'academia real de historia portugueza—1725—N.º XXX—Catalogo chronologico dos collegiaes e porcionistas do Collegio de S. Pedro desde o anno de 1574 em que foi restaurado até o presente de 1725, composto pelo doutor Manuel Pereira da Silva Leal.*

(2) *Noites de insomniã n.º 3, pag. 96-97.*

Nos fins de agosto de 1879 publicava Camillo Castello Branco a primeira edição do seu notavel livro *Historia e sentimentalismo—D. Antonio prior do Crato—Eusebio Macario*—em que, na pagina 87 ha esta nota:

«Em um livro publicado em 1875 com o titulo *Memorias de Aveiro* houve grande descuriosidade nas datas. Diz se que D. Manuel em 1530 dera privilegios á cidade de Aveiro. D. Manuel falleceu em 1521, e Aveiro só foi cidade em 1759. Diz que Filippe II lhe concedera titulo de nobre nas côrtes de Thomar de 1582 e privilegios em 1575. N'esta ultima data reinava D. Sebastião, e na primeira não houve côrtes.»

Poucos dias depois do apparecimento do livro publicava eu um folhetim no jornal *O Districto de Aveiro*, onde sob o titulo —*O prior do Crato em Aveiro*—me occupava d'uma passagem d'elle. A proposito d'aquella nota disse alli entre cutras cousas:

«Parece que o sr. Camillo Castello Branco não teve conhecimento dos favores concedidos a Aveiro por D. Filippe, a não ser por um livro que publicámos em 1875 com o titulo de *Memorias d'Aveiro*.

.....

Acceitando as correcções do illustre escriptor, cumpre-nos dizer que nas *Memorias de Aveiro* não se diz que D. Manuel concedeu privilegios á cidade de Aveiro (1) em 1530, para s. ex.^a vir mostrar que haviamos laborado n'um erro, dizendo-nos que Aveiro só fôra elevada á cathegoria de cidade em 1759. O

(1) «D. Filippe I, por provisão passada em Thomar a 15 d'agosto de 1582, concedeu á villa de Aveiro o titulo de nobre e notavel».—*Memorias de Aveiro*, pag. 84.

que dissémos, e hoje repetimos, é que D. Filippe I concedeu á villa de Aveiro todos os privilegios que D. Manuel havia dado a Coimbra: pois a unica mercê que este rei fez a Aveiro foi enviar á camara 10\$000 réis para concerto das suas muralhas.

O sr. Camillo Castello Branco, querendo corrigir o que escrevemos em 1875, errou tambem, e é n'esses lapsos que nos fundamos para asseverar que s. ex.^a teve apenas conhecimento das mercês de D. Filippe por as *Memorias d'Aveiro*. Este monarcha concedeu a Aveiro o titulo de nobre e notavel em 13 de maio de 1581 e não em 15 d'agosto, como affirma s. ex.^a (1).

D. Fillipe tambem não restabeleceu em 1585 nenhuns privilegios concedidos a Aveiro por D. Manuel, como diz o sr. Camillo Castello Branco. O que aquelle monarcha fez, foi conceder, como já dissémos, á villa de Aveiro os privilegios que D. Manuel havia concedido á cidade de Coimbra em 6 de outubro de 1510; e fez isto não em 1585, mas sim em 12 de maio de 1581.» (2)

A isto respondeu o mestre:

«No *Districto de Aveiro* n.º 784, publica o sr. Marques Gomes em folhetim allusivo a certo periodo da parte historica do livro *Historia e Sentimentalismo*. Emenda umas datas mal verificadas—datas que eu copiara do seu livro intitulado *Memorias de Aveiro*, cuidando que o estudioso escri-

(1) Transcrevia em seguida a provisão de D. Filippe, que publicaremos adiante.

(2) Dava tambem na integra o proprio documento que o leitor encontrará tambem adiante.

ptor, tendo á mão os documentos, não lhes erraria os algarismos por insufficiencia de attenção.

Dissera o sr. Marques Gomes: *D. Filippe I por provisão passada em Thomar a 15 d'agosto de 1582 concedeu á villa de Aveiro o titulo de nobre.* Corregi o anno, pondo 1581; mas devia tambem, segundo escreve o sr. Marques Gomes, corrigir o mez e o dia. Transcreve agora o documento existente no archivo municipal; mas a data do documento é *treze dias do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1581* Parece, pois, que a provisão é de 13 de janeiro não de maio, como reconsidera o sr. Gomes; mas isto não pode ser porque as côrtes se abriram em 20 de abril.

Escreve o sr. Gomes: *D. Filippe tambem não restabeleceu em 1585 nenhuns privilegios concedidos a Aveiro por D. Manuel, como diz o sr. Camillo Castello Branco.* Ora o sr. Gomes nas suas *Memorias*, tinha escripto: *O mesmo D. Filippe por carta passada em Lisboa a 22 de dezembro de 1585, confirmou todos os privilegios que tinham sido concedidos a Aveiro pelos reis passados.* Tal qual o que eu dissera atido a supposição de que o curioso investigador, escrevendo em Aveiro, tivesse presentes os documentos originaes que, pelos modos, só consultou um pouco tardiamente, depois de ter publicado o seu interessante livro. Notei na *Historia e Sentimentalismo* alguns lapsos de data; mas eu não podia imaginar que todas estivessem erradas: acceitei as que julguei immediata copia do archivo municipal. Agradeço entretanto ao sr. Marques Gomes a modestia rara de se corrigir para que eu, alguma vez, aproveite na reimpressão do meu livro as correções que s. ex.^a fez ao seu.» (1)

No que escrevi em 1875 ha apenas a corrigir as datas, que são 1510 e não 1530 e bem assim 1581 e não 1585 como por lapso typographico saiu nas *Memorias de Aveiro*.

A provisão de D. Filippe de 1581 é como af-

(1) *Narcoticos*, tom. II, pag. 263 264.

firmei de 13 de maio e não de 13 de janeiro como queria o mestre.

Não escrevi nas *Memorias de Aveiro* que D. Manuel concedera privilegios a Aveiro, e se o dissesse não diria a verdade; por isso é que escrevi no folhetim em que me occupei do livro *Historia e Sentimentalismo* que o mestre havia errado n'esta parte. Elle quiz defender-se com o meu proprio livro, transcrevendo d'elle: «*O mesmo D. Filippe, por carta passada em Lisboa a 22 de dezembro de 1585 confirmou todos os privilegios que tinham sido concedidos a Aveiro pelos reis passados*». Tal defeza, porém, nada lhe aproveita; quem abrir as *Memorias de Aveiro* na mesma pagina em que isto se lê, pode ver ahi tambem o que então escrevi e foi que, a Aveiro tinham sido anteriormente dados por D. Filippe *todos os privilegios que tinham sido concedidos a Coimbra por D. Manuel*. (1)

No archivo municipal não encontrei os originaes das provisões, mas estas felizmente estão transcriptas no *Livro do registo*, n.º 1.º, o qual começado a escrever em 1693 vae até o fim do seculo XVIII. Alli, conjunctamente com a provisão de D. Filippe de 12 de maio de 1581, vem a de D. Manuel de 6 de outubro de 1510, concedendo privilegios á cidade de Coimbra, os mesmos que aquelle rei depois concedeu a Aveiro, e, uma outra de D. João III de 7 de julho de 1530, confirmando esta.

Quando em 1875 escrevi as *Memorias de Aveiro* estava doentissimo, e só de longe em longe me era dado o empregar algumas horas no exame do archivo

(1) *Memorias de Aveiro*, pag. 84.

municipal, por isso não pude então lêr todas as provisões; as tres pareceram-me serem apenas duas; copiei a data final que, é a da provisão de D. João III, e escrevi que D. Manuel havia concedido privilegios a Coimbra em 1530, quando é certo haver o mesmo rei fallecido em 1521.

Já lá vão quasi vinte annos, e eu apesar do favor publico com que foram recebidas as *Memorias de Aveiro*, pois a edição não obstante ser grande esgotou-se em menos d'um anno, ainda as não reimpremi; d'esta falta me accuso, e, d'ahi a impossibilidade de expurgar o livro não só d'estas incorrecções como de outras que, por lá vegetam.

Camillo Castello Branco foi mais feliz, e n'esta parte eu tambem. O livro *Historia e Sentimentalismo* pouco depois de se trocarem aquellas explicações entre mim e o mestre, teve uma segunda edição e, n'esta, Camillo Castello Branco não só fez as correccões que eu lhe havia indicado, mas até eliminou por completo a nota que, me diz respeito, e que transcrevi da primeira edição. Esta prova de consideração que recebi do mestre tenho a como um dos meus triumphos litterarios, vanglorio-me com ella; deixem-me ter esta vaidade, tambem é a unica que tenho.

Mas voltemos aos Alpoens, á rectificação que, disse, ia fazer a Camillo Castello Branco e a mim proprio.

Pero d'Alpoem, que casou com Isabel Caldeira, não pode em caso algum ser o genro de Affonso Domingues, nem tão pouco aquella dama ser filha d'este meu illustre patricio.

Pero d'Alpoem, m arido de Isabel Caldeira, pae de Antonio de Alpoem, e portanto avô de Pedro d'Al-

poem parcial do Prior do Crato, era terceiro neto e não genro de Affonso Domingues.

Estava já impressa a parte que n'este livro consagro aos Alpoens (1) quando vim no conhecimento d'este facto. Revelou-mo uma nota inserta no interessantissimo trabalho de investigação historica do sabio lente da faculdade de theologia da Universidade o sr. dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos, agora publicado e que tem por titulo—*Evolução do culto de D. Isabel de Aragão [esposa do rei lavrador, Dom Diniz de Portugal] a Rainha Santa.*

Cita-se alli (2) uma escriptura lavrada em 20 d'agosto de 1530 pela qual se auctorisa a transmissão de certo praso que faz *Isabel Caldeira, viuva de Pedro d'Alpoem*, casada em segundas nupcias com Estevão Barradas, cavalleiro fidalgo da casa d'el-rei, em favor e como dote de sua filha Maria d'Alpoem, que casou com Duarte de Rezende.

Vê-se, pois, que Isabel Caldeira não foi irmã de Pero d'Alpoem, como disse Cawillo Castello Branco, mas sim sua esposa.

A este Pero d'Alpoem, fez Diogo de Sá venda do dominio util de certa propriedade, por escriptura de 16 de outubro de 1524, portanto se fosse elle o genro de Affonso Domingues, sua mulher devia contar já então mais d'um seculo. quando é certo que por morte d'aquelle ainda passou a segundas nupcias.

Pedro d'Alpoem, justicado em 1580 cu 1581, era portanto quinto neto de Affonso Domingues, e

(1) Pag. 356 a 365.

(2) Tomo I, pag. 226.

não bisneto como disse Camillo Castello Branco e eu repeti também. Seu pae Antonio d'Alpoem, foi eleito *almotacé* conjunctamente com Simão Vaz de Camões, o pae do nosso immortal epico, na vereação da camara de Coimbra de 1 de outubro de 1567. (1)

*

Dos Couceiros, quem em 1580 seguiu em Aveiro o partido do Prior do Crato, foi Matheus Couceiro, e dos Barretos quem pugnou aqui pelos direitos do mesmo principe á corôa de Portugal foi Antonio Barreto. Aquelles estão hoje representados pelo sr. Francisco Manuel Couceiro da Costa, ultimo morgado de Villarrinho, e estes pelo sr. Cazimiro Barreto Ferráz, commendador da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, visconde da Granja, em verificação da segunda vida concedida a seu pae o 1.º visconde da Granja, e par do reino por successão.

Mostrei quaes os elementos com que em Aveiro podia contar o partido de D. Filippe e o do Prior do Crato, e quaes os parciaes d'um e d'outro; vejamos portanto agora como se pozeram em pratica aquelles elementos e como estes conseguiram a acclamação de um e d'outro como reis de Portugal, pois ambas ellas se fizeram aqui.

*

Havendo fallecido o cardeal rei em 31 de janeiro de 1580 assumiram o supremo governo do reino

(1) *Indices e summarios dos livros e documentos mais importantes do archivo da camara municipal de Coimbra—segunda parte do inventario do mesmo archivo—Fasciulo I, pag. 5.—Obras de Luiz de Camões, pelo Visconde da Jorumenha, tom. V, pag. 316.*

os governadores, que o mesmo em vida para esse fim nomeara, e eram o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá, D. João Tello de Menezes e Diogo Lopes de Sousa.

Vendidos na sua maioria a Castella, um dos primeiros actos dos governadores foi o pensarem no modo de se desfazerem das côrtes, ao tempo reunidas em Almeirim, como um dos maiores estorvos á realisação dos seus secretos designios.

O que a principio fôra apenas ideia dos governadores passou depois a ser ordem terminante de Castella, pois D. Christovão de Moura impôz a estes a immediata dissolução dos Estados, o que elles submissamente realisaram depois de vergonhosas tentativas para chamarem a si o braço popular, que foi o que, se mostrou mais independente e audaz, e de quem apenas tinham a receiar.

Rebello da Silva, em quem esperava encontrar larga noticia sobre facto tão importante como foi a dissolução das côrtes de Almeirim, é extremamente conciso, parece até que ignorou a epocha precisa em que ella se deu. «Por fins de março, escreve elle, (1) o braço popular achava-se reduzido a trinta deputados, o da nobreza a nove fidalgos, e o ecclesiastico a tres prelados». Passadas duas paginas diz: «Por fim decidiu-se (o governo) a despedir o golpe, e, para de alguma fórma lhe moderar a violencia, resolveu que dez procuradores continuassem no exercicio do seu

(1) *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tomo II, pag. 119.

cargo popular devendo todos os outros recolher-se ás suas casas.» (1)

Parece deprehenler-se d'isto, que a dissolução dos estados se realisou em abril ou maio, quando é certo que foram dissolvidos em meados de março, como se prova com documento que segue e que, encontrei no archivo municipal d'esta cidade:

Os governadores e defensores destes Reinos e domínios (domínios) de portugal & fazemos sabr^e a vos Juiz vereadores e procurador da uilla daueiro que por sermos certificados que as cortes que elRey dom anrique noso-sõr que ds tem mãdou ajuntar nesta vila dalmeirin erão acabadas e as prações findas así por ser falecido ElRey que ds tem como por çesar a causa pã que forão justas e pla obrigação que tínhamos ás auermos que acabadas por aliniar os pouos da muita opresão que recebem e grande gasto que fazem no prouimento dos procuradores em tal tp.^o e p'r que he necessario pedirselho ajuda pa defensão do Reino e também por serê das principais pesous das çidades e vilas de que uierão, seria nelas sua asistencia de muita inportancia pã a defensão e bom gouerno da terra p'r todas estas rezões e outros respeitos asentámos que se deuião as cortes de desoluer e irense os procuradores embora pã suas casas e só ficar numero deles competente pã melhor se poderem agasalhar nos lugares pã que nos pasarmos em quãto a çidade de lix.^a estouer impedida do mal de peste de que nos ds liuro, que necessariamente hão de ser pequenos o de pouco gasalhado pã lembrarem e requererem o que lhes parecer que conuen e lhes podermos comunicar as cousas que se oferecêrê e nos poderê auisar do que cumprir que da nosa parte faremos como lho sinificamos, de que nos pareceo uos deuíamos auisar pã saberdes as causas que nos a isto mouerã e vos encomendamos tenhaes muito cuidado do nos auisar sempre do que pã effeito da defensão vos parecer que convê

(1) Obra citada, pag. 121.

como de uos esperamos, e auendo algũ caso de tanta Importancia que seja necessario ajuntarensẽ cortes e pã iso tenhaes recado noso vos lembramos que as pesoas que pã iso enleghedes deuẽ ser as mesmas que agora uierã p'la notiçia que ten dos neg.^{os} e por serẽ taes que folgaremos senpre de com eles tratar os mais (sic) Jeronimo de... o fez d'almeyrin Xiij de março de mil Dlxix. Aluaro fêz a fez... e aos ditos p.^{as} pagareis os ordenados que tiuerem uencidos ate dez dias do mez dabrill que podem ir a suas casas—diz no emendado pera—do, abrill—O Arcebpõ de lisboa † Dõ João Tello... D^o lopes de Sousa p.^o barbosa... Jeronimo p.^{ra} de Saa (?) Nas costas: Por os g.^{ores} Ao Juiz vereadores e procurador da Villa daVeirol.

Julgo que Rebello da Silva, nunca leu nenhuma d'estas cartas, que decerto se hão-de encontrar em differentes archivos do reino. Impressa não tenho noticia de que nenhuma o fosse. Ayres de Campos promettia publicar nos Documentos do *Supplemento* aos seus *Indices e Summarios* (1) a que se guarda no archivo da camara de Coimbra, e que é datada de 15 de março de 1580 mas não chegou a realisar a promessa.

Rebello da Silva não estudou a epocha que se propôz historiar, á luz dos documentos; não foi como Herculano devassar os segredos dos archivos, contentou-se o mais das vezes com o que encontrou impresso. Na maioria dos casos não profundava muito as materias, não as investigava, nem tão pouco procurava comproval-as; este mesmo juizo faz d'elle um dos seus biographos mais entusiasmados—o sr. A. X. Rodrigues Cordeiro. (2)

(1) Obra citada, fasciculo I, pag. 41.

(2) *Novo almanack de Lembranças luso brasileiro para o anno de 1874*—Lisboa 1873—pag. 8.

Sobre a dissolução das côrtes d'Almeirim e bem assim na narração de muitos outros factos relativos a conquista de Portugal por Philippe II não fez mais do que repetir o que escreveram Conestagio (1) e Herrera (2).

E para prova d'isto compare o leitor o que, escreveu Rebello da Silva e eu transcrevi e, o que, diz o primeiro d'aquelles historiadores que, é o seguinte:

«Dieron cuenta desto à los Gouernadores, los quales teniendo harto temor de algun escándalo, por la inquietud con que procedian los del estado popular, y la arrogancia con que tratauã estas cosas. Lo primero que hizieron, fue procurar que se ampliaffen los poderes que les autu dexado el Rey don Enrique; y no lo auiedo querido conceder, declararon las Cortes por acabadas, despidiendo à los Procuradores, excepto à diez, para tratar con ellos lo que conuiniere.» (3)

*

Uma das queixas das côrtes, ou antes do braço popular contra os governadores, era a inercia com que elles cuidavam da defeza do reino, ameaçada pelos preparativos bellicos de Castella. A isto respondiam que, iam cuidar da reparação das fortalezas que guarneciam a entrada da barra de Lisboa e as margens do Tejo (4) e, na verdade alguma cousa fizeram; a camara de Aveiro dirigiram esta carta, que é testemunho d'algumas das providencias adoptadas:

(1) *Historia de la Union del reyno de Portugal a la corona de Castilla*.—Barcelona 1610.

(2) *Cinco libros de Antonio de Herrera de la Historia de Portugal, y conquista de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*.—Madrid 1591.

(3) *Cinco libros, etc.*, pag.

(4) Rebello da Silva—Obra citada, pag. 24.

«Nos os governadores e defensores destes Reinos e senhores de portugal fazemos saber a vos c.^{or} da comarca da cidade de coimbra ou a quê o dito cargo aja que p.^a guarda e defensã do porto da cidade de lisboa e armadas q. cumpre q. se façã para as costas destes Reinos e asi p.^a irê às ilhas esperar as náos q. este ano cõ... ajuda do nosso S.^{or} hã de vir da India sã necessarios mt.^a soma de nauios alem dos q. de presente ha no porto da cidade de lisboa. pelo que vos encomendamos e mandamos que tanto que vós esta for apresentada logo sem dillaçã alguã vos informeis das náos que ha no porto da villa davr.^o e ribr.^a de mondego e delles tomeis empraseis des naos as de mais pórt e milhores q. ouver no rio e q. melhor sofrã artilharia e aos mt.^{os} e (senhores?) delas direis como sã p.^a defensã destes Reinos q. por tão elles as apceb.^{am} com mt.^a brevidade da gente e mâtimentos o a mais artilharia e armas q. tiverê e poderê e de tudo o mais que for neceçario para sua navegaçã e defensã e faltando lhe gente ou allguas das ditas coisas vos emprasareis e tomareis para iso — porto q. avemos por certo q. sendo para tale effeito follguarã todos de servir como de bõs portugueses e lleasvassallos se espera e ao mt.^a de cada hũa das ditas náos fareis dar cincoenta crusados p.^a ajuda de se apceber os quaes para iso entreguarã o executor do almoxarifado de coimbra pela provisã q. ê esta san cõforma a ella e tão q. as ditas des náos forê prestes q. sera cõ toda a brevidade possivel as fareis partír (e versêa?) entrada da bara da cidade de lisboa e deixarseã ficar ancoradas ê paco darcos e dahi nes farã a saber como sã chëgadas p.^a mädarmos o q. hande fazer e vira com ellas F... q. ha algûs anos q. veho cõ outras náos ao porto de lix.^a para q. cõ este ir huã carta nossa que lhe dareis e tendo o dito F... algû impedimento tal q. justamente o possa escuzar da dita vinda vai outra carta com nome em branco q. dareis ha allgûa outra p.^a de callidade e conhecido dos (traseuntes?) e ê q. follguê de vir e por este negocio ser de tale calidade e q. tão val o tomareis a vosso cargo como a principal couza da vossa obrigaçã e vos ireis logo a dita villa davr.^o e ribeira do mondego a este negocio desocupan-

dovos para isso de quaesquer outros q. tiverdes por graves q. sejã pela mt.^a importancia de que este he por estas nãos serê p.^a defensã e conservaçaõ do reino q. he couza q. mt.^o deve de obrigar a todos o follguarê de niso servir e vos tãbem de o fazer como vos encomendamos mt.^o q. façaes lem. brãdovos que o q. mt.^o importa he a brevidade por q. estã por oras e ha perigo na tardança esp.lte em (allmeirim?) a ley de março de 880 e a todo algum q. se digo e avindo als guns q. se não satisfaça cõ os cincoenta crusados lhe farei dar o mais q. vos parecer p.^a q. não aja impedimt.^o algum a partirê e sejã no porto de lisboa ate dez dabrile frc.^o de Sa—domi.^o tello—di.^o lopes de Souza a ql. provisã eu Ant.^o (daraujo?) sep.rivam da camara tresladei da propria que tors nei ao dito C.^{or} certificado asi Avr.^o aos nove dias do medabrile de 1580 anos e a concertei com outro abaixo asinado Ant.^o (daraujo?) Frc.^o Rois.»

*

Não é meu proposito seguir passo a passo a historia dos acontecimentos que se deram em Portugal em 1580, mas tão sómente indicar aquelles de que Aveiro foi testemunha, ou que, com ella tiveram immediata relação; portanto se o leitor encontrar lacunas, e ha-de encontral-as e grandes, não me accuse de demasiado conciso, pois aqui, faço apenas a historia de Aveiro n'um determinado periodo; a do paiz relativamente ao mesmo periodo, essa já está ha muito escripta, além d'outros escriptores de menos nomeada, pelos sr. Rebello da Silva e Pinheiro Chagas; a d'esta cidade é que o não estva.

Aveiro reconheceu e acclamou rei de Portugal a D. Antonio, Prior do Crato. O facto é pouco sabido, não tenho mesmo noticia de obra portugueza ou estrangeira que o indique. Acclamou e reconheceu tambem depois, mas muito antes de terminar a lucta en-

tre o rei nacional e o rei estrangeiro, a Filippe II, e, esta circumstancia aliás importante, tambem nunca foi relatada, pelo menos que eu saiba, e, não foi á mingua de pesquisas para o saber.

Como tudo isto se passou é o que, von tentar mostrar á luz dos documentos que encontrei no archivo municipal, e, que a não serem elles ficaria para sempre perdida a memoria de taes factos qué, se não ennobrecem Aveiro tambem não a amesquinham.

Coimbra foi uma das primeiras terras que abraçaram a causa de D. Antonio, e, o exemplo d'esta cidade foi bem depressa imitado por algumas villas vizinhas. Para alli mandou logo o rei portuguez, como capitão general da comarca a D. Jorge de Menezes. Este delegou o commando em Antonio de Lemos (da casa da Trofa) que, em 2 de julho já se achava em Aveiro providenciando com relação á defeza d'ella, como se vê do documento que segue:

SESSÃO DE 3 DE JULHO

Aos tres dias do mes de Julho de mil e quinhentos e outenta anos nesta villa dav.º nas pouzadas de g.º mis. afonso onde estavã o Sr. Antonio de lemos capitã geral nesta comarca da cidade de coimbra por el Rey nosso Sr. e o Licenciado Gonçallo esteves Juis de fora na dita villa e luis dias bocarro—Miguel pires perera e miguel de moraes V.adores thome de lira p.or da villa por elles todos juntos foi praticado em como se teria a guarda desta villa e asentarã o seguinte.

§ que aos sinaes estarã dous homens dos principaes da villa revesados com alguns mais que forê neceçarios—os quaes terã hũa peça d'artilharia com cinco ou seis pipas cheias de tera ou pedra ou de madeira.

§ estará um facho tâbem a vista doutro se pora hũ tiro

que faça sinal aos moradores do termo vendo abaixar o facho a q. acudirá hos capitães cõ suas bandr.^{as} e a gente do arbalde se poderem acolher á villa.

§ q. os capitães cada domingo façã exercicio tendo mt.^a conta em mandar allimpar e aparelhar as armas do que for necegario—polvera, e pellouros.

§ q. as duas varcas de framengos e outras da tera se porã da banda de dentro da bara com artilharia repartida nas quacs naos—avera capitã em cada hũa terã mais em sua companhia vinte homens cada hũa darcabuses a qual gente sera da villa e seu termo—esgueira—villa de milho—Arada—Çosa—Ilhavo—vagos—eixo.

§ q. farã hum forte de terra no roxio da villa para os espingardeiros defenderem e desembarcarem.

§ reforçará os muros e as portas da villa com muita prestesa a custa de sua A. de suas terças.

§ De tudo isto ficara encarregado o Sr. Ld.^o Juis de fora em todas as partes contheudas no regimento de sua A. —elle Juis declarou que a guarda desta comarca era de muita importancia e por esse respeito era preciso socoro e... o o poder d'elle Sr. capitã geral e do Sr. dom Jorge de menezes e que elle Juis ora estudãto e que sua profisã não era entender couzas de guerra e q. em tudo estava prestes p.^a fazer tudo que podese mas que requeria a elle Sr. capitã geral q. não desemparase esta villa e q. hera necegario irce costumãdas estas e outras possoas de sua qualidade para todos lhe obedecerê e asinarã.

De que Antonio de Lemos se desempenhou com muito zelo da missão de que fôra encarregado é prova este documento:

PROVISÃO DE 9 DE JULHO

(EM REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS)

D. Jorge de menezes do c.^o del Rey nosso Senhor e capitã geralle em esta comarqua da cidade de Coimbra &

faço saber ao Sr. antonio de lemos q. por quãto ousou sêmpre nesta cidade em proveito certas couzas q. cumprê mt.º ha defensã della nas materias e couzas q. ao presente se offerecê pela sua defensa e liberdade deste reino de portugale e da dita cidade ao ponto de sair fora.... outro sim ao servico del Rey nosso Senhor e defensã do reino acudir so a bara davr.º com provimento do q. for neceçario p.ª defensã della e dos moradores da villa e dos mais loguares comarcãos a ella pelo que requieiro da parte del Rey nosso Senhor o ê couza tâ importãte do seu serviço e bem destes reinos e da minha peço mt.º por merce ao dito Sr. antonio de lemos acuda no q. cumprir para defensã da dita villa e barra davr.º como capitã geral della e dos mais loguares a ella comarcãos com todos o poderes e all como el Rey nosso Senhor tem cõcedido aos capitaes geraes e a (mi?) como se presente fosse—e por certeza de todo paso a presente p. mi asinada e sellada cõ o sinete das minhas armas dada em coimbra aos nove de Julho —Paulo Cabral. seprivã da camara a fes año de outenta dom Jorge—a qual provisã eu Ant.º (daraujo?) seprivã da camara em esta villa davr.º tresladei da propria q. tornei ao dito Ant.º de lemos (este sig.º?) asi em Avr.º a trese de Julho de 1530 e asinei. Antonio (daraujo?)

O juiz de fóra Gonçalo Esteves esse, ao que se vê, acceitou contrariado a missão de que o encarregon Antonio de Lemos e, nem outra cousa era de esperar do magistrado que devia o cargo que aqui estava exercendo á duqueza de Aveiro, um dos maiores auxiliares de Castella.

A Carta por que aquella o nomeou juiz de fóra de Aveiro é esta:

V^{res} e p^{or} da minha villa daveiro A duqsa Mq.^a de torres nouas eet. Vos emuió minhas emcomêdas. Eu tenho puido (provido) da seruientia de Juiz de fora desa uilla por tempo de tres anos ao Ld.º gç.º esteuez plas boas informa-

que delle tenho de sua uida e letras E incomêduos e mandouos que o recebaes como se de uos espera por que leuarey niso gosto porque eu cõfio delle que uos administrara just^a como deue e com uosa ajuda e fauor tera sempre esa terra em paz e comcordia. Vt^o Lainez o fes em Setuual a X vij de Setembro. 1579. Ha duqsa i marqsa. (1)

Uma das villas que imitaram o exemplo de Coimbra, foi Montemór-o-Velho. Este facto tem passado inteiramente desaperebido; nenhum historiador o menciona, e parece mesmo que, no archivo municipal d'alli nada existe a tal respeito. De que o Prior do Crato foi acclamado em Montemór-o-Velho é porém testemunho este documento passado na occasião e hoje guardado no archivo da camara de Aveiro:

«A quãtos esta certidam virem certifico ser certo comuñdaa c.^o pelo taballiam desta villa de montemor o viego e termos pelo duque dom Jorgui marques de torres novas (2)... que agora sirvo de e (3) privam... na sua coreycã das suas villas do duquado da cidade de coimbra que oje a dous dias deste mes de Julho de 1580 nesta villa solenemente pela camara della Juis e veiradores *fieis* e fidedignos e pesoas nobres e povo della alevantaram por Rey destes Reynos o muito alto e muito poderoso Rey dom Antonio nosso senhor o primeiro deste nome por constar o ser alevantado na villa de sãtarem e nas cidades de Lisboa e Coimbra (por el Rey de castella quebrar os termos da justiça e não querer esperar a sentença na cauza que pendia sobre a sucessão deste Reino e entrar e tomar A cidade delvas e alguas villas dalemtejo deste Reino e cõ isto o alevantarã e juraram por Rey cõ grande aplauzo

(1) Archivo da camara municipal de Aveiro.

(2) Deyo lêr-se aqui o nome do escrivão, porém como está por abreviatura, não se lê.

(3) Parece ser=caide=isto é abreviatura de=alcaide.

do povo e cõ grandes festas e cûtemtamentos. E para comstar disto e o doutor francisco do subralle ouvidor me pedir estre-
srapasei dos Autos y sesou meu poder oje no dito dia mes e
Ano e asinei com o meu sinal.»

Este documento foi o argumento decisivo de que os partidarios do Prior do Crato se serviram para obrigar o juiz de fóra, Gonçalo Esteves, a reunir a camara, clero, nobreza, e povo da villa, e com elles fazer a acclamação d'aquelle, o que fez contrariado tambem, e, d'essa contrariedade tirou grave desforço promovendo dias depois a acclamação de D. Philippe. De como se fez aqui a de D. Antonio consta da acta que, copiei do livro das vereações da camara de Aveiro referente ao anno de 1580 e que, é esta:

«Aos quatro dias do mez de Julho de mil e quinhentos outenta anos nesta villa d'ayr.º na caza da camara estando presentes o doutor Frc.º da Costa ouvidor das villas do duca-
do e terras do Infantado da cidade de coimbra pelo duque marq.^{es} nosso senhor o Licenciado goncallo esteves Juiz de fora desta villa—e luis dias bocaro—miguel pis. perera—miguel de moraes—Vadores—e tomé de lira procurador da villa e mt.^{as} pessoas da governança e mt.^{as} do povo da dita villa por elle doutor ouvidor foi dito que el Rey nosso Senhor dom Ant.º primeiro deste nome era aclamado e jurado e reconhecido por Rey e Senhor destes Reynos de portugale como constava das certi dões e papeis q. apresentava e assim se fisera na nobre villa de santarê onde o dito Senhor Rey estava ao tempo q. se aclamou e jurou e jurará no por constar el Rey dom fellipe ter quebrado os termos da justiça e êtrar com mão armada nestes nosos Reinos e ter retomado a cidade delvas e outros luguares dallettejo sem esperar a sentença que se avia de dar sobre a sucesã deste Reino pela mesma resã a cidade de lisboa e de coimbra e montemor o

velho o aclamatarã e jurarã por Rey como constava das ditas certidões e asi mesmo o tinhã jurado noutras muitas partes villas e lugares deste Reyno pelo que dise elle dito doutor ouvidor e elles Juis Vadores e p.^{as} da governança e mais povo da dita villa diserõ, e declararõ q. queriã aceitar o dit^o Rey dom Ant.^o por Rey e Senhor seu destes Reynos e log^o per elles foi dito q. lhes prasia e erã mt.^o contentes por êten^o derẽ q. darnos noso Senhor tale Rey e apos de tantas nece^ssidades nã era senão darnos esperanças de grãdes quietações e destes Reinos se acrecêtarẽ com grãdes triunfos e vitoriaã pelo que alem desta merce ser gemale nos ha aceitarmos pes gemale e por particular feita a elles—ê fe e testemunho do sobredito o dito ouvidor Juis Vadores e procurador juraro em os santos evangelhos e poserã as mãos de não conhecerem nẽ obedecerem a outro Rei algum se não ao dito Rey dom Ant.^o nosso Senhor e q. estavam prestes para morrer por seu serviço e defensa de seus Reinos e que asi juravã por si e nome do dito povo e logo o dito ouvidor digo Juis Licenciado g.^o osteves como capitã mor q. he desta villa meteu na mã a bandeira das armas reais desta villa a luis dias bocaro Veador mais velho o qual cõ o barete na ma.^m á porta desta camara publicamente e^m. alta vos I outro elles eo povo q. presente estava dise reale reale reale pelo mais alto e mais poderoso Rey dom Ant.^o nosso Senhor Rey de portugale e logo todos em alta vos e cõ mt.^a festa e alvoroço e alegria responderã as mesmas palavras e dahi se forã á Igreja maior dar graças a noso Senhor por tamanha merce e dahi saindo... (1) pelas ruas publicas diserã as mesmas palavras asi o dito Veador mais velho como todos os mais tornarã a dita camara cõ a dita bandr.^a e da janella desta tornarã a repetir as ditas pallavras estando a bandr.^a da dita janella e logo elles Juis digo ouvidor Juis Vadores e procurador do concelho protestarã isto não prejudicar a juridicã do duque nosso Senhor nẽ a suas rendas privilegios e liberdades q. os Reis pasados lhes tinhã outorguado âtes pedẽ a sua Alteza lhe faça

(1) Não se lê.

merce de as confirmar e acrecentar e asinarã estando presentes.....

(Seguem-se algumas assignaturas no corpo e fora da acta e depois continua).

E logo elle dito ouvidor tomou os votos ós principaes da governança a cada hũ pr. si se erã contentes de accitar por Rei e e Senhor a ele Rei dom Ant.º como a cidade de Lisboa e outras principaes do Reino o tinhã aceitado e reconhecido e todos elles a hũa vos com muito alvoroço diserã q. sim e o povo q. presente estava e asinarã os da governança e principaes do concelho em nome do povo Ant.º d... Na Acta de... esprivã da camera o esprevi.» (1)

(Seguem-se trinta e tantas assignaturas hoje, quasi todas inelegiveis).

Vê-se do documento que acaba de lêr se que o entusiasmo popular explosiu expontaneo, e que, a aclamação do Prior do Crato em Aveiro foi como em outras partes filha d'este mesmo entusiasmo, facto que aliás se não repetiu com a do rei estrangeiro. E' que a plebe, como diz Rebello da Silva, sandava aquelle como seu defensor, e alguns mais ousados nas classes medias preferiam-n'o com todos os defeitos ao jugo d'este ultimo. (2)

Referente a D. Antonio, além do que deixo transcripto, nada mais encontrei no archivo municipal a não ser esta acta de vereação:

«Aos vinte sete d'Agosto de mile quinhentos oitenta annos na villa d'Avr.º na caza da camara onde estava o Licenciado gonçallo esteves Juis de fora luis dias bocarro—miguel de moraes Vadores—ho mtr.º thomé de lira procurador do

(1) *Livro das vereações*, ff. 45.

(2) *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tomo II, pag. 324.

concelho hai estava presente o Sr. Antonio de Lemos do Concelho del Rey nosso Senhor capitã digo capitã geralle desta villa davr.º e fronteiro i ella por provisã do dito Senhor Rey: elle apresentou a dita provisã do dito encargo q. adiãte vai tresladada a f. 100 e logo tanto que foi tresladada (1) logo elle Juis Vadores e hos procuradores mandarã assentar as p.ªs nobres da governaçã desta villa he com elles tratou o dito Sr. Antonio de lemos que el Rey nosso Senhor ho mādara a esta villa como capitã geralle desta comarca e fronteiro nesta dita villa davr.º e para nella tratar da guarda he defensão a isso tocãtes-e lhes llêo sua provisã e com elles praticou tudo isso pret.º os te: o que (fiserã?) foi o seguinte q. se tapasê todas as portas e postigos do muro sallvo a porta da ribeira e arcos.» (2)

Por poucos dias, porém, Aveiro reconheceu voluntariamente a realeza do Prior do Crato. Os parciaes de Castella que, aqui havia em numero avultado, não dormiam, enquanto que o povo acclamava jubiloso por essas ruas o filho do infante D. Luiz, minavam elles sem descanso por baixo do chão para alluirem aquella realeza o que, em breve realisaram. Tinham por seu lado, além do donatario, as principaas pessoas da villa e immedições, pois estas na sua maioria pertenciam á nobreza e esta, em todo o reino, como é no geral bem sabido, desamparou ou hostilizou a D. Antonio.

Capitaneados pelo proprio juiz de fóra que havia pouco acclamara o Prior do Crato conseguiram os partidarios de Castella que a camara e os homens

(1) Não apparece este traslado porque falta a folha 100 do livro que com outras foi arrancada como indica a folha 49 que se acha avulsa, e a que falta outra meia folha.

(2) *Livro das vereações*, fl. 61 v.

da governança, esquecessem ou antes calassem re-
ceosos, as acclamações expontaneas com que havia
poucos dias antes saudavam aquelle como seu rei;
acclamassem agora o rei estrangeiro. O documento
que segue, é testemunho de tudo isto:

AUTO DE ACCLAMAÇÃO DE D. FILIPPE II

EM 29 D'AGOSTO DE 1580

«Anno do nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de
mille quinhentos e oitenta anos aos vinte e nove dias do mes
dagosto do dito ano nesta villa daveiro nas cazas da camara
della estando presentes o Ld.^o Gonçallo esteves Juis de fora
—luis dias bocarro—miguel piz. perera—miguel de moraes
Vadores e Mestre thomé de lira procurador da villa e e to-
das as pessoas da governança e mais povo que todos forã en-
timados por sirkullar mtr.^o e por pregões e peçoalmente apa-
recerã a maior parte do povo e foi posto e pratica em como
os dias passados vierã a esta villa hãas cartas del Rey dom
Felipe nosso Senhor q. forã dadas em março pasado ao Juis
de fora desta villa estãdo prezente o Corregedor Paulo godi-
nho da nobrega—e como entenderã que as cartas erã do dito
Senhor o dito Corregedor as tomou por estar asi com alçada
e ter feitos des mille homens na tera de beja e outras partes
e com toda a artilharia q. de lisboa viera as levou disendo
que as avia de mostrar a sua Alteza e esperavam ate gora
lhe tornasê as ditas cartas para saberê o q. avião de diferir
a ellas por has não darê ate gora tomarão conta ao Correge-
dor Amador de queirós q. lhes respondeu q. as não abrira e
q. as não daria a el Rey—e por agora serê informados das
cauzas e resões q. sua magestade dava nas ditas cartas e fa-
vores q. concedia a esta villa e dicisão e título q. tinha para
ser Rey destes reinos de portugalle—o dito Juis Vereadores
Procurador e homens da governança e mais povo lhes pareceu
mt.^o bem e forã mt.^o contentes de aceitarê ao dito Senhor

Rey dom Felliipe por seu Rey e Senhcr e por tale o aceitavã e obedeciã por seu Rey e Senhor e lhe davã suas menagês que loguo jurarã aos sãtos evangelhos e altas vozes diserã viva el Rey dom Felliipe nosso Senhor e asi o fiserã cõ a bandeira reale dizendo as tres vezes reale reale reale por el Rey dom Felliipe nosso Senhor Rey de portugale com festas e (atãbores?) e o asinarã todos Antonio (daraujo?) esp.rivã da camara o esprevi—em nome do povo miudo asinou o procurador da villa—e o sobredito o esprevi.» (1)

(Seguem-se umas quarenta e tantas assignaturas).

Vê-se d'aqui que foi fria, mesmo muito fria, a acclamação de D. Filippe em Aveiro. D'este mesmo documento se depreheude que eram já antigos os trabalhos dos parciaes de Castella para submetter a villa ao poder do rei estrangeiro. De certo com a annuencia de Aveiro já contava D. Christovão de Moura, quando em 5 de março de 1580 annunciava a D. Filippe os esforços que estava empregando para conseguir a adhesão voluntaria de toda a comarca de Coimbra e logares visinhos, e, em um dos quaes, em Montemór-o-Velho, (2) não repugnavam os vereadores a entregar o castello ás tropas hespanholas, obrigando-se até a lavrarem o contracto por escripto.

O facto da acclamação de D. Filippe, ainda assim, não passou sem protesto por parte do povo, que a tempo conheceu a traição que lhe preparavam. O seguinte summario que se encontra no archivo municipal prova-o exuberantemente:

Saibão quamtos este estromento dado e pasado por mandado e autoridade da justiça virem que no ano do naci-

(1) *Livro das veroações*, fl. 62.

(2) Rebello da Silva=obra citada, tomo II, pag. 224.

mento de noso Senhor *Jesu-Christo* de mile e quinhentos e oitenta anos aos dous dias do mes de setembro do dito anno é esta villa daveiro e na caza da cadeia della ahi por ho doutor amador de queiros foi dada a mim taballião a petição hadiante escrita e ao pee della hũ despacho do lecemceado gomcallo esteves juiz de fora em ha dita villa e seu termo pelo duque Dom jorgue marques de tores novas Senhor da dita villa com alçada de sua magestade que todo he ho seguinte—eu Vasquo Ribeiro taballião ho *esprevi* (escrevi.)

petição

Snn.^{or} diz ho doutor amador de queiroz que os soldados desta villa ho prenderão e affrontarão muito gravemente a noite de vinte e oito dagosto por diserem que elle sopliquamte era falço hao serviço dell rei dom *Antonio* e entreguara ho porto a ell rei felipe e asi ihe queria entregar esta villa e pera iso levava a artelharia e hera tredoro ao dito Dom antonio e por iso ho prenderão na cadeia damdo o povo muitos vivas por ho dito rei e que ho matasê por ser do serviço de sua magestade—pede lhe mande preguntar testemunhas e pasar seu estromento que faça fee com seus ditos e recebera justiça e merco.

despacho do juiz.

Preguntemsse as testemunhas que hapresentar e de seus ditos se lhe pase—estromento como pede. esteves.

E loguo no dito dia mes e ano atras escrito em a dita villa daveiro e caza da cadeia dela hai por manol ribeiro taballião em a dita villa como emqueredor por mandado do juiz comiguo tabaliam forão preguntadas as testemunhas seguintes—eu vasquo ribeiro taballião ho escrevi.

t.^a Dioguo llopes caseroiro da cadeia desta villa testemunha «que o dito emqueredor deu juramento dos santos avamgelhos em que pos a mão e o perguntou pelo costume disse nada.

perguntado elle testemunha pelo conteudo na petição disse elle testemunha que é verdade que ha noite conteuda na petiçam elle testemunha ouvira grande honiam e alvo-

roço e berborinho de gente e soldados desta villa e do termo della a porta da cadeia trasendo prezo ao soplucante dando vozes q. o soplucante vemdera a cidade do porto ha ell rei felipe e fora tornado ha ell rei Dom antonio e asi ho tinha feito aveiro por tanto levava a artelharia e pollvora desta villa e por isso ho premderão dando o povo muitos brados de alltas vozes disendo viva ell rei Dom antonio por que amtre tanto ho tinha esta villa por rei dizemdo que matase o soplucante por que era do serviço dell rei Dom fellype noso s.^{or} (senhor) sempre ho matarão e allgûas pessoas cõ ho juiz que com alle vinhão ho não defemderão e all nom dise e asinou —Vasquo Ribeiro taballião o escrevi—Ribeiro Dioguo llopes.

t.^a amgelo doliveira prezo na cadeia da dita villa morador em ha mealhada testemunha que ho dito emqueredor deu juramento dos santos evangelhos em q. pos a mão e o perguntou pelo costume dise nada.

perguntado elle testemunha plo conteudo na petição dise elle testemunha que é verdade que ha noite conteuda na petição levarão prezo a dita cadeia ho soplucante amador de queiroz muita gente do povo e de fora da villa disendo que fora tredo a ell rei Dom antonio que entregara ho porto a ell rei Felipe e asi ho queria fazer a esta villa dando muitos brados e gritos chamando lhe fallço tredo e disendo q. levava a artelharia desta villa pera a êtregar a ell-rei fellype —e all nam dise e asinou—Vasquo Ribeiro ho escrevi—Ribr. —amgelo doliveira.

t.^a Amtonio privado cavalleiro fidallguo da caza dell reo noso Senhor morador em a dita villa testemunha a q. o dito emqueredor deu juramento dos santos evangelhos em quei poz ha mão e o perguntou plo costume dise elle testemunha nada—

e perguntado elle testemunha plo conteudo na petição dise elle testemunha q. é verdade que ha noite que ho causo acommetido pella honiam que elle testemunha vio no povo contra o soplucante amador de queiroz chamando lhe castelhano se metera ê sua caza com medo de lhe darem nelle e estando detras duma guanela ho povo q. ia pella rua junto disia mui-

tos delles viva viva ell rei Dom antonio e outros desião mata ho cao falsario que quer entregar a villa—e all nam dise e asinou. Vasquo Ribeiro taballião ho esp vi—Ribeiro—Amt.^o privado.

t.^a ho Ld.^o (Licenciado) Francisquo coelho aranha morador na cidade de coimbra hora estante nesta villa testemunha a que o dito emqueredor deu juramento dos santos evangelhos em que pos a mão e o perguntou plo costume dise elle testemunha nada—

e perguntado elle testemunha pelo conteudo na petição dise elle testemunha que é verdade q. ha noite conteuda na petição elle testemunha se achou nesta villa e vio muito povo desta villa e de fora della que la andavão soldados a porta suas pouzadas. domde pousava ho sopliquante armados e e altas vozes com piques e lanças e houtras armas disseram contra slllo em altas vozes matallo ladrão tredor que he fallço ao serviço dell rei Dom antonio e quer tregar a cidade do p.^o (Porto) aos castelhanos asi quoria fazer a esta villa e por iso queria levar della a artelharia e por diserê que era castelhano que ho querião mattar e sempre ho figuerão digo ho fizerão seiemte ho não estrovara—e all não dise e asinou Vasquo Ribeiro taballião ho escrevi. Ribeiro —Francisquo coelho aranha.

t.^a affonso daraujo taballião em a dita villa testemunha a que o dito emqueredor deu juramento dos santos evangelhos em q. pos a mão e o perguntou pelo costume dise nada—

perguntado elle testemunha pelo conteudo na petição dise elle testemunha q. e verdade q. ha noite conteuda na petição elle testemunha estava em sua caza e ouvindo ho rebolliço de gente pela villa preguntara que era o diserã geralmente q. ia premder do dito sopliquante hamador de queiroz por querer a artelharia desta villa e entregar a castelhanos como fizerão a cidade do pôrto e que houtro si ouvio diser a dita noite ao povo q. ho sopliquante era tredo a Dom antonio e que houtro si desia a gente que matasê ho sopliquante por q. era tredor e do artigo all nam dise digo por que era tradô a dom antonio e que vivê com elle muitos digo

Dom antonio muitos anos—e all não dise e asinou Vasquo Ribeiro taballiam ho escrevi—Ribeiro—afonso daraujo.

t.^a Joam Ramos holeiro morador em a dita villa testemunha a que ho dito emqueredor deu juramento dos santos avãogelhos em que pos a mão e o perguntou pello costume dise elle testemunha nada.

preguntado elle testemunha pelo conteudo na petição dise elle testemunha que é verdade ha noite conteuda na petição q. o povo premeo ho sopliquante amator de queiroz elle testemunha houvio muito povo desta villa e de fora della dizer em altas vozes que premdesem ho sopliquante porque fora tredor a ell rei Dom antonio e vemdera a cidade do porto a ell rei Dom felipe noso Senhor e o mesmo queria fazer a esta villa e pera iso levava a artelharia desta villa pera outras partes e lhe fiserão muita afromta disendo ho povo despois de premderem ho sopliquante viva viva ell rei Dom antonio e que ho matasem por ser comtra o serviço de Dom antonio—e all não dise e asinou Vasquo Ribeiro taballiam ho escrevi—Ribeiro—Joam Ramos.

t.^a ho Lecemccado Dominguos Guomçallves prego advogado na dita villa e nella morador testemunha a q. o dito emqueredor deu juramento dos santos avamgelhos em que pos a mão e preguntado pelo costume dise nada.

preguntado elle testemunha plo conteudo na petição dise elo testemunha q. he verdade que ha noite conteuda na petição elle testemunha houvio dizer gerallmente plo povo q. os soldados desta villa e outros de forã della premderam o sopliquante por dizerem que elle era fallço ao serviço dell rei Dom antonio que por iso não fora com gente sobelo porto e que ele queria êtreguar esta villa aos castelhanos e que por iso levava a artelharia e pollvora desta villa dão ho povo muitos brados dizendo viva ell rei Dom antonio e que matasem o sopliquante por ser tredor a ell rei Dom antonio—e all nam dise e asinou—Vasquo Ribeiro taballião ho escrevi—Ribr.^o Lecemccado preguo estromt.^o

Segue-se o fecho d'esta inquerição que tem a data de 2

de setembro de 1580 e tem a assignatura e signal publico de tabalião Manoel Ribeiro.

Comigo tbã.º Mnuel Ribr.º ?»

E' para lamentar que se não fizessem identicos summarios com relação a outros individuos, pois tudo leva a crêr que a vindicta popular se não limitasse á pessoa do dr. Amador de Queiroz. Um outro partidario de Castella que o povo perseguiu como traidor, foi Fernão Gabriel da Veiga, Fidalgo da casa dos duques de Aveiro, tendo acompanhado o duque D. Jorge na jornada de Alcacer, ahi ficou presioneiro. Resgatado veio viver para Aveiro, sua patria, onde bem depressa se bandeou com os que procuravam vender Portugal a Castella. Não entrou no numero dos que receberam cedulas, mas os seus serviços não ficaram sem recompensa, pois Filippe II remunerou-os bizarramente, mas o que este não conseguiu foi fazer-lhe desaparecer do corpo os vestigios da sua traição, isto é, as cicatrizes dos golpes que lhe vibraram os seus patricios que, seguiam o partido de D. Antonio. Comtudo, ainda salvou a vida, mas o mesmo já não succedeu a Fernando André Rangel Rolão, mandado justicar por D. Antonio pouco antes da sua sahida de Aveiro para o Porto. Foi a d'elle uma das execuções aqui feitas por ordem do Prior do Crato como este mesmo o confessa (1).

Mais feliz, porém, do que ambos, foi um parente muito proximo do primeiro, e não menos acendrado partidario de Castella, Henrique Esteves da Veiga,

(1) *Justification du serenissime don Antonio roi de Portugal*, etc., pag. 53.

que, não obstante ter trabalhado immenso para que, Aveiro se declarasse por D. Filippe, cuja causa já abertamente havia advogado nas côrtes de Almeirim, onde teve voto como procurador por Aveiro; não foi perseguido nem morto, e, se não teve premios pela sua traição tambem não incorreu na estygma dos seus concidadãos, pois continuou como até ahi a ser chamado para a governança da villa.

Henrique Esteves da Veiga, devia ser então uma das pessoas mais consideradas da villa, pois d'outra fôrma não se explica a sua eleição successiva para procurador (1) ás côrtes de Almeirim e para as que, em seguida á dissolução d'estas, convocaram os governadores do reino (2). Não chegaram ellas a reu-

(1) «Os procuradores eram sempre as pessoas principais das terras, tanto em qualidade, como em riqueza; o que era expressamente recommendado pelo soberano na Carta convocatoria. Este estylo até se observava para credito das mesmas terras. Por isso vemos que em quasi todas as terras sahiam eleitas pelo terceiro estado pessoas não só da principal nobreza das terras, mas da principalissima do reino. Do mesmo modo que para o terceiro estado eram eleitos muitos d'aquelles, que de direito tinham assento no braço da nobreza, assim eram tambem elegiveis para o mesmo braço dos povos os arcebispos e bispos, que tinham assento por direito no braço ecclesiastico. Os que eram eleitos pelos povos preferia a eleição pelo terceiro estado, e iam tomar assento n'aquelle braço, e não entravam no numero dos definidores dos outros braços.» — *Memorias para a historia e theoria das côrtes geraes, etc.*, pelo visconde de Santarem, parte 1.^a, pag. 10-11.

(2) Não encontrei no archivo municipal a carta convocatoria dos governadores do reino para estas côrtes, que nem chegaram a reunir-se nem tão pouco vem incluidas na

nir-se é verdade, mas em muitas terras fez-se a eleição de procuradores. Em Aveiro realisou-se este acto em 4 de junho sahindo eleitos o já referido Henrique Esteves da Veiga e Simão Cerveira. Este ultimo conhecido por partidario do Prior do Crato foi substituido por Paulo Pinheiro. O facto, que já não era novo, pois o Cardeal rei quando se tratava da eleição de

lista das antigas côrtes portuguezes publicada no *Campeão portuguez*, nem mesmo entre as que alli se apontam como duvidosas. (O *Campeão portuguez ou o amigo do rei e do povo* —16 de maio de 1820—pag. 335.) D'estas e, com relação a 1580 apenas ali se mencionam as convocadas pelo Prior do Crato, por Carta dada em Setubal a 4 de julho. (A mesma obra, pag. 339).

As côrtes convocadas pelos governadores do reino deviam reunir-se em Leiria. Em meados de maio receberam estes uma carta de D. Filippé I, datada de abril em Guardalupe, que os fez convocarem logo as côrtes para deliberarem sobre o assumpto d'ella, visto acharem-se ao tempo dissolvidas a de Almerim. Sustentou então Bartholomeu Froiz, em nome dos mesmos governadores, que a razão da demora, em reunir as côrtes, procedia da fadiga e pobreza dos povos, e não de culpa sua; mas que para os estimular, provando os bons desejos, haviam ordenado aos corregedores das comarcas, que se mostrassem tão solícitos com as eleições, que os estados podessem abrir-se a 15 ou a 16 de junho. (Rebello da Silva, obra citada, tomo II, pag. 333).

Bem dizia Bartholomeu Froiz que a demora da reunião das côrtes dependia da pobreza dos povos, pois era grande o encargo que, aquellas aos mesmos traziam. A camara de Aveiro arbitrou como ajuda de custa aos seus proruradores para estas côrtes 800 réis diarios e n'essa conformidades adiantou a cada um d'elles, em 15 de junho, aquella importancia correspondente a cento e quarenta dias. (*Livro das vereações* de 1580, fl. 41 e 42 v.)

procuradores para as côrtes de Almeirim, conseguiu que em Coimbra fosse annullada a de Ayres Gonçalves e, em seu lugar eleito Gaspar Fogaça, (1) repetiu-se no anno seguinte mas d'uma fórma muito mais condemnavel que, foi esta. D. Philippe I, por carta de 5 de janeiro de 1581, recommendava ao concelho de Coimbra que na eleição dos procuradores ás côrtes, ordenada por outra carta da mesma data, «se não receba voto pera procuradores das ditas cortes, nem para elector d'elles, em pessoa alguã que nas alterações passadas seguisse dom Antonio ou seu partido, ou que lhe dado qualquer ajuda ou favor, ou que delles tenha recebido qualquer dadiva ou graça, depois do levantamento que fez em Santarem.» (2)

A esta interferencia do soberano na eleição dos estados, respondiam algumas vezes os povos elegendo liberrimamente os seus procuradores. Um exemplo basta. Na eleição para as côrtes de 1642, realisada em Barcellos a 29 d'agosto d'esse anno «declarou o juiz de fóra e os vereadores que, conforme a Carta convocatoria, devia ser feita a eleição com a menor despesa possivel, o que se podia fazer, elegendo se segundas pessoas da governança e nobres, que estavam residentes em Lisboa, e por accordão assentaram em que se fizesse esta proposta, nomeando se as taes pessoas, que eram Francisco Machado, Manuel Barbosa e o licenciado Ignacio da Costa.

Sem embargo d'esta proposta votaram livremente e obtiveram 42 votos Fernão da Costa, e 44 o

(1) *Indices e summarios etc. da Camara de Coimbra*, fasciculo I, pag. 5.

(2) A mesma obra, pag. 6.

licenciado Diogo da Costa Homem, e foram proclamados procuradores ás côrtes. (1)

Dos restantes partidarios de Castella como eram o donatario, Ruy Pereira senhor d'Ilhavo, e Francisco Tavares senhor de Mira, basta dizer que concorreram poderosissimamente para que a aclamação de D. Filippe se realisasse como realisou, mas fizeram-no tão occultamente que ninguem deu por tal. Senhores de commendas e outros bens, cuja posse dependia do favor da corôa, não quizeram comprometter-se demasiado, mandavam emissarios e forneciam meios pecuniarios para a compra d'alguem da plebe mais renitente contra Castella ou o mais entusiasta por D. Antonio, e nada mais.

Feita a aclamação de D. Filippe, e confirmada a noticia de que D. Antonio derrotado na ponte de Alcantara seguia para o norte com o seu pequeno exercito, pensou-se na necessidade de defender a villa de qualquer ataque, para o que se reuniu logo a camara. Das deliberações tomadas, as principaes são as que, constam do documento que segue:

«Em o primeiro dia do mes de setembro de este ano nesta villa e camara della estando aí os do comcelho esteves Juis de fora e luis dias e antonio cardoso e miguel pires Vadores e miguel pires pericão curador com os mais abaixo asinados tratando dos guardas e vigia da terra e asemtaram que era necesario estarem dous omês de cavallo daqui a uma ou duas legoas á esquta p.^a o que logo ellegerã a mateus couceiro e a simã lluis e asinarã aqui Antonio daraujo o es-

(1) Archivo da Torre do Tombo Mac. 10 de Cortes Doc. n.º 9—*Memoria para a historia e theoria das côrtes geraes, etc.*, pelo Visconde de Santarem, parte 1.^a, pag. 9.

previ diguo que himllegerã em llugar de mateus couceiro antonio ruis e asi mais himllegerã por capitã da artilharia... pestana e que elle tivesse cuidado do todo ho necesario para ella e assim dos com... E que elle podesse gastar ho o que era neceçario para esta artilharia e dandos dr.^{as} de sua quasa e que depois se lhe pagaria da camara desta villa. e asinarã aqui todos.»

Não se limitaram, porém, a isto as medidas de defeza então adoptadas; do livro das vereações nada consta é verdade, mas no mesmo archivo municipal existe uma copia d'um requerimento dirigido ao rei, que lança alguma luz sobre o caso. O requerimento é este:

«Dizem os vereadores e procuradores da camara da villa Daveiro, que no anno de outenta temendo elles as alterações passadas e detriminados em sustentar as partes de V. Mag.^e a quem somente conheciam por Rei e Sr. natural destes Reinos mandarão pedir aos governadores polvora, armas, e as mais munições necessarias pera defensão desta dita villa, e por lhas não mandarê, vendo que Dom Ant.^o se levantava indevidamête com nome de Rei contra o serviço de V. Mag.^e e que com muita gente que o segia, depois de ser... desbaratado em Alcantara, vinha sobre esta villa: pedirão soccorro de gente e armas aos Regedores da Cidade do porto, donde lhe vierão (certos?) quintaes do polvora, e o que montou corenta e dous mil r.^s E porque ate ora não são pagos, nem a villa os pode pagar, por ser muito pobre, e as Rendas do Concelho não abastarem pera os gastos e despezas ordinarias da dita camera, e elles suppt.^{es} são avexados e desmandados pela dita contia de corenta e dous mil r.^s como consta da certidão que se offerece a V. Mag.^e haja por bem pera menos oppressão do povo. e se.... que se pague a dita polvora dos rendimentos da imposição de que V. Mag.^e nos tem feito merce pera se acabarem as Igreijas novas, e pera concerto

das fontes, pontes e calçadas a bem do respeito a se gastar parte da polvora em seu serviço na defensão da villa e a mais se perder no saq.^o onde jutamente muitos perderão as vidas e todos as fazendas e beôs por serem do serviço de V. Mag.^e E. R. M.»

Seguem-se assignaturas e, informação ou certidão do Provedor da Comarca, que é esta:

«V. M. cõcedeo a imposição a esta vila dau.^{ra} pera das quatro partes se faserê as Igreias e a quinta pera as pontes fontes e calçadas, o como o cõselho não tinha mais q. noventa seis mil rs. de renda todos os procuradores se paguaram da renda da imposição, pello q. não correo ateguora a obra das Igreias, e como esteia a de Santa crux q. he a principal e onde se tem guastado mt.^o dro soo cõ as paredes leuataadas, não se fasêdo este ano obra nella mo disseram os officiaes a que o pregantei corrião no inuerno mt.^o periguo, pello q. he grãde preciso tirar se nonhã dro desta rêda, q. a poluora peção finta a V. M.^e p.^a a villa ia q. a geral anda em sento e trinta mil rs. tendo dous mil m.^{res} (moradores) an.^o 13 de junho de 1583 J.^o (João ?) Tomé de Vasconcellos.

Que o provedor da comarca faça lançar finta na forma da ordenaçã dos quarenta e dois mil rs. q. esta deuendo da poluora visto como á imposiçã he aplicada as obras das igreias da villa e a informaça que se ouue pelo provedor em Lisboa a dez de outubro de 83 Antonio da gama—M. do Amaral.»

Por a julgar curiosa e se ligar com o assumpto do documento que acaba de lêr-se, passo a transcrever esta carta que egualmente se guarda no archivo municipal:

«Trabalhar eu pelo bem comũ dessa villa estaa feito pelo bem que lhe quero e lho dezejo e tambem entendo que devo a todos e a cada um de Vs.m.^s em particular—Como rece-

bi a sua carta na m.^{ma} ora a dei a S. A. (1) e lembrando-lhe a necessidade q. essa terra tem do q. se lhe podia.e afirmando-lhe a vontade e o animo com q. todos dezejavão peleijar pelo serviso del Rei nosso Senhor e defensão da terra lembrando-lhe tambem o saque e mortes q. padecerão nas alteraçõs passadas pelo serviço de S. mgd.^o q. tudo folgou de ouvir, e dise que esperava q. sempre o asi fizesem—aos arcabuses me disse q. não seria possivel darem se nhûs q. se gastarão muitos no provimento dos tersos dos coroneis desta terra—q. polvora poderia ser que se desse vindo a q. se espera—o sobre ella se requerese a j.^o gomes da Silva E para o fazer mandei chamar vaz a quem dei o recado de VS. m.^s=elle fez o que pode mas não he bem corteção, nem mt.^o deligente pello grande trabalho que he negocear nesta terra—sobre a polvora fis muitas diligencias mas como vco. ainda ontem e j.^o (João?) gomes da Silva esta doente e estes dias Sanctos de permco não se podera concluir—ontem a noite tornei a falar a S. A. na polvora e lhe disse que andava aqui um homem gastando e que era resão que se despachase pera ja com a carta que leva pera se comesarem a levantar os muros—dise me q. ho mandase com a carta e que ouvese quem quá lembrase a j.^o gomes a polvora e que se daria. E por iso o mando se o parente de Rui peres que quá (ca) estaa corer comigo trabalharei que se lhe de a polvora—e asi farei tudo o que for servir essa terra. e em particular cada um de V.^s m.^s a quem noso Snr... em lx.^a oje dia do esprito sancto de 1589. Anrique de (Sousa (?).»

*

O Prior do Crato, batido na Ponte de Alcantara poz-se em marcha para Coimbra que lhe abriu as portas. Sobre o assumpto, onçâmos um historiadôr e um romancista, romancista que muitas vezes é historiador tambem:

(1) O Cardeal Alberto governador de Portugal por D. Philippe.

«Apenas o pretensor, escreve Rebello da Silva, conseguiu formar um corpo de soldados composto de estudantes, lavradores e militares de profissão, que se lhe aggregaram, partiu para Montemor, sitio forte, cujo castello mandou restaurar, e deixando-lhe por capitão a Diogo Botelho, principiou a percorrer as povoações, arrolando milicias, e levantando tributos. Depois, á frente de uma espcie de exercito, tão inexperiente e indisciplinado, tão mal armado e incoherente, como a gente coleticia, que temerariamente tinha sacrificado na ponte de Alcantara, passou o Douro, fez voar a ponte, e com cinco ou seis mil homens e Coimbra nas costas, encaminhou se contra Aveiro que se preparou para o repellir.

Disposto a submeter a villa, custasse o que custasse, e a castigal-a asperamente, investiu-a com rigor, bateu-lhe os muros com algumas peças mandadas conduzir das visinhanças do Porto, e rechassado em dois ou tres assaltos, tentou a constancia de seus defensores, valendo-se da amizade de alguns parciaes, por fim alcançou que o povo persuadido por elles, e já sem esperanza no soccorro do Porto, a fiançado por Panteão de Sá, julgasse mais prudente ceder e capitular.

O modo porque usou da victoria não fez decerto sobresahir o seu caracter.

Ouvindo só o resentimento, e escutando apenas a vingança, ainda menos generoso que os estrangeiros, permittiu que a terra fosse saqueada, que alguns de seus adversarios morressem assassinados, e que outros expiassem nas cadeias o delicto de o não acclamarem, ou o crime ainda maior de não lhe entregarem esses poucos cabedacs, que possuíam, salvos até ahí de tantas vicissitudes. Comportando-se como inimigo, e não como príncipe desejoso de conciliar affectos, se estimulou a devoção dos soldados, cevando-os n'esta presa, alienou o coração e as vontades dos que chamava subditos, e maltratava como estranhos. A impunidade das correrias, e o terror incutido por ellas, renderam-lhe por medo as villas da comarca, aonde estreava de um modo tão deploravel as suas armas. A plebe tumultuaria, que o acompanhava, não vendo apparecer quem a reprimisse, enchia-se de soberba, despre-

zando entre feros e ameaças os terços contrarios, e protestando vingar n'elles a affronta do dia 25 de agosto (1).»

«Duas vezes ferido, D. Antonio fugiu, escreve Camillo Castello Branco, quando lhe disseram que não convinha morrer ainda. Seguiram-no os seus mais amigos, aquelles que o tinham abroquelado com o peito. Ruy Gomes e o almirante, receiosos de lhe causarem a morte, sustentando-lhe a fuga, seguiram-no a Santarem. Conheceu que ali lhe voltavam o rosto. Temen se dos traidores e buscou refugio em Coimbra. Saudou-o a mocidade academica, a gente de coração e desapêgo da vida na sua mais desbotoada florecencia. Com este illusorio soccorro, quiz ainda tentar a fortuna. Amontoou seis mil homens, para os quaes Ruy Gomes olhava com piedade. Resistiu lhe Aveiro, que a final capitulou. Que exercito de rei ontra o qual se atreveu Aveiro! E' um traço que faz saltar da tela toda a figuração d'aquella tragedia cravejada de scenas comicas. Seguiu-se a infamia. Foi saqueada a villa e assassinados os partidarios dos Philippes. O duque de Alva tambem tinha justicado no patibulo D. Diogo de Menezes, o defensor infeliz de Cascaes. A retaliação, porém, não era igual. D. Antonio mandava decapitar portuguezes.» (3)

O mestre julgou Aveiro de 1580 por Aveiro d'hoje. A differença, porém, é enorme; então Aveiro era muito mais pobre em população mas mais rica em obras de defeza. Tinha ainda de pé os seus muros,

(1) Herrera—*Cinco libros de la historia de Portugal*, liv. III.—Conestagio—*União de Portugal*, liv. VII. pag. 327.—Cabrera de Cordova—*Filippe II, rey de España*, liv. XIII, cap. II.—Salamantino—*Casos dignos de cuenta*, cap. LXIII. (2)

(2) *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tomo II, pag. 559 560.

(3) *O Senhor do Paço de Ninães*—Lisboa.—Livraria de Campos Junior—editor—(sem data de impressão) pag. 144-145.

e parece mesmo que em excellente estado de conservação. Além d'isto, segundo se depreheende dos documentos que ha pouco transcrevi, havia artilheria e munições em abundancia, o que vale alguma cousa.

Em um livro que muitos annos depois publicou, escrevendo sobre D. Antonio, disse o mestre: «Em 10 de setembro de 1580, com a artilheria que fez desmontar do Castello da Feira, mandou varejar Aveiro, a rebelde que ardia em peste.» (1)

Novo equivoco. O castello da Feira nunca foi uma fortaleza propriamente dita, era uma habitação senhorial e nada mais; em tempo algum teve artilheria, por isso não havia lá peças para desmontar. O facto de D. Antonio mandar buscar artilheria ao castello da Feira é verdadeiro, mas o que não é verdade é que, aquella artilheria pertencesse ao castello. Estava alli apenas havia mezes e, como deposito. O mestre que, decerto mais d'uma vez leu Conestagio (2) lá havia de encontrar noticia de tudo isto. O mesmo Conestagio refere que, quando houve noticia de que o rei de Castella preparava um exercito para atacar Portugal e bem assim que os governadores do reino se preparavam para a defeza artilhando algumas fortalezas, do Porto partiram emissarios para Almeirim a pedir armas e munições para defeza da cidade. Quando alli chegaram já lá não encontraram os governadores, mas sim o Prior do Crato aclamado e reconhecido

(1) Camillo Castello Branco—*D. Luiz de Portugal*, neto do prior do Crato (quadro historico 1601-1660.—Porto 1883, pag. 146.

(2) *Historia de la Vnion del reino de Portugal e da corona de Castilla*—Barcelona, 1610.

como rei em Santarem e outros logares. Sem receberem instrucções dos que os tinham mandado alli ou para melhor, na impossibilidade de os consultar sobre o que lhes cumpria agora fazer, aprezentaram o pedido a D. Antonio que, lh'o satisfez mandando dar-lhes artilheria e munições. Com ella voltaram ao Porto, mas aqui já ao tempo a ideia da união de Portugal a Castella callava fundo no espirito de muitos, por isso foi altamente condemnada a maneira como os emissarios se haviam desempenhado da sua missão; devidiram-se as opiniões, uns queriam que se acceitasse com reconhecimento aquelle auxilio, eram estes os partidarios de D. Antonio, outros que se acceitasse ainda mesmo que elle viesse de mãos inimigas, eram os mais cordatos, e ainda outros que se não devia acceitar porque acceitando-se se reconhecia a realza de D. Antonio tornando-se suspeitos a D. Philippe.

A contenda resolveu-se afinal assim:

«Mas concenriendo la mayor parte de los votos en no aceptar las armas, con consejo de Pantaleon de Saa, de Fernando Nuñez Barreto, y de Juan Rodrigues de Saa, que como principales gouernuam aquella Ciudad, los Embaxadores pusieron la artilleria y municiones como en deposito en el Castillo de la Feria, no muy lejos de alli, quedando la Ciudad desprovida.» (1)

Rebello da Silva, como tantas outras vezes, no periodo que transcrevi, não fez mais do que traduzir Herrera, não expurganno sequer a sua traducção do erro topographico que este commetteu de confundir

(1) Obra citada—Liv. VII, pag. 160 v.

o Mondego com o Douro. A prova d'isto é o texto de Herrera, que vou transcrever na propria lingua em que foi escripto:

«Quãdo salio don Antonio de Santarê se encaminò à Coymbra, à dõdo fue biẽ recebido; y por esto no acudio aqlla ciudad à dar la obediencia al Rey, como lo auia hecho las otras; y con numero de estudiantes, labradores, y con otros q alli se le juntaron se fue rehaziendo: y fortificando à Montemayor el Viejo, lugar de sitio fuerte; y dexando en el por Capitã para la defensa à Diego Botello, anduuo por la tierra d pueblo en pueblo entreteniẽdose con las cõtribuciones q le dauã, con q juntò mucha gẽto. Y con esto para estar mas seguro rompio la puente de Duero, passandose de la otra parte haziendo obedecer por fuerça à quien no le queria. Tenia ya cinco ò seys mil hombres, con cuya reputacion se mantenia en su deuocion la ciudad de Coymbra. Y caminando la buelta de Auero porque no le quisieron obedecer, valiendose de cierta artilleria y municiones q auia embiado desde Santaren (quando le llamaron Rey) à la ciudad del Puerto, que por no le auer querido recibir se estaua en vn lugar flaco, y plantando la bateria y dando algunos assaltos fue valerosamente rechaçado con muerte de muchos de los suyos. rPeo al fin como no pudo entrar por fuerça, los deuotos que dentro tenia negociaron con el pueblo q le recibiesen por bien; viendo que tardaua el socorro que del Puerto les traia don Pantaleon de Sãa.

Entrado don Antonio en Auero fue la villa faqueada fin ninguna misericordia, matando algunas personas, y encarcelando otras para sacar dineros, con que se enriquecieron y animaron fus soldados. Y creciendo con este saco y otros daños, q pos todas las villas de aquella Comarca hazia el numero de la gẽto, se hinchò don Antonio de esperança y con el auiso que tuuo de la muerte del Rey, boluiendo su gente à la arrogãcia y presuncion con que hablauan de Castilla. nos antes que los viessen; ofreciendo de hazer en ellos mil crueldades.»

Rebello da Silva fez obra só pelo que escreveram os historiadores hespanhoes, eu irei mais além; transcreverei a parte que diz respeito ao assumpto que, se encontra n'uma obra publicada na Hollanda, e, hoje rarissima:

«Dirigindo-se em seguida a uma villa chamada Montemor, não muito distante de Coimbra, demorou-se ali Sua Magestade por espaço de seis dias para ter algum descanso, e fazer mais convenientemente o curativo dos referidos ferimentos, reunindo no entanto alguma quantidade de gente, até 7 ou 8:000 mil homens, com os quaes marchou em direcção á villa d'Aveiro, sendo recebido e reconhecido como rei em todas as partes por onde passou, apesar de o rei de Castella se ter apoderado de Lisboa, a cidade, capital d'este Reino. Ao aproximar-se da dita villa de Aveiro, fez intimar os habitantes d'ella, para, conforme o juramento que havião prestado, seguirem o partido d'elle, e abrirem-lhe as portas da cidade (ou franquearam-lhe a entrada na villa). Não lhe obedecendo, encarregou ao dito conde de Vimioso, a quem depois fez condestavel de Portugal, de cumprir o seu dever, tomando por assalto a dita villa, e pondo-a a saque. E com quanto a villa estivesse bem approvisionada de munições de guerra, e de outras cousas necessarias, a maior parte da burguezia não quiz oppor resistencia alguma ao exercito do Rei D. Antonio, pelo que a villa foi sem difficuldade tomada por escalada, e reduzida á obediencia do dito rei D. Antonio, sendo posta a saque; mas intervindo o Rei, a soldadesca não commetteu grandes excessos, e tudo socegou pela melhor forma. O Rei installou-se primeiro no convento dos dominicanos, onde esteve tres dias, passando d'alli para a casa de um fidalgo chamado Francisco Tavares, muito espaçosa e agradavelmente situada na margem de um rio, o qual fidalgo tinha dias antes ido ter com o Rei de Castella para lhe pedir perdão de ter cumprimentado e reconhecido como Rei o dito D. Antonio, e tendo aqui feito justiça alguns traidores, seguiu em direcção á cidade do Porto de Portugal, fazendo

egualmente intimar os seus habitantes para o reconhecerem como seu Rei, e abrirem-lhe a cidade, da qual era governador um Pantaleão de Sá, irmão de Francisco de Sá, um dos referidos governadores, que se retiraram para Castella, em seguida á eleição de D. Antonio como Rei (1).»

Ha fundadas razões para crêr que o livro d'onde acabo de transcrever a passagem que diz respeito á estada em Aveiro do Prior do Crato, se não é obra d'elle foi pelo menos escripto sob as suas vistas. E', pois, esta a narração d'uma testemunha presencial dos factos, escripta com bastante verdade, segundo parece, pois com ella estão em muitos pontos de accordo algumas cartas do duque d'Alva e de Sancho d'Avila, (2) escriptas na occasião.

A 15 de setembro de 1580 escrevia aquelle de Lisboa para Madrid, ao secretario d'estado Zayas, que, D. Antonio saíra de Montemor para Aveiro com tres mil homens descalços e mal armados, que esta villa se armara com algumas pequenas peças para lhe resistir, mas que a muralha «és tão débil y tantos agulheros y portilhos que no pudieron defenderla», que D. Antonio a tomara e saqueara, permanecendo alli (3).

Quatro dias depois, a 19 de setembro, escrevendo novamente o duque d'Alva ao mesmo Zayas,

(1) *Justification du Serenissime don Antonio Roi de Portugal premier de ce nom etc.* A Leyde, 1585, pag. 52-53.

(2) *Continuacion de la correspondencia del duque de Alva con Philippe II e otros personagens sobre la conquista de Portugal en 1580*—*Collección de documentos ineditos para a historia de España por los señores marqueses de Pidal y de Miraflores e D. Miguel Salvá.*—Tomo XXXIII.

(3) *Collección de documentos ineditos para a historia de España*, tomo XXXIII, pag. 29-30.

principiava a carta dizendo que, o que se sabia de D. Antonio, é que, este entrára em Aveiro fazia n'aquelle sabbado oito dias, que aqui degolára e enforcára algumas pessoas; que o povo lhe abrira as portas; e que a nobreza se refugiara no porto (1).

Em 29 de setembro nova carta, em que o duque d'Alva principiava tambem por dar noticias de D. Antonio dizendo que, a 25 estava em Aveiro, que havia saqueado e que tinha mandado aqui enforçar cinco ou seis homens, e dizia querer ir sobre o Porto para o que juntava lavradores, negros e canalha (2).

No archivo municipal nada encontrei que me esclarecesse sobre a estada de D. Antonio em Aveiro.

Nos *Annaes da Ilha Terceira* por Drummond, quando se tracta da acclamação de D. Antonio n'aquella ilha, ha esta referencia com relação a D. Antonio, que vem lançar alguma luz sobre o assumpto:

«Immediatamente, diz aquelle escriptor, se embarcaram os tres enviados na caravella do piloto Gaspar Alvares Chichorro, natural d'esta ilha, e com vento próspero chegaram á villa d'Aveiro (3) no principio d'agosto do anno de 1580. Alli estava El-Rei em uma cama, curando as feridas que lhe deram na batalha d'Alcantara, e recebendo-os com a maior satisfação, ouviu a narração e pintura que lhe fizeram do estado

(1) *Collección de documentos etc.*, tomo XXXIII pag. 46.

(2) *Collección de documentos etc.*, tomo XXXIII pag. 83.

(3) Como se não sabia parte certa onde estava El-Rei, deram ordem ao piloto Gaspar Alvares, que fosse em direitura ao Porto, Aveiro, Buarcos, ou Vianna, e aconteceu aportarem em Aveiro, onde o encontraram doente; acôrto foi este que se reputou milagroso.

das cousas na Terceira, e mais ilhas dos Açores, onde S. A. se achava obedecido e jurado; offerecendo-lhe os enviados em nome de todas ellas, as pessoas, vidas, honras, e fazendas de seus habitantes.

Então El-Rei os abraçou, e mui cordialmente lhes agradecen o amor de bons e fieis vassallos, e promettendo muitos favores e mercês aos ditos habitantes da Terceira, e ilhas de sua dependencia, que promptamente e sem hesitação haviam seguido sua voz, lhes certificou que, apesar da sua derrota em Alcantara, não desistia em sustentar os seus direitos, pois contava ainda com grandes recursos, e esperava restaurar-se com as forças que se lhe haviam de reunir em Coimbra; e que não podendo absolutamente sustentar-se no reino de Portugal, em breve tempo marcharia para França, onde lhe seriam dados os necessarios auxilios, com que facilmente destruiria o seu adversario Philippe II. Taes foram as promessas e confortos, com que El-Rei D. Antonio animou os nossos enviados, e na mesma linguagem e sentido escreven cartas para a cidade d'Angra, onde chegaram em principio d'outubro do dito anno, premiados com habitos e mercês.» (1)

D. Antonio apesar de doente, e absorvido com os cuidados da guerra, nem por isso deixou de pavonear a sua realza todas as vezes que pôde. O seguinte facto prova-o bem:

«Entrou por força a villa de Aveiro, escreve fr. Lucas de Santa Catharina, o principe Dom Anto-

(1) *Annaes da Ilha Terceira*, por Francisco Ferreira Drummond—Angra do Heroismo 1850—tomo I, pag. 202-203.

nio (filho do Infante Dom Luiz) aclamado rei de Portugal, e já agora resistido n'esta villa como roto, e vencido, antes das infames astucias, que das armas do duque d'Alva, que governava o partido de Castella, e tinha conseguido aquella grande victoria de entrar por Lisboa desamparada dos bons portuguezes, e vendida por melhores traidores. Entrou o principe no Mosteiro (de Jesus); seria não só a honrar aquella casa, mas a visitar a sepultura da Santa Princeza Joanna, consanguinea sua, e herdeira que fôra da corôa, que elle se segurava. Sentado no côro, lhe vieram a beijar a mão as religiosas, entre ellas a Madre sor Isabel; (da Visitação) e reparando o Principe na perfeição da mão, que buscava a sua para beijal-a, inferindo a belleza, que occultava o veio, pediu á prelada mandasse descobrir aquella religiosa. Atalhou-o, escusando-se sor Isabel, e para satisfazer á instancia respondeu com modestia e inteireza: —Senhor, não estranhe vossa alteza a resistencia; que eu valho-me dos privilegios, que me deu esta venturosa mortalha. A's esposas do Rei do Ceo não é decente serem vistas, nem ainda das magestades da terra.» (1)

Em 3 de outubro escrevendo o duque d'Alva a Zúias dizia-lhe que havia tido n'aquella tarde uma carta do marquez de Villa Real em que este lhe communicava que, D. Antonio havia saído de Aveiro a 24 do passado, levando consigo onze mil homens, sendo tres mil armados e, os restantes com pedras e páus. Parece que nem uma nem outra d'estas informações eram

(1) *Quarta parte da Historia de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal.* Liv. II, cap. XIV.

inteiramente verdadeiras, não obstante o marquez de Villa Real dever ter em Aveiro quem o informasse, pois possuía aqui casa onde vinha muitas vezes.

As forças que D. Antonio reuniu em Aveiro eram em numero muito inferior áquelle, e, em 25 de setembro ainda este não havia deixado Aveiro, como se vê do seguinte documento:

«CARTA D'EL-REI (D. ANTONIO) AO FEITOR DE SUA
FAZENDA NA ILHA DE S. MIGUEL, MANOEL
MOUSINHO DE VASCONCELLOS, DE 25
DE SETEMBRO DE 1580

Manoel Mousinho de Vasconcellos eu Elrei vos envio muito saudar. Eu mando Simão Cortez, cavalleiro fidalgo do minha casa, a essa ilha e ás Terceiras para receber e lhe entregardes todo o dinheiro que fôr possível arrecadardes, assim do rendimento dessa ilha como dividas que deverem á minha fazenda, dinheiro da cruzada e redenção dos captivos, e dos empréstimos e depositos, e vos encomendo muito que deis toda a pressa possível a se fazer toda esta arrecadação em breve tempo, pela muita necessidade que tenho de pagar a capitães e soldados e outras despezas necessarias á guerra e defensão deste reino; e por esta carta vos dou poder para nesta arrecadação usardes de todo o poder e jurisdição que vos parecer até pena de morte e confiscação de fazendas; e todo este dinheiro e quantias trabalhareis pelos segurar, e não havendo quem os segure todos será a maior parte que poderdes; e não havendo quem em parte nem em todo o segure, então entregareis todas estas ditas quantias a Simão Cortez para trazer todo o dito dinheiro a meu reino, mas em navio que para isso buscareis como deve ser, e que venha muito bem armado com soldados de confiança; e virão ter a esta villa d'Aveiro, e primeiro que desembarquem lançarão batel fóra para avisarem e se lhe mandar recado do que devem fazer.

E vos encomendo que por todas as vias busqueis remedio para o pastel se carregar por minha conta para Flandres e se ir lá a vender, provendo n'isso pessoas de confiança, como sei que fareis; e quando isso não poder ser, trabalhai que se venda ahi o melhor que poder, e se alguma das pessoas a que escrevo sobre empréstimos não tiver dinheiro para me emprestar, dizei-lhe da minha parte que me empreste pastel, do qual fareis o mesmo que do outro que vos mando vender; e porque sei o amor e lealdade com que folgacs de me servir e com que haveis de fazer estas cousas, em que vae tanto meu serviço vos não escrevo mais largo. Escripita em Aveiro a 25 de Setembro de 1580 annos.—REY.

Sobscripta=para Manoel Mousinho de Vasconcellos.

(Liv 3.º do Registo da Cam. Municip de P. Delgada a f. 294 v.)» (1)

D. Antonio ao retirar-se para o Porto não deixou Aveiro inteiramente desguarnecida de tropas, pelo menos assim se deprehe de d'uma carta que Sancho d'Avila dirigiu de Soure, em 7 de outubro, ao duque d'Alva, em que lhe dizia que não obstante lhe parecer não ser por aqui o caminho para o Porto, julgava dever recuperar a villa que lhe affirmavam não se poder defender (2).

Em resposta, escrevia o duque d'Alva, em 10 de outubro a Sancho d'Avila, que ainda que, Aveiro não fosse caminho do Porto era mister ir occupal-a, que estando D. Antonio dentro d'aquella cidade, pouco importavam dois ou tres dias que se demorasse em ir por Aveiro, pois era bem que não deixasse este porto

(1) *Archivo dos Açores*—Ponta Delgada 1886—volume II, numero VII, pag. 22-23.

(2) *Collecion de documentos ineditos etc.*, tomo XXXIII pag. 130.

atraz, pois tendo-se este bem como o de Buarcos facil lhe seria enviar aquillo de que carecesse (1).

O alvitre de não deixar Aveiro atraz, foi seguido por Sancho d'Avila que, se assenhoreou da villa sem sombra sequer de resistencia. O partido de Castella aqui assás numeroso, facilitou-lhe enormemente a occupação da terra de cuja defeza aliás D. Antonio pouco ou nada havia cuidado.

Ignoro o dia em que Sancho d'Avila chegou a Aveiro, mas sei que já aqui estava em 14 de outubro d'onde, e, em cuja data dirigiu uma extensa carta ao duque d'Alva. N'este documento por muitos titulos notavel para a historia da conquista de Portugal por Philippe II ha uma referencia curiosa. Escreve Sancho d'Avila:— «*Los soldados vienen todos descalzos: conviene enviar alguna gran cantidad de zapatos que non se halla un zapato ni botas en esta tierra.*» (2)

Ao contrario do que dois seculos depois, fez outro invasor, o general Junot, que chegando a Abrantes intimou o juiz de fóra d'alli, José de Macedo Ferreira Pinto, para lhe fazer apresentar doze mil pares de sapatos, além de doze mil rações e trezentos mil cruzados novos para o seu exercito, Sancho d'Avila não exigiu de Aveiro qualquer contribuição de guerra e muito menos ainda, os sapatos de que tanto carecia. Em Aveiro não havia em 1580 um sapato, e em Abrantes em 1808 poucos mais haveria, pois foi mister despachar correios para Thomar e outras terras

(1) *Collecion de documentos ineditos etc.*, pag. 135.

(2) *Collecion de documentos ineditos etc.*, tomo XXXIII, pag. 160.

visinhas, para se comprarem todos os sapatos que se achassem feitos e se empregassem todos os sapateiros em fazer todos os que lhe fossem possível, como affirmava José Acursio das Neves.

Parece que foi aquelle periodo da carta de Sancho d'Avila que originou o conhecido adagio «em Aveiro sem sapatos».

Do resto da campanha pouco importa saber n'esta occasião. O Prior do Crato desamparado e vencido seguiu caminho do exilio e os aveirenses allegando os seus serviços a Castella ganharam as boas graças de D. Filippe II que, além de premiar com favores e mercês alguns d'elles outhorgou á villa distincções e privilegios com que, ella muito se honrou. D'estes ultimos são testemunho os documentos que seguem:

«Dom Filippe, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além, mar em Africa, senhor de Guiné, da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India etc. Faço saber aos que esta carta virem, que os procuradores da villa de Aveiro, enviados por ella a estas côrtes que ora fiz n'esta villa de Thomar, me apresentaram uns capitulos em que vinha um, cujo treslado é o seguinte:—Pede mais a villa, a Vossa Magestade, que sempre ha sido havida por uma das notaveis, pois tanto em lealdade como no serviço de Vossa Magestade se mostrou tão constante, e os reis antecessores de Vossa Magestade se serviram sempre d'ella.—Examinando eu respeito ao que dizem no dito capitulo e em ser logar grande povoação e trato, e havendo outro sim respeito aos muitos serviços que os moradores d'ella tem feito aos reis meus antecessores e aos que espero que ao diante a mim façam a meus successores, e a ser povoada de muitos fidalgos cavalleiros e pessoas de nobre geração e de criação, e casas nobres e de criação dos reis d'estes reinos, e acompanhada de outro muito povo, e por ser

cercada de muros e ennobrecida de egrejas, mosteiros e de muitos edificios e casas nobres, e por concorrerem na dita villa estas e outras qualidades por que bem me parece e cabe n'ella a honra e proeminencia que pedem, e por folgar de lhe fazer mercê, tenho por bem de a fazer e faço notavel e quero e me apraz que d'aqui em diante se possa chamar o nome^r notavel, o que os moradores d'ella gozem e uzem e possam gozar e uzar de todas as graças e honras, proeminencias e liberdades de que por direito e pelas ordenações, uzanças e costumes e foraes d'estes reinos podem e devem gozar os moradores das villas notaveis d'elles, as quaes mando que lhes sejam inteiramente guardadas, e por firmeza d'isso mandei dar esta carta por mim assignada e sellada do meu sêllo de chumbo, e mando a todas as justiças, officiaes e pessoas de qualquer qualidade que sejam em tudo a cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como n'esta se contém. Pedro da Costa a fez em Thomar a treze dias de maio do anno do nascimento de N. Senhor Jesus Christo de 1581.—El-Rei.

«Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que os procuradores da villa d'Aveiro, enviados por ella ás côrtes que ora fiz n'esta villa de Thomar, me apresentaram uns capitulos em que vinha um cujo traslado diz o seguinte:—Pede mais a Vossa Magestade que façam a esta villa que os da governança d'ella e seus descendentes gozem dos privilegios de infações e cidadãos como gozam os da cidade do Porto.—E visto por mim seu requerimento, havendo respeito ao que aedem no dito capitulo, hei por bem e me apraz fazer mercê á dita villa que os da governança d'ella e seus descendentes que da mesma maneira pelo tempo em diante forem da dita governança possam gozar e gozem dos privilegios concedidos pelos reis passados d'estes reinos á cidade de Coimbra da maneira que os tem e gozam os cidadãos d'ella, os quaes privilegios hei por bem de conceder á dita villa d'Aveiro e lhe serão guardados inteiramente como n'elles se contém: e para isso lhe serão dados em publica fórma, e mando ás justiças, officiaes e pessoas que o conhecimento d'isto pertencer e este

alvará fôr mostrado, que o cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como n'elle se contém, o qual se trasladará no livro da camara da dita villa, para se saber como assim o houve por bem e este se fará no cartorio d'ella em boa guarda, o qual quero que valha como se fosse carta feita em meu nome e por mim assignada sem embargo da ordenação do segundo livro do titulo vinte, que diz que as causas cujo effeito houver de durar mais de um anno pass^o sem carta passando por alvarás não valham. Pero da Costa a fez em Thomar a doze de maio de mil e quinhentos e oitenta um. — Rei.»

Ahi fica a historia documentada da parte que, Aveiro tomou na lucta entre D. Antonio, Prior do Crato, e Philippe II de Hespanha. Terá lacunas, creio mesmo que as tem e grandes, mas não me accusa a consciencia de ter deixado de empregar todos os meios de que me foi dado dispor, para que as não tivesse. Vale bem pouco o meu trabalho, mas em compensação vale muitissimo o que vae seguir-se, e que é o testemunho mais eloquente que da sua incontestavel competencia bibliographica e illustração não vulgar podia apresentar o meu douto amigo Annibal Fernandes Thomaz. Quem como elle a uma modestia rara allia tantos e tão elevados dotes de coração e de espirito, tem jus mais do que ninguem a que, a prova provada do seu talento e da sua illustração se torne bem publica — razão esta porque é meu dever levantar a ponta do véu que vela as iniciaes de F. T., sob que se occulta o nome do benemerito das letras portuguezas — Annibal Fernandes Thomaz.

MARQUES GOMES.

bibRIA

Fontes para a historia de D. Antonio Prior do Crato e dos seus descendentes e partidarios.

ESBOÇO BIBLIOGRAPHICO

Um dos periodos mais dramaticos e mais movimentados da nossa historia no ultimo quartel do seculo XVI é, sem duvida alguma, o que decorre desde a acclamação de D. Antonio Prior do Crato como rei de Portugal em 24 de julho de 1580, até á sua morte em França a 26 d'agosto de 1595. A vida accidentada d'este infeliz principe, e a lucta tenaz que, a despeito de todas as contrariedades sustentou até ao seu fallecimento com Filippe II de Hespanha, tornaram-n'o desde muito, sympathico para nós, embora a desigualdade do seu character, ensombre, por vezes, o brilho das suas incontestaveis qualidades de portuez de rija tempera.

A biographia do Prior do Crato, tal como deve ser escripta á luz da verdadeira critica, e pelos processos da moderna historiographia, ainda está por fazer; para ella carreou materiaes o fallecido Camillo Castello Branco durante os ultimos annos da sua vida, publicando alguns estudos isolados, como elementos para o futuro trabalho que tinha emprenhado, e que

infelizmente para as letras patrias, a morte lhe não deixou levar a cabo.

Como simples indicação dos escriptos que desde os fins do seculo XVI até o presente, se tem occupado, especial ou incidentemente, dos actos da vida publica e particular do Prior do Crato, e principalmente como auxiliar para os que um dia se proponham tomar como objecto de estudo sério e consciencioso a sympathica figura do filho do Infante D. Luiz, e a epocha em que se desenvolveram os acontecimentos de que elle foi um dos mais salientes protagonistas, emprehendemos o presente esboço bibliographico para servir d'appendice á curiosissima e interessante monographia que acaba de lêr-se.

Não temos a velleidade de suppôr que coordenamos uma *bibliographia completa*, e isenta de defeitos, porque por experiencia sabemos que trabalhos d'esta ordem, ainda que organisados com o maximo cuidado, nunca podem adquirir a perfeição devida. Deixamos mesmo de consignar especies cuja existencia conhecemos, como a *Historia de Portugal*, por Damião Antonio de Lemos Faria e Castro, a *Hispania illustrada*, de Schott, e varias historias patrias que devem tractar do assumpto, mas que não podemos vêr, nem mesmo encontrar citadas a proposito do Prior do Crato. Parece-nos, pois, que se consegue muito, quando porventura se chega a reunir a maior somma de notas sobre uma determinada especie, e é este o resultado a que attingimos, e com elle nos damos por satisfeitos, porque os poucos que entre nós se interessam por esta ordem de investigações, acharão no nosso modesto trabalho menção das mais no aveis, e ain-

da das menos conhecidas publicações referentes ao Prior do Crato.

Resta-nos apenas, em attenção aos que nos lerem, declarar que tivemos o maior cuidado nas transcripções dos titulos e mais indicações das obras que possuímos, ou tivemos occasião de examinar, e por isso nos responsabilizamos pela fidelidade das mesmas transcripções; com relação porém aos livros que só conhecemos pelas referencias que d'elles encontramos, indicamos sempre em nota as fontes onde colhemos as informações da sua existencia.

Sendo nosso empenho aperfeiçoar este esboço bibliographico quanto seja possível, acceitaremos do melhor grado, e agradeceremos sumamente, quaesquer rectificações e additamentos.

F. T.

Adlerhold (Germanum)

1 Die Macht des Portugiesischen Scepters, Oder Umftandliche Reschreibung des Konigreichs Portugal... Ausgefertiger durch Germanum Adlerhold. Franchfurth und Leipzig... Ioh. Leonh. Buggel. 1703. 12.º XX s. n. 668 pag.

Pag. 128 a 132, 403—404.

2 Iesvs. *Allegações* de direito, qve se offereceram ao muito alto, & muito poderoso Rei Dom Henrique nosso Señor na causa da soccessão d'estes Reinos por parte da Senhora Dona Catherina, sua sobrinha filha do Iffante Dom Duarte seu irmão a 22. de outubro de M.D.LXXIX. Impresso com licença. Anno 1580.

No fim da ultima pag.: Impressos per Antonio Ribeiro & Francisco Corrêa em Almeirim, com licença do supremo Conselho da Sancta Inquisição, & Ordinario. Aos 27. de fevereiro de 1580. fol. VI. s. n. 128 fol. num. pel. fr.

Fol. 93 a 101: *Ilhaçam segnda. Em que se mostra que o senhor Dom Antonio não tem direito nesta soccessam.*

Vid. n.º 123.

Andrade (Francisco de)

3 Cronica do mvyto alto e mvyto poderoso Rey destes Reynos de Portugal dom João o III. deste nome. Dirigida ha C. R. M. del Rey dom Filipe o III. deste nome nosso Senhor. Composta por Francisco d'Andrada do seu conselho, & seu cronista mór. Anno 1613. Com privilegio. Impresso em Lisboa com as licenças necessarias por Iorge Rodrigues. Ha custa do Autor. Vendesse na rua nova em casa de Francisco Lopez liureiro. Taxada na mesa do Paço a 900 reis em papel. fol. XIX s. n. 113—134—131—155 fol. n. pel. fr.

Fol. 138 v. e 139 (da 4.^a parte) do cap. CXV: — *O fallecimento do Ifante dom Luiz. & algûas cousas suas em seu louuor, tratasse tambem do senhor dom Antonio seu filho.*

4 Idem. Coimbra: Na Real Officina da Universidade. Anno de MDCCLXXXVI. 4.º 4 vol.

Parte 4.^a pag. 485-486.

Anselme de S.^e Marie (P. de Guibours P)

5 Histoire genealogique et chronologique de la Maison royale de France. Paris, chez Loison, 1674, fol. 2 vol. Paris, 1712 ou Amsterdam, 1713, fol. 2 vol. Paris 1726—33. fol. 9 vol.

Tom. 1.^o pag. 610. (1)

Antas (Miguel d')

6 Les faux don Sebastien. Étude sur l'histoire de Portugal... Paris, Auguste Durand, libr. 1866 (Typ. et lyth. Renou et Maulde) 8.^o gr. V—476 ✕1 s. n. pag.

7 **Antiquario Conimbricense** (jornal). Coimbra: na Imprensa da Universidade, 1841. (9 n.^{os} com 72 pag. fol.)

N.^o 1. Julho. Pag. 5 a 8: a.) Carta do Infante D. Luiz ao Prior Mor de Santa Cruz, sobre a educação de dom Antonio. b.) Carta do Infante D. Luiz a seu filho D. Antonio.

N.^o 2. Agosto. Pag. 16: Carta de Dom Antonio ao Prior Mor de Santa Cruz de Coimbra.

N.^o 4. Outubro. Pag. 29: Carta de D. Antonio ao Reverendo Padre ho Padre Dom Francisco prior de Santa Cruz de Coimbra.

N.^o 5. Novembro. Pag. 38: Carta de Filippe 2.^o á camara de Coimbra sobre a eleição de procuradores

(1) Barbosa Machado. Bibl Lusitana. T. 1.^o pag. 192. Mencionamos todas as edições da obra do P.^e Anselme, porque ignoramos a qual d'ellas se refere o nosso bibliographo.

às cortes (de Thomar) que não receba voto... em pessoa alguã que nas Alterações passadas seguisse Dom Antonio ou seu partido...

N.º 6. Dezembro. Pag. 46-47: Filippe 2.º de Espanha, e o Sr. D. Antonio Prior do Crato. Circular às camaras.

Para outras cartas de D. Antonio Vid. os n.ºs 10 b e h, 11, 26, 37, 85, 184 e 206.

D. Antonio, Prior do Crato

8 *Le Pseavtier royal, ov les pseavmes de la confession. Composez par Dom Antoine Roy de Portugal. Traduits par le R. P. Dom Ioseph Mege, Religieux Benedictin de la Congregation de Saint Maur. A Tolose, chez Estieme Trevenay... M.DC.LXXI. 12.º XX s. n. 98 pag. a 2 col. n'uma o texto latino, e na outra a respectiva traducção.*

No *Preface*, incluído nas XX pag. preliminares, encontra-se uma pequena biographia do Prior do Crato.

9 **Apologie** de Antoine, Roy de Portugal contre Phelippe Roy de Espagne, usurpateur de Portugal, traduite de Espagnol. 1582. (1)

10 **Archivo** dos Açores. Publicação destinada á vulgarisação dos elementos indispensaveis para todos os ramos da historia Açoriana. Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel (Açores) 1878 94, 4.º 12 vol. (continua).

a) Tom. 1.º (1878-80) pag. 468 a 484: *Documentos sobre o dominio hespanhol nos Açores.*

(1) Dicc. bibliogr. port. t. 1.º pag. 79, n.º 360.

b) Tom. 2.º (1880-81). *Dominio hespanhol nos Açores e D. Antonio, Prior do Crato. Documentos: Pag. 20 a 56. (Entre estes, duas cartas de D. Antonio), 97 a 104 (Cartas de D. Antonio (2); 218 a 247. Viagem do commendador de Chaste á Ilh a Terceira, 1583, pag. 220 a 245); 253 a 256; 296 a 304 (Carta de D. Antonio a João Lopes Fagundes, pag. 296); 326 a 334 (Cartas portuguezas do Prior do Crato, pag. 327 a 333); 389 a 457; 548-549: Fr. José Teixeira.*

c) Tom. 3.º (1881) *Dominio hespanhol nos Açores. e D. Antonio, Prior do Crato, pag. 118 a 140; 213 a 278.*

d) Tom. 4.º (1882) Pag. 230 a 247; 255 a 332.

e) Tom. 5.º (1883) *Dominio espanhol dos Açores, etc. Pag. 504 a 516.*

f) Tom. 6.º (1884). *Dominio espanhol, etc. Pag. 463 a 470; 479 a 490.*

g) Tom. 8.º (1886). Pag. 148 a 150.

h) Tom. 9.º (1887) *Dominio hespanhol etc. Pag. 202-204. (Plano para soccorrer D. Antonio de Portugal. Trad. do documento a pag. 206 do n.º 228) 205 a 220. (Varios documentos, extrahidos principalmente dos mss. da Bibl. nat. de Paris, e entre elles uma carta de D. Antonio aos da fortaleza da ilha de S. Miguel, e a resposta d'elles); 551 a 555 (Relação das cousas que aconteceram em a cidade de Angra, ilha Terceira, depois que se perdeu el-Rei D. Sebastião em Africa).*

i) Tom. 10.º (1888). *Dominio hespanhol, etc. Pag. 5 a 89. (Relação das cousas que aconteceram em a cidade de Angra, etc. cont. e conclusão).*

j) Tom. 11.º (1890). Pag. 330 a 337. (Varios documentos).

11 **Archivo Pittoresco**. Semanario illustrado. editores proprietarios, Castro Irmão & C.ª, Lisboa, 1858-68, typ. de Castro Irmão, 11 vol.

Vol. IX. 1876: Pag. 368-379, 393-394, 410-411, n.ºs 48, 50 e 52: *Cartas portuguezas do Prior do Crato*.

Publicadas pelo fallecido escriptor açoriano José de Torres, e transcriptas do livro indicado n'esta bibliographia sob n.º 74 foram reproduzidas no n.º 10 b), de pag. 327 a 333.

12 **Archivo Viannense**. Estudos e notas publicadas por L. de Figueiredo da Guerra, Vianna, typ. de André J. Pereira & Filho, 1891, 8.º gr.

Vol. I. N.º 2. Fevereiro de 1891. Pag. 1 a 4: *Dom Antonio, Prior do Crato, em Vianna, (1580)*.

Aubigné (Le Sieur d') Theodore Agrippa)

13 L'histoire vniverselle do Siévr d'Aubigné... Dedieé a la posterité. A Maillé. Par Ieam Movsat, imprimevr ordinaire dvdict sievr. M.DCXVI-M.DCXX. fol. 3 vol.

Tom. 2.ª pag. 396 a 400; 411, e 463 a 468.

14 **Azores**. Lo succedido a la Armada de Su Magestad de que és capitan general el marques de Santa Cruz, en la Batalla que dio a la Armada que traya D. Antonio en las Yslas de los Açores. Con licencia del Illustrissimo y Excellentyssmo Señor Don Artat de Alagon, Conde de Sastago, Visrey y Capitan

General en este Reyno de Aragon... Fve impressa la presente Relacion, en la Ynsigne y muy leal ciudad de Caragoça, en la emprenta de Lorenço, y Diego Robles, Ermanos. Año de 1582. fol. 6 fol. (1)

Reproduzida no *Archivo dos Açores*, vol. 3.º pag. 118 a 128. Vid. n.º 10 c. Para as traducções em diferentes linguas d'este documento, (que é a *parte official* da acção, enviada pelo marquez de Santa Cruz a Filippe 2.º) vid. os n.ºs 79, 108, 203, 211 e 227.

Barbosa Machado (Diogo)

15 Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo de elrey D. Sebastião, unico do nome, e decimo sexto entre os Monarcas Portuguezes. Lisboa, na Regia officina Sylviana, e da Academia Real. M.DCC.XXXVI-LI. 4.º gr. 4 vol.

16 Bibliotheca Lusitana Historica Critica e Chronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das obras que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da graça até o tempo prezente... Lisboa occidental, na offi. de Antonio Izidoro da Fonseca MDCCLXXXI-LIX, fol. max. 4 vol. a 2 col.

Tomo 1.º, pag. 190 a 194.

Bayam (P.º José Pereira)

17 Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor Rey Dom Sebastião, o desejado

(1) Gallardo. Ensayo de una bibl. española de libros raros y curioses. Tomo 1.º col. 387, n.º 432. Dr. Ernesto do Canto. Bibl. Açoriana, pag. 37 n.º 217.

de saudosa memoria. Historia chronologica de suas acçoens, e successos desta monarchia em seu tempo; suas jornadas a Africa, batalha, perda, circumstancias, e consequencias notaveis d'ella. Dividida em cinco livros. Lisboa occidental, na offi. de Antonio de Sousa da Silva M.DCC.XXXVII. fol. XXIV. s. n. 784 pag. a 2 col.

Pag. 243, e em outras até pag. 713.

Belloy (Pierre)

18 Declaration dv droit de legitime svccession, sur le royaume de Portugal, appartenant à la Royne mere du Roy Treschrestien. Avec la responce aux consultations sur ce faites, tant par les Docteurs des vniversitez de Bologne la Grasse, & Pauie, pour Catherine Duchesse de Bragance, que de ceux de Peruse, pour Rainuce Fernese, Prince de Parme: et Michel Ab Aguirre docteur Bolonois, pour Philippe d'Austrie, Roy de Castille, Leon & Grenate & c..... Par M. P. Be. J v. Tho. A Anvers. 1582. 12.^o gr. IV. s. n. 124 fol. n. pel. fr.

Fol. 41 v. a 47 v. *Chapitre 2.* Exposição dos direitos allegados pelo Prior do Crato á successão do reino.

Bosch (Lambert van den)

19 Prael-Tooneel Der Doorluchtigen Mannen, of Het Leven en Bedrijf der bervemder Vorsten, uytheemsche Veldt-Oversten en Vorstelijske bedienaers deses tijds. Verhan delende De voornaemste saeckén van Staet en Dorlogh, in en omtrent dese laetste hon-

dert Yaeren voorgevallen. Vit de vermaertste Historie Schrijvers by een versamelt, en vertaalt Door Lambert van den Bosch... T Amsterdam, By Abraham Wolfganck en Compagnie, 1676, 4.º VI-s. n. 779 num. XXXI s. n. pag. a 2 col. (1)

Pag. 70 a 106: *Don Antonio, Koninck van Portugael.*

Com um magnifico retrato do Prior do Crato (o melhor que conhecemos) gr. em metal. Meio corpo, s. n. do des. nem do gr.

Boterius (Rodolphus)

20 Commentarius de rebus in Galia et pene toto orbe gestis.

Lib. 2. pag. 135, ad annum 1595. (2)

Brandano (Alessandro)

21 Historia Delle Guerre di Portogallo Succedute per l'occasione della separazione di quel Regno dalla Corona Catholica. Descritte, e dedicate alla Sacra Reale Maestá di Pietro II. Re di Portogallo da Alessandro Brandano. In Venezia, M.DC.LXXXIX.

(1) Tradução: *Historia dos homens notaveis, ou a vida e acções dos principes celebres, dos generaes mais distinctos e dos homens d'estado d'este tempo. Relatando os principaes negocios d'estado e da guerra, que tiveram lugar durante os ultimos cem annos... Extrahido dos melhores historiadores, e traduzido por...*

(2) Barbosa Machado. Bibl. Lusit. pag. 192. D. Ant. C. de Sousa. Hist. Geneal. T. 3.º pag. 387. not.

Presso Pavlo Baglioni... 4.º VIII s. n. 512 n. XIV
s. n. Ante rosto gr. em met.

Pag. 8 a 18.

Brandão (Zepherino N. G.)

22 Monumentos e lendas de Santarem. Lisboa.
David Corazzi, editor... 1883. 8.º gr. X s. n. 684
n. IV s. n. pag.

Pag. 8 a 13.

Bremond d'Ars (Vicomte Guy de)

23 Le Père de Madame de Rambouillet. Jean
de Vivonne, sa vie et ses ambassades près de Philippe
II et à la cour de Rome, d'après des documents inédites... Deuxieme ed. Paris, libr. Plon... 1885.
8.º gr. IV. s. n. IV. 396 pag.

Pag. 114 a 129: *La question de la succession
de Portugal.*

Brice (D. Germain)

24 Description de la Ville de Paris... Paris,
1752. in 12.º 4 vol.

Tom. 3.^{eme} pag. 261.

25 **Briefz discovrs** de tovt ce qui c'est
passe en l'armee d'Angleterre aux costez d'Espagne &
Portugal despuys le quatriésme de May iusques a la
desroute de la dicte Armee. Tradvit de l'Italien en
François sur la coppie imprimee a Millan. A Lyon
Par Jehan Patrasson 1589. 12.º 13 pag.

Curiosa e rarissima relação do ataque de Lisboa pelos inglezes, que vinham sustentar os direitos do Prior do Crato. Nunca vimos, nem até hoje encontramos citada, a edição do original italiano impresso em Milão.

Vid. n.º 186.

26 **Briefve** et sommaire description de la vie et mort de Dom Antoine, Premier du nom & dix-huictiesme Roy de Portugal. Avec plusieurs Lettres seruantes á l'Histoire du Temps. A Paris, chez Gervais Alliot... 1629. 12.º XVI s. n. 302 pag. — II s. n.

A epistola dedicatoria ao rei de França, Luiz 13.º (pag. 3 a 8 dos preliminares) é assignada por *Dom Christovam, Prince de Portugal*, filho de D. Antonio.

Além das cartas do Prior do Crato que se encontram neste livro, e que já tinham sido anteriormente publicadas no vol. indicado sob n.º 85 ha duas (pag. 276 a 287) que aqui se imprimiram pela primeira vez. São dirigidas ao papa Sixto 5.º e datadas de Londres a 26 de janeiro, e 27 de julho de 1586.

Brietius Abbavilleus (Philippus)

27 Philippe Brietii Abbavillaei S. J. Sacerdotis. Annales mundi sive Chronicon Universale... Viennae Austriae, apud Ret. Conr. Mouath. MDCCXXVII. fol. max. 1048 pag.

Pag. 855, 856 e 858.

**Busbeck (Le baron Auger
Gislen, Seigneur de) — ambassa-
deur de Rodolphe II près
Henri III)**

28 Lettres, traduits du latin par L. Est. de Foy, avec des notes. Paris, 1748. 12.º 3 vol.

As cartas referentes a D. Antonio são a 6.ª, 12.ª, 17.ª, 22.ª e 24.ª.

Byler (Henricus Carolinus van)

29 Henrici Carolini van Byler Libellorum rariorum, partim editorum, partim ineditorum, fasciculus primus, continens Josephi Teixeira de Portugalliae ortu, Regni initis et denique de rebus a Regibus universoque Regno praeclare gestis Compendium etc. etc. . . . Groningae, Apud Jacobum Sipkes, MDCCXXXIII 12.º 20 — VI — 300 pag.

Além da obra de Fr. José Teixeira (pag. VI-80. Vid. para a ed. original o n.º 213) contém este volume os seguintes escriptos sobre o Prior do Crato: a) *Kurtze auzeig, Aufz was chafften, under heblichen ursachen der Durchlenchtiget, und Mach tigst furst, Antonius in Portugal, Und Algarbien Koenig, bewegt den zu wasser und landt angesangen, wider den Koenig zu Castillien, und alle welche demselben mit gunstund hulff in einigen Weg zugethan seind verfolge* (1) pag. 81 a 92. b) *Breuis et fida narratio, et*

(1) Breve noticia dos principaes motivos que determinam S. A. o mui poderoso Principe Antonio de Portugal e rei dos Algarves a continuar a guerra começada na terra e no mar contra o rei de Castella e contra todos os que o auxiliaram e soccorreram.

continuatio rerum omnium a Drako et Norreysio, Post felicem ex Occidentalibus Insulis reditum, in sua expeditione Portugallensi singulis diebus gestarum. Pag. 93 a 136.

Vid. n.º 204.

Cabrera de Cordova (Luis)

30 Filipe Segvndo Rey de España. Al Serenissimo Principe sv nieto esclarecido Don Filipe de Austria. Lvis Cabrera de Cordova criado de Sv Magestad Catolica i del Rey don Filipe terçero nuestro Señor. Istoriador destes Reynos. *No fim:* En Madrid. Por Luis Sanchez inpresor del Rey N. S. Año M.DC.XIX. fol. VI s. n. 1176 num. — LX pag. s. n. Front. gr. em met.

Pag. 1101 a 1149: Libro XIII. Cap. I a III, V, VI e VIII.

31 Historia de Filipe II, Rey de España. Edicion publicada de R. O. Madrid, 1876. fol. 4 vol. (1)

Caledonio (Cadabal Gravio)

32 Ad magnificentissimum illustrissimum. Principem Antonium... Principis Lvdonici... filium... Cractique Priorem Cadabalis Gravij Calydonij Monocolon Enconiniasticonque carmen... Exce debat Antonivs Gonsales Typographus Olyssippo e. Anno 1568... 4.º 8 fol. num. (2)

(1) Cesareo Fernandez Duro. La Conquista de las Azores en 1593. Madrid, 1886, pag. 505.

(2) Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. VIII. 1880-81. R. de J. Typ. Nac. 1881 4.º gr. pag. 252, n.º 710.

Camus (A. G. de)

33 Memoire sur la collection des grands et petits voyages de de Bry... Paris 1802.

Pag. 338. Viagem do Commendador de Chaste á Terceira. (1)

Caramuel Lobkowitz (D. João)

34 Philippvs Prvdens Caroli V. Imp filiivs Lvsitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae Legitimvs Rex demonstratvs... Antverpiae, ex off. Plantiniana Balthasaris Moreti. M.DC.XXXIX. fol. XXXII s. n. 430 — XXVI s. n. pag. Front. grav. em met. e numerosas gravuras, incluindo a serie de retratos dos reis de Portugal, intercaladas no texto.

Pag. 225-303: Discussão da legitimidade e direitos de D. Antonio.

Carrillo (Dr. Martin)

35 Annales, memorias chronologicas que contienen las cosas succedidas en el mundo... hasta 1620... Huesca, por Pedro Bluson, 1622. fol. 452 fol. n. pel. fr. (2)

Fol. 415 v. *D. Antonio nos Açores e batalha em S. Miguel.*

36 **Carta** de Francisco Caldeira de Brito, escripta em Madrid, na qual se relatam alguns factos interessantes para a Historia de D. Antonio, Prior do

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açoreana, pag. 52, n.º 328.

(2) Dr. E. do C. Bibl. Açoreana, pag. 53, n.º 335.

Crato. 1880. Typ. do Archivo dos Açores. Ilha de S. Miguel. 8.º gr. 12 pag.

Tiragem em separado do tomo 2.º do *Archivo dos Açores*, em 40 ex. numerados, que não entraram no commercio.

Castello Branco (Camillo)

37 O Senhor do Paço de Ninães. Lisboa, Livraria de Campos Junior, editor 12.º S. a. (1867).
Pag. 140-155.

38 Mosaico e sylva de curiosidades historicas, litterarias e biographicas, por. . . Porto, Anselmo de Moraes, ed. 1868. 8.º VI—205 pag.

Pag. 144 a 146: *Carta de D. Antonio, Prior do Crato, aos Lentes da Universidade de Coimbra.*

39 As virtudes antigas, ou a freira que fazia chagas e o frade que fazia reis. . . Lisboa, Campos Junior, 1868. 12.º gr. 223 pag.

Estudo sobre Soror Maria da Visitação, a freira Santa da Annunciada, e Fr. Miguel dos Santos (reinado de Philippe 2.º).

40 Bibliotheca de Algibeira. Noites de Insomnia, offerecidas a quem não pode dormir, por. . . Publicação mensal. Numero 3. Março. Livraria Internacional de Ernesto Chardron. Porto 1874—8.º 100 pag.

Pag. 93 a 100: *Subsidios para a historia da Serenissima Casa de Bragança. 1. Pedro de Alpoem.*

Idem—Numero 11. Novembro. 8.º 99 pag.

Pag. 52-80: *O heroe da ilha Terceira.*

41 Sentimentalismo e historia. I. Livraria internacional de Ernesto Chardron. Porto, 1879. 12.º gr. 302 — II s. n. pag.

Pag. 9 a 114: *Historia. Estudos para a formação do livro: D. Antonio, Prior do Crato, e seus descendentes.*

Comprehende as seguintes secções:—I. *Duarte de Castro*. II. *Manuel da Silva Coutinho*. III. *D. Francisco de Portugal*.

42 D. Luiz de Portugal, neto do Prior do Crato (Quadro historico). 1601-1660. Porto. Livraria Civilisação de Eduardo da Costa Santos ed. 1883. 12.º gr. 192 pag.

Castilho (Julio de)

43 Lisboa antiga. Lisboa. livr. de A. M. Pereira, editor. . . 1879. 12.º gr.

Primeira parte: O bairro alto. Cap. IX. Pag. 110 a 112. Cap. XV. Pag. 168 a 169.

Idem. Lisboa. Livr. Ferreira. . . Junho de 1889. 12.º gr.

Segunda parte: Bairro oriental. Tomo VI. Cap. VI, e VII. Pag. 68 a 81. Nota III. Pag. 335 a 368. Interessantes investigações sobre o inventario dos moveis, e o rol da livraria do Prior do Crato. Este ultimo trabalho, modelo no genero, é do illustrado bibliophilo, e erudito conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, o nesso bom amigo dr. Xavier da Cunha.

Castro (Dom Ioam de)

44 Discurso da vinda do sempre bem vindo et apparecido Rey Don Sebastiam nosso senhor o Encuberto des do seu nasçimêto tee o presente: feyto & dirigido Por Dom Ioam de Castro aos tres Estados do reyno de Portugal: conuem a saber ao da Nobreza, ao da Clerezia & ao do Povo. Em Paris, Por Martin Verac, morador na rua de Iudas. M.D.C.II. Com priuilegio de El Rey. 12.º gr. 135 — 1 s. n. fol. n. pel. fr.

Fol. 43 a 53: Cap. XIII—XIV. Vid. n.º 184.

Chalon (Renier)

45 Don Antoine, roi de Portugal, son histoire et ses monnaies, par... Bruxelles, Fr. Gobbaerts, imp. du Roi... 1869. gr. in. 8.º IV s. n. 42 pag. e 4 estampas *sur chine volante* reproducções de moedas, gr. em metal.

Tiragem á parte, em pap. vel. e de maior formato, da *Revue de numismatique belge, publiée sous les auspices de la Société Royale de numismatique*. 4.^{ème} serie. Tome VI. Bruxelles, 1868. 8.º pag. 27-59.

Chaumeil de Stella (L.^m) et Auguste de Santeuil

46 Essai sur l'histoire du Portugal, depuis la fondation de la monarchie jusqu'à la mort de D. Pedro IV (1080-1834)... Paris, Rey et Gravier... A. Pougin, libraires (Imprimerie de Cosse et G.—Lagnionie...) MDCCCXXXIX. 8.º gr. 2 vol.

Tom. 1.^{er} pag. 310 a 320, 325-326.

47 Le même. Bruxelles, N. I. Gregoir V. Wouters et Ci.^e... 1841. 8.^o gr. 2 vol.

Tom. 1.^{er} pag. 148 a 152, e 154.

48 **Chronica** do Cardeal Rei D. Henrique, e Vida de Miguel de Moura, escripta por elle mesmo. Publicadas com algumas annotações pela Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis. Lisboa, Typ. da Sociedade Propagadora dos conhecimentos uteis... 1840 8.^o XII—185—n. — 5 s. n. pag.

Cap. XIX, XX, XXXVI, XXXVII, XXXIX, XLVI, XLVII, XLIX a LI, LIII e LIV.

Ciccarelli (Antonio)

49 Le Vite de Pontéfici di Antonio Ciccarelli Dottore in Teologia Al Illstre et Molto Rd.^o Sign.^{ra} Giovan Angelo Egittio. Con l'effigie di Giovan Battista de Cavallieri. L'anno M.D.LXXXVII. Ex typographia Dominici Basae. Romae cum privilegio. 4.^o IV s. n. 286 n. II s. n. fol.

Fol. 274 v. a 275 v. (Na Vida de Gregorio 13.^o).

Clerck (Nicolau de)

50 Tooneel der Keyseren en Coningen van Christenrijk sedert den onderganck van het GriECKs heyserdom. Vervatende hare beelteuisssem en afcomsten en de voornaemste daden, ende also t'sommier der Historie van meer dan 150 jaren herwaerts. Rij een vergadert nit de geloofsweer digste Schrijvers,

door N. D. C. Tot Delf. Bij Niclaes de Clerck. Anno 1615 fol. 2 vol. (1)

Tom. 1.º fol. 114 a 116: *Antonius de j. Coninck van Portugael*.

Tem o retrato de D. Antonio, gravado em metal e intercalado no texto: busto, n'uma oval, inscripta n'um parallelogrammo, com a seguinte inscripção na orla: *Antonivs. I. Dei Gratia Rex Portugalliae et Algarbiorum*. Na parte inferior do retrato, a mesma inscripção em hollandez.

51 **Colleccion** de documentos inéditos para la historia de España, por los Señores Marqueses de Pidal y de Miraflores y D. Miguel Salvá, Individuos de la Academia de la Historia. Madrid, Impr. de la Viuda de Calero, 1858 a 1860. 4.º peq. 4 vol.

Tomos XXXII a XXXV: *Correspondencia del Duque de Alba con Felipe II y otros personajes sobre la conquista de Portugal en 1580 y 1581*.

Vid. especialmente o vol. XXXIII, *passim*.

Conceição (Fr. Claudio da)

52 Gabinete historico, que a Sua Magestade Fidelissima, o Senhor Rei D. João VI em o dia dos seus felicissimos annos, 13 de maio de 1818, offerece... Lisboa, na Imp. Regia, 1818 8.º 18 vol.

Tomo 3.º pag. 2, 3, 8, 12, 13, 30 e 31.

(1) Traducção do titulo: *Historia dos imperadores e reis da Christandade desde a queda do imperio grego. Contendo as suas instituições, origem e principaes acções, assim como o summario da historia de mais de 150 annos anteriores. Extrahido dos authores mais acreditados por N. D. C.*

Conches (F. Fenillet de)

53 *Causeries d'un curieux, variétés d'histoire et d'art tirées d'un cabinet d'anthographes et de dessins.* Paris, Henri Plon, impr. ed. 1862-68. 8.^o gr. 4 vol.

Vol. 3.^o (1864) pag. 136, 153 a 157, e 165.

Conestagio (Ieronimo de Franchi)

54 *Dell vnione del regno di Portogallo Alla Corona di Castiglia. Istoria del Sig. Ieronimo de Franchi Conestaggio gentil hvomo Genovese.* In Genova. Appresso Girolamo Bartoli, 1585, 4.^o XII s. n. 264 fol. num. p. fr.

55 *Dell Vnione del regno di Portogallo Alla Corona di Castiglia. Istoria del Sig. Ieronimo de Franchi Conestaggio gentil hvomo Genovese.* In Genova. Appresso Girolamo Bartoli, 1589, 4.^o XXIV s. n. 412 pag.

56 *Outra edicção.* Milão, 1616. 8.^o. (1)

57 *Idem.* Veneza, 1642. 8.^o. (1)

58 *Idem.* Verona, 1642. 8.^o. (1)

59 *La Vnion dv Royavme de Portvgal a la Covronne de Castille. Contenant les dernieres guerres des Portugais contre les Maures d'Afrique, la fin de la Maison de Portugal & changement de son Empire. La description de Portugal, de ses principales Villes, Chasteaux, Places, Riuieres, Ponts, passages,*

force, faiblesse, resenss, & despences, Des Indes d'Orient, Isles Terceres & autres despédences. Auec plusieurs batailles nauales & terrestres, escarmouches, rencontres, sièges de Villes, Harangues & stratagemes de guerre. Prise de l'Italien du Sieur Hierome de Franchi Contestaggio (*sic*) Gentilhomme Geneuois. Auec vne Table des choses plus remarquables. Par M. Th. Nardin D.^{es} D. C. de B. G. B. A Besançon. Par Nicolas de Moingesse. M.D.XCVI. 12.^o gr. XVI s. n. 478 — XII s. n. pag.

60 Outra edição. 1601. (1)

61 Histoire de la reunion du Royaume de Portugal A la Couronne de Castille. Traduit de l'Italien de Ierôme Conestage gentil-homme Genoïs. Suivant la copie A Paris Chez Claude Barbin M.DC.LXXX. 18.^o 2 vol. de VI s. n. 360, e 264 pag.

Tradução diversa da anterior.

62 Outra edição. 1695. (1)

63 De Portvgalliae conivnctione cum regno Castellae, Historia Hieronymi Conestagii, patritij Genuensis, dinisa in decem libros, & ex Italico sermone in Latinum conuersa. Francofurti. Typis Wecklianis, apud Claudium Marnium & heredes Io. Aubrii. M.DCII. 12.^o 502 — XLIV s. n. pag.

(1) Memoires historiques, politiques, et litteraires, concernant le Portugal, et toutes ses dependances; avec la bibliotheque des ecrivains et des historiens de ces etats: par Mr. le chevalier d'Oliveyra, Gentil Homme Portugais. A la Haye, Chés Adrien Moetjens, M.DCC.XLIII. 8.^o vol. Tom. 2.^o pag. 312-313.

64 Historia de la Vnion del reyno de Portvgali A la Corona de Castilla: de Geronimo de Franch, Conestagio Cauallero Ginoues. Traduzida de lengua Italiana, em nuestra vulgar Castellana, por el Dotor Luys de Bauia, Capellan delRey nuestro señor, en su Real capilla de Granada, dirigida al Illustrissimo y Reuerendissimo señor Don Francisco Arenalo y de Suaço, Obispo meritissimo de Gerona, y del consejo de Su Majestad, & c. Año 1610. Con licencia y privilegio. En Barcellona por Sebastian de Cormellas, all Cal. *No fim da ultima pag.*: Impressa En la muy insigne y leal Ciudad de Barcelona, en casa de Sebastian de Cormellas, al Call. Año de M.DC.X. 4.º IV s. n. 227 fol. n. pel. fr. — I s. n. contendo a subscrição final.

65 The Historie of the uniting of the Kingdom of Portugall to the Crowne of Castil, containing the last Warres of the Portugals against the Moors in Africke, the End of the House of Portugall, and the Change of that Gouvernement. The Description of Portugall, their principal Townes, Castles, Places, Rivers, Bridges, Passages, Forces, Weaknesses, Revenues, and Expenses. Of the East Indies, the Isles of Terceres, and other Dependences, with many Battailles by Lea and Lande, Skirmishes, Encounters, Sieges, Orations, and Stratagemes of Warre. Imprien ted at London by Arn. Hatfield por Edward Blount. 1600. fol. (1)

(1) G. Adamson. Bibliotheca Lusitana: or Catalogue of books and tracts, &c Newcastle on Tyne, MDCCCXXXVI, 12.º pag. 38-39.

66 **Consideration**, waer aeur mijne Heeren de Staten deser Vereen Nederlantsche Pro-vintiën hen behooren te resolveren cenighe bequame assistentie te dven aan den Koninc van Portugal. Rotterdam. s. n. do impressor nem data (Dierck Mullen, 1582) 4.º 4 fol. (1)

Cordeiro (P.º Antonio)

67 Historia Insulana das ilhas a Portugal su-geitas no Oceano Occidental, composta pelo P.º Antonio Cordeiro, da Companhia de Jesus... Lisboa oc-cidental, na off. de Antonio Pedrozo Galvão... Anno 1717. fol. XVI s. n. 528 pag.

Pag. 338 a 380. Cap. XXV a XXX.

68 Idem. Lisboa. Typographia do Panorama MDCCCLXVI. 4.º 2 vol. (2.ª edição).
Tomo 2.º pag. 139 a 166.

69 **Corte** verklaeringe van de... oorsaec-ken, dewelck Dom Anthoine Connick van Portugael... beweeght hebben... d'orloghe te voeren... te ghen den Coninck van Castilien. S. I. 1582. 4.º 4 fol. (2)

(1) Catalogue d'une choix de pièces historiques curieu-ses et rares des XV^eXVI^e et XVII^e siècles, en vente aux prix marqués. La Haye, Martinus Nijhoff, 1891, pag. 12.

(2) Catalogue d'une choix de pièces historiques curieu-ses et rares des XV^e^{me}XVI^e^{me} et XVII^e^{me} siècles, en vente aux prix marqués. La Haye, Martinus Nijhoff, 1891. pag. 12.

O titulo traduzido em portuguez é: Curtas explicações das causas que levaram D. Antonio rei de Portugal a fazer a guerra ao rei de Castella.

Cruz (Fr. Bernardo da)

70 Chronica de El-Rei D. Sebastião,... publicada por A. Herculano. e o Dr. A. C. de Paiva. Lisboa, 1837. Na impressão de Galhardo e irmão... 8.º XVI—446 n. XXXVIII pag. s. n.

Pag. 333, 336, 387, 390, 419, 421, 425, 430, 434, 441 e 443. Cap. 82, 83, 96, 97, 105, 106, 108 a 110, 112 e 113.

Daniel (Le P.º Gabriel)

71 Histoire de France. Paris 1755-68 17 vol. Tome XI^{me} pag. 168: Expedição franceza em 1583 a favor de D. Antonio. (1)

72 **Decreto** dos Governadores de Portugal, sobre a successão do Reino.

Datado de Crasto merin a. X. ij. Julho. MDLXXX. 4.º 7 pag. s. n.

(Na Bibliotheca Real de Ajuda—Collecção de papeis varios relativos ao governo de Hespanha—tom. I.) (2)

Vid. n.º 199.

73 **De jure** successionis regiae Lusitaniae de que legitima regis Antonii successione. Middelb. 1596. 8.º (3).

(1) Dr. Ern. do C. Bibl. Açoriana, pag. 72 n.º 480.

(2) Bibliographia historica portugueza, por Jorge Cesar de Figueiredo. Lisboa, 1850, pag. 44, n.º 184.

(3) Dicc. bibliogr. port. T. 8.º pag. 73. n.º 2158. Bibliographie biographique universelle, par Ed. M. Oettinger. Paris, 1860, gr. in 8.º T. 1.º col. 54.

Denis (Ferdinand)

74 Portugal, par M. Ferdinand Denis, Conservateur a la bibliotheque Sainte-Geneviève. Paris, F. Didot frères, ed. MDCCCXLVI 8.º gr. IV s. n. 440 n. — II s. n. pag. a 2 col.

Pag. 297 a 303. Da collecção: *Univers pittoresque. Histoire et description de toutes les peuples.*

75 **Der neueste** Staat des Konigreichs Portugall, Und der darzu gehorigen Lander inn-und ausserhalb Europa.. Halle im Magdeburg. A. 1714.. 12.º 2 vol.

Tom. 1.º pag. 507 a 569.

Diaz de Vargas (Francisco)

76 Discurso y Summario de la Guerra de Portugal, y successos della, agora nuevamente ordenado, por Francisco Diaz de Vargas, natural de la ciudad de Trugillo. Dirigido al muy Illustre Señor dõ Martin de Bolea y Castro legitimo successor en la casa de Sietamo y sus Baronias. Con licencia y Privilegio. En Çaragoça. En casa de Domingo de Portonariis y Vrsino. 1581. 8.º 6—125 — I fol. s. n. com as erratas. (1)

77 **Successi** della guerra di Portogallo: Ne'quali non solamente si descrivono gli Apparecchi che in essa furono fatti; Ma l'Incoronatione ancora tutti, della Maestà Catholica del Rei Filippo. Con

(1) Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos, por D. Bartolome Jose Gallardo. Tomo 4.º col. 1471, n.º 4530. Madrid, 1889.

Privilegio. In Venetia, Appresso Francesco Ziletti. MDLXXXII. 8.º IV s. n. 71 fol. n. pel. fr.

Tradução italiana da obra antecedente. A dedicatória: *Al molto Illust. Signor mio, et padrone os-servuandissimo, Il Signor Cont' Hercole Benilacqui*, é assignada por Euangelista Ortense.

78 **Diccionario** Popular, historico, geographico, mithologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario, dirigido por Manuel Pinheiro Chagas... Lisboa. Varias typographias, 1876—1890, fol. peq. 16 vol.

Tomo 1.º pag. 255-258: *D. Antonio, Prior do Crato*.

Tomo 12.º pag. 345-346: *Teixeira (Fr. José)* e 218-119 *Strozzi (Filippe)*.

79 **Discourse** of that wich happened in Batle fought between the two navies of Spain and Portugal at the Islands of Azores, anno 1582, by Alvaro de Bazan, of Santa Cruz. London, 1582. in 12.º (1).

Trad. ingleza do n.º 14.

Drummond (Francisco Ferreira)

80 Annaes da ilha Terceira... Publicados pela camara municipal de Angra do Heroismo. Angra do Heroismo. Impr. do governo (o 1.º tomo) e typ. de M. I. P. Leal (o 2.º, 3.º e 4.º) 1850-64. 8.º gr. 4 vol.

Tomo 1.º pag. 161 a 382, e 676 a 682.

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açoriana, pag. 85, n.º 524.

Dubrenil (Le P.^o)

81 Le Theatre des antiquitez de Paris. Paris, 1639. in 4.^o

— Liv. III. pag. 672. (1)

82 **Einleitung** zum Begriff des Staats von Portugal. Halle im Magdeburgischen... s. a. (1714?) 12.^o 88 pag.

Pag. 46 a 51.

Escobar (Antonio de)

83 Recopilacion de la felicissima iornada que la Catholica Real Magestad del Rey don Phelipe nuestro señor hizo en la conquista del Reyno de Portugal: ansi en las cosas de la guerra como despues en la paz antes que boluisse a Castilla. Siendo capitan general el Excellentissimo don Fernand aluarez de Toledo Duque de Alua. Compuesta por Antonio de Escobar vezino y natural de la Villa de Valladolid, que se hallo presente en tola aquella guerra, siruiendo a su Mag. con su persona y armas, criados y caualllos. Dirigida a su Catholica Real Magestad. *No fin*: Impressa en Valencia, en casa de la viuda de Pedro de Huete, en la plaça de la yerua. Añ. M.D.LXXXVj. 4.^o VIII (s. n.) 110 — II (s. n.) fol. num. pel. fr.

Estebanez Calderon (D. Serafin)

84 De la conquista y pérdida de Portugal. Madrid, Impr. de A. Pérez Dubrull, 1885 12.^o 2 vol.

(1) Francisque Michel (R.) Les Portugais en France, les français en Portugal. Paris, 1882 pag. 33, not. 2.

Tom. 1.º pag. 1 a 71: *Introducion. Campanã del Duque de Alba en Portugal.*

85 **Excellent** et libre discours du droict de la succession royale au Royaume de Portugal: et de la legitime succession du Roy Dom Anthoine. Avec plusieurs Lettres curieuses des Papes, Rois, Princes et Monarques de la Chrestienté, sur la recognoissance du dit Dom Anthoine Roy de Portugal. A Paris, chez lean Micard, 1607. 12.º XXIV 395 pag. (1)

As cartas em portuguez do Prior do Crato, que se encontram n'este raro volume, foram reproduzidas no vol. IX do *Archivo Pittoresco*. (Vid. n.º 11) e no *Archivo dos Açores*. (Vid. n.º 10 b).

86 **Explanatio** veri ac legitimi iuris quo serenissimus Lusitaniae rex Antonius, eius nominis primus, nititur ad bellum Philippo regi Castellae pro regni recuperatione inferendum. Una cum historica quadam enarratione rerum eo nomine gestarum usque ad annum M.D.LXXXIII. Ex mandato & ordine Superiorum. Lugd. Batavorum, in typ. Christ. Plantini, M.D.LXXXV. 4.º 79 pag.

87 **Idem.** Colonia Agrip. 1613. (2).

Para as traducções francezes, ingleza e hollan-

(1) Dicc. bibliogr. portug. por I. F. da Silva. Tom. 8.º pag. 72. n.º 2155.

(2) Annales Plantiniennes, par C. Ruelene & A. de Backer. Paris, 1866. 8.º gr. pag. 287. n.º 10.

Dicc. bibl. port. T. 8.º pag. 73. n.º 2157.

Annaes da Bibl. Nac. do R. de Janeiro. Tomo VIII. 1880-81. R. de Jan. typ. Nac. 1881, pag. 308, n.º 1040.

deza d'este notavel documento vejam-se os n.ºs 116, 88 e 115.

88 *Explanation* (The) of the True and Lawful Right and Tytle of the Moste Excellent Prince Anthoine, the first of that Name, King of Portugall, concerning his Warres againste Phillip, King of Castile and against his Subjects and Adherentes, for the Recoverie of his Kingdom Together with a breife Historye of all that hath passed aboute that Matter, until the Yeare of our Lord, 1583. Translated into English and conferred with the French and Latine copies. By the Commandement and Order of the Superiors. At Leyden, in the Printing House of Christopher Plantyn. 1585. 4.º (1)

Tradução do n.º 86. Para outras versões vid. os n.ºs 115 e 116.

Faria e Sousa (Manuel de)

89 *Evropa Portugueza*. Segunda edicion correcta illustrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que és labor buena. Por su autor Manuel de Faria, y Sovza, Cavallero de la orden de Christo... Lisboa... A costa d'Antonio Crasbeeck de Mello... 1680. fol. 3 vol.

Tomo 3.º pag. 69 a 98. Parte I. Cap. IV.

(1) *Bibliotheca Lusitana* or Catalogue of books and tracts, relating to the history, literature, and poetry of Portugal, forming part of the library of John Adamson. Newcastle on Tyne... 1839. 12.º pag. 38.

Annales Plantiniennes, par C. Ruelens & A. de Backer, Paris, 1866, pag. 288, n.º 11.

Antecede este capitulo um retrato de D. Antonio, gravado em metal, de meio corpo, frente, n'uma elypse, em cuja orla se lê: *Antonius I. Port. Rex. vixit. ann. LXVI. obiit anno 1595.*

90 **Historia** del reyno de Portugal, dividida en cinco partes... por Manuel de Faria y Sousa. Nueva edicion. Em Amberes, en casa de Iuan Bautista Verdussen. M.DCC.XXX. fol. gr. VI s. n. XXIV—456 — XLIX n. — XV s. n. pag. a 2 col. Pag. 342 a 346.

Fernandez Duro (Cesareo)

91 La Conquista de las Azores en 1583, descrita por el Capitan de navio Cesareo Fernandez Duro... Madrid, est. tipografico «Sucessores de Rivadeneyra»... 1886. 8.º 525 pag.
Vid. n.º 218.

Ferreras (D. Iuan de)

92 Historia de España. Madrid, 1700---27. pet. in 4.º 16 vol.

Tom. 15.º pag.: 274, n.º 11; 278, n.º 4; 285, n.º 6, e 327, n.º 1. (1)

Figueiredo (José Anastacio de)

93 Nova historia da militar ordem de Malta, e dos Senhores Grão-Priores d'ella, em Portugal: fundada sobre os Documentos, que só podem supprir, confirmar, ou emmendar o pouco, incerto ou falso,

(1) Barbosa Machado. Bibl. Lusit. T. 1.º pag. 192.

que d'ella se acha impresso, servindo incidentemente a outros muitos assumptos, com geral utilidade... Lisboa, MDCCC, na off. de Simão Thaddeo Ferreira, fol. 3 vol.

Foix (Paul de)

94 Lettres de messire Paul de Foix, archevêque de Tolose, ambassadeur au pres du Pape Grégoire XIII, écrites au roi Henri III (pendant les années 1581 et 1582), publiées par Auger de Moléon, sienr de Granier). Paris, Ch. Capellain, 1628, 4.^o.

Lettres 55, 56 et 57. (1)

Forneron (H.)

95 Histoire de Philippe II. Paris, E. Plon et C.^{ie} 1881-82. Deuxième édition. 8.^o gr. 4 vol.

Tome 3.^{eme} Conquete de Portugal—Alexandre Farnese—Invincible armada: Pag. 97 a 140. Ch. III. *III, Le roi Cardinal*. Pag. 141 a 159: *IV. Efforts du roi Antonio á l'étranger*. Pag. 359 a 365: Ch. X. *II. Expédition de Portugal*.

Fortia d'Urban (Le Mi.^e) et M. Mielle

96 Histoire générale de Portugal, depuis l'origine des Lusitaniens jus qu'a la regence de Dom Miguel, par... A Paris, chez Gauthier frères et C.^{ie}... 1828-1829. 8.^o gr. 9 vol.

(1) Dr. E. do Canto. Bibliotheca Agoriana, pag 110 n.^o 782. Brunet (I. Ch. de) Manuel du Libraire. Paris, 1861. T. 2.^o col. 1315 e 1316.

Tom. VI.^{me}. pag. 139 a 202: *Antoine, dix-huitieme roi de Portugal.*

Precede este capitulo um retrato lythographado de D. Antonio, busto 3/4 á d. No ang. inf. esq.: Lecler, 1829. No dir. Imp. de Mantoux, rue du Paon n.º 1.

Fournier (Edouard)

97 Un prétendant portugais au XVI.^{me} siecle. Lettre a M. M. d'Antas. Secrétaire de la legation de S. M. T. F. á Paris, sur Dom Antonio, Prieur de Crato, suivie d'études sur un prédicateur portugais á Paris en 1610. La Rosalinda, et l'origine portugaise de la Fiancée du roi de Garbe, par... Paris, impr. et lyth. de Maulde et Renou... 1851. 12.º gr. 144 pag.

Frusten (Albrecht)

98 Historien der Königreich Hispanien, Portugal und Aphrica, welcher Zeit sonderlich Portugal seinen Anfang genommen, von weme dasselbe zum Königreich erhoben... Auch von dem übel angeordneten Kriegszug König Sebastians in Aphrica, in welchem er selbst erbarmlich, auch bey 18000 Mannen erschlagen... Wie Don Anthonio... vermeynte König in Portugal zu werden... Auss dem Italianischen durch Albrecht Frusten in das gebracht. Munchen, Adam Berg, 1589, fol. 26 — 226 fol. n. pel. fr. (1)

(1) Bibliotheca Açoriana. Noticia bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras concernentes ás ilhas dos Açores, por Ernesto do Canto. 1890. Ponta Delgada. 8.º gr. Pag. 109, n.º 773, e 267, n.º 1761.

99 *Evora villaco*, c'est á dire la liberté de Portugal. Au quel se montre le droit chemin & vrais moyens de resister à l'effort du Castillan, rompre la trace de ses des-eíns, abbaissér son orgueil, & ruiner sa puissance. Dedié aux Roys, Princes, Potentats et Républiques de l'Europe, particulièrement au Roy Tréschrestien. Traduiet de la langue castillane en langue Françoisé. Imprimé nouvellement. M.D.CXLI. in 32.º XII s. n. 206 — X s. n. pag.

Para a biographia do author d'este livro, o P.º Fr. José Teixeira, deve lêr-se o que se encontra de pag. 219 a 221 da, em *Resposta dos tres Estados* (n.º 184) alem da sua propria authobiographia (n.º 215).

O titulo, traduzido em portuguez, da obra indicada no texto é o seguinte:

Historia dos reinos hespanhol, portuguez e africano, a saber: em que epocha particularmente Portugal teve começo, e por quem foi elevado a reino, quaes as guerras, e qual o commercio marítimo e terrestre, bem como esta má guerra feita pelo rei Sebastião em Africa, e na qual foi tão infeliz e dois reis mouros e 18:000 homens foram mortos, e com ella ficou o reino sem herdeiro, fortuna e sem a melhor nobreza, e então varios reinos foram tirados a Portugal. Como D. Antonio, que esperava ser rei de Portugal, saindo cativo em Africa, esperava ser eleito rei de Portugal, e do perigo que correu, porque meio escapou das mãos dos hespanhoes, e como o reino de Portugal voltou para a corôa de Hespanha. Traduzido do italiano por Albrech Frusten....

Não podemos até hoje descobrir o original italiano de que esta obra se diz traduzida, ignorando por isso se chegou a imprimir-se, ou se, como supomos, foi a traducção feita directamente de algum manuscripto.

Garcia de Alarcon (Gaspar)

100 La uictoriosa conquista q Dõ Aluaro Baçan Marques de Sancta Cruz General de la Armada y exercito de Su Mag. hizo en las Islas de los Açores, el año 1583, Dirigida al Illustriss. Señor dõ Diego Hurtado de Mendoça Marques de Cañete, señor de las ocho Villas, guarda de la ciudad de Cuenca, Alcaide mayor de sacas y cosas uedadas por Su Mag. Compuesta por Gaspar Garcia de Alarcon, natural de la ciudad de Cuenca. (Escudo de armas) Impressa en Valencia cõ Priuilegio, juto almolino de la Rouella, 1585. 8.º 136 fol. (1)

Poema em 10 cantos, cuja menção falta na *Bibliotheca Açoriana*, do sr. Dr. Ernesto do Canto.

Goes Loureiro (Licenceado Fernando de)

101 Breue svmma, y relacion de las vidas y hechos de los Reys de Portvgal, y cosas succedidas en aquel Reyno desde su principio hasta el año de MDXCV. Nuenamente compuesta por el Licenceado Fernando de Goes Laurerio Abbad de San Martin de Soellaens, natural de la Ciudad de Lysboa. Dirigida al Serenissimo Principe Don Vincencio Gonzaga de Austria Duque de Mantva, y Monferrat &c. En Mantva. Por Francisco Osana Impressor Duquel. MDXCVI. 4.º XX s. n. 131 pag.

Pag. 94 a 117. Cap. 19.

(1) Cesareo Fernandez Duro. La conquista de las Azores en 1583, Madrid, 1886, pag. 118. Ahí se acusa a existencia de um ex. na bibliotheca do D. Pascual de Gayangos.

Graviere (Jurien de la)

102 Les marins du XV^e et du XVI^e siècle. Ouvrage enrichi de cartes et de figures. Paris E. Plon et C.^{ie} impr. edit. 1879. 12.^o gr. 2 vol.

Tom. 1.^{er} pag. 119 a 123.

Gumiel (Pablo de)

103 La victoria q. tuuo don Aluaro Baçã Marqs de Sãcta Cruz contra Filipe Stroço en la ysla de S. Miguel a 26 de julio, 1582. Cõpuesta por Pablo de Gumiel natural de Cuenca. Dirigida al muy illustre señor Sebastiã de San tyvo de la camara de su Mag. Con priuilegio Real. S. I. n. a. (Lisboa, 1582?). (1)

Poema epico em 7 cantos.

Herrera (Antonio de)

104 Cinco libros de Antonio de Herrera de la historia de Portugal, y conquista de las Islas de los Açores, en los años de 1582, y 1583. Dirigida a don Luys Carrafa de la Marra, Principe de Stillano. Con privilegio. En Madrid. En casa Pedro Madrigal. Año de 1591... 4.^o IV s. n. 213 — XVII s. n. fol. n. pel. fr.

105 Segunda parte de la Historia general del mundo, de XV años del tiempo del señor Rey Don Felipe II el Prudente, desde el año de M.D.LXX. hasta el de M.DLXXXV. Escrita por Antonio de Her-

(1) I. F. da Silva. Dicc. bibl. portug. T. 5.^o pag. 148. Dr. E. do C. Bibl. Açoriana, pag. 162, n.^o 968.

rera, Coronista mayor de su Magestad de las Indias...
Dirigida a Don Ivan de Zuniga Avellaneda y Baçan...
En Valladolid, Por Iuan Godinez de Millis Año 1606.
fol. 630 — 11 s. n. pag. a 2 col.

Libr. X. Cap. VII-VIII, pag. 399 a 403. Cap.
XI-XII, pag. 407 a 412. Cap. III a XVI, pag. 414
a 420.

Libr. XI. Cap. IX e X, pag. 448 a 451.

Libr. XII. Cap. IX e X, pag. 480 a 483. Cap.
XII e XIII, pag. 485 a 488. Cap. XVI, pag. 492
a 494.

Libr. XIII. Cap. II, pag. 501 a 503. Cap. X e
XI, pag. 520 a 524.

106 **Histoire** secrete de Dom Antonio,
roy de Portugal. Tirée des memoires de Dom Gomes
Vasconcellos de Figueiredo. A Paris, au Palais. Chez
Iean Guignard... M.DC.LXXXXVI. 12.^o VIII s. n.
256 pag.

A epistola dedicatoria: *A Son Altesse Royale
Madame*, é assignada: *La tres humble, tres soumise &
tres-obeissante seruante, Gillot de Sainctonge*. Vid.
n.^o 190.

107 **Historia** do municipalismo em Por-
tugal. Descrição analytica e critica de todos os mu-
nicipios desde a sua fundação até ao estado actual,
acompanhada dos respectivos brazões d'armas e dos
foraes existentes nos archivros publicos e outros docu-
mentos notaveis referentes a cada municipio... Vo-
lume I. Lisboa, typ. de Lucas Evangelista Torres...
1888. 8.^o VIII—804 pag.

Pag. 532 a 536. Na parte referente ao municí-

pio de Agueda, escripta pelo nosso amigo J. A. Marques Gomes.

Como a maioria das publicações uteis e boas, ficou interrompida a d'este interessantissimo trabalho, que chegou apenas a pag. 804 do 1.º vol. e por concluir a monographia do municipio de Aguiar da Beira. E' infelizmente a sorte reservada no nosso paiz aos estudos serios e conscienciosos.

108 **Historia** successus Classis regiae, cui praeftit marchiones S. Cruces, et navali praelii, quod commissum est, cum D. Antonio in insulis quas Hispani Açores vocant. Ante a quidem ab ipso Marchione pridie nona August. Per nepotem suum Petrum Ponce, ad regem Hispaniae missa, postea vero ex Hispano idiomate in latinum deligenter conversa. Coloniae Agrippinae, apud G. Kempensem, 1582. 8.º (1).
Trad. do n.º 14.

Hoefer (Le Dr.)

109 Nouvelle biographie universelle, depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours, avec les renseignements bibliographiques et l'indication des sources à consulter, publié par M. M. Firmin Didot frères, sous la direction de M. le Dr. Hoefer. Paris, F. Didot frères, ed. 1852--66. 8.º gr. a 2 col. 66 vol.
Tome 2.^{ème} col. 825-826.

Houssaie (Amelot de la)

110 Memoires historiques, politiques, critiques

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açoriana, pag. 440 n.º 2880

et litteraires. Par Amelot de la Houssaie. Ouvrage imprimé sur le propre manuscrit de l'Auteur. A Amsterdam, Chez Michel Charles le Cene MDCCXXXI. 12.^o gr. 2 vol.

Tome 1.^{er} pag. 112 a 121: *Dom Antoine, Prieur de Crato ou O crato*, e pag. 523 e 524.

Illescas (Dr. Gonçalo de) e Bavia (Dr. Luis de)

111 Historia Pontifical y Catholica... Compuesta y ordenada por el Doctor Gonçalo de Illescas... En Salamanca. En casa de Domingo de Portonarijs... M.D.LXIX. fol. 6 vol.

Tomo 3.^o Pag. 168 a 183. Cap. XLVIII—LII.

Imhof

112 Stematae Regis Lusitaniae.

Pag. 9. (1)

113 **Instituto** (0), revista scientifica e litteraria.

Vol. XXXVII—Segunda serie. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890, 4.^o XII—884 pag.

Pag. 126-126: *Carta do Infante D. Luiz a Fr. Braz de Barros, sobre a vinda de D. Antonio para Evora.*

Jacquim (L.) et Ios. Duesberg

114 Ruel, le Chateau de Rechilieu, etc. Paris, 1845. 8.^o (2)

(1) Barbosa Machado. Bibl. Lusitana. T. 1.^o pag. 192.

(3) Ed. Fournier. Un pretendant portugais an XVI^{em} siecle. Paris, 1852, pag. 30 e 69, not. 61.

115 **Iustificatie** vanden Doorluchtigen Don Antonio Coninck van Portugael D'eerste van Dién name nopende D'oorloghe die hy ghenootdruct is teghens den Coninck van Spaignien te voeren om in zijn Conincrijk wederom ghestelt te werden. Met een corte ende summiere Histoire van alle T'ghene dat deshaluen gheschiet is totten Iare 1583. Incluyt. Tot Dordrecht, By my Peeter Verhaghen... 1585. 4.^o 31 fol. n. pel. fr. e mais I. s. n.

Tradução, ou redacção hollandeza do n.^o 86.

116 **Iystitution** dv Serenissime Don Antonio Roi de Portvgal, Premier de ce nom, Touchant la guerre qu'il faict à Philippe Roi de Castille, ses subiectez & adherens, pour estre remis en son Roiaume. Avec vne histoire sommaire de tout ce qui s'est passé à ceste mesme occasion iusques en l'An MDLXXXIII, inclusivement. Par commandement & ordonnance des Superieurs. A Leyde, En l'Imprimerie de Christophle Plantin. 1585. 4.^o 98 pag.

Para o original latino, vid. os n.^{os} 86 e 87, e para as traduções, ingleza e hollandeza, os n.^{os} 88 e 115.

Laboreur (Le)

117 Recueil des tombeaux des personnes illustres dont les sepultures sont dans l'église des Celestins de Paris, avec leurs eloges, généalogies, armes. etc. Paris, Le Bone, 1672. in fol.

Pag. 285 a 288. (1)

(1) R. Francisque Michel. Les Portugais en France, les Français en Portugal. Paris. 1882, pag. 33. Note 2.

La Clede (M. de)

118 Histoire generale de Portugal. . . A Paris, chez Pierre François Giffart, MDCCXXXV. 12.º gr. 8 vol.

Tome V. Livre vingtieme, pag. 288 a 430.

119 **Trad.** port.

Lafuente (D. Modesto)

120 Historia general de España. Madrid, 1850-74. 30 vol. 8.º gr.

Tom. 14.º pag. 142 e seguintes: *D. Antonio Prior do Crato nos Açores*. (1)

E' natural que n'este, ou em outro vol. anterior, se trate de D. Antonio no continente. Como não tivemos ensejo de examinar esta obra, nenhuma outra indicação podemos dar, por agora.

Landmann (George)

121 Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy—fine coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war. . . London: Printed for the Cadell and W. Davies, Strand. . . 1818. 4.º max. 2 vol.

Tom. 1.º pag. 272 a 288: *Dom Henrique, Cardinal, and seventeenth King of Portugal. Don Felipe II. King of Spain, and the eighteenth King of Portugal*.

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açoriana, pag. 268, n.º 1764.

Larrey (Ia. de)

122 Histoire d'Angleterre, d'Ecosse et d'Irlande. Rotterdam, 1707—13, fol. 4 vol.

Tom. 3.º pag. 448. (1)

Lasso de la Vega (Gabriel)

123 Elogios en loor de los tres famosos varones Don Iayme Rey de Aragon, Don Fernando Cortes Marques del Valle, y Don Aluaro de Baçan Marques de Santa Cruz. Cõpuestos por Gabriel Lasso de la Vega, Cõtino del R. N. S. Dirigidos a Don Gaspar Galçaran de Castro y Piños, cõde de Guimarães, Viceõde de Ebol, &c. Año 1601. Con priuilegio. En Çaragoça por Alonso Rodriguez. 8.º VIII. s. n. 164 fol. n. p. fr.

Fol. 104 a 107.

Falta a indicação d'este raro e curioso volume na *Bibliotheca Açoriana*, do sr. dr. Ernesto do Canto.

Lassota von Steblan (Erich)

124 Tagebuch des Erich Lassota von Steblau. Nach einer Handschrift der von Gersdorff-Weichá fchen Bibliothek zu Bauzen herausgegeben und mit Einleitung und Bemerkungen begleitet von Reinhold Schottin... Halle, verlag von E. Emil Barthel, 1866, 8.º gr. VIII—230 — II s. n. pag.

Para as trad. portugueza e hespanhola vid. n.ºs 10c e 233.

(1) B. Machado. Bibl. Lus. T. 1.º pag. 192.

Léonardon (Henri)

125 Monnaies portugaises de D. Antonio. Na *Revue numismatique*, Paris, 1888, pag. 351.

Contem duas cartas enviadas de S. Miguel em 1582, com a descripção das moedas mandadas cunhar por D. Antonio, em hespanhol, com a trad. franceza em frente. (1)

126 **Lettre** de Monseigneur le Prince de Portugal Dom Christophle, escrita de Paris le 24. Octobre 1628. á Monsienn son Nepuen qui s'est rendu Religieux de l'Ordre des Carmes Deschaussez en Flandres. S. folh. de rosto, n. l. n. a. d'impressão. 8.º 8 pag.

O sobrinho de D. Christovão de Portugal, a quem foi dirigida esta carta, era D. Manuel, filho de D. Manuel, príncipe de Portugal, primogenito de D. Antonio, Prior do Crato, e da primeira mulher d'aquelle, Emilia de Nassau, filha de Guilherme, Príncipe de Orange, e de sua segunda esposa, Anna de Saxe.

Este D. Manuel (2.º do nome) tomou o habito de Carmelita descalço em 15 de Julho de 1628, e abraçando posteriormente a religião protestante, casou em 1646 com Joanna, Condessa de Hanaw, filha de Alberto, conde de Hanaw, e falleceu em 1686.

127 **Lettre** escrita de Portugal A Tres-Excellent Prince Don Christophle seconde filz du Serenissime Dom Antoine, premier du nom, & dix huitiesme Roy de Portugal, par ligne masculine, traduicte de Portugais en François. A Delf, Chez Bruya

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açor. pag. 462, n.º 2937.

Harmanffz Schinckel, a l'enseigne du B. couronné.
Anno 1616 4.º 18. pag. s. n.

Liagno ou Liano (Alvar-Augustin de)

128 Répertoire portatif de l'histoire et de la littérature des nations espagnole et portugaise, par le Chevalier Alvar Augustin de Liagno (Liaño), espagnol. Berlin, chez Nauck. s. a. (1819?). 8.º gr. XVI — X n. IV s. n. 508 pag.

Pag. 500 a 508.

Lingard (John)

129 Histoire d'Angleterre... Trad. de l'anglais de D. Lingard, par M. le baron de Ronjonx et M. Amedee Pichot. Paris, 1825-31. 8.º gr. 14 vol.

Tom. 8.^{eme} pag. 427. (1)

Lopes Fernandes (Manuel Bernardo)

130 Memoria das moedas correntes em Portugal, desde o tempo dos romanos, até o anno de 1856. Lisboa, typ. da Acad. R. das Sciencias, 1857. 4.º 357 n. 7 s. n. pag.

Pag. 157-166: *Senhor D. Antonio I. Prior do Crato. 1580.*

(1) Ed. Fournier. Un pretendant portugais em XVI^{em} siecle. Paris, 1852, pag. 77, not. 83.

Luckius (Joannes Jacobus)

131 Sylloge numismatum elegantiorum Quae Diuersi Impp. Reges, Principes, Comites, Respublicae Diuersas ob causas ab Anno 1500. ad Annum usq 1600 endi fecerunt Concinnata & Historica narratione (sed breui) illustrata. Opera ac Studio Joannis Jacobi Luckii Argentoratensis . . . Argentinae Typis Reppianis 1620 Sumptib. ipsi Authoris. Fol. XXIV s. n. 383 n. — I s. n. pag. Font. gr. em metal.

Pag. 287-288: *Nummus iconicus cum castrensi Antonii I Electi Regis Lusitaniae: suscepta infelici contra Philippum Hispaniarum et Lusitaniae Regem expeditione, cusi Anno Christi 1582.* Segue-se um retrato de D. Antonio, em forma de medalha, e a reprodução de uma moeda com a sua effigie, tudo gr. em met. e intercalado no texto.

Macedo (Fr. Francisco de Santo Agostinho de)

132 Ius succedendi in Lusitaniae regnum Dominae Catharinae regis Emmanvelis ex Edvardo filio neptis, Dvctorum sub Henrico Lusitaniae Rege ultimo Conimbricens Sententiis confirmatum. Nunc ab Lusitano Anonymo latinitate donatum. Addita Appendice de actu possidendi & iure post liminij Serenissimi Regis Ioannis IV. Parisiis, Apud Sebastianum Cramoisy . . . M.DC.XLI. fol. XXVIII, s. n. 120—48—34 pag.

Pag. 10 a 19 (da 2.^a num.): *Illatio Secvnda. Dominum, Antonium Ludouici Infantis filium, ius non habere in eius modi successione, ostenditur.*

Tradução do n.º 2.

133 **Magestattischer Ehren=Spiegel** des Fortrefflichen Königreichs Portugal... Nurnberg, In Verlegung Joh. Hcfmann... 1692. 12.º XII s. n. 302 pag.

Pag. 233 a 245.

Mariana (Iuan de)

134 **Historia general d'España**. Compvesta, emendada y añadida por el Padre Ivan de Mariana... Toledo. M.DC.XXIII. fol. 2 vol.

135 **Historiae** de rebus Hispaniae libri XXX, accedunt Fr. Ios.—Emm. Minianae continuationis novae lib. X Hagae—Comitum, 1733. fol. 4 t. em 2 vol.

Lib. 8, cap. 6, 9 e 10; lib. 10, cap. 7 (do appendice de Miniano). (1)

Mariz (Pedro de)

136 **Dialogos de varia historia**, em que se referem as vidas dos Senhores Reys de Portugal... accrescentados até á vida do Senhor Rey D. João IV por Antonio Craesbeeck de Mello... com segundo supplemento até á vida do... Rey D. João V... por Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra. Lisboa na off. de Manuel da Silva. M.D.CC.XLIX. 4.º 2 vol.

Tom. 2.º pag. 120 a 130.

Maugin

137 **Abregé de l'histoire de Portugal**. Dedié á Monseigneur le Marquis de Cascães, Comte de Mont

(1) B. M. Bibl. Lus. t. 1.º pag. 192.

santo, Ambassadeur Extraordinaire de Portugal a la Cour de France. A Paris, Chez Martin & George Jouvenel... MDC.XCIX... 12.º X. s. n. 420 — 30 num. — XVI s. n. pag.

Pag. 277 a 316.

A dedicatoria é assignada por Maugin.

Mazio (Paolo)

138 Relazione della battaglia navale presso le Azore tra le armate di Filippo II. e di D. Antonio del Crato, tratta dall'archivio Caetani e pubblicata da Pavlo Mazio con un proemio storico sopra la successione alla corona di Portogallo. Roma, dalla typ. Salviucci 1848. 8.º gr. II s. n. 28 pag.

139 **Relacion** del combate naval junto a las Azores entre la armada de Felipe II y de D. Antonio del Crato, sacada del archivo Caetani y publicada em Roma por Pavlo Mazio, anticuario, com un prohemio historico sobre la sucésion á la corona de Portugal. Tradueida del italiano. Estado general de la armada para el año de 1849. Madrid. 1848. (1)

Mendonça (Jeronymo de)

140 Iornada de Africa composta por Hieronimo de Mendonça natural da cidade do Porto: em a qual se responde a Hieronymo Franqui, e a outros, e se trata do successo da batalha, catineiro, e dos que nelle padecerão por não serem Mouros, com outras

(1) Bibl. Açoriana, pelo dr. Ernesto do Canto, pag. 34 n.º 2030.

cousas dignas de notar... Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1607. 4.º VI — 188 fol. n. pel. fr.

Pag. 3. Livro II. Cap. V. *Parte o Xarife de junto de Alcaçar a Fez, resgatase o Prior Dom Antonio filho do Infante Dom Luiz.*

141 **Idem.** Segunda edição, copiada fielmente da primeira, por Bento José de Sousa Farinha, Lisboa, na off. de José da Silva Nazareth. Anno M.DCC.LXXXV. 12.º XX. 275 pag.

Pag. 96 a 99: Livro II. Capitulo V.

142 **Idem.** Porto, Impr. Recreativa do Instituto escholar de S. Domingos... 1878. 8.º gr. 296 pag.

Pag. 107 a 109: Livro II. Cap. V.

Menezes (D. Luiz de) Conde da Ericeira

143 Historia de Portugal restaurado... Lisboa, na off. de Antonio Pedrozo Galvão, MDCCX-M.DCXCVIII fol. 2 vol.

Tomo 1.º pag. 12 a 38.

Menezes (D. Manuel de)

144 Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião, decimo sexto rey de Portugal. Primeira parte, que contem os successos d'este Reyno e conquistas em sua meniridade. Lisboa occidental, na off. Ferreyrianã. M.DCC.XXX. fol. XXII s. n. 392 pag. a 2 col.

Pag. 43, 46, 47 e 55.

Mesa (Sebastian de)

145 Jornada de Africa por ElRey Don Sebastian. Y vnion del Reyno de Portvgal a la corona de Castilla. Avtor el Maestro Sebastian de Mesa, cura proprio de la Parroquia de San-Iusto, y Comissario del Santo officio de la Inquisition en la Villa de Madrid. Con licencia: En Barcelona, Par Pedro Lacauallera: Año 1630. 4.º II s. n. 169 fol. num. pel. fr. e mais I s. n. com a *Tabla de los capitulos*.

Libro segundo e Libro tercero, fol. 120 a 166.

Mezeray (De)

146 Abregé chronologique de l'histoire de France. Amsterdam, Abraham Walfgrand 1682.

Tomo 5.º pag. 258.

147 *Idem*. Paris, chez Louis Billaine, 1668.
3 vol. 4.º.

Tomo 3.º pag. 1136, 1147 a 1149. (1)

Traduzido em portuguez na *Revista dos Açores*.
Tom. 2.º pag. 195.

Michel (R. Francisque)

148 Les Portugais en France les Français en Portugal, par R. Francisque Michel, Vice consul de Portugal, avec trois reproductions de sceaux et un fac simile d'une lettre de Marie de Savoie, Reine de Portugal. Paris, Guillard, Aillaud & C.º ed. 1882.
8.º gr. VI. s. n. VI—285 pag.

(1) Dr. E. do Canto. Bibl. Açoriana, pag. 314, n.º 2053.

Pag. 27 a 37: III. *Un pretendant portugais au XVI siecle; aventures, vie et mort de D. Antonio, prieur de Crato, principalement en France. -- Destinée de ses fils et descendants.*

Miraeus (Aubertus)

149 *Rerum tobo orbe gestarum chronica a Christo nato ad nostra usque tempora... omnia ad antiquos codices Mss. partim comparata, partim nunc primum in lucem edita... Antverpiae, Hieronymus Verdussem, 1608. 4.º gr. 420 pag.*

Ad anno 1595. (1)

150 **Miroir (Le)** de la procedvre de Philippe Roy de Castille, en l'vsurpation du Royaume de Portugal: & du droict que les Portugais ont d'elire levr's Roys & Princes. Nouvellement traduit de Latin en François, par I. D. M. Avec les annotatins de I. I. F. A. V. I. C. G. Dedié à Monseigneur le Duc de Rethe-lois Gouverneur & Lieutenant general par sa Majesté és Prouinces de Champaigne & Brie &c. A. Paris, Par Claude Montroeil, & Iean Richer. M.D.XCV. 12.º VI s. n. 60 fol. n. pel. fr.

De fol. 48 v. a 52 v. (aliás 56 v. por haver erro na foliação): *De l'élection d'Antoine, premier du nom. Roy de Portugal.*

Moraes (Ignacio de)

151 *Panegyris D. Antonio Principis Ludovici*

(1) Barbosa Machado. Bibl. Lusitana, pag. 192. Le bibliophile belge. Tom. 2.º Bruxelles 1845, pag. 136.

filio. Conimbricæ apud Ioannem Barrerium Typ.
Reg. 1553. 4.º (1)

Moraes e Silva (Antonio de)

152 Historia de Portugal composta em inglez por uma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addicções da versão franceza, e notas do traductor portuguez, Antonio de Moraes e Silva, natural do Rio de Janeiro. Terceira edição... Lisboa, Na impressão Regia. Anno 1828. 8.º 4 vol.

Tomo 3.º pag. 8 a 14, 21 a 25.

Moréri (Luis)

153 El gran diccionario historico ó miscellanea curiosa de la historia sagrada y profana... Traducido del frances de Luiz Moreri... por D. Joseph de Miravel y Casadevante... Paris, Hermanos de Tournes, MDCCLIII fol. max. 8 vol.

Tom. 1.º Pag. 587-588.

Mosquera de Figueroa (Christoval)

154 Comentario en breve compendio de disciplina militar, en que se escribe la jornada de las islas de los Açores. Por el licenceado Christoval Mosquera de Figueroa, Auditor general del armada, y exercito del Rey nuestro Señor. Con Privilegio. En Madrid. Por Luiz Sanchez, Año 1596. 4.º VIII s. n. 184 fol. e mais 11 s. n.

(1) B. Machado. Bibl. Lusit. I. 2.º pag. 546.

Em frente da folha 72 tem uma estampa desdobrável gr. em metal, representando o desembarque na ilha. A parte puramente narrativa d'este livro foi reproduzida no *Archivo dos Açores*. Vid. n.º 10. ed.

Navarrete (D. Martin Fernandes de)

155 Colecion de opusculos—La dan á luz D. Enstaquio y D. Francisco Fernandes de Navarrete. Madrid, Impr. de la Viuda de Calero, 1848. 2 tomos in 8.º.

Tomo 1.º pag. 3.—Uma extensa biographia do Marquez de Santa Cruz D. Alvaro de Bazan, na qual se trata dos successos dos Açores em 1582 e 1583, de pag. 36 a 45. (1)

Nunes de Leão (Duarte)

156 Dvardi Nonii Leonis jvrisconsvlti lvsitani censurae in libellvm de regvm Portvgalliae origine, qui fratris Josephi Teixerae nomine circvmfetur. Idem de vera Regum Portugaliae Genealogia liber. Ad Serenissimvm Principem Albertvm archidvcem Austriae, S. R. E. Cardinalem. Olissipone, Ex officina Antonij Riparij Typographi Regij. Anno MDLXXXV 4.º 3 — 64 fol. n. pel. fr. para a 1.ª parte, e 49, num. pela fr. para a 2.ª.

Resposta ao livro indicado sob n.º 213.

(1) Dr. Ern. do Canto. Bibl. Açoriana, pag. 321, n.º 2100.

157 **Genealogia** verdadera de los reyes de Portugal, con sus elogios y summarios de sus vidas. Por el Licenceado Duarte Nuñez de Leon del desembargo de su Magestad. Para el Serenissimo Principe de las Españas Don Phelippe nvestro Señor. En Lisboa. Por Antonio Alvarez. Anno MDXC. 8.º IV s. n. 96 fol. num. pel. fr.

Fol. 84 a 96.

Traducção da 2.ª parte do n.º anterior.

Oliveira (Eduardo Freire de)

158 Elementos para a historia do municipio de Lisboa. 1.ª Parte. Lisboa, typ. Universal, 1885-94. 8.º gr. 6 vol. (em via de publicação).

Tomo 1.º. Lisboa, 1885, pag. 636 a 639.

Tomo 2.º. Lisboa, 1887, pag. 61 e 62.

Oliveira (Francisco Xavier de)

159 Memoires historiques, politiques, et litteraires, concernant le Portugal, et toutes ses dependances: avec la bibliotheque des écrivains et des historiens de ces etats: par M. le Chevalier d'Oliveyra, Gentil-Homme portugais. A la Haye, Chés Adrien Moet'gens. M.DCC.XLIII. 12.º 2 vol.

Tom. 1.º pag. 22 a 25:—*Bâtards de Portugal, qui après la mort du Roi Henri prétendirent á la Couronne.*

Oliveira Martins (I. P.)

160 Historia de Portugal. Segunda edição: emendada. Lisboa, Livr. Bertrand... 1880. 12.º gr. 2 vol.

Tomo 2.º pag. 49 a 52.

Opmerus (Petrus), e Beyerlinck (Laurentius)

161 Opvs Chronographicvm orbis vniuersi a mvm̃di exordio vsque ad annum M.DC.XI. Continens historiam, icones, et elogia Svmmorum Pontificvm, Imperatorvm, Regvm ac virorum illustrivm; in duos Tomos diuisu. Prior Auctore Petro Opmeero Amstelrodamo Batavo... Posterior Auctore Lavrentio Beyerlinck cive et canonico Antverpiano. Antverpiæ ex Typographia Hieronymi Verduvssii MDLXXI (1611) fol. max. 2 vol.

Tomo 2.º pag. 87-88: (Com o retrato de D. Antonio, em forma de medalha, gravado em madeira, e intercalado no texto), 95—101 a 102—110 a 113 —e 140.

Palma—Cayet (Vict.)

162 Chronologie novenaire, contenant l'histoire de la guerre depuis l'an 1589 jusqu'a la paix de Veruin, en juin 1598. Paris, I. Richer, 1608. 3 vol. in 8.º Reproduzida na *Collection de memoires relatifs à l'histoire de France, de Petitot*, 1.ª serie, tom. 39.

Pag. 143-151: *Expedição dos inglezes contra Portugal a favor de D. Antonio.*

163 **Panorama (O)***Jornal litterario e instructivo*

a Vol. XIII. Quinto da terceira serie (Publicado de janeiro a dezembro de 1856). Lisboa, Typ. de A. J. Fernandes Lopes, 1856. fol. peq. a 2 col.

N.º 5, pag. 37: *Memorias historicas*. (1583). *Viagem feita á ilha Terceira pelo sr. commendador de Chaste, gentil-homem ordinario da camara d'el Rei (de França) e governador por sua magestade da cidade e castellos de Diepe e Arques*. Continua nos n.ºs seguintes até concluir no n.º 8. a pag. 60.

N.º 20, pag. 159: *Memorias historicas* (1578-1583). *Relação das cousas que aconteceram em a cidade de Angra, ilha Terceira, depois que se perdeu ElRei D. Sebastião em Africa* Continua em varios numeros até ao fim do vol.

b Vol. XIV. Primeiro da quarta serie. (Publicado de janeiro a dezembro de 1857). Idem, idem, idem, 1857.

N.º 8, pag. 64: *Relação das causas que aconteceram em a cidade de Angra, etc.* Continua em varios numeros, até concluir no n.º 42, pag. 336.

Para a reproducção d'estes dois escriptos traduzidos e publicados aqui pela primeira vez pelo fallecido José de Torres, vid. o n.º 10 b) e h). Para o original francez da viagem de Chaste, o n.º 219.

Pantera (Capitano Pantero)

164 L'armata Navale. Roma 1614. Appresso Egydio Spada. 8 fol. s. n. 407 pag. — 28 fol. s. n. 4.º.

Liv. II cap. 18 e 21, pag. 357 e 403: Successos nos Açores, 1582. (1)

Passarello (D. Caetano)

165 Bellum Lusitanum, ejusque regni separatio a regno Castellensi cum abrogatione superadjecta Alfonsi Regis Lusitani... Lugduni. Apud Anissonios, Joan, Posuel, & Claud. Rigaud. M.DC.LXXXIV... fol. XX s. n. 532 n. VIII s. n. pag. a 2 col.

Pag. 4 e 5.

Philaléthe (Theophile)

166 Lettre consolatoire au sérénissime D. Christophe, prince de Portugal, sur le facherie qu'il a des tristes nouvelles que son très chere frère aîné D. Emmanuel a quitté la Hollande, et s'est retiré à Bruxelles. Paris, 1626. 8.º (2).

Piganiol de la Force (Jean-Aymar)

167 Description de Paris et des belles maisons des environs. Nouvelle edition augmentée. Paris, 1765. 12.º 10 vol.

Tom. VII, pag. 25 30.

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açor. pag. 331, n.º 2165.

(2) Dicc. bibl. port. T. 1.º pag. 79, n.º 363. B. Branco. Portugal e os estrangeiros. Lx.ª 1879, T. 2.º pag. 19, n.º 1043.

(3) Ed. Fournier. Un prétendant portugais au XVI^{em} siècle. Paris, 1852, pag. 90, not. 111.

Pinheiro Chagas (Mannuel)

168 Historia de Portugal desde os tempos mais remotos até a actualidade, escripta segundo o plano de F. Diniz, por uma sociedade de homens de letras. Lisboa.

Vol. 5.º. Pag. 42 a 108. Cap. V a VII, e 148 a 179, cap. XI-XII.

169 **Historia** de Portugal (Edicção popular e illustrada). Lisboa, 188... 12.º gr.

Vol. VI. Cap. XV a XIX, pag. 311 a 403.

Portugal (D. José Miguel João de) Conde de Vimioso

170 Vida do Infante D. Luiz, escripta por... Lisboa occidental, na off. de Antonio Izidoro da Fonseca, anno M.DCC.XXXV. 4.º 58 s. n. 196 pag. Pag. 151 a 160.

Ramos (Henriques)

171 Elogio historico de Bazan, marquez de Santa Cruz. Madrid, 1780. 8.º (1).

Rebello da Silva (Luiz Augusto)

172 Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII... Lisboa, Imp. Nacional. MDCCCLX-LXIX. 8.º gr. 5 vol.

Tomo 2.º.

(1) Ed. M. Oettinger. Bibliographie biographique universelle. Paris, 1866. T. 2.º col. 1607.

Debalde se procurará a menção d'esta obra no artigo respectivo do *Diccionario bibliographico portuguez*, tomo 13.º (6.º do Supp.º). Lisboa 1885, apesar de ser a mais notavel e conhecida de Rebello da Silva!!

173 **Invasion** et occupation du royaume de Portugal en 1580. Introduction á l'histoire de Portugal au XVII et XVIII^{em} siècles, par L. A. Rebello da Silva... Traduit du portugais. Tome 1.^{er} Paris, A. Durand, 1864. 8.º gr. IV s. n. XV—560 pag.

174 **Relacion** de la iornada, expvgnacion, y conquista de la isla Tercera, y las demas circumuezinas, que hizo dõ Albaro de Baçan, Marques de Santa Cruz. Comendador maoyr (sic) de Leon, y Capitan general de su Magestad: y de los enemigos que aña en la dicha Isla, y de los fuertes, artilleria, y municiones, y armada Franceza y Portuguesa: y del sitio y dispusicion de la ciudad de Angra, y Villas y Lugares de su contorno, y delos moradores dellas, y castigos que se hizieron en ellos. Con licencia de su Excellencia. *No fim do recto da ultima folha*: Fecha en la ciudad de Angra de la Isla de la Terceira, a onze de Agosto, mil y quinientos y ochenta y tres. 4.º 16 folhas s. n. e sem folha de rosto especial.

Alguns bibliographos suppõem que esta edição foi impressa em Saragoça em 1584, por Simão de Protonariis.

175 **Idem.** 4.º 12 folhas. (1)

(1) A Imprensa Portugueza no seculo XVI, por Tito de Noronha. Porto, 1874, pag. 16 e 17.

176 **Idem.** En Barcelona impresso con licencia de su Excellencia, y de su señoria Reuerendissima. No fim: Ha se impresso la presente Relacion en Barcelona en casa de Pedro Malo impressor de libros, año de mil y quinientos y ochenta y tres 4.º 14 fol. s. n. (1).

177 **Relacion** de lo succedido en la isla Tercera desde veynte y tres de Julio hasta veynte y siete del mismo, mil y quinientos y ochenta y tres años. Imp. en Alcalá de Henares, en casa de Sebastian Martines, 1583. in 8.º 8 pag. car. goth. (2).

177 **his.** Outra edicção (?). S. l. n. a. fol. 2 folhas. (3)

178 **Relacion** del suceso de la Isla de San Miguel y rota franceza. al Ill.º y Reverendissimo Sr. Don Rodrigo de Castro, Arzvbispo de Sevilla. (Inedita). S. l. n. a. 4.º 12 pag. (Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1885).

Narração em verso da batalha naval de S. Miguel em que foi destruida a armada franceza commandada por Philippe Strozzi, Tiragem á parte, em limitadissimo numero, do vol. 6.º (1885) do *Archivo dos Açores*.

179 **Relation** des Eiusetzung des D. Antonio in das Königreich Portugal Durch Capitan Drake und Colonel Norwich, etc. Francof. 1590. 4.º.

(1) Ann. da Bibl. nac. do R. de Jan. T. VIII. 1880-81. Rio de Jan. Typ. nac. 1881. 4.º gr. pag. 398, n.º 1687.

(2) Dr. E. do C. Bibl. Açoriana, pag. 356, n.º 2377.

(3) Catalogo de la biblioteca de Salvá. Valencia, 1872-2 col. vol. 2.º pag. 618, n.º 3374.

180 **Idem.** Munich, 1598. 8.º (1).

181 **Relation** of the espugnable attempt and conquest of the yland of Tercera aud all the islands ad joining, by D. Alvaro de Baçan. London, 1583. in 12.º (2).

182 **Remonstrance** faite avx estats generavx des provinces vnies dv Pays-bas par l'Ambassadeur du Roy de Portugal, le XIX d'Octvbre 1587. A Rotterdam.

S. D. (1587) 4.º 4 fol. s. n. (3)

Trad. do n.º 183.

183 **Remonstratie** overgegeven by den ambassadeur vanden Coninck van Portugael aen mijnen heeren de Generale Staten der ghevnierde nederlantscher Provintien: Den XIX Octvbris XVc LXXXVII. 4.º 4 fol. s. n. Na penultima pag.: Ghe druckt t'Haerlem, by Gillis Rvoman, wronende inde Jacobijnenstrate indegulden Parse. (4)

(1) Dicc. bibl. portug. T. 8.º pag. 73, n.º 2169. Oettinger. Bibliographie biographique universelle. T. 1.º col. 54.

(2) Bibliotheque asiatique et africaine, ou catalogue des ouvrages relatifs a l'Asie et a l'Afrique... par H. Ternaux-Compans. Paris, 1841, pag. 65, n.º 529.

(3) Annaes da Bibl. nac. do R. de Janeiro. Vol. XIII 1880 81. R. de Jan. Typ. Nac. 1881. 4.º gr. pag. 310, n.º 1042.

(4) Tradução: Petição dirigida aos Estados Geraes das Provincias Unidas dos Paizes baixos pelo Embaixador do Rei de Portugal em 19 de outubro de 1587,

Este documento, muito interessante, e rarissimo, demonstra que D. Antonio quiz levantar um emprestimo na Hollanda, e fazer uma loteria na importancia de 40:000 florins (cujo plano se vê na ultima pag.) para com o seu producto continuar a guerra com a Hespanha, guerra em que a Hollanda tambem interessava, como o embaixador faz ver no seu requerimento Devemos o conhecimento d'esta curiosa especie ao nosso amigo e distincto bibliophilo portuense, Joaquim Gomes de Macedo.

184 **Reposta** Que os tres Estados do Reyno de Portugal a. s. Nobreza, Clerezia, e Povo, mandarão a Dom Ioam de Castro, Sobre hun discurso que lhes dirigio, sobre a vinda e apparecimento del-Rey Dom Sebastian, Anno CLO.IX.III. 8.º 265 — III s. n. pag.

N'este rarissimo e curioso livro encontrasse, entre outros documentos, uma carta de D. Antonio, (pag. 90-91) datada de Londres 25 de setembro 92 (1592) em resposta a outra de D. João de Castro. Para os que se propozerem colligir as cartas do pretendente faremos notar que é este o unico livro em que ella se lê, porque não a vimos ainda reproduzida em qualquer outro escripto. Vid. n.º 44.

185 **Revista** general de Marina. Numero extraordinario dedicado a la memoria de D. Alvaro de Bazan, primer Marqués de Santa Cruz en el tercer Centenario de su muerte, 9 de Febrero de 1888. Madrid, Imp. de Fortanet. Illustraciones de I. Riudavets y I. Galvan. 8.º 156 pag. com 19 est.

Entre as estampas o retrato do marquez de

Santa Cruz, facsimile da sua assignatura, a batalha naval de S. Miguel em 26 de julho de 1582, com a descripção da mesma na pag. 47 e seguintes. (1)

Ribeiro Guimarães

186 Summario de varia historia. Narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos, estatisticas, costumes civis, politicos e religiosos de outras eras. Lisboa, Ed. Rolland & Semiono, 1872-75. 8.º 5 vol.

a) Tom. 3.º pag. 222 a 229: *Relação do que aconteceu quando os inglezes com o sr. D. Antonio, prior do Crato, vieram sobre a cidade de Lisboa, no anno de 1589.*

b) Tom. 5.º pag. 238 a 241: *Tristes memorias.* Sobre as execuções mandadas fazer pelo marquez de Santa Cruz na ilha Terceira em 1583.

Rochemaillet (Gab. Mig. de)

187 Lettre écrite a Monseigneur le prince de Portugal, D. Christophe, deméurant á Paris, contenant un bref discours de sa vie, par Gab. Mig. de Rochemaillet. Paris, 1623. 8.º (2).

188 **Romance** de la victoria que nuestro Señor ha sido servido dar a la Magestad del Rey dō Philippe contra los rebeldes de la Ysla tercera, siendo capitan general don Alvaro de Baçan Marques

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açor. pag. 477, n.º 3020.

(2) Dicc. bibl. port. T. 1.º pag. 79. n.º 362 B. Branco. Portugal e os estrangeiros. Lisboa, 1879, T. 1.º pag. 494, n.º 883.

de Sancta Cruz, y de los enemigos que auia en dicha Ysla Portugueses y Franceses, y de los castigos que se hizieron enellos, y dela presa delas otras yslas del Fayal, el Pico y Sant Iorge, y de las municiones que se ganaron en ellas este año de 1583. Con licencia impresso en Barcelona en casa de Iayme Cendrat. S. folha de rosto. 4.º 4 fol. s. n. (1).

Falta na *Bibl. Açoriana*, do sr. dr. Ernesto do Canto.

Rustant (D. Joseph Vicente de)

189 Historia de Don Fernando Alvarez de Toledo, (llamado comunmente el grande) primer del nombre, Duque de Alva. Escrita, y extractada de los mas veridicos Autores... En Madrid. En la Imprenta de Don Pedro Joseph Alonso y Padilla... Año de 1751. 4.º 2 vol.

Tom. 2.º pag. 258 a 302. Capítulos III e IV.

Saintonge (Mad. Gillot de)

190 Histoire de Dom Antoine Roy de Portugal. Tirée des Memoires de Dom Gomes Vasconcellos de Figueiredo. Par Mad. de Saintonge. Suivant la copie de Paris. A Amsterdam Chez J. Louis de Lorme & Est. Roger... M.DC.LXXXVI. 12.º 178 pag. Ante rosto gravado.

2.ª ed. do n.º 106.

(1) Annaes da Bibl. Nac. do R. de Jan. vol. VIII 1880-81. R. de J. 1881. 4.º gr. pag. 398, n.º 1688.

Saint-Prosper (Auguste)

191 Histoire d'Espagne, de Portugal, de Hollande et de Belgique, depuis les temps les plus reculés jusqu'en 1838, par... Paris, P. Duménil ed. 1839. 8.^o gr. VI—502 pag. a 2 col.

Pag. 335 a 337: Antoine 1.^{er} (1580).

Sainte-Marthe (Scevole de)

192 Histoire généalogique de la maison de France... Paris, Cramoyi, 1628. fol. 2 vol.

Tom. 2. Liv. 43, cap. XI. (1)

Santa Maria (P. Francisco de)

193 Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal... Lisboa, na off. e á custa de Domingos Gonsalves. MDCCXLIV fol. 3 vol.

Tom. 2.^o que contem Mayo, Junho, Julho, e Agosto, pag. 147, n.^o IX; 241, n.^o II; 416 e 417, n.^o IV; 585 a 588, n.^o IV, e 591-592, n.^o V.

Santarem (Visconde de)

194 Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza, até aos nossos dias: ordenado e composto pelo Visconde de Santarem... Paris, Aillaud, e Lisboa, typ. da Acad. R. das Sciencias (1843-76) 8.^o gr. 18 Tomos em 19 vol.

(1) B. Machado. Bibl. Lusit. T. 1.^o pag. 172.

Tomo 3.º (Relações com a França), pag. 586 a 522. Paris, 1843.

Tomo 4.º, parte 1.ª (Idem) Introdução. Paris, 1843.

Tomo 16.º (Relações com a Inglaterra) pag. 113 a 248. Lisboa, typ. da Acad. R. das Sc. 1858.

195 **Satyre** menippée de la vertu du catholicon d'Espagne, et de la Tenue des Etats de Paris, a laquelle est ajouté un Discours sur l'interpétation du mot de Higuiero del Inferno & qui en est l'auteur... Dernière édition divisée en trois tomes, enrichie de figures en taille douce... A Ratisbone, chez les heretiers de Mathias Herner 1711. 13.º gr. 3 vol.

Tom. 2.º pag. 208 a 211.

Schäfer (Dr. Henrich)

196 Geschichte von Portugal... Hamburg. 1836-54, bei Friedrich Perthes. 8.º gr. 5 vol.

Bierter band (vol. 4.º 1852): Pag. 378 a 390.

Schaeffer (Henrique). Henri Soulange-Bodin, e José Lourenço Domingues de Mendonça

197 Historia de Portugal desde o começo da monarchia em 1095 até á epocha actual; escripta em allemão pelo dr. Henrique Schaeffer, professor de historia na universidade de Gieszen. Traduzida para o francez por M. Henrique Soulange Bodin, e vertida d'este idioma para o portuguez, por Joseph Lourenço

Domingues de Mendonça. Lisboa, na typ. de José Baptista Morando, 1842-47. 8.º gr. 13 vol.

Tomo XI. Cap. 3.º pag. 453 a 537.

Seabra d'Albuquerque (Antonio Maria)

198 Os Brazões portuguezes. Jornal heraldico. Coimbra. Imp. da Universidade, 1879. 4.º.

N.º 1.: O brazão do appellido de Cacheiro. 8 pag. Addittamento ao primeiro numero. Thomé Cacheiro. 7 pag.

Segura (Francisco de)

199 Primera parte del romancero historiado, trata de los hazañosos Hechos de los Christianissimos Reyes de Portugal. Dirigido al Illvstrissimo Señor Don Miguel de Noroña, Merétissimo Conde de Liñares, del Cõsejo de su Magestad, Comendador de Nuyda, y Barrancos. Compvesto por el Alferez... Año 1610. En Lisboa. Impresso con licencia de la S. Inquisicio, y Priuilegio real. En la imprenta de Vicente Alvarez. 8.º XVI s. n. 182 fol. n. pel. fr.

Nas folhas VIII a X das preliminares ha uma carta dirigida ao author por Gonçalo Vaz Coutinho, datada de Santarem 25 de julho de 1609, e n'ella se lêem curiosas referencias ao *recontro* da ponte de Alcantara onde foi desbaratado o Prior do Crato. Diz, entre outras cousas, que a gente do Prior era *vizonha mal armada, & pior disciplinada, & assi pouco obediante, & emfim nam tinha mais de exercito, que ser hum corpo de gente, que no mais era hum puro chaos,*

& bastava pera o ser, quando não ouuera outras cousas que auia, auerse publicado, e dado liberdade a negros captivos, que negra ordem e disciplina auiam estes de ter?

199 bis **Sentencia** y cõclusion hecha por los gouernadores del Reyno de Portugal. Traslado de Portugues en Castellano, en la qual hã declarado como el Rey don Philippe nuestro señor es el verdadero successor de aqlllos Reynos de Portugal, conforme a la voluntad del Rey don Henrique protero Rey de Portugal. Y va tambien en la dicha sentencia el modo de proceder cada vno en su demanda, y como don Antonio alegaua que el infante don Luis su padre se era casado antes de su muerte con su madre, y que como a hijo legitimo, y natural le pertenecia el Reyno por derecha succession, y auia dado dello testigos (aunque falsas) porque al fin se ha supido la verdad de todo, y al dicho don Antonio le han dado y publicado por bastardo, y a los testigos castigados, y a el publicado por traydor a su patria, y ala corona Real, a el y a todos sus sequaces y valedores, y todos sus bienes confiscados al fisco Real, y han mandado q. su Magestad sea obedescido en todas las señorias alto y baxo, y que todos los que no le querran obedecer, sean tenidos por traydores, y por tales castigados. Es cosa d ver y de grã gusto, e importancia cõforme mas largamente en la dicha sentêcia y en el modo de proceder veran. Y tâbien va juntamente con esta vna presa de vna torre muy fuerte que se tenia por dõ Antonio, q. se dize la torre de S. Giã. Impreso en Barcelona en casa de Antonio Oliver. 4.º de 4 fol. s. n.

Trad. do n.º 72.

Existe na Bibliotheca nacional do R. de Janeiro, na collecção de Barbosa Machado: *Manifestos de Portugal*, T. 1.º (1).

**Silveira Macedo (Antonio
Lourenço da)**

200 Historia das quatro ilhas que formam o districto da Horta, desde a epocha do seu descobrimento até á presente, comprovada com documentos authenticos... em tres volumes... Horta, typ. de Graça Ir. (o 1.º vol.) e L. P. da Silva Corrêa (o 2.º e 3.º). 8.º gr. 3 vol.

Tomo 1.º pag. 84 a 111 e 364.

Silvestre Ribeiro (José)

201 O Senhor D. Antonio, Prior do Crato, na ilha Terceira. Historia portugueza.

Na *Revista Universal Lisbonense. Jornal dos interesses phisicos, moraes e intellectuaes. Collaborado por muitos e distinctos litteratos, e redigido por José Maria da Silva Leal.*

Tomo VI. Anno de 1846-1847. Lisboa. Impr. da Gazeta dos Tribunaes... 1847. 4.º gr. a 2 col. n.º 17, pag. 199 a 201.

Sismonde de Sismondi (I. C.)

202 Histoire des Français. Bruxelles. Wouters Frères, 1846. 8.º 18 vol.

(1) Annaes da bibliotheca nac. do R. de Janeiro. Vol. VIII. 1880 1881. Rio de Janeiro. Typ. nac. 1881. 4.º gr. pag. 308, n.º 1038.

Tom. 12.º parte 7.ª cap. 28, pag. 157: Expedição de D. Antonio aos Açores. (1)

203 **Socedido** (O) á Armada de S. Magestade, de que é capitão general o marquez de Santa Cruz na batalha que deu á Armada que trazia D. Antonio nas Ilhas dos Açores. S. l. n. a. d'impressão, fol. 7 pag. (2)

Trad. do n.º 14. Reproduzida no *Archivo dos Açores*. T. 3.º pag. 129 a 139. Vid. n.º 10 c.

204 **Sommaire** declaration des ivstes causes et raisons qui ont meu & meuuent le tres hault & tres puissant Prince Dom Anthoine Roy de Portugal, des Algarbes &c de faire, & de continuer la guerre, tant par mer que par terre, au Roy de Castille, & a tons ceux qui luy Donneut & Donnerout faueur, & ayde en quelque maniere qui ce soit.

S. l. n. D. 4.º 5 fol. s. n.

No verso da folha 5.ª a subscrição: Faict á Tours le quinziesme du Mois de May. Mil cinq cents quatre vingts & deux. (3)

Tradução do n.º 29 a)? A identidade do titulo, e a do numero de paginas, parecem confirmar esta supposição.

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açoriana, pag. 383, n.º 2551.

(2) Dr. Ernesto do Canto. Bibl. Açoriana, pag. 389, n.º 2552.

(3) Annaes da Bibl. nac. do R. de Janeiro. Vol. VIII 1880-81. R. de Jan. typ. Nac. 1881. 4.º gr. pag. 909, n.º 1039.

Sousa (D. Antonio Caetano de)

205 *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, como as Famillias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé...* Lisboa occidental, na off. de Joseph Antonio da Sylva... MDCCXXXV—XLVIII 4.º gr. 12 vol.

Tom. III. pag. 369 a 402.

Tom. VI. pag. 60 a 69—146 a 165—179.

Tom. X. pag. 721 a 728.

206 **Provas** da historia genealogica da Casa Real Portuguesa, Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Serenissima casa de Bragança, de diversas Cathedraes, Mosteiros, e outros particulares d'este Reyno... Lisboa occid. na off. Sylviana da Academia Real. M.DCC.XXXIX—XLVIII 4.º gr. 6 vol.

Tomo 2.º pag. 523 a 571.

Sousa (Mannai Bento de)

207 *O Doutor Minerva (Critica do ensino em Portugal)*. Lisboa, M. Gomes ed. MDCCC.XCIV 12.º XXX — II (s. n.) 318 n. — II s. n. pag.

Pag. 251 a 304: *Capitulo decimo terceiro*. D. Antonio.

208 **Idem**. Segunda edição, correcta. Lisboa, M. Gomes editor... 1894. 12.º XXXII 365 pag. (Com o retrato do author).

Pag. 250 o 304: *Capitulo decimo terceiro*. D. Antonio.

Como trabalho de critica historica é um modelo, e n'elle o Prior do Crato é olhado a uma luz muito diversa da que a maioria dos historiadores (?) escolheu para retratar o seu character. E este capitulo, além de um estudo serio, é uma obra de justiça e de reabilitação que nos satisfaz o espirito.

Svarez de Alarcon (D. Antonio)

209 Relaciones genealogicas de la casa de los Marqueses de Trocifal, Condes de Torres vedras, sv varonia Zevallos de Alarcon, y por la casa, y primer appellido Svarez... En Madrid. Por Diego Diaz de la Carrera... 1656. fol. XII s. n. 437—135 (num. por erro 335) pag. n. a 2 col.

Pag. 345 (da 1.^a numer.) e 114-115 (da 2.^a).

210 **Sucesso** dell'armata di Sua Maestá della quale é capitano generale il marchese di Santa Croce nella battaglia che dette all'armata che portava don Antonio nella isole de los Açores (1582).

Publicada no *Saggiatore Giornale Romano de Storia, Bella Arti e Letterature*. Vol. IV (1845) n.º 8 (1).

211 **Sucesso** dell'armata di sua maestá Catholica, della quale fu capitano il Marchese di Santa Croce nella giornata contra D. Antonio di Portugal, Scritta dal detto Marchese all detta Catholica Maestá, et tradotto nell' Italiana lingua da una copia Spagnola stampata in Milano. In Bologna, per Ale-

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açoriana, pag. 384, n.º 256.

xandro Benacci. Con licenza de Superioré. 1582.

8.º gr. 8 fol. n. pel. fr. (1)

Trad. do n.º 14.

212 **Sucesso** de la Iornada expvgnacion y Conquista de la ysla de la Tercera, y delas demas yslas delos açores que hizo el illustrissimo señor Dõ Alvaro de Baçan Marques de Santa Cruz Capitan general de su Magestad. Y de los enemigos q. auia en la dicha ysla, fuertes, artilleria, y armada Francesa y Portuguesa. Y del sitio dela ciudad de Angra. Y del castigo que se hizo en algunos, y otras cosas notables que succedieron en la dicha conquista. M.D.LXXXIII. 4.º 8 fol. s. n. (2)

Teixeira (Fr. José)

213 De Portvgalliae ortv, regni initiiis: et denique de rebvs a regibvs vniversó que Regno praeclari gestis, compendium; ex fidelibus spectatissimorum Historicorum monimētis excerptum, Per R. P. F. Joseph Teixera Lusitanum, ordinis Praedicatorum, & Saerae Theologiae professorem, Regisque Portvgalliae concionatorem. Parisiis, Apud Ioannem Mettayer, in Mathematicis Typographum Regium, sub signo D. Ioannis, é regione Collegij Lavdicensis. M.D.LXXXII. Cum Regis Christianissimi priuilegio. 4.º 36 fol. n. pel. fr.

Vid. n.º 29 e 156.

(1) Archivo dos Açores, vol. 3.º pag. 215.

(2) Annaes da Bibl. nac. do R. de Jan. Vol. VIII 1880-81. R. de Jan. typ. nac. 1881, 4.º gr. pag. 396-397, n.º 1680.

214 Confutatio nugarum Nonii Leonis, Iurisconsulti Lusitani, nonnullorum que ejusce farinae interpolatorum, qui lingua, calamoque venales, ex variis mendaciis, atque scurrilitate quaestum sibi parant, molientes, Portugalliae regnum Philippo Austriaco, Castellae Regi, jure haereditario obvenisse, ignaris priscorum Portugallensium morum in suis Regibus eligendis, inaugurandis que falso persuadere et Serenissimi Principis Domini Antonii, veri legitimiq. Portugalliae, ete Algarbiorum Regis jus velleicare: Excerpta ex incorruptis rerum Portugallensis monimenis, sed ex eruditissimi R. P. F. Joseph Texerae, Ord. Praed. Saer. Theol. Magistri ad Inquisitores Portugalliae Anticrisi, cujus pars magna Lugduni Galliae anno 1589 typis mandata fuit. Ticini. Ad insigne persequentes iniquos et mendaces, anno 1594. 8.º 123 pag. além de um longo prefacio, não paginado. (1)

Réplica ao livro indicado sob n.º 156. A'cerca da polemica sobre que versam os n.ºs 156. 213 e 214 veja-se o cap. VIII. pag. 99 a 110, do notavel livro: *Fr. Bartholomeu Ferreira o primeiro censor dos Lusíadas. Subsídios para a historia litteraria do seculo XVI em Portugal, por Sousa Viterbo. Lisboa, Imp. Nac. 1891. 8.º gr.*

215 Principavlx et plus signalez services (Les) que le Docteur Frere Ioseph Texere Portugaiz á fait a l'estat & courõne de France, antre ceux qu'il faict de jour en jour continuellement depuis l'an mil

(1) Portugal e os estrangeiros, por Manuel Bernardes Branco. Tom. 1.º pag. 268 n.º 289. Lx.ª 1879. 8.º gr.

cinq cês quatre uingts un, jusqu'à. huy. 12.º 9 pag.
S. l. n. a. (1595).

Reproduzido de pag. 104 a 110 do livro de
Sousa Viterbo citado no n.º anterior.

Teixeira d'Aragão (A. C.)

216 Exposition universelle de 1867 a Paris.
Description des monnaies, médailles et antres objets
d'art concernant l'histoire portugaise du travail...
Paris, imp. administrative de Paul Dupont... 1867.
8.º gr. 174 pag. e 5 estampas.

Pag. 58-59: D. Antonio I. Prieur de Crato
(1589).

217 Descrição geral e historica das moe-
das cunhadas em nome dos Reis, Regentes e go-
vernadores de Portugal. Lisboa, Imp. Nac. 1874-80.
8.º gr. 3 vol.

Tomo 1.º Pag. 296 a 307: D. Antonio (o prior
do Crato). Pag. 420-426 (Documentos n.ºs 70 a 80).

Telles (Alberto)

218 Chorographia geral dos Açores. Lisboa,
Imp. Nacional, 1889, (na capa 1891) 8.º gr. 192 —
II s. n. pag.

Pag. 167 a 192: *Appendice. Defeza dos Açores.
1581-1583. Esboço critico da obra do sr. Cesareo Fer-
nandez Duro—La Conquista de las Azores em 1583.
Madrid, 1886.*

Este trabalho tinha sido primitivamente publi-
cado na *Illustração portugueza*, 3.º anno n.ºs 41 e 52,
e 4.º anno n.ºs 1 e 2 (Lisboa 1887).

Vid. n.º 91.

Ternaux Compans (H.)

219 Archives des voyages. Paris, Arthur Bertrand, s. d. (1840-41) 8.^o gr. 2 vol. (1)

Tom. 1.^{er} pag. 423 a... ? Sobre o ataque e conquista da Ilha Terceira pelo marquez de Santa Cruz.

Traduzida em portuguez, e publicada no *Archivo dos Açores*. Vol. 2.^o pag. 34 a 47.

Tom. 2.^o Relação da expedição do commendador de Chaste á ilha Terceira, em Maio de 1583.

Idem, idem, idem, pag. 31 a 33.

Thevenot (Melchisédec)

220 Relations de divers voyages Curieux qui n'ont point esté publiées, ov qui ont esté tradvites d'Haclyyt, de Purchas, & dautres Yoyageurs Anglois, Hollandois, Portugais, Allemands, Espagnols, et de quelqves Persans, Arabes, et avtres avthevrs orientaux... A' Paris, 1696, fol. 4 vol.

IV Partie. *Voyage de la Tercere, fait par M. le commandeur de Chaste gentil homme ordinaire de la chambre du Roy et Gouverneur par Sa Magesté de la Ville & Chasteau de Dieppe et Arques*. 18 pag.

Para a tradução portugueza, vid. os n.^{os} 106 e 163.

Thou (Iacques Auguste de)

221 Histoire Universelle... depuis 1543, jusqu'en 1607. Traduite sur l'edition latine de Londres. A Londres. M.DCC.XXXIV. 16 vol. 4.^o.

(1) Dr. E. do C. Bibl. Agoriana, pag. 387, n.^o 2572.

Tome 8.^{me} 1578-1582. Pag. 195 a 293; 482 a 497; 574 a 599.

Tom. 12.^{me} pag. 440.

**Tobar Abarca (D. Joseph
Pellizer de)**

222 Succession de los Reynos de Portugal i el Algarue, fevdos Antigos de la Corona de Castilia: dados en Dote a Doña Teresa i Don Enrique de Borgoña, Tiranizados la primera vez por Don Iuan Maestre de Avis; Commovidos luego por Don Antonio Prior de Ocrato: Incorporados despues en la monarchia de España. . . i vltimamente Sublevados Por los Complices en el Levantamiento de Don Iuan de Bragança. . . Con licencia. En Logroño. Por Pedro de Mon Gaston Fox. Año de M.DC.XL. 4.º 32 pag.

223 *Idem.* idem M.DC.XLI. 4.º IV s. n. 18 fol. n. pel. fr.

Torres de Lima (Luis)

224 Avisos do céo, successos de Portugal, com as mais notaveis cousas que aeonteceram desde a perda de D. Sebastião até ao anno de 1627. Lx.^a na off. de Paschoal da Silva, 1723, 8.º 10 s. n. 432 pag. Pag. 278 e 291. Cap. 15 e 16.

225 4.^a edição. Lx.^a na off. de Manuel Antonio Monteiro, 1761. 2 vol.

Tom. 1.º pag. 181 e 190. (1)

(1) Dr. E. do Canto. Bibl. Açoriana, pag. 277, n.º 1814.

Torsay (H. T. S. de)

226 La vie, mort, et tombeau, de havt et pvis-sant seigneur Philippe de Strozzi, Cheualier des deux ordres du Roy, Conseiller en ses Conseils d'Estat et priné, Capitaine de cinquante hommes d'armes, Colonel general de L'infanterie Françoisse et depuis Amiral en l'armée de Mer, dresseé par la Roine, Catharine de Medicj, en faveur du Roy Don Antoine de Portugal, en l'an mil cinq cens quatre vingt deux. . . par H. T. S. de Torsay. A Paris. Chez Gvillhavme le Noir, rue saint-Jacques, à l'enseigne de la Rose Blanche. 1608. 8.º gr.

Reimpresso nos « *Archives curieuses de l'histoire de France*, par Cimber et Danjou. Paris 1836. Tom. 9 da 1.ª serie, pag. 401 a 460.

227 **Translat** de l'espagnol en françois de ce qv'est svccedé à l'armée de sa Mat.ª á laquelle commandoit cõme capitaine general le Marquis de Sat.ª Croix, par la bataille donnée á celle que conduysõit Don Antonio, es Isles de los Açores. A Dovay, de l'imprimerie de Iean Bogard libraire iuré, á la Bible d'or, l'an M.D.LXXXII 12.º 32 pag.

Trad. do n.º 14.

Vanden Bussche (Emile)

228 Flandre et Portugal. Mémoires sur les relations que existirent autre fois entre les flamands de Flandre—particulièrement ceux de Bruges—et les portugais, par Emile Vanden Bussche, archiviste de l'Etat. . . Bruges, Imp. de C. de Moor, libr. 1874. 8.º 244 — IV pag.

Pag. 75-76 e 202 a 206. Estas ultimas apresentam o texto de um documento existente nos archivos da cidade de Bruges, sob o titulo: *Concept omne hulpe ende secours te doene Don Anthonio van Portugal*. (Projecto de soccorro a D. Antonio de Portugal), cuja traducção portugueza o leitor encontrará no n.º 10 h).

Varillas (Autoine)

229 Histoire de Henri III. Paris 1694. 2 vol. in 4.º.

230 **Idem**. Paris, 1695. 6 vol. in 12.º.

No livro VI trata da armada franceza que veio auxiliar o Prior do Crato. (1)

Vasconcellos (P.º Antonio de)

231 Anacephalaeses id est, summa capita actorvm regvm Lvsitaniae... Antverpiae Apud Petrum & Ioannem Belleros Anno M DC.XXI. 4.º gr. XVI s. n. 588 n.º, XXIV s. n. pag.

Pag. 745 a 350.

Velazquez Salamantino (Izidro)

232 La entrada qve en el Reino de Portvgal hizo la S. C. R. M. de Don Philippe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi con su Real presencia, como con el exercito de su felice campo. Hecho por Izidro Velazquez Salamantino, andante en corte. Impresso con

(1) Dr. E. do C. Bibl. Açor. pag. 395, n.º 2619.

licencia, examen y aprobacion, por Manuel de Lyra. A costa de Symon Lopez Librero. 4.º IV. (s. n.) 160 fol. num. pel. fr.

233 **Viajes** de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII. Colecion de Javier Liske, Rector y Catedratico de Historia en la Universidade de Leinberg... (Año de 1878). Traducidos del original y anotados por F. R. Madrid. Casa editorial de Medina (s. a.) 8.º 268 pag.

Pag. 93 a 231: *III. Erich Lassota de Steblovo. Año 1580-1584. Traducion del aleman de fines del siglo XVI.*

Tradução do n.º 124. Este *diario* é um dos trabalhos mais importantes e completos que conhecemos sobre a lucta do Prior do Crato com Filippe 2.º, por ser escripto por uma testemunha presencial de todos os factos, que narra minuciosamente, desde a batalha de Alcantara, até á derrota da esquadra de Filippe Strozzi nas aguas da ilha Terceira.

Vilhena Barbosa (Ignacio de)

234 D. Antonio, Prior do Crato, e as joias da corôa de Portugal.

Serie de sete folhetins, publicados no jornal *O Commercio do Porto* nos seguintes numeros: 266, de 28 de outubro; 290, de 24 de novembro; 297, 309 e 318, de 2, 16 e 27 de dezembro de 1886; 18, de 20 de janeiro, e 31, de 4 de fevereiro de 1887.

*

* *

Ao concluirmos este esboço bibliographico resta-nos apenas fazer sentir que, se bem que elle comprehenda 236 numeros (incluindo os duplicados 177 bis e 199) julgamol-o ainda bastante incompleto, principalmente no que respeita a trabalhos publicados em jornaes. Entre estes merece porém menção especial o que, sob o titulo: *O Prior do Crato e as suas pretensões á corôa de Portugal*, começou a sahir no *Jornal do Porto* n.º 297, de domingo 28 de dezembro de 1879, e que continuou ainda em janeiro do anno seguinte, sem que por agora possamos completar esta nota, por falta de elementos essenciaes para isso. Como tencionamos opportunamente refundir esta tentativa bibliographica, reservamos para então os addittamentos e informações que por ventura conseguirmos reunir, a fim de lhe dar a possível perfeição.

F. T.

*

* *

Alonguei-me talvez demasiado com a descripção das muralhas e fortalezas terrestres da antiga villa de Aveiro, bem como com a narração de factos que lhe andam ligados, mas em compensação pouco direi das fortalezas maritimas, pois é pouquissimo o que pude colher da sua historia e relativamente ainda menor a sua importancia militar e archeologica.

Em Portugal não obstante ter chegado este paiz a ser uma potencia maritima de primeira ordem, nunca se cuidou muito da defeza militar da costa. Deixou-se quasi que á bravura do oceano a missão da sua defeza.

Foram os primeiros reis da dynastia brigan-

tina que mais curaram da defeza maritima do paiz. Escreveu o sr. Rangel de Quadros, (1) que anteriormente á construcção das antigas muralhas de Aveiro havia já uma fortaleza no local onde hoje está o *forte da barra* e que a edificação d'ella se attribue a D. Affonso III.

Não sigo tal opinião. Não é crível que em Aveiro se edificasse uma fortaleza em meados do seculo XIII, para defeza do porto, quando é certo estar inteiramente d'ellas desprovidas a maioria das nossas povoações e cidades da beira-mar. «Até aos fins do seculo XVI, escreve o meu saudoso mestre e venerando amigo o sr. I. de Vilhena Barbosa, offerecia o Tejo franca entrada a todos que a demandassem, quer fossem amigos, quer inimigos.

Lisboa já n'essas eras affamada pelos dons que lhe prodigalisara a natureza, e pelas proeminencias e regalias com que a tinham dotado e engrandecido, primeiramente os romanos, e depois os nossos reis da dymnastia affonsina; Lisboa, a rainha do Tejo, não possuía uma unica fortaleza para defeza do seu porto. E todavia, apesar de estarem lançados, na epocha referida, os fundamentos do seu poder maritimo, amiudadas vezes lhe vinham devassar o rio, e injuriar-lhe a frente, com roubo de fazendas e leva de captivos, corsarios moiriscos.» (2)

Quando Lisboa não tinha fortalezas para lhe defender o porto, como tel-as Aveiro? Além d'isto, ainda mesmo que hcuvesse qualquer fortaleza junto

(1) Vide pag. 263.

(2) *Archivo pittoresco*, vol. V, pag. 223.

da barra, anteriormente ao seculo XVII, é fóra de duvida que o local occupado por ella não era o do actual *forte*. A barra não era onde a vemos hoje. Ficava muito mais ao norte, isto é, entre a Torreira e Ovar. (1)

Dá-se o nome de *forte da barra* a um simulacro de fortaleza que existe junta á extremidade terra do grande dique que fórma a barra. A sua construção não vae decerto além e principio do seculo XVIII.

Antigamente era conhecido por *forte novo* ou castello da Gafanha. Em 7 de janeiro de 1809 foi nomeado governador do mesmo forte o capitão de cavallaria João Ragel de Quadros, que em 1825 ainda desempenhava este cargo.

O chamar-se-lhe *forte novo* era para o distinguir do *forte velho* que ficava junto da barra quando esta estacionava ao sul da Vagueira, proximo de Mira. Esta fortaleza de que hoje já nem sequer existem ruínas, foi mandada edificar por el-rei D. João IV, seguindo se deprehende d'uma lapide encontrada no local, no começo do presente seculo pelo engenheiro director das obras da barra, Luiz Gomes de Carvalho, em que havia esta inscripção:

ANO 1643 REY D. PORTUGAL I. IIII.

Foi demolida aquella fortaleza entre os annos de 1778 a 1783 para lhe aproveitarem as pedras para as obras da barra que n'esta epocha se procurou abrir na Vagueira. (2)

(1) *Memoria sobre o plano d'abertura da barra de Aveiro etc.*, por Luiz Gomes da Carvalho.—Parte 1.^a artigos II e IV; no n.º XXXII do *Jornal de Coimbra*.—Lisboa 1815.

(2) *Memoria citada*. Segunda parte, sessão 1.^a art. 1.º

Parece que a existencia do castello da Gafanha, contribuiu em grande parte para a escolha do local em que foi aberta a actual barra em 1806. N'uma serie de folhetins publicados aqui, em 1856, no jornal *A Imprensa* sob o titulo *Reflexões historicas sobre a barra de Aveiro* ha sobre o assumpto esta referencia:

«Foi isto, certamente, e a existencia do antigo forte da Gafanha chamado o Forte Novo, o que induziu a abrir a barra onde ella está; o que talvez não succedesse, se então se reflectisse não só no nome tradicional do dito forte que indicava haver outro mais antigo, mas egualmente em que não podia consistir a fortaleza d'uma barra, tão frequentada como foi a de Aveiro, em umas simples paredes sem vestigios de outras obras, que era o que alli existia; as quaes por sua construcção figura e situação, mais pareciam ser o começo d'uma fortificação para defeza do rio que alli passara e ia ter a barra, do que em forte ou ruinas d'elle, que tivesse servido de defender a entrada de alguma barra, que d'antes alli existisse.»

Sobre a antiga guarnição militar de Aveiro a noticia mais antiga que encontrei foi a que passo a transcrever da *Memoria* do beneficiado Pinho Queimada, já por vezes citada, o que não quer dizer, que n'um documento muito anterior como o arrolamento dos besteiros de conto (1) não haja já uma tal ou qual referencia sobre o assumpto, pois d'elle se vê que Aveiro tambem concorria com um soffrivel contingente, attenta a sua população de então, para esse bello corpo de exercito, «composto de soldados praticos e adestrados, cuja arma a besta, equivalia quasi

(1) Vide pag. 70.

na tactica da epocha, pelos effeitos destruidores á acção da espingarda moderna»: (1)

«Esta villa de Aveiro teve sempre guarnição de tropas e no seculo passado em tempo do sr. rei D. João III tinha tropa de couraceiros, e de infantes que acompanharam com a nobreza d'esta villa o sr. D. Sebastião a Africa onde ficou com elle destrojada na batalha de Alcacere quibir, ficando depois este reino mui prostrado com o dominio de Castella. Altos juizos de Deus!

No reinado do sr. rei D. Sebastião formaram-se as ordenanças com regimento de capitães-móres, e de sargentos-móres, que eram nomeados das pessoas da primeira nobreza da comarca; depois d'estes eram os capitães das companhias que tambem são tirados de entre a nobreza, o que ainda hoje se cumpre por proposta dos vereadores, e nobreza da villa, e provedor do concelho de Esgueira. Esta ordenança armada com differentes armas brancas, e de tiro, faziam a defesa da terra depois que o sr. rei D. Sebastião levou consigo para Africa a flor da tropa de couraceiros e de ginetes; e depois que o sr. rei D. João IV foi aclamado rei d'estes reinos em dezembro de 1640, foram creadas tropas de auxiliares, e foi esta nobre villa uma das primeiras do rei no que teve esta tropa em forma de regimento com mestre de campo, e sargentos-móres de batalha e capitães, outros graus inferiores com fardamentos mui vistosos e aceados, e peitos d' aço, e esta tropa que foi adestrada para a guerra, servia mui honrosamente para defender a comarca, e terras visinhas dos ataques dos castelhanos que procuravam conquistar estes reinos; e para impedir o desembarque de uma armada do parlamento de Inglaterra mandado por um chamado Oliveiro Cromuvél de accordo com o rei de Castella contra ao nosso rei o sr. D. João IV que santa gloria haja, mas por fim fizeram-se as pazes ficando nós em mais socego. A tropa dos auxiliares d'A-

(1) Rebello da Silva—*Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*. Tomo V, pag. 8.

veiro foi tida como a mais briosa de toda a beiramar do reino, e a mais gabada pelos grandes serviços que prestou, pelo que foram-lhe dados muitos louvores, que ficaram registrados nos livros da camara de Esgueira. Havia tambem n'esta villa uma boa companhia dos fachos, que acendia fachos, e fogueiras nas praias do mar, para dar rebato de noute, e para fazer signaes. Toda a tropa de Aveiro, e da comarca, dos auxiliares, e ordenança armada excedia a 3:500 homens dos mais valentes, e esforçados.»

Ainda sobre a antiga guarnição militar d'Aveiro, é curiosa uma carta do duque d'Aveiro, D. Alvaro de Lencastre, que se guarda no Archivo municipal e cuja copia textual é a seguinte:

«Juiz v.^{res} e pd.^{or} da minha notauel villa da v.^{ra} Eu o duque dom Alu.^{ro} & vos enuyo muyto saudar o portador me deu vossa carta, e logo mandey ao Conde de fontes p.^a que mandase proner pera que não entrasse nenhũa gente de guarnição nesa villa e me respondeo que trabalharia todo possyvel por lá não entrar nenhũ soldado. E quando de todo se não podessem escusar seriam tam poucos os q. la entraryão que não darão opressão ao povo, mas sobre ysto lhe torney a mandar recado p.^a que de todos fosseis escusos; e se nos este não leuar Recado hira atraz elle. E encomendoues o bom governo desa villa E a quietação de todos. E porque confio o fareis asy vos não digo aquy mais. P.^o mi.^s ferr.^a a fez em Azeitão a Xbij de fevr.^o... Ho duque.»

Não traz a carta indicação do anno em que foi escripta. D. Alvaro de Lencastre assumiu o titulo de duque d'Aveiro pelo seu casamento com sua sobrinha D. Juliana de Lencastre em 1588, e veio a fallecer em 1636, portanto devia ser n'este periodo que aquella carta foi escripta.

Da noticia que transcrevi da Memoria do bene-

ficiado Queimado, deprehende-se que em Aveiro houve logo em seguida á sua criação, ordenanças e auxiliares. Aquellas foram criadas por D. Sebastião. Lei de 6 de dezembro de 1569 e Regimento de 10 de dezembro de 1570. Por este ultimo: «Os moradores das cidades, villas, aldeias e casaes, de dezoito a sessenta annos de idade, deviam ser obrigados segundo o rendimento dos bens moveis e de raiz ao serviço da milicia local, comprando á sua custa as armas offensivas e defensivas. Os mais ricos deviam ter cavallo proprio e de marca, lança, espada, morrião e peito d'aço, ou coura de laminas. Os menos abastados haviam de alistar-se nas companhias de pé com espada, arcabuz, ou pique, armadura do tronco, ou cossolete. Os mais pobres, por fim, serviam nas fileiras só armados de lanças compridas. As companhias compunham-se de 250 homens repartidos por dez esquadras, e cada uma tinha capitão, alferes, bandeira, sargento, dez cabos e um tambor. Todos os annos pelo S. Miguel competia aos capitães-móres passarem revista á ordenança dos seus districtos, e todos os mezes a gente de pé e de cavallo era obrigada a exercitar-se no campo e nas barreiras, manobrando, atirando ao alvo, e ensaiando as evoluções proprias da sua arma.» (1)

Em Aveiro houve sempre quatro companhias de Ordenanças tendo cada uma a sua bandeira, e esta organização que se manteve até á sua extincção vinha já dos fins do seculo XVI, como se vê dos dois docu-

(1) *Regimento dos capitães-móres e officiaes das companhias de gente de cavallo e de pé etc.*, citado por Rebello da Silva.—*Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tomo V, pag. 10.

mentos que seguem e cujos originaes se conservam no Archivo municipal :

« Dizem os officiaes da cam.^{ra} da villa dAveiro que no tempo q. os luteranos poserão cerco a cidade de lix.^a a yns-tancia de fre.^o tauares capitão mor na dita villa chamarão o pouo que elegeo quatro capitães p.^a aquella ocasião somt.^o e por não auer mais q. húa bandeira nem a villa ter dr.^o donde se fizesse tres q. faltauão tomarão uinte e dous mil rs do dr.^o da quinta parte da imposição q. V mgd.^o tê concedido á dita villa pera corregimt.^o das fontes pontes e calçadas e cõ o dito dr.^o mandarão fazer as ditas tres bandeiras q. tanto custarão e as entregarão aos ditos capitães q. hora lhas não querê tornar p.^a se meterê na arca da cam.^{ra} cujas são p.^a aly estarê guardadas p.^a quando comprar P. a v mgd.^o mande passar prvisão p.^a o pvedor da comarca lhes leve en conta os ditos vinte e dous mil rs q. assy gastarão nas ditas bandeiras e q. ellas se metão na arca da cam.^{ra} p.^a aly estarê guardadas p.^a quando comprar se enligerê outros capitães a quê se entreguê — E R. M. — Concertada »

« Eu El Rei faço saber a uos preuador da comarca da uilla de Esgueira que auendo Respoito ao que na petição atras escrita dizem os officiaes da camera da uilla dAveiro e visto as causas que alegão e uossa Informação Ey por bem e me praz que lhes leueis en conta os uinte e dous mil rs que gastarão da Renda da Imposição da dita uilla nas tres bandeiras que mandarão fazer para os capitães de que na dita petição fazê menção não entrando nisso minha terça, e fareis cõ os ditos capitães que logo entreguem as ditas bandeiras na camera da dita uilla onde estarão en toda boa guarda e este aluara comprireis inteiramente como se nelle contem. Miguel couceiro o fez em lix.^a a xxbj (26) de outubro. D. M. D. lxxxix (1589) P.^o da costa o fez escreuer. ElRey (com rubrica e guarda) Seguem-se mais 3 rubricas inintelligiveis sendo a ultima o Bpõ de?

Manda v. mgd.^o ao pvdor da comarca da uilla de Esgueira leue en conta aos officiaes da camera da uilla de Avei-

ro 28 mil rs q. gastarão nas bandr.^{as} acima declaradas das Rendas da Imposição não entrando nisso a 3^a de v mgd.^o e q. as bandr.^{as} se entreguê na camara onde estarão é boa guarda.»

Diz o sr. Christovam Ayres (1) que El-Rei D. Sebastião na organização que deu ao exercito portuguez em 1570 converteu os antigos alcaides-móres em capitães-móres de cada cidade, villa ou concelho, com um sargento-mór por immediato.

Isto não é inteiramente verdadeiro. Os *capitães-móres* além de desempenharem funcções diversas dos *alcaides-móres* (2) não substituíram estes, pois subsistiram ambos conjunctamente durante quasi dois seculos, vindo os *alcaides-móres* a ser extinctos só por decreto de 6 de novembro de 1769.

Mas pondo de parte os alcaides-móres, a que por incidente já me referi (3), direi que dos capitães-móres de Aveiro o mais antigo, de que encontro noticia, é Francisco Tavares (4). O ultimo foi Gabriel Lopes de Moraes Mariz Picado de Figueiredo Leão Balacó, nomeado em 2 de julho de 1830, e administrador d'um antigo vinculo instituido n'uma capella da igreja de S. Miguel, d'esta cidade. No tempo d'este capitão-mór, e em parte sob o sen commando praticaram as Ordenanças de Aveiro o seu ultimo feito, que foi o defenderem a barra d'uma sortida de algumas forças li-

(1) *Historia da cavallaria portugueza*—Lisboa 1889 —I pag. 61.

(2) *Memoria dos alcaides-móres de Portalegre* por F. A. Rodrigues de Gusmão—Coimbra, 1867.

(3) Vide pag. 344.

(4) Vide pag. 355 356.

beraes vindas aqui do Porto em fins de setembro de 1832. O mau resultado da sortida fez com que a *Chronica constitucional*, jornal official do governo do Porto, não dêsse noticia d'ella, mas essa falta suppriu-a a *Gazeta de Lisboa*, orgão do governo de D. Miguel, publicando no seu n.º 246, de 17 de outubro, esta communicação:

—«*Illustrissimo e Excellentissimo Senhor.*—Tenho a honra de participar a V. Ex.^a para ser presente a El-Rei Nosso Senhor, que o Governador da Barra e Cidade de *Aveiro* me communicou em data de 29 do corrente, que lhe parecia, que aquella Barra se achava bloqueada por embarcações rebeldes, e em consequencia d'esta participação Officiei ao Commandante da Brigada, que se achava em *Albergaria*, para que marchasse para *Aveiro* com a sua Brigada a fim de se oppor ao desembarque, e que no caso de este se ter verificado, então batesse e dispersasse os rebeldes. Espero que esta minha deliberação seja da approvação de Sua Magestade.

Depois d'isto acabo de receber um officio do Corregedor de *Aveiro* com data de hoje, em que me participa, que os rebeldes forçárão aquella Barra em lanchões em força de 250 Caçadores, chegando até ao pé do Forte, porém que foram valorosamente repellidos pelas Ordenanças, o que com a maior satisfação communico a V. Ex.^a para ser levado tambem á Presença do Mesmo Augusto Senhor, devendo igualmente dizer a V. Ex.^a, que em consequencia d'esta participação Officiei ao Coronel Commandante da referida Brigada para que marchasse para o destino, que lhe tivesse determinado o Tenente General Visconde do *Pezo da Regoa* seguindo a estrada de *Ovar*, e deixando n'aquella Cidade huma força para auxiliar as Ordenanças contra qualquer tentativa, que de novo pretendão alli fazer os rebeldes.

Deus guarde a V. Ex.^a—*Oliveira de Azemeis*, em 30 de setembro de 1832.—*Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de S. Lourenço.*—*Thiago Pedro Martins.*»

Por muitas vezes a *Gazeta de Lisboa* phantasiou victorias para as tropas absolutistas, agora porém não o fez. O testemunho de Soriano que vou invocar prova-o exuberantemente. Diz este escriptor:

«Tudo portanto agourava aos constitucionaes a proximidade d'um grande e decidido ataque (1); já se via passar para o norte do Douro grande quantidade de bestas carregadas, algumas bagagens, e até mesmo alguns corpos e peças de campanha. e todavia foi n'esta proximidade que o ministro da guerra Agostinho José Freire, entendeu poder desfalcar de 600 homens ou mais ainda, a extrema direita da linha constitucional, mandando no dia 28 para Aveiro n'um vapor, o *London Merchant*, o batalhão de caçadores n.º 12, com o fim, diziam uns, de atacar os reforços, que de Lisboa vinham a Gaspar Teixeira, outros de favorecer a fuga d'um esquadrão de cavallaria que esperavam, e finalmente outros de chamar a attenção do inimigo para aquella parte, ameaçando-lhe a rectaguarda. Entretanto tudo isto se desvaneceu com o tempo; nem se commetteu o inimigo, nem se viu o desejado esquadrão de cavallaria, nem finalmente mereceu grande attenção aos miguelistas e embarque de uma força, que nada podia sériamente emprehender com o limitado numero de bayonetas com que saíra do Porto. E com effeito 250 homens, que no dia 30 largaram em lanchões para tomar terra nas alturas de Aveiro, nada mais fizeram do que conservar de observação a si uma brigada, que de Lisboa se dirigia ao exercito

(1) O do dia de S. Miguel (29 de setembro) de 1832.

miguelista do norte; e chamar contra si a perseguição do povo armado, que os afugentou da praia, e os levou por fortuna sua a atracar novamente sem mais novidade ao vapor em que tinham ido.» (1)

Até que enfim o *Forte* da barra de Aveiro esteve para ter as honras d'um ataque em fórma. Salvaram-n'o da *vergonha* de cahir em poder dos soldados da liberdade as *fiéis Ordenanças*. Pobre *forte* então, bem mais feliz é hoje, pois vae ter por chronista um engenheiro distinctissimo a quem a barra, de que elle é sentinella perdida, deve já relevantes serviços e de cujos provados talentos tem muito e muito a esperar.

As obras da barra, de que ainda n'este volume ou em outro que se lhe seguir tractarei desenvolvidamente, estão actualmente a cargo do meu illustrado amigo e distinctissimo engenheiro o sr. J. M. de Mello de Mattos, que a uma intelligencia elevada e culta reúne todas as qualidades d'um trabalhador infatigavel. O sr. Mello de Mattos, que é já uma gloria da engenharia portugueza, tem estudado proficientemente tudo que diz respeito á barra de Aveiro, além d'isto tudo que é de Aveiro lhe merece consideração especialissima; se houvesse nascido aqui não teria mais affecto a esta terra como o que, tem mostrado ter todas as vezes, e não são ellas poucas, que o concurso da sua muita competencia e illustração tem sido con-

(1) *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal etc.*, 3.^a epocha, tomo IV, pag. 70-71

vocada pelos meus conterraneos e por mim. Com orgulho e muito reconhecimento o confesso. Ninguém, portanto, melhor me poderia informar da historia do Forte da Barra, dirigi-me a s. ex.^a pedindo-lhe os apontamentos de que carecia e em resposta recebi, dentro de poucas horas, a interessante noticia que segue e que ficará sendo uma das paginas mais brilhantes do meu livro:

«Sr. Marques Gomes. — Não é uma noticia historica do Forte da Barra, de que me pediu esclarecimentos, o que vou dar-lhe; mesmo porque aquella obra... *d'arte* só pode bem servir para lembrar o que a tal respeito escreveu o ex.^{mo} sr. general Silverio Augusto Pereira da Silva, sabio inspector d'engenharia.

Com effeito diz s. ex.^a: «A circumstancia de se haver apoiado o molhe ao Forte e pelo lado do sul d'esta pequena fortificação, apresentando-se logo em frente do canal este obstaculo foi mais um inconveniente na disposição d'aquella obra, que muito bem se poderia remediar projectando o, como fazia o engenheiro inglez Elsdén no plano que se encontra em uma planta antiga, datada de 1794. O molhe partia do lado do norte do mesmo forte seguindo na direcção W. S. W. e melhor disposto que o que se construiu segundo o plano de Oudinot.» (1)

Esta obra que tem por effeito, como vê, prejudicar a barra d'Aveiro parece que foi que obrigou a escolher o ponto da costa em que em 1809 se abriu a barra, ponto muito mal determinado, conforme tambem já o demonstrou o ex.^{mo} sr. inspector Silverio Augusto Pereira da Silva, acima referido, que escreveu: «Se se houvesse antes aberto a barra a 2500 metros proximamente ao norte do ponto que se escolheu, fica-

(1) Vide *Revista de Obras Publicas e Minas*. Tomo VI, pag. 177.

ria correspondendo ao sitio da junção das aguas, que all-convergem dos tres principaes braços da ria, denominados Calle do Oiro, Calle do Espinheiro e Calle da Villa, podendo-se obter n'este ponto uma resultante das tres correntes no melhor sentido em relação á entrada e saída das aguas da ria, e assim mais conveniente ao estabelecimento da nova barra, o que certamente não succede nem se poderia conseguir tão bem no sitio em que se abriu.

«Acontece com effeito que achando se mais ao sul o ponto que se escolheu, vão as aguas reunidas d'aquelles tres braços da ria correndo parallelamente á costa na direcção N. S. entrar de lado e quasi perpendicularmente no canal da barra, onde a sua corrente é forçada bruscamente a tomar a nova direcção do canal normal á linha da costa.» (1)

Não lhe direi portanto se o Forte da Barra é susceptível de preencher as condições de uma bateria de costa, embora o pequeno sector que teria de defender e que se resume no canal da barra, não precise de uso do tiros de barbeta e dispense meias lunas e reductos. Em todo o caso o Forte só conserva o bastião do lado do sul e de encontro á cortina estão edificados os quartéis dos remadores da alfandega, dos pilotos e dos veteranos, assim como as habitações do pessoal das obras da barra.

Ignoro se por ventura este forte esteve completo com o bastião do lado do norte e se estava ou não destinado a tornar-se n'uma fortaleza, na significação que a arte da guerra dá a esta palavra. Em todo o caso devo dizer que por debaixo do terrapleno do Forte existem uns recintos abobadados de tijolo, a que, á falta de nome apropriado, chamarei casamatas e onde se guardam alfaias e ferramentas pertencentes ás obras da barra e, caminhando tanto para o norte como para leste do bastião existente, nos sitios onde se edificaram as casas e quartéis a que acima me referi e n'aquelle em que

(1) Vide *Revista de Obras Publicas e Minas* cit. pag. 176.

se encontra a casa destinada para residencia do capitão do porto e em parte da qual esteve tambem uma estação telephonica, encontraram-se, em linhas parallelas, distantes de cerca de 4 metros os alicerces em que haviam de assentar os pés direitos de outras abobadas.

Considerando a forma da contra escarpa parece que o traçado d'esta obra era do systema Erard, que viveu em França nos tempos de Henrique IV. Se porém n'aquelle forte se contava mais tarde construir tenalha e meia lua com o seu reducto não o posso dizer por isso que não possui o archivo da secção a meu cargo plano algum d'aquella obra por onde possa concluir-se se ella deve ser considerada como obra de defeza de costa ou como forte que devia defender-se tambem de qualquer ataque do lado de terra.

Se do traçado da obra lhe não posso dar informações convenientes, do perfil d'ella acho escusado occupar-me porque, decerto, nunca alli poderá assentar-se uma obra de defeza séria, mórmente depois que é pelo terrapleno do bastião existente que se passa para a torre dos signaes que se fazem aos navios que demandam este porto.

A torre dos signaes, a que acabo d'alludir, é d'alvenaria de pedra de grés e, como tinha que assentar sobre as abobadas das casamatas, foram estas reforçadas por meio de paredes de pedra de grés que deixam apenas uma estreita passagem do recinto abobadado do lado de leste para o do lado de oeste, em que, em ambas, estão as arrecadações de que acima fallei.

Antes de lhe dizer o que no archivo das obras da barra d'Aveiro se pode colher com relação á torre dos signaes, que é de construcção recente, devo acrescentar com respeito ao Forte que se não encontra n'elle nem inscripção nem brazão d'armas que possa indicar a data em que se edificou, mas consultando a planta mais antiga que conheço da ria d'Aveiro, a que foi levantada pelo tenente-coronel Elsdon, acima referido, coadjuvado pelos officiaes do exercito com exercicio de engenheiros Manuel de Souza Ramos e Izidoro de Paula Pereira, alli vejo designado com o nome de *Forte novo* o local em que se acha o castello.

Qual seria já a idade do tal *Forte novo*, eis o que lhe não posso dizer; mas tendo a alludida planta a data de novembro de 1778 e achando-se, n'essa epocha, ha talvez um eeculo, a barra no sitio da Vagueira é muito de presumir que o forte alludido fosse anterior ao desvio para o sul da barra d'Aveiro, o qual desvio parece que principiou a dar-se pouco antes de 1656. Segundo a memoria já citada do ex.^{mo} sr. inspector Silverio Augusto Pereira da Silva, consta que em trabalhos apprehendidos na barra da Vagueira em 1757 se descobriu uma ptdra com a inscripção:—*Anno 1643. Rêi de Portugal João IV.* (1)

Seria o *Forte novo* coevo d'aquelles trabalhos ou anterior a elles? N'esse caso a hypothese de que no traçado da contra-escarpa se seguisse o systema do engenheiro Errard ou Errard seria justificada, por isso que aquelle engenheiro nasceu em 1554 e morreu em 1610 em Sédan, e depois da morte d'elle, ainda um seu sobrinho, Aleixo Errard, publicou em Paris, em 1620, uma terceira edição corrigida, segundo os apontamentos deixados pelo tio, de *La Fortification démontrée et réduite en art*, livro que parece que era tão notavel, no seu tempo, que em Francfort se fizeram d'elle tres contra-fações em 1604, 1617 e 1622 e em Oppenheim, duas em 1616 e 1617.

Attendendo ao desenvolvimento dos flancos, agora não visiveis, por isso que um muro paralelo á cortina transformou em quintaes das casas o espaço limitado por elles e pelo angulo dos bastiões; é possível que aquelle forte pertença aos do traçado da escola hollandeza, muito adaptavel á natureza do terreno em que se acha edificado. Seja, porém, traçado aquelle forte segundo as regras da escola franceza, italiana ou hollandeza, o que é facto é que, pelo exame das lincas que o compõem, não posso determinar a epocha em que foi construido. Com relação á impor'ancia que elle possa ter de-

(1) Vide *Revista de Obras Publicas e Minas*, tomo cit. pag. 167.

vo dizer lhe que uma planta da barra d'Aveiro, cuja data não posso determinar, mas que deve ser bastante antiga, pois que ainda contém escala em braças e apresenta um plano do molhe do sul muito diverso do que elle é actualmente, modificando-lhe até a direcção nas proximidades do *musoir*, contém traçados a linha carmin, a linha preta pontuada e a linha preta orlada de amarello, uns projectos de defeza da barra que parece que em conta alguma tem o forte existente, por isso que por detraz d'elle ficaria um bastião.

Não lhe farei a descripção do tal projecto de defeza e antes de me occupar da torre direi que me consta que era nas casamatas de que acima fallei que se alojavam os condemnados á *grilheta* que outr'ora serviram nas obras da barra.

Agora passarei a fallar da torre.

Consultando a planta de 1778, a que acima alludi, vejo n'ella, sobre a duna, um grande numero de nomes a partir do sul da Torreira até ao sul da actual barca de passagem da Costa Nova do Prado. Alguns d'esses nomes ainda se conservam como por exemplo o *limite*, a *lomba da vacca* e a *lomba grande*; mas de outros, que são a *cosinha do ouro*, a *bateira*, o *poetinho*, a *lomba dos negraes*, a *enseada do palheiro*, os *baixos dos zendoeiros*, a *mal paga*, a *torre*, o *roque*, a *beira* e o *cavallo* não ha talvez já remeniscencia entre os conhecedores da ria d'Aveiro. Outros nomes agora conhecidos, como por exemplo o *Moranzel*, não se encontram na mencionada carta. Ora devo dizer que o sitio em que se abriu a barra actual é indicado na tal carta com a designação de *A Torre*. Haveria alli alguma torre já em 1778? Não é problema que possa resolver, porque, em relação á actual torre dos signaes da barra, só lhe posso dar noticia do que leio, no relatorio de 9 de janeiro de 1848, assignado pelo major de engenheiros Agostinho Lopes Pereira Nunes, a saber: «A torre dos signaes da barra, construida de madeira, achava-se em um estado quasi completo de ruina, proximo a cair e com nenhuma esperanças de poder durar o presente inverno, o que era devido não só a achar-se a madeira já bastante deteriorada, mas sobretudo á queda de um raio que dirigindo-se

para o vertice da torre, quasi que a dividiu pelo meio, de alto a baixo.

Attenta, pois, a necessidade d'esta torre para o serviço dos signaes da Barra, s. ex.^a o sr. governador civil me determinou que tractasse da sua reconstrução. Decidi-me portanto a reconstruirl-a de pedra e cal por se acharem estes materiaes depositados no local da Barra, pertencentes ás Obras Publicas do districto. A nova torre occupa hoje a mesma collocação da antiga sobre a abobada do armazem no Forte da Barra. A construção d'esta abobada não apresentando as condições necessarias para a sua boa estabilidade tractei por isso de obviar a este inconveniente mandando construir um macisso de pedra rija que occupasse todo o vão da parte correspondente da abobada tornando assim esta parte inteiramente independente da restante parte da abobada. A torre acha-se hoje levada a $48 \frac{1}{2}$ palmos d'altura acima do nivel do terreno não tendo esta obra sido continuada por causa dos trabalhos da ponte da Rata e dos da tapagem da ruptura que se ia manifestando no dique da barra contiguo á Gafanha, que reclamaram o emprego dos operarios occupados na construção d'esta torre que, apesar de se achar ainda incompleta, contudo já d'ella se utilisam os pilotos para o serviço dos signaes da Barra.»

Em relatorio de 21 de maio de 1849 escreve o seguinte a tal respeito o já mencionado engenheiro A. L. Pereira Nunes: «Ficou terminada a torre dos signaes, construida de pedra, cal e tijolo, faltando apenas a gradaria em ferro para a varanda aonde provisoriamente se collocou uma em madeira (1). A base circular d'esta torre tem de diametro $22 \frac{1}{2}$ palmos e na parte superior correspondente á aresta inferior da varanda apresenta a torre um diametro de $15 \frac{1}{2}$ palmos. A parte superior e exterior da abobada, servindo de tecto á torre, acha-se a $90 \frac{1}{2}$ palmos acima do nivel do terreno; o alto da torre é guarnecido de uma roca de 9 palmos d'altura e por conseguinte o vertice da roca acha-se elevado de $99 \frac{1}{2}$. O

(1) Que ainda lá existe.

vão cylindrico da torre occupado pelos degraus tem $9 \frac{1}{2}$ palmos de diametro e n'elle se entra por uma porta situada na base circular da Torre, saindo se para a varanda por uma segunda porta; a torre é além d'isso guarnecida de duas janellas collocadas em differentes alturas.»

Para terminar esta noticia devo dizer-lhe que ha pouco foram removidas da esplanada do Forte pelo Ministerio da Guerra duas peças de ferro incapazes de serviço e os respectivos reparos de madeira, que regulavam pelo estado das peças. Serviam ellas para fazer signaes na entrada dos navios que demandavam a barra e, segundo ouvi dizer, a que merecia mais confiança ultimamente era aquella que primeiro foi julgada inutil, tanto que a que primeiro serviu nem estava sobre o respectivo reparo, mas sim deitada por terra. Ultimamente foram aquellas peças substituidas, a requisição da capitania do porto, por uma pequena peça de bronze assente sobre reparo de ferro. Tem essa peça a seguinte inscripção:

Pelo Ministerio da Guerra tambem no Forte da Barra se construiu um paiol para arrecadação da polvora necessaria para o serviço das peças de que acabo de fallar. Está esse paiol muito proximo da torre dos signaes, que substitue a velha torre de madeira destruida por um raio como relatava o major Pereira Nunes, mas nem sempre a historia é a mestra da vida de que falla Cicero porque apesar d'aquelle velho exemplo não ha um pára-raios que proteja o tal paiol, em que supponho que existem agora poucas cargas.

Não quero deixal-o sem lhe contar uma anedocta bem... *burocratica* que se dá nas edificações d'esta localidade e, so lhe chamo *burocratica*, não temendo o gallicismo, que commetto, é porque estou convencido que, ao importarmos de França a palavra, importamos tambem *la petite bête* que anda ligada aos serviços publicos e que não permite mecher no que Paulus chama *la foocooorme*, n'uma canção conhecida. Isto posto e sem querer ser *frondeur*, porque tambem sou da familia e tenho os defeitos d'ella, passo a contar o facto.

O artigo 22.º do titulo III do Regulamento provisional do Real Corpo de Engenheiros, de 19 de fevereiro de 1812,

determina que se não constrúa sem licença do Ministerio da Guerra n'uma area de 600 braças de raio em torno de qualquer fortaleza ou obra de fortificação. Isto posto, quem pretende construir no sitio do Forte da Barra vae pedir licença ao Ministerio da Guerra que diz ao interessado que peça ao Ministerio das Obras Publicas, o qual manda o interessado para o Ministerio da Marinha, que o manda outra vez para o da Guerra e assim por diante. Nosso Senhor Jesus Christo andou de casa de Annaz para casa de Caiphaz; quem requer terrenos no Forte da Barra conta Annaz, Caiphaz e. . . não sei como hei-de chamar ao outro ou aos outros; porque, talvez que a Justiça tambem deva ter que intervir, recordando-se de que houve outr'ora um presidio n'este local para os condemnados a trabalhos publicos. Mas ponto final n'estas considerações que podem azedar o figado ao

De V. admirador sincero e amigo obg.^{mo}

MELLO DE MATTOS.

Quando em novembro de 1807 o exercito francez do commando de Junot invadiu Portugal, a guarnição militar de Aveiro limitava-se ao regimento de milicias e ás quatro companhias de ordenanças. Junto ao caes servindo de apoio ás amarras dos navios, algumas peças velhas, desmontadas, de calibre 3 e 12, e, na Barra algumas outras da mesma idade e calibre, tal era o material de guerra aqui existente então. Aquella força já de si insufficiente para defeza da cidade, ainda mais reduzida ficou com o desarmamento das milicias ordenado por Junot, por decreto de 3 de janeiro de 1808, que em Aveiro, ao contrario do que

succedeu em outras cidades e ilhas, teve pleno cumprimento. (1)

Esta cidade do mesmo modo que todo o resto do paiz acceitou resignada o jugo do conquistador, e, não se podendo esquivar ás manifestações de subserviência de que este se tornou alvo, foi n'esta parte, triste é dizel-o, mais longe que deveria ter ido. O facto é o seguinte:

Em 13 de maio de 1808 appareceu publicada na *Gazeta de Lisboa* a allucação da deputação portugueza de Bayonna, documento vergonhosissimo—taes são as mentiras e hypocritas promessas que encerra.

A allucação era precedida d'um decreto de Junot em que se mandava imprimil-a e fixal-a em francez e portuguez por todo o reino. A' camara d'Aveiro foi ella enviada com este officio do secretario de Estado do interior e das finanças, Herman.

Em consequencia das ordens do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General em Chefe do Exercito de Portugal, remetto a Vossas Mercês o Exemplar incluso bem persuadido do prazer que Vossas Mercês terão com a certeza da Benevolencia de Sua Magestade Imperial e Real para com este paiz, e dos desejos que Vossas Mercês terão de aproveitar a primeira occasião de manifestar a Sua Magestade Imperial e Real, o seu Reconhecimento por tão Beneficas disposições. Deus Guarde Vossas Mercês. Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 13 de maio

(1) José Accursio das Neves—*Historia geral da invasão dos francezes em Portugal etc.*, tomo III, pag. 103.

de mil oitocentos e oito.—Francisco Antonio Herman.
—Senhores Juiz, Vereadores e Procurador da Cidade
de Aveiro.»

Este officio foi presente em sessão da camara de 18 d'aquelle mez, estando presentes o dr. Juiz de fóra presidente, Caetano Innocencio de Gouvêa e Costa; os vereadores José Ribeiro de Azevedo Leitão, o sargento-mór Luiz Francisco Pereira da Silva e Cunha, o dr. Antonio José Ferreira e o procurador do concelho Domingos José de Oliveira. Lido o officio e a allucação deliberou a camara, que se pozessem luminarias por tres dias em toda a cidade e seu termo precedendo para isso o devido pregão, e que no ultimo dia se cantasse *Te-Deum Laudamus* em Acção de Graças a Deus Nosso Senhor, por tão vantajosa mercê, na Sé.

Um escriptor francez, o general Foy, referindo-se ao documento que tamanho entusiasmo despertou nos membros do senado aveirense, disse: «L'adresse de la deputation causa un vif contentement qui se fit sentir plus encore dans les provinces qu'à Lisbonne. On se hâta de regarder comme assurée et prochaine la résurrection du Portugal. Des villes, mesme de simples bourgades, la célébèrent par des illuminations et des feux de foie.» (1)

O meu fallecido amigo Simão José de Luz Soriano, pôz em duvida o facto das illuminações e fogos

(1) *Histoire de la guerre de la Péninsule sous Napoléon.*—Pariz 1827—tome III, pag. 51.

de artificio (1) e, na verdade o facto é de tal fórma extraordinario que custa acreditar, mas é verdadeiro. Em Aveiro deu-se, e é muito crível que se repetisse em outras localidades, pois a não ser assim Foy, não o dizia tão cathegoriamente. Aqui, ainda foram mais além, celebraram *Te-Deum* e dias depois, em 11 de junho, uma «audiencia», nos paços do concelho, da nobreza e povo da cidade, com assistencia do corregedor e juiz de fóra, em que foi lida a *Gazeta de Lisboa* que publicava a «allucação» e votados os maiores agradecimentos ao general Junot, «e fiel reconhecimento pelas benignas Intenções, e esperados Benefícios com que sua M. I. e R. quer fortalecel-os e a todo este Reino de Portugal e de á Sua Imperial e Real vontade em tudo se sugeitarem.» (2)

A «audiencia» porém, para honra da cidade, foi pouco concorrida; além dos dois magistrados e respectivos vereadores, apenas assistiram a ella umas vinte pessoas, tantas são as que assignam a respectiva acta.

Accusei ha pouco os aveirenses de terem sido subservientes de mais aos mandados do conquistador, mas d'essa nodoa se lavaram elles depois, com a presteza e enthusiasmo com que secundaram o movimento de resistencia iniciado no Porto. Alli, realisou-se a revolução contra o dominio francez no dia 18 de junho e, aqui no dia 22 proclama-se egualmente a liberdade da patria.

(1) *Historia da guerra civil* (Guerra da Peninsula), segunda epocha, tomo I, pag. 207.

(2) *Livro das vereações e accordãos da camara de Aveiro—1804—1817—fl. 129.*—No Archivo municipal.

Tomou a iniciativa da revolução a camara, mandando arvorar n'uma das javellas dos paços do concelho a bandeira da cidade, repicar todos os sinos e illuminar a cidade. Resolveu egualmente na sua sessão de 22 que, fossem mandados restaurar os escudos das armas portuguezas que por ordem de Junot haviam sido mandados picar. Esta resolução porém ainda está hoje, passados oitenta e seis annos, em parte por cumprir. Em Aveiro existe mais do que um d'esses escudos por restaurar, como são o que está sobre a porta da entrada do convento de S. João Evangelista (Carmelitas) e os que fazem parte das armas da cidade que se võem nas duas pyramides que, guarnecem a entrada do caes.

Logo que a bandeira da cidade foi arvorada, vivas entusiasticos irromperam de todos os lados. Em frente dos Paços do Concelho reuniu-se muito povo que, com os vereadores á frente, percorreu as ruas da cidade dando vivas á Santa Religião, á Família Real, e á Casa de Bragança. De tarde houve na Sé (então a egreja da Misericórdia) um solemne *Te-Deum* a que assistiu o bispo da diocese D. Antonio José Cordeiro, a camara, ministros, juiz de fóra, provedor e corregedor, nobreza e povo, «pedindo a Deus lhes des-se força e valor em uma causa que toda é sua, e valor que já principiamos a mostrar, tendo corrido briosamente e sem excepção de pessoas tantas vezes ás armas, quantos tem sido os rebates da invasão do inimigo para esta cidade», assim lê se no aucto do ajuntamento da nobreza e povo realisado na sala das sessões da camara em 4 de julho.

Este «ajuntamento» teve por fim lavrar um pro-

testo contra as auctoridades e decretos dos invasores que cidade só por violencia havia acceitado e prestar-se juramento de fidelidade á rainha e ao principe regente.

O auto tem estas assignaturas: José Ribeiro de Azevedo Leitão (1), Luiz Francisco Pereira da Silva e Cunha (2), Francisco Thomé Marques Gomes, Antonio José Ferreira (3), Antonio José das Neves (4), Caetano José Vaz Parreiras (5), Florencio d'Abreu Parada (6), Miguel Rangel de Quadros (7), João Chrysostomo Gravito da Veiga e Lima, Antonio Rangel de Quadros, João Carlos Cordoso Verney, Berthardino Antonio Sobral Tavares, Luiz Gomes de Carvalho (8), José Antonio Mancio da Costa, Bazilio de Oliveira Camossa (9), Pedro de Sousa, Clemente Alexandrino Luduvico, Joaquim Antonio Placido (10), Luiz Pereira Nolasco, Francisco Luiz Gomes de Mascarenhas, fr. Joaquim do Espirito Santo, José Pinheiro de Freitas Soares (11), fr. José do Bom Jesus, José Antonio Damasio, fr. João de Villa Nova da Rainha, Manuel

-
- (1) Juiz de fóra e presidente da camara.
 - (2) Sargento-mór.
 - (3) Bacharel em direito e vereador.
 - (4) Escrivão da camara.
 - (5) Governador do Forte da Barra e da cidade.
 - (6) Corregedor.
 - (7) Capitão-mór.
 - (8) Major de engenheiros e director das Obras da Barra.
 - (9) Major de infantaria.
 - (10) Bacharel em leis.
 - (11) Bacharel em medicina.

Rodrigues Tavares d'Araujo Taborda (12), Joaquim José de Queiroz, Antonio Dias Ladeira de Castro (13), Manuel da Silva Campos, fr. Jacintho Basto (14), Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcellos, Luiz Antonio R. da Cunha Rebello, Bento José da Rocha, fr. João de Vasconcellos Barreto Ferraz, Custodio Ferreira da Silva, Manuel José Ribeiro, João Dionisio da Fonseca Lopes, José Manuel de Sousa Paulino, Jeronymo Fernandes da Silva, José Marques de Oliveira, José Bernardo Ribeiro, Domingos José de Oliveira, Agostinho de Sousa Lopes, José Pereira da Cunha, João André Lucena, Joaquim Antonio Ferreira Ribeiro de Santa Anna, Jeronymo Ribeiro Dias Guimarães, João Ribeiro Guimarães e Silva, Luiz de Loureiro Ferraz, Bento José Mendes Guimarães.

Como procurador da nobreza, Antonio Rangel de Quadros. Como procurador do povo, Francisco Thomé Marques Gomes.

Para defeza da cidade organisou-se logo um batalhão composto de milicianos, soldados da ordenança e voluntarios de que tomou o commando o capitão Manuel Velho da Cunha e Azevedo. Este batalhão que, nunca primou pela disciplina, ficou sendo conhecido pelo nome de *guerrilha do Manuel Velho*.

O governo militar e defeza da cidade ficou a cargo do coronel Caetano José Vaz Parreiras e do capitão Manuel Velho da Cunha e Azevedo, como se vê d'este documento:

(12) Vigario da freguezia de Nossa Senhora d'Apresentação e mais tarde governador do bispado.

(13) Prior da freguezia de S. Miguel.

(14) Vigario da freguezia da Vera-Cruz.

«Em Nome do Principe Regente Nosso Senhor a Junta Provisional do Governo Supremo constituida n'esta cidade do Porto, manda que o Coronel e Governador da Barra e cidade de Aveiro, Caetano José Vaz Parreiras, de commum accordo com o capitão de infantaria Manuel Velho da Cunha e Azevedo, tomem a si todo o governo e passem logo a dar as ordens necessarias para a defeza do estado e conservação do restituido Governo do Principe Regente Nosso Senhor e outro sim manda que tôdas as pessoas e auctoridades constituidas obedeçam e cumpram as ordens que por elles ao dito respeito forem passadas. Porto, vinte e quatro de junho de 1808.—Bispo Governador.»

Os dois officiaes a quem ficaram confiados os destinos da cidade, organisaram o batalhão a que já me referi e, fizeram executar algumas obras defeza de que, logo me occuparei. Da maneira porque exerciam a missão de que se achavam revestidos é prova eloquente o seguinte documento que, se encontra transcripto no Livro 3.º do Registo da Camara de Aveiro, a fl. 515:

«Achando-se nós encarregados pela Junta Provisional do Governo Supremo para determinar quanto fôr preciso para a defeza do Estado e Restauração do Restituido Governo do Principe Nosso Senhor e sendo preciso applicar as pessoas de conhecido prestimo aos differentes ramos da geral precisão, causa publica e boa ordem, ordenamos e auctorisamos ao senhor doutor João Licio Barbosa para ordenar e regular os toques de rebate que só po r nossa e sua ordem se de-

verão fazer em o sino grande da camara e depois avival-o pelos sinos das outras torres de toda a cidade, acompanhados e indicados de um facho ou luminaria na torre sendo de noite, e uma bandeira sendo de dia, cujos indicativos não haverá quando se tocar a fogo; outro sim para espionar e detalhar a promptidão dos barcos de posta ou de carreira; a demarcação das boias ou balisas para a carreira dos navios desde a Barra até ás Pyramides, dos signaes da Barra e Pilotos d'ella, o que tudo confiamos desempenhara com aquelle acerto, zelo e actividade que tanto o distingue. Aveiro, 5 de julho de 1808.—Caetano José Vaz Parreiras, coronel e governador da Barra e cidade de Aveiro; Manuel Velho da Cunha Azevedo, capitão encarregado da defeza de Aveiro.

O coronel Parreiras havia sido nomeado governador da cidade por decreto de 10 de julho de 1802. Nasceu em Arronches em 1749. Em 1769 sentou praça no regimento de artilheria de Estremoz, e em 14 de agosto de 1780 foi promovido a 2.º tenente do mesmo regimento. Em novembro de 1791 passou para o regimento de artilheria de marinha embarcando pela primeira vez na Nau Rainha de Portugal em junho de 1792. Fez parte da expedição auxiliar a Hespanha, em 1793. Tinha então o posto de capitão. Serviu depois novamente no regimento de artilheria de Estremoz, e no corpo de engenheiros, sendo por vezes encarregado de obras importantes de defeza militar, em Lisboa e Elvas. Em 27 de junho de 1797 foi nomeado capitão de fragata com exercício de major e, por decreto de 19 de outubro de 1798 promovido capitão de mar e guerra.

Quando nomeado governador da barra e cidade de Aveiro, foi-lhe dada a graduação de coronel de infantaria.

Mas falho de toda e qualquer qualidade de recursos, não tendo armas nem soldados, como emprender a defeza d'uma cidade inteiramente aberta como é Aveiro, pois nem sequer possui barreiras naturaes para oppôr ao inimigo o que, podia fazer o governador Parreiras para salvar Aveiro do jugo dos invasores? Nada, a não ser o nomear um bacharel em leis, para dirigir os toques a rebate dos sinos da cidade.

Não tenho noticia d'outro qualquer facto que se relacione com a defeza de Aveiro durante o governo de Parreiras, a não ser este. Tambem não se pode dizer que tivesse tempo para mais, pois em desoito de julho foi nomeado pela Junta Suprema do Governo, estabelecida no Porto, commandante do regimento de infantaria n.º 6 com a patente de brigadeiro pelo que, teve de partir immediatamente para aquella cidade. Alli, quando no anno seguinte Soult veio atacal-a, Parreiras salientou-se bastante. O finado escriptor Arnaldo Gama dá-nos no seu magnifico romance *O Sargento-mór de Villar* esta photographia do antigo governador de Aveiro que avaliar pelo que este, aqui fez deve estar parecida:

«Parreiras approximou-se do parapeito, e, apesar do chuveiro de balas que derredor d'elle cahiam, conservou-se tranquillamente alguns minutos a ver se atravez da nebrina podia observar, com o óculo, os movimentos dos assaltantes. Depois dirigiu-se para junto de uma peça, que tinham acabado de carregar.

— Rapazes, deixem-me fazer uma pontaria—disse em tom jovial para os artilheiros.

— Viva o nosso brigadeiro, que é leal portuguez!—bradou a multidão entusiasmada.

Parreiras levou a mão ao enorme chapéu agalçado, depois poz-se a mirar e a remirar por cima do dorso do canhão, e por fim ajustou-o na pontaria que lhe pareceu conveniente.

— Fogo!—bradou então.

O tiro partiu, e Parreiras, esgalgando-se por cima da peça, pareceu-lhe que a bala tinha mergulhado, como outras muitas, no cerrado pinheiral, que arrostava com a bateria.

— E' assim que se ensinam os jacobinos—disse, voltando-se triumphantemente para a população.—E' ter mão n'elles, rapazes, é ter mão n'elles; que se vós não quizerdes, não é para as barbas dos herejes o pôrem o pé cá dentro. Viva o principe regente, nosso Senhor! Viva a santa religião! Vivam os verdadeiros amigos da patria!

— Vivam! vivam! viva o nosso general Parreiras!—gritou a multidão.

N'isto uma bomba desceu quasi a prumo sobre a bateria, e, deslisando pela ladeira, que na retaguarda d'ella descia do monte para o plano, veio rolando até junto de um grupo de ordenanças e milicianos, que, ao vel-a, partiram a fugir em todas as direcções. N'isto a bomba ergueu-se—ouviu-se uma detonação vibrante e estrondosa, e uns poucos dos fugitivos, apanhados pelos estilhaços, rolaram, uns mortos e outros feridos, pelo chão.

— Não é nada, não é nada, rapazes—dise impavidamente Parreiras, aos que se tinham approximado com elle da aresta da rampa.—Aquillo são obras do pai das maldades, que serve os herejes contra os amigos da santa religião. Se outra vier, é fazer-lhe em cima o signal da cruz, e vereis que não se mexe nem mais uma linha.» (1)

Parreiras veio a ser tambem governador militar do Porto em 1809, mas no desempenho de tão impor-

(1) Segundo volume pag.

tante commando em nada illustrou o seu nome. A sua conducta durante o ataque do general Soult foi apontada como uma das causas da perda da cidade.

Beresford, tendo-o por incapaz ou negligente no pontual desempenho dos seus deveres como governador militar, particularmente desde 23 até 29 de março, mandou-o metter em conselho de guerra. São varios os artigos d'accusação; o 6.º e ultimo é por ter abandonado o seu posto no dia 29 de março, antes de haver completa necessidade, não fazendo esforço algum para animar a tropa e o povo, e não ter tomado medidas para reunir os que fugiam. Parreiras foi absolvido, dando-o o conselho por plenamente justificado. Mas isto não obstou a que o mesmo Beresford, confirmando a sentença, dissesse: «Confirmo a sentença do conselho de guerra, que absolveu o brigadeiro Caetano José Vaz Parreiras; porém não approvo a sua conducta militar no tempo do seu interino governo das armas do partido do Porto, principalmente desde o dia 23 de março até 29 d'este mez, em que as tropas francezas invadiram esta cidade, sem contudo deixar de reconhecer os seus bons serviços e intenções com que se houve no tempo do seu commando. Quartel general em Thomar, 23 de dezembro de 1810.—Assignado W. C. Beresford.»

Sobre o procedimento de Parreiras n'esta occasião escreve Soriano:

«Quanto a Parreiras deve saber se que este apoucado general reunia á sua comprovada incapacidade uma deslocada presumpção, que o levava a regeitar os conselhos das pessoas mais competentes do

que elle e o seu director nas causas da guerra. Não tendo estabelecido reserva alguma, ficon por este facto sem meios de acudir com promptidão aos pontos que corressem perigo na occasião do ataque. A julgar por tantos e tão crassos erros, como os commettidos por este general, poderá alguem suppor que elle nunca fosse militar. Para cumulo do seu grande descredito e em nada merecer louvores, nem ao menos deu provas de official brioso e ousado, causas que de ordinario se encontram no ultimo dos soldados da fileira. Sem buscar conter o inimigo, nem lhe disputar um palmo de terreno, foi elle um dos primeiros que atravessaram o Douro do Porto para Villa Nova na occasião do perigo, ou quando este começava a des-pontar, como se prova pela citada ordem do dia de 7 de março, e provavelmente foi tambem elle o que em tão funestissima hora fez interromper as communicações do norte com o sul do reino, mandando, depois de o atravessar, erguer o funesto alçapão da ponte, com que tantas desgraças e mortes occasionou ao povo e mais defensores do Porto.» (1)

Continuando a historiar a defeza de Aveiro em 1808 direi que mais alguma cousa se fez, ou pelo menos tentou fazer, do que o regular o toque a rebate dos sinos, pelo menos assim se depreheende d'este documento que do Livro n.º 3 do regulamento da Camara de Aveiro fielmente transcrevo:

«Em sete de julho de mil oitocentos e oito no Paço do Excellentissimo Senhor Bispo d'esta Cidade de Aveiro con-

(1) *Historia da Guerra civil* etc. Segunda epocha, tomo II, pag. 166.

correram o Coronel Governador da Barra e Cidade e os Ministros, e o Corpo da Nobreza, o Clero Secular e Regular, e do Commercio, e na presença de todos foi proposto, que tendo tido os honrados e fieis Portuguezes o valor de aclamarem, e reclamarem o seu amavel e virtuoso Principe o Senhor Dom João, mostrando d'esta maneira assim o amor aos Legitimos Soberanos, como a intrepidez propria dos Portuguezes, não os atterrando no desempenho d'este seu tão sagrado dever, nem o Exercito Inimigo, postado na Capital e differentes partes d'este Reino, nem a lembrança de se verem sem tropas de linha, e sem armas que a milicia do Inimigo lhes tinha tirado com o pretexto de Protectores; e n'esta posição de cousas tão sérias instando a urgente necessidade de se tomarem as medidas mais promptas e acertadas para a economia da defeza d'esta terra, até constando que o inimigo tinha já entrado em Leiria; e como além das cousas já prevenidas pelo Conselho Supremo do Porto podiam concorrer outras muitas que exigissem o mais prompto remedio relativamente á defeza d'esta terra, e sendo o animo, e vontade d'elle dito Coronel e Governador obrar sempre com bom conselho se tinha portanto lembrado que diariamente, ou quando fosse necessario dentro do Paço de sua ex.^a e com assistencia de um Prelado tão virtuoso, como sabio, elle dito Coronel Governador, com algumas pessoas escolhidas da nobreza e mais corporações conferissem sobre os objectos e assumptos concernentes á economia da defeza d'esta terra e logares vizinhos, dando-se logo e continuando-se a dar sempre de tudo parte ao Supremo Conselho da Cidade do Porto para se obrar debaixo da sua direcção: e em tudo o acima proposto pelo dito Coronel Governador conveyo o Ex.^{mo} Senhor Bispo e todas as pessoas que a este acto concorreram londo então o sargento mór do Real Corpo de Engenharia, Luiz Gomes de Carvalho, um plano de fortificação e defeza que pareceu conveniente e que devia remetter-se ao Supremo Conselho, remattando se este acto com o juramento que todos deram de guardar em tudo segredo, e de defender como honra dos Portuguezes até á ultima gota do seu sangue a Nossa Santa

Religião e ao Principe Regente Nosso Senhor e a Toda a Sua Augusta e Saudosa Familia, que pedimos ao Céu nos restituia; e para assim constar todos assignaram em o Paço Episcopal. Aveiro 7 de julho de mil oitocentos e oito; Antonio, Bispo de Aveiro: Caetano José Vaz Parreiras, governador; Luiz Gomes de Carvalho, Sargento Mór do Real Corpo de Engenheiros; O Corregedor Florencio de Abreu Parada, Luiz de Castro Menezes e Lemos, João Rangel de Quadros, tenente de cavallaria; Bernardino Antonio Soveral Tavares, Thomé de Albuquerque Castro Falcão, capitão; Miguel Rangel de Quadros, capitão mór de Aveiro; José Maria Rangel, Antonio José Gravito da Veiga e Lima, José Pinheiro de Freitas Soares, Luiz Pedro Nolasco, José Ribeiro d'Azevedo Leitão, juiz pela Ordenação D. João Rangel de Quadros; Antonio Rangel de Quadros, Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcellos, Fr. João de Vasconcellos, José Pereira da Cunha, João Baptista de Castro, Fr. João do Espirito Santo, prior; Antonio José Ferreira, Fr. José do Bom Jesus, prior; Francisco José Ferreira Guimarães, Francisco Thomé Marques Gomes, Domingos José de Oliveira, Manuel Rodrigues Tavares d'Araujo Taborda.»

A revolução em Aveiro, como não havia francezes a expulsar, correu tão pacífica como entusiasmática. Ainda assim houve um facto que a deslustra bastante. Aqui, como no Porto e outras localidades, principiavam já então a manifestar-se os rancores populares, que depois foram tão longe e tão funestas consequências produziram, contra os falsamente chamados *jacobinos*. O povo instigado decerto por alguém, quiz assassinar o juiz de fóra, dr. Innocencio de Gouveia e Costa, não obstante o ter sido elle, na sua qualidade de presidente da camara, quem iniciara a revolução. Accusavam-no de connivente com os francezes, pedindo em altos brados a cabeça do jacobino de en-

volta com vivas á Santa Religião e á Casa de Bragança. O povo amotinado dirigiu-se á casa de habitação do juiz e dando-lhe voz de preso, conduziu-o quasi descalço e sem chapéu para as enxovias da cadeia, de onde passados dias foi transportado para a Relação do Porto. Deveu a isto o poder salvar a vida. Não obstante estar innocente, o juiz de fóra de Aveiro esteve no carcere até 1 de setembro, em que um decreto da Junta Suprema o mandou soltar e restituir ao seu lugar, «devendo o corregedor da comarca, perante a camara, solemnemente o reintegrar no exercicio da sua judicatura, declarando-o innocente da supposta arguição imputação, merecedor da confiança publica e de continuar na recta administração da justiça, em que louvavelmente tem até aqui regido e governado os povos», diz o decreto.

O acto da reintegração do juiz de fóra, que foi solemnissimo, verificou-se em 7 de setembro. Firmam o respectivo auto sessenta e seis assignaturas das pessoas mais qualificadas da cidade.

Não só por terem estreita ligação com os factos que estou narrando, como tambem por serem hoje extremamente raros e quasi desconhecidos vou transcrever os seguintes documentos:

DOM ANTONIO JOSE CORDEIRO, por mercê de Deus, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Aveiro e do Conselho de Sua Alteza Real o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, etc.

A todos os Reverendos Parochos, Clero Secular e Regular,

e Povo da Nossa Diocese Saúde e a Benção de Nosso Senhor Jesus Christo.

Pelas Ordens da Junta do Supremo Governo da Cidade do Porto se faz saber, que o Governo *Francez* se acha inteiramente abolido e exterminado deste Paiz, e restituída nelle a Real Authoridade do Nosso legitimo Soberano o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, a qual será exercitada plena e independentemente pela sobredita Junta, em quanto não for restituído neste Reino o Governo deixado, e instituído por Sua Alteza Real; em consequencia do que Ordena a mesma Junta, que o dito *Real Senhor* seja acclamado, e as suas *Reaes Armas* descubertas, e respoitadas como sempre forão, e hão de ser, e que todas as Authoridades Constituídas obrem nesta conformidade. Pelo que Mandamos a todos os Reverendos Parochos, e Ecclesiasticos deste Nosso Bispado, que reconheção como fieis Vassallos, e leaes Portuguezes a Sua Alteza Real o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, e fação todas as demonstrações de alegria, e ponhão luminarias em tres dias successivos acompanhados de repiques de sinos, e no primeiro Domingo ou dia de Preceito, convocando para isto a todo o *Clero e Povo* ao menos huma Pessoa de cada Casa, cantem o *Te Deum* em acção de Graças: e os Reverendos Parochos desta Cidade com o seu *Clero*, a quem mandarão avisar, se acharão no Domingo que se hão de contar vinte e seis do corrente, na Santa Igreja Cathedral pelas quatro horas da tarde para so renderem as mesmas devidas Graças a DEOS NOSSO SENHOR, exhortando a todos a que incessantemente dirijão a DEOS NOSSO SENHOR fervorosas Orações acompanhadas das devidas disposições, para que o mesmo SENHOR nos conceda o seu Divino auxilio, e a sua Protecção OMNIPOTENTE: e que os Reverendos Sacerdotes continuem a dar na Missa a Oração *pro quacumque necessitate*, á excepção das Festas da primeira e segunda Classe, e das Missas de *Requiem*. E Mandamos outro sim que na Collecta *Et Futuros tuos* omittão a alteração que fomos mandados fazer, e que continuem a recitar a mesma Collecta de fórma, que anteriormente se costumava.

Esta Nossa Ordem será registada e publicada na forma do estilo. Dada em Aveiro Sob Nosso Signal e Sello de Nossas Armas aos 22 de Junho de 1808. E eu Manoel José da Costa Escrivão da Camara Episcopal, a subscrevi.

ANTONIO, Bispo de Aveiro.

Lugar † do Sello.

*

Nas circumstancias em que nos achamos, de nos-vermos precisados a defender a Soberania do Augustissimo PRINCIPE REGENTE NOSSO SENHOR, a Pátria, as nossas vidas e bens; devem os RR. Ecclesiasticos Seculares e Regulares pegar em armas, como os outros membros da Nação Portuguesa: pelo que Mandamos, que sem perda de tempo appareção incorporados com armas na presença das Authoridades constituidas, para executarem as Ordens, que lhes forem dadas por ellas; e trarão o tope que designa adheção e fidelidade a Sua Alteza Real

Aveiro 25 de Junho de 1808.

ANTONIO, Bispo de Aveiro.

*

DOM ANTONIO JOSE CORDEIRO, por mercê de Deus, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Aveiro e do Conselho de Sua Alteza Real o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, etc.

Aos Reverendos Parochos, Clero e Povo do Nosso Bispado Saudo, e a Benção de Nosso Senhor Jesus Christo.

Fazemos saber, que tendo os Póvos da Cidade do Porto, das três Provincias do Norte, e de outros Lugares do Reino heroica e felizmente com o auxilio de Deos N. S., que visivelmente nos favorece, proclamado e restituído o Justo, Legítimo, e Soberano Governo do PRINCIPE REGENTE

N. S., e abolido a intrusa e tyrannica Dominação das Tropas Francezas, que entrando neste Reino sem resistencia com o fingido titulo de amizade, alliança, e protecção, desmentirão logo as suas promessas com a mais negra perfidia e injustiça, e se apoderarão da Authoridade Soberana, passando a impôr aos Nobres Portuguezes Leis tão duras, e tão fortes e peizadas contribuições, como nunca experimentou Nação alguma, nem ainda sendo conquistada á força d'armas: ameaçarão a nossa Religião Santa e pura, calumniando-a de superstições que nella não ha; e praticamente principiavão a destrui-la, profanando os Templos, e despojando-os das suas riquezas: dissolverão huma parte da valorosa Tropa Portugueza, e mandarão a outra para tão longo (e o mesmo se propunhão já fazer a toda a mocidade vigorosa) que nunca tornasse ao Reino: em fim desordenando a Nação inteira, e apoderando-se de todas as suas forças e substancias, lhe preparavão o mais duro captivo: E achando-se ainda em poder do inimigo a Cidade de Lisboa e outras terras, he necessario e forçoso continuar vigorosamente a guerra não só para libertar as terras ainda opprimidas por fracas forças, mas para repulsar e para prevenir outras maiores, com que elle possa aggre-dir-nos; precisando-se para este fim de extraordinarios esforços e soccorros; e sendo principalmente necessario haver em todos grande ordem, união, e subordinação ás Authoridades que dirigem, e commandão no Real Nome do PRINCIPE REGENTE NOS-SO SENHOR, origio-se, e instituio-se legitimamente huma Junta Provisional do Supremo Governo em a Cidade do Porto, por ser esta Cidade a mais principal do Reino depois da Capital, por existir nella o Tribunal Supremo da Justiça das tres Provincias, e por ser o lugar das maiores forças do Reino, mais accomodado para receber os soccorros maritimos, e para a junção do Exército que deve obrar, a qual Junta tem sido reconhecida pelas Authoridades Civis e Militares das mesmas Provincias, e o deve ser tambem pelo Estado Ecclesiastico. Pelo que Nós, já não só em Nosso Nome, mas tambem no de todo o Clero Secular e Regular do nosso Bispado temos reconhecido legitimamente erecta e instituida a

mencionada Junta, nas circumstancias presentes, que a todos são patentes.

E como aquella guerra seja igualmente da Religião e do Estado, a ninguem tanto como aos Prelados, e Clero Secular, e Regular compete não só reconhecer a sobredita Junta, mas também instruir os Povos no seu dever e verdadeiros interesses, animallos, e persuadillos a cooperarem com todas as forças n'humra empreza, de que depende a felicidade da Nação e a conservação da pureza da Fé, e a concorrerem todos, Ecclesiasticos e Seculares, com as contribuições solitas e impostas, e com aquelles Donativos voluntarios para a guerra, que lhes inspirar o Patriotismo e o amor da Religião. Por isso Recommendamos e Mandamos aos RR. Parochos e Capellães dos Lugares, que com todo o zelo procurem instruir os Póvos no seu dever para com o Nosso Legitimo Soberano o PRINCIPE REGENTE N. S., e para com a sobredita Junta, e no interesse que devem tomar na defeza da Religião e do Estado, animando-os e persuadindo-os a cooperarem para ella com todas as forças, e a concorrerem não só com a prompta satisfação das Contribuições solitas e impostas, mas também com Donativos voluntarios para a guerra. E Recommendamos a todos os RR. Ecclesiasticos, que igualmente concorrão com aquelles Donativos que forem compatíveis com as suas possibilidades, fazendo-os entregar com a maior brevidade ao R. Escrivão da Nossa Camara, a quem temos nomeado recebedor e depositario dos Donativos dos mesmos RR. Ecclesiasticos; pois que instão as precisões do Estado.

Ordenamos outro sim aos RR. Parochos, que depois desta Nossa Ordem ser registada nos livros competentes, a publiquem aos seus respectivos Freguezes na fórmula do estilo, e a facção patente a todos os RR. Ecclesiasticos das suas respectivas Freguezias; e lhes Advertimos, que tendo Nós pela Nossa Ordem Circular de 22 de Junho proximo, declarado que o intruso governo Francez estava abolido, e sacudido o jugo que injusta e tyrannicamente nos dominava, todas as Ordens que expedimos relativas ao mesmo intruso governo não tem força ou vigor algum. Dada em Aveiro sob Nosso

Signal e Sello de Nossas Armas aos 13 de Julho de 1808. E eu Manoel José da Costa Escrivão da Camara Episcopal a subservevi.

ANTONIO, Bispo de Aveiro.

Lugar do Sello.

*

DOM ANTONIO JOSÉ CORDEIRO por Mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica, Bispo desta cidade, e Bispado de Aveiro, do Conselho de Sua Alteza Real o PRINCIPE REGENTE Nosso Senhor, e Presidente da Junta Provisional da mesma Cidade etc.

Aos RR. Parocos, Clero Secular, e Regular, e Fieis do Nosso Bispado, Saude, e a Benção de Nosso Senhor Jesus Christo.

Devendo Nós reconhecer que as calamidades, que temos soffrido, são hum effeito da vingança de Deos Nosso Senhor pelos peccados, com que o temos offendido, e provocado a sua colera; he preciso, amados Irmãos, e Filhos carissimos, pelo meio de penitencias, e de hum perfeito arrependimento das nossas culpas applacarmos a ira do Senhor, e desarmarmos o Braço da sua Divina Justiça, para que pela sua Misericordia ponha termo ao castigo, de que *Napoleão*, e as suas Tropas tem sido o instrumento, e proteja, e auxilie as Portuguezas, e as dos nossos fieis. Alliados para serem inteiramente desbaratadas as do inimigo, e se concluir em todo o Reino a Restauração da Monarquia Portugueza; e he tambem preciso ao mesmo tempo desaggravar os horriveis e sacrilegos desacatos, que aquellas *Tropas Francezas* sem Fé, e sem Religião tem feito tão repetidas vezes ao Santissimo e adoravel Sacramento do Altar; não só profanando os Sagrados Vasos, mas tambem lançando por terra impia e sacrilegamente as Sagradas Particulas. Pelo que temos resolvido fazer na tarde do dia sete d'este mez huma Procissão de Penitencia, que sahirá da Nossa Cathedral, sendo levada n'ella a devotissima Imagem do Senhor *Ecce Homo*, que se encaminhará á Igreja do Real Mosteiro de Jesus, onde se venera o Corpo

da Bemaventurada Princeza Santa Joanna, a quem já em o principio da nossa consternação havemos tomado por Media-neira para com o Pai das Misericordias: e outrosim no dia quinze d'este mez expôr o Santisssimo Sacramento por todo o dia á adoração dos Fieis, e na tarde do mesmo dia fazer Procissão de desaggravo da mesma fórma que se faz a de Corpo de Christo.

Por tanto Ordenamos que os RR. Parocos d'esta Cidade com o seu respectivo Clero (que farão avisar), e os RR. Prelados dos Conventos d'ella com os seus Religiosos concorram á Nossa Cathedral pelas quatro horas da tarde dos mencionados dias sete, e quinze d'este mez para as sobreditas Procissões; e que os mesmos RR. Parocos exhortem aos seus Paroquianos não só a que acompanhem com toda a devoção as mesmas Procissões; mas também a que fação fructos dignos de penitencia, jejuns, esmolas, mortificações etc., e se convertão a Deos Nosso Senhor de todo o seu coração, e a que lhe dirijão fervorosas supplicas e orações. O mesmo recomendamos a todos os RR. Ecclesiasticos Seculares, e Regulares.

E outrosim Ordenamos aos RR. Parocos de todo o Bispado, que fação huma e outra Procissão nos dias de Preceito que se seguirem depois da entrega d'esta Nossa Ordem. Dada em Aveiro sob Nosso Signal, e Sello de Nossas Armas aos 5 de Agosto de 1808. E eu *Manoel José da Costa*, Escrivão da Camara Episcopal a subscrevi.

ANTONIO, Bispo de Aveiro.

Lugar † do Sello.

Em março de 1809 o general francez Soult, invadiu o norte do paiz em direcção ao Porto, a esse tempo poucas eram as povoações de alguma importancia que não cuidassem em se armar e fortificar cumprindo assim as determinações dos governadores do reino exaradas no seu decreto de 11 de dezembro

de 1808. N'estes armamentos e fortificações, porém, predominava mais o enthusiasmo patriotico do que a arte da guerra, e sobretudo o bom senso.

Aveiro foi na corrente. O seu governador militar o brigadeiro Parreiras que, nos ultimos dias havia sido chamado ao Porto pelo general Bernardino Freire d'Andrade, e nomeado por elle governador interino da mesma cidade estava ausente, por isso assumiu novamente o governo da cidade o bispo D. Antonio José Cordeiro, que mandou logo pôr em execução o plano de defeza elaborado no anno antecedente por Luiz Gomes de Carvalho, e que, consistia n'um campo intrincheirado (foi o local onde presentemente está o jardim publico) e em cortaduras nas duas estradas que davam accesso á cidade, em Sá e S. Sebastião. Além das cortaduras havia pequenos parapeitos de terra, sem duvida d'altura dos que no Porto mandou levantar Parreiras e que não davam pela cinta aos soldados, porque este affirmava que mais altos de nada serviam, e que demais d'isso os portuguezes costumavam pelejar a peito descoberto. • (1)

Artilheria essa era pouca para o campo de S. Antonio, foi para alli mandada toda, cinco velhas e enferrujadas peças, uma das quaes rebentou por occasião d'uma salva dada em honra do bispo generalissimo que, alli foi examinar as fortificações.

Para guarnição de tudo isto havia apenas a ordenança, armada de armas caçadeiras, chuços e piques. Nem um soldado de linha e, sobretudo nem uma

(1) Arnaldo Gama—*O Sargento-mór de Villar*, 2.º vol. pag. 103.

só cabeça capaz de dirigir a paisanada armada. De dias a dias, inesperadamente, os sinos principiavam a tocar sem cessar a rebate, e de tropel a ordenança pegava em armas, corria ás fortificações, e com ella grandes chusmas de povo, que pressuroso corria a compartilhar os imaginarios perigos da approximação do inimigo.

Os frades dos tres conventos, vestidos á paisana ou com os habitos arregaçados, armados de pistolas e espadas, pertenciam tambem ao numero dos defensores.

Este estado de agitação e defeza que, principiara em meados de março com as primeiras noticias da approximação dos soldados francezes dos muros do Porto, prolongou-se até maio em que os mesmos d'alli foram expulsos.

Sobre este mesmo assumpto publicou ha annos um jornal d'aqui um pequeno artigo de que destacarei as seguintes linhas:

«Esta cidade, já a esse tempo com as muralhas desmorradas, não tinha guarnição, porque a attenção dos francezes a chamava a outra parte.

Principiáram, pois, os trabalhos de fortificação, entrincheirando as entradas da cidade com tudo que apparecia, e em cujos trabalhos não era menos a fadiga das mulheres do que a dos homens. Toda a cidade concorria a ver o modo como o amor da patria se manifesta grandioso em taes momentos!

Estavam adiantados estes trabalhos, quando um bello dia o repicar descompassado dos sinos chama ás armas os habitantes d'esta cidade, que para logo—todos—homens e mulheres se armam de espingardas, chuços, pás, espetos, paus, espadas, e inclusivamente as mulheres da beira mar com ar-

regaçadas de pedras, tudo, tudo enfim, e com o maior enthusiasmo, corre aos reductos d'onde esperavam defender a patria!

Por felicidade os francezes, temendo a pouco favoravel situação em que nos achavamos, não vieram cá.» (1)

As avançadas do exercito francez estiveram não muito longe de Aveiro, ellas vieram até ao caes de Ovar e chegaram até á margem direita do Vouga, em frente da Ponte da Rata ou Allumião, e se o não passaram foi porque não quizeram, pois durante bastantes dias esteve a margem esquerda inteiramente desguarnecida de tropas e, mesmo de *Ordenanças*. Então attribuiu-se o caso a milagre d'uma imagem de Santo Antonio, que se venera n'uma pequena capella no logar de Sarrazola sob a invocação de Santo Antonio do Rego, e que segundo a voz do nosso bom povo, teve de soar tres dias e outras tantas noites para realisar o *milagre*.

Só depois do dia 17 d'abril é que as margens d'aquelle rio foram vigiadas muito attentamente pelos academicos, patrulhando diaria e nocturnamente desde a ponte do Vouga até á villa d'Eixo, escreve Soriano. (2)

O que socegon immenso os aveirenses foram as noticias trazidas pelo corpo de exercito do commando do general Hill que, aqui entrou no dia 9 de maio acampando na Praça do Commercio, Caes e Rocio de S. João. Por elle souberam que, outros dois corpos de

(1) *O Districto de Aveiro*, n.º 680, de 16 d'agosto de 1867.

(2) *Historia da guerra civil*. Segunda epocha, tomo II, pag. 219.

exercito commandados por Paget e Sherbrooke marchavam para a margem direita do Vouga com o designio de lançar os francezes para dentro dos muros do Porto.

As tropas do general Hill demoraram-se em Aveiro apenas até o dia seguinte, 10, em que, embarcaram para Ovar, onde inteiramente destroçaram os francezes que estavam n'aquella villa. (1)

Expulsas pela segunda vez do territorio portuguez as tropas francezas, Aveiro voltou á passada quietação. Nas obras de defeza da cidade ninguem pensou mais, o perigo já lá ia longe; comtudo a instrucção e alistamento de novas tropas não afrouxou, antes pelo contrario se aperfeiçoou e augmentou. O regimento de milicias que tinha exercicios quasi diarios, hobreava com os primeiros corpos de linha em disciplina e numero de praças. Em virtude dos officios do marechal Beresford, de 28 de junho e 4 de julho de 1810, foi collocado em immediata actividade, sendo-lhe por isso dado um cirurgião-mór e dois ajudantes de cirurgia. Conjunctamente com os regimentos de milicias de Oliveira d'Azemeis, Coimbra, Feira, Porto, Maia e Penafiel ficou ás ordens do coronel Nicolau Trant e como aquelles marchou para o Douro afim de defender o paiz para além d'este rio e, de perseguir o flanco direito e a rectaguarda do exercito francez do commando de Massena que, ao tempo se avizinhava da fronteira. Aveiro ficou assim completamente desguarnecida de tropas regulares; restavam-

(1) Soriano—*História da guerra civil*. Segunda epocha, tomo II, pag. 221.

lhe apenas as *ordenanças*, mas nem mesmo d'estas se pôde utilizar para a guarnição das suas fortificações. O plano de defeza então adoptado foi outro.

Agora já se não aconselhava a resistencia á mão armada, não se mandavam levantar obras de defeza em todas as povoações que se presumia poderem ser atacadas pelo inimigo. «Não só com espingardas podem os paisanos fazer uma dura guerra aos francezes, *mas até fugindo do povoado*, e levando, ou inutilizando tudo o que não poderem levar.» Assim o dizia a *Gazeta de Lisboa* no seu n.º de 30 de julho de 1810, e, dias depois continuava: «Já por vezes temos indicado, que um dos meios mais efficazes para nutilisar as tentativas dos inimigos contra a liberdade da peninsula é, além da resistencia das tropas, o abandonarem os povos, os logares onde elles estão a entrar.» De accordo com estas ideias e, a requisição dos generaes Wellington e Beresford ordenaram os governadores do reino que os povos da Beira e Estremadura abandonassem as suas terras no praso de vinte e quatro horas e recolhessem para dentro das linhas de Lisboa. Em Aveiro foi a ordem cumprida mas por differente maneira. A cidade foi tambem inteiramente abandonada pelos seus habitantes, mas estes escolheram para asylo, não a capital defendida pelas formidaveis linhas com que Wellington «*se cosia*», mas sim uma praia de banhos.

Em muitas outras povoações, os habitantes d'ellas, não seguiram o caminho de Lisboa como se lhes aconselhava, limitaram-se a fugir para os montes e logares retirados das estradas e caminhos. Em Aveiro adoptou-se este ultimo alvitre, a cidade despovoou-se,

e durante bastantes dias atravessando as ruas, que logo principiaram a tapetar-se de fino *gazon*, apenas se via algum misero bichano que, seus donos haviam abandonado ás fúrias dos invasores. Muitas pessoas procuraram asylo nos logares visinhos, outras, a maior parte, refugiaram-se na Costa de S. Jacintho e diferentes ilhas que ha na ria, ficando não poucas nos proprios barcos em que haviam abandonado a cidade.

Como disse já, o regimento de milicias de Aveiro fazia parte da divisão do commando do coronel Trant, e na campanha de 1810 entrou pela primeira vez em fogo no dia 21 de setembro em que este official atacou a columna do general Montbrun, no caminho de Adesomil para Bans. A victoria aqui, inclinouse para as tropas francezas de que resultou Trant não poder a tempo embarçar-lhes a passagem em Boialvo como lhe havia sido ordenado por Wellington. D'este desastre se desforrou brilhantemente Trant picando-lhe seriamente a retaguarda quando retiraram do Bussaco, e dias depois assenhoreando-se de Coimbra, que ellas valorosamente defenderam.

Este ultimo feito d'armas verificou-se na manhã de 7 de outubro, sendo o regimento de milicias de Aveiro o que immediatamente se seguia ao de Coimbra e que era quem formava a vanguarda da columna de infantaria. Estes dois regimentos de milicias conjunctamente com os de Oliveira d'Azemeis, Porto, Maia e Penafiel, e um esquadrão de cavallaria eram as forças que Trant commandava.

Foi a esta pequena divisão que se deve a tomada de Coimbra, facto que o orgão official de Napoleão, *Le Moniteur*, noticia assim:

«Par un mal entendu, et les faux mouvemens d'un corps d'observation, notre hôpital de Coimbre, où nous avons 15 a 1600 blessés ou malades; a été pris, quatre jours après notre départ, par un corps de *miserables milices* portugaises, de peuprés 2000 hommes.» (1)

As «miserables milices» não apresionaram só os 2500 feridos a que se refere o *Moniteur*, mas sim 5000 homens, 4000 dos quaes se achavam em marcha para o Porto, incluindo uma companhia inteira das guardas de marinha do imperador e 3500 espingardas, que quasi todas se achavam carregadas, signal de que seus donos estavam em estado de fazer com ellas serviço defensivo, diz Soriano. (2)

No ataque a Coimbra todos se distinguiram, os louros ganhados foram partilhados por egual.

Trant na carta que de Coimbra dirigiu em 7 de outubro ao marechal Beresford, communicando-lhe os successos d'esse dia, tem estas palavras de justo louvor para as tropas que entraram no ataque: «Ultimarei esta informação segurando a v. ex.^a que o valor das tropas n'esta occasião mereceu os maiores creditos: não me sendo possivel fazer elogios particulares quando todos se distinguiram briosamente.» (3)

(1) *Nouvelles officielles des armées en Portugal—Extrait du Moniteur du 29 novembre de 1810—Notes sur tout ce qui s'est passé en Portugal.*—De l'Imprimerie de Mme Labarre, rue de la Calandre, n.º 39 près le Palais de Justice.

(2) *Historia da guerra civil*—Segunda epocha—Tomo III pag. 235.

(3) *Excerptos historicos e colleção de documentos relativos á guerra denominada da Peninsula, etc.*, pelo sr. Claudio Chaby.—Vol. VI, pag. 195.

Tem-se dito, e até mesmo o meu illustrado amigo o sr. Rangel de Quadros o repetiu aqui já (1) que o regimento de milicias de Aveiro tomara parte na acção do Bussaco, accrescentando mesmo s. ex.^a que o mesmo fôra um des que mais se distinguira. Isto não é verdade. Na acção do Bussaco não entrou um unico corpo de milicias. (2)

Não tomaram parte n'aquella acção as milicias de Aveiro, é verdade, mas nem por isso deixaram de combater contra os francezes em outros recontros, e n'um d'elles, com magoa o digo, não mantiveram as tradições de valor e disciplina de que tantas provas haviam dado já. O facto foi este.

Em fins de março de 1812 era a provincia da Beira invadida por um corpo de exercito francez. do commando do marechal Marmont, duque de Ragusa. Para lhe obstar a marcha concentraram-se na Guarda os corpos de milicias da obediencia de Trant e Wilson, que eram os regimentos de milicias do Porto, Aveiro e Oliveira d'Azemeis.

Ameaçados por forças muito superiores, Trant e Wilson abandonaram a Guarda na manhã de 14 de abril. A principio a retirada fez-se em boa ordem, mas deixando-se as milicias do Porto atemorisar pela aproximação da cavallaria inimiga, pozeram-se em vergonhosa fuga, levando assim o panico ás restantes forças, que deitaram tambem a fugir, não obstante os

(1) Vid. pag. 313.

(2) Vide *Relação das brigadas e corpos portuguezes das differentes armas que entraram na batalha do Bussaco*, etc.—Soriano—*Historia da guerra civil*.—Segunda epocha, tomo III, pag. 183 e seg.

esforços quasi desesperados dos officiaes que se mantiveram firmes.

Não foram muito importantes, é verdade, as consequencias d'este revez, pois as milicias voltaram a occupar a Guarda, mas ainda assim o facto da debandada das milicias foi fortemente estigmatizado por Beresford na sua Ordem do dia de 7 de maio de 1812. Depois de narrar minuciosamente as differentes peripécias do ataque e mostrar que se as tropas se tivessem conservado em ordem o inimigo não teria podido avançar, diz:

«O regimento de milicias do Porto é a causa primaria d'este acontecimento vergonhoso, e o primeiro que, durante estes tres annos, tem havido nas armas portuguezas. Ordena s. ex.^a, que este regimento deponha as suas bandeiras na camara do Porto—s. ex.^a roga aos officiaes da mesma camara, queiram encarregar-se d'ellas—onde ficarão, até que o regimento pela sua conducta, na presença do inimigo, lave a mancha, que sobre elle cahiu, nas alturas da Guarda, ou pela sua regularidade, disciplina e zelo mostre o seu arrependimento, e resolução de fazer desaparecer, como corpo portuguez, a imputação com que fica.»

.....

«O regimento de milicias de Aveiro e de Oliveira d'Azemeis perderam as suas bandeiras, e não as tornarão a ter emquanto não as ganharem, pelo mesmo modo, que fica designado a respeito do regimento de milicias do Porto, e o regimento de milicias de Pe-

nafiel, que perdeu uma, porá a outra em deposito na camara da villa. . . » (1)

O stigma foi mais tarde levantado, as milicias do Porto, bem como as de Aveiro, voltaram a ter as suas bandeiras, e que depois souberam sempre honrar, não obstante o escriptor que acabo de citar não fazer minima referencia a este facto. A prova da minha affirmativa é esta *Ordem do dia*:

Quartel General de Ustaritz, 29 de dezembro de 1813.
—Ordem do dia.—Sua excellencia o Senhor Marechal Beresford Marquez de Campo Maior não quiz fazer offerecer na Ordem do Dia de 26 do corrente, nem mesmo alludir a causa, cuja lembrança podesse sombrear a satisfação que todo o portuguez deve receber dos feitos das tropas nacionaes n'ella referidos: porque d'outra forma teria dado o passo, que vae dar pela presente ordem. Sua excellencia nunca perdeu de memoria nem de vista a sua ordem de 7 de maio de 1812, da qual agora falla, e experimenta a mais viva satisfação em poder annunciar que desde aquelle tempo tem os regimentos de Milicias de que ella trata, preenchido tanto, quanto dependia d'elles, as condições impostas na primeira parte do 2.º § da dita Ordem, pois que Sua Excellencia tem motivo para louvar a regularidade, zelo e boa disciplina patenteada e adquirida por estes regimentos desde então: e se os felizes successos da guerra affastando de Portugal o inimigo, os tem privado como Corpos de se lavarem mais completamente da mancha do infeliz acontecimento que deu origem á mencionada Ordem, tem plenamente cmprido isto em seu logar não só o Exercito Portuguez em geral; porém mais particularmente em muitas occasiões e com especialidade no dia 13 do corrente os Regimentos do Porto, quinta Brigada do Exercito. Esta brigada, não sómente composta de irmãos, sobrinhos, e

(1) Sr. Claudio Chaby—Obra citada—Vol. IV, pag. 258.

parentes proximos dos homens do Regimento de Milicias do Porto, mas actualmente até de muitos dos mesmos soldados; que então eram d'estas Milicias, tem o direito de restabelecer, com effeito tem bem restabelecido, o character da Provincia a que pertencem. Os regimentos de Linha da Provincia do Minho acham se em circumstancias semelhantes para com os regimentos de Milicias da sua Provincia, e se tem distinguido egualmente em todas as occasiões, que se lhe tem offerecido, como se pode ver nas Ordens do dia; e em consequencia não só por justa contemplação com esta brigada e Regimentos de Linha, mas tambem pela boa vontade dos mencionados Regimentos de Milicias, declara s. ex.^a estes restituídos á consideração que sempre mereceram (excepto n'aquella unica occasião) e ordena que as suas bandeiras lhes sejam restituídas com as formalidades necessarias, as quaes serão designadas pelos senhores generaes das Provincias, que foram perdidas na mesma occasião. (1)

E já que me estou referindo ás bandeiras do regimento de milicias d'Aveiro, aproveito a occasião para transcrever o seguinte decreto, que devéras honra o mesmo regimento:

«Querendo honrar, e remunerar o Regimento de Milicias de Aveiro, como elle merece, e como he proprio da Magnanimidade e Justiça com que Desejo distinguir o Meu Reinado; e Dar ao mesmo Regimento hum testemunho publico de singular apreço, e da honrosa Consideração em que Tenho os relevantes Serviços, que Me fez, não só pela fidelidade, e promptidão com que a despeito dos seus mais caros interesses, sacrificando ao Amor da Patria o de suas familias, e bens, que já as tropas rebeldes dominavão, marchou sem hesitar a incorporar-se com as Tropas leaes, o feis, logo que constou a conspiração dos rebeldes na Cidade do Porto; mas tambem pela disciplina, e valor que, em todo o tempo da Campanha,

(1) *Collecção das Ordens do Dia*.—Anno 1813, pag. 261.

briosamente desenvolveo debaixo do Commando do Coronel Manoel Joaquim Brandão, a quem muita gloria resulta de ser Chefe d'este Regimento, que rivalisa com os da primeira Linha: Hei por bem Conceder-lhe, que nas Bandeiras use a seguinte legenda=*Digno Feito de ser Mundo eterno;=Grande no tempo antigo, e no moderno.*=O Conselho de Guerra o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio de Nossa Senhora das *Necessidades*, em vinte e tres de Agosto de mil oitocentos e vinte e oito.=*Com a Rubrica de SUA Magestade.*» (1)

Historiei os factos mais ou menos dignos de menção relativos ás ordenanças e milicias; fecharei, porém, este cyclo de Aveiro militar com o curiosissimo estudo que sobre uma heroína de Aveiro publicou ha annos o meu douto e nunca esquecido amigo, o sr. I. de Vilhena Barbosa, que é este:

ANTONIA RODRIGUES

Simão Rodrigues Mareares e Leonor Dias eram dous conjuges exemplares na boa união, no amor do trabalho e no espirito de ordem. Estas tres condições essencialissimas para a felicidade não bastaram, todavia, para os fazer venturosos, porque a fortuna foi-lhes mais vezes adversa que favoravel.

A villa de Aveiro, hoje cidade, onde elles viviam no meiado do seculo XVI, tinha então chegado ao auge do seu engrandecimento e prosperidade. A villa contava doze mil habitantes, e o seu porto possuia mais de cento e cincoenta navios, sessenta dos quaes se empregavam na pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova. Os descobrimentos e conquistas de além-mar pelos portuguezes; a ocellente barra

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.º 203, de 27 de agosto de 1828).

que n'essa epoca tinha a villa de Aveiro; a capacidade do seu porto, ainda não obstruido pelas areias; e a muita actividade dos seus moradores, foram os principaes instrumentos d'essa florêscencia e grandeza, que principiou a declinar rapidamente desde o anno do 1575, em que um inverno rigorosissimo em chuvas e tempestades lhe obstruiu de areias o porto e a barra.

Simão Rodrigues era marítimo, e, sendo homem probo e laborioso, parece que deveria participar das vantagens provenientes do estado prospero da navegação. Porém não succedia assim, porque os filhos e algumas doenças graves que lhe sobrevieram, como triste apanagio de uma vida cheia de trabalhos e cuidados, não deixavam entrar a abundancia e a alegria em sua modesta habitação.

Estas penosas circumstancias obrigaram Simão Rodrigues e Leonor Dias a separarem-se de uma filhinha, que muito amavam, chamada Antonia, enviando-a para a companhia de uma irmã casada, que vivia em Lisboa, senão folgadamente, remediada e sem inquietações.

Nascera Antonia pelos annos de 1560 a 1562 e contava dez de idade, quando seus paes a levaram para Lisboa. Era uma linda creança; alva, rosada; com os cabellos negros e os olhos da mesma côr, e tão scintillantes e cheios de vivacidade, que davam singular realce á sua belleza e graças infantis.

Como bem se pôde julgar á vista d'este retrato, Antonia era inquieta e travessa. Em um peito de dez annos não podia pulsar um coração melhor que o seu. Mas a sua alma ardente e o seu genio alegre e buliçoso, tornando-lhe aborrecida e até insupportavel toda a occupação que demandasse attenção e socego, faziam-n'a amiudadas vezes rebelde ás vontades e ordens da irmã, que exigia d'ella trabalhos de costura pouco compatíveis, por aturados, com tão tenra idade.

D'esta contradicção nasceram primeiramente ralhos e depois maus tratos. Era errado este caminho para vencer semelhantes resistencias em um character que revelava crescente energia. Assim se estabeleceu uma lucta constante, em que o

mais fraco timbrava na desobediencia, já então caprichosa, e o mais forte vingava-se com a dureza dos castigos.

D'este modo correram alguns annos, até que se esgotou completamente a paciencia da infeliz Antonia. Não podendo soffrer por mais tempo as sevicias d'aquelle verdugo, que a natureza erradamente fizera irmã, em vez de madras ta, resolveu fugir de casa.

Um dia, em que a irmã e o cunhado a tinham deixando só, tira da arca um fato de marujo, comprado com o producto da venda de alguns vestidos e outras roupas do seu uso, que pouco a pouco e surrateiramente mandára á feira da Ladra por pessoa da sua confiança, disfarça-se com esse traje e corre n'um pulo direita á praça da Ribeira (1). O traje ficava-lhe a matar. Os quatorze para quinze annos, que então contava; a ligeireza do seu andar; o desembaraço e até desenvoltura de suas maneiras, que em parte lhe eram proprias e em parte emprestadas pelo alvoroço de se ver livre do captivo; e pelos sonhos dourados da sua imaginação phantasiosa; e sobretudo a expressão jovial e travessa da sua physionomia, quadravam perfeitamente com o vestuario.

(1) A praça da Ribeira occupava o espaço onde hoje vemos o edificio da extincta alfandega municipal, o mercado do azeite, a rua Nova da Alfandega, etc. Era um vasto terreiro, que, do lado do sul, rematava na praia do Tejo, e pela parte do norte era guarnecido de casaria, edificada no lugar por onde correra a muralha da cidade, feita por el-rei D. Fernando I. Do lado de oeste da praça ficavam as trazeiras dos edificios da alfandega, casa dos contos e terreiro do trigo. Do lado de léste fazia continuação á praça o campo das Cebolas, nome que ainda se conserva em um largo muito limitado. No centro da praça da Ribeira achavam-se varias barracas, construidas de madeira, nas quaes se vendia, d'uma parte, aves, ovos e sal; e da outra, fructas verdes e seccas; mais além hortaliças e legumes, etc., e adiante pescado. D'esta praça ficou ao sitio o nome de Ribeira Velha, que ainda permanece.

Estrella propicia lhe guiou os passos na estreia d'esta sua empreza aventureosa. Desejava sahir de Portugal, embarcando para alguma das suas possessões ultramarinas. Pois apenas entrou na praça da Ribeira soube que estava alli fundeada, em frente do mercado, uma caravella carregada de trigo, prompta a fazer viagem para Mazagão. E ao mesmo tempo que lhe deram esta agradável noticia mostraram-lhe o mestre da embarcação, que estava em uma das barracas do mercado, comprando diversas vitualhas para fornecimento do navio.

Passados poucos minutos estava a nossa aventureira assoldada por grumete da caravella «Nossa Senhora do Socorro», com o nome de Antonio Rodrigues, e d'ahi a meia hora achava-se a bordo, installada no seu posto.

Não se imagine que o mestre admittiu sem mais nem mais na sua embarcação um mancebo desconhecido e de tão pouca idade. Receiando ser illudido por algum joven estouvado que procurasse o seu navio unicamente para se subtrahir ao merecido castigo de repetidas extravagancias e dissipações o de culpa ainda mais grave, inquiriu o sobre a sua vida e familia com tão minuciosa individuação, como o poderá fazer o confessor escrupuloso a penitente remisso em accusar seus peccados. Porém a todas as perguntas respondeu Antonio com promptidão e tão apparente naturalidade, dizendo ser orphão de pai e mãe, e acrescentando uma historia tão bem urdida do desamparo, miseria e trabalhos em que ficára por morte de ambos, que o bom do mestre não sómente se deu por satisfeito, assoldando-o immediatamente, mas ainda, além de isso, commovido com aquella ingenua narração e admirado da espezteza do rapaz, logo sympathisou com elle.

II

Na madrugada seguinte levantou ferro a caravella, e, brandamente impellida pelo vento, foi sulcando com magestosa serenidade as aguas transparentes do Tejo.

Começava n'esse dia o mez de abril a entresachar de

flores as searas, e de relvas os prados e collinas. O sol, que então assomava no horisonte, derramando sobre a terra ondas de luz e de vida, dourava com seus luminosos raios a corrente fugitiva, os verdores dos montes que orlam as margens do rio e as povoações que n'elle se espalham. A' belleza sem par d'este espectaculo sublime, que o Creador nos offerece todos os dias, juntavam-se alli as magnificencias de uma paizagem risonha e pittoresca, os esplendores e formosura de um panorama grandioso e variadissimo.

A bordo da caravella todos iam contemplando, com mais ou menos enlêvo, este quadro encantador.

A nossa aventureira, ou, diremos antes, Antonio, pois que a isso nos obriga o seu disfarce, observava a admiravel perspectiva, que o correr da embarcação ia desdobrando ante seus olhos, com a fria curiosidade de um mancebo de quinze annos. E quando, ao transpor a barra, viu no rosto de um companheiro deslisarem-se-lhe pelas faces duas lagrimas, que eram sem duvida um adeus de amor e saudade, riu-se desdenhosamente, como quem ignora os mysterios e poder de estes dous sentimentos.

As brizas do Oceano, tufando as velas da embarcação, em breve a affastaram para longe da costa. Quem nunca navegou, difficilmente poderá fazer uma ideia da sensação que se experimenta, quando pela primeira vez, em viagem longiqua, se vê desaparecer a terra que lhe serviu de berço e onde lhe ficam todas as affeições de sua alma. N'esse momento solemne, em que os olhos só descobrem, para qualquer parte que se voltem, a face ameaçadora do abysmo, poucos deixarão de sentir um apêto doloroso do coração. Porém Antonio, como se fosse um velho marinheiro que, deixando em terra as paixões dos homens, só reconhece por patria a immensidade dos mares, saudava com indizivel expressão de alegria a independencia, cuja imagem lhe representava o Oceano; a tão almejada independencia que finalmente ia desfructar.

Eil-o, pois, ligeiro e prestes no exercicio de grumete. Refrescára o vento; altearam-se um pouco as vagas, e a ca-

ravella estremecia e balouçava-se de pôpa á prôa e de bom-bordo a estibordo, doudejando á mercê das ondas e do vento. E Antonio, obedecendo promptamente á voz do mestre, subia impavido e com extrema agilidade ao ponto mais alto dos mastros, desatava e atava os cabos e descia, sem lhe importar com os balanços da fragil embarcação.

O mestre seguia pasmado todos os movimentos do grumete, exclamando a cada passo para os outros marinheiros:

— Este rapaz, se Deus lhe der vida e saude, ha-de dar brado nos mares e honra á marinha portugueza.

III

Correu próspera a viagem. A caravella «Nossa Senhora do Soccorro» surgiu no porto de Mazagão, sem que lhe tivesse occorrido o menor accidente.

Antonio, mal desembarcou, dirigiu-se ao capitão da fortaleza e pediu-lhe que lhe mandasse sentar praça de soldado. Annuiu promptamente o governador a este louvavel requerimento e d'ahi a pouco o ex-grumete era contado entre os defensores de Mazagão, com muito jubilo seu e grande desgosto do mestre da caravella, que esperava fazer d'elle um excellent e corajoso marinheiro.

Mazagão é uma praça fortissima do imperio de Marrocos, provincia de Duquela. Está situada junto da costa, onde o rio Ommirabi se lança no mar, e em distancia de 10 kilometros da praça de Azamor. Foram os portuguezes que a fortificaram logo depois de a senhorearem. Fundada sobre rocha; cercada de baluartes, com fossos profundos, abertos a picão na mesma pedra, nos quaes entra a agua do mar em tanta abundancia, que podem n'elles navegar pequenas embarcações; e com uma cidadela, flanqueada de quatro torres, contendo uma grande cisterna com a abobada sustentada sobre grossas columnas, onde cada palmo de agua corresponde a mil toneladas; Mazagão é uma das mais fortes praças de guerra da Africa e foi no seculo XVI um dos mais gloriosos theatros do valor portuguez. Em 1562 triumphou, com he-

roica resistencia, de um numerosissimo exercito marroquino, que lhe poz apertado cêrco, e a accommetteu repetidas vezes com vigorosos e obstinados assaltos. Depois d'esta mallograda empreza não cessaram os mouros de fazer tentativas para raconquistar aquelle importante baluarte. Tal era o campo em que ia estrear se a vocação militar do nosso joven paladino.

IV

Cheio de satisfação e de orgulho por se ver entrado em uma carreira defeza ás mulheres, e onde se illustram e nobilitam os homens verdadeiramente esforçados; com o desembaraço, agilidade e certa força muscular, com que a natureza o dotára, e que mais se tinham desenvolvido com os trabalhos do mar, embora curtos; e, finalmente, com o vivo desejo que sentia de sobresahir aos seus camaradas, em pouco tempo se adestrou Antonio no jogo das armas e em todos os exercicios da vida militar.

Antes que o governador o nomeasse para alguma expedição, offereceu-lhe a sua boa fortuna ensejo para se distinguir e dar mostra do seu valor. Costumavam os marroquinos, quando se aproximava a epoca das ceifas, cahir de improviso, durante a noute, sobre as cearas que os portuguezes cultivavam em derredor da praça, destruindo-as por meio do fogo.

Principiando, pois, as messes a lourejar em volta da praça, por vespéras de S. João, vieram os mouros com o proposito de as destruir. Achava-se Antonio de sentinella n'uma das atalaias da fortaleza, quando sentiu, no meio do silencio da noute, um vago rumor de vozes e passos, que, apesar de muito distante, o seu bom ouvido lhe deixava ouvir distintamente. Aconteceu ser essa a hora em que as sentinellas haviam de ser rendidas. Logo, portanto, que Antonio deixou aquelle posto, foi bater á porta do capitão; contou-lhe o que ouvira e suplicou-lhe que lhe permittisse estrear as suas armas n'aquella noite, deixando o sahir ao encontro do inimigo com alguns camaradas por elle escolhidos. Foi esta supplica feita

com tão fervoroso empenho, que o capitão, admirado de tanto arrojo em tão verdes annos, concedeu-lhe a licença pedida. Mas emquanto o intrepido mancebo transpunha a ponte lavadiça da fortaleza á frente da sua pequena hoste, o governador mandava reunir e armar um corpo de tropas, e punha-se de vigia para acudir, sendo preciso, aos seus audaciosos aventureiros.

Antonio e a sua gente foram, manso e manso, arrastando-se nos regos por entre as leiras do trigo, na direcção indicada pelo ruido do andar dos mouros, que já não fallavam para não serem sentidos. D'est'arte foi o inimigo surpreendido no momento em que ia pôr mãos á sua obra de devastação. Tomados de sobresalto, os mouros, não obstante acharem-se em maior numero que os portuguezes, foram vencidos e poucos escaparam da morte ou do captiveiro.

Passou-se rapidamente esta scena, pois que o ardor de uns e o terror de outos fez breve a lucta. Todavia, n'esse combate, curto, mas encarniçado, em que mouros e christãos arcavam braço a braço, peito a peito, soava tão alto a voz de Antonio, animando e excitando o esforço dos seus camaradas, que o governador de Mazagão, reconhecendo pelos seus brados que estava travada a peleja, correu apressadamente em soccorro da sua gente. Encontrou-a, porém, no caminho, voltando triumphante, com alguns prisioneiros por trophéus da victoria.

V

Foi muito celebrada na praça de Mazagão esta façanha, em que Antonio fez a principal figura. Todos queriam conhecê-lo para o admirarem e louvarem. E sendo os louvores, commumente, a perdição da mocidade, n'este caso foram incentivos para os brios de Antonio. D'ahi por diante foi nomeado para todas as entradas por terras de mouros, e onde o perigo era maior, e mais precisos o valor e a coragem, ahi lhe estava marcado o seu posto pelo proprio governador.

O joven soldado não deixou murchar os louros que tão gentilmente colhera em defensa das cearas de Mazagão. Sem-

pre na frente das hostes christãs; sempre o primeiro a acometter o inimigo; não houve refrega em que deixasse de obrar alguma proeza, em que não patenteasse o denodo e presença de animo de um velho guerreiro.

Ao cabo de quasi dous annos de serviço, o governador julgou dever remunerar-o e assentou-lhe praça entre os de cavallo, com soldo e mantimento como os mais cavalleiros. N'esta mudança lucrôu muito o mancebo, não só em consideração e vantagens pecuniarias, mas tambem em tudo quanto pôde concorrer para ostentação da propria gentileza e galhardia. Passados poucos mezes ninguem domava n'aquella praça um cavallo com mais firmeza e mestria; ninguem cavalgava com tanta elegancia e garbo. Esta prenda fazia-lhe sobressahir a belleza do rosto, a expressiva viveza dos olhos e a graça natural de seus ademanes. E a tudo isto davam extraordinario realce a fama de suas acções, a polidez de suas maneiras, a inteireza do seu character e a bondade do seu coração.

O governador estimava e honrava o mancebo tanto quanto elle o merecia, e os mais officiaes e soldados dedicavam-lhe sincera amisade; e se entre estes alguns invejosos havia, como sempre ha perante o merito laureado, não se atreviam a manifestar sua mesquinha paixão, meio desconcertados pela modestia de Antonio, meio acobardados pelos applausos que todos lhe tributavam.

E se os homens assim se mostravam tão afeiçãoados do joven e brioso soldado, que diremos das mulheres, possuindo elle tantos dotes e qualidades dos que mais podem seduzir o coração feminino? E, na verdade, mais de uma donzella morria de amores pelo afortunado moço. E o maganão, por querer divertir-se ou julgando que assim mais confirmava o seu disfarce, a todas correspondia com ternura e requebros. Mas de entre as donzellas que lhe testemunhavam entranhado affecto, extremava se uma por sua formosura e nobreza. Chamava-se D. Beatriz e era filha de D. Diogo de Mendonça, um dos principaes cavalleiros da praça de Mazagão. A esta, pois, galanteava Antonio com maior assiduidade e com mais fingido amor, sem duvida porque um assomo de vaidade, a

que nenhum peito juvenil pôde esquivar-se, o lisonjeava sobre maneira, vendo se alvo de semelhante preferencia.

Os créditos que tinha, e o favor e protecção que o governador lhe dispensava, franquearam-lhe facilmente a casa de D. Diogo de Mendonça. A sua conversação agradável e jovial, a doçura da sua voz e a delicada singeleza de suas maneiras, captivando ao mesmo tempo o pai e a filha, augmentavam de dia para dia o amor da pobre donzella. E o imprudente desvanecido com os chascos que lhe dirigiam os camaradas ácerca de tão alta conquista, não reparava no mal que fazia nem na situação difficil o melindrosa em que se collocava.

Assim se deixou navegar por bastante tempo n'aquelle mar de rosas, que tanto o deleitava, em que as empresas guerreiras, de que sabia constantemente honrado e applaudido, se entremetiam com esses doces enganos de amor. Mas por fim, Beatriz apaixonou-se e a sua paixão tomou proporções assustadoras. Então o inconsiderado mancebo reconheceu o perigo que o cercava e tratou de retroceder no caminho em, que tanto tinha a s'ancado. Era tarde, porém para uma retirada airosa e salva dora. Beatriz, vendo-se abandonada por aquelle a quem tão extremosamente amava, adoeceu gravemente, e seu carinhoso pai abafando no peito os preconceitos da fidalguia, receioso de a ver morrer de dor, foi offerecel-a por esposa ao simples soldado, nobilitado apenas por alguns feitos gloriosos.

Antonio, ouvindo a proposta que acabava de lhe fazer D. Diogo, córou; empallideceu logo depois; sentiu pela primeira vez correr-lhe por todo o corpo um tremer convulsivo; e, sem saber o que devia responder, titubeou algumas palavras sem nexo nem sentido. E por mais que se esforçou D. Diogo para lhe arrancar uma resposta intelligivel, não conseguiu tiral o d'aquelle enleio e torpor.

Não crendo na possibilidade de ver regeitada a mão de sua filha, antes attribuindo o embaraço e confusão do mancebo ao prazer e á honra inesperada de uma tal alliança, D. Diogo foi contar toda esta historia ao governador da praça,

pedindo-lhe a sua intervenção para que o consorcio, de que dependia a vida da sua querida Beatriz, se ajustasse e concluísse no mais breve espaço possível.

O governador mandou chamar Antonio, e ainda bem não tinha começado a fallar-lhe no assumpto, viu o langar-se a seus pés, e cobrindo o rosto com ambas as mãos, declarar-lhe o seu verdadeiro sexo. Julgue-se do assombro do governador, ouvindo similhante confissão, e recordando-se ao mesmo tempo das façanhas praticadas por aquella rapariga nos campos de batalha e do honrosissimo procedimento com que conservou o seu segredo durante cinco annos de serviço, vivendo no quartel entre os mais soldados.

Depois de ouvir a historia de Antonia Rodrigues e de a ter censurado pelo engano que fez a pobre Beatriz, deu ordem para que lhe trouxessem os trajos proprios do seu sexo, os quaes lhe mandou vestir, e em seguida enviou-a para casa de uma familia honrada d'aquella mesma praça, com recomendação para que fosse muito bem tratada.

Divulgado immediatamente tão singular successo, todas as principaes pessoas de Mazagão, tanto homens, como damas, quizeram ver e cumprimentar a celebrada aventureira. As donzellas a quem tinha illudido perdoaram-lhe a burla, e, em troca do antigo amor, concederam-lhe a sua amizade.

Envergonhada e contrafeita, Antonia diligenciou voltar a Portugal; porém o governador e outras mais pessoas, pela muita estima e consideração em que a tinham, estorvaram-lhe sempre o intento, até que veio a casar na mesma praça com um cavalleiro, moço, de boa familia e possuindo alguns bens da fortuna. Passado algum tempo veio com o esposo para o reino, onde a esperavam honras e distincções.

El-rei D. Filippe II, que havia usurpado pouco antes a corôa portugueza e que então se achava em Lisboa, quiz ver a famosa heroína de Mazagão e galardoou os seus serviços, fazendo-lhe mercê de duzentos cruzados de ajuda de custo, uma fanga de farinha por mez e dez mil réis annuaes de tença durante a sua vida. Além d'isso, ainda lhe concedeu a distincta honra de mandar assentar em o numero dos moços

da sua real camara um filho ainda creança de Antonia Rodrigues.

I. DE VILHENA BARBOSA.

*

Por vezes tem Aveiro sido quartel permanente de differentes corpos de primeira linha. Sem fazer a historia de cada um d'elles, direi ainda assim dos factos que se ligam a ella no periodo que, os mesmos aqui permaneceram.

CAÇADORES N.º 10

Ao batalhão de caçadores n.º 10 que havia sido organizado em 1811 e que na campanha peninsular, (1812, 1813 e 1814), tomara parte em differentes acções incluindo a da Victoria, recolhendo ao reino com o resto do exercito em agosto de 1814, foi designada para quartel a cidade de Aveiro, onde chegou no dia 10 do mesmo mez. (1)

Em Aveiro do mesmo modo que em todas as terras escolhidas para quartéis dos corpos que voltavam da grande campanha, houve as maiores demonstrações de regosijo, especialmente por occasião da entrada de caçadores n.º 10 que, foi recebido fóra da cidade pela camara com a bandeira da cidade desfraldada e por tudo que, aqui havia de mais illustre incluindo os religiosos dos tres conventos.

Pela organização de 21 de fevereiro de 1816

(1) Mappa dos quartéis dos corpos do exercito portuguez e data em que a elles chegaram depois da guerra da peninsula em 1814—Soriano.—*Historia da guerra civil*.—Segunda epocha, tomo IV, parte II, pag. 382.

ficou caçadores n.º 10 tendo quartel permanente em Aveiro, disposição que se observou até 1828.

Quando em 24 de setembro de 1820 se realizou no Porto a revolução liberal com o concurso da guarnição militar da mesma cidade, caçadores n.º 10 continuava a ter o seu quartel em Aveiro, e, parece fóra de duvida que alguns dos seus officiaes estavam no segredo da revolução e, muito desejavam a adherir a ella. Commandando porém o batalhão estava ao tempo um official inglez, disciplinador e valente, o major Linstow, que declarou terminantemente resistir ao movimento iniciado no Porto.

Dias antes partira de Lisboa com destino ao Porto o marechal de campo Manuel Pamplona Carneiro Rangel, que vinha alli tomar o commando da divisão militar em que se incluía a guarnição da mesma cidade. Recebeu em Aveiro, onde chegou no dia 26 de agosto, a noticia da revolução pelo que não passou adiante e, assumindo logo o commando do batalhão de caçadores n.º 10, retrogradou com elle para Coimbra.

O comité revolucionario do Porto, ordenou ao coronel Bernardo de Castro Sepulveda que fosse levantar o grito nas villas e cidades visinhas, o que este cumpriu partindo para a Villa da Feira no dia 28 d'agosto acompanhado pelo auditor do exercito Francisco de Serpa Saraiva Alvares Machado, alferes Diogo José de Sousa Folque e dos cadetes de cavallaria 6, Francisco de Sousa Silva Alcoforado e Francisco Roberto da Silva Ferrão. (1)

(1) O sr. José d'Arriaga—*Historia da Revolução Portuguesa de 1820.*—Segundo volume, pag. 6.

Sepulveda fez marchar para Aveiro o batalhão de caçadores n.º 11 e, depois de ter feito a revolução n'aquella villa e em Oliveira d'Azemeis, Albergaria e Angeja, marchou elle proprio tambem para esta cidade, onde chegou pelas 10 horas da manhã do dia 30 d'agosto. Caçadores n.º 10 com o general Pamplo-na havia na vespóra retirado para Coimbra, onde continuou a conservar-se fiel ao governo de Lisboa.

A cidade pronunciou-se logo pela revolução. Quando Sepulveda chegou já a camara se achava reunida com o clero, nobreza e povo para lavrar o respectivo auto. «Concorreram, diz o proprio Sepulveda, todas as pessoas auctorisadas e de representação; e o batalhão de caçadores n.º 11 com o regimento de milicias que ahi mandei reunir tornaram mais apparatoso aquelle acto, ao qual se seguiram applausos e repetidos vivas.» (1)

Logo que em Coimbra houve noticia de que Aveiro tinha adherido ao movimento do Porto o batalhão de caçadores n.º 10 começou a vacillar, mas ainda assim conservou-se fiel ao governo de Lisboa até o dia 9 de setembro. Na tarde d'este dia porém, realison se o pronunciamento, que principiou pelo major Lirstow, entregar o commando do batalhão ao capitão Queiroz, depois de haver convocado todos os officiaes de quem se despediu affectuosamente. Aquelle official assumiu logo o commando e pronunciou-se pelo movimento liberal, pelo que ha muito estavam anciosos officiaes e soldados. Eis a parte que o batalhão de caçadores n.º 10 teve na revolução de 1820.

(1) O sr. José d'Arriaga—Obra citada, pag. 17.

Na de 1828 o seu papel foi muito mais importante. Vejamos como um dos seus officiaes descreve o que então se passou:

«N'este meio tempo deu o governo ordem para que todos os corpos voltassem aos seus quartéis fixos; e por isso o batalhão de caçadores 10, rennido o destacamento da Pesqueira, marchou em 29 de abril para Aveiro, unido-se lhe em Arrancada o outro de Gouveia, depois de ter batido e dispersado em Mangualde uma massa de povo desordenado e turbulento, que pretendeu desarmar o dito destacamento.

Durou a marcha 5 dias, e em todos os povos do transito, e onde pernoitou o batalhão (exceptuando Arrancada) foi necessario desfazer do modo possivel esses actos de acclamação que se haviam predisposto a favor de D. Miguel, e ao chegar a Aveiro em 3 de maio, mandou o commandante dizer ao tenente coronel Pinto, do regimento 18, que alli governava interinamente, bem como ao juiz de fôra José de Sousa Ribeiro Pinto, que comparecesse na praça publica, para alli com o batalhão entoar os vivas ao sr. D. Pedro IV, á sr.^a D. Maria II, ao sr. infante regente e á Carta Constitucional; porque d'outra maneira os não reconhecia como autoridades legitimas.

Estes dois sujeitos escusaram se ao convite do commandante; porque poucos dias antes tinham acclamado a D. Miguel rei absoluto.

Entrou, pois, o batalhão na cidade, e dirigindo se á praça, alli entoou alguns vivas aos caros objectos dos fieis portuguezes, concorrendo a maior parte dos habitantes, que se davam os parabens pela chegada do batalhão.

Ainda ninguem tinha ido a quartois, quando o atrevi-do governador interino, sem vergonha de qualidade alguma, envia ao commandante um officio, incluindo-lhe o do general Gabriel Antonio Franco de Castro, em que o tornava responsavel por qualquer ataque ou aggravo que se fizesse aos habitantes.

O commandante por distracção abriu os officios, e mes-

mo porque julgou que o interino governador lhe escrevia arnuindo ao convite que lhe havia feito; porém não tardou em restituir-lhe taes papeis, com um recado a dizer qual fôra o motivo de os ter lido.

No dia 4 recebeu o commandante um officio do governador Gabriel, porque tinha a conferenciar com elle sobre altos objectos do real serviço; porém o commandante estava muito constipado, ao ponto de não poder logo satisfazer a semelhante ordem, o que participou ao mesmo general.

Dois dias depois recebeu o commandante um officio do general, ordenando lhe o licenciamento de 12, ou 15 praças por companhia, não só porque havia muito tempo que o batalhão andava fóra do seu quartel fixo, mas até por economia a favor do estado, que se achava carregado com enormes despezas, acrescentando que para supprir o serviço da guarnição, elle mandava reunir um batalhão do regimento de milicias de Aveiro.

Ora eis aqui uma economia muito bem calculada. Acompanhou este officio uma carta particular do general, que, tratava ao commandante de amigo especial e antigo camarada; fallava-lhe na sua familia, e em um filho do commandante, que tinha em outro tempo ajudado a prender um criminoso facanhudo F. de tal; mostrava-se interessado na boa intelligencia que devia haver com o interino governador; dizia-lhe que os hymnos estrangeiros estavam prohibidos; porém que vivas ao sr. D. Pedro, á sr.^a D. Carlota Joaquina, e ao sr. infante não só eram licitos, mas de regosijo; e finalmente dizia-lhe que contava com elle para o ajudar a manter o socego publico, unica cousa que lhe importava, e não partidos; e que por isso não se embaraçasse com o auto de aclamação feito pelo juiz de fóra e governador interino, porque esse negocio estava affecto a sua alteza, de quem se esperavam as convenientes ordens.

O commandante respondeu pontualmente, e teve de dizer-lhe que o batalhão não queria licenças, porque não era aquelle o tempo melhor para ellas, e mesmo porque se dizia que os milicianos vinham desarmar o batalhão, depois de dadas as licenças.

Asseverou-lhe que não respondia pelo resultado da reunião das milicias, vista a desconfiança em que se estava; que para o serviço da cidade era mais que sufficiente a força do batalhão, e ponderou-lhe que o estado tinha mais despesas, reunindo-se um batalhão de milicias para supprir o serviço que deixavam de fazer 90 praças licenciadas.

Replicou o general, e já pouco satisfeito, ou nada esperançado nos auxilios que dissera esperar do batalhão de caçadores n.º 10, reprovou as observações do commandante, dizendo-lhe que só devia obedecer: porém n'essa mesma occasião deu ordem para não ter effeito, nem o licenciamento, nem a reunião das milicias.

Durante estas contestações não deixou o batalhão de caçadores 10 de procurar a união dos corpos do Porto, para obstar á usurpação: logo que se accordasse sobre o modo e tempo que se julgasse a proposito; e com bem magoa so diz que só no dia 15 de maio se obteve de um official superior, que estava no Porto, a promessa de se declarar um regimento da guarnição contra o partido usurpador, logo que em Villa Nova apparecesse o batalhão de caçadores n.º 10.

Não hesitou este corpo, se bem que em todas as suas proposições lembrava ser conveniente ir logo sobre Coimbra, e evitar não só o augmento de 20 leguas, mas até a demora no desenvolvimento do plano de reunir 5 ou 6 corpos n'aquella cidade, e ir logo pelo menos até Leiria.

Na manhã, pois, de 16 nomearam-se officiaes, a fim de prender o interino governador; e tenente de veteranos Couceiro, e o juiz de fóra; o que feito se passou a desarmar os veteranos e embargar os barcos precisos; e foi então que dois soldados de policia, de cavallaria, do Porto, chegaram a Aveiro, com officio para o interino governador, a quem o general encarregava a prisão de um official, que do batalhão se havia mandado ao Botão, para tratar com o regimento 10 de infantaria, em marcha para Santarem.

O general suppunha aquelle official em Coimbra, até onde effectivamente chegou, e por isso dizia ao governador que escolhendo algumas pessoas da sua confiança, e servindo-

se tambem dos dois policias, esperasse o official nas estradas de Coimbra para Aveiro, e que preso fosse logo conduzido pela estrada de cima, a marchas forçadas até o Porto, escoltado por aquelles dois policias.

O official estava já reunido ao batalhão, e o governador preso na casa da camara; por consequencia abriu o commandante do batalhão o officio sobredito e outros dois remetidos ao governador para os entregar pessoalmente ao commandante. Um d'estes ultimos officios continha segunda ordem positiva ao general para que o commandante se lhe apresentasse infallivelmente 24 horas depois de recebido o officio. No outro perguntava ao commandante em que diligencia tinha mandado um official a Coimbra.

Os policias foram presos; e logo a officialidade, a camara, o corregedor, e muitas pessoas do clero, nobreza e povo concorreram aos paços do concelho, aonde se lavrou e assignou um novo auto de obediencia ao sr. D. Pedro IV e á regencia, que na cidade do Porto se ia estabelecer para governar em nome do mesmo augusto senhor, negando-se portanto mais obediencia ao sr. infante D. Miguel, por haver saído dos limites marcados pela Carta Constitucional, e do decreto que lhe concedeu a regencia do reino.

Findo este auto, formou-se o batalhão, e no meio do maior prazer, canticos e vivas ao sr. D. Pedro IV, embarcou-se para Ovar, aonde só poudo chegar ás 8 e meia da noite, com a força de 280 praças.

Acampou-se o batalhão na praça d'esta villa, para na madrugada seguinte seguir para o Porto, onde chegou em 17 ao meio dia, sem nevidade durante a marcha; tendo sabido a uma legua da cidade que o regimento de infantaria 6 não esperara a chegada do batalhão, por saber no dia 16 a desligação do seu corouel, e a ordem que se dera para que fosse prese e conduzido para bordo de um barco, aonde já existiam agrilhoados muitos portuguezes honrados, que o Gabriel tencionava enviar de presente a D. Miguel.

Entrou o batalhão no Porto, no meio do maior rego-sijo publico (talvez superior ao da entrada dos outros corpos,

por isso mesmo que foi o primeiro chegado áquella cidade) e foi mandado aquartelar no convento de Santo Eloy.

No mesmo dia 17 se reuniu o conselho militar, e assignou a proclamação que o batalhão 10 approvou geralmente; e por isso no dia 18 se apresentou uma representação da officialidade do dito batalhão sobre o remediar-se o erro de considerar em coacção o infante D. Miguel; e o commandante do batalhão instou no conselho pelo mesmo fim; mas o resultado foi publicar se o manifesto do mesmo conselho, que ao parecer da mesma officialidade não remediou o erro da proclamação.

Installada a junta governativa no dia 19, partiu o batalhão 10 para Aveiro em 20, aonde descansou em 21; em 22 pernouteu em Murtede, e em 23 chegou a Coimbra, sem novidade durante os dias da marcha.

Conservou-se o batalhão em Coimbra até o dia 31, ás 2 horas da tarde, e foi pernouteu á Barreira de Condeixa, d'onde marchou para o Casal Novo e Beigudo no 1.º de junho, não havendo egualmente novidade.

Em 3 de janeiro, ás 7 horas da tarde, marchou rapidamente o batalhão para o Espinhal e Pena, para alcançar na fuga os milicianos de Soure, que haviam abandonado o seu posto na Ponte da Mucella; mas apesar dos esforços do batalhão na marcha forçada de uma noute, por caminhos mui asperos, só poudo aprisionar 9 ou 10 d'aquelles milicianos, com os quaes voltou, e chegou a Sernache ás 7 horas da manhã do dia 6, tendo feito um passeio de 14 leguas, quasi sem parar.

Poucas horas depois regressou o batalhão 10 a occupar os antigos quartéis de Beigudo e Casal Novo; e no dia 7, ás 3 horas da manhã, se pôz em marcha para Sernache, d'onde partiu (com a maior parte da divisão) para as immedições de Coimbra, tomando quartéis na quinta das Canas, Arco da Copeira, e quinta de S. Jorge, ficando assim guarnecendo a esquerda da nossa linha, apoiada sobre o Mondego.

Assim se conservou o batalhão de caçadores 10 sem novidade, nem mais serviço do que o dos piquetes e o de um

destacamento de subalterno, e 25 bayonetas, que com o tenente-coronel de milicias, Victorio Telles, marchou em uma diligencia na tarde de 15 de junho a uma legua de distancia.

Em 16 de junho partiu o batalhão para Alcabideque, a fim de proteger o batalhão de caçadores 12, nas suas explorações e perseguições ás guerrilhas, pelo Espinhal e Pennella sobre a estrada velha.

No dia 18 (retirando-se o batalhão 12), marchou o 10 para a Ponte da Mucella, e em 19 á noite principiou outra marcha de 6 leguas até Coja, aonde chegou ao amanhecer do dia 20, e descansou 3 horas, não achando nem as guerrilhas, nem os individuos que devia prender, por todos se haverem escapado antes; e depois marchou para Arganil, onde pernouteou, e em 21 voltou para a Ponte de Mucella.

Em 22 de madrugada marchou o batalhão 10 para Abrunheira, perto de Santa Luzia; e em 23 retrogradou, tornando a occupar os antigos quartéis da quinta das Canas, Arco da Copeira, e quinta de S. Jorge.

Ás 10 horas da manhã de 24 voltou o batalhão 10 apressadamente para as immedições do alto de Santa Luzia, formando a esquerda da nossa linha, aonde encontrando-se com o inimigo o bateu tão corajosamente como todos esperavam, sentindo a perda de um joven capitão morto, um anseçada e cinco soldados feridos, a quem esperava vingar no dia seguinte; mas esse dia foi passado em completo repouso no sobredito alto de Santa Luzia!!!

Antes da madrugada de 26 recebeu o batalhão ordem de marchar para o campo de Santa Clara, junto a Coimbra, aonde esteve parado até ser dia, e então foi mandado tomar posição perto dos Fornos, e proteger os corpos da direita, que alli deviam reunir-se.

Continuou-se a retirada até se passar o Agueda sem novidade, e sem diminuir nem a disciplina do batalhão, nem a sua força numerica.

Em 27, ás 7 horas da tarde, marchou o batalhão para Aveiro, com ordem de vigiar e defender aquelle ponto, pro-

vendo-se de barcos para retirar-se até Ovar, no caso de necessidade, com as munições e artilheria que alli houvesse.

Chegou aos 3 quartos depois da meia noute, ensarilhou armas na praça; e tendo sabido a noticia da retirada de um destacamento de cavallaria inimiga, que havia chegado á mesma cidade, na tarde de 27, aonde dera vivas a D. Miguel, rei absoluto, e requisitara 5:000 rações; e não havendo já na cidade munições, encravou o batalhão uma unica peça de artilheria, que pertencia ao corpo de veteranos, e repasando o rio de Angeja tomou posição junto d'essa villa, até que n'esse dia recebeu ordem do general Saraiva (a quem escrevera) de retirar-se para Albergaria, aonde chegou perto das 3 horas da tarde d'esse mesmo dia 27, e logo foi mandado de reserva aos corpos que combatiam na direita da nossa linha; porém não só por ter cessado o fogo, mas até porque o batalhão estava fatigado com tantas marchas, teve ordem de retroceder e tomar quarteis em Albergaria, aonde chegou, mas não se aquartelou, porque immediatamente recebeu outra ordem para de novo occupar a ultima posição.

D'ahi se retirou com as mais tropas na direcção de Grijó, aonde chegou em 29, encontrando no caminho os tres generaes a que dera vivas, com as maiores demonstrações de alegria.

Em 30, pela manhã, receberam ss. ex.^{as} novas provas de estima quando visitaram o acampamento; e ás 11 horas da noute retirou-se o batalhão, e acampou junto a Santo Ovidio Novo, não tendo perdido desde Coimbra até este ultimo pouto mais que um sargento 1.º, e 10 ou 12 soldados cançados e doentes.

No dia 1.º de julho, ás 6 da tarde, foram duas companhias do batalhão mandadas apresentar á esquerda da brigada ligeira, a fim de guardar esse mesmo flanco.

A's 11 e meia da noute de 2 para 3 de julho recebem o batalhão ordem de marchar á uma hora da manhã sobre a ponte do Porto (esta ordem foi do brigadeiro Pizarro) dirigindo-se ao campo de S. Lazaro; mas ao chegar á ponte teve outra ordem para dirigir-se pelo sitio d'Aguardente ao largo

da Cruz das Regateiras, e alli parou até que foi mandado marchar pela estrada de Santo Thyrsó, aonde chegou; e em cujas immedições acampou.

No dia 4 marchando para Braga, o general Pízarro fallou ao batalhão (bem como quasi todos os corpos) no meio do caminho, dizendo-lhe que era preciso occupar a raia da Galliza, até que de Inglaterra nos viessem soccorros. Deram-se vivas ao sr. D. Pedro, á sr.^a D. Maria II, á Carta Constitucional, e cantando differentes hymnos partiu o batalhão em auxilio de 9 de caçadores, que já se achava engajado com o inimigo, perto de Braga; e passando além d'esta cidade foi acampar na margem d'esta direita do Cavado, junto á ponte do Prado.

A marcha do dia 5 durou todo o dia e parte da noite foi a mais penosa para todas as tropas, que seguiam as bagagens e artilheria; esta foi abandonada e inutilisando-se os reparos dos carros; e supposto que o procedimento de parte do regimento 21 e caçadores 11 (e cavallaria 11, querendo retrogradar, levando a caixa militar), unido á fadiga e fome que soffria o exercito, d'esse logar a muitas reflexões, que excitassem a seguir tal exemplo, contudo o batalhão 10 de caçadores nenhuma parte tomou em taes acontecimentos, e sem perder um unico soldado chegou ás visinhanças de Covide, aonde acampou, e não achou que comer.

No dia 7 marchou o batalhão até á Porrella de Leão, aonde acampou, e tambem não achou que comer; d'ahi mudou o batalhão no dia 9 para outro campo, já no territorio gallego, e ficou peor do que no antecedente, pois que alli havia polo menos alguma lenha para queimar e enxugar a roupa, minorando d'este modo os estragos que o rigoroso frio e chuva nos tinham causado, porque nos acompanharam em quasi todos os dias da retirada.

A fome, o frio, a chuva, e muitas outras cousas que tanto deviam affligir e irritar os animos dos soldados, e fazel-os desconfiar e temer da sua futura sorte, davam cuidado ao commandante e officiaes do batalhão, que não viam como obstar de prompto a tantos soffrimentos, apesar de dizer-se

no quartel general, que brevemente se esperava ordem para ir toda a divisão aquartellar-se nos povos visinhos.

N'este estado, e continuando a chover, como nos dias de inverno o mais rigoroso, percebeu-se no batalhão 10, na tarde de 11 de julho, um rumor, ouvindo se dizer:—«Nós estamos mortos de fome, e nem ao menos temos lume para nos aquecer; de certo morremos aqui, como no outro acampamento iam morrendo os cavallos, ainda os mais gordos.»

N'estes termos um cabo, e 5, ou 6 soldados principia-ram a tomar as moxilas e armando-se foram para a retaguarda do acampamento, postando-se na estrada e chamando de alli o batalhão para que voltasse para Portugal, carregando ultimamente as armas.

O commandante e officiaes evitaram o maior mal, marchando immediatamente á frente dos soldados, e dizendo lhes que tomassem as armas para os seguirem para a Galliza, na intelligencia de que para Portugal não iriam d'alli, salvo depois de perderem a vida; responderam todos que queriam ir com os seus officiaes; e o commandante pôz o batalhão em marcha regular na direcção da ponte de Torneiros, aonde se reuniram os mesmos cabo e soldados, que antecedente queriam voltar para Portugal.

Ahi se deixaram as armas ensarilhadas; (n'este acto viram-se chorar muitos soldados, que pareciam outra vez dispostos a maiores soffrimentos antes do que largar as armas) depois que os officiaes lhes diseeram que breve as tomariam, passou o batalhão a ponte, e foi aquartelar-se para a aldeia da Deveza, aonde, supposto que por mui exorbitante preço, havia pão, carne e vinho, e um logar abrigado para dormir.

Pertence ao historiador dos factos da divisão em geral, o descrever quanto se passou até ao momento do embarque dos differentes corpos na Corunha e Ferrol; mas note-se que o batalhão 10 de caçadores foi o que teve mais trabalhos e perseguições na defeza da legitimidade, desde o momento da chegada do general Agostinho Luiz á cidade de Vizeu: e saiba-se por fim que o mesmo batalhão chegou quasi todo até Orense, aonde a fome e a preversidade de Marcó e suas

ameaças fizeram succumbir tão briosos soldados, chegando apenas a evadir se até ao Ferrol, a risco da propria vida, 2 sargentos primeiros, 4 segundos, 2 furrieis, 1 coronheiro, 1 cabo, o corneta mór, e 13 soldados, que hoje fazem parte d'este deposito.

Os officiaes vieram todos, á excepção de 2 subalternos, que muito antes do dia 16 de maio estavam doentes fóra do corpo. Todos se portaram geralmente bem em todas as occasiões.»

CAÇADORES N.º 28 E INFANTERIA N.º 18

Pela organização militar publicada na ordem do exercito n.º 3 de 13 de janeiro de 1837, formou-se o batalhão de caçadores n.º 28 tendo por quartel a Feira, devendo receber os recrutas que lhe pertencessem em Aveiro onde seriam instruid s e ordenou-se que o antigo regimento de infantaria n.º 18 que desde a sua criação em 1696 quasi sempre estivera no Porto, passasse a ter o seu quartel em Aveiro.

Infanteria n.º 18 continuou porém como até ahí no Porto, e caçadores n.º 28 não chegou a instalar se na Feira. Organizou-se em Aveiro e aqui esteve até fins de 1839, principios de 1840.

CAÇADORES N.º 7

O batalhão de caçadores n.º 28 que fóra organizado como disse em Aveiro passou pela organização de 1842 (ordem do exercito n.º 56 de 16 de dezembro) a ter o n.º 7. Na revolução de 1846 seguiu o partido da Junta, e em 1847, depois de estar no cerco do castello de Vianua, embarcou no Porto em 31 de maio com as demais forças que compunham a

divisão do conde das Antas em destino ao sul do reino. N'aquelle mesmo dia era esta divisão aprisionada fóra da barra pela esquadra ingleza e conduzida para a Torre de S. Julião, em Lisboa. Ficou assim desorganizado o batalhão de caçadores n.º 7. As praças que o compunham, porém, depois de desarmadas, foram mandadas para Aveiro, onde chegaram n'um dos ultimos dias de junho. Vieram pelo mar, e desembarcaram no caes.

Por portaria de 5 de julho de 1847 foi mandado reorganisar n'esta cidade o batalhão de caçadores n.º 7, que ficou tendo aqui o seu quartel. Em março de 1848 saiu o batalhão de caçadores n.º 7 para Coimbra, d'onde voltou em setembro do mesmo anno. Conservou-se em Aveiro até agosto de 1850 em que saiu para Guimarães, e desde então não voltou mais a esta cidade. (1)

Tanto caçadores n.º 28 como caçadores n.º 7 estiveram aquartelados no antigo convento de S. Domingos.

INFANTERIA N.º 22

Esteve durante alguns mezes em Aveiro este regimento. Creio que veio para aqui em meados de 1822 e em junho de 1823 ainda fazia parte da guarnição da cidade. Dil-o o seguinte curiosissimo artigo do *Correio do Porto*: (2)

(1) *Subsidios para a historia dos regimentos de infantaria e caçadores do exercito portuguez coordenados por o sr. Francisco Augusto Martins de Carvalho.*—Coimbra 1888.

(2) N.º 144 de 19 de junho de 1823.

AVEIRO 13 DE JUNHO.

Hontem 12 do corrente deu a camara d'esta cidade todas as demonstrações de amor, e fidelidade a el-rei o sr. D. João VI, celebrando uma solemne festividade em acção de graças, na egreja da Misericordia, que serve de Cathedral, a que assistiram todas as authoridades civis e militares, nobreza e povo; houve missa cantada, e sermão recitado pelo reverendo Padre Manuel Xavier, mestre de rhetorica, o qual desenvolveu um discurso nascido do coração, tanto ao vivo, e com tal enthusiasmo que compungiu todo o auditorio, confundindo a seita, e lembrando as oppressões que soffreu toda a nação: seguiu-se depois o hymno *Te Deum Laudamus*, para o que se achava na egreja toda a nobreza vestida de grande gala. O regimento n.º 22, que se acha de guarnição n'esta cidade, formou em parada, e com 2 peças d'artilleria deram no fim as salvas do costume, e os vivas com grande alegria, a el-rei nosso sr., á rainha, ao serenissimo infante D. Miguel, e real dynastia da casa de Bragança, tendo assistido a todos estes actos o ex.^{mo} barão de Villa Pouca, governador militar, acompanhado da camara, nobreza e povo, excepto meia duzia de mãos homens, e principalmente um que se faz mais recommendavel. A' noute houve um luzido baile na casa (1) em que morava o ex.^{mo} barão, a que assistiu a referida camara, e nobreza; sendo mestres sallas o dr. Joaquim Manuel de Faria Salazar, corregedor de Lamego; o ajudante de Ordens Bandeira, capitão do regimento n.º 15; o José Luiz Coelho Monteiro, professor de primeiras letras na Academia do Porto, e o ex.^{mo} barão governador, que á entrada da primeira salla esperavam com a decencia devida todas as pessoas convidadas, e as conduziam ao seu lugar, trazendo por diviza um laço encarnado no braço esquerdo: principiou pois este luzido espectaculo com uma synfonia de musica do regimento n.º 22, e caçadores, illuminando-se a casa com muitos lumes, enchendo-se a frente de fogueiras, e soltando-se quantidade de fogo

(1) Esta casa fica junto ao caes e pertence hoje ao sr. Guilherme Taveira.

do ar. No começo do baile houveram vivas, e recitaram-se versos analogos ao assumpto; seguiu-se o chá, que era adornado de todos os aprestes, e grandeza de quem o dava: durou o divertimento até ás 3 horas da madrugada, sempre com grande harmonia e socego de todos os individuos, que assistiram a tão solemne funcção.

DRAGÕES DE AVEIRO

Camillo Castello Branco, no seu livro *Perfil do marquez de Pombal* (1) refere-se ao facto do grande estadista se fazer escoltar por um esquadrão de *Dragões de Aveiro*. Ignoro em que auctoridade se baseou o mestre para fazer tal affirmativa, pois nunca encontrei noticia de qualquer regimento de cavallaria que tivesse este titulo, não obstante ter feito para isso não poucas pesquisas. Julgo mesmo que nunca existiram os taes dragões de Aveiro, o que já não succede com os d'outras localidades. Os regimentos eram conhecidos pelos nomes dos seus coroneis ou das terras onde estavam (2) como eram os regimentos do marquez de Marialva e do conde dos Arcos, e dragões de Campo Maior e de Penamacor; e não ha noticia de que em Aveiro anteriormente a 1828 estivesse em tempo algum qualquer regimento de cavallaria.

Pelo menos na epocha a que se refere o mestre não existia no exercito portuguez tal regimento. Os unicos dragões que então havia eram os de Olivença e de Évora. (3)

(1) Pag 262.

(2) *Historia da cavallaria portugueza*, por o sr. Christovão Ayres de Magalhães Sepulveda I, pag. 91.

(3) *Relação dos districtos que sua magestade tem determinado para as levás e recrutas de todos, e cada um dos*

CAVALLARIA N.º 3

Pela organização do exercito de 1816, o regimento de cavallaria n.º 3, anteriormente a 1806, Regimento de cavallaria dragões de Olivença, devia ter o seu quartel em Aveiro. Nunca chegou, porém, a vir para esta cidade tal corpo, mas não obstante isso no Livro de Registo n.º 4 fol. 135 da camara municipal, está registado um decreto de 17 de julho de 1815 referente á nomeação de officiaes superiores do mesmo regimento, o coronel João da Silveira de Lacerda e tenente coronel Antonio da Silva Maldonado d'Eça.

CAVALLARIA N.º 5

Nos ultimos mezes do anno de 1828 foi mandado para Aveiro o regimento de cavallaria n.º 5 que por decreto de 11 d'agosto de 1829 passou a denominar-se *Regimento de cavallaria d'Evora*. Em meados de 1830 retirou para a cidade de que tirava o nome e, onde como ainda hoje, sempre tivera o seu quartel permanente. Em Aveiro ficou então um destacamento do mesmo regimento, mas passados mezes retirou tambem.

*

Ainda duas palavras com relação ao batalhão de caçadores n.º 10 e ao regimento de milicias.

Os principios liberaes predominaram sempre no Batalhão de caçadores n.º 10, « todos n'este bata-

regimentos do seu exercito na conformidade do seu alvará com força de lei dado no dia de hoje vinte e quatro de fevereiro de mil setecentos e sessenta e quatro.

lão, diz um publicista distincto, (1) desde o commandante até o ultimo soldado eram liberaes exaltados, por isso não é para estranhar que elle fosse o primeiro corpo que em 1828 iniciou a revolução liberal.

A noticia que deixo transcripta sobre a parte que caçadores n.º 10 teve na revolução de 1828 conservou se inedita até 1882 em que foi publicada no *Conimbricense* pelo meu presado amigo e mestre o sr. Joaquim Martins de Carvalho.

O batalhão de caçadores n.º 10, depois de se haver pronunciado pela revolução de 1820, fez parte do chamado exercito do sul, de que era commandante o coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira e que entrou em Lisboa victorioso no 1.º de outubro d'aquelle anno. Ignoro quando foi o seu regresso a Aveiro, mas creio que poucos mezes esteve então fóra do seu quartel. Em 1823, fazendo parte da divisão liberal, sob o commando do brigadeiro Luiz do Rego Barreto, e como outros corpos d'esta divisão, foi surprehendido e aprisionado no dia 13 de março pelas forças absolutistas do conde de Amarante, junto a Sancta Barbara, proximo de Chaves. Poucos dias porém esteve sob as ordens d'aquelle valente caudilho do absolutismo, porque batidas as forças que este commandava no dia 23 pelo brigadeiro Claudino Pimentel, e que o haviam aprisionado, recuperou logo a antiga liberdade.

*

(1) Pedro A. Dias—*A revolta de 16 de maio de 1828*—folhetim publicado no *Commercio do Porto*—maio de 1891.

O regimento de milicias de Aveiro soube sempre manter as tradições de valor e disciplina que ganhara na guerra da península. Por mais d'uma vez foi elogiado por generaes distinctos que em serviço de inspecção vinham a esta cidade, entrando n'esse numero o proprio Beresford, em cuja presença manobrou o regimento conjunctamente com o batalhão de caçadores n.º 10.

Na revolução de 1820 não se salientou o regimento de milicias e o mesmo succedeu quando annos depois foi derogada a Constituição que da mesma nascera.

Em maio de 1828 quando Aveiro soltou o primeiro grito de liberdade que por então se ouviu em Portugal o regimento de milicias achava-se ao tempo reunido em Coimbra para onde o chamara o vice reitor da Universidade, dr. Antonio Pinheiro d'Azevedo e Silva. Proclamada naquella cidade em 22 de maio a rainha D. Maria II o regimento não seguiu a causa da revolução liberal pelo que retirou pelas 2 horas da tarde pela estrada de Lisboa com outras forças que se haviam tambem dêclarado pelo governo de D. Miguel. Dias depois voltava fazendo parte da divisão do general Porôas, e tomava parte na acção da Cruz dos Marôcos em que se bateu valorosamente. Iguaes feitos praticou depois no combate do Vouga o que lhe valeu a distincção a que ha pouco me referi.

Ignoro se chegaram ou não a cumprir-se as disposições do decreto de D. Miguel. N'uma bandeira do regimento que se guarda presentemente no Arsenal do Exercito (museu de artilheria), n'um armario envidraçado, entre as chamadas bandeiras historicas, das quaes

é a 11, não ha legenda alguma. A bandeira é toda de seda branca com o escudo das armas reaes, de que pende a cruz da Ordem de Christo, a cores. Na parte inferior ha uma fita estendida em que em grandes caracteres se lê—*Regimento de Milicias de Aveiro*. D'esta bandeira guardo como preciosa reliquia um bocado de seda com um dos castellos das armas.

Disse (1) o sr. Rangel de Quadros que na bandeira do regimento de milicias de Aveiro havia esta legenda:

E. julgareis, qual é mais excellente,
se ser do mundo Rei se de tal gente.

E' equivoco. Tal legenda pertencia ás bandeiras dos regimentos de infantaria n.ºs 9, 11, 21 e 23 e foram o galardão do valor com que os mesmos se bateram na batalha de Victoria. (2)

Effectuado o desembarque do exercito constitucional no Mindello, e cercado o Porto pelas tropas de D. Miguel o regimento de milicias de Aveiro foi mandado postar em Villa Nova de Gaya onde por vezes se bateu com as forças constitucionaes, distinguindo-se por vezes e muito principalmente no dia 17 de dezembro de 1832 em que, aquellas tendo atravessado o Douro em Valle de Piedade vieram atacar os postos miguelistas do Candal e Quinta do Cavaco, de que foram repellidos com notavel perda.

Terminadas as campanhas da liberdade o regimento de milicias de Aveiro, como todos os outros do

(1) Pag. 313.

(2) Vide decreto de 13 de novembro de 1813, publicado na ordem do dia de 13 de março de 1814.

paiz, foi extincto. O seu ultimo commandante foi o coronel José Maria Branco de Mello.

VOLUNTARIOS REALISTAS

Creados os corpos de voluntarios realistas por decreto do governo de D. Miguel de 26 de setembro de 1828, em Aveiro formou-se logo um batalhão de caçadores, de que foi nomeado commandante José Maria Rangel, morgado do Carmo.

Segundo o n.º 10 d'aquelle decreto, os commandantes dos batalhões deviam «ser as pessoas principaes residentes nos districtos, mais distinctas por seu nascimento, boa conducta religiosa, civil e politica, aptidão e meios para se tratarem com decencia, dignidade e independencia»; foi por tanto acertada a escolha do commandante, pois o morgado do Carmo reunia em si todos estes predicados.

José Maria Rangel vendo que ao batalhão do seu commando se exigiam serviços, que elle lhe não julgava em character, como eram, entre outros, o acompanhar presos políticos, demittiu-se, indo depois sentar praça como soldado n'um regimento de cavallaria, para que se não julgasse que uma tal resolução era indicio de menos affecto á causa miguelista. Substituiu-o no commando, o tenente de cavallaria reformado Luiz Estevão Couceiro da Costa, morgado de Villarinho.

Reuni algumas notas para a historia dos regimentos que tiveram quartel em Aveiro; agora apontarei os nomes de alguns filhos d'esta cidade que pelas armas alcançaram justo renome. Dos antigos dá o

Padre Carvalho e Costa, na sua *Chorographia*, a seguinte lista:

Damião de Sousa e Menezes, capitão de infantaria da Armada do conde da Torre ao Brazil e depois Capitão-mór da villa d'Aveiro e governador da Comarca.

Gonçalo de Sousa Menezes, commendador da Ordem de Christo e capitão de infantaria no exercito do Minho.

Fr. Francisco de Sousa Menezes, commendador de Malta.

Manuel de Sousa Menezes, Mestre de Campo d'Auxiliares.

Francisco de Sá Coutinho, capitão de mar e guerra na armada de Antonio Telles de Menezes, Mestre de campo e governador da praça de Buarcos.

Pedro da Costa e Almeida, tenente general de cavallaria da provincia da Beira.

Nicolau Ribeiro Picado, capitão de cavallos no Minho.

Manuel Varella Pacheco, capitão de cavallos na Beira.

Manuel Soares d'Albergaria, ajudante de cavallaria na Beira e governador de Paraiba, no Brazil.

Francisco da Maia da Gama, capitão de cavallos na Catalu ha.

Jeronymo de Figueiredo, servio nas armadas, sargento-mór da comarca.

Julião de Figueiredo de Leão, sargento-mór da comarca de Esgueira.

Paulo Moniz Garro, capitão-mór do Grão Pará.

Francisco da Silveira d'Eça, capitão de infantaria no Alemtejo.

A estes ha a accrescentar muitos outros que n'este seculo e muito principalmente nas campanhas da liberdade se distinguiram, mas cuja lista não pude ainda apurar. Prestar-lhe-hei, portanto, homenagem em outro capitulo. Ainda assim publicarei aqui a biographia d'um dos illustres que Aveiro se preza de ter por filhos.

Barão de Almofala.—José Antonio da Silva Leão nasceu em Aveiro a 17 de fevereiro de 1793. Aos 17 annos sentou praça em artilheria 4, então aquartellada no Porto. Tendo feito a guerra da peninsula como praça de pret, foi em fevereiro de 1819 reconhecido cadete, em maio do mesmo anno despachado 2.º tenente, em 28 de maio do anno seguinte promovido ao posto immediato, e em maio de 1821 nomeado capitão da companhia de artilheria da legião constitucional lusitana, que então se organisou. Voltando mais tarde ao regimento d'onde saíra, emigrou em 1828 pela Gallisa para a Inglaterra, indo desembarcar nos Açores com o conde de Villa Flor. Por este distincto general foi logo encarregado da direcção do trem e laboratorio. Os serviços que n'esta difficil commissão prestou foram-lhe recompensados em 6 de agosto de 1832 com a graduação de major, obtendo d'ahi a pouco a effectividade do serviço. Voltando ao continente em março de 1833, foi incumbido por D. Pedro IV do arsenal do Porto. A parte activa que tomou na defesa das linhas, e o modo como se houve em 25 de julho na bateria do Bomfim,

fizeram com que fosse agraciado com o habito da Torre e Espada. Em Lisboa continuou a dirigir o arsenal como sub-inspector. Em 24 de julho de 1834 foi promovido a coronel, e pouco depois a inspector do arsenal. Na ordem do exercito de 21 de junho de 1836 foi louvado pelos serviços prestados na commissão que exercia. Mas logo nos primeiros dias do novo governo foi exonerado por não abraçar as idéas da revolução de setembro. Fez parte da commissão do ministerio da guerra e da especial da sua arma creada para estudar o aperfeiçoamento das instituições militares. Substituiu o visconde de Ovar no commando geral da artilheria. Sendo-lhe dado em novembro de 1840 o commando do 1.º regimento, foi pouco depois promovido a brigadeiro graduado. Em junho de 1846 foi substituido no commando em virtude das suas idéas politicas. Com o golpe de estado em 6 de outubro tomou conta da 1.ª direcção do ministerio da guerra, que logo deixou para reassumir o commando da artilheria no exercito de operações. Depois da batalha de Torres Vedras, foi agraciado com o titulo de barão de Almofala, por ser este o nome do outeiro occupado pela artilheria e pela bateria de foguetes n'aquella acção. Encarregado do desartilhamento do Porto, e tendo commandado por algum tempo a 2.ª e 3.ª divisão militar, foi chamado aos conselhos da corôa como ministro da guerra em 22 de agosto de 1847, logar que exerceu até 18 de dezembro do mesmo anno. Poucos dias depois foi nomeado vogal do supremo conselho de justiça militar. Em 11 de agosto de 1849 foi-lhe entregue o governo d'Elvas. Falleceu em 22 de julho de 1852, deixando um dos mais

illustres nomes nos annaes do exercito, e na historia de Aveiro.

COMPANHIA DE VETERANOS

Organisada por portaria de 2 de outubro de 1812 chegou a contar perto de duzentas praças validas que aqui faziam o serviço de guarnição. Teve primeiro por quartel uma parte do convento de S. Domingos, passando em 1827 para o do Carmo. A caserna que ali tinha era bastante espaçosa e corria a par com a egreja, havendo para ella entrada independente da do convento que continuou como até ali sendo habitado pelos frades. Então fizeram parte d'esta companhia muitos soldados e officiaes inferiores das campanhas da Peninsula e de Montevidéu. Havia tambem um que tendo feito parte da legião portugueza ao serviço da França combatera na Russia sendo ferido na batalha de Borodino, podendo por isso citar como tambem dirigidas a elle estas palavras com que Napoleão na proclamação de 7 de setembro de 1812 se refere aos portuguezes: «Que a posteridade mais remota cite com orgulho a vossa conducta n'este dia, que se diga de vós: estiveram n'aquella grande batalha, junto dos muros de Moscou».

Quando em 1828 se verificou a revolução contra o governo de D. Miguel, a companhia de veteranos tinha no seu quartel, além do respectivo armamento, duas peças de artilheria com que se davam as salvas do estylo nos dias de gala. Isto intimidou um pouco o batalhão de caçadores n.º 10 que se apressou em ir desarmar os veteranos, tidos como partidarios

do infante. Fazia o seu quarto de sentinella um velho soldado, que armado apenas d'uma bayoneta, quiz obstar que os caçadores entrassem no quartel. Quatro ou cinco soldados debalde tentaram desarmal-o, até que apparecendo o capitão José de Vasconcellos Bandeira de Lemos, depois visconde de Leiria e um dos officiaes mais distinctos d'aquelle batalhão, ordenou lhe fosse conservada a bayoneta, pois era digno de respeito quem como elle assim cumpria o seu dever.

GUARDA NACIONAL

Creada por decreto de 29 de março de 1834 no districto d'Aveiro só chegou a formar-se n'este concelho e em Ilhavo. Em Aveiro ainda no mesmo anno se organisou, mas no d'Ilhavo só em 1836 se poudé conseguir isso.

Aveiro—1.º tenente coronel commandante Custodio José Duarte e Silva; 1.º major Joaquim José d'Oliveira, por cujo obito foi eleito major Antonio Joaquim de Moraes Sarmento.

José Henriques Ferreira, 1.º administrador geral (governador civil) logo em seguida á revolução de setembro (1836) demittiu Custodio José Duarte de commandante da Guarda. Esta, porém, reelegue-o. Posteriormente, foi eleito Manuel José Mendes Leite.

A Guarda Nacional não era sympathica á reacção manifestada, de 1839 para 1840, contra a revolução de setembro e constituição de 1838, reacção que triumphou a final com a aclamação da Carta de 1826, em 1842. O enthusiasmo tinha esfriado, e as Guardas Nacionaes em 1838 se já não estavam dissolvidas de direito, estavam quasi extinctas de facto.

Em 1846, o ministerio presidido pelo Duque de Palmella, creado logo em seguida á acceitação da Rainha e de todo o paiz á revolução de Maio (Maria da Fonte) reorganizou a Guarda Nacional por decreto de 31 de maio, e por outro decreto de 21 de junho deu-lhe regulamento muito mais centralizador.

Foram então creados dois batalhões da Guarda Nacional no districto um em Aveiro e outro em Ilhavo.

Tenente-coronel commandante do de Aveiro João Carlos do Amaral Osorio e Sousa, e major Antonio Joaquim de Moraes Sarmiento. (Ordem da Guarda Nacional n.º 8 de 23 de julho).

Ajudantes Manuel Ribeiro Dias Guimarães e Francisco de Paula Saraiva de Figueiredo.

Para Ilhavo — Tenente-coronel commandante Alberto Ferreira Pinto Basto, major João Maria Rissoto e ajudante João Antonio Ferreira, ambos estes empregados na Fabrica da Vist'Alegre, da qual o 1.º era administrador. (Ordem n.º 15 de 28 d'agosto).

Restantes officiaes do batalhão d'Aveiro:

CAPITÃES

Bento Augusto de Moraes Sarmiento.

Francisco Henrique da Maia.

Luiz Estevão Couceiro da Costa.

Francisco José d'Oliveira Queiroz.

José Maria Placido.

TENENTES

Joaquim de Sousa Braga.

José Antonio de Rezende.

Francisco de Paula Monteiro.

Manuel Rodrigues Simões.

Basilio Matheus de Lima.

ALFERES

Ignacio Augusto de Figueiredo.

Antonio de Moura Coutinho.

Evaristo Luiz de Moraes e Silva.

Joaquim Maximo da Costa Guimarães.

Luiz Maria Avelino Placido.

A todos foram assignadas companhias, pela ordem por que estão escriptos seus nomes, mas a começar da 2.^a até á 6.^a; faltando, ignoro o motivo, a nomeação dos officiaes da 1.^a companhia.

Cirurgião-mór João Maria Regalla, cirurgião-ajudante Manuel Martins d'Almeida Coimbra.

Estes corpos não chegaram, como taes, a ter organização regular e completa, mas serviram de nucleo aos batalhões provisórios formados em Aveiro e Ilhavo por occasião da nova campanha contra o governo de Lisboa, na reacção ao golpe de estado de 6 d'outubro seguinte.

O governo de Lisboa, presidido pelo marechal Saldanha, dissolveu por decreto de 7 d'outubro de 1846 todos os corpos da Guarda Nacional.

VOLUNTARIOS NACIONAES

Em 1847, por portaria do marechal Saldanha, logar tenente nas provincias do Norte, datada de 12 de janeiro, foi creado o Batalhão provisório de Voluntarios Nacionaes de Aveiro, e nomeado comman-

dante d'elle com o posto de tenente-coronel o sr. Casimiro Barreto Ferraz Sacchetti.

Por outra portaria de 24 do mesmo janeiro foram nomeados para o dito batalhão os seguintes officiaes:

Ajudante—José Ferreira Corrêa de Sousa.

Quartel-mestre — Manuel Ferreira Corrêa de Sousa.

CAPITÃES

2.^a companhia—Manuel Antonio Loureiro de Mesquita.

3.^a—José da Rocha Fradinho.

TENENTES

João José dos Santos Machado.

Antonio Germano de Pinho Ravara.

Alexandre Cesario Ferreira da Cunha.

José Ferreira da Cunha e Sousa.

ALFERES

Antonio Egidio Ferreira da Cunha.

Luiz Pereira do Valle.

Manuel Pedro Celestino Lebre.

Por outra portaria do mesmo marechal, de 24 de fevereiro, foi nomeado major addido e encarregado do commando do corpo durante o impedimento do tenente coronel Barreto Ferraz, o qual, no dia 5 d'este mez, pela madrugada, havia sido aprisionado e conduzido para o Porto por uma força da Junta, o secretario geral do governo civil Joaquim Elias Rodrigues da Costa; sendo tambem nomeados capitães:

Da 1.^a—José Maria da Silva Pereira de Mello e Albuquerque, escrivão de direito.

Da 4.^a—Antonio da Silva Paiva, e alferes Fernando Ribeiro Nogueira.

Por outra portaria de 3 de março foram nomeados:

Alferes addidos á 3.^a—José Moreira Barreirinho, sargento quartel-mestre reformado; e para uma companhia franca addida ao batalhão capitão José Leite Ribeiro.

Tenente (provido de alferes que já era) Luiz Pereira do Valle, e alferes addidos José Maria de Magalhães, e Francisco Antonio do Valle Guimarães; e finalmente capitão aggregado Bernardo Teixeira d'Almeida Queiroz.

Todas estas portarias foram confirmadas pela portaria do Ministerio da Guerra, 26 de abril, publicada na Ordem do Exercito n.º 33 de 7 de maio de 1847).

Uma parte consideravel dos officiaes, que nunca se conformára com o modo por que corriam as cousas no commando e administração do corpo, desde que elle ficou a cargo do major addido Joaquim Elias Rodrigues da Costa, requereu e conseguiu nomeação de novo tenente-coronel commandante, a qual recabiu no capitão aggregado Bernardo Teixeira d'Almeida Queiroz.

Nunca se chegou a saber bem o que era a tal companhia franca; mas parece que a ella anexaram, ou a formaram os veteranos da companhia que então havia n'esta cidade.

Foi dissolvido este corpo por decreto de 20 de junho de 1848.

O batalhão foi creado com quatro companhias, devendo ser formadas, a 1.^a e 2.^a em Aveiro, a 3.^a em Ilhavo e a 4.^a em Cacia e Esgueira. Deu-lhe o marechal uniforme, isentou do recrutamento a quem se alistasse até um certo dia, e deu-lhe o plano que segue:—Estado maior e menor, tenente-coronel comandante, major, ajudante, quartel mestre, cirurgião-mór, cirurgião ajudante, sargento-ajudante, sargento quartel-mestre, corneteiro-mór, e cabo de cornetas, total 10.

FORÇA DE CADA COMPANHIA

Capitão.....	1
Tenente.....	1
Alferes.....	1
1. ^o sargento.....	1
2. ^o sargento.....	2
Furriel.....	1
Cabos.....	4
Anspeçadas.....	4
Soldados.....	54
Corneteiro.....	1
	70
Estado-maior e menor.....	10
4 companhias.....	280
	290

BATALHÕES NACIONAES

Em 1840 foi creado em Aveiro um batalhão provisório, em conformidade do disposto na lei do 1.º e do decreto de 3 de setembro.

Outro decreto, ou para melhor, a portaria de 6 do mesmo mez estabeleceu o plano d'estes corpos.

O de Aveiro foi mandado organizar por portaria do ministro da guerra de 18 de dezembro do dito anno, sendo nomeado tenente coronel commandante João Carlos do Amaral Osorio e Sousa.

Nem os officiaes se uniformisaram, e nem se concluiu o alistamento porque foi mandado suspender em todos os corpos por decreto de 10 de fevereiro de 1841 e por outro de 12 de junho do mesmo anno foram todos dissolvidos por terem cessado os motivos que lhes haviam dado existencia, o receio d'uma guerra com a Hespanha.

Além d'este batalhão um outro foi creado no districto d'Aveiro—o da Villa da Feira.

BATALHÃO DE EMPREGADOS PUBLICOS

Creado por portaria de José Bernardo da Silva Cabral, revestido de poderes extraordinarios nas provincias do Norte, afim de ser debellada a revolta do Minho—Maria da Fonte.

Aquella portaria é d'abril de 1846 e em 29 do dito mez recebeu o sr. Manuel Antonio Loureiro de Mesquita, no Porto, e fez conduzir para Aveiro 90 armamentos para este corpo.

Foi nomeado commandante com o posto de tenente-coronel Custodio José Duarte e Silva, que an-

nos antes havia sido commandante da guarda nacional e era um dos chefes do partido cartista em Aveiro.

Fez-se o alistamento e a divisão das companhias; prestou por alguns dias serviço de guarnição e por si se dissolveu em 14 de maio seguinte, em virtude da revolução que aqui teve lugar n'esse dia.

Preso o governador civil Antonio José Vieira Santa Rita, organisou-se uma junta governativa que ficou composta de José Henriques Ferreira, Alberto Ferreira Pinto Basto, Francisco Joaquim de Castro Corte Real e José Pereira de Carvalho e Silva. Logo em seguida tractou-se da formação d'um

BATALHÃO PROVISORIO

Nascido d'uma revolução popular, anonyma, quasi que não teve organização. Foi mais um aggre-gado de *patriotas* que outra cousa. Ainda assim teve um commandante — Antonio Augusto Coelho de Magalhães, irmão de José Estevão e jurisconsulto de primeira grandeza, e depois de ter ido a Coimbra auxiliar o movimento popular, marchou para Villa Nova de Gaya, onde permaneceu com outras forças populares em attitude mais ou menos hostile contra o Porto até 7 ou 8 de junho, em que retirou para Aveiro onde se dissolveu passado algum tempo, pois aqui os populares não foram dos ultimos a desarmarem-se.

BATALHÃO NACIONAL PROVISORIO

Proclamada no Porto a resistencia ao golpe de estado de 6 de outubro de 1846, Aveiro abraçou logo com tal enthusiasmo aquella causa, que poucos dias

depois tinha organizado e armado um corpo de quã- trocentos voluntarios de que assumiu logo o comman- do João Carlos do Amaral Osorio e ficou sendo ma- jor Antonio de Moraes Sarmento.

O novo batalhão partiu d'aqui para o Porto na tarde de 26 de outubro, levando já musica e bandeira. Esta, era a que havia pertencido á antiga guarda na- cional, e aquella tocava de preferencia o hymno cons- titucional de 1820. Nem uma nem outra causa agra- daram aos *patulêas* portuenses pelo que, se não tocou mais o hymno nem se exhibiu a bandeira, depois que o corpo alli entrou. A chegada ao Porto foi no dia 28 de outubro, segundo se lê no *Nacional* d'este dia. Ha alli duas noticias sobre o assumpto. A primeira é esta:

«São dez horas da manhã e está a entrar em Villa Nova de Gaya um batalhão nacional de Aveiro; traz muita gente, bem fardada e armada, e optima para a guerra, como são todos os naturaes da beira mar.»

A outra vem debaixo da epigraphie *A' ultima hora* e diz assim:

«E' meio dia e acaba de entrar na cidade o batalhão nacional de Aveiro, em força de 400 homens e um piquete de cavallaria nacional. Vae aquartelar-se no castello da Foz.»

Por portaria da Junta provisoria do governo supremo do reino de 14 de novembro foram feitas estas nomeações para o batalhão nacional provisorio de Aveiro:

Ajudante, João Bernardo de Carvalho e Silva.
Quartel-mestre, Simão Ribeiro Paula.

Cirurgião-mór, João Maria Regalla.
Capellão, o Padre João André Estrella.

CAPITÃES

- 1.^a companhia Bento Augusto de Moraes Sarmiento.
- 2.^a dita Manuel José d'Almeida.
- 3.^a dita Francisco de Paula Saraiva de Figueiredo.
- 4.^a dita José Rodrigues da Cruz e Silva.

TENENTES

Joaquim de Sousa Braga.
Ignacio Augusto de Figueiredo.
Evaristo Luiz de Moraes.
Joaquim Antonio Placido Junior.

ALFERES

Francisco Pereira d'Oliveira.
Silvino Arnaldo Baptista Machado.
Francisco Manuel Ribeiro de Carvalho.
José Roberto de Almeida.

*

Aveiro que tem hoje um dos melhores quartéis do paiz, como é o do Principe D. Carlos, nunca teve um quartel propriamente dito não obstante a permanencia que aqui tiveram diferentes regimentos. Caçadores n.º 10 esteve alojado parte no antigo palacio dos Sansas, marquezes d'Arronches e duques de Lafões, junto ao edificio do Lyceu, hoje propriedade do sr. Manuel Ferreira Corrêa de Sousa, e outra parte no convento de S. Domingos, então e ainda annos depois habitado por religiosos.

N'este mesmo convento se alojaram depois, como disse já, os batalhões de caçadores n.º 28 e 7. Também aqui esteve durante alguns annos a Companhia de veteranos. Depois da sahida d'aqui d'aquelles dois corpos até 1864 os destacamentos de infantaria e caçadores que faziam a guarnição da cidade alojavam-se também alli.

N'este anno passou a servir de quartel militar o antigo convento de Santo Antonio, cujo estado de conservação era um pouco melhor, mas cujas proporções eram muito mais acanhadas, não obstante uma parte d'aquelle ter sido destruido por um incendio em 18 de outubro de 1843.

Estava inteiramente deshabitado o quartel de S. Domingos quando em 28 de janeiro de 1866 chegou a esta cidade a officialidade do regimento de Almanza que dias antes se havia revoltado em Hespanha contra o governo de D. Isabel II.

Aveiro que tantos filhos sacrificara nas aras da liberdade, acolheu com enthusiasmo estes soldados da mesma causa e, no proprio dia em que elles chegaram, organisava se aqui uma commissão com o fim de diminuir tanto quanto possível as agruras do exilio. Esta commissão obteve logo licença da camara municipal a que presidia então o sr. conselheiro Manuel Firmino d'Almeida Maia, e a quem estava entregue o quartel de S. Domingos, para preparar alli hospedagem aos officiaes emigrados. Com o producto d'uma subscrição ponde a commissão mobilar algumas salas e quartos, onde os mesmos officiaes se installaram na tarde de 31 de janeiro, e onde estiveram até junho,

em que receberam ordem do governo portuguez para deixarem esta cidade.

No dia 26 d'este mez, partiram para o Porto os officiaes hespanhoes, sendo acompanhados até á estação por grande numero d'amigos. O seu digno commandante ao entrar para a carruagem agradeceu com phrase eloquente ao povo d'Aveiro o acolhimento benevolo com que elle e os seus camaradas foram aqui recebidos. A despedida do sr. Cañaz fez reben-tar as lagrimas em todos os olhos; e foi este o adeus euviado por Aveiro áquelles valentes soldados da liberdade que durante cinco mezes viveram aqui.

O sr. Cañaz entregou ao sr. commandante do destacamento o seguinte protesto escripto em nome da officialidade do batalhão d'Almanza contra a violencia com que era tratada, retendo-a como custodiada no quartel de S. Domingos:

Ill.^{mo} sr. — La disposicion que por orden superior acaba v. s.^a de tomar constituendo en prision a los diez oficiales y siete individuos de tropa que nos hallamos presentes en este deposito, es tan arbitraria y injusta que no encuentro como calificarla. Las auctoridades civiles y militares de una capital de provincia como esta, deben tener meyos mas que suficientes para vigilar a 17 hombres y facerlos entrar en sus deberes si los traslimitassem. Atropellarlos de la manera que se ha echo es contrario á todo derecho des gentes, y mas que todo ridiculo por la actitude pacifica en que nos encontramos y lo exiguo del numero. La desaparicion de algunos de sus individuos no es causa bastante para mortificar al rosto da corporacion. En nombre de ella protesto solemnemente del abuso de fuerza que contra nouestros se comete-sintiendo que las auctoridades superiores del pais no correspondan en sas providencias a los generosos sentimientos del noble pueblo portuguez del que ni un momento hemos deja-

jado de recibir las mas expressivas demonstraciones de cariñoso afeto.

Espero de su bondade enviar-me recibo d'esta communicacion.

Dios G. a V. S.^a Prision de S. Domingos 26 de Junho de 1866. El commandante del deposito :

Ill.^{mo} sr. governador militar de Aveiro.

Alejo Canhaz y Rey.

Já de paginas 222 a 224 me referi á chegada a esta cidade em 18 de janeiro de 1885 do regimento de cavallaria n.º 10, que desde então passou a ter aqui o seu quartel permanente, e, o meu illustrado amigo sr. Rangel de Quadros no interessantissimo artigo com que me honrou sobre as muralhas e cousas militares de Aveiro, e que occupa da pagina 262 até 322, se refere tambem á mesma organização do corpo e ao seu aquartelamento em Aveiro, mas ainda assim não ficou dito tudo. Ha algumas migalhas mais a reunir, e que no futuro poderão talvez aproveitar não só á historia do brioso regimento, mas tambem á d'esta cidade.

Como fica dito a paginas 316, pela reforma do exército de 30 de outubro de 1884, foi creado o regimento de cavallaria n.º 10 com quartel em Aveiro. Como aqui não houvesse quartel capaz, principiou a sua organização na escola pratica de artilheria em Vendas Novas, em 15 de novembro d'esse mesmo anno.

Logo que foi decretada a criação do novo regimento a camara municipal d'esta cidade, presidida por Manoel Firmino d'Almeida Maia, representou ao governo pedindo a concessão do convento da Madre de Deus de, Sá, de religiosas franciscanas, afim de ali edificar o quartel a que em tempo se havia comprometido, e, que fôra o que motivára em grande parte a escolha de Aveiro para praça de cavallaria n.º 10.

Quando a camara andava n'estas diligencias, surgia na imprensa do Porto a opinião de que o novo

regimento devia ser mandado para ali de preferencia a Aveiro, opinião que foi perfilhada pela junta geral d'aquelle districto, que representou logo ao governo n'esse sentido, offerecendo ao mesmo o terreno necessario para edificação d'um quartel. A noticia alarmou a cidade, e na noite de 28 de novembro realisava-se um grande «meeting» no Theatro Aveirense, a que concorreram pessoas de todos os partidos e em que depois de se combaterem as pretensões da cidade do Porto se resolveu a ida a Lisboa d'uma commissão que protestasse perante o governo contra as pretensões d'aquella cidade, que lhe fizesse vêr que os esforços da camara municipal para edificar um quartel condigno do novo regimento eram apoiados por todos os habitantes do municipio e instasse pela vinda immediata do regimento, para o que a mesma camara se obrigava a preparar um aquartellamento provisório.

Fizeram parte da commissão os srs. José Eduardo d'Almeida Vilhena, dr. José Maria Barbosa de Magalhães, João da Silva Mello Guimarães, Antonio Augusto de Sousa Maia, Pedro Antonio Marques, Gustavo e Duarte Ferreira Pinto Basto, Rufino Cesar de Sousa Monteiro, dr. Joaquim de Mello Freitas, José Maria de Carvalho Branco, Norberto Ferreira Vidal, José Antunes d'Azevedo e Jeronymo Baptista Coelho.

Esta commissão foi apresentada pelos srs. conselheiro José Dias Ferreira e Francisco de Castro Mattoso, deputados pelo circulo de Aveiro, no dia 2 de dezembro ao então presidente de conselho e ministro da guerra, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, que lhes declarou que eram infundados os receios dos aveirenses de serem privados do corpo que pela ultima organização do exercito mandara aquartelar aqui, porque sendo espontanea essa sua resolução, e tomada por considerações de conveniencia publica, nada o poderia facilmente demover a revogal-a,

antes era desejo seu tornal-a desde já effectiva, o que ia promover.

Aquella commissão, no seu regresso de Lisboa, deu conta do resultado dos seus trabalhos n'um grande e novo comicio que se realisou no Theatro Avei-re nae na noite de 4 de dezembro.

O edificio do theatro, bem como todos os outros que guarnecem o largo Municipal e onde tocavam alternadamente duas bandas de musica, estavam illuminados, sendo lançadas ao ar grandes girandolas de foguetes tanto no principio como no fim da reunião que decorreu no meio do maior enthusiasmo, sendo victoriadissimos todos os membros da commissão e, bem assim o ministro da guerra e deputados do circulo pelo muito que haviam contribuido para serem satisfeitos os justos desejos da cidade.

As obras de reparação e ampliação do antigo quartel de Santo Antonio começaram immediatamente, e foi tal a actividade e boa vontade desenvolvida pelo presidente da camara Manoel Firmino e engenheiro Araujo e Silva, que em meados de janeiro seguinte era o velho edificio dado por prompto pelo engenheiro para isso commissionedo pelo ministerio da guerra o tenente-coronel Gonveia Osorio, para n'elle se poder aquartellar o regimento enquanto se não edificava o novo quartel de Sá. O custo d'aquellas obras foi approximadamente de 3:000\$000 réis, pagos pelo municipio, que fez entrega do edificio assim transformado e ampliado em 18 de janeiro de 1885 ao commandante de cavallaria 10, o coronel José Virgolino, como disse (1).

No convento da Madre de Deus, de Sá, não estava ainda ao tempo extincto, pois existia ali uma religiosa professa. A camara pediu, portanto, a extincção d'esta

(1) Vide pag. 223.

casa religiosa, e a concessão do edificio, a maior parte em ruínas, a que o havia reduzido um incendio poucos annos antes.

Foram grandes as difficuldades que foi mister vencer para ser entregue á camara o velho mosteiro: a ellas já me referi em outro logar (1), e ainda me terei de occupar do assumpto quando fizer a historia do convento de Sá, por mais d'um titulo notavel.

O documento primordial que concedeu á camara o edificio, é este :

«Tendo sido presentes a Sua Magestade El-Rei pela secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça o officio da dos negocios da guerra, de 22 de novembro ultimo, e a representação da camara municipal do concelho de Aveiro, relativo á concessão do edificio e cerca do convento da Madre de Deus de Sá, da mesma cidade, para ser adaptado o quartel do regimento de cavallaria n.º 10, ultimamente creado e alli collocado: Sua Magestade, tomando em consideração as razões allegadas, e conformando-se com o parecer do Reverendo Bispo da diocese de Coimbra, houve por bem conceder a necessaria auctorisção para que a parte do edificio do sobredito convento da Madre de Deus, de Sá, que a unica religiosa alli existente póde dispensar, assim como a cerca respectiva, sejam provisoriamente destinadas para quartel de alludido regimento, devendo observar-se n'esta concessão o seguinte: 1.º que a parte cedida para quartel fique inteiramente separada e independentemente d'aquella em que residir a religiosa, para que ella possa continuar a permanecer alli com a segurança que lhe é devida, e seja mantida a necessaria clausura religiosa; 2.º que a camara municipal de Aveiro ficará obrigada a satisfazer á mesma religiosa, enquanto viver, a prestação annual de oitenta mil réis, como indemnisação do rendimento da cerca.

O que Sua Magestade manda communicar ao Reverendo Bispo de Coimbra para que haja de providenciar como for conveniente e competir á sua auctoridade sob o cumprimen-

(1) *D. Manoel Corrêa de Bastos Pina, bispo de Coimbra, conde de Arganil, esboço biographico*, por Marques Gomes.—Porto, typ.^a Occidental, 1898, pag. 80 e 85.

to das presentes resoluções regias, dando opportunamente conhecimento á mencionada secretaria de estado do que ácerca do assumpto se fizer. Paço, em 3 de dezembro de 1884.—
Lopo Vaz de Sampaio e Mello.

Ainda n'este mesmo mez de dezembro principiou á demolição d'uma parte do edificio e a que pouco depois se seguiu a de todo elle, porque havendo a religiosa pedido licença, em 13 de janeiro de 1885, para abandonar a clausura, o que lhe foi concedido, por portaria de 7 de fevereiro, e havendo com effeito deixado o convento em 11 de março, que assim se extinguiu, a camara tomou immediatamente posse do resto do edificio.

Em abril principiou a edificação do novo quartel pela construcção dos alicerces, nada se aproveitando do velho convento, nem mesmo parte dos antigos alicerces, como já se affirmou (1).

Do plano do novo quartel e de dirigir a sua edificação encarregou a camara municipal o distincto engenheiro civil sr. Antonio Ferreira d'Araujo e Silva, então ao serviço das obras publicas do districto e que a uma grande illustração allia as qualidades d'um trabalhador indefesso, hoje director das obras publicas do Porto. N'um praso curtissimo, em menos de 6 dias, elaborou elle o plano da obra e confeccionou todos os orçamentos d'ella, plano que foi logo superiormente approvedo.

O governo subsidiou a obra desde o seu começo com a mensalidade de 500\$000 réis, e a camara para occorrer ás despesas da construcção contrahiou um emprestimo de 25:000\$000 réis. A junta geral do districto contribuiu com 1:000\$000 réis e o ministerio das obras publicas com madeiras do pinhal de Leiria, que produziram 1:025\$000 réis.

(1) *Historia da cavallaria portugueza*, pelo sr. Christovão Ayres de Magalhães Sepulveda, tomo III, pa. 237.

Em novembro de 1887 a câmara municipal aggravada com outros encargos, e, estando já bastante adeantado o novo quartel, pediu ao ministerio da guerra que mandasse concluir a obra por sua conta, visto o concelho não poder com mais sacrificios do que os que tinha feito. O titular d'aquella pasta, que então era o sr. visconde de S. Januario, mandou a Aveiro o distincto parlamentar e major de engenharia sr. Avellar Machado examinar os trabalhos já feitos, e calcular o que havia ainda a fazer para commodamente se poder fazer para ali a mudança do regimento.

A visita do sr. Avellar Machado realison-se em 8 de dezembro, e as impressões que sua ex.^a recebeu do adeantamento dos trabalhos, solidez e economia que haviam sido executados, foram excellentes pelo que então lhe ouvimos.

A este tempo haviam-se dispendido na demolição do velho convento e com a obra nova 61:972\$800 rs., sendo 37:000\$000 réis do estado, 22:947\$800 réis da camara, e o restante da madeira do pinhal real e do subsidio da junta geral.

Pouco depois passou a administração e custeio dos trabalhos exclusivamente para o ministerio da guerra, como a camara desejava, mas a direcção d'elles continuou como até ahí a cargo do sr. Ferreira Arango que a teve até á installação ali do regimento, que se verificou em 8 de setembro de 1888.

A área de todo o terreno occupado pelo quartel propriamente dito affecta a fórma de um rectangulo com 123 metros de comprimento por 107 de largura, isto é, de 13:203 metros quadrados.

Não tendo sido reputada sufficiente a superficie occupada pelo antigo convento de Sá e sua cerca. houve necessidade de uma expropriação de mais 4:400 metros quadrados de terreno particular que a municipalidade pagou por 679\$500 réis.

A fachada do edificio, exposta ao nascente, fica

dentro da rua do Carmo, ao longo da estrada real n.º 41 de Aveiro a S. Pedro do Sul, e dista da estação do caminho de ferro do norte apenas 420 metros. Entre os dois edificios ha uma boa rua em linha recta, com 10 metros de largura, incidindo o seu eixo no centro das duas fachadas.

Esta rua tem um unico trainel quasi de nivel.

O plano da fachada faz um angulo direito de 54 graus com a linha norte-sul magnetica. Tendo um comprimento de 123 metros e 40 centimetros esta frontaria é dividida em cinco corpos, occupando o central as secretarias, os dois intermedios quatro casernas, e os dois extremos as casas de limpeza, de arrecadação e dormitorios dos sargentos.

Os corpos extremos do edificio são prolongados em alas de 61 metros e 70 centimetros, isto é, metade da fachada principal.

Na ala do norte ficam collocados no pavimento terreo a cosinha, seu vestibulo e sala de distribuição dos ranchos, o refeitorio dos sargentos, dispensa, arrecadação regimental, sala d'alfaiates, officina de sapateiro e outras.

Na ala do sul, que está por concluir, devem ficar a sala de esgrima e gymnastica, a escola de sargentos, a aula regimental, etc.

Nos primeiros andares respectivos ficam as duas casernas restantes.

Interiormente o corpo da frente com os dois lateraes determinam uma parada de 50 metros de largura por 100 de comprimento, isto é, de perto de 5:000 metros quadrados, attendendo-se a que nos angulos devem ser symetricamente levantados dois torresões octogonaes, encimados por grandes depositos de agua para o serviço geral da limpeza do quartel.

A communicação da parada com as casernas do drimeiro andar é feita exteriormente por escadarias de pedra,

O quarto lado da parada é vestido pela fachada geral das cavallariças. Com 3 metros de largura e 5 de altura até ao fecho da archivolta, o portão do quartel dá accesso para uma rua que incide perpendicularmente ao meio do lado maior da parada. A' direita de quem entra ficam, no pavimento terreo, a casa da guarda, a sala de detenção e o gabinete da inspecção, communicados por um corredor geral. A' esquerda e vis-á-vis do primeiro ha um outro corredor symetrico dando accesso para o gabinete de sargentos, para uma sala de serviço de dia, e para a escada do centro do primeiro andar. Aqui a escada depois de desenvolvida em tres lanços vem dar a um corredor geral, ficando á direita uma sala, em frente a sala do coronel, seguindo-se ao longo do corredor a sala do conselho administrativo, a secretaria, a sala para officiaes e bibliotheca, etc.

O pé direito de todas as divisões do edificio, tanto no pavimento terreo como no primeiro andar, é de 5 metros e 60 centimetros entre o soalho e o tecto.

Cada uma das seis casernas tem 30 metros de comprimento por 10 de largura.

Cada salão communica, por intermedio de um corredor geral, com a sala de limpeza, com a sala de arrecadação de cada companhia e com a sala do dormitorio de sargentos.

Todas estas divisões tem respectivamente 6 metros de largo por 8 de comprimento.

São dez as cavallariças destinadas ao alojamento de 360 cavallos. Das primeiras tres do lado do norte comporta 50 cavallos cada uma. Nas restantes o alojamento é de 30 por divisão.

Annexa ao edificio ha uma cavallariça especial denominada — enfermaria veterinaria — podendo conter até 20 cavallos affectados de molestias não communicaveis. Segundo o projecto do quartel é a 300 metros para o nascente que será construida a enferma-

ria para as molestias contagiosas, bem como o paiol.

Oito das cavallariças ordinarias teem accesso immediato para a parada, mas duas, que são o prolongamento das alas do quartel, ficam communicadas por baixo d'arcadas no topo d'essas alas.

Estabelecidas em parallelas perpendiculares á parada todas as cavallariças são isoladas uma a uma, por intermedio de ruas a céu descoberto para d'este modo haver mais luz e ventilação.

A ventilação é estabelecida por intermedio das portas, janellas e lanternins ao longo do cume dos telhados.

Ao fundo de cada cavallariça ha, communicada por uma porta central e outra lateral, a sala de arrecadação de sellas e arreios. Nove d'estes compartimentos teem 11 metros e meio de comprimento por 5 de largura. O decimo, pertencente aos cavallos do estado maior, apenas tem 8 metros por 5. Ao lado de cada arrecadação d'estas ha uma escada que dá accesso para um sotão de egual dimensão destinado ao deposito de palha e forragens.

As cavallariças dos tres esquadrões teem 9 metros de largura, sendo 3 para cada cavallo e 3 para a cozia central. O espaço para a distribuição das baias é de metro e meio.

Ao centro da fachada das cavallariças ha, coroada por um frontão em cujo tympano figura a corôa real, uma larga porta que põe em communicação a parada com o pateo onde são ferrados os cavallos. Ao fundo d'este recinto está situada a officina syderotechnica de ferrador.

Ao sul, contiguo á ultima cavallariça, deve ficar o picadeiro coberto tendo interiormente 15 metros de largura, 52 de comprimento e 8 de pé direito até aos freixaes. N'uma das testas deve haver um balcão em eschorrume destinado a espectadores.

Sobre o merito do projecto fallam bem alto os documentos officiaes do ministerio da guerra.

No officio que approva este trabalho diz o director geral em 2 de março de 1884 o seguinte ao presidente da camara d'Aveiro :

«Sua Ex.^a o Ministro, tendo mandado ouvir as estações competentes com as opiniões dos quaes geralmente se conforma, incumbe-me a honra de dizer a V. Ex.^a que o mencionado projecto faz honra ao engenheiro Araujo e Silva, que o elaborou, não só pelos detalhes, mas tambem pela rapidez com que foi feito.»

Na informação dada em 10 de fevereiro pela 4.^a repartição d'aquelle ministerio encontra-se o seguinte:

«Na verdade o ante projecto de que se trata acha-se tão detalhado e convenientemente elaborado que se pode quasi considerar como um projecto definitivo a que só falta o orçamento da despesa a fazer com a sua execução. Se a camara municipal d'Aveiro se encarregar da direcção dos trabalhos e correrem por sua conta todas as despesas de construcção, poder-se-ha approvar o projecto tal como está e sem mais observações.»

As demonstrações festivas com que o regimento de cavallaria 10 aqui foi recebido levaram a sr.^a D. Branca de Carvalho P. de Sousa, uma escriptora muito distincta, ao tempo residente n'esta cidade com seu marido, a convocar uma reunião das senhoras d'Aveiro nas salas do Gremio Aveirense, na noite de 4 de fevereiro de 1885, afim de se assentar no offerecimento de um estandarte ao mesmo regimento. Vingou a ideia, pois havendo adherido a ella 50 damas foi o estandarte encommendado em Lisboa, d'onde foi remettido para esta cidade em fevereiro de 1886. Custou 127\$000 réis.

A entrega do estandarte ao regimento realisou-se em 4 de abril de 1886 com todo o lusimento, vindo expressamente assistir a ella Sua Alteza o sr. Infante D. Augusto, duque de Coimbra,

As ruas por onde atravessou o regimento, desde o quartel até á igreja da Misericórdia, estavam vistosamente embandeiradas. Na fachada dos Paços do Concelho via-se arvorada a bandeira da cidade e, em todos os edificios publicos a nacional. O grande numero de barcos e bateiras que enchiam o caes desde a alfandega até á frente da casa do sr. Guilherme Taveira, em que estava hospedado Sua Alteza o sr. Infante D. Augusto, estavam tambem vistosamente embandeirados.

Eram 11 horas e meia da manhã quando formou em parada, na Praça José Estevão (antigo largo Municipal), o regimento de cavalla n.º 10, sob o commando do seu commandante sr. coronel Miranda. A este tempo já o largo estava completamente cheio de povo, e a sala principal do edificio dos Paços do Concelho trasbordava de convidados, entre os quaes se via um grande numero de senhoras. Sua Alteza o sr. Infante D. Augusto, acompanhado pelo seu estado-maior, chegou era meio dia. Trajava o grande uniforme de general de divisão, e trazia a banda das ordens de Christo e Aviz. Esperavam Sua Alteza no atrio do edificio os srs. governador civil, administrador do concelho, camara municipal e differentes cavalheiros. Era imponente o aspecto da sala quando Sua Alteza alli entrou. Sobre uma meza de pau santo coberta de damasco carmezim, e, em rica salva de prata, estava o estandarte. De damasco carmezim eram igualmente as cortinas das janellas e reposteiros. A mobilia, estylo imperio, era toda de pau santo com estofos de velludo.

Havendo Sua Alteza tomado assento e havendo igualmente tomado os seus logares as diversas autoridades e as senhoras que compunham a commissão directora das offerentes, a sr.ª D. Branca de Carvalho Pinto de Sousa, na sua qualidade de presidente, dirigiu a Sua Alteza a seguinte allocução:

«*Meu Senhor* :—Tenho a honra de entregar a V. A. o estandarte que as damas d'Aveiro offerecem ao regimento

da cavallaria 10, em testemunho do elevado apreço em que teem esta distincta corporação.

Passando pelas mãos de V. A. o emblema dos brios militares será dobradamente sagrado ao bravo regimento, que saberá aureolal-o de gloria.

A V. A. o nosso profundo reconhecimento, e a dedicação devida a um principe a quem meritos relevantissimos, unidos á grandeza do nascimento, dão direito a todas as homenagens.

Effusivas saudações aos valentes que continuarão as gloriosas tradições do heroico regimento de cavallaria 10, ante o qual se prostraram, abatidas, as aguias de Napoleão, o Grande.»

Sua Alteza respondeu exaltando o efferecimento feito pelas senhoras d'Aveiro, e agradecendo, na sua qualidade de commandante da arma, a honra dispensada ao regimento de cavallaria 10.

O sr. coronel Miranda dirigiu-se em seguida á commissão das senhoras, agradecendo tambem, em nome dos officiaes e praças de pret do seu regimento, a honrosissima offerta que as damas d'Aveiro lhe acabavam de fazer :

« Aceitamol-a com orgulho e enthusiasmo, disse sua ex.ª, e pedimos a Deus que nos dê forças para a conservarmos sempre livre, pura e intacta das mãos dos inimigos da nossa patria. Essa gloriosa offerta, cuja lembrança ha de atravessar longos annos, terá comsigo, como recompensa—amor, gratidão e respeito ás damas d'esta cidade.»

Em seguida o sr. Infante, acompanhado por todas as pessoas que ali se achavam, dirigiu-se para a igreja da Misericordia onde o capellão do regimento, o revd.º sr. Antonio Joaquim B. Cardote, celebrou missa, finda a qual, havendo-se paramentado com capa de asperges, benzeu o novo estandarte.

O templo, que é o mais vasto da cidade, estava completamente cheio. Finda a cerimonia religiosa, o revd.º sr. Cardote desceu do presbyterio e veio entregar o estandarte ao sr. commandante do regimento

que, acompanhado por toda a officialidade, foi recebido ao cruzelro.

Em seguida Sua Alteza montou a cavallo, e, á frente do regimento, dirigiu-se para o quartel de Santo Antonio, em cuja parada teve logar o juramento, e ahi o capellão do regimento proferiu uma brilhante allocução.

A' cerimonia do juramento, propriamente dita, assistiram algumas milhares de pessoas, que enchiam a parada do quartel, a avenida Araujo e Silva e parte do Jardim. Tanto na sahida do regimento da igreja da Misericordia como á sua chegada ao quartel, subiram ao ar muitas girandolas de foguetes e repicaram festivamente os sinos da torre dos Paços do Concelho.

Como remate de tão esplendida festa offereceu a briosa officialidade do regimento um magnifico baile a Sua Alteza o sr. Infante D. Augusto, para o que se fizeram numerosos convites.

Era deslumbrante a ornamentação do edificio do Gremio Aveirense, sobrahindo principalmente a sala de baile e a escada. Esta, que já de si é magestosa, estava artisticamente embellesada com bellas plantas ornamentaes, como fetos lycopodios, lindissimos, palmeiras, araucarias, azeleas e rhedendrons em flôr, ladeando a passadeira que ondeava pelo centro dos degraus. No vestibulo, onde tocou durante as primeiras horas da noite a charanga do regimento, havia dois enormes massigos de verdura coroados por formosas palmeiras. No primeiro patamar, sobre um largo fundo de heras matizado de camelias, um grande espelho, cuja moldura dourada transparecia atravez de festões de trepadeiras, ladeado de duas magnificas figuras de madeira, sustentando cornocopias de flores. Tanto o vestibulo como a escada estavam fartamente illuminados, vendo-se nas paredes elegantes tropheus formados de espadas e carabinas. A sala de baile toda

forrada de magníficos espelhos de Veneza, pertencentes ao sr. visconde da Silva Mello e por sua ex.^a biazarramente cedidos para esse fim, e, em que reflectiam dezenas de lumes, apresentava um aspecto verdadeiramente bello, phantastico. Um grande lustre de crystal e bronze pendia do tecto, e nas paredes por entre os espelhos e no meio de formosos corbeilles de flores viam-se placas de bronze dourado e crystal com velas.

Nas demais salas havia grande numero de espelhos, lumes e flores. A sala de toilette, tinha um tapete de fundo branco com ramagens em vermelho e amarello. Ao centro levantava-se uma meza de pau santo com uma serpentina de bronze dourado, magnifica, que em tempo pertenceu ao marechal Saldanha, e hoje é do sr. Mendes Leite. Dois grandes espelhos, consules, sofás, «fauteuils» de estofa alaranjado, lustre de crystal e vasos com plantas compunham a mobilia.

No gabinete reservado para Sua Alteza o sr. Infante D. Augusto havia, além d'um magnifico tapete, um espelho de Veneza, paisagens de Silva Porto e Marques de Oliveira ricamente emolduradas, grandes jarrões do Japão e corbeilles de flores. Um console com uma serpentina de bronze e uma cadeira que é uma reliquia historica e de grata recordação para Sua Alteza. Fôra bordada por sua augusta mãe a Rainha Senhora D. Maria II e por ella offerecida para um bazar que teve logar em 1841 no palacio do marquez de Vianna, em Lisboa. Sorteada, cahiu em sorte ao sr. Mendes Leite, a cuja familia pertence. Quando a Senhora D. Maria II veio a Aveiro em maio de 1852 esta mesma cadeira foi collocada no barco que transportou Sua Magestade de Ovar até aqui, e foi então logo reconhecida por Sua Magestade, que disse para as pessoas que a acompanhavam: — «aquella cadeira é do Mendes Leite, bordei-a eu.»

Disse ha pouco que n'esta cidade nunca tivera quartel o regimento de cavallaria intitulado «Dragões d'Aveiro» e contestei mesmo a existencia d'este corpo no exercito portuguez. Levou-me a isto o testemunho auctorisadissimo do illustre escriptor sr. Christovam Ayres («Historia da cavallaria portugueza»). Por pesquisas posteriores, e pelades coberta que fiz de um interessante e hoje rarissimo opusculo—«Relaçam do exercicio militar com que as tropas de Sua Magestade Fidelissima aquartelladas na cidade do Porto applaudirão os Annos do mesmo Senhor nos dias cinco e seis de junho composto por Angelo Amado Malmézi. Lisboa na officina de Joseph Philippe. Anno MDCCCLVII», vim no conhecimento da existencia de tal corpo, pois lê-se ali a pag. 6 — «O Regimento de Dragões de Aveiro de que he Coronel D. Antonio Manoel de Vilhena irmão de D. Sancho Manoel Coronel de Cavallaria que no ultimo acampamento das Tropas Portuguezas no Alentejo servio com gloria e particular distincção, talvez para imitar o seu grande ascendente o primeiro Conde de Villa Flor, que ganhou a Batalha do Mexial e restaurou a cidade de Eavora do poder dos Castelhanos.»

Que o regimento de Dragões de Aveiro esteve aquartellado n'esta cidade durante alguns annos, no seculo XVIII, dão noticia os antigos livros de assentos de baptismo das freguezias de S. Miguel e do Espirito Santo, extintas em 1854, e refundidas sob a denominação de Nossa Senhora da Gloria, que tem presente-

A. Emilio

INDICE

Capitulo I	Pag. 12
Capitulo II	, 49
Capitulo III... ..	, 117
Capitulo IV... ..	, 138
Capitulo V	, 251